

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS
HISTÓRIA



III SÉRIE • VOL. I • PORTO • 2000

Nota de Abertura

Se todos os tempos são tempos de mudança, os últimos, que são os nossos, têm sido varridos por vendavais impetuosos que não deixam ninguém sossegado na rotina. Tudo mexe à nossa volta e a Universidade, por mais antigas e sólidas que sejam as suas raízes, não pode ficar parada e indiferente face à turbulência que sacode o mundo. Aliás, sem movimento não há progresso e, por conseguinte, os ventos de mudança não são necessariamente ventos de caos ou de esterilidade.

As mudanças na Faculdade de Letras são visíveis e nós próprios somos testemunhas e agentes delas. A divisão por Departamentos, recentemente inaugurada (o de História foi criado em 31 de Maio de 2000), pretende dar novo enquadramento e autonomia renovada à produção e transmissão dos saberes sem abdicar da sua interligação, uma vez que o Homem continua a ser o ponto de encontro e de convergência de todos quantos ensinam, aprendem e trabalham na Faculdade.

O Curso de História, depois da cissiparidade que levou à autonomização da Arqueologia e da História de Arte, olhou de novo para dentro de si e desse processo de introspecção surgiram caminhos de renovação em vários níveis. O primeiro foi a reestruturação completa da Licenciatura, tendo em mira um aproveitamento racional das mais valias da especialização dos docentes e a criação de um figurino mais atractivo para as preferências dos alunos, uma vez que a nova estrutura curricular se apresenta mais flexível, na base da semestralidade e modernizada pela adopção do sistema europeu de créditos.

Outro sector em que se pretende que a renovação seja visível é o da Revista de História. Durante quase duas décadas, precisamente desde 1984, a antiga Secção de História manteve a 2ª série da sua publicação com regularidade anual e com nível científico excelente sob a denominação de «Revista da Faculdade de Letras – História».

O Conselho do Departamento de História decidiu dar nova cara ao modelo, pretendendo tornar a Revista mais atractiva e mais divulgada, menos volumosa e arquitectada em estrutura tripartida: um dossier temático em cada número, uma secção para trabalhos dos docentes e outros investigadores e um espaço para notícias do Departamento. A periodicidade manter-se-á anual e é nosso propósito igualar ou, se possível, elevar a qualidade científica da série anterior.

No intuito de garantir a excelência científica e de abrir a Revista e o Departamento à colaboração externa, criou-se um Conselho Editorial formado por Professores nacionais e estrangeiros. Para agilizar o andamento e a preparação de cada número, instituiu-se uma Comissão Redactorial.

Aos antigos Directores, os sucessivos Presidentes do Conselho Científico da FLUP, e aos dedicados e esforçados Coordenadores dos volumes da 2ª Série, aqui examos o nosso agradecimento.

Aos elementos do Conselho Editorial que nos honraram com a sua pronta e afirmativa resposta endereçamos uma palavra de gratidão.

Dos docentes do Departamento espera-se a colaboração activa na certeza de que o sucesso da renovada publicação será directamente proporcional ao envolvimento de todos e de cada um.

Francisco Ribeiro da Silva

Programa Editorial da III Série da Revista da Faculdade de Letras – História

1. Periodicidade: Anual

2. Estrutura da Revista

A *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, contempla, numa estrutura tripartida:

- a) Um *dossier* temático. A definição do respectivo tema é feita em reunião plenária do Conselho de Departamento, cabendo à Direcção e Comissão Redactorial da Revista a respectiva planificação. Podem ser solicitadas colaborações externas de especialistas nas matérias a tratar.
- b) Uma secção livre, onde caberão trabalhos de temáticas variadas apresentados por membros do Departamento ou por docentes/investigadores externos.
- c) Uma secção de notícias e recensões que deverá incluir informação sobre:
 1. concursos e provas académicas;
 2. cursos de especialização, mestrado e doutoramento;
 3. iniciativas científicas e pedagógicas;
 4. publicações de índole científica e pedagógica.

3. Tamanho e tiragem

A tiragem estima-se entre os 500 e os 750 exemplares.

A Revista terá um número de páginas que não deverá exceder as 250, não devendo cada artigo ultrapassar as 15 páginas impressas.

Ainda que a distribuição interna do número de páginas por secções deva ser flexível, propõe-se, como modelo indicativo, a seguinte repartição:

- . Dossier temático – máximo de 150 páginas
- . Contribuições várias – máximo de 75 páginas
- . Notícias e recensões – máximo de 25 páginas

4. Prazo de entrega dos artigos: Os artigos deverão ser entregues até 31 de Outubro do ano anterior a que respeita a publicação.

5. Normas de publicação

- a. Cada artigo terá um máximo de 25 páginas de texto em formato A4, a espaço e meio, em letra Arial 12, incluindo anexos e ilustrações.

Todos os artigos devem vir acompanhados de um resumo em português e inglês, com o máximo de 6 linhas.

- b. O artigo deverá ser entregue em papel e em diskette.
- c. Cada autor deverá indicar sempre a instituição a que pertence e o seu endereço electrónico, de preferência institucional, em ordem a ser indicado no final de cada volume.
- d. Visando-se uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidas pelos autores as normas de citação e referência publicadas na contra-capa deste número da Revista.
- e. A Comissão Redactorial reserva-se o direito de intervir, no sentido da uniformização de critérios de publicação, em aspectos formais de cada artigo.

A Comissão Redactorial

Amélia Polónia

Luís Miguel Duarte

Maria da Conceição Meireles Pereira

Amândio Morais Barros *

O Porto contra os corsários. (A expedição de 1469)

R E S U M O

Nos finais da Idade Média o comércio marítimo tornara-se essencial para o desenvolvimento económico da cidade do Porto. Nesse tempo, a sua frota consolidara já uma série de rotas internacionais e os seus mercadores eram presença assídua em diversos portos europeus.

Um dos problemas perturbadores desta actividade era o corso exercido sobre as suas embarcações levado a cabo por ingleses, franceses e castelhanos. Com base num documento de 1469, surpreendemos dinâmicas mercantis e, acima de tudo, a forma como as autoridades da cidade providenciavam a defesa da sua navegação contra os assaltos perpetrados por esses corsários.

Em Julho de 1469 a Câmara do Porto apanhava um enorme susto. Um mensageiro trazia notícias inquietantes: os navios que se esperavam provenientes da Irlanda estavam sob ameaça de corsários franceses. Não é difícil imaginar o alvoroço que estas notícias provocaram. O assunto dominaria todas as conversas, entre as famílias dos homens embarcados, nas casas dos homens de negócios, na Ribeira, nas estalagens e nas tabernas. É que a cidade baseava a sua prosperidade no comércio marítimo e uma larga fatia das suas gentes tinha interesses nesses navios. Por isso, a Vereação reuniu de emergência e agiu com a presteza que o assunto exigia. No cais estava uma caravela pronta para levantar ferro. Foi imediatamente requisitada, abastecida e equipada com uma companhia de homens armados sob o comando de André Pires, morador no Porto.

É a história desta expedição e a análise deste tipo de procedimentos que motivam este estudo.

Contudo, antes de lá chegarmos, há alguns aspectos importantes sobre a evolução marítima portuense e um historial de problemas marítimos com piratas e corsários que convém abordar de forma breve para contextualizar aquele episódio.

Utilizando um documento guardado no Arquivo Histórico Municipal do Porto (= AHMP) sobre a operação de 1469, bem como outros registos do mesmo arquivo relativos à actividade naval da cidade, procuraremos detectar ritmos do seu comércio marítimo, principais rotas frequentadas pela sua frota mercante, áreas comerciais exploradas, estrutura desse comércio, meios utilizados, períodos de maior movimento, etc.

2. Durante o século XIII a orla costeira europeia fervilha. Do Sul mediterrânico, dominado pelas repúblicas italianas, ao Norte báltico onde se impõem os mercadores hanseáticos, uma intensa navegação de cabotagem assegura o abastecimento de vastas regiões e faz a fortuna daqueles que investem na armação de navios mercantes para transportar géneros e artigos de fácil colocação.

* Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O grande comércio faz-se já a longa distância. E a via marítima é gradualmente preferida pelos homens de negócios. Esse comércio faz-se com navios cada vez mais evoluídos na sua arquitectura, capacidade de manobra e de carga. Este movimento decorre de um processo sentido em vários quadrantes geográficos e a Península Ibérica está na sua vanguarda.

A evolução da construção naval reflecte a evolução do comércio europeu. Durante muito tempo relacionado quase exclusivamente com o abastecimento de artigos vitais, agrícolas, sobretudo aos aglomerados populacionais, ele passa a ser, nos finais da Idade Média (salvo durante o período agudo da crise sentida em largos anos da centúria de Trezentos em que as preocupações de abastecimento voltam a estar na ordem do dia), extremamente diversificado, muito para além das requisições do momento, e catalizador de uma série de esforços que darão origem ao capitalismo dos séculos subsequentes¹.

Para além do refinamento das técnicas de construção naval, a adopção de uma série de instrumentos náuticos – como a bússola – facilita a concretização de viagens cada vez mais longas e com uma grande continuidade. Explicando: até então a viagem estava condicionada por diversos factores tais como, o estado favorável do mar, o tempo encoberto, a noite, etc. Com a divulgação destas novas técnicas, o barco pode agora afrontar os elementos desfavoráveis de forma mais afoita.

O alto mar abre-se definitivamente à navegação. Isto leva também a uma diminuição das escalas e das paragens mais ou menos forçadas em portos por vezes hostis e problemáticos. Embora mais célere do que o terrestre, o comércio de cabotagem era tudo menos rápido. Diminuindo-se as escalas minoravam-se problemas com autoridades locais, com o pagamento de impostos, e mesmo com a apreensão de carga quando ela era necessária no porto onde se arribava².

¹ Sobre este assunto ver FAVIER, 1987 e HEERS, 1966: 93-94 e 217-219. O desenvolvimento do capitalismo terá como base um processo que, apesar de apresentar características próprias em cada região, denota alguns pontos em comum nomeadamente no que diz respeito à consolidação dos centros costeiros, tornados pontos de escoamento da produção de um vasto *hinterland* com o qual se estabelecem relações, nem sempre pacíficas, porque muitas vezes são de dominação. Surgem também parcerias de mercadores como solução para o risco inerente a operações deste tipo, que envolvem já um empate de capital significativo. Além disso, começa a notar-se uma separação nítida entre capital e trabalho, uma distinção decisiva entre o velho mestre, dono do navio, que contrata uma pequena tripulação e os novos armadores que nem sequer embarcam e decidem os negócios e os destinos a percorrer no seu “escritório”. É evidente que este panorama é muito mais nítido nos grandes centros de mercancia internacionais, no Mediterrâneo, na Flandres ou nas cidades hanseáticas onde, para além do mais se desenvolve uma intensa e indispensável actividade bancária. O caso português e, mais concretamente, o caso portuense, oferecem diferenças em relação ao que atrás foi descrito. Muitos mercadores continuam a embarcar e a “andar ao frete”, e um grande número de mestres continua a ser dono, pelo menos em parte, dos seus navios. Contudo, há uma evolução de algum modo semelhante. Só em grupo o mercador resiste. É apenas participando destas novas formas de partilha de custos, de lucros e de riscos que ele pode esperar alguma prosperidade. Só assim é que o mercador surge na forma como habitualmente o reconhecemos: como um homem dinâmico ligado a empreendimentos e negócios a longa distância. E o surgimento de “instituições” como as célebres “Companhia das Naus” ou “Bolsa de Mercadores” não vai de encontro a esta problemática? Não é uma tomada de consciência deste novo estado de coisas?

² Sobretudo quando a paragem é forçada pelos elementos - estamos a lembrar-nos de casos ocorridos no Porto com navios de trigo que aqui vêm ter devido ao mau tempo e, como a cidade está sempre em dificuldades com o abastecimento desse produto, confisca-o originando assim uma série de protestos por parte dos seus donos e mesmo por parte de pessoas de importância social; um desses casos envolveu a célebre Princesa Santa Joana, filha de D. Afonso V, que escreve de Aveiro em favor de armadores locais aqui importunados por um caso dessa natureza. Na missiva de 4 de Outubro de 1487 a senhora daquela vila referia que “huum nauio chamado cadramoz”, carregado de trigo da ilha da Madeira, “ora com tempo nom pode auer a barra da dita minha villa E foy emtrar no Rio desa çidade O que segundo sam enformada nom lhe queeres leixar trazer o dito pam e lho queeres hy vender”. AHMP – *Livro Antigo de Cartas e Provisões*, fl. 94, publ. BASTO, 1940, V: 130.

O mercador podia começar a fazer uma previsão mais exacta dos custos da viagem pois sabia, de forma muito mais correcta e salvo alguns imprevistos, quanto tempo a jornada poderia demorar.

3. A Baixa Idade Média assistirá à participação dos centros costeiros portugueses neste contexto geral europeu. A meio caminho entre as zonas mais dinâmicas e economicamente avançadas da Europa, os portugueses irão beneficiar do contacto com os mercadores e marinheiros estrangeiros, italianos e flamengos sobretudo, adquirindo experiência e competências.

É altura de assinalar a vitalidade dos mercadores nacionais. O seu espírito de iniciativa deve ser realçado, tanto mais que os nossos produtos, até ao século XVI, não se distinguem do grosso dos produtos transaccionados pelo comércio internacional. Nem o aparelho produtivo português é concorrencial. O reino não produzia lãs, cereais, matérias-primas ou produtos manufacturados em quantidade e qualidade suficientes para garantir aos seus comerciantes uma posição de força nas grandes áreas mercantis europeias.

Registem-se, contudo, algumas excepções. Como o peixe, seco e salgado, o sal e os couros que terão mercado nos povoados costeiros andaluzes, murcianos e catalães, e em alguns centros mediterrânicos como Génova, a partir de finais do século XIV, beneficiando de duas ordens de factores. Por um lado, do desenvolvimento da actividade das comunidades piscatórias nacionais e de um corpo de mercadores bem relacionado com as zonas produtivas do reino, garantindo um fluxo de mercadorias que lhes permite encher os barcos. E, por outro lado, explorando as debilidades conjunturais das áreas económicas referidas³.

As exigências próprias de um estado consolidado em crescimento e com um sector produtivo deficiente, motivaram o surgimento de um grupo de comerciantes e de uma frota capazes de garantirem noutras paragens os artigos em falta. Na cidade do Porto esse processo é particularmente nítido no período considerado. Sobretudo em direcção aos competitivos mercados hanseático, flamengo, bretão ou inglês. Mas também tendo como destino áreas económicas que podemos classificar como “secundárias”, tais como a Irlanda ou a Biscaia.

Num esquema comercial baseado no intercâmbio de mercadorias, onde o frete de retorno desempenha um papel decisivo, importa insistir naquilo que os nossos mercadores tinham para oferecer: sob a designação genérica de “aver-de-peso”, os produtos tradicionais do sector primário português o sal o peixe, os couros e, também, de algum modo, o vinho. Serão estes artigos a garantir receitas essenciais para as compras no estrangeiro⁴. O sal será objecto de procura desde muito cedo e tem venda certa nos mercados externos. Quanto ao vinho português, embora não possa concorrer com os grandes vinhos franceses, não deixa de ser exportado⁵.

³ O que explica, por exemplo, o aumento do fluxo da navegação para o Norte da Europa. Ver, em geral, MARQUES, 1993.

⁴ Ver nota nº 1 acerca do domínio do *hinterland*, processo particularmente bem definido no Porto no decurso da Idade Média, e que engloba a complementaridade entre rotas marítimas e terrestres; combinar a estrada e o rio é também fundamental. Quando se consegue realizar eficazmente, como é o caso, torna-se garantia de um frete de retorno, portanto, de negócios nos dois sentidos.

⁵ De acordo com Jean Favier, que analisa detalhadamente o nascimento e evolução do trato comercial medievo, “o vinho torna-se um dos objectos principais do grande comércio internacional”; FAVIER, 1987: 130; o nosso não deixa de se integrar neste novo comércio. O movimento, amplo, faz-se em todas as direcções e em moldes complexos. Os barcos do Porto “encaixam” neste renovado sistema: “carregados num sentido de vinhos ou de sal e, mesmo, de panos flamen-

Se bem que todos estes artigos tenham mercado garantido, eles são de baixo valor acrescentado. Por isso, os armadores foram obrigados a encontrar soluções dentro desta realidade, que lhes permitissem sobreviver em meios tão competitivos.

Desde longa data começam a empenhar-se vigorosamente numa actividade transportadora que justifica e rentabiliza a existência, crescente, de navios. Vêmo-los a fretar as suas naus, caravelas e barinéis em portos da Flandres ou da Galiza, a levar sal, pescado, têxteis ou armamento para diferentes paragens e a retornar com artigos para outros clientes⁶. É em grande medida em função do transporte que os armadores do Porto vão alicerçar contactos que se revelarão extremamente frutuoso no futuro e envolver-se no mundo da finança e dos seguros, essencial para o desenvolvimento deste sector.

E, com isso, os portuenses acabam por conhecer e familiarizar-se com ambientes diversificados. Com o dinamismo do Noroeste europeu, fornecedor de matérias-primas, cereais, armas e manufacturas, abundantes nos portos e mercados hanseáticos e flamengos. A frequência com que para aí navegam e o volume de negócios que aí desenvolvem justifica a existência de uma feitoria em Bruges, ponto de apoio essencial para todos os mercadores do reino. No Sul, só mais tarde surgirá um estabelecimento do género na Andaluzia. Por seu turno, o Mediterrâneo, o *Levante* como genericamente o designam os documentos do século XV, desde cedo esteve nos seus horizontes, apesar de aí lhes caber apenas um papel de actores secundários.

4. São todas estas circunstâncias a determinar a feição marítima da cidade. No século XV está perfeitamente definido o seu modo de actuação onde a componente transportadora, “ao frete”, ganha particular relevância. Para isso era necessária uma frota mercante. Os documentos dizem-nos que ela era constituída por *barcas* (sobretudo no século XIV mas também na centúria seguinte), *barinéis*, *caravelas* e *naus*. Mas não nos dizem quantas unidades a compunham. De acordo com os números que pudemos determinar para os séculos XV e XVI é provável que não excedesse os vinte e cinco navios⁷.

Mas não era só com eles que os mercadores contavam. A capacidade de atracção da cidade do Porto, constituída desde muito cedo como o centro de decisão económica mais relevante do Norte de Portugal, fazia do seu porto marítimo um lugar bastante frequentado pelos navios dos ancoradouros vizinhos particularmente nas épocas (sazonais) de maior movimentação de mercadorias – por exemplo na altura da chegada dos vinhos de Riba Douro (coincidente com a dos sumagres)⁸, com o regresso dos navios carregados de cereais das mais diversas proveniências, do açúcar da Madeira, de S. Tomé e, mais tarde, do Brasil.

Era fácil para os homens de negócios da cidade encontrar navios para fretar, do Porto, de Gaia, de Matosinhos, de Leça, de Azurara ou Vila do Conde.

gos, os navios que participam nestas novas navegações não iam evidentemente «de vazio» no outro sentido. Eles integravam-se no jogo interno dos negócios das cidades inglesas e alemãs” numa altura em que, por exemplo, a crescente importância da “indústria” do armamento contribuía decisivamente para a diversificação dos negócios da Hansa e de algumas cidades flamengas.

⁶ Ver exemplos desta actuação in FERREIRA PRIEGUE, 1988: 649 e FONSECA, 1980: 127 e ss., e FONSECA, 1989: 635 e ss.

⁷ Embora não tenhamos cifras referentes aos que, eventualmente, andassem fora na altura das contagens, aos que estavam – se é que estavam – ao serviço do rei no Oriente e, mais tarde, quantos andariam em viagem por Cabo Verde, S. Tomé ou Brasil. Sobre estes assuntos ver BARROS, 1997: 167-230.

⁸ A navegação medieva acompanha os ciclos produtivos.

Por poucos que fossem os navios do Porto integraram-se e participaram activamente nos grandes circuitos do comércio internacional ombreado – pelo menos em alguns momentos – com arcações muito mais poderosas.

A actividade transportadora realizava-se a diferentes níveis:

- serviços a soldo dos mercadores a título individual – por vezes até detentores da totalidade ou de partes dos navios – no transporte de mercadorias adquiridas na zona envolvente da cidade (como o pescado, couros, vinhos, azeites, frutas, sumagres) ou a longa-distância (têxteis, ferramentas, cereais, açúcar, produtos de luxo do Mediterrâneo);
- serviços de abastecimento (sobretudo de víveres) por conta da cidade;
- serviços de transporte contratados por mercadores estrangeiros (em alguns casos, porventura, agentes estatais) como complemento das suas próprias embarcações; destaque-se a actuação de navios portuenses na grande rota que ligava a Flandres à Itália, com inúmeras sub-rotas como a que percorria todo o mundo aragonês⁹; ou a sua participação nos muitos portos galegos onde contratavam negócios de monta;
- serviços de transporte requeridos pelo monarca português em particular após a conquista de Ceuta (1415), no abastecimento desta cidade e, ao longo do tempo, das cidades e praças ocupadas no Norte de África;
- tráficos de interesse internacional como o açucareiro; regista-se uma primeira participação no trato madeirense, de seguida no trato são tomense, e, já no século XVI, no brasileiro, por conta do rei, de mercadores da urbe e do estrangeiro que motivará contactos de grande interesse no Norte da Europa e no *Levante*;
- contratação dos seus serviços pelas autoridades centrais ou por simples particulares para o desempenho de um leque de funções que passaram pelo envio de embaixadas – a França, a Inglaterra ou a Roma –, pelo transporte de peregrinos – por exemplo para Santiago de Compostela –, pela condução de alguns portuenses que no século XVI entraram “na Religião de Malta”, no Mediterrâneo, e pelo transporte de emigrantes para os diferentes domínios do “império” português¹⁰.

5. Contudo, o mar era espaço inseguro, de grande conflitualidade, propício a predadores e aventureiros em busca de fortuna à custa de quem se lhes atravessava no caminho.

A pirataria, tantas vezes disfarçada de corsarismo, fazia-se sentir de forma mais incisiva em determinadas franjas costeiras da Europa ou em momentos de maior tensão entre estados e regiões interessados na actividade marítima. Em lugares que proporcionavam abrigos e formas de camuflagem dos navios agressores, como as “abras da Galiza” ou algumas zonas mais recortadas da costa mediterrânica, em pontos de intersecção das grandes rotas de tráfego, podia encontrar-se embarcações de aventureiros do mar “emboscadas” esperando a passagem de navios mercantes.

⁹ Neste caso concreto refira-se igualmente a importância do percurso Valência-Barcelona intensamente frequentado pelos nossos barcos.

¹⁰ E não só. Como se sabe, muitos mercadores e mareantes instalavam-se em lugares estratégicos do comércio de então (como Sevilha ou Bruges e, depois, Antuérpia) contribuindo para a atracção, a esses lugares, de outros portugueses. No caso deste tipo de emigração deve falar-se da partida dos judeus no final do século XV e, ao longo do século XVI, da formação de redes de cristãos-novos extremamente movimentadas e de enorme poderio.

O incremento da pirataria e do corso vai lado a lado com o desenvolvimento da actividade naval e do comércio marítimo. Entre os factores organizativos mais importantes, contava-se o sistema de comunicações e de espionagem.

Como o mercador, o corsário tem de estar bem informado. A circulação de notícias ganha particular relevância e pretende-se que seja cada vez mais rápida. Ela faz-se de variadas formas: pelo envio de “correios” por terra ou por mar. Por intermédio de alguém em quem se confia e se dirige para determinado local. Entre os navios que se cruzam no mar através de sinais de luzes, de bandeiras ou, quando as condições de mar o permitem, de viva voz utilizando-se, por vezes, os batéis para levar novas e mantimentos de uma embarcação para a outra¹¹.

No século XV os corsários faziam uso destas e doutras práticas. Nos portos movimentados era importante ter quem espiasse o movimento, se inteirasse das chegadas e partidas dos navios, qual a carga que embarcavam e para onde se dirigiam, e que lhes fizesse chegar rapidamente esses elementos antes que houvesse tempo de os agentes portuários reagirem.

Em 1443 a cidade do Porto conheceu uma situação deste género. Na sessão camarária de 8 de Julho, perante “grram parte domeens boons E mercadores” foi decidido “que por quanto lhes era dito que allgumas naaos degaliza E doutras partes andauom darmada E tragiam aquj em esta çydade allgumas emculquas della que lhe leuauom nouas das naaos que aquj caregauom E acordarom que screuesem ao Senhor Regente e ao Senhor duque a maneira que acerca de esto terriam que mandasem lloga la senhos homeens a cada parte e mandarom seis”¹².

Referimos o envio de correios por terra. Ora, foi por intermédio de um destes correios que à cidade chegou a notícia do apresamento de algumas embarcações no ano de 1448. Na sessão de 20 de Novembro desse ano “foy liuda huma carta que os estantes em bruJes em uiaraom aa dicta Çidade de como çerteficauam as naaos pinta E a naao de prado serem tomadas dos Ingresses e mortos çertos homeens e outros muyto feridos a qual carta foy tragida per huum troteiro que eles enuiarom por terra”¹³.

Do mesmo modo, no ano fiscal de 1450-1451 regista-se nos *Livros do Cofre* da cidade o seguinte pagamento: “Deu a João Martinz çapateiro por hir a Viana e a Bayona por rezam dos franceses, cento e cinquenta reaes”¹⁴.

Vejamos alguns casos de assaltos contra navios do Porto durante o século XV.

Nos anos 20 dessa centúria, há notícias de problemas marítimos com biscainhos. Zona percorrida intensamente pelos navios em trânsito para o Norte da Europa, a costa da Biscaia era palco de inúmeros confrontos navais. Os navios portugueses eram frequentemente importunados pela sua pirataria¹⁵. Numa carta de 11 de Junho de 1428, Rafael Fogaça, representante do rei em Bruges, comunicava a Afonso Eanes, estante em Génova o seguinte: “Jtem, amjgo, façouos saber que os bizcaynhos nom nos querem ahinda lleixar en paz; que,

¹¹ Refira-se ainda a importância dos sinais de terra, fogos, fachos e atalaias, usados para orientar os navios como antepassados dos faróis, ou para avisar da chegada de inimigos. Em algumas zonas costeiras da Europa esses sinais representavam armadilhas fatais para os barcos quando eram usados por grupos locais para os guiar de encontro a recifes e depois roubar os salvados.

¹² FERREIRA, s.d.: 302.

¹³ FERREIRA, s.d.: 374.

¹⁴ AHMP – *Livro 1 do Cofre da Cidade*, fl. 69.

¹⁵ Ricardo Córdoba já considerou os marinheiros vascos “verdadeiros empresários de pirataria”. CÓRDOBA, 1989,

ujndo hua naao do Porto, nosa, de Joham Afonso dArrifana, carregada de uinhos e auer de pesso, que partira de Lixboa pera en Frandes, foy tomada delles e lleuada a Rochella e aly uenderom os bizcaynhos toda a mercadaria”. Por motivos óbvios relacionados com a impossibilidade de beneficiar delas, os assaltantes não se interessaram pelas letras de câmbio do rei português que um seu agente, “Çerrabodes”, levava consigo no navio¹⁶.

Neste caso, trata-se da nau de um conhecido homem de negócios do Porto, ao serviço do rei, em trânsito de Lisboa para a Flandres. Note-se igualmente o envolvimento no comércio de vinhos para compensar compras nessa região e, por fim, da parte dos agressores, a utilização de um porto “aberto” (La Rochelle) onde transaccionavam livremente as suas presas.

Os estuários, baías, enseadas e pequenas ilhas (sobretudo nas *Rias Bajas*) proporcionavam abrigos fáceis e boas possibilidades de fuga aos corsários que actuavam na costa galega. Entre eles tornou-se célebre e temido o salteador Gonçalo Correia, possivelmente galego, autor de numerosos ataques a embarcações durante a década de 30 desse mesmo século.

O Porto conheceu-o e deu-lhe combate. No dia 17 de Dezembro de 1431 chegavam à cidade notícias alarmantes, dando conta de que “as naaos e navios que veem de Frandes e de Ingraterra com o retorno do aver de peso jazem em Galiza em grande perigo dos inmiigos cossairos” principalmente de “Gonçalo Correa que esta acerca dellas com grande poderio de naaos e de gentes”.

A cidade a tomava à sua responsabilidade a defesa destes navios. A missão, cujo objectivo era proteger e escoltar os citados navios, foi confiada a João da Ponte, ou de Ponte, dada a sua origem limiana ou, possivelmente, pontevedrense, que a desempenhou a contento¹⁷. A partir desta data não temos mais notícias directas de problemas do Porto com este corsário. Contudo, sabemos que a sua actividade não parou por aqui. No dia 4 de Julho de 1437, em Câmara, o concelho de Pontevedra constatava “que por rason que algunos mercadores e suas mercadorias e navios se temian e reçeavan de viir a esta dita villa e seu porto con as ditas mercadorias e navios, entendendo de seer prendados e penorados por las mercadorias que Gonçalvo Correa tomara enno dito porto e levara enna barcha chamada por nome Rostro Fremoso de vezinos e moradores da dita villa”, porque isso era em grande prejuízo da terra, acordaram dar salvo-conduto a quem aí quisesse comerciar.

Destaquemos uma nota decorrente deste episódio. Em 1454 existia na cidade do Porto uma embarcação chamada *Rosto Formoso*, um barinel, cujo mestre era Martim de Figueiró. Isto pode-nos levar a crer que em data posterior a 1437 os portuenses voltaram a confrontar-se com o mesmo corsário e lhe capturaram o barco passando a utilizá-lo em seu proveito. Ou que os seus novos armadores lho compraram, o que também não deixava de ser uma prática usual no tempo. A confirmar-se uma destas hipóteses, ficamos com uma informação preciosa sobre a longevidade de um navio medievo: pelo menos dezassete anos, com boa parte deles passada em atribuladas aventuras.

Na década de 40 registaram-se agressões a navios do Porto nas águas da Catalunha. O caso mais grave ocorreu em 1440 quando a nau *Santa Clara* foi tomada pela carraca de “mossem Joham de Barbora”, corsário de Barcelona, quando navegava da Flandres para Pisa.

¹⁶ Sobre este episódio ver *Monumenta Henricina*, 1961, III: 216.

¹⁷ No regresso, em 19 de Abril de 1432, talvez por força dos combates ou por acção dos elementos, foi necessário “corregger” o seu navio, o que se fez nos estaleiros de Miragaia. A factura a pagar por este conserto foi apenas de cem reais pois “o mais lhe quitarom por que o a cidade achou bem deligente na goarda das naaos a que ora a cidade mandou em Galiza gardar de Gonçalo Correa”. DUARTE; MACHADO, 1985: 104.

Este episódio motivou troca de correspondência entre o governo central português e os dirigentes da cidade condal. Segundo a nota de protesto enviada para Barcelona, a carga do navio pertencia a mercadores genoveses. Além de “taças, tapetes e panos de armar”, a nau transportava “armas, bombardas e pequenos canhões”¹⁸.

Ao longo da segunda metade do século XV, foram frequentes os ataques perpetrados por navios ingleses e franceses. Os primeiros revelaram-se particularmente activos desde 1446. Nesse ano, capturaram quatro navios da cidade¹⁹. Mais tarde, em 1454, há notícias de novos conflitos marítimos com súbditos da coroa britânica conforme se pode verificar pelo pedido de salvo-conduto requerido por mercadores de Plymouth, que temiam represálias da cidade em resposta a actos cometidos por piratas ingleses contra navios do Porto. Actos que se repetiram, pelo menos, em 1471 (durante o período delicado da Guerra das Duas Rosas) e 1491²⁰. Entre 1474 e 1475 a cidade enviou um emissário a Inglaterra para tentar recuperar uma caravela e mercadorias apresadas a comerciantes do Porto²¹.

Já vimos como em 1450-1451 houve movimentações no Porto “por rezam dos franceses”. Mais graves foram os acontecimentos de 1469, envolvendo unidades navais portuenses e, com toda a probabilidade, um conhecido corsário francês de nome “Collam” ou “Coulão”, que motivaram a elaboração do documento que publicamos em apêndice a este trabalho e que adiante analisaremos mais pormenorizadamente.

No ano anterior (1468), o apresamento de um navio portuense carregado de vinhos por galegos de Tuy no rio Minho (que na mesma altura também capturaram um barco de Aveiro) motivou represálias organizadas por Aveiro e Porto, que colocaram a fronteira norte a ferro e fogo²².

Problemáticos foram igualmente os anos compreendidos entre 1475 e 1495. As operações de corso e pirataria ocorreram com frequência e integraram-se num contexto de grande conflitualidade entre os estados ibéricos motivado por uma definição de áreas de acção das respectivas marinhas em pleno período expansionista. O conflito desenvolveu-se em grande medida pela reacção portuguesa à actividade pesqueira e comercial dos centros portuários andaluzes na costa da Guiné. Mas não só. Em causa estava também a tentativa de controlo de zonas de influência marítima em Granada, Norte de África e faixa ocidental africana. Envolveu toda a Península Ibérica numa teia complexa de alianças ocasionais, promessas de recompensas na forma de concessões de facilidades comerciais, doações de quintos e de presas, etc. Em determinadas ocasiões, os portugueses tiveram a seu lado navios franceses (como os do antigo rival Coulão) e apoio de portos de primeira linha como Cádiz. Os andaluzes, por seu turno, contaram quase sempre com o auxílio da marinha vasca, responsável por diversos ataques na “frente norte” do conflito, bem como em águas mediterrânicas e na costa marroquina.

¹⁸ Sobre este assunto ver MORENO, 1972.

¹⁹ Um deles, a *barca dos Cordoeiros*, foi, inclusivamente, capturado à saída do porto de Lisboa onde fizera escala vindo do Levante carregada de panos e especiaria.

²⁰ Sobre estas últimas três informações ver SILVA, 1989: 542-543, (outros casos aqui relatados e uma panorâmica geral sobre o tema neste mesmo trabalho).

²¹ AHMP – *Livro 1 do Cofre do Concelho*, fl. 154. É possível que se tratasse de um dos navios capturados no citado ano de 1471.

²² Já tratámos deste episódio, bem demonstrativo da conjugação de interesses comerciais-marítimos das duas localidades, no trabalho BARROS, 1997: 186.

Durante este período sucederam-se as armações de frotas, os combates, as capturas de navios, as represálias, os envios de correios, os pedidos de dinheiros e de abastecimentos. Beneficiando do momento conturbado, tornaram-se frequentes as iniciativas bélicas de particulares actuando muitas vezes impunemente.

A cidade do Porto registou algumas perdas. Na campanha de 1475-1477, num dos mais importantes combates navais travado na costa marroquina, foi capturada a nau *Borralha*, de armadores da cidade²³. No ano de 1479, a caravela de João Eanes e de Martim Afonso foi roubada em Nantes por um corsário vasco, Juan de Bermeo.

6. Isolemos então o acontecimento de 1469, exemplar no contexto dos problemas marítimos enfrentados pela cidade do Porto no final da Idade Média e da forma como alguns deles eram resolvidos²⁴.

A notícia, já o dissemos, chegou no mês de Julho. Os navios que faziam o torna-viagem da Irlanda encontravam-se sob a ameaça “de cosayros franceses e outros”. A preocupação tinha razão de ser. Primeiro, porque deveria tratar-se do grosso da marinha da cidade em viagem pois, de acordo com o documento, os vizinhos do Porto tinham “suas naos, navyos, corpos e mercadorias em Irlanda”; em caso de desastre, as perdas poderiam ser irreparáveis. Segundo, porque nessa altura sabia-se que o corsário francês “Coulão” de seu nome Guillaume de Caseneuve, andava com os seus navios algures entre a Mancha, o Golfo da Biscaia e os mares cantábricos, tornando essa ameaça assustadoramente real.

Tal como também já verificamos, os regedores da cidade não perderam tempo. Requisitaram a caravela de Gonçalo Gonçalves de Azurara²⁵, “abitaltharam-na” e equiparam-na com uma “companhia” de dezoito²⁶ homens e três moços serventes, sob o comando de André Pires, a quem o documento chama “capitão”.

A operação não podia ter corrido melhor. Menos de um mês depois, os portuenses podiam dar “a Deus louvores e graças e aas boas pessoas dos suso nomeados vieram todos em salvo aa dicta cidade”. A companhia do capitão André Pires não vinha “de mãos a abanar”. Saiu da cidade com um navio e regressava com quatro: a já referida caravela de Gonçalo Gonçalves mais duas pinaças e um barinel franceses. Aquilo que no início era uma simples missão de aviso e escolta de navios, transformara-se numa bem sucedida operação de corso. Os dirigentes da cidade, contudo, podiam vir a ter entre mãos um delicado problema. É que, apesar de André Pires e os seus subordinados afirmarem que actuaram “como gentiis ho-

²³ Quando este navio foi capturado pelos andaluzes, com outros navios portugueses, entre Fevereiro e Maio de 1476, representou um enorme motivo de alegria, pois ele era considerado o melhor navio português a integrar a armada derrotada ao largo de Marrocos. Com o devido desconto que se deve dar a este tipo de informações (proveniente de crónicas que tendem a exaltar determinados feitos), deveria tratar-se de uma embarcação de certa envergadura pois, na ocasião, como se disse, foram apresados outros navios nacionais e este é o único a ser destacado, o que comprova a importância da cidade do Porto no contexto marítimo do Portugal de Quatrocentos. Tratava-se de um barco conhecido na cidade. O seu mestre era Diogo Afonso. Quando se fala dele em 1477 diz-se “que foi mestre”, o que quer dizer que a embarcação ainda não estava em mãos portuguesas. Contudo ela deve ter sido recuperada posteriormente, pois em 1479 e, mais tarde, em 1486, o mesmo Diogo Afonso volta a ser referido como “mestre da nau *Borralha*”. Ver, respectivamente, APSPM – *Confraria de S. Pedro de Miragaia*, liv. 2, fl. 16, AHMP – *Vereações*, liv. 4, fl. 85v e liv. 5, fl. 73v.

²⁴ Remetemos o leitor para a consulta do documento publicado em apêndice.

²⁵ A confirmar-se ser um navio de Azurara, o facto de ele ter sido utilizado pode explicar-se por, na altura, na cidade não haver navio disponível – pelo menos com a capacidade de combate requerida em tal situação – porque a maior parte deles estava fora da urbe, possivelmente integrando a frota em perigo.

²⁶ Ou dezanove. Veja-se a tabela que apresentamos em seguida e o documento citado.

mens [...] e que os tomarom de boa guerra”, era difícil de acreditar que duas pinças carregadas de pescado “e mays huum barinel com sal e ferro, vinhos poucos e dinheiros poucos”, fossem perigosos navios corsários²⁷. As reclamações e pedidos de indemnização por parte dos proprietários dos barcos, entremeados por actos de represálias por parte da comunidade lesada, não tardariam.

Por isso se elaborou o instrumento público que temos vindo a seguir. Nele, confirma-se a doação das presas ao capitão e à sua gente, mas também se responsabiliza o mesmo capitão e a mesma gente. Entrega-se as presas mas faz-se um inventário das mesmas e exige-se fiadores. Mesmo aos pequenos serventes que também vão buscar a sua parte do saque. Reconhece-se o serviço prestado à cidade pela companhia, mas a cidade demarca-se da tomada dos navios. Chega mesmo a usar o termo “pilhagem”. Mais: se em acção judicial posterior a companhia for condenada por razão desse acto, a mesma cidade encarregar-se-á de exigir, inclusivamente, o pagamento de todas as despesas que fez na preparação da viagem²⁸.

A COMPANHIA E OS SEUS FIADORES

Companhia	Fiadores
André Pires, capitão	João Antão, mercador, morador em Guimarães ²⁹
Gomes Fernandes, morador na rua Chã	Fernando Eanes, seu pai
Pedro Afonso, alfaiate, morador na rua Chã	Pedro Eanes, criado de Egas Gonçalves
João de Murça, marinheiro	André Pires, capitão da Companhia

²⁷ Como o documento deixa entender: “e por que de assy seer ou nom seer os dictos senhores juizes, vereadores, scripvam e procurador e consules da dicta cidade nom ham certa noticia e de todo perfecta”. Chamamos a atenção para a linguagem utilizada neste documento, com termos e expressões legais pouco frequentes em diplomas da época. Citemos apenas um caso: “e outros muytos consules, representantes e universo, poboo, vezinhos, moradores em a dicta cidade, ‘rabaldes, termos e teritorios”, etc.

²⁸ O que é lógico pois, se o não fizesse, os seus dirigentes estariam a admitir que a expedição de corso havia sido financiada por eles sob a capa de protecção dos seus navios. Este caso apresenta com clareza certos elementos caracterizadores da actividade corsária. As presas, pouco selectivas, dividem-se em três categorias: o corpo do navio ou partes do seu equipamento; homens e mulheres a bordo e objectos pertencentes à equipagem; a carga. A captura dos navios reforça o armamento do corsário (ou da frota mercante, dado que o agressor pode ser um comerciante que ocasionalmente beneficia de uma posição de superioridade para, momentaneamente, se tornar num fora-da-lei) mas expõe a entidade que sanciona a sua frutuosa actividade a represálias ou ao pagamento de indemnizações. Sobre este assunto ver BALLARD, 1990: 34-35. Além disso, havia a consciência de que esses actos prejudicavam largamente a actividade comercial levando ao afastamento dos habituais clientes. Nos capítulos especiais de Faro às cortes de Évora de 1444 fazia-se a seguinte queixa, com pressupostos idênticos aos do documento que temos vindo a analisar: “Outrossy, ssenhor, a uosa merçee sabe como, nos tractos factos antre este rregno e o rregno de Castella, he mandado que em quaeesquer lugares do porto do mar honde sse fezer algũa armaçam o capitam della de fiança por cada pessoa que leuar em seu naujo de cinquenta coroas douro, pera se emmendar e correger quallquer dapno que per elles for facto [...]. E, pode hora auer hũu ano e meo, Fernam de Seixas almoxarife desta ujlla, e aly armou com jente de fora parte e meteo em elle, por capitam, hũu Diego Nunez caladamente, por nom dar fiança, e o mandou andar darmada. E, hindo ao Cabo de Sam Vicente, filhou, hũu navjo de galegos, em que vijinha hũa ssoma de sardinha, e sse veeo com ella aa foz de Silues. E tanto que os offiçiaaes deste conçelho souberom dello parte [...] lhe envyvarom rrequerer, por seu procurador, que rreteuesse em sy o dicto navjo e mercadoria e a nom rrepartisse com nehũ, a menos de nom dar fiança aa dicta tomada [...]”. O quall o nom quis fazer [...]”. *Monumenta Henricina*, 1967, VIII: 132-133.

²⁹ Filho de Antão Martins, já falecido.

Pedro Afonso, marinheiro, morador à Porta Nova (da parte de Miragaia)	Fernão Álvares Baldaia, mercador e Álvaro Leite, alcaide da moeda
Afonso Tomé ³⁰	“
George Martins de Aveiro	³¹
Luís Gonçalves	“
Jácome espingardeiro	“
João da Maia, barbeiro	“
João de Barcelos, criado de Diogo Martins	“
Diogo Gil	“
João Pires, <i>O Galego</i> , criado <i>do Baldaia</i>	“
Três moços, não explicitados, que foram por serventes no navio	“
Lourenço Eanes, marinheiro, genro de Gonçalo Álvares	Gonçalo Álvares
João Vasques	João Álvares Sardo, barbeiro e Álvaro Leite [alcaide da moeda?]
Pedro André	“
Gomes Fernandes, gaiteiro, morador na Rua Nova	João Álvares Sardo, barbeiro, Álvaro Leite [alcaide da moeda?] e Gonçalo Álvares
João de Santarém, barbeiro, morador em Miragaia	Gonçalo Álvares
Fernando Eanes, morador em Miragaia	“

Note-se a presença, directa ou não, de algumas das mais poderosas figuras da cidade quatrocentista. Como Fernão Eanes das Póvoas, Afonso Vasques de Calvos ou Fernão Eanes Baldaia. Todos eles são homens de negócios, e teriam todos interesses nos navios que vinham da Irlanda. E, no entanto, alguns deles, como Fernão Eanes Baldaia, ou como Álvaro Leite, alcaide da moeda, aceitam ficar como fiadores dos homens da caravela. O que se explica por certas ligações familiares, económicas e sociais de grande significado no Porto medievo e moderno.

O caso de Fernão Álvares Baldaia é, neste sentido, exemplar. Ao longo da sua vida manteve um estreito relacionamento com os homens de mar de Miragaia (deixando legados à confraria e hospital que estes mantinham) e era proprietário de uma nau que tinha o seu nome. Dias Dinis refere que este mercador combateu “Coulão” nesse mesmo ano de 1469.

³⁰ Este nome surge na parte do documento relativa às fianças, e não na parte inicial, quando se descreve a companhia. Refere-se um certo “Afonso Alvares, genro do Saboeyro”, que depois não aparece na altura das fianças. Trata-se da mesma pessoa e houve lapso no nome numa das duas listas ou são dois elementos diferentes e não surge um deles com fiador?

³¹ Não se indica qualquer fiador deste homem.

Numa carta datada de 2 de Janeiro de 1470, Afonso V concede-lhe uma tença anual de oito mil reais brancos “por haver consiraçom no mujto seruiço que teemos rreçebido de Fernam dAluares Baldaya nosso caualeiro morador em a nossa çidade do Porto, e em espeçiall por a pelega que ora ouue com Culam frances que andaua darmada no mar da costa dos nossos rregnos”³². Nesse mesmo ano de 1470, o *Livro de Recebimentos da Chancelaria da Câmara*, regista no mês de Janeiro: “Item – Merçee a Fernam d Aluarez Baldaya de çerta poluora e lanças gorgazes çem reais. C reais”³³. O que nos leva a pensar em três coisas. Primeiro: que este mercador-cavaleiro se limitou a organizar a expedição que temos vindo a analisar. Segundo: que nessa expedição não houve qualquer recontro com o famoso corsário francês. Terceiro: que entre Agosto de 1469 e Janeiro de 1470 este mesmo corsário voltou à carga e, dessa vez, foi o próprio Baldaia a embarcar e a dar-lhe combate.

Olhemos para a composição da companhia, um grupo de pessoas com uma tarefa difícil, a bordo de um navio, que provavelmente iria entrar em combate (como entrou). Declaradamente, só embarcaram três marinheiros³⁴ e, para além de um espingardeiro e de dois barbeiros³⁵ de alguma forma habituados a lidar com armas, estamos perante uma companhia de homens dos mesteres, escolhidos dentro do quadro alargado de recrutamento militar medievo, entre os dezoito e os sessenta anos. Apesar do seu reduzido número, da eventual dificuldade de alguns em embarcar num navio e da pouca experiência de outros no manejo de armas, conseguiram capturar três navios, seja qual for o seu porte, e, aparentemente, não sofrer qualquer baixa.

Uma nota final: este documento confirma dados fornecidos por diferente documentação camarária (nomeadamente pelas *Vereações*) quanto à importância dos portos britânicos – e concretamente da Irlanda – para a navegação e comércio marítimo do Porto no século XV³⁶.

7. O comércio marítimo tardomedieval era tarefa arriscada. E ainda mais quando se navegava isoladamente. Por esse motivo, em cidades portuárias como o Porto, habitualmente, os navios saíam e regressavam em conjunto, “em conserva”, tentando dissuadir eventuais agressores e, em caso de ataque, garantir maior capacidade defensiva³⁷.

As ameaças à navegação do Porto (como à de qualquer cidade portuária) eram ameaças à sua economia. Contra elas, a resposta tinha de ser rápida e eficaz. Até que ponto o Estado, em processo de centralização, actua em casos desta natureza? À primeira vista, parece que a sua capacidade de intervenção é bastante reduzida. Perante as queixas dos concelhos, dos armadores e dos comerciantes a justiça régia é exasperantemente lenta e bastante limitada. Durante o século XV, o processo parece desenrolar-se da seguinte forma:

³² CRUZ, 1960, VII: 81-82.

³³ PERES, 1974: 3.

³⁴ Claro que entre eles havia mais de três marinheiros. Basta pensar nos nomes que não têm profissão indicada e presumir que, pelo menos os de Miragaia, bairro de gente do mar, estariam habilitados a ajudar na manobra da caravela. Não sabemos se haveria membros da tripulação permanente do barco. Acreditamos que não, pois estariam incluídos nesta listagem uma vez que não deixariam de participar na operação. Isto também nos leva a pensar que, apesar de o proprietário da caravela ter *Azurara* no nome, o navio actuaria habitualmente a partir da cidade do Porto.

³⁵ No Porto medieval e moderno *barbeiro* significa *alfageme*, mesteiral ocupado no fabrico e arranjo de armas. É à sua oficina que se dirigem todos quantos têm armas para as afiar, para lhes retirar as “barbas”, ou seja, as limalhas.

³⁶ Assinale-se também a relativa pobreza das presas tomadas aos franceses. Neste século, os nossos navios transportavam geralmente cargas bem mais atractivas. O mesmo tipo de carga é assinalado por MARQUES, 1992: 57-58.

³⁷ Outra das formas para minorar eventuais perdas consistia em viajar com pouco dinheiro, privilegiando-se a utilização de letras de câmbio impossíveis de cobrar pelos corsários.

- comunicação do problema (assalto aos navios da cidade);
- diligências do poder central requerendo a inventariação dos prejuízos e prometendo o envio de representantes que os procurarão recuperar junto dos portos de origem dos agressores.

Este é o procedimento habitual, que poucas vezes funciona.

Em casos de ameaça à integridade do território – como aconteceu com as perturbações ocorridas na fronteira minhota em 1468 na sequência do apresamento de navios do Porto e de Aveiro – uma das medidas aprovadas pelo monarca era o envio de fronteiros para a área de crise. Mas, também em teoria, havia um alto funcionário régio com jurisdição sobre estes assuntos: o Almirante. No entanto, no século XV, este oficial correspondia a uma espécie de actual ministro da Marinha e era pouco mais do que um beneficiário de rendas e detentor de um título cobiçado mas pouco eficiente em matéria naval. Por isso, na década de 60 deste mesmo século, é criado o ofício de Capitão-mor do mar, subordinado ao Almirante, encarregado da segurança da navegação e com uma série de “adjuntos” entendidos em coisas navais que dele dependiam. Além destes, havia os alcaides do mar e os patrões das galés.

Mas a multiplicação de cargos era mais um elemento de ineficácia. A cidade gostava de ver estes oficiais longe dos seus muros. Apenas os tolerava quando era necessário armar fro-
tas régias para expedições militares de grande envergadura.

Do rei, dos seus oficiais, da sua diplomacia, das suas embaixadas, pouco havia a esperar – pelo menos no curto prazo. Percorrer os canais diplomáticos requeria tempo. Os processos arrastavam-se durante anos em tribunais internacionais e auditórios marítimos que protelavam as decisões. Ora, a evolução da actividade comercial é mais rápida do que a evolução do aparelho de Estado. Tempo era coisa que os mercadores não se podiam dar ao luxo de desperdiçar. Desse modo, quando factos deste tipo acontecem, actuam primeiro e comunicam ao rei depois. São eles, ou as suas comunidades, que armam navios de defesa, que pagam aos homens do mar engajados nestas expedições e que os recompensam, que se seguram quando os casos não são claros, que não se inibem de censurar o rei por não definir uma política enérgica contra o corsarismo. Como aconteceu em 1449, quando a cidade do Porto ordenou aos seus procuradores que requeressem na corte o seguinte: “Item que seja sua merçee de nos poer Remedio nas tomadas das naaos pellos Ingresses e bretoes e gallegos firmando com elles boas pazes ou crua guerra que nos seria mjlor que so tjtollo de paz cada dia seermos Roubados”³⁸.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1469. Agosto, 30 – Setembro, 2. Porto – *A Câmara do Porto exige termo de responsabilidade e cartas de fiança à companhia do capitão André Pires, envolvida na tomada de certos navios franceses.*

AHMP – Livro 5º de Pergaminhos, doc. 10.

Em nome de Deus amen. Saibham quantos este stromento virem que no anno do nascimento de Nosso Salvador Yhesus Christo de mil e quatrocentos e seseenta e nove annos

³⁸ FERREIRA, s.d.: 418.

filho d'Afons'Eanes contador que foy d'El Rey, Gonçalo Lourenço criado do Arcebispo de Bragua, Joham Preto porteyro da dicta Relaçom moradores en a dicta cidade do Porto e outros.

E depois desto trinta e huum dias do dicto mes en minha casa presente Lourenc'Eannes marinheiro genro de Gonçalo Alvarez moradores en a dicta cidade ambos presentes eu tabellion lii e publicquey o dicto stormento e elle outorgou e prometeo a o teer e comprir e guardar so a dicta pena e appresentou fiador o dicto Gonçalo Alvarez que stava presente e que mo vio e ouvio leer o qual Gonçalo Alvarez fiou o dicto Lourenc'Eannes na forma, clausulas, condiçoes do dicto stormento e o dicto Lourenc'Eannes prometeo a o tirar a paz e a salvo. Testemunhas Pedro Anes tabeliom, Alvaro Gonçalvez d'Ossella e outros.

E depois desto no dicto dia en minha casa Johanne Alvarez Sardo barbeyro e Alvaro Leite fiarom Joham Vaasquez, Per'Andre e o gayteiro Gomez Fernandez da rua Nova so as dictas clausulas, condiçoes assy e no modo e forma no dicto stormento contheudas e obrigaram pera esto todos seus beens. Testemunhas Andre Gonçalvez e Diego Gil barbeyro genro de Johann'Eanes baynheiro moradores en a dicta cidade e o dicto capitam e outros.

E depois desto primeiro dia de Setembro Gonçallo Alvarez sobredicto fiou Gomez Fernandez da rua Nova aalem da outra fiança sua do dicto Gomez Fernandez e fiou Joham de Sanctarem e Fernand'Eannes assy e per a guisa e condiçoes do dicto contracto e aalem das outras fianças. Testemunhas que foram a esto presentes Gonçallo Pinto filho d'Ayras Pinto e Lourenc'Eanes genro do dicto Gonçalo Alvarez moradores en a dicta cidade e outros.

E depois desto sabado dous dias do mes de Setembro en a dicta casa da Rolaçom dia e ora de Rolaçom eu tabelliom sobredicto rememorey o dicto stormento perante Vaasco Carneyro outrosy vereador da dicta cidade porque o dicto Vaasco Carneyro confessou que viinte e nove dias d'Agosto leera a nota do stormento sobredicto en meu livro e o dicto Vaasco Carneyro o outorgou en presença do dicto Fernam Martinz e de Johanne Alvarez Ribeyro cavaleyro outrosy juiz e d'Afonso Vaasquez e de Fernand'Eanes vereadores e do dicto scrivam e do procurador. Testemunhas que foram presentes Johan d'Aragom, Johan Paaez e outros muytos cidadãaos, consules da dicta cidade que todos s'iam en Rolaçom e outros e eu Ruy Gonçalvez tabelliom sobredicto que este stormento per outorgamento das dictas partes e fiadores screppy e coregi Pedr'Afomso e seus beens e en elle meu signal fiz que tal he.

[Segue-se o sinal, muito elaborado, do tabelião e a nota:] “Deo (?) cl reais com duas notas e sinaaes”.

Siglas

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto

APSPM – Arquivo Paroquial de S. Pedro de Miragaia

Abreviaturas

col. – colecção

ed. – edição

fl. – folio

liv. – livro

p. – página (s)

publ. – publicado

s.d. – sem data

ss. – seguintes

v. – verso

vol. – volume (s)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- BALLARD, Michel, 1990 – *Course et piraterie a Gênes a la fin du Moyen-Âge*, in "El commerç alternatiu. Corsarisme I Contraban (s. XV-XVIII). VIII Jornades d'Estudis Històrics Locals, Palma de Maiorca", Palma de Maiorca, Institut d'Estudis Baleàrics, p. 34-35.
- BARROS, Amândio, 1997 – *Barcos e gentes do mar do Porto (séculos XIV-XVI)*. "Revista da Faculdade de Letras. História", Porto, Faculdade de Letras, II Série, Vol. XIV, p. 167-230.
- BASTO, Artur de Magalhães, 1940 – *Livro antigo das cartas e provisões*, Porto, Câmara Municipal, Vol. V.
- CÓRDOBA, Ricardo, 1989 - *Violencia por conflictos comerciales entre Castilla y Portugal (1475-1495)*, in "Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas do Congresso Internacional, Porto", Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, vol. III (Economia e Comércio Marítimo), p. 180.
- CRUZ, António, 1960 – *O Porto na génese dos Descobrimientos*. "Studium Generale", Porto, Centro de Estudos Humanísticos, vol. VII, p. 81-82.
- DUARTE, Luís Miguel; MACHADO, João, 1885 – "*Vereações*". 1431-1432. Livro 1, Porto, Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto.
- FAVIER, Jean, 1987 – *De l'or et des épices. Naissance de l'homme d'affaires au Moyen Âge*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- FERREIRA PRIEGUE, Elisa, 1988 – *Galicía en el comercio marítimo medieval*, Santiago de Compostela, Fundación "Pedro Barrie de la Maza".
- FERREIRA, J. A. Pinto, s.d. – "*Vereações*". *Anos de 1401-1449*, Porto, Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade.
- FONSECA, Luís Adão da, 1980 – *O Porto nas rotas do Mediterrâneo ocidental*. "Revista de História", Porto, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. III, p. 127 e ss.
- FONSECA, Luís Adão da, 1989 – *Algumas considerações acerca das relações comerciais marítimas de Portugal com Génova na Baixa Idade Média* in "Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas do Congresso Internacional, Porto", Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, vol. III (Economia e Comércio Marítimo), p. 635 e ss.
- HEERS, Jacques, 1966 – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux*, Paris, PUF.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1992 - *Bretagne et Portugal au XV^e siècle*, Brest, Centre de recherche bretonne et celtique (Separata de "1491. La Bretagne, terre d'Europe" p. 57-58).
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1993 – *Hansa e Portugal na Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- Monumenta Henricina*, 1961, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Vol. III.
- Monumenta Henricina*, 1967, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Vol. VIII.
- MORENO, H. Baquero, 1972 – *Cartas do Infante D. Pedro aos Conselheiros de Barcelona* (Separata de "Arquivos do Centro Cultural Português", Paris, Vol. IV).
- PERES, Damião, 1974 – *O livro de recebimentos de 1470 da chancelaria da câmara*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- SILVA, F. Ribeiro da, 1989 – *Portugal e o curso no Atlântico Norte na 2ª metade do século XV* in "Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas do Congresso Internacional, Porto", Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, vol. III (Economia e Comércio Marítimo), p. 542-543.

Amélia Polónia *

O Porto nas navegações ultramarinas quinhentistas. Embarcações e náuticos.

R E S U M O

É objectivo deste estudo sistematizar alguns dados relativos à logística naval da cidade do Porto, e dos portos anexos de Leça e Matosinhos, no século XVI, em ordem a: 1. Avaliar o respectivo peso, no particular contexto de Entre-Douro-e-Minho e do reino em geral, quer em termos de frota naval, quer em termos de número de náuticos; 2. Debater a projecção de Leça e Matosinhos e discutir o seu estatuto de portos satélites da cidade do Porto; 3. Procurar estabelecer as interacções cabíveis entre a logística naval e a dinâmica comercial do burgo.

O principal objectivo deste estudo é o de compendiar alguns dados relativos à logística naval da cidade do Porto, recolhidos no decurso de um projecto de investigação sobre navegação ultramarina quinhentista, os quais aqui se procuram interpretar na sua relação com a globalidade do reino e no particular contexto de Entre-Douro-e-Minho. Sendo indiscutível o forte protagonismo da cidade do Porto na expansão ultramarina, nos domínios da construção naval, navegação, comércio, evangelização e emigração, nem todos estes sectores conheceram o mesmo desenvolvimento, pelo que importa destringir áreas de maior projecção e respectivos pesos na dinâmica geral da urbe. A tanto não nos propomos, tanto mais que se encontra em curso um projecto de dissertação de doutoramento de cuja conclusão se esperam esclarecimentos e novas interpretações sobre estas matérias¹. Não poderemos, porém, deixar de afirmar a convicção de que a importância relativa da cidade no projecto expansionista do reino se contabiliza mais pelo seu peso de urbe comercial, do que enquanto porto de transporte marítimo, não sendo a logística naval do burgo suficiente para responder às necessidades criadas pelas iniciativas dos seus agentes mercantis, muitos dos quais "de grandes cabedais" e "de grosso trato", para utilizar conceitos coevos com que diplomas régios e literatura cronística tendem a defini-los.

Para uma mais cabal avaliação desta matéria apresentaremos os dados, estatística e cartograficamente tratados, de algumas fontes que permitem uma avaliação comparativa dessa força naval, avaliada, quer em termos de frota naval, quer em número de náuticos.

* Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Referimo-nos ao trabalho de doutoramento, em curso, de Amândio Barros, a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. FROTA NAVAL

1.1. Representatividade no cômputo geral do reino

Centrar-nos-emos, num ensaio de percepção da dimensão da frota naval da cidade do Porto e dos portos que lhe são anexos (Leça e Matosinhos) no século XVI, em quatro núcleos documentais, os quais foram reunidos, porém, com intencionalidades e funções diversas, o que lhes confere limitações e potencialidades distintas no que se refere ao estudo desta matéria².

Referimo-nos, em primeiro lugar, aos documentos que noticiam ataques de corso francês a embarcações nacionais, coligidos por Ana Maria Ferreira, e ocorridos entre 1508 e 1538³. Cremos estar perante um universo representativo dos vasos marítimos em circulação, ainda que as indicações se encontrem condicionadas pelo carácter aleatório dos ataques, por um lado, e pelos percursos preferenciais em que estes incidiam, determinados pelos lucros de saque previsíveis. Com efeito, a identificação, nesse conjunto de registos, de ataques efectuados em rotas que ligam o continente aos espaços ultramarinos, mas o articulam também com a Europa, em particular a Espanha e a Europa do Norte, aponta para um elenco alargado de itinerários. Nestes predominam, porém, os centrados em percursos que envolvem de forma maioritária os Açores, nó estratégico das navegações oceânicas; a África, incluindo a do Norte; a Madeira; e as rotas de e para a Inglaterra e a Flandres, no espaço europeu. A rota do Cabo também aí se encontra documentada, em particular a partir da sua articulação com os Açores, no torna-viagem.

Remetemos, em segundo lugar, para o registo do pagamento de taxas à Casa da Nação Portuguesa de Antuérpia, entre 1535-1551 e 1565-1570⁴. Estando o seu valor documental limitado, em termos de circuitos de navegação, pela exclusividade do destino final, esta fonte aponta, porém, para percursos diversificados que envolvem itinerários que têm como ponto de partida a Ilha da Madeira, Cabo Verde, S. Tomé, Cabo de Gue, Brasil, com ou sem escala em Lisboa, para além de muitos outros percursos com início nesta cidade, ou em outros pontos da costa portuguesa e espanhola.

Mobilizámos, em terceiro lugar, o recenseamento de embarcações de alguns dos portos do reino, feito em 1552 e destinado a registar "*os naujos que ha nelles e de callidades e parte são*"⁵. Esta fonte, mais do que as restantes, poderá ser vista como privilegiada, não só pela sua intencionalidade de registo integral da frota mercantil capaz de navegar em rotas atlânticas, mediterrânicas e do Mar do Norte, como pelo facto de se cingir a um só ano, identificando assim os efectivos totais existentes, sem duplicações, como, ainda, pela circunstância de abarcar vasos que percorreriam todas as rotas oceânicas abertas ao comércio, e não apenas uma em particular.

Por último, utilizámos os dados compendiados por Rebelo da Silva a partir de um manuscrito do British Museum, o qual poderá, por sugestão, apontar para a força naval do reino antes da sua participação na "Invencível Armada"⁶.

² A presente análise deverá ser cotejada com outras, do mesmo autor, sobre barcos e gentes do mar da cidade relativas a séculos anteriores, em particular à era de quatrocentos. Vd. BARROS, 1991 e 1997

³ FERREIRA, 1995.

⁴ IAN/TT – FPA, lv.1 e 4

⁵ AZEVEDO, 1904: 244.

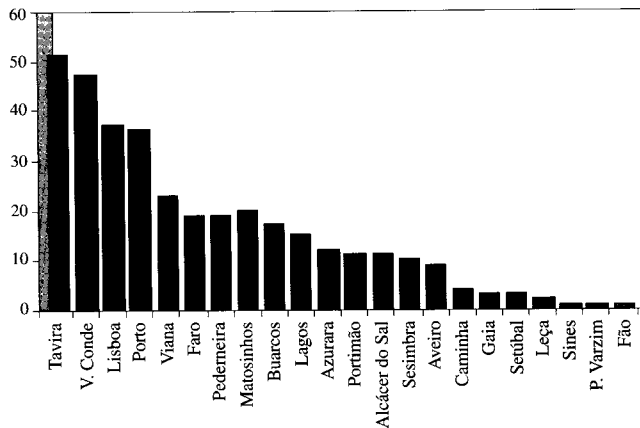
⁶ SILVA, 1867, III: 211, nota 1.

Ainda que sequenciais no tempo, os dados que sistematizaremos não poderão, porém, ser comparados numa perspectiva diacrónica simplista, já que emergem de diversas intencionalidades e tipologias de registo.

Para além de apontar a evolução, na diacronia, do número de efectivos navais da cidade do Porto recenseados nas fontes em referência, importa que nos interroguemos acerca da representatividade desses números no universo naval do reino, procurando desse modo avaliar, para além dos quantitativos absolutos, também os relativos. É essa orientação que norteará o presente estudo.

Os números apresentado por Ana Maria Ferreira apontam, desde logo, para uma importância mediana assumida pela frota naval do Porto no período tratado: 1508-1538. Com 34 embarcações assaltadas, equivalentes a 9,5% do universo tratado, a urbe da foz do Douro apresenta um número inferior ao das frotas navais de Tavira, com 51 ataques recenseados, de Vila do Conde, com 47, e de Lisboa, com 37. Surgindo em quarto lugar em número de navios assaltados, apresenta quantitativos próximos dos da cidade de Lisboa, mas distantes, por defeito, dos de Vila do Conde e, por excesso, dos de Viana do Castelo, com pouco mais de 20 embarcações tomadas. O gráfico 1 confirma, de forma explícita, o que dizemos.

GRÁFICO 1 – Navios assaltados por corsários franceses (1508 - 1538)



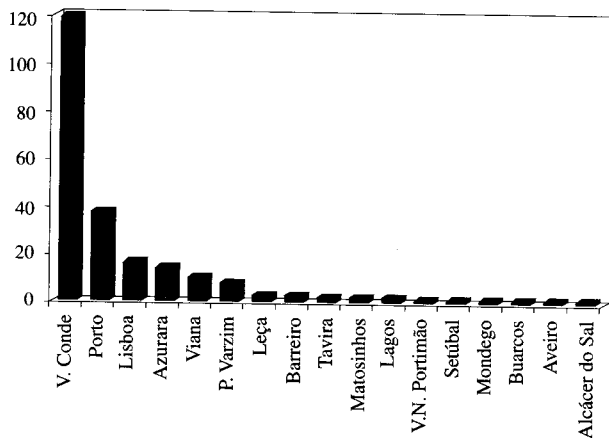
Fonte: FERREIRA, 1995: Apêndice I

Idêntica posição é revelada pela sua participação nas rotas que têm Antuérpia como ponto de chegada. Nesses itinerários, a frota da cidade do Porto assume uma posição destacada, é certo, mas ainda assim superada pela de Vila do Conde, urbe marítima de muito menor amplitude que a do Porto, quer em termos demográficos, quer em termos de poder mercantil⁷. O escalonamento global e anual dos registos comprova-o. A análise feita incide apenas sobre os transportes efectuados por frotas matriculadas nos portos do reino, excluindo quer os navios cujos mestres são vizinhos de S. Tomé, quer os que o são da França, Inglaterra, Irlanda ou Países Baixos. Estes últimos congregam uma fatia correspondente a

⁷ Cf. POLÓNIA, 1999.

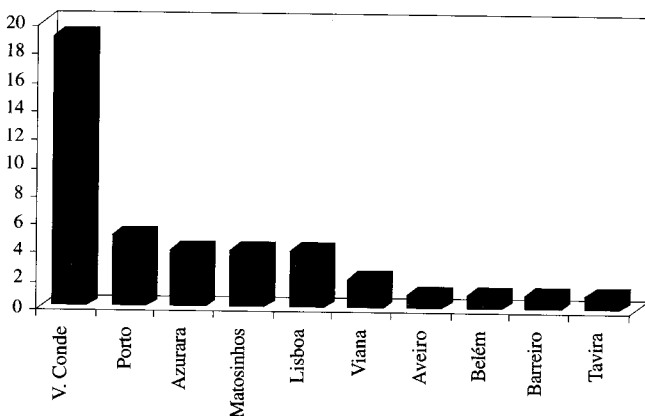
17% da totalidade do universo de dados. Não estão, ainda, incluídos nesta análise estatística 120 casos que não mencionam o porto de registo das embarcações. O universo de referência restringe-se, pois, às embarcações que descarregaram mercadorias sujeitas a tributação pela Casa da Nação Portuguesa em Antuérpia, com menção expressa ou deduzida a portos de matrícula situados no espaço continental do reino.

GRÁFICO 2 A – Embarcações que pagam "avarias" em Antuérpia (1535-1551)



Fonte: Apêndice 1

GRÁFICO 2 B – Embarcações que pagam "avarias" em Antuérpia (1565 - 1570)



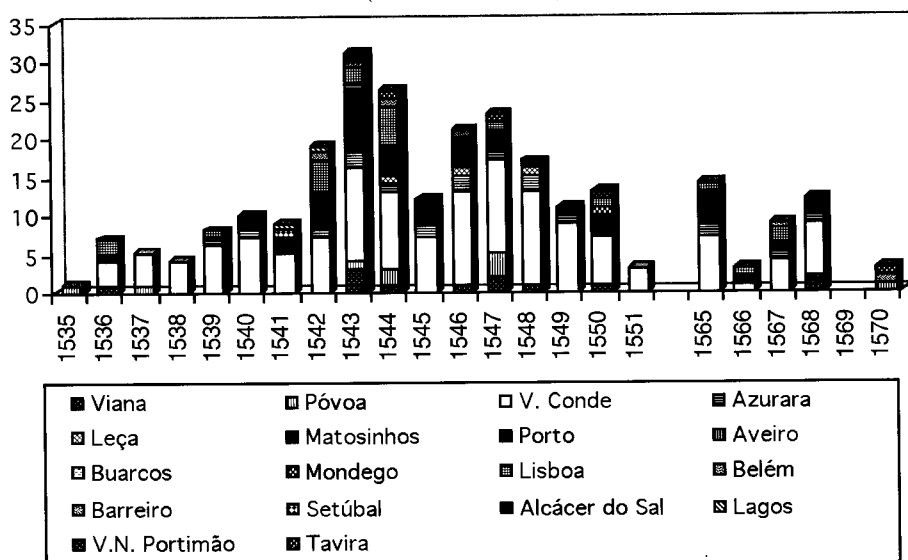
Fonte: Apêndice 1

A cidade do Porto surge em posição destacada, com 42 registos de tributação identificados, sendo, no entanto, manifesta uma prevalência percentual das embarcações de Vila do Conde em todos os anos recenseados até 1568. De notar, porém, não apenas a sua superioridade numérica, mas também uma ordem de grandeza não comparável com qualquer

outra frota do reino, incluindo as das cidade do Porto ou Lisboa, que sempre surgem, respectivamente, em segundo e terceiro lugares.

Assim, aos 37 navios do Porto, registados entre 1535 e 1551, contrapõem-se 119 de Vila do Conde, e apenas 16 de Lisboa, e aos 5 de 1565-1568, 19 de Vila do Conde e apenas 4 de Lisboa. Note-se a ausência, no primeiro período, de embarcações de Matosinhos, mas a sua presença, significativa nesta amostragem, no segundo período em análise, com 3 embarcações, ao contrário de Leça, presente no primeiro levantamento, ainda que com apenas 3 embarcação, mas ausente do segundo.

GRÁFICO 3 – Distribuição cronológica dos registos de pagamento de "avarias" em Antuérpia (1535-51 e 1565-70)



Fonte: Apêndice 1

Para explicar este peso pouco significativo da faixa litoral envolvente da cidade do Porto quando comparado com o de Vila do Conde, Azurara e Póvoa do Varzim, poderíamos apelar para hipóteses que apontassem esta rota como marginal em relação às estratégias preferenciais dos agentes marítimos da cidade, especializando-se estes noutros destinos, como os que ligam o continente às ilhas ou à costa africana, ou aqueles que o ligam ao Brasil. A primeira ilação não pôde ser confirmada, nem pelos livros de receita e despesa da Feitoria Portuguesa da Andaluzia, nem pelos das praças marroquinas, os quais registam uma global ausência de embarcações do Porto a fazer transporte de mercadorias com esse destino⁸. Quanto à segunda: a eleição da rota do Brasil como dominante, é certo que esta rota, em que agentes económicos da cidade assumem posição destacada, tem um prolongamento natural para Antuérpia, mas numa época em que o tráfego naval com esse destino se encontra nas mãos de mestres e embarcações do Norte da Europa, como adiante veremos.

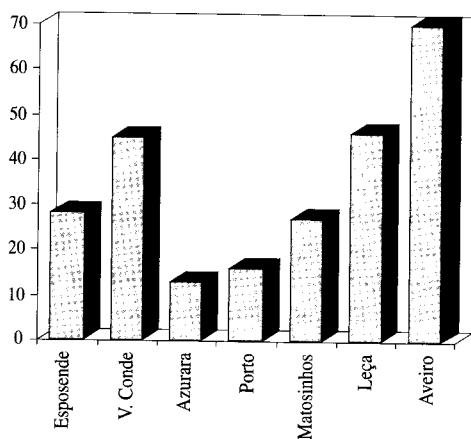
⁸ Cf. POLÓNIA, 1999, I: 485-488, a partir do estudo de IAN/TT – NA 608, 613, 628, 706-711, 713-716, 719, 726, 736 - 738, 740 .

Essa realidade, que aponta para uma secundarização da cidade do Porto como porto de transporte, encontra-se de igual modo consolidada pelo censo naval de 1552. Entre os portos recenseados (Esposende, Vila do Conde, Azurara, Porto, Matosinhos, Leça e Aveiro) aquele que investigamos assume uma posição de ainda menor relevo. Assim, e centrando-nos numa abordagem meramente numérica, a cidade do Porto desce dos 9,5% que assume na rota de Antuérpia entre 1535 e 1551 para apenas 6,5 % do novo universo em estudo (cf. apêndice 2 e gráfico 4). Uma análise mais fina dos dados mostra que o poder naval da cidade, evidenciado pelo registo de apenas 16 embarcações, se encontra reforçado pelo peso significativo das frotas de Matosinhos e Leça, com 11% e 18,8% do total, respectivamente. Porquê, então, a global ausência destes portos nos registos de Antuérpia de 1535-1551? Poderíamos aventar a hipótese de tal facto se dever a uma atribuição geográfica menos precisa, atribuindo o escrivão o registo à cidade do Porto, dada a sua proximidade e o seu valor de referência a nível internacional. De outro modo, como explicar a invisibilidade desses "portos satélite" em períodos sensivelmente sincrónicos aos do censo de 1552? De notar, ainda, neste censo, o poder naval de Vila do Conde, que assume 18,4% das embarcações. Somado ao de Azurara, esse valor ascende a 23,7% em termos numéricos, mas a 32,7% em termos de tonelagem. Já os 4,8% de Esposende ou os 28,6% de Aveiro se devem a um número elevado de embarcações de pequeno porte, na sua maioria caravelas, situadas em valores inferiores às 40 e às 69 toneladas.

É provável que, no caso específico de Aveiro, muitas das suas 70 pequenas embarcações assegurassem transporte de sal em percursos de pequena e média dimensão, os quais poderiam, ou não, extrapolar o reino, mas só numa ínfima percentagem assegurariam rotas de comércio ultramarino e transportariam produtos de origem colonial que aqui em particular importa avaliar⁹. A circunstância, que de seguida documentaremos, de 57,8% das embarcações de Vila do Conde serem de envergadura superior a 100 toneladas, reforça a tese de que o poder efectivo de transporte marítimo dessa vila, dirigido ao tráfego comercial ultramarino e de longo curso, seria superior aos 18,4% para que uma mera análise numérica destes dados aponta.

GRÁFICO 4
Embarcações
recenseadas em 1552 -
Distribuição numérica
por localidades

Fonte: Apêndice 2



⁹ A circunstância de a fonte não apontar, para Aveiro, os itinerários cumpridos pelas embarcações registadas atribui a esta possibilidade o valor de mera hipótese. Todavia, ela é amplamente corroborada pelos dados apresentados para Esposende, localidade em que as 28 embarcações citadas percorrem itinerários de mera cabotagem, servindo um pequeno comércio exclusivamente interno.

Essa tendência assumida pelo porto do foz do Ave não parece, porém, ter perdurado na longa duração, pelo menos em termos de números absolutos de efectivos navais, segundo sugerem os dados compendiados por Rebelo da Silva, e referentes a 1586. Não podendo asseverar a fidedignidade do documento, limitamo-nos a apontar os dados nele explicitos e reflectir sobre os significados da evolução neles patenteados. Para tanto, compulsam-se apenas os dados relativos aos portos de Entre-Douro-e-Minho e Aveiro, procurando estabelecer um confronto com os valores apontados pelo censo naval de 1552, quer em termos de efectivos navais, quer de tonelagem.

A leitura do quadro, perspectivada agora apenas em termos numéricos, parece apontar para duas constatações: a perca manifesta de poder naval de Vila do Conde e Aveiro, que vêm reduzidos os seus efectivos a cerca de metade, no caso de Vila do Conde, e a cerca de um terço no caso de Aveiro, e a manutenção, com uma ligeira subida, do poder naval da cidade do Porto. A falta de dados, em 1552, para os dois outros portos agora registados (Viana e Caminha), impede qualquer avaliação comparativa.

QUADRO 1
Embarcações
recenseadas em
1552 e 1586

Portos	1552		1586			
	Número de embarcações	Tonelagens totais	Número de embarcações	%	Tonelagens totais	%
Caminha	-	-	24	22,2	3680	27,3
Viana	-	-	19	17,6	1950	14,4
V. Conde	45	4895	19	17,6	3170	23,5
Porto	16	1300	20	18,5	2200	16,3
Aveiro	70	5110	26	24,1	2500	18,5
Total	-	-	108	100	13500 ¹⁰	100

Fonte: British Museum,
Biblioteca Sloane, Ms.
1206. Publ. SILVA, 1867,
III:211, nota 1; Apêndice 2

Se a proporção da quebra relativa a Aveiro se poderá explicar pela ausência, nesta contagem, de embarcações de tonelagem inferior às 50 toneladas, já no caso de Vila do Conde essa explicação não colhe, já que, segundo o censo de 1552, prevaleciam, nesse porto, embarcações de maior porte, como vimos. Quando comparados os valores apontados para o Porto com aqueles indicados na mesma fonte para Lisboa, 87 efectivos, assim distribuídos: 12 galeões, 16 galés, 10 caravelas, 13 carracas e 36 baixéis mercantes, face aos 7 navios e 13 caravelas do Porto, o poder naval desta cidade revela-se manifestamente inferior, correspondendo a cerca de $\frac{1}{4}$ da capital em termos numéricos, o que não espanta num período de ainda indiscutível macrocefalia de Lisboa. A ausência de dados para Leça e Matosinhos impede, porém, a avaliação, em conjunto, do peso da área sob directa influência dessa cidade.

Procuremos, de seguida, avaliar estas matérias sob uma outra perspectiva: a da volumetria média da frota naval da urbe portuense e sua evolução cronológica.

¹⁰ A tonelagem foi calculada segundo os valores de equivalência, discutíveis, apontados por Rebelo da Silva, ao que julgamos de acordo com a menção da fonte: velas ou navios = 100 t; caravelas = 50/ 60 t.

1.2. Volumetria das embarcações

Na documentação apresentada por Ana Maria Ferreira não é possível, senão de forma excepcional, analisar esta variável, e nem sempre as conclusões apuradas a partir da análise dos registos de Antuérpia e os do censo de 1552 se revelam coincidentes nas tendências apontadas. A qual das fontes deveremos conferir maior fidedignidade? Afigura-se-nos que ao censo de 1552, e isto por uma triplíce ordem de razões:

1. Os intervalos apurados a partir dos registos dos *Livros de Avarias* foram-no com base no registo sistemático da aportação de embarcações cujo mestre é vizinho de determinado porto. Ora, se atendermos ao tipo, nome e mestre da embarcação, verificamos que o mesmo navio efectua, cada ano, ou em anos sucessivos, várias viagens com o mesmo destino, Antuérpia, o que implica a existência de registos duplicados de uma mesma embarcação. Se o que é importante averiguar neste momento é a capacidade de transporte marítimo da cidade do Porto, só uma reconstituição rigorosa dos efectivos navais, que contornasse os registos duplicados, permitiria atingir conclusões seguras, o que não ocorre¹¹;

2. O tributo pago, "as avarias", incidiria, por definição, sobre a tonelagem de arqueação¹². Todavia, é possível apurar alguns desfasamentos na avaliação das tonelagens de uma mesma embarcação, de pequeno ou de maior significado. Assim, a nau St^o Espírito, de Vila do Conde, aporta a Antuérpia em 1543 e 1546 com o mesmo mestre, Aleixo Luís, sendo tributada na primeira vez sobre 98 toneladas e na segunda sobre 96 toneladas. Diferença mínima, é certo, mas mais notória quando nos centramos no caso do vaso St^a M^a da Ajuda, do mesmo porto, que com a indicação da mesma tipologia, caravela, e do mesmo mestre, João Afonso, é tributada em 1542 sobre 60 toneladas e em 1543 sobre 74 toneladas. Sirvam estas considerações para alertar acerca do carácter aproximado, e não exacto, das declarações de tonelagem, feitas pelos mestres e, em consequência, da tributação efectuada.

3. Acresce a tudo isto que só uma parte da frota frequentaria a rota do Mar do Norte que aqui se encontra documentada, pressupondo outros percursos, distintos instrumentos de navegação, pelo que, não se podendo tomar a parte pelo todo, não devemos, a partir destes dados, concluir acerca das características globais da frota naval.

Pelo contrário, o recenseamento de 1552, no pressuposto do rigor das declarações prestadas, e a despeito da eventual falta de exaustividade no registo, identifica números reais de efectivos em circulação, respectivos destinos e tonelagens totais, supostamente de arqueação, aproximando-se muito mais daquilo que pretendemos avaliar.

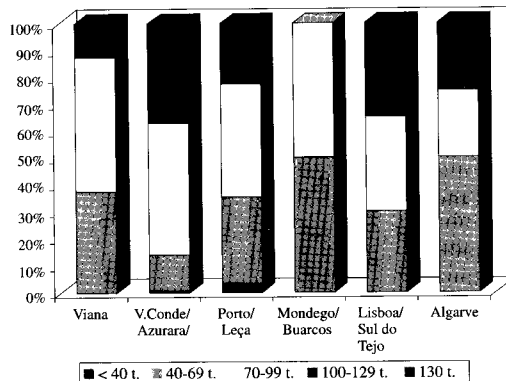
Apesar das limitações apontadas para a primeira fonte, procuraremos sistematizar, de forma particular, mas também numa perspectiva comparativa, as características da frota

¹¹ O exercício de definir, com rigor, os valores médios de tonelagem por frota e porto só se revelaria consistente se cada embarcação dentro da sua classe tipológica efectuasse o mesmo número de viagens que todas as outras, mantendo-se, assim, a possibilidade de se estabelecerem as mesmas ponderações, o que, de todo, não acontece.

¹² À luz do que explica Guiard y Larrauri, a propósito do Consulado e Casa de Contratação de Bilbao, o transporte de mercadorias, neste caso para uma feitoria, seria acompanhado de uma "carta de avarias", paralela a uma carta de freteamento, onde constavam as mercadorias transportadas, mercadores a cujo cargo vão, e sua origem e destino, a partir da qual seriam pagos determinados direitos: as "avarias" (cf. *Historia del Consulado y Casa de Contratación de Bilbao e del comercio de la vila, Bilbao*, 1913, pp. 68-84. Cit. COSTA, 1997: 100). A legislação portuguesa, sem designar esse direito, prevê o seu pagamento, em alvarás de 1512 e 1518, estipulando-se no primeiro que o valor a pagar seria um grosso por libra de mercadoria (cf. IAN/TT - FPA, cx. 2, mç. 4, nº 4. e nº 5. Publ. FREIRE, 1910: 73-74 e 126-127).

naval da cidade do Porto que paga avarias em Antuérpia¹³. A abordagem a fazer prossegue um duplo enfoque de natureza diacrónica: por um lado, avaliar, por porto, tonelagens mínimas e máximas; por outro lado, contabilizar uma distribuição numérica de efectivos pelos vários intervalos de tonelagens apontados¹⁴. Optámos por agrupar as referências por grupos de portos, prossequindo um critério de localização geográfica dos mesmos¹⁵ (Vd. apêndices 3 e 4). O resultado dessa análise projecta-se no gráfico 5.

**GRÁFICO 5 – Frota naval do reino com registo em Antuérpia (1535-1551).
Distribuição percentual por intervalos de tonelagens**



Fonte: Apêndice 4

Da análise do apêndice 3 é perceptível, desde logo, um aumento progressivo das tonelagens máximas mencionadas. Com excepção da Póvoa do Varzim, que surge, logo no primeiro quinquénio (1535-1540), com valores de 108 toneladas, conhecendo um decréscimo no momento seguinte, todas as outras localidades revelam um aumento significativo da volumetria dos seus efectivos, chegando estes a atingir, entre 1545 e 1551, no caso de Vila do Conde e do Porto, as 200 toneladas, valores de resto não secundados por aqueles procedentes de Lisboa, que se ficam nas 132 toneladas. De notar, de resto, que só neste último período começam a emergir valores superiores às 130 toneladas. A mesma paridade de tendências entre os portos da cidade do Porto e os do Ave é manifesta no apêndice 4. Nele se patenteia, quer uma prevalência, nos dois núcleos, de embarcações situadas entre as 70 e as 99 toneladas (41,9 e 48,8%, respectivamente), quer uma fatia significativa de embarcações com mais de 130 toneladas (15,5% do total da frota para Vila do Conde e seus portos

¹³ As embarcações consideradas nesta análise são apenas aquelas para as quais foi possível, através das menções das "avarias" pagas, apontar a respectiva tonelagem, e para as quais está indicada a naturalidade do respectivo mestre, como atrás explicamos.

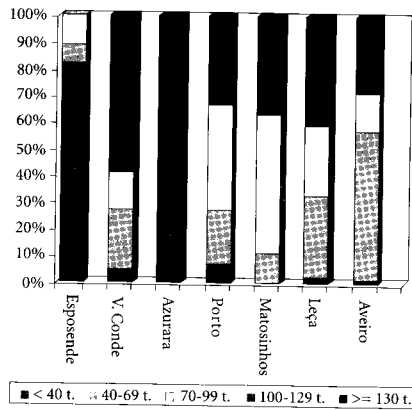
¹⁴ A opção pela divisão dos dados por quinquénios no apêndice 3 parte, quer da cronologia documentada (1535-1551), quer da intenção de se proceder a uma análise mais precisa que uma avaliação em bloco não facultaria. A definição dos intervalos de tonelagem prossegue os mesmos critérios expostos por COSTA, 1997: 113 e baliza-se nos mesmos pressupostos, em ordem a permitir comparação de dados e complementaridade de análise.

¹⁵ Seguindo esta metodologia, agrupámos os contingentes apurados de modo a documentar a faixa costeira de Norte a Sul, apesar de o número de efectivos variar significativamente para cada um desses núcleos, tendo como valores extremos os 2 de Mondego/Buarcos e os 113 da foz do Ave e Póvoa do Varzim. Aveiro não se encontra aqui mencionado pelo facto de a única embarcação daí procedente neste período não mencionar tonelagem.

satélites e 10% para Porto e Leça). Lisboa e os portos do Sul do Tejo mantêm-se, nesta fasquia, uma vez mais, a certa distância, com os seus 5%, não manifestando Viana nenhum navio com esse valor. Os 25% assumidos pelos portos algarvios são, evidentemente, enganadores, já que correspondem a um só contingente com essa tonelagem.

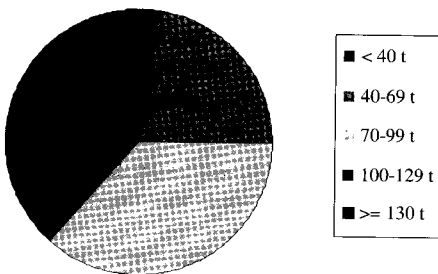
Em síntese, resta-nos assinalar a tendência para um significativo aumento volumétrico da frota de todo o reino desde a década de 40, particularmente notória na segunda metade do decénio, mas também um paralelismo evolutivo, que coloca o Porto na senda de outros portos do Norte, em particular o de Vila do Conde, e o situa entre aqueles cuja frota atinge maior volumetria. Ora não são as mesmas constatações aquelas que sobressaem da análise do recenseamento de embarcações efectuado em 1552.

**GRÁFICO 6 – Frota naval do reino recenseada em 1552.
Distribuição percentual por intervalos de tonelagens**



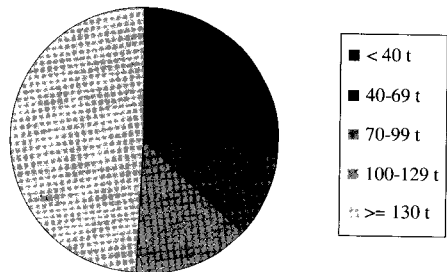
Fonte: Apêndice 2

**GRÁFICO 7 – Embarcações do Porto, Leça e Matosinhos recenseadas em 1552.
Distribuição por tonelagens de arqueação**



Fonte: Apêndice 2

**GRÁFICO 8 – Embarcações de Vila do Conde e Azurara recenseadas em 1552.
Distribuição por tonelagens de arqueação**



Fonte: Apêndice 2

Da leitura do gráfico 6 resulta inequívoca a prevalência percentual, a que já nos referimos, das embarcações com mais de 130 toneladas nos portos da foz do Ave.

Estas, num total de 21 para Vila do Conde (46,7% do total apurado) e sete para Azurara (correspondente a 53,8 % da sua frota) integram efectivos de tonelagens médias bem superiores a esse valor mínimo de referência. Esta constatação atribui às frotas destas localidades uma capacidade de resposta alargada, ainda que aparentemente motivada a uma especialização em embarcações de grande porte e sugere que estas se encontrariam aptas a responder a motivações dispare, mas complementares, de transporte e comércio. A cidade do Porto e os seus portos adjacentes, Leça e Matosinhos acompanham, de longe, esta tendência, como se comprova pelos pesos relativos dos intervalos de tonelagem, que apontam as 70-99 toneladas como predominantes nas frotas do Porto e Matosinhos, sendo as de Leça mesmo inferiores (Cf. apêndice 2) .

Numa leitura comparativa que envolva todo o universo de portos registados, patente no apêndice 2, os da foz do Ave sobressaem ainda, quer pelo número total de efectivos (58), equivalente a 23,7% do total de registos, quer, em particular, pela volumetria dos seus navios. Note-se que 62,2% das embarcações com mais de 130 t. (28 em 45) pertencem a estes dois portos. É certo que esta representação exclui Viana e Caminha, mas integra Aveiro e o complexo de portos da cidade de Porto (Matosinhos, Leça, Porto, Miragaia, S. João da Foz e Massarelos).

A mesma tendência é confirmada pela relação entre tonelagens totais e tonelagens médias apuradas. Com efeito, se Aveiro apresenta o maior número de embarcações (70), mas uma tonelagem média das mais baixas, só superior à de Esposende, já Vila do Conde e Azurara surgem como portos de registo de embarcações com tonelagens médias mais altas (111,3 e 128,5 t., respectivamente) e, como tal, dotados de uma capacidade de transporte mais elevada. Os portos do Douro e do Leça apresentam uma mais forte ponderação de embarcações de médio porte (40-69 e 70-99 t), o que se traduz numa nítida aproximação entre pesos percentuais relativos a contingentes numéricos e volumetria total das respectivas frotas, e um valor médio da ordem das 85 toneladas.

Que significado atribuir a esta constatação? Como interpretar os dados apresentados? Cremos que as tendências definidas resultam de opções preferenciais e/ou estratégicas de cada porto de mar, diferenciais entre si. Nos portos vocacionados ao transporte de mercadorias, mais do que ao trato comercial, a propriedade naval visa o fretamento de embarcações a terceiros, incluindo a coroa e comunidades mercantis externas, pelo que uma maior volumetria rentabiliza o investimento, ao mesmo tempo que permite aproveitar os privilégios, isenções fiscais e subsídios de arqueação disponibilizados pela coroa desde tempos medievais, em particular desde o reinado de D. Afonso V, no sentido de promover a construção de vasos de maior porte¹⁶. É o que parece ocorrer em Vila do Conde e Azurara.

Já no caso do Porto, o facto de a actividade mercantil surgir como o sector de ponta que dirige a projecção ultramarina da urbe, condiciona as opções tomadas em termos de fábrica naval. A hipótese de que partimos, a confirmar com estudos circunstanciados, é a de que os próprios mercadores constituem uma percentagem significativa do universo dos proprietários de embarcações, sendo os restantes senhorios, homens do mar ou outros, condicionados pelas solicitações do específico universo mercantil da cidade. Em tempos de predominante trato comercial com Brasil, caracterizado pela multiplicação de iniciativas de média dimensão, a actividade comercial funcionaria, assim, como alavanca condicionadora

¹⁶ Vd. COSTA, 1997: 29-35.

do perfil da frota naval. É certo que armações comerciais de maior dimensão, incluindo as projectadas em parceria, envolvendo quer o trato do açúcar brasileiro, quer o próprio comércio de escravos, para o Brasil e as Índias de Castela, exigem embarcações de maior porte, disponibilizadas, ainda que em menor número, quer pelos efectivos navais da cidade e de Leça e Matosinhos, quer pelos portos que lhe são próximos, como os Vila do Conde e Azurara.

Em síntese, o que afirmamos é que o perfil da frota naval do Porto reflecte as estratégias-tipo de uma comunidade mercantil que, constituindo a procura, condiciona as opções em termos de tipologia e volumetria naval. Distintas são as opções de outros portos de Entre-Douro-e-Minho, com menor peso e poder financeiro, comercial e demográfico, mas cujas estratégias de investimento, indo no sentido do transporte marítimo, justificam opções de construção de embarcações de maior volumetria, sinónimo de maior rentabilidade.

2. NÁUTICOS

Analisada a tendência secular que norteia a evolução numérica e volumétrica da frota naval da urbe, importa que questionemos, de seguida, a amplitude e o perfil da sua comunidade náutica, bem como o seu peso relativo na globalidade do reino. Esta perspectiva enferma de numerosas limitações, impostas pela ausência de recenseamentos gerais, a par de estudos de história local que apresentem quadros paralelos para outros burgos marítimos, pelo que nos limitaremos, de momento, a recorrer a dados disponibilizados por alguns fundos documentais publicados. Em concreto, servir-nos-emos, para o grupos dos mestres e pilotos, dos dados extraídos dos chamados "Livro das Ementas" e referentes ao exame de mestres, pilotos e sotapilotos das várias carreiras ultramarinas efectuados no período de 1596 a 1648¹⁷, enquanto para a globalidade dos homens de navegação utilizaremos os cálculos apresentados nas fontes publicadas por Francisco Ribeiro da Silva¹⁸ e Frédéric Mauro¹⁹.

Numa perspectiva global, os dados obtidos a partir do registo de exames de técnicos de navegação efectuados entre 1596 e 1648 permitem, na verdade, confirmar que, se um número muito significativo de náuticos residiam em Lisboa e aí eram recrutados, muitos outros provinham dos vários portos do reino, para onde retornavam após cada viagem ultramarina. Retomemos as conclusões que a fonte permite consolidar.

A sua análise evidencia, antes de mais, a consabida macrocefalia de Lisboa: cerca de 1/4 das 554 menções aí se concentram. Outro pólo com significado no que se refere ao recrutamento de pilotos é o que rodeia Peniche, e que envolve também Atouguia e Pederneira, alcançando cerca de 17% das nomeações. Os núcleos que se centram na Foz do Mondego, que abrange também Buarcos e Redondo do Mondego, outrora vila, e o de Aveiro/Esgueira, são os únicos representativos antes de se atingir o Entre-Douro-e-Minho, sem, contudo, somarem os valores apurados para Peniche. Rumando para Norte, poderemos distinguir, em Entre-Douro-e-Minho, três pólos distintos: o da cidade do Porto com os portos anexos de Leça e Matosinhos; o de Vila do Conde/Azurara/Póvoa de Varzim/ Esposende; e o de Viana

¹⁷ IAN/TT – NA, Livros das Ementas, lv. 3 a 15. Dados já tratados por POLÓNIA, 1995.

¹⁸ SILVA, 1985: 333-334.

¹⁹ MAURO, 1989, I:107.

/Caminha. A soma dos náuticos daí naturais (174) supera o número obtido para Lisboa/Cascais (152) e aproxima-se do somatório deste com os dos portos da margem Sul do Tejo e os de Setúbal e Sesimbra, que totaliza 188. Isto é, apesar da dinâmica centrípeta exercida por Lisboa, criadora de assimetrias significativas em qualquer avaliação por áreas, os náuticos naturais e residentes nos portos de Entre-Douro-e-Minho alcançam, em conjunto, valores que os colocam em posição de destaque nas navegações ultramarinas.

Posição de destaque parecem assumir, ainda, na fonte, aqueles provenientes das ilhas e arquipélagos Atlânticos: Madeira, Açores, Cabo Verde, S. Tomé, ou a Ilha do Príncipe, os quais congregam 34 nomeações. Valores de somenos importância são perceptíveis para o Algarve, de cujos portos provêm apenas 6 náuticos. Esta constatação, relativa ao protagonismo dos portos de Entre-Douro-e-Minho parece ser, de resto, corroborada pelos dados apresentados por Francisco Ribeiro da Silva e por Frédéric Mauro, extraídos das já citadas matrículas de gente de mar efectuadas, por ordem régia, nos anos de 1617 e 1620. Essa projecção dos portos de Entre-Douro-e-Minho no século XVI e XVII poderá ser explicada, quer pelo perfil da costa, favorável à multiplicação de portos de abrigo, quer pela densidade populacional, quer ainda pelo dinamismo económico das suas comunidades mercantis.

Detenhamo-nos, neste contexto, no significado dos números apurados para a cidade do Porto, e para Leça e Matosinhos. O primeiro porto congrega 31 dos 554 náuticos examinados, correspondente a apenas 5,6 do total, ao passo que Matosinhos, com 33 náuticos (6%) e Leça, com 42 (7,6%) superam, individualmente e em conjunto, em muito a presença náutica da cidade do Porto. Em termos cronológicos, o quadro 2 identifica a distribuição dos números.

QUADRO 2
Exames de
náuticos do Porto,
Matosinhos e Leça
(1596-1648)

Décadas	1552		1586			
	Porto	Leça	Matosinhos	Total	Total do reino	%
1596-1600	2	-	4	6	52	11,5
1601-1610	3	8	4	15	144	10,4
1611-1620	9	22	12	43	181	23,8
1621-1630	5	5	7	17	72	23,6
1631-1640	4	6	1	11	55	20
1641-1648	8	1	5	15	50	30
Total	31 ²⁰	42	33	107	554	19,3

A tendência evidenciada aponta, de forma indiscutível, para um manifesto aumento de protagonismo da cidade e, mais ainda, de Leça e Matosinhos, cujos contingentes tendem a superar, com excepção para 1641-1648, os da própria cidade. Note-se que esta não é a tendência global do reino, revelando-se em alguns deles um nítido decréscimo, como ocorre em portos como Lisboa e Vila do Conde, por exemplo²¹. A flutuação numérica justifica-se por conjunturas político-militares e de navegação conhecidas e colhe, de forma nítida, do

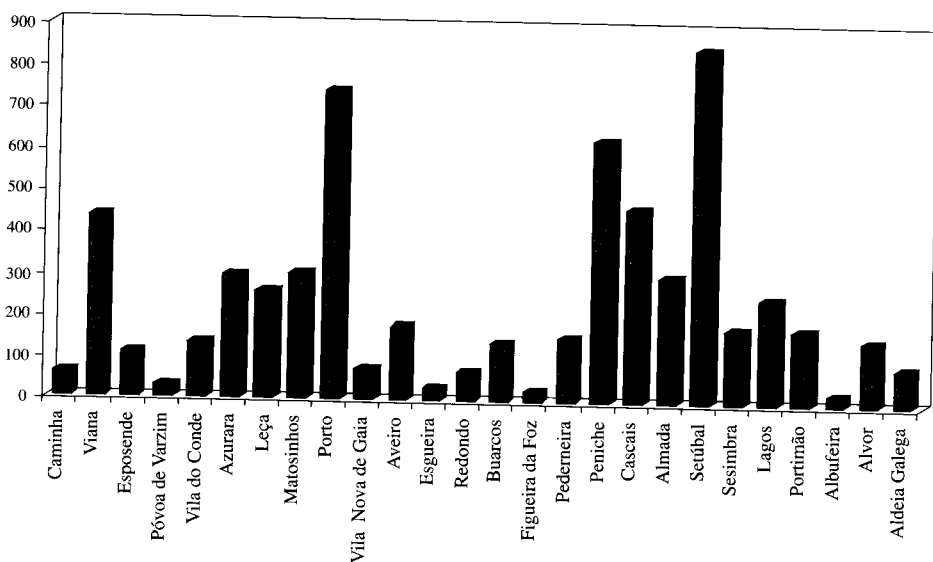
²⁰ O cômputo de náuticos do Porto inclui um de Vila Nova de Gaia examinado em 1643 para a carreira do Brasil.

²¹ Cf. POLÓNIA, 1995: 301-315.

clima de forte instabilidade vivida desde as décadas de 70 de quinhentos, com particular incidência nos primeiros decénios do século XVII. Note-se, de resto, que a uma quebra, em termos absolutos, do número de náuticos nos portos em estudo, corresponde uma subida dos seus valores relativos, expressa na percentagem que assumem na globalidade dos exames efectuados.

Cotejemos estas conclusões com aquelas que é possível extrair de outras fontes, em particular o recenseamento publicado por Ribeiro da Silva, e referente ao ano de 1617, cujos dados sistematizamos no gráfico 9, já que aquele publicado por Mauro relativo a 1620 não discrimina os totais apurados para os vários portos da comarca do Porto, não permitindo, assim, uma leitura diferencial e comparativa.

GRÁFICO 9 – Homens do mar recenseados em 1617. Distribuição geográfica



Fonte: Apêndice 5

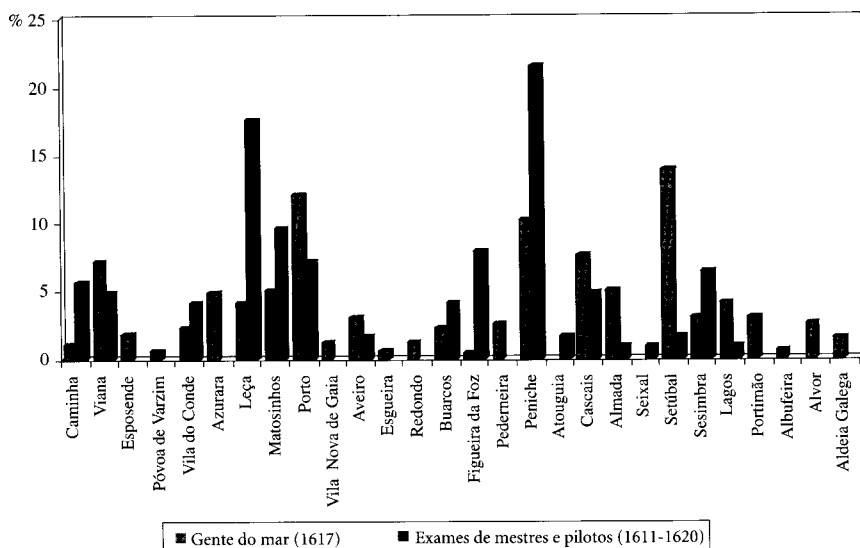
Note-se que, em conjunto, as freguesias marítimas do Porto, acrescidas de Matosinhos e Leça, somam 21% da totalidade dos homens do mar matriculados, cabendo ao Porto 12%, 4,1% a Leça e 4,9% a Matosinhos. Desta forma a cidade e portos anexos parece integrar o grupo dos portos que, apesar da crise ultramarina de que falámos, se mantêm activos e em projecção manifesta, como ocorre, de resto, com Viana do Castelo.

A explanação previamente feita tende para duas ideias que se nos afigura pertinente aprofundar, no intuito de lançar alguns tópicos de discussão acerca da evolução cronológica do protagonismo assumido pela região do Porto na globalidade do reino. A primeira incide na conveniência de se diferenciar a composição específica do grupo dos "homens do mar" e a respectiva ponderação no cômputo geral de cada localidade. Com efeito, não é indiferente que, num total dado, 80% sejam marinheiros ou grumetes, ou 40% pilotos ou capitães de armadas, já que a composição interna do grupo assegura, necessariamente, diversas funções e diversos graus e tipos de intervenção de uma localidade dada nas estratégias globais de navegações e comércio ultramarino.

O segundo tópic de reflexão prende-se com a necessidade de se aferir a tese que aponta para a existência de uma crise generalizada vivida pelos núcleos marítimos do reino, em particular desde as décadas finais de quinhentos. Retomemos a hipótese de Jaime Cortesão, segundo o qual, à falência de muitas das estratégias régias, centralizadas em Lisboa, se contrapõe o revigoração de outros portos do reino, em particular do Norte. Torna-se imperativo aferir esta teoria com o estudo particular e monográfico de cada um desses núcleos. Uma primeira abordagem poderá passar pelo cotejo dos números apresentados nas fontes agora tratadas.

Com efeito, se é certo que as matrículas gerais, de 1617 e de 1620, não estratificam por categorias profissionais os marítimos aí apontados, uma comparação dos dados por elas apresentados com aqueles já tratados a partir dos exames de pilotos no período que medeia 1611 e 1620, poderá fornecer algumas pistas de análise. O confronto dos resultados, envolvendo apenas a primeira década de Seiscentos, período coberto pelas duas fontes, é exposto no apêndice 5 e no gráfico 10 e poderá fornecer algumas achegas complementares.

GRÁFICO 10 – Valores percentuais assumidos por cada porto do reino na matrícula de gente de mar de 1617 e nos exames de mestres e pilotos (1611-1620)



Fonte: Apêndice 5

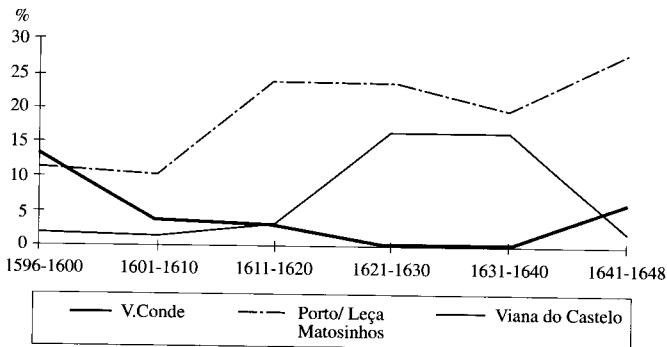
Partindo dos valores percentuais assumidos pelos vários portos do reino considerados nas duas fontes, é perceptível a diversa representatividade de algumas localidades quando se trata de cálculos gerais de homens do mar, ou apenas de nomeação de mestres e pilotos. Esta observação é válida para a cidade do Porto, mas também para Vila do Conde, Caminha, Leça, Figueira da Foz, Peniche, Setúbal ou Sesimbra, para referirmos apenas os casos de desfasamentos mais notórios. Desta forma, enquanto nuns a ponderação é favorável à nomeação de pilotos, noutros, como no caso da cidade do Porto, constata-se, de maneira algo paradoxal, que o número de mestres e pilotos nomeados é bem menos representativo, no total, do que o número global de agentes de navegação, ao contrário do que ocorre com

Leça ou Matosinhos, o que parece sugerir que nestas localidades o número de marítimos dos segmentos superiores parece estar em ascensão, conferindo a estas comunidades um carácter mais especializado em termos de saber e desempenhos náuticos.

Esta constatação é igualmente válida para outros portos do reino. Veja-se, a título de exemplo, o que ocorre em Viana, em que aos 7,1% de homens do mar se contrapõem apenas 4,8% no que se refere a mestres e pilotos, em Vila do Conde (2,2% versus 4%) ou Sesimbra e Setúbal. Segundo os números cotejados, torna-se notório que o estatuto de viveiro de mareantes assumido por Setúbal dificilmente é acompanhado pelo número de mestres e pilotos que integra, enquanto em Sesimbra parece acontecer o inverso. Um confronto dos dados apurados para o Porto, Leça e Matosinhos dever-nos-à levar a reflectir sobre os perfis diferenciais das respectivas comunidades náuticas e, a confirmar-se o quadro aqui traçado, a reflectir sobre os motivos que levam técnicos de navegação credenciados, porventura também proprietários de embarcações, a fixarem residência nestas localidades em detrimento da cidade. São conhecidas as explicações relativas à difícil navegabilidade do Douro e entrada na barra, as quais deverão ser complementadas com aquelas que se prendem com um sistema tributário e de encargos concelhios porventura menos pesados nessas outras localidades.

Centremos, de seguida, a nossa análise no segundo tópico de reflexão: as distintas tendências assumidas, mesmo em tempos de crise, pelos diversos portos de Entre-Douro-e-Minho. Fá-lo-emos, de novo, a partir da análise dos dados referentes a exames e nomeações de mestres, pilotos e sotapilotos entre 1596 e 1648. Uma mera projecção gráfica dos dados referentes a Vila do Conde, Viana e ao núcleo marítimo de Porto/Leça/Matosinhos evidencia a diversidade dos ritmos de crescimento traçados. O gráfico 11 manifesta a evolução da representatividade percentual, no universo do reino, do número de náuticos examinados naturais de portos de Entre-Douro-e-Minho.

GRÁFICO 11 – Náuticos de Entre-Douro-e-Minho. Evolução da sua representatividade.



Fonte: POLÓNIA, 1995: Anexo A.

Com efeito, enquanto o burgo vilacondense apresenta uma linha evolutiva de sentido claramente descendente, ainda que apontando para uma eventual recuperação apenas a partir da década de 40, constatação que em tudo se articula com os estudos até agora efectuados em torno da comunidade náutica dessa vila²³, os restantes portos evidenciam destinos

²³ POLÓNIA, 1999, I: 397-473.

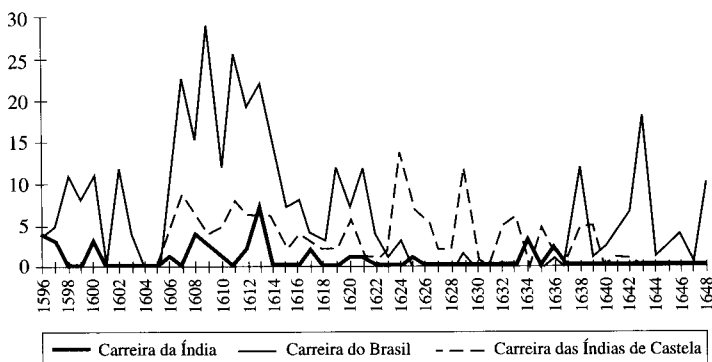
diversos. Veja-se o que acontece em Viana, de despertar tardio, mas de projecção assinalável, em particular desde 1621, ou com o complexo de portos que rodeiam a cidade do Porto, os quais parecem não só manter, mas também aumentar o seu protagonismo em décadas que são, em Vila do Conde, de declínio manifesto.

Conjunturas nacionais globais não explicam já as tendências assinaladas, em particular se considerarmos que o vigor dos portos atrás referidos (Viana e Porto) se deve, em grande medida, às suas ligações com o Brasil, que vive nestas décadas tempos de crise aguda. A inserção num mesmo complexo geográfico parece não responder também à questão, se atendermos à diversidade de tendências apuradas para portos tão próximos como Viana e Vila do Conde. Importa averiguar, entre os itinerários comerciais da cidade do Porto, que outros rumos compensam a crise mercantil da rota do açúcar brasileiro, ou que estratégias permitem iludir a instabilidade de navegação e comércio com esse mesmo espaço ultramarino. Uma possibilidade é a de que essa vitalidade possa passar, pelo menos em parte, pelas articulações comerciais com as Índias de Castela. Avaliemos esta matéria a partir da análise das rotas de navegação para que eram examinados os náuticos dos portos em estudo.

3. ROTAS DE NAVEGAÇÃO ULTRAMARINA – UMA APROXIMAÇÃO

Atentemos de que modo as opções do núcleo Porto/ Leça/ Matosinhos se constituem como peculiares no contexto nacional. O enfoque é viabilizado pelo mesmo corpo documental – o das cartas de exame de técnicos de navegação, já estudado, cujos resultados aqui nos permitimos relembrar enquanto índices representativos das tendências de navegação dominantes. Da apresentação dos dados estatísticos e gráficos publicados em estudo anterior²⁴, retenhamos aqueles que oferecem leituras comparativas com os que agora apresentamos para o universo específico em estudo. O gráfico 12 concretiza uma primeira aproximação a esta questão.

GRÁFICO 12 – Distribuição das nomeações por carreiras - Totais anuais



Fonte: POLÓNIA, 1995: Anexo A

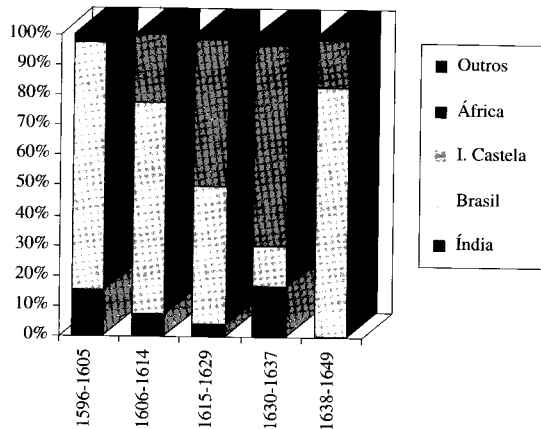
Convém, em primeiro lugar, reflectir sobre a evolução, a nível nacional, da carreira da Índia. A alteração gradual do contexto em que vive, nesse período de tempo, o império por-

²⁴ POLÓNIA, 1995.

tuguês, condicionado por circunstâncias que limitam a sua pujança, seja no Brasil, seja no Oriente, explica, sem dúvida, o declínio manifesto dessa carreira, já evidenciado em outros trabalhos sobre esta matéria²⁵. São, de resto, numerosos, os indícios que documentam as preocupações do poder central suscitadas por esse declínio.

Note-se, em segundo lugar, que o peso atingido pelas carreiras que têm como destino final o Brasil assume valores sem equivalência em qualquer dos outros itinerários, com uma única excepção no período de 1630-1637, como se pode constatar também no gráfico 13. Se tivermos, ainda, em consideração que, na sua maior parte, ainda que não na totalidade, as nomeações para a carreira de Índias de Castela e Rio da Prata pressupõem escalas no Brasil, os itinerários que abrangem, isolada ou cumulativamente, os percursos que ligam o Continente, através das Ilhas, à África e ao Brasil, exibem, para todo o período considerado (1596-1648) o valor de 92,5%.

GRÁFICO 13 – Distribuição cronológica dos exames por carreiras - Leitura percentual



Fonte: POLÓNIA, 1995: Anexo A.

É certo que a carreira das Índias de Castela tende a superar a do Brasil, mas apenas em 1615-29 (66 nomeações contra 62 do Brasil) e, de forma mais notória, em 1630-1637 (20 nomeações contra apenas 4 do Brasil), sendo ainda de assinalar o facto de apenas nas décadas de 20 e 30 se verificarem nomeações para percursos que, passando por África e Índias de Castela, excluem o Brasil: 4 registos em 1621-30 e 6 em 1631-40. A instabilidade vivida nesta colónia portuguesa em consequência das investidas sucessivas dos holandeses, que culminam com a invasão de Pernambuco em 1630, poderá ser apontada como explicação provável para o facto. Note-se que estes números têm enquadramento legal num contexto de união dinástica, ao possibilitar o exame e a nomeação de náuticos, a partir de Lisboa, para essa carreira marítima espanhola, de resto tão calcorreada por navios portugueses em rotas de tráfico de escravos.

²⁵ Vd., entre outros, VASCONCELOS, 1960; AMES, 1991: 7-27; LOPES; FRUTUOSO; GUINOTE, 1992.

Distribuição das nomeações por núcleos de portos

GRÁFICO 14 – Carreira da Índia

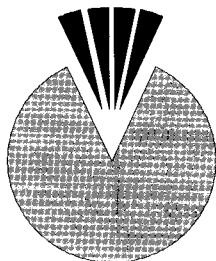


GRÁFICO 15 – Carreira do Brasil

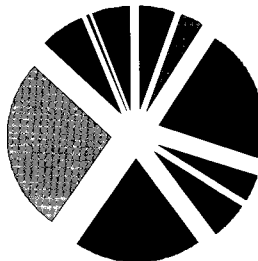
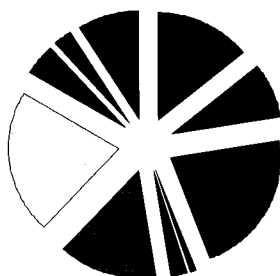


GRÁFICO 16 – Carreira das Índias de Castela



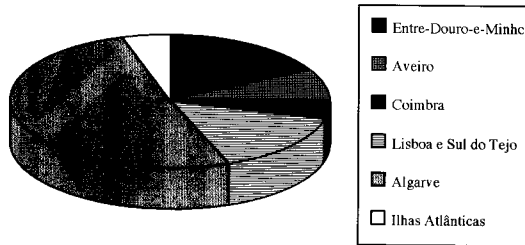
- Viana/Caminha
- V. Conde/Esposende/Azurara/P. Varzim
- Porto/Leça/Matosinhos
- Aveiro/Esgueira
- Mondego/Buarcos/Redondo
- Peniche/Atouguia/Pederneira
- Lisboa/Cascais
- Margem Sul Tejo/ Setúbal/Seseimbra
- Algarve
- Ilhas Atlânticas

Fonte: POLÓNIA, 1995: Anexo A

O quadro que no âmbito local pudemos traçar para os portos em estudo evidencia tendências que parecem coincidir com este jogo de prevalência das rotas do Brasil e das Índias de Castela: em primeiro lugar, pelos valores assumidos pela ponderação percentual de cada uma delas: o Brasil absorve cerca de 68,2% das nomeações destes portos, correspondentes a 73 nomeações, o mais elevado número identificado, por portos, para esta carreira, ao passo que as Índias de Castela não cativam mais do que 32 nomeados (30% do total), e a Índia apenas um piloto examinado, como se pode ver nos gráficos 14, 15 e 16. Este panorama não é, todavia, em tudo idêntico na globalidade dos portos de Entre-Douro-e-Minho, chegando Viana a Caminha a totalizar um número maior de examinados para a carreira das Índias de Castela do que para o Brasil (21 face a 19 exames, correspondente a 52,5% do total), e apresentando Vila do Conde /Azurara um número quase paritário (12 para as Índias de Castela face a 13 para o Brasil, assumindo as Índias espanholas um total de 44,4% de nomeações). Neste contexto, destaca-se a notória e determinante apetência, sem oscilações cronológicas, dos portos da cidade do Porto, Leça e Matosinhos, pela carreira do Brasil, sem paralelo com as nomeações para a carreira que lhe é concorrente neste período de tempo: a das Índias de Castela.

Este quadro, aferido a partir das instâncias de creditação nacional e para o período de 1596-1648, pode ser cotejado com aquele traçado a partir dos exames feitos em Sevilha a pilotos portugueses, entre 1574 e 1650, mantendo-se também neste os náuticos da cidade do Porto tendencialmente alheios a qualquer apetência por essa carreira. Os dados que apurámos no Arquivo das Índias reportam-se a exames de pilotos efectuados pela Casa da Contratação de Sevilha e sua creditação para os vários circuitos marítimos das Índias de Castela.

GRÁFICO 17 – Pilotos portugueses examinados pela Casa de Contratação de Sevilha (1574-1650)



Fonte: AGI – Contratación, leg. 5783

Neste contexto de examinação de náuticos, em que, entre os estrangeiros, Itália surge com 8 nomeações, e a Flandres com apenas uma, destaca-se a presença de pilotos portugueses, em número total de 41, correspondente a cerca de 5% do total dos 851 técnicos recenseados²⁶. Destes, aqueles que são naturais do Algarve apresentam, só por si, 51% das menções, somando os náuticos naturais de Entre-Douro-e-Minho, Aveiro e Coimbra 29% e os de Lisboa e Sul do Tejo cerca de 15%, enquanto os naturais das Ilhas Atlânticas somam 5%. De todos estes, apenas 1 é natural da cidade do Porto.

Da breve análise dos dados compulsados parece resultar inequívoca a preponderância da apetência, em termos de rotas de navegação, dos náuticos do núcleo Porto/ Leça/ Matosinhos por uma carreira – a do Brasil, que igualmente catalizava de forma maioritária os investimentos mercantis da cidade do Porto. Isto é, estes dados parecem comprovar a tese que anteriormente defendemos: a de que a logística naval da cidade e burgos marítimos anexos (Leça e Matosinhos) responde, de forma particular, às solicitações comerciais da urbe, e é por elas directa e explicitamente condicionada. Facto que se pode aferir, quer pelo perfil volumétrico da frota naval, quer pelas vocações, em termos de carreiras marítimas, dos náuticos daí naturais.

Neste domínio, os técnicos de navegação apresentam-se tendencialmente indiferentes aos apelos de outras carreiras, em particular a da Índia e da África, dirigidas por outras instâncias e interesses – os da coroa e da comunidade mercantil de Lisboa, e vocacionados, em particular, a dar resposta às necessidades criadas pelos interesses e as apostas da comunidade mercantil da urbe portuense. Esta parece tê-los orientado de forma massiva, para a carreira do Brasil, não desprezando embora a das Índias de Castela, de acordo com as articulações comerciais com as armações de escravos, organizadas também com esse destino.

De igual modo, as tendências que pudemos constatar em termos de evolução na diacronia parecem corresponder ao aumento do protagonismo mercantil da urbe, mesmo em relação a Lisboa e em tempos considerados de crise declarada a nível nacional. Assim, enquanto se assiste à perda de dinamismo e importância de outros portos, mesmo de Entre-Douro-e-Minho (veja-se o caso de Vila do Conde), a cidade do Porto, a par, de resto, de Viana do Castelo, vê os seus contingentes em crescimento. Mesmo quando a tendência das

²⁶ AGI - Contratación, leg. 5783. Este é um cômputo global que corresponde a uma primeira abordagem da fonte, a qual comporta registos de exames efectuados até 1717. Um mais rigoroso e aprofundado tratamento dos dados será apresentado num outro lugar.

nomeações de náuticos conhece conjunturas negativas, condicionadas pelos contextos de navegação internacionais, e pelo descalabro efectivo da teoria e *da praxis* do "mare clausum", a ponderação da comunidade de náuticos portuense aumenta na globalidade do reino, ainda que em articulação com uma rota em particular: a do Brasil.

De notar ainda aquilo que a documentação evidencia desde a década de 50: a maior importância dos portos de Leça e Matosinhos como núcleos de apoio logístico á cidade do Porto, a ponto de excederem, em número de embarcações e de náuticos, os contingentes da cidade do Porto. Importará aferir, na longa duração, essa tendência, e explicá-la à luz dos contextos da história local e regional...

APÊNDICE 1 Distribuição anual de pagamento de avarias em Antuérpia

Anos	Viana	Póvoa	V. Conde	Azurara	Leça	Matosinhos	Porto	Aveiro	Buarcos	Mondego	Lisboa	Belém	Barreiro	Setúbal	Alcácer do Sal	Lagos	V.N. Portimão	Tavira	Sem menção
1535		1																	5
1536	1		3				1				2								18
1537		1	4																27
1538			4																9
1539			6	1							1								17
1540			7	1			2												11
1541			5				2							1		1			5
1542			7	1			5				4		1			1			4
1543	3	1	12	2			8		1		2		1		1				
1544	1	2	10	1	1		4				5		1					1	5
1545			7	2			3												2
1546	1		12	2	1		4	1											5
1547	2	3	12	1			3				1							1	5
1548	1		12	2	1		1												1
1549			9	1			1												
1550	1		6				3			1	1							1	
1551			3																
Sub-Total	10	8	119	14	3	2	37	1	1	1	16		3	1	1	2	1	2	114
1565			7	2			2				1								5
1566			1				1				1								1
1567			4	1			1				2	1							
1568	2		7	1		1	1												
1569																			
1570								1					1						1
Sub-Total	2		19	4		4	5	1			4	1	1					1	6
TOTAL	12	8	138	18	3	4	42	2	1	1	20	1	4	1	1	2	1	3	120

Fonte: IAN/TT – FPA, lv. 1 e 4

APÊNDICE 2 Recenseamento de embarcações em 1552 (Quadro-síntese)

Tonelagens	Esposende		V. Conde		Azurara		Porto		Matosinhos		Leça		Aveiro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< 40 t.	23	82,1	2	4,4	3	23,1	1	6,2			1	2,2	1	1,4	31	12,7
40-69 t.	2	7,1	10	22,2			3	18,8	3	11,1	14	30,4	39	55,7	71	29
70-99 t.	3	10,7	6	13,3			6	37,5	14	51,9	12	26,1	10	14,3	51	20,8
100-129 t.			5	11,1	3	23,1	2	12,5	10	37	15	32,6	10	14,3	45	18,4
>= 130 t.			21	46,7	7	53,8	3	18,8			4	8,7	10	14,3	45	18,4
S/ Menção			1	2,2			1	6,2							2	0,8
Total	28	100	45	100	13	100	7	100	27	100	46	100	70	100	245	100
% em relação ao total			11,4		18,4		5,3		11		18,8		28,6		100	
Tonelagem total	971 t.	4,8	4895 t.	24,4	1670 t.	8,3	1300 t.	6,5	2305 t.	11,5	3790 t.	18,9	5110 t.	25,5	20041 t.	100
Tonelagem média	34,7 t.		111,3 t.		128,5 t.		86,7 t.		85,4 t.		82,4		73 t.			

Fonte: IAN/TT – CC, I Parte, mç. 87, doc. 114 e 115; II Parte, mç. 143, doc. 10. Publ. AZEVEDO, Pedro de — *A marinha mercante do Norte de Portugal em 1552*. «Arquivo Historico Portuguez», 1904, Vol. II, p. 243-253 e *Defesa da navegação em Portugal contra os Franceses em 1552*. «Arquivo Historico Portuguez», vol. VI, p. 166-167.

APÊNDICE 3
Frota do reino com registo em
Antuérpia. (1535-1551)
Distribuição de efectivos
por toneladas

Localidades	Nº de efectivos com indicação de tonelagem	1535-39	1540-44	1545-51
Viana	8	96 t.	72-99 t.	43-126 t.
Póvoa de Varzim	7	108 t.	75-98 t.	100-146 t.
V. Conde	109	60-100 t.	48-128 t.	38-200 t.
Azurara	13	66 t.	76-96 t.	72-180 t.
Porto	28	48-72 t.	20-120 t.	43-200 t.
Leça	3		48-48 t.	72-92 t.
Mondego	1			77 t.
Buarcos	1		60 t.	
Lisboa	16	52-72 t.	62-108 t.	123-132 t.
Barreiro	3		80-115 t.	
Setúbal	1		72 t.	
Alcácer do Sal	1		62 t.	
Lagos	1		84 t.	
V. N. Portimão	1			69 t.
Tavira	2		66 t.	130 t.

Fonte: IAN/TT - FPA, lv. 1.

APÊNDICE 4
Frota naval do reino
com registo
em Antuérpia.
Distribuição
cronológica por
intervalo de
tonelagem

Localidades	Intervalos de tonelagem	1535-1540	1545-1540	1544-1551	Total	
					Nº	%
Viana	< 40 t.					
	40-69 t.			3	3	37,5
	70-99 t.	1	2	1	4	50
	100-129 t.			1	1	12,5
	130 t.					
Sub-Total		1	2	5	8	100
V. Conde Azurara P. Varzim	< 40 t.			1	1	0,8
	40-69 t.	3	10	4	17	13,2
	70-99 t.	14	29	20	63	48,8
	100-129 t.	3	7	18	28	21,7
	> 130 t.			20	20	15,5
Sub-Total		20	46	63	129	100
Porto / Leça	< 40 t.		1		1	3,2
	40-69 t.	2	5	3	10	32,3
	70-99 t.	1	7	5	13	41,9
	100-129 t.		3	1	4	12,9
	> 130 t.			3	3	9,7
Sub-Total		3	16	12	31	100
Mondego/Buarcos	< 40t.					
	40-69 t.		1			50
	70-99 t.			1		50
	100-129 t.					
	> 130 t.					
Sub-Total			1	1		100
Lisboa/Sul do Tejo	< 40 t.					
	40-69 t.	2	4		6	30
	70-99 t.	1	6		7	35
	100-129 t.		5	1	6	30
	> 130 t.			1	1	5
Sub-Total		3	15	2	20	100
Lagos Tavira V. N. Portimão	< 40 t.					
	40-69 t.		1	1	2	50
	70-99 t.		1		1	25
	100-129 t.					
	> 130 t.			1	1	25
Sub-Total			2	2	4	100

Fonte: IAN/TT - FPA - lv. 1

APÊNDICE 5
Recenseamento de
homens do mar (1617) e
de pilotos (1611-1620).
Leitura comparativa

Localidades	Censo de Homens do Mar		Exame de Pilotos	
	1617	%	1611-1620	%
Caminha	62	1	7	5,6
Viana	437	7,1	6	4,8
Esposende	110	1,8		
Póvoa de Varzim	32	0,5		
Vila do Conde	135	2,2	5	4
Azurara	297	4,8		
Leça	256	4,1	22	17,5
Matosinhos	303	4,9	12	9,5
Porto (Cidade/ Ouro/ Miragaia / Massarelos/ S. João da Foz)	742	12	9	7,1
Vila Nova de Gaia	76	1,2		
Aveiro	177	2,9	2	1,6
Esgueira	30	0,5		
Redondo	71	1,1		
Buarcos	139	2,2	5	4
Figueira-Tavarede	26	0,4	10	7,9
Pederneira	157	2,5		
Peniche	628	10,2	27	21,4
Atouguia			2	1,6
Cascais	463	7,5	6	4,8
Almada	304	4,9	1	0,8
Seixal			1	0,8
Setúbal	850	13,8	2	1,6
Sesimbra	180	2,9	8	6,3
Lagos	251	4,1	1	0,8
Portimão	178	2,9		
Albufeira	29	0,5		
Alvor	154	2,5		
Aldeia Galega	92	1,5		
TOTAL	6179	100	126	100

Fontes: AGS - Secretarias Provinciais, 1552, fl. 458 e 553-553v. Publ. SILVA, 1979, p. 333-334; POLÓNIA, 1995: Anexo A

Siglas e Abreviaturas

AGI – Arquivo Geral das Índias

AGS – Arquivo Geral de Simancas

CC – Corpo Cronológico

FPA – Feitoria Portuguesa de Antuérpia

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

NA – Núcleo Antigo

cf. – conforme

cit. – citado por

cx. – caixa

doc. – documento

- fl.* – fólio
leg. – legajo
lv. – livro (s)
mç. – maço
ms. – manuscrito
p. – página (s)
publ. – publicado por
v. – verso
vd. – vide
vol. – volume (s)

BIBLIOGRAFIA

- AMES, Glenn Joseph, 1991 – *The Carreira da Índia. 1668-1682: Maritime Enterprise and the quest for stability in Portugal's Asian Empire*. "The Journal of European Economic History", Vol. 20, nº 1, p. 7-27.
- AZEVEDO, Pedro de, 1904/1908 – *A marinha mercante do norte de Portugal em 1552*. "Arquivo Histórico Português", Vol. IV, p. 243-253 e Vol. VI, p. 166-167.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, 1991 – *A confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto no século XV*, Porto (Dissertação de mestrado policopiada).
- BARROS, Amândio Jorge Morais, 1997 – *Barcos e gentes de mar no Porto (séculos XIV-XVI)*. "Revista da Faculdade de Letras. História", Porto, II Série, Vol. XIV, p. 167-230.
- COSTA, Leonor Freire, 1997 – *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a rota do Cabo, Cascais, Patrimónia*.
- FERREIRA, Ana Maria, 1995 – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia Histórica.
- LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo, 1992 – *O movimento da carreira da Índia nos séculos XVI e XVII*, Lisboa (Separata da Revista Mare Liberum, nº 4).
- MAURO, Frédéric, 1989 – *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa.
- POLÓNIA, Amélia, 1995 – *Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648)*. "Revista da Faculdade de Letras. História", Porto, II Série, Vol. XII, p. 271-353.
- POLÓNIA, Amélia, 1999 – *Vila do Conde. Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, 2 vols., Porto (Dissertação de doutoramento policopiada).
- SILVA, Francisco Ribeiro da, – *O curso inglês e as populações do litoral lusitano (1580-1640)* in "Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", Póvoa do Varzim, vol. III, p. 311-336.
- SILVA, J. A. Rebelo da, 1867 – *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional
- VASCONCELOS, Frazão de, 1960 – *Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes*, Lisboa (Separata do *Boletim Geral do Ultramar*).

Francisco Ribeiro da Silva *

O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos*

R E S U M O

O pequeno Colégio da Irmandade da Lapa, a que os fundadores chamaram Seminário, cujo alvará foi assinado por D. Maria I em 1792, abriu as suas portas no ano de 1800 com duas aulas, uma de Primeiras Letras e outra de Gramática Latina. Os objectivos iniciais visavam oferecer possibilidades de estudo gratuito a meninos, filhos de irmãos, intelectualmente capazes mas sem grandes recursos. Desde a primeira hora, contudo, admitiu jovens dos grupos sociais mais favorecidos, pagantes, oriundos da cidade, do seu Termo, do norte do Reino e, em quantidade substancial, do Brasil. O regime normal era de internato, ainda que admitisse um ou outro caso de semi-internato. Para além de uma ambiciosa formação humanística, a Instituição procurava formar bons cidadãos, no ideal da convivência respeitosa e solidária e no fomento das virtudes cívicas da tradição romano-cristã.

1 – INTRODUÇÃO

Sobre estabelecimentos de ensino na cidade do Porto na transição do século XVIII para o XIX não sabemos muito. A escassez de monografias ou mesmo de pequenos estudos pode significar simplesmente que não existiam em abundância. Essa parece ser a conclusão subjacente num manuscrito de 1804 de autor desconhecido que acabamos de publicar¹, onde, no capítulo referente a essa matéria, para além de uma breve alusão ao Seminário da Lapa², são mencionados apenas o Seminário diocesano que, por iniciativa do Bispo D. António de São José e Castro, estava sendo erguido na Quinta do Prado e a Academia Real da Marinha e Comércio que funcionava no seiscentista Colégio dos Meninos Órfãos³ a partir de 1803. Aí, de resto, desde 1762 funcionava uma aula de Náutica a que em 1779 foi acrescentada uma outra de Debuxo e Desenho. Todas foram integradas na nova Instituição. Mas não estava nos objectivos do Autor desconhecido daquele manuscrito fazer um inventário de Escolas.

Não saímos muito mais esclarecidos da leitura do Padre Rebelo da Costa. Para além da referência carinhosa ao Colégio dos Órfãos, onde se ensinava Latim, Música, Náutica e

* Este texto é uma versão adaptada de uma comunicação que tivemos o prazer de apresentar ao 3º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação que teve lugar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em Fevereiro de 2000.

¹ SILVA, 2001: 125-187.

² «...ao nascente da Igreja da Lapa edificou-se hum piqueno mas bonito seminario, em que ha aulas das primeiras Letras, de Latim, de Francez, e de Commercio, com grande aproveitamento da mocidade que ali he educada com o mayor disvelo, vigilancia, e zelo. Consta ao presente de 40 seminaristas de que doze são ensinados gratuitamente e o resto a 120\$000 reis cada hum».

³ Sobre o Colégio dos Órfãos do Porto, para além de BASTO, 1951, ver as recentes teses de Mestrado e Doutoramento de Ana Isabel Marques Guedes, respectivamente GUEDES, 1993 e GUEDES, 2000.

Desenho, o sacerdote informa-nos da existência de uma aula pública de Moral no Convento de São João Novo dos padres gracianos e de outras de Retórica, Filosofia e Teologia no Convento de Santo António da Porta de Carros, da Congregação do Oratório.⁴ A alusão a educandas nos Conventos de Santa Clara e de S. Bento da Ave Maria e no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança permite-nos pensar que aí se ensinava alguma coisa a jovens meninas. Tendo em conta testemunhos de fontes diferentes, admitimos que em alguns Mosteiros, quer masculinos quer femininos e em outras casas ditas de «recolhimento» existisse alguma actividade lectiva.

As listas das Companhias de Ordenança (1780-1785) inventariam, por seu lado, 19 mestres de diversos níveis e 96 estudantes que viveriam com seus pais.⁵

Mas a oferta era um pouco mais vasta, do que o que fica dito. De facto, as investigações levadas a cabo por Ana Videira Patrício deram-nos a conhecer três escolas régias com cerca de 200 discípulos e umas vinte escolas particulares que albergavam umas centenas deles, entre as quais destacaremos as da Confraria de S. Nicolau e da Irmandade do Terço. Havia, além disso, quantidade de mestres e mestras de meninos e de meninas.⁶

Mas não é nenhuma destas instituições que nos propomos aqui estudar mas sim uma outra que é pouco conhecida, ainda que muitas vezes citada pelo facto de ter acolhido como alunos ou mestres figuras muito celebradas, tais como Eça de Queirós, Ricardo Jorge e Ramalho Ortigão. Referimo-nos ao Colégio da Real Irmandade da Lapa.⁷

2 – A FUNDAÇÃO

O projecto da criação de um estabelecimento para a educação de jovens rapazes remonta às origens da Irmandade e foi o próprio Fundador, Padre Ângelo de Siqueira, missionário e pregador, natural de S. Paulo, no Brasil, e cónego da sua Sé, quem dele se lembrou e deu os primeiros passos para a sua efectivação. Realmente, entusiasmado com a generosidade dos fiéis que acorriam a escutá-lo, imaginou que a mais eficaz e mais estável utilização das esmolas seria o levantamento de uma Escola, onde os meninos do Porto aprendessem

⁴ COSTA, 2001: 107-108.

⁵ Os mestres são assim designados: mestres de meninos (8), mestres de estudantes (2), mestres de gramática (1), mestre escola (6) e mestres de latim (2). Os estudantes são designados por aulistas (27) e estudantes (69). As freguesias abrangidas são Sé, S. Nicolau, Vitória, Santo Ildefonso, Cedofeita e Massarelos. Ver SANTOS, 1978: 292-300.

⁶ PATRÍCIO, 1995: 118-127.

⁷ O fundador chamou «Seminário» a esta instituição e foi por este nome que ele foi conhecido, pelo menos até 1841, altura em que Ramalho Ortigão (pai) assumiu a sua direcção. A partir desse evento que constituiu também uma viragem no modo de administração do estabelecimento, provavelmente o substantivo Colégio terá substituído gradualmente o anterior, embora nas Actas da Irmandade se mantivesse ainda por largo tempo a primeira designação. De qualquer modo, convém precisar que a escola nunca se destinou exclusivamente à formação de sacerdotes, como o significado actual do termo «seminário» poderia sugerir, ainda que essa intenção não estivesse posta de lado na mente dos responsáveis. Mas havia um grupo de alunos, em princípio filhos de Irmãos, que frequentava gratuitamente as aulas e coadjuvava o serviço litúrgico na Igreja. Estes, aliás, às vezes, eram designados por seminaristas, em contraponto aos que pagavam que, num ou noutro documento são designados por porcionistas ou pensionistas. Mas noutras passagens o termo seminarista aplica-se a todos.

não só a instrução literária mas também as normas de uma sã e cristã conduta. Arranjadas as garantias de capital mínimo para arrancar, (veio-se a descobrir mais tarde que o bom do Padre, para obter melhor despacho do governo, declarou possuir mais dinheiro do que aquele de que realmente dispunha)⁸ e conseguido o prévio consentimento do Município, deslocou-se a Lisboa para lograr a necessária autorização régia. Por razões que desconhecemos, o pedido não foi deferido, o que naturalmente terá causado algum desgosto ao bom do Padre.

Mas a ideia não morreu. Mais tarde, já depois do regresso do fundador ao Rio de Janeiro onde veio a falecer em 1776, a direcção da Irmandade renovou o requerimento junto da chancelaria régia com melhores resultados. Com efeito, Dona Maria I, por decreto datado de 12 de Junho de 1792 autorizou aos Irmãos da Lapa a abertura de duas Aulas públicas, uma de ler, escrever e contar e outra de Gramática Latina. A notícia foi recebida com enorme regozijo.

As condições postas pela chancelaria régia foram as normais para estes casos:

- 1º – os dois Mestres deveriam ser previamente aprovados pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura dos Livros;
- 2º – Sobre o Mestre de Gramática Latina recaía a obrigação de, anualmente, enviar àquela Real Mesa um relatório onde constassem as referências dos alunos, a saber, nome, idade, naturalidade, (para os amigos da Semântica precisarei que o termo usado não é naturalidade mas «pátria»), comportamento («morigeração») e progressos literários de cada um.
- 3º – Os salários dos Mestres correriam a expensas da Irmandade.

3 – O ARRANQUE EFECTIVO

A julgar pelos elementos documentais disponíveis no Arquivo da Irmandade, terá sido apenas em 1800 que foram recebidos os primeiros alunos. Não há registos anteriores a essa data. Mas pode logicamente perguntar-se se foi preciso tanto tempo (à volta de 7 anos) para pôr a funcionar uma obra cuja iniciativa pertencera por inteiro à Irmandade. Será admissível pensar que esta, quando fez o pedido, ainda não dispunha de infra-estruturas capazes? Essa parece ser a realidade que os documentos deixam perceber. Contrariamente ao que foi insinuado por outrem⁹ sabemos que em 1794 ainda não havia ensino porquanto na Assembleia Geral de 9 de Fevereiro foi deliberado que «a Mesa actual será obrigada, quando aceitar seminaristas para o nosso Seminário, a preferir sempre a outros quaisquer pretendentes, aos filhos e sobrinhos dos nossos Irmãos, seja para pensionistas que paguem, ou para os que se aceitarem pelo amor de Deus, pois assim o pede a razão e a justiça».¹⁰

Outra razão que nos leva a pensar que houve um hiato substancial entre a data da aprovação régia e o efectivo funcionamento, tem a ver com as circunstâncias e o teor dos es-

⁸ BUC – ms. 1626. Ver o nosso estudo SILVA, 1998:136.

⁹ MATOS, 1988: 676.

¹⁰ Esta informação foi extraída de COELHO, 1973: 20.

tatutos. Existem dois Estatutos nos Arquivos da Irmandade¹¹: uns (que classificamos de primeiros) não exibem qualquer data mas escreveu-se neles que foram elaborados e aprovados na Presidência do irmão Manuel José Gonçalves. Vistos os livros de eleições, esse senhor foi Presidente nos anos de 1798 e 1799. E neles indica-se a intenção de abrir as aulas no mês de Outubro próximo. De que ano? Provavelmente de 1799. Mas na realidade não há registos de entradas senão em 1800.

Terá sido por aqueles estatutos que se regeu o Seminário nos seus primeiros tempos, isto é, entre 1800 e 1803? Inclinamo-nos a pensar que sim, visto que uma instituição destas não poderia (deveria) viver sem regras. Mas em 1803 foram aprovados outros Estatutos, os definitivos (até 1841) sendo Secretário precisamente Manuel José Gonçalves. Acerca destes novos, muito diferentes dos anteriores, declara-se nas páginas finais que as Mesas Administrativas antecedentes já haviam dado início à elaboração de uns Estatutos. Referem-se a estes de 1798/1799? Talvez. Como quer que seja, nunca foram oficialmente aprovados, ainda que alguém se tenha encarregado de os encadernar cuidadosamente. Isso não quer dizer que o seu teor não correspondesse a uma corrente de opinião dentro da Irmandade. Por isso, porque pensamos que correspondiam a uma corrente de opinião, os consideraremos aqui.

4 – OS ALUNOS

4.1 – Numerus clausus

Dispondo de modestas instalações, o Seminário-Colégio nunca ambicionou albergar um número elevado de alunos. O numerus clausus que lhe estava consignado pelos Estatutos era de 30, dos quais 12, como dissemos, seriam ensinados de graça. Todavia o manuscrito acima citado, redigido em 1804, informa-nos que o número preestabelecido era de 40 no total, incluindo os 12 gratuitos.¹² De qualquer modo, pensamos que a totalidade de 40 só excepcionalmente foi atingida nas primeiras três décadas de vida.

Entre 1800 e 1832 frequentaram o Colégio da Lapa cerca de 262 alunos, uns em regime de internato, outros como externos. A haver erro neste número, é por defeito e não por excesso. É que o Arquivo não dispõe senão de dois livros de entradas de alunos¹³. Admitimos, no entanto, que possa ter existido um terceiro relativo a 1832, porquanto no segundo foi escrita uma nota que o sugere: diz-se de um pensionista que «entrou em 7 de Maio de 1832 a pagar 12\$000 por mês»¹⁴. Como as entradas do 2º livro não vão para além de 1831, embora haja nele referências a recebimentos no ano seguinte, e como o livro está escrito até ao limite das suas folhas disponíveis, é verosímil que tenha havido outro livro de 1832 que, de resto, a ter existido, poucas folhas terá utilizado.

¹¹ Sabemos que em 1841 foram publicados novos estatutos numa brochura editada no Porto, na Typographia de Gandra e Filhos, sob o título *Estatutos para o Collegio da Real Irmandade de N. Senhora da Lapa, na cidade do Porto, de que he Director Joaquim da Costa Ramalho Ortigão*. (Informação colhida em MATOS, 1988: 677).

¹² BPMP - ms. 1901, discurso III, cap. 12.

¹³ Eis os seus títulos de capa: *Termo de entrada dos meninos para o Seminário* (1º) e *Livro para as contas e entradas dos seminaristas do Seminario da Real Irmandade de Nossa Senhora da Lapa* (2º).

¹⁴ Ver AHIL - *Livro para as contas e entradas* ..., fl. 28v. O insólito desta informação não está no quantitativo pago pelos pais do porcionista, mas no facto de pagar ao mês. É que normalmente o pagamento era feito ao semestre e nessa proporção: 144\$000 réis por ano, 72\$000 por semestre.

Além disso, o exame dos livros de entradas deixa-nos a suspeita de que nem todos os alunos que frequentavam gratuitamente o Colégio eram registados. Na verdade, nos dois livros de entradas de alunos, o número total de seminaristas não chega aos 25, ou seja, é cerca de 9% a 10% do total, quando se a percentagem estipulada fosse cumprida devia chegar aos 30%. Pode ter acontecido que os ditos seminaristas se mantivessem no estabelecimento por largos anos seguidos – o que parece provável. Mas o rol dos que cumpriam o preceito pascal mostra nitidamente que o número dos alunos gratuitos diminuiu drasticamente na década de vinte.

Esse livro de desobrigas ou dos que fizeram a comunhão pascal, elaborado pelo Padre José do Sacramento Lapa que se conserva no Arquivo da Irmandade, pode guiar-nos na descoberta do número efectivo de alunos. Em Abril de 1832, ainda antes do Cerco do Porto, não havia mais que 13 alunos.

4.2 – Outras informações

4.2.1 – *Idade*

Sobre a idade de admissão, não dispomos nos registos de matrícula de qualquer informação de tipo quantitativo¹⁵. O uso repetido do vocábulo «meninos» leva-nos a pensar que na generalidade entravam como crianças.

Mas os Estatutos vêm em nossa ajuda. Assim, os de 1798/1799 estipulam que não possam ser admitidos seminaristas com menos de 7 anos nem com mais de 17. Aos porcionistas, isto é, aos pagantes alargava-se o período de entrada até aos 18 anos. Mas os definitivos, os de 1803, alteram completamente este quadro, ao fixarem como idade máxima para a entrada os 10 anos de idade, permitindo que, em casos excepcionais e só para o preenchimento dos lugares gratuitos, se pudesse ir até aos 12 anos.

Na prática e no convívio quotidiano era inevitável a coexistência de grupos etários variados. Bastava para tal o estabelecimento de dois cursos distintos: o de Primeiras Letras e o de Gramática Latina. A indicação de que alguns seguiram do Colégio para a Universidade de Coimbra ou para professor em Mosteiros garante-nos que nem todos eram crianças, pelo menos à saída. Por outro lado, se a maior parte não ultrapassou os 4 anos de frequência, muitos estiveram para além de 5 anos, atingindo-se até 9 e 12 anos de permanência. O que indicia alguma mistura de idades que os moralistas e pedagogos olhavam com alguma reserva.

É sintomático e normal, de resto, que os Estatutos de 1803 dividam os internos por dois dormitórios distintos. Havia um espaço onde se alinhavam os cubículos dos mais velhos, a cargo do Reitor. O espaço dos quartos dos mais novos ficava sob a vigilância do Vice-Reitor.

4.2.2 – *Procedência geográfica dos alunos*

As fronteiras geográficas do recrutamento não se limitaram nunca ao perímetro urbano, ainda que intenção alguma vez tenha sido mencionada. Aliás, a cidade não se circunscrevia aos seus muros, antes se prolongava pelos arrabaldes e estendia a sua influência a todo o Termo que fora fixado nos finais do século XIV.

¹⁵ A única forma que vislumbrámos capaz de nos fornecer informações sobre a idade dos alunos será a consulta aos relatórios que o Mestre de Gramática Latina era obrigado a remeter para a Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura dos Livros. Não tivemos ainda oportunidade de verificar se existem tais relatórios.

Vejamos o quadro seguinte

QUADRO 1 – Procedência geográfica dos alunos do Seminário-Colégio da Lapa (1800-1832)

Zonas de origem	número de alunos	%
Porto e seu Termo	130	49,6%
Entre Douro e Minho	27	10,3%
Douro e Trás os Montes	46	17,5%
Sul do Douro	9	3,4%
Outros	12	4,5%
Brasil	38	14,5%

Sendo inesperado ou insólito, atentemos nos alunos oriundos do Brasil, indicando as capitanias de origem:

- S. Salvador da Baía – 10
- Rio de Janeiro – 11, a que se devem acrescentar mais 3 de S. Salvador de Campos.
- Maranhão – 8
- Pernambuco – 5
- S. Paulo – 1

Com todas estas cidades ou capitanias, a cidade do Porto mantinha desde antanho uma ligação comercial e humana muito forte, pelo que esses números traduzem essa realidade. E como os meninos que vinham da América necessitavam de um tutor na cidade do Porto, não raro esse papel era desempenhado por negociantes portuenses com interesses no Brasil.

A ligação ao Brasil revestiu-se de outro cambiante que deve ser valorizado: entre 1823 e 1832 matricularam-se pela primeira vez no Colégio da Lapa 79 alunos. Destes, 33 eram brasileiros e vieram depois da independência, o que significa quase 42% das novas matrículas. Provavelmente, as contingências do Cerco do Porto e a desorganização que dele adveio esvaziaram um interessante canal de diálogo entre Portugal e Brasil, ainda que a ligação do Rei-Soldado à Igreja da Lapa tenha aberto outra via simpática de bilateralidade.

4.2.3 – Raízes sócio-económicas

Estudar no Seminário-Colégio da Lapa não era barato, excepto no caso de filhos de irmãos pobres, órfãos ou filhos de pais incógnitos os quais poderiam entrar gratuitamente (não quer dizer que fosse assim em todos os casos). Mas estes compensavam o favor com pequenos serviços em prol da comunidade, sobretudo na área do culto religioso. Tirando esses, e esses, como dissemos, não foram tantos quantos os estatutos previam, os pretendentes tinham que proceder de famílias poderosas para poderem suportar as despesas do enxoval, da frequência e da alimentação. Pensamos que as famílias cujos filhos foram alunos da Lapa pertenciam à elite burguesa e aristocrática.

Tal suposição é comprovada pelo exame dos documentos. Nada menos de 61 mães de alunos são tratadas pelo título de «Dona». Contrastando, por «Dom» apenas cinco pais são etiquetados. O que não é pouco, aliás. Mas em compensação pelo menos 17 merecem do Secretário o epíteto de «Ilustríssimo Senhor». Onze são quadros militares, desde capitão a coronel. Nove são altos funcionários da Justiça, tais como Desembargadores, Provedores e Juizes. Duas a três dezenas de pais são rotulados de negociantes ou mercadores, ainda que este último termo quase não apareça por no século XIX praticamente ter caído em desuso. De alguns é indicada a residência em quintas no Porto ou nos arredores da cidade e às vezes bem longe. Até os estrangeiros radicados no burgo ou envolvidos na mercancia internacional mandaram os seus filhos à Escola da Lapa, tais como os Ripper, os Vanzeller, os Kopke, os Pinto Basto de Massarelos, etc. Por vezes, chegavam a frequentar 2 e 3 irmãos simultaneamente.

Mas há outra exigência que os Estatutos estipulam que não podemos deixar de sublinhar. É que além da qualidade social, os pais dos alunos a admitir deviam pertencer a um certo escol moral. Se fossem cumpridos os requisitos estatutários, nenhuma criança entrava sem que os pais fossem conhecidos e investigados. Não se lhe dava autorização de entrada sem informação prévia da vida dos progenitores.

4.2.4 – Tempo de permanência

Os documentos informam sempre sobre a data da entrada. Em grande parte dos casos, elucidam-nos igualmente sobre o dia da partida. Por isso foi-nos possível elaborar uma tabela com o tempo total de frequência da Escola. Eis o que podemos averiguar:

QUADRO 2 – Tempo de permanência no Colégio

Tempo de frequência	quantidade de alunos	Observações
1 semestre ou menos	19	um fugiu ao fim de 8 dias; outro não aguentou mais que 20 dias
1-2 anos (2 a 4 semestres)	61	
2-3 anos (4 a 6 semestres)	55	
3-4 anos (6 a 8 semestres)	41	
4-5 anos (8 a 10 semestres)	27	
mais de 5 anos	22	um manteve-se 12 anos; 8 mantiveram-se por 9 anos

Para avaliarmos o significado do tempo de permanência, teríamos que conhecer os objetivos do aluno à entrada e o nível de estudo em que se matriculava. Se um menino começava pela aprendizagem das primeiras letras e pretendia ingressar na Universidade, o tempo de permanência tinha de ser mais longo; a menos que se transferisse para outra Escola.

De qualquer maneira, devemos notar que há mais de 150 alunos que frequentam as Aulas entre 1 e 4 anos, dois ou até três anos, o que significa quase 60% do conjunto. Assim sendo, cumpre sublinhar a utilidade social e cultural do estabelecimento, numa altura em que as escolas não abundavam.

Parece legítimo concluir ainda que:

a) - embora houvesse casos de rejeição ou de inadaptação ao internato, eles não são numerosos; b) há situações de indivíduos que ou por se sentirem bem, ou por quererem aprender mais, ou por precisarem de mais tempo para aprender, ou simplesmente porque eram pobres permaneceram para além dos 8 e 9 anos, havendo pelo menos um caso de estadia por 12 anos que, misteriosamente, ao fim desse tempo «fugiu» para pôr Aula.

4.2.5 – A saída

Infelizmente não dispomos de elementos para reconstituir os objectivos de cada aluno ao solicitar a matrícula nem existe registo do itinerário curricular de cada um. Sabemos *grosso modo* o que se ensinava, como abaixo explicaremos, mas não o que realmente se aprendia nem para quê.

De qualquer modo, as informações documentais permitem-nos afirmar que normalmente a saída se fazia sem dramas visíveis, com ou sem cumprimento dos objectivos curriculares programados. O ritmo de saída era mais marcado pelos prazos de duração dos pagamentos efectuados ao semestre do que por calendários escolares. Abandonava-se o Colégio em todos os meses do ano embora com maior incidência nos de Agosto, Setembro e Outubro. Não se pense com isto que não havia organização do ano escolar. De facto, as aulas terminavam em 15 de Agosto, seguindo-se os exames. Recomeçava-se em Outubro. Mas as saídas e entradas não obedeciam radicalmente a esse calendário.

As palavras utilizadas pelo escrivão para designar o abandono por decisão do aluno ou da família são normalmente duas: «despediu-se» e «saiu». Sem mais. Casos de expulsão, encontramos apenas 4. E nunca se explicam as causas que as motivaram. Aliás, nem aos pais ou tutores se dava qualquer explicação. Os Estatutos mandam que neste casos apenas se diga que tal aluno não convém ao Seminário. Sem mais. De fugas, ficaram registadas 3. Dois dos que fugiram, fizeram-no depois de muitos anos de permanência e com objectivos explícitos: para pôr Aula, um deles em Penafiel. As circunstâncias destas fugas sugerem-nos duas observações: a primeira é que provavelmente os Superiores faziam pressão para que se não fossem; a segunda, é o efeito reproduzido que a Escola da Lapa poderá ter tido no domínio pedagógico. Formou formadores.

O escrivão prestou-nos um serviço suplementar ao deixar a informação sobre o destino de alguns alunos, após a saída. Infelizmente são poucos estes casos. Assim, além dos 2 que puseram Aula, 15 prosseguiram estudos na Universidade de Coimbra, 4 foram para um Mosteiro e pelo menos 3 nascidos em Portugal, saíram para embarcar para o Brasil. De muitos se diz que saíram para casa.

5 – OBJECTIVOS DA INSTITUIÇÃO

Afirmámos atrás que o Seminário da Lapa não teve nunca como objectivo prioritário expresso preparar rapazes para a carreira sacerdotal. O que não quer dizer que não haja grandes semelhanças de estilo e de concepção entre o Seminário tridentino concebido para a formação de padres e este estabelecimento. Se compararmos a distribuição das tarefas pelas horas do dia, a tipologia dos actos comunitários, as obrigações espirituais impostas aos alunos, a atenção vigilante do pessoal dirigente, o controlo de todos os movimentos dos alunos internos, a aproximação não pode deixar de se impor no nosso espírito.

Como seria de esperar, a formação e a educação da mocidade numa perspectiva de fidelidade e de compromisso com a Igreja e de desenvolvimento daquilo que chamamos valores humanos foram metas bem claras e bem expressas nos Estatutos. Os de 1803 contêm logo no início a declaração de princípios, a saber: os Seminários são o meio mais seguro para a boa educação da mocidade, e os jovens que passam por eles ficam marcados, sem meios termos: seus alunos ou serão ótimos elementos ou se converterão no «descrédito da pátria e peste da sociedade». Ainda que tão radical posição de princípio sirva, no seu contexto, para responsabilizar os Superiores e Mestres, não deixa de ser significativa no contexto de um projecto educativo.

A aprendizagem de certas matérias programáticas era um dos meios para lá chegar. Havia outros: o sentido da disciplina e da obediência ao regulamentado; o sentido de submissão aos dois grandes responsáveis pela vida interna do Seminário que, à maneira do Colégio dos Órfãos, fundado na cidade do Porto nos meados do século XVII pelo Padre Baltasar Guedes, eram o Reitor e o Vice-Reitor; a sujeição da vida quotidiana a regras e a horários; a instilação da ideia de que, embora a pobreza não fosse um bem em si mesma, a austeridade e a privação constituíam excelente pedagogia não só para a perfeição individual mas também para o desenvolvimento do sentido da solidariedade fraterna; o cultivo das boas maneiras, da cortesia, das práticas de asseio e limpeza como condição da vida em sociedade; o espírito de entreajuda entre os alunos mais velhos e os mais novos; a valorização das chamadas virtudes morais, etc. Por outro lado, todas as actividades extra-curriculares, a forte componente de actos de piedade, a solenização das festas litúrgicas, não só na Igreja mas também no Refeitório com ementas melhoradas, as qualidades morais que se exigiam aos Mestres, visavam esse objectivo fundamental.

Aliás, a todo o pessoal contratado para serviço dos alunos se pedia colaboração nesse objectivo prioritário, cada um na justa medida das suas funções: Reitor, Vice-Reitor, Guarda dos Estudantes, Porteiro, Dispenseiro, Roupeiro, Cozinheiro, criado de cozinha e diversos fâmulos. A cada um destes colaboradores os Estatutos consagram um capítulo, mais longo ou mais breve, mas de grande importância para se perceber o espírito da instituição. Não nos demoraremos aqui na sua análise por falta de espaço.

Mas talvez se justifique uma atenção particular sobre a figura do Reitor, uma vez que nas recomendações que se lhe fazem subjaz toda uma concepção de Autoridade e do modo como devia ser exercida.

Nos estatutos de 1788/89 pede-se-lhe que cuide seriamente da boa harmonia e sossego de toda a comunidade, mostrando pelo seu exemplo a excelência de certas virtudes, tais como a ternura, o amor, a caridade, o sentido do acolhimento, a prudência, a moderação, a paciência e a integridade. E, complementarmente, tem que evitar, como se fora peste, o espírito de intriga e de parcialidade, caminho directo para as inimizades, as desordens, os ódios e «os despotismos infernais». Aliás, o Superior deve ser para os alunos um confidente, um pai, um amigo. As ideias de que o Reitor é o Pai e que a comunidade deve ser conduzida como uma verdadeira família é afirmada e reafirmada. Mas o Reitor-Pai-Sacerdote ir-repreensível não pode limitar a sua atenção à boa conduta moral e à observância dos ritos. Vigiará também para que os alunos andem bem alimentados e com boa saúde física.

Embora os estatutos de 1803 vinquem mais o seu papel de garante da disciplina e das regras, não deixam de manter uma concepção afectiva do exercício da autoridade. Há, contudo, alguma contradição entre uma certa auréola intimista e de proximidade do Reitor face

aos alunos e a obrigação que se impunha a estes de porem o joelho em terra perante aquele sempre que precisassem de pedir autorização para se ausentarem de qualquer act o comunitário.

Se nos interrogarmos se os objectivos da instituição coincidiam com os objectivos das famílias quando lá colocavam os filhos, as hesitações e as dúvidas impõem-se-nos mais que as certezas. Se nos parece lógico que alguns progenitores buscavam principalmente um nível de instrução que garantisse aos filhos um emprego (estarão neste caso os que entraram para emigrar mais tarde para o Brasil como caixeiros de um qualquer próspero negociante) não nos parece que genericamente os objectivos das famílias se distanciassem muito dos objectivos da Instituição.

Provavelmente o excesso de vigilância que os Estatutos deixam entrever e o cuidado quase obsessivo pelo comportamento-padrão obstarium ao livre desabrochar da personalidade de cada criança. Mas a ideia do pecado original e do desequilíbrio por ele operado na natureza humana, sempre propensa ao mal e sempre disponível para o desvio, eram axiomas que conservavam forte incidência nas concepções pedagógicas da época. Deste espírito, talvez resultassem alguns frutos nefastos, como a hipocrisia, a dissimulação, a delação, a primazia do parecer sobre o ser.

6 – ASPECTOS CURRICULARES

As informações directas sobre curriculum e, por maioria de razão, sobre conteúdos são lacunares. Sabemos que no início apenas existiam dois Mestres: um para as primeiras letras e outro para Gramática Latina. O manuscrito de 1804 da Biblioteca Pública Municipal do Porto que acima citei, informa que para além das primeiras letras se ensinava no «pequeno mas bonito seminário» Latim, Francês e Comércio. Os estatutos de 1803 prevêem ainda um mestre de inglês, mas da leccionação efectiva desta língua não temos qualquer indício. Esses ditos estatutos estabelecem ainda directrizes metodológicas para um Professor de Retórica e outro de Filosofia Racional e Moral.

Uma informação colhida em folha solta guardada num dos livros de alunos, esclarece que em Setembro de 1821, para além de Primeiras Letras (cujo Professor era Manuel José Pereira Trindade), ministravam-se aulas de Gramática Latina (António Joaquim de Vasconcelos), Língua Francesa (António Pereira), Filosofia Racional e Moral (Padre Eusébio António de Almeida Pinto), Cantochão Cravo (José Francisco de Pinho Brandão) e Educação Interior, a cargo de 3 sacerdotes (P.e Manuel Joaquim Rodrigues de Sousa, P.e Joaquim José Diogo e P.e Manuel de Almeida).

Os estatutos de 1798/99 mandavam que o Mestre de primeiras letras ensinasse leitura, escrituração e contas, segundo as 4 operações da Aritmética. E até se lhe recomenda que recorra ao manual composto para uso das Escolas da Congregação do Oratório das Necessidades intitulado *Instrucção de Principiantes, e Novo Methodo de se aprenderem as primeiras Letras* o qual oferecia a vantagem suplementar de conter «um bem feito resumo da nossa Historia portuguesa». Para além de boa caligrafia, devia ensinar ainda ortografia para que os alunos soubessem escrever correctamente o português. Devia ainda ministrar rudimentos de Gramática Portuguesa com base nos clássicos da Língua e entrar nas orações e suas partes, distinguindo nome, pronome, verbo, participio, advérbio, conjunção e interjeição para que quando chegassem à Gramática Latina não entrassem de olhos tapados ou confusos.

Os Estatutos de 1803, no tocante ao Mestre de primeiras letras, declaram-se abertos à aceitação do Regulamento da Directoria Geral dos Estudos, quando ele existir; entretanto, preferem dar orientações mais genéricas e definir programas de leccionação:

- 1º – Ministar conhecimentos das letras, dos ditongos e a pronúncia das sílabas.
- 2º – Fazer decorar a Gramática Portuguesa de Lobato.
- 3º – Ensinar regras gramaticais e idiotismos portugueses em leituras de Frei Luís de Souza, ou de João de Barros, ou de Jacinto Freire e sempre de algum poeta português.
- 4º – Aproveitar a leitura de manuscritos para correcção dos erros ortográficos com anotações.
- 5º – Ensinar Aritmética por Befart(?)¹⁶.
- 6º – Fazer aplicação das regras desse Autor ao Comercio, através da redução dos pesos, moedas e medidas.
- 7º – Leccionar rudimentos de Geografia, fazendo ler a Historia de Portugal.
- 8º – Ensinar a escrita, com explicação do uso dos diferentes aparos, das diferentes linhas, das diferentes proporções e cheios no sentido de os levar a embelezar a letra.
- 9º – Realizar leituras do resumo da Doutrina cristã com recomendações sobre a sua necessidade.

Quanto ao Mestre de Gramática Latina, nos Estatutos de 1803 existe o respectivo título mas foi deixado em branco para provavelmente vir a ser um dia preenchido, o que não aconteceu. Mas os de 1798/99, deixam algumas directrizes sobre o que competia:

devia insistir no conhecimento da Gramática Portuguesa no caso de os alunos virem mal preparados da classe das Primeiras Letras. No ensino da Gramática Latina devia seguir o novo método do «grande» Padre António Pereira de Figueiredo. Para bem tirar proveito desse método, recomenda-se ao Mestre que saiba munir-se de «paciência e pachorra» para explicar e voltar a explicar a cada um. Só depois disso deverão ser iniciados na construção gramatical, começando pelas fábulas de Fedro e pelas comédias de Terêncio. Ensinará também concordância e regência mas sempre em pequenas doses. Aliás, afirma-se aí, mais vale utilizar poucos livros do que «oprimir as deves forças dos Estudantes com o grande pezo d'Autores mais dificeis, e com a muita copia de Liçoens».

Recomenda-se mais que o professor não tenha pressa de obrigar os alunos a fazer retroversões de português para latim, na esteira do que afirmava Quintiliano: «huma couza he saber Gramatica, e outra couza he fallar Latim». Para se aperceber da inteligência e da destreza do aluno, deve sobretudo, e antes de mais, insistir nas traduções de latim para português, com a aplicação das regras da Arte. Mas começando sempre pelos Autores mais fáceis e pelos textos mais simples de autores como Fedro, Terêncio, Quinto Cúrsio, Cornélio Nepote, Cícero. Só depois passará a César, a Tito Lívio, a Virgílio, a Horácio e a Ovídio. E como nestes Autores se fala de terras e de gentes, o Professor não poderá descurar o ensino da Geografia, da Cronologia, da História.

A ideia de que os alunos poderiam sair com uma razoável formação humanística adquire mais força quando olhámos para os títulos da Biblioteca básica do Colégio que abaixo se apresenta.

¹⁶ A palavra não se consegue ler bem por estar borratada.

7 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nos domínios da instrução propriamente dita, os princípios metodológicos eram ditados pelo objectivo fundamental que era o de fazer os alunos progredir seguramente nos estudos, ainda que a segurança pudesse implicar alguma lentidão.

Genericamente, os métodos e os manuais haviam de ser os preconizados pela Real Junta do Directório Geral dos Estudos, como se declara nos Estatutos de 1803.

Mas nesta Escola, para além disso, procurava-se que o aluno se sentisse bem desde o primeiro dia, organizando-se sempre um ritual de recepção a cada novo candidato, recepção que incluía a imposição da túnica branca na capela perante toda a comunidade. Pelos Estatutos perpassa a preocupação de fazer tratar com carinho pelo menos os mais miúdos e a palavra respeito é utilizada para definir o ambiente do relacionamento entre Superiores e alunos e destes entre si. A grande regra da precedência entre os estudantes é a da antiguidade da primeira matrícula.

Como em outros estabelecimentos, fomentava-se nos jovens o gosto pelo estudo, prevendo-se períodos de trabalho a sós no silêncio do cubículo de cada um. O brio individual era espicado por muitos meios tais como os louvores e as repreensões. As sabatinas semanais, em que eram sorteados os defensores e os arguentes, e as conferências mensais em que se debatiam os temas estudados perante toda a comunidade eram um recurso prescrito nas normas. Os prémios escolares anuais para os dois melhores alunos constituíam outro meio de estímulo. Mas havia precaução para que tais práticas não atraíssem qualquer tipo de inimizade ou aversão entre os que se defrontavam. Quando havia mais que dois alunos a merecer o prémio, os dois ganhadores eram obtidos por sorteio em que entravam os melhores. Os estatutos de 1798/99 excluía expressamente o método do decurião que, como é sabido, consistia em o mestre confiar a um aluno pretensamente mais avançado a direcção de certas aulas. E a razão também é apontada: «a experiencia mostra ser este hum dos maiores estorvos, que se inventarão, para tolher o aproveitamento dos Estudantes; e que antes he melhor, que hum, ou outro fique sem dar lição, do que o ir repetila, a quem he tão bom como elle». (Estatutos de 1798/1799)

O recurso ao castigo era uma pedagogia sempre presente. Nesta Escola aceitava-se o princípio de que o castigo era indispensável para manter a autoridade da Lei e para conter os rebeldes nos limites. Todavia, concomitantemente, declara-se que os castigos devem ser adaptados às circunstâncias e proporções da culpa e que a exortação deve sempre preceder a aplicação de sanções. E até se acrescenta que deve existir gradação no recurso aos castigos: primeiro os mais leves, depois os mais pesados, excepto se a gravidade da falta fosse tal que obrigasse à severidade. Assinale-se, entretanto, que à base dos estatutos o castigo físico (palmatoadas e açoites para os que tivessem idade para os suportar), viria depois de experimentados diversos tipos de repreensão e nunca seria a primeira opção. Por conseguinte, a tradição do «corrector da Lapa – espécie de régua longa de vinhático, muito rígida»¹⁷ não pertence aos primeiros tempos do Seminário.

¹⁷ MATOS, 1988: 676.

8 – A BIBLIOTECA BÁSICA DO SEMINÁRIO

Os Estatutos de 1803 permitem-nos elaborar uma lista dos livros considerados básicos e que presumivelmente eram de uso comum e comunitário. Ei-los:

- Bíblia em Português (última edição do Padre Antonio Pereira de Figueiredo)
- Exercícios Espirituaes e Meditações do Padre Bernardes
- Catecismo de Montplier
- Livro sobre o modo de ajudar à Missa e com as orações preparatórias para a confissão e comunhão
- Livro sobre o modo de assistir à Missa com a devida reverência (para que dele pudessem servir-se os Meninos e instruírem-se nas horas vagas)
- História Geral de Portugal de M. de Laclède.
- Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, de Frei Luís de Sousa
- História de S. Domingos, por Fr. Luís de Sousa
- Vida de D. João de Castro
- Obras de Frei Amador Arrais
- Livro de Geografia (escolher-se-ia o de melhor nota)
- História Universal
- Dicionários das línguas latina, portuguesa e francesa;
- Algumas boas edições dos Autores clássicos que se derem nas Aulas.

CONCLUSÃO

O Seminário-Colégio da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa foi um dos primeiros estabelecimentos de ensino da cidade do Porto, seguramente o primeiro promovido por uma Irmandade ou Ordem Terceira devendo ser compreendido e integrado no conjunto dos objectivos da mesma Irmandade. Ainda hoje se mantém de pé, dedicando-se apenas ao ensino básico em regime de externato.

Embora se tenha perdido grande parte da documentação, a que resta permite-nos conhecer algumas circunstâncias do seu funcionamento e dos seus alunos nos seus primórdios. Contrariamente ao projecto do fundador, não foram apenas os meninos oriundos da cidade do Porto que se sentaram nos seus bancos. Todo o norte de Portugal que se ligava ao Porto ouviu falar por certo, alguma vez, da Irmandade da Lapa e do seu Seminário e as famílias abastadas quiseram-no para educação de seus filhos.

Mas importa mais uma vez sublinhar que as suas portas se abriram a algumas (poucas) dezenas dos primeiros cidadãos do Brasil independente. Este foi mais um elo dos muitos que construíram a ligação ancestral do Porto ao Brasil.

Siglas

- AHIL* – Arquivo Histórico da Irmandade da Lapa
- BPMP* – Biblioteca Pública Municipal do Porto
- BUC* – Biblioteca da Universidade de Coimbra

Abreviaturas

- cap.* – capítulo
ed. – edição
fl. – folio
ms. – manuscrito
p. – página (s)
v. – verso
vol. – volume (s)

BIBLIOGRAFIA

- COELHO, Cesário, 1973 - *Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa. Factos da sua História*, 2ª ed., Porto.
- COSTA, P.e Agostinho Rebelo da, 2001 - *Descrição Topográfica e Historica da Cidade do Porto*, 3ª ed., Lisboa, Frenesi.
- MATOS, A. Campos Matos, 1988 - *Dicionário de Eça de Queirós*, 2ª ed., Lisboa.
- PATRÍCIO, Ana Videira, 1995 - *Escolarização e vulgarização cultural no Porto na época dos Almadas*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (Dissertação de mestrado dactilografada, p. 118-127).
- SANTOS, Cândido dos, 1978 - *A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana*. "Revista de História", Porto, Vol. I, p. 292-300.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 2001 - *O Porto entre as Luzes e o Liberalismo*, Lisboa, Edições Inapa.
- GUEDES, Ana Isabel Marques, 1993 - *A Assistência e a educação dos órfãos durante o Antigo Regime. O Colégio dos Órfãos do Porto*, FLUP (Dissertação de mestrado policopiada).
- GUEDES, Ana Isabel Marques, 2000 - *Les enfants orphelins – éducation et assistance. Les Colégios dos meninos órfãos: Évora, Porto et Braga (XVII.e-XIX siècles)*, Florença, Instituto Universitário Europeu (Dissertação de doutoramento policopiada).
- GUEDES, Padre Baltazar, 1951 - *Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Órfãos de Nª Sª da Graça...*, introdução de A. Magalhães Basto, Porto.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1998 - *Os primórdios da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa*. "O Tripeiro", Porto, 7ª série, ano XVII, nº 5, Porto, p. 136.

Luís Alberto Marques Alves

O arranque do Ensino Industrial no Porto (1884-1910)

R E S U M O

Na segunda metade do século XIX, Portugal conheceu grandes transformações em grande parte decorrentes da estabilidade política e da evolução económica. O ensino industrial, como um mecanismo de industrialização essencial para a formação de profissionais qualificados, teve origem nas iniciativas legislativas de 1851, mas as primeiras escolas só apareceram depois de 1884. No Porto, duas escolas foram frequentadas por mais de 15.000 estudantes até 1910 – Faria Guimarães e Infante D. Henrique. Este trabalho apresenta um estudo centrado nestas escolas.

1. O PORTO NO ARRANQUE DO ENSINO INDUSTRIAL (1884-1910)

“(…) Esta nossa cidade - seja dito para aquelas pessoas que porventura a conhecem menos - divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias particulares. A região oriental, a central e a ocidental.

O bairro central é o portuense propriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês.

No primeiro predominam a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e extensas varandas, (...) a rua estreita, muito vigiada de polícias (...) onde mais se compra e vende; onde mais se trabalha de dia, onde mais se dorme de noite.

(...) O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas, a que chamam palacetes(...). Pelas janelas quase sempre algum capitalista ocioso.

(...) O bairro ocidental é o inglês, por ser especialmente aí o *habitat* destes nossos hóspedes. Predomina a casa pintada de verde escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto ... até de preto! Arquitectura despretensiosa, mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. Persianas e transparentes de fazerem desesperar curiosidades. Ninguém pelas janelas. (...)”¹.

É neste quadro naturalista do Porto que vamos assistir ao aparecimento de novos espaços educativos industriais a partir de 1884-1885. Novos, embora surjam na sequência do pioneirismo da Escola Industrial de iniciativa da Associação Industrial Portuense, do papel que na década de 80 já tem o Instituto Industrial e, a um outro nível, do espaço já ocupado pela Academia Politécnica. Faltavam, no entanto, escolas que, a um nível

¹ DINIS, 1989: 27-29.

mais elementar, preparassem os operários dos novos espaços fabris que começavam a proliferar em diferentes zonas do Porto ²:

É esse o sentido da iniciativa governamental de António Augusto de Aguiar que contempla a área do Porto com duas escolas : Faria Guimarães, no Bonfim (bairro oriental) e Infante D. Henrique, em Vilar (bairro ocidental). Complementarmente, foi criada a escola Passos Manuel em Vila Nova de Gaia, num dos subúrbios da cidade que mostrava maiores potencialidades de crescimento.

2. A ESCOLA DE DESENHO INDUSTRIAL FARIA GUIMARÃES (1885-1910)

No primeiro ano lectivo - 1884-1885 - só foi possível pôr em funcionamento a escola Faria Guimarães, tendo-se o ano lectivo iniciado apenas em 12 de Janeiro de 1885, em instalações provisórias e arrendadas na Rua do Bonfim, e com material cedido pelo Instituto Industrial do Porto. No relatório correspondente a esse ano, o inspector José Guilherme de Parada e Silva Leitão, explicita algumas das dificuldades encontradas e as iniciativas para as superar:

“(…) Estão funcionando as escolas de Coimbra, a de Vila Nova de Gaia, a do Bonfim (no Porto) e na de Guimarães apenas a aula de desenho.

Para que estas escolas principiassem a funcionar, logo que me foi participada a minha nomeação, tratei de obter casas que pudessem servir para n’elas se abrirem as aulas, trabalho este bastante difícil, porque é raro encontrar casas apropriadas pela limitada importância votada no orçamento.

(…) Determinado o local em que a escola devia ficar (‘Bonfim, local perfeitamente escolhido porque é um dos pontos da cidade onde predomina a população industrial’), restava procurar casa que pudesse servir para ela ser instalada e funcionar, embora temporariamente; não era, porém, questão tão fácil de resolver (...) e atendendo ao preço elevado dos alugueis no Porto, era em extremo difícil de encontrar uma casa que medianamente satisfizesse, porque em geral os donos dos prédios têm sempre uma certa repugnância em alugá-los para escolas.

(…) Neste meu empenho socorri-me do auxílio das autoridades locais, e de todas obtive o melhor acolhimento, devendo citar particularmente a camara municipal do Porto, que me ofereceu terreno para a edificação da casa para a escola do Bonfim ³.

(…) Tratei de organizar o pessoal de cada uma das escolas, propondo a colocação dos diversos professores que deviam dirigi-las, sendo nomeado (...) para a escola Faria Guimarães, no Bonfim, António de Santos Pousada (...).” ⁴

² “(...) A indústria cresce em extensão, mas, do ponto de vista urbanístico, cresce para dentro, reforçada pela situação de trabalho ao domicilio. Não há aqui grandes concentrações de instalações industriais e mesmo nas freguesias mais marcadas pela indústria, como o Bonfim ou Santo Ildefonso, as grandes unidades são pouco numerosas e a miríade de pequenas fábricas e oficinas que então proliferavam estavam instaladas no interior das simples casas de habitação (...).

As novas fábricas não revelam nenhuma preferência especial por qualquer freguesia da cidade, distribuindo-se de uma forma regular por todas elas (...). Quando muito, podemos salientar uma relativa preferência por algumas das freguesias então periféricas como o Bonfim, Santo Ildefonso ou Paranhos.” CORDEIRO, 1996: 325.

³ Neste terreno, situado no Campo 24 de Agosto, chegou a efectuar-se a cerimónia do lançamento da primeira pedra, em 1 de Outubro de 1887, que contou com a presença do rei D. Luís. O edifício aí construído seria no entanto destinado ao Asilo das Raparigas Abandonadas, protelando as promessas e a instalação da Escola em espaço condigno.

⁴ *Relatórios*, 1888: 6-18.

Desde logo a adesão verificada permite evidenciar as esperanças que os habitantes do Porto depositavam nesta nova área educativa - Quadro 1 - e as características sócio-profissionais dos seus alunos espelham a marca da zona oriental da cidade (destaque para os ourives e os tecelões).

QUADRO 1 – Mapa dos alunos matriculados na Escola de Desenho Industrial Faria Guimarães, no Bonfim – Porto, no ano lectivo de 1884/85

PROFISSÕES	GRAUS DE ENSINO						TOTAL
	Elementar			Industrial			
	M.	F.	Total	M.	F.	Total	
Barbeiros	1	-	1	-	-	-	1
Chapeleiros	1	-	1	-	-	-	1
Caixeiros	8	-	8	-	-	-	8
Canteiros	4	-	4	3	-	3	7
Carpinteiros	7	-	7	-	-	-	7
Costureiras	-	1	1	-	-	-	1
Douradores	1	-	1	-	-	-	1
Estudantes	34	-	34	-	-	-	34
Gravadores	1	-	1	-	-	-	1
Impressores	5	-	5	-	-	-	5
Industriais	3	-	3	1	-	1	4
Litógrafos	1	-	1	1	-	1	2
Marceneiros	3	-	3	1	-	1	4
Ourives	8	-	8	2	-	2	10
Fotógrafos	1	-	1	-	-	-	1
Pintores	1	-	1	-	-	-	1
Sapateiros	3	-	3	-	-	-	3
Serralheiros	3	-	3	1	-	1	4
Tecelões	14	-	14	-	-	-	14
Trochas	2	-	2	1	-	1	3
Tipógrafos	1	-	1	-	-	-	1
S/ profissão designada	31	-	31	-	-	-	31
TOTAL	133	1	134	10	-	10	144

Fonte: LEITÃO, José Guilherme de Parada e Silva, 1888 - *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884 - 1885 a 1886 - 1887)*, Lisboa, Imprensa Nacional. Adaptado.

Nos anos lectivos seguintes não houve grande diminuição de alunos mas as instalações provisórias, na referida Rua do Bonfim, começaram a provocar grandes constrangimentos, originando um processo reivindicativo que se prolongou pelo menos até 1927⁵, altura em que se conseguiu autorização para a compra do espaço da Real e Imperial Chapelaria a Vapor Costa Braga & Filhos que existia na Rua Firmeza, e que, naturalmente, se teve de adaptar.

⁵ Em 1922 a Escola foi autorizada a mudar-se para um velho casarão da rua de Santo Ildefonso nº422 que tinha sido utilizado, até então, pelo liceu Alexandre Herculano.

O problema das adequadas instalações não impediu que a Escola Industrial Faria Guimarães fosse mais um exemplo da crescente adesão ao ensino industrial que marcou o período entre 1885 e 1910.

QUADRO 2⁶ – Frequência e Aproveitamento da Escola Faria Guimarães (1884/85 a 1909/10)

ANOS LECTIVOS	INSCRIÇÕES POR ALUNOS			APROVEITAMENTO							Sucesso Escolar %
	M	F	T	APROVADOS			REPROVADOS				
				M	F	T	M	F	T	Por faltas	
1884-85	143	1	144	56	1	57	—	—	—	—	39,5
1885-86	76	3	79	26	—	26	6	4	10	—	32,9
1886-87	57	—	57	20	—	20	2	—	2	—	35,0
1887-88	62	—	62	(25)	—	(25)	—	—	—	—	41,4
1888-89	107	1	108	(47)	(1)	(48)	—	—	—	—	44,4
1889-90	125	1	126	(25)	(1)	(26)	—	—	—	—	20,5
1890-91	118	3	121	(39)	(3)	(42)	—	—	—	—	34,3
1891-92	155	1	156	64	—	64	2	—	2	—	41,0
1892-93	193	—	193	67	—	67	1	—	1	—	34,7
1893-94	173	—	173	66	—	66	11	—	11	—	38,1
1894-95	175	—	175	61	—	61	5	—	5	—	34,8
1895-96	173	—	173	58	—	58	15	—	15	—	33,5
1896-97	226	1	227	77	1	78	29	—	29	—	34,4
1897-98	146	—	146	67	—	67	30	—	30	—	45,9
1898-99	148	2	150	73	2	75	20	—	20	—	50,0
1899-1900	133	—	133	68	—	68	13	—	13	—	51,1
1900-01	128	—	128	76	—	76	52	—	52	42	59,3
1901-02	160	—	160	82	—	82	78	—	78	48	51,3
1902-03	159	—	159	99	—	99	60	—	60	38	62,3
1903-04	214	—	214	117	—	117	97	—	97	66	54,7
1904-05	170	—	170	104	—	104	66	—	66	30	61,2
1905-06	243	—	243	126	—	126	116	—	116	63	51,9
1906-07	216	—	216	91	—	91	124	—	124	89	42,1
1907-08	200	—	200	88	—	88	112	—	112	100	44,0
1908-09	194	—	194	104	—	104	87	—	87	82	53,6
1909-1910	210	—	210	104	—	104	106	—	106	101	49,5
TOTAIS	4104	13	4117	1830	9	1839	1032	4	1036	(2)	43,9 (média)

(1) Entre parêntesis valores calculados em função dos dados disponíveis (rendimento escolar e alunos inscritos).

(2) Totais sem significado face ao reduzido nº de anos para que temos estes valores.

Pela análise dos dados referentes à escola Faria Guimarães, para os seus primeiros 26 anos de funcionamento, é possível caracterizar mais pormenorizadamente a sua frequência e descortinar o impacto da sua formação no contexto da industrialização no Porto na passagem do século.

Desde logo ressaltam os 4.117 alunos que frequentaram a escola entre 1885 e 1910 e a reduzida percentagem de população feminina, que desaparece mesmo a partir do ano lectivo de 1899-1900. A primeira década do século XX assiste a uma estabilização de inscrições na casa das duas centenas, com o ano de 1905-1906 a ser responsável pela maior frequência re-gistada neste período que estamos a analisar.

⁶ Os dados apresentados neste Quadro foram obtidos nos Anuários Estatísticos de 1886 a 1910 e nos Relatórios sobre Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte, apresentados pelo inspetor José Guilherme de Parada e Silva Leitão. Estes números nem sempre coincidem com os apresentados no *Boletim da Escola Industrial de "Faria Guimarães" (Arte Aplicada)*. 1884 a 1939, 1939, Porto, Edições Maranus.

Em termos de aproveitamento verifica-se um alto índice de sucesso nas poucas alunas que frequentaram a escola - das 13 referidas 9 ficaram aprovadas - e um nível de reprovações que, podemos observá-lo a partir do momento que as estatísticas passam a contemplar este dado, se deve sobretudo ao grande absentismo dos alunos. Esta característica não é exclusiva desta escola e daí a preocupação dos legisladores - nomeadamente João Franco em 1891, Bernardino Machado em 1893 e Manuel Francisco Vargas em 1901 - em encontrarem mecanismos penalizadores da falta de assiduidade. Apesar de tudo é possível constatar um sucesso médio que se situa nos 43,9%.

Quanto ao quadro curricular, a escola foi sofrendo adaptações em função da legislação que foi sendo publicada durante o período que estamos a considerar. A sua criação no decreto de 6 de Maio de 1884 tinha por finalidade a leccionação do ensino elementar de desenho industrial e do desenho especial dos ramos ornamental e mecânico do ensino industrial. Este currículo contemplava conteúdos programáticos que englobavam desenho simples linear à vista, desenho real à vista, desenho geométrico, desenho de ornato, perspectiva e aguadas, modelação, desenho à vista de máquinas e elaboração de cortes.

Na legislação de João Franco de 8 de Outubro de 1891, a “Faria Guimarães” aparece englobada nas “escolas industriais elementares onde se professa unicamente o ramo de ensino de arte industrial” (Decreto de 8 de Outubro de 1891, artº 90), e que contemplava ainda na circunscrição do norte a “Passos Manuel” em Gaia, a “Nun’ Álvares” de Viana, a “Infante D. Pedro” em Bragança e a “D. Luís” em Vila Real. Contrapondo com estas escolas apareciam as escolas industriais completas - “Marquês de Pombal” em Lisboa e “Infante D. Henrique” no Porto - e as incompletas que professavam cursos de acordo com as necessidades das localidades onde estavam inseridas.

Quando em 5 de Outubro de 1893, Bernardino Machado procura sistematizar o quadro curricular das diferentes escolas, a “Faria Guimarães” fica apenas com a responsabilidade de leccionação das disciplinas de Desenho Geral e Desenho Ornamental nas classes I e II que correspondia ao Curso Geral Elementar, conferindo ainda habilitação para os cursos industriais de “pintor decorativo”, “tecelão”, “formador” e “estucador”. Para a leccionação a escola contava com os professores Teodoro Pinto dos Santos Fonseca, pertencente ao quadro desde 8 de Novembro de 1884⁷, Silvestro Silvestri, contratado em Roma por concurso desde 7 de Agosto de 1888, e Artur Torquato de Moura Coutinho d’Almeida d’Eça, com a categoria de professor auxiliar desde 24 de Julho de 1889.

A estrutura curricular praticamente não se altera até 1910 reflexo fundamentalmente da estabilização da população escolar e do poder de atracção que foi sendo exercido pela Escola “Infante D. Henrique” que possuía todas as disciplinas, habilitava para 20 cursos industriais num total de 31, tinha oficinas de trabalhos práticos, ao contrário da “Faria Guimarães”, e estava instalada no Palacete Sandeman na Cordoaria, a uma distância relativamente acessível das instalações da Escola Faria Guimarães na Rua Firmeza. Corroborando este poder de atracção identificamos nos alunos que a frequentaram entre 1885 e 1910, 1008 alunos e 139 alunas que eram originárias das freguesias de Bonfim, Campanhã e Santo Ildefonso, num total de 6.150 alunos⁸.

⁷ Este professor tem um percurso conturbado na Faria Guimarães pois, pertencendo ao quadro da escola desde a sua fundação, chegou a director mas era, em 1898, extremamente contestado e mesmo alvo de uma participação por parte do inspector da circunscrição do norte.

⁸ ALVES, 1998.

Estes factores ajudam também a perceber a frequência mais baixa em relação a outras escolas, nomeadamente a Escola Infante D. Henrique que teve no mesmo período - 1885/1910 - mais do dobro dos alunos inscritos na Faria Guimarães (9.592 no primeiro caso e 4.117 no segundo).

Estas características específicas da Escola Faria Guimarães ajudam a explicar a apresentação por parte de António José Arroio, num Relatório datado de 15 de Abril de 1911, de uma proposta de reequacionamento do papel da Escola no contexto do ensino industrial, em termos tanto nacionais como, sobretudo, da região onde estava inserida:

“(…) A Escola de Desenho Industrial Faria Guimarães deverá ser transformada numa escola industrial destinada, principalmente ao ensino da tecelagem, o que em parte, é aconselhado pela sua situação junto de um dos bairros tecelões mais importantes da cidade. Da actual escola ficará aí apenas o desenho elementar, passando a parte decorativa para outra escola⁹. Esse ensino da tecelagem será estabelecido na hipótese de ser um centro de irradiação, não só para a cidade e arredores, como também para a indústria fabril e caseira do Minho e Douro (...). A escola necessitará evidentemente de um edifício próprio (...).”¹⁰

3. A ESCOLA INDUSTRIAL INFANTE D. HENRIQUE - Um espaço educativo do Porto oitocentista (1885-1910)

A decisão de instalar a escola junto do Museu Industrial e Comercial, na zona de Vilar e em espaço pertencente ao Palácio de Cristal, teve sobretudo a ver com a rentabilização dos meios e recursos¹¹ aí existentes e com as potencialidades demográficas que esse espaço citadino oferecia:

“(…) No último quartel do século XIX, o ritmo de crescimento da população do Porto revela um dinamismo notável, muito superior ao resto do país e mesmo ligeiramente mais acentuado que o da capital.

O crescimento acelera sobretudo a partir da década de setenta até aos anos noventa, atingindo uma taxa anual média acima dos 2% entre 1878 e 1890, atenuado depois pelos efeitos da crise económica.

Entre 1878 e 1911, a população portuense aumenta cerca de 75%, quase tanto como aumentara, em termos relativos, nos quase cem anos anteriores (...).

Se observarmos a distribuição da população portuense no espaço urbano, facilmente nos apercebemos de profundas diferenças (...). Assim, enquanto a zona antiga, constituída pelas freguesias do centro histórico (Sé, Vitória, S. Nicolau), mantém um fraquíssimo crescimento (no caso de S. Nicolau verificam-se mesmo em vários períodos, taxas de variação negativas), a zona pericentral (Cedofeita, Bonfim, Santo

⁹ António José Arroio defendia a separação dos dois ramos de ensino, o industrial e o de arte decorativa ou industrial.

¹⁰ ARROIO, 1911: 182.

¹¹ Estamos sobretudo a referir-nos aos equipamentos do Museu e aos espaços subaproveitados do Palácio de Cristal, “inaugurado em 18 de Setembro de 1865 para a primeira exposição internacional realizada na Península” (In *Porto 1865*, 1994: 46).

Ildefonso, Miragaia, Massarelos), que é também a mais dinâmica em termos económicos, onde se situam as grandes unidades industriais, com zonas comerciais e de serviços importantes, conhece alguns pólos de elevado crescimento, duplicando praticamente a população. Para lá desta zona intermédia, o Porto dos subúrbios (Lordelo, Foz, Nevogilde, Aldoar, Ramalde, Paranhos, Campanhã) conserva acentuadas feições rurais (...)”¹².

Há uma perfeita sintonia entre a localização das escolas Faria Guimarães (Bonfim) e Infante D. Henrique (Vilar¹³) e as zonas de maior potencial demográfico e económico dentro da cidade. Era a implementação prática, de um dos objectivos que presidiram à criação desta nova rede de escolas : “(...) estas escolas terão por fim ministrar o ensino do desenho exclusivamente industrial e com aplicação à indústria ou indústrias predominantes nas localidades, onde são estabelecidas (...)”¹⁴.

As potencialidades referidas, entre outras que iremos tendo oportunidade de enumerar¹⁵, são certamente responsáveis pela extraordinária concorrência à matrícula verificada a partir de 20 de Junho de 1885. Rapidamente o seu número ultrapassa as 500 inscrições, provocando problemas de instalações pois “a casa destinada à Escola apenas tinha capacidade para 40 alunos”¹⁶. Para o ano lectivo de 1885-1886, que se iniciou apenas em 14 de Janeiro de 1886, teve de funcionar o *numerus clausus* sendo admitidos apenas 160 alunos distribuídos por 4 turmas. Todos os outros ficaram condicionalmente inscritos podendo ser chamados em caso de desistências. Esta incapacidade de o sistema responder a esta pressão inicial, vai ser responsável por algum desinteresse e descontentamento, visível na redução de inscritos para o ano seguinte. Pelo interesse específico da caracterização deste primeiro impacto com o sistema e com a Escola Infante D. Henrique, podemos observar com mais pormenor os alunos que procuraram entrar neste novo espaço escolar em 1885-1886.

¹² PEREIRA, 1995: 48-49. Em nota à margem afirma-se ainda : “ (...) A freguesia de Cedofeita vê a sua população aumentar dos 16.093 habitantes, em 1878, para os 31.214, em 1911, atingindo praticamente a população actual. Crescimento ainda maior verifica-se no Bonfim.” PEREIRA, 1995: 49.

¹³ Vilar, fica na periferia das freguesias de Cedofeita e Massarelos.

¹⁴ Artigo 3 do Decreto de 3 de Janeiro de 1884. In VASCONCELOS, 1885: 7.

¹⁵ Podemos, desde já referir que é indesmentível o crescimento demográfico, urbanístico e industrial da cidade a partir, sobretudo da década de 70. O Inquérito Industrial de 1881, enquanto ponto de referência desta evolução, permite-nos observar que “(...) muitas das unidades fabris mais importantes e tecnicamente melhor apetrechadas são, de facto, recentes. Seis das sete maiores moagens, dotadas de energia a vapor, foram instaladas entre 1874 e 1880. Das nove fábricas de tabacos duas datam de 1865 e todas as outras de 1871-1877. (...) Algumas das maiores fábricas têxteis surgem também neste período. (...) Segundo o Inquérito Industrial, o Porto ocupava na indústria cerca de um terço da população. (...) Em 1890, 1900 e 1911, as pessoas que exercem uma profissão industrial representam respectivamente 20,8%, 21,2% e 23,1% da população total.” In PEREIRA, 1995: 72.

¹⁶ MANSO, 1928: 8.

QUADRO 3
Alunos Inscritos por Idade
e Profissão (1885-1886) -
Escola Industrial
Infante D. Henrique

PROFISSÕES	IDADES												Total individual
	De 6 a 10 anos		De 11 a 15 anos		De 16 a 20 anos		De 21 a 25 anos		De 26 a 30 anos		De 31 a 40 anos		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Alfaiates	3	-	13	-	4	-	-	-	-	-	-	-	20
Barbeiros	-	-	-	-	42	-	2	-	-	-	-	1	7
Caixeiros	-	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	5
Carpinteiros	1	-	4	-	9	-	9	-	3	-	-	-	26
Chapeleiros	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Comerciantes	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Cordoeiros	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Correeiros	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Escultores	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Espingardeiros	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Fabricantes	-	-	54	-	18	-	2	-	-	-	-	1	75
Funileiros	-	-	1	-	7	-	2	-	-	-	-	-	10
Jardineiros	-	-	2	-	4	-	-	-	2	-	-	-	8
Latoeiros	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Maquinistas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Marceneiros	-	-	5	-	3	-	1	-	-	-	-	-	9
Modeladores	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Ourives	-	-	2	-	2	-	-	-	1	-	-	-	5
Pedreiros	-	-	18	-	8	-	1	-	2	-	-	-	29
Picheiros	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
Pintores	-	-	10	-	18	-	6	-	5	-	-	1	40
Professores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Relojeiros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sapateiros	-	-	22	-	6	-	-	-	1	-	-	1	30
Segeiros	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Serralheiros	-	-	19	-	26	-	6	-	-	-	-	1	52
Tamanqueiros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tecelões	-	-	4	1	9	-	2	-	3	-	-	4	23
Torneiros	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	6
Troilhas	-	-	14	-	9	-	-	-	-	-	-	-	23
Tipógrafos	-	-	5	-	2	-	-	-	-	-	-	-	7
Sem profissão	62	5	65	4	14	-	2	-	1	-	-	-	153
TOTAL	66	5	252	5	165	-	33	-	18	-	10	1	555

Fonte: Arquivo da Escola Industrial Infante D. Henrique, Livros de matrículas.

Desde logo ressalta a passagem dos 555 candidatos matriculados em 1885 para os 114 que continuaram a acreditar que as instalações da Escola seriam suficientes para lhes proporcionar a via educativa almejada.

Nos dados do ano lectivo de 1885-1886 verifica-se que os candidatos concentram-se em faixas etárias relativamente baixas - 328 até aos 15 anos e 493 até aos 20 - o que permite credibilizar a hipótese de uma efectiva alternativa na rede escolar industrial. Um outro aspecto que merece referência é a quantidade de alunas que se inscrevem - onze - tendo cinco idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos, cinco têm entre 11 e 13 anos e uma com 36 anos de idade, curiosamente uma professora. Atendendo às faixas etárias, é natural a existência de 153 matriculados sem profissão, mas não deixa de merecer destaque que as ocupações profissionais mais ligadas ao desenvolvimento demográfico, urbanístico e industrial da cidade, representem e atinjam valores significativos : caso dos carpinteiros, pedreiros,

pintores, serralheiros e trolhas, por um lado, dos alfaiates e sapateiros, por outro, e finalmente do grupo dos fabricantes e tecelões que significavam, muitas vezes a mesma ocupação.

Nesta perspectiva o ano de 1886 - 1887 não traz grandes alterações, sendo no entanto de referir a ausência de inscrições femininas, a que não será alheio o mau funcionamento do ano anterior (que incluiu aulas nocturnas), devidamente evidenciado pelo inspector da circunscrição do norte no seu relatório de 31 de Julho de 1886:

“(...) Aberta a aula em 14 de Janeiro de 1886, foram dados os lugares aos alunos pela ordem da matrícula, principiando-se pelos primeiros matriculados; e só quando estes faltavam é que eram admitidos os supranumerários. A afluência destes, porém, era sempre muito superior ao número dos lugares que ficavam vagos, acontecendo algumas vezes que aqueles que não podiam ser admitidos se retiravam descontentes, manifestando o seu descontentamento de um modo pouco cordato, no que eram favorecidos, não só pelas más condições da casa, como também pelo local onde se acha estabelecida, que é absolutamente impróprio para uma escola nocturna tão numerosamente concorrida.

A sala de aula é extremamente pequena, pois não comporta mais de quarenta alunos; não tem dependência alguma, e tem de servir para o estudo de todos os ramos de desenho, para modelação, para secretaria e finalmente para depósito de modelos.

Na minha opinião não podem ser piores as condições em que esta escola se encontra, sendo de urgente necessidade dar-lhe melhor acomodação (...)”¹⁷.

Apesar da urgência referida pelo inspector, só em 13 de Janeiro de 1890 a Escola pôde ocupar novas instalações situadas na rua do Triunfo (actual Rua D.Manuel II), que, continuando a ser insuficientes, motivaram em 1892 a mudança para a Rua da Bandeirinha e, posteriormente (Abril de 1897), para o Palacete Sandeman na Cordoaria onde se manteve até Outubro de 1933, altura em que mudou para as primeiras instalações criadas de raiz, onde se encontra ainda actualmente.

Este problema dos espaços educativos não era, obviamente, exclusivo desta Escola e os relatórios da inspecção referem situações idênticas, embora, pelo teor da redacção, menos graves do que as presentes na Infante D.Henrique. Esta evidência reforça o sentido das asserções sobre a urgência da constituição de uma rede escolar com cariz mais profissionalizante e por outro a adesão que a população das diferentes regiões, particularmente da circunscrição norte, manifestou perante esta nova oportunidade educativa. Bastará referir que o movimento escolar das quatro escolas que abriram na região norte, no ano lectivo de 1884-1885, cifrou-se em 657 alunos.

Embora tratando-se de uma situação excepcional, a frequência da Escola Infante D. Henrique manteve-se, até 1910, em níveis sempre elevados, sobretudo depois de asseguradas as instalações que garantiam uma resposta mais efectiva aos anseios da população portuense. O Quadro 4 permite-nos constatar essa elevada adesão que, além do espaço, vai implicar o recrutamento de novos professores para auxiliarem Teodoro Pinto dos Santos Coelho, primeiro docente da Escola¹⁸.

¹⁷ LEITÃO, 1888: 48-49.

¹⁸ Em 15 de Maio de 1889 são contratados três professores italianos - Michelangelo Soa, Vittorio Fiorentini e Giuseppe Cellini - para leccionarem Desenho Arquitectónico, Mecânico e Ornamental.

QUADRO 4
Alunos Matriculados por sexo
(1885/86 - 1909/10)
- Escola Industrial
Infante D. Henrique

ANOS LECTIVOS \ SEXO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL (M/F)
1885 - 1886	544	11	555
1886 - 1887	114	-	114
1887 - 1888	115	1	116
1888 - 1889	131	1	132
1889 - 1890	160	2	162
1890 - 1891	119	3	122
1891 - 1892	254	1	255
1892 - 1893	302	13	315
1893 - 1894	221	14	235
1894 - 1895	308	17	325
1895 - 1896	357	19	376
1896 - 1897	545	27	572
1897 - 1898	378	32	410
1898 - 1899	389	51	440
1899 - 1900	359	54	413
1900 - 1901	374	74	448
1901 - 1902	382	67	449
1902 - 1903	380	66	446
1903 - 1904	403	55	458
1904 - 1905	463	43	506
1905 - 1906	470	36	506
1906 - 1907	462	38	500
1907 - 1908	477	34	511
1908 - 1909	551	26	577
1909 - 1910	624	25	649
TOTAL	8.882	710	9.592

Fonte: Arquivo da Escola Infante D. Henrique, Livros de matrículas.

Desde logo é possível identificar um primeiro momento até 1890 - 1891 onde a frequência estabiliza, depois do excepcional primeiro ano, em pouco mais de cem alunos e com uma reduzida frequência feminina - de um total de 1.201 matriculados, apenas 18 são alunas. A reestruturação curricular e a transformação da Escola de Desenho Industrial em Industrial, possibilitando, a par da Marquês de Pombal de Lisboa, uma oferta de cursos mais abrangente, assegurada pela nova regulamentação deste tipo de ensino de 1891 e 1893, justifica a procura crescente a partir de 1891 - 1892, tanto da parte dos alunos como das alunas. A frequência feminina tem, nesta altura, um crescimento mais claro do que a masculina (entre 1891/92 e 1902/1903 inscreveram-se 435 alunas e 4.249 alunos) deixando de representar cerca de 1,5% do total de alunos inscritos entre 1885 - 1886 e 1890 - 1891 e passando para 9,3%. De 1903 - 1904 até à implantação da República assiste-se a uma consolidação do projecto de ensino industrial veiculado pela Escola Infante D. Henrique que assegura uma média anual de alunos que ultrapassa os 500. Em termos globais, os 9.592 alunos e alunas que se matricularam, permitem uma média anual ao longo dos 25 anos lectivos que ultrapassa os 383.

Pormenorizando a caracterização dos alunos que acorreram à Escola, podemos observar que na distribuição por idade e por sexo - Quadro 5 - se verifica uma forte concentração entre os 5 (ou mais correctamente 6¹⁹) e os 24 anos, sendo a faixa etária dos 10 aos 19 aquela que é responsável por cerca de 75% do total de matriculados.

¹⁹ O artigo 18 do Decreto de 6 de Maio de 1884 exigia um mínimo de 6 anos para se poder efectuar a matrícula.

QUADRO 5
Alunos Matriculados por Idade e Sexo (1885/86 -1909/1910) - Escola Industrial Infante D. Henrique

IDADE \ SEXO	SEXO		TOTAL (M/F)
	MASCULINO	FEMININO	
05 - 09	106	13	119
10 - 14	3.101	417	3.518
15 - 19	3.469	231	3.700
20 - 24	1.333	33	1.366
25 - 29	584	5	589
30 - 34	183	3	186
35 - 39	64	1	65
40 - 44	13	2	15
45 - 49	1	1	2
Indet.	28	4	32
TOTAL	8.882	710	9.592

Fonte: Arquivo da Escola Infante D. Henrique, Livros de matrículas.

Um dado que se nos afigura de realçar é a existência de 268 alunos e alunas que estando acima dos 30 anos continuam a esperar da escola industrial uma resposta para as suas ambições educativas e, eventualmente, profissionais.

Relativamente à naturalidade dos alunos que frequentaram a Escola Infante D. Henrique entre 1885 e 1910, o Quadro 6 espelha, no nosso entender, a sua inserção no espaço geográfico e nas características populacionais da zona em que se inscreve.

QUADRO 6 – Alunos Matriculados por Sexo e Naturalidade (Freguesias do Porto) (1885/86 - 1909/10) - Escola Industrial Infante D. Henrique

FREGUESIAS (Porto) \ SEXO	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
Aldoar	16	–	16
Bonfim	334	48	382
Campanhã	156	21	177
Cedofeita	1.151	91	1.242
Foz	177	3	180
Lordelo	452	5	457
Massarelos	963	49	1.012
Miragaia	426	57	483
Nevoigne	5	–	5
Paranhos	125	20	145
Ramalde	196	6	202
Santo Ildefonso	518	70	588
São Nicolau	175	37	212
Sé	500	59	559
Vitória	438	52	490
TOTAL	5.632	518	6.150

Fonte: Arquivo da Escola Infante D. Henrique, Livros de matrículas

Pelos dados fornecidos, é possível descortinar uma resposta da Escola à população das freguesias que lhe estão adjacentes - caso de Cedofeita e Massarelos que são responsáveis por 2.254 alunos e alunas, ou seja, 36,7% do total. Se associarmos a estes dados a mobilidade da Escola, cujas instalações foram mudando entre o Palácio de Cristal, a Rua do Triunfo, a Rua da Bandeirinha e a Praça da Cordoaria, poderíamos pela mesma lógica associar as freguesias de Miragaia, S. Nicolau, Vitória ou mesmo Sé, passando a escola a servir 74,6% de entre os alunos naturais de freguesias que confinavam com as suas instalações. Nesta vertente estava

menos em causa a mobilidade da população e podíamos até falar de alguma estabilidade populacional.

Outra constatação prende-se com a observação das idades dos alunos inscritos. Verifica-se que depois de nos primeiros anos lectivos a média de idades se situar nos 15 anos, há uma tendência para ela aumentar, sobretudo a partir de 1889-1890, estabilizando entre os 16 e os 17 anos. A década de 90 assume-se como aquela em que os alunos que frequentaram a Escola tinham uma média de idades mais alta (entre 17,2 e 17,8) e, em contrapartida, a primeira década do século XX mostra uma tendência para o rejuvenescimento da população escolar (regresso à média dos 16 anos).

Quando inventariamos as profissões registadas nas matriculas dos alunos que frequentaram a Escola entre 1885 e 1910, procuramos visualizar o cenário do Porto em movimento e, sobretudo, em crescimento²⁰.

Olhando para os 2.386 matriculados (dos quais 662 são alunas), predominantemente situados entre os 10 e os 14 anos, pensamos que estaríamos sobretudo perante aqueles que esperavam da escola um roteiro mais competente para um trajecto profissional com mais opções. Esta perspectiva pode ainda ser reforçada pelos “assumidamente estudantes” que representam 196, estando 194 entre os 6 e os 19 anos, e merecendo registo o inscrito nesta categoria com idade superior a 30 anos. Se associarmos os 84 “sem profissão” que, pela idade, nos parecem também apenas estudantes, encontramos um número global de 2.666 alunos que significam 27,8% da população escolar do período estudado.

Depois observamos uma cidade em crescimento²¹, com casas em construção - tanto os palacetes para a burguesia como as ilhas para os operários -, com o comércio em franca actividade, com uma população de gostos mais requintados e hábitos de leitura mais generalizados. Essa imagem da cidade é-nos sugerida, nomeadamente:

- pelos 1416 carpinteiros/marceneiros, pelos 8 mestres de obras, pelos 910 pedreiros e trolhas e pelos 1.694 serralheiros que certamente contribuíram para a nova fisionomia habitacional da cidade;
- os 772 caixeiros e os 13 comerciantes e despachantes evidenciam a vitalidade comercial de um espaço com grande mobilidade de pessoas e de produtos;
- os 88 alfaiates, os 31 barbeiros, os 7 chapeleiros, os 100 desenhadores, os 91 escultores/oleiros, os 19 estofadores, os 17 fabricantes de instrumentos musicais, os 582 ourives/relojeiros e os 87 sapateiros/tamanqueiros eram por certo responsáveis

²⁰ Para além da inserção da análise num quadro do Porto de finais de oitocentos, convirá referir os cursos que, pelo Decreto de 5 de Outubro de 1893, passaram a poder existir na Escola Infante D. Henrique, através da combinação de diferentes disciplinas: Pintor decorativo, Bordadeira, Modista, Costureira, Florista, Lavrante de Couro, Serralheiro civil, Ourives cinzelador, Formador, Estucador, Encadernador, Canteiro, Marceneiro, Carpinteiro civil, Carpinteiro mecânico, Serralheiro mecânico, Condutor de máquinas, Fabricante de instrumentos de precisão, Fundidor e Tintureiro. Em 14 de Dezembro de 1897, o Decreto da responsabilidade de Augusto José da Cunha, restringia os cursos a quatro - Desenho Industrial, Profissional Industrial, Curso Livre de Química e Curso de Condutor de Máquinas - e garantia oficinas (ensino prático) nas áreas de carpintaria, serralharia, pintura decorativa, ourivesaria, tecelagem, instrumentos de precisão, relojoaria e labores femininos.

²¹ “(...) O forte crescimento da população portuense no último quartel do século XIX coincide com profundas alterações no espaço urbano. (...) No movimento urbanístico da cidade de fim de século parecem destacar-se: 1) o aparecimento de novos pólos de crescimento, como a Boavista ou certas zonas das freguesias de Campanhã e

- pela apresentação mais cuidada ou pelos gostos mais luxuosos de uma cidade engrandecida pelos palacetes burgueses, mas também matizada pelas ilhas “lôbregas”²²;
- os hábitos de leitura mais generalizados podem ser aferidos pelos 17 encadernadores, pelos 157 tipógrafos/litógrafos e, certamente também, pelo apoio prestado à imprensa, nesta altura em franco desenvolvimento, pelos 58 fotógrafos registados.

Evidentemente que uma cidade de crescente vitalidade exige também um aparelho administrativo mais numeroso - a Escola tem nos seus alunos 222 funcionários públicos-, uma segurança mais atenta (sobretudo às movimentações republicanas) representada na população da Escola com 78 militares, mas também preocupações de saúde e higiene que obrigam os seus habitantes a recorrer frequentemente aos farmaceuticos que, quando as pestes ou epidemias os deixam, frequentam a Escola - 21 passaram pela Infante D. Henrique entre 1885 e 1910.

Mas a população escolar reflecte ainda, no nosso entender, dois aspectos da cidade, de sentido contrário:

- a tradição representada pelos matriculados ligados ao sector textil que se mantêm como actividade ocupacional de grande número de portuenses - 177 alunos aparecem referenciados como fabricantes/tecelões e 11 são tintureiros;
- a inovação identificada com algumas profissões que já nos aparecem representadas na população da Escola - caso dos 2 electricistas, dos 26 telegrafistas e até, embora com menor dose de novidade, dos 18 tabaqueiros.

Uma referência final para os 54 professores - diria melhor professoras pois 34 são do sexo feminino - que se inscreveram entre 1885 e 1910. Aliás, esta categoria, marginalizada a de “indeterminado” é a mais representada de entre as alunas matriculadas.

Assumindo a regularidade da frequência da escola segundo o currículo superiormente definido ou inscrevendo-se voluntariamente por disciplinas, o aluno predominantemente originário do Porto, procurou estar atento à mutação da cidade que o cercava e aproveitou a oportunidade educativa oferecida pela nova rede escolar implementada a partir de 1884 para melhor se preparar para a mudança, para se aperfeiçoar profissionalmente ou, simplesmente, para evoluir e crescer intelectualmente.

Globalmente, a República chega numa altura em que a adesão à Escola tinha estabilizado, a assiduidade revelava-se mais consistente e o aproveitamento atingia valores significativos. A Infante D. Henrique, tal como a grande maioria das escolas da rede de ensino industrial, começava a afirmar-se como alternativa no panorama educativo português.

do Bonfim, em grande parte devido à localização das principais estações ferroviárias; 2) um forte incremento da construção civil e investimentos importantes em novas áreas residenciais, em especial na zona pericentral e nos subúrbios; 3) operações urbanísticas no centro urbano, reduzindo substancialmente as concentrações residenciais da zona histórica, contribuindo para a centrifugação das camadas mais pobres para a periferia; 4) uma diferenciação social dos espaços urbanos; 5) uma maior ligação entre os espaços urbanos e entre estes e os concelhos periféricos, através das novas estruturas de circulação.” In PEREIRA, 1995: 58.

²² FREITAS, 1885, nº 52: 27 de Julho.

Mesmo admitindo que muitas das análises dos inícios da República são coincidentes com as que eram expandidas meio século atrás, não deixa de ser pertinente referir a tendência ascendente do ensino industrial, tanto em número de alunos como na quantidade de escolas vocacionadas para este tipo de ensino. A Escola Infante D. Henrique era, nesta perspectiva, apenas um exemplo de estabelecimento de ensino inserido numa região de grandes potencialidades demográficas, económicas e culturais, que tinha demonstrado, num quarto de século de vida, a validade da aposta concretizada a partir de 1884-1885.

4. CONCLUSÃO

“(…) Qual tem sido o espírito que presidiu a toda a nossa extensa legislação sobre o ensino industrial e comercial? Há nela indícios reveladores duma infiltração progressiva e metódica no seio das massas populares e da indústria e do comércio? Há elementos demonstrando que corresponde às necessidades sociais e lhe pertence papel importante nos progressos da indústria e no desenvolvimento do comércio? Tem desempenhado missão educativa e civilizadora? (...)”²³

Estas questões formuladas pelo Secretário de Estado João Alberto Pereira de Azevedo Neves no relatório de justificação de uma nova organização do ensino industrial e comercial publicada em Dezembro de 1918, ajudam-nos a reflectir retrospectivamente sobre o processo de implantação do ensino industrial, sobretudo desde 1884 até à 1ª República.

Quanto ao espírito de toda a nossa legislação, é verdade que a desconexão vislumbra-se na multiplicidade de leis, decretos, alvarás, ofícios ... que a povoaram ao longo do século XIX. Dessa lição da história do ensino industrial retiraram-se ilacções que vão permitir evitar alguns dos erros identificados: “(...) Não é abrindo escolas e importando mestres do estrangeiro, e ainda menos por se modificarem constantemente leis e programas, que se integra e se infiltra o ensino e a educação na alma rude do povo (...)”²⁴.

Quanto aos indícios reveladores da “infiltração no seio das massas populares” estão aí os números dos primeiros 25 anos de ensino industrial que servem para demonstrar a grande adesão a um ensino mais profissional e mais vocacionado para uma ligação efectiva ao sector produtivo : entre 1884 e 1910 tivemos, só no ensino industrial e de desenho industrial, 87.664 alunos sendo a circunscrição do norte responsável por 38.212 e a do sul por 49.452. São números que justificam a crescente preocupação de uma permanente actualização curricular e alargamento da rede escolar visível na legislação publicada ao longo da 1ª República.

Quanto à missão educativa e civilizadora só um estudo que permitisse conhecer os percursos profissionais dos alunos e das alunas que saíam diplomados das escolas garantiriam respostas fundamentadas, mas a sensação que fica da permanente pressão sobre as instalações, do alargamento da rede escolar, do prestígio social de algumas escolas e alunos e das vozes que se levantaram quando se reduziu o ensino secundário aos liceus, é a de que ainda hoje o seu papel educativo e social é insubstituível.

Preservar o espólio das antigas escolas, publicitar o seu percurso, identificar os seus destinatários e salvaguardar a sua memória é a melhor forma de exercermos uma verdadeira cidadania patrimonial.

²³ Relatório do decreto nº 5029 de 1 de Dezembro de 1918. In *Colecção*, 1919, II: 821-822.

²⁴ Relatório do decreto nº 5029 de 1 de Dezembro de 1918. In *Colecção*, 1919, II: 822.

Siglas

- compil.* – compilado por
ed. – editado por
p. – página (s)
pref. – prefácio
s.n. – *sine nomine*
selec. – seleccionado por
vol. – volume (s)

BIBLIOGRAFIA

- ADÃO, Áurea, 1982 - *A Criação e Instalação dos Primeiros Liceus*, Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência.
- ALVES, Luís Alberto Marques, 1998 - *Contributos para o Estudo do Ensino Industrial em Portugal (1851 - 1910)*, ed. do Autor, Porto.
- ARROIO, António José, 1911 - *Relatórios sobre o Ensino Elemental Industrial e Comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Boletim da Escola Industrial de "Faria Guimarães" (Arte Aplicada). 1884 a 1939*, 1939, Porto, Edições Maranus.
- Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, ano de 1918, 1919*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. II, p. 821-822.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, 1996 - *Empresas e Empresários portugueses na segunda metade do século XIX. "Análise Social"*, IV Série, vol. XXXI, p. 136-137, 313-342.
- COSTA, D. António da, 1871 - *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da Monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, 1990 - *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 : (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- DINIS, Júlio, 1989 – *Uma família inglesa in LIMA*, Isabel Pires de, selec., pref. – "Trajectos: O Porto na memória naturalista", Lisboa, Guimarães Editora, p. 27-29.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de, 1996 - *Novas Páginas Avulsas*, recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves, Porto, Fundação Engº António de Almeida.
- FREITAS, Rodrigues de, 1885 - *A Miséria no Porto*, "Folha Nova", nº 52, 27 de Julho.
- GOMES, Joaquim Ferreira, 1985 - *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844 - 1859)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- HORTA, José Maria da Ponte, 1881 - *Estado e Crítica do Nosso Ensino Oficial*, Lisboa, s.n..
- LEITÃO, José Guilherme de Parada e Silva, 1888 - *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884-1885 a 1886-1887)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MANSO, A. J. de Paiva, coord., 1928 - *Anuário da Escola Industrial do Infante D. Henrique do Porto: Ano lectivo de 1926-1927*. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial do Infante D. Henrique.
- MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso, 1993 - *A Escola Avelar Brotero 1884 - 1974 - Contributo para a História do Ensino Técnico – Profissional*, Guarda : s.n..
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1995 - *Famílias Portuguesas na viragem do século (1880 - 1910)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Porto 1865, uma exposição*, 1994, Lisboa, Comissariado da Expo 98.
- PORTUGAL, 1907 - *Anuário Estatístico - 1900*. Lisboa : Imprensa Nacional.
- REIS, Jaime, 1993 - *O Analfabetismo em Portugal no século XIX : uma interpretação in "Colóquio Educação e Sociedade"*, Lisboa, 2.
- Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884-1885 a 1886-1887)*, 1888, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SERRALHEIRO, J. Paulo; LOBO, M. Natália; PEIXOTO, Jorge Mário; REBELO, Olímpia, 1985 - *A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal*, Porto.
- SILVA, Augusto Santos, 1997 - *Palavras para um País : Estudos Incompletos sobre o século XIX português*, Oeiras, Celta Editora.
- VASCONCELOS, José Máximo de Castro Neto Leite e, compil., 1850/1910 - *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Luís Grosso Correia*

O *thymos* segundo o Liceu Feminino do Porto (1917-1927)

R E S U M O

O presente texto insere-se num processo de reflexão que temos vindo a desenvolver sobre a cultura organizacional e a construção de identidades de escolas liceais. A construção da identidade de uma escola é um processo contínuo, multidimensional e sistémico realizado dia-a-dia desde o currículo oculto até ao Regulamento Interno, passando pelas imposições jurídico-legais, pela distribuição e organização das tarefas escolares Nesta linha de análise, mais intensa e profunda, a identificação de uma escola não poderá ser estudada a partir da clássica abordagem dos domínios pedagógico e escolar. Há, assim, que analisar o domínio profissional nas suas especificidades contextuais, designadamente a nível das atitudes, representações e comportamentos dos professores que, em determinadas conjunturas político-educativos marcantes da vida da escola, em particular, e do país, em geral, tiveram a tendência para revestir a escola de um determinado valor e exigir o reconhecimento desse valor.

O presente texto insere-se num processo de reflexão que temos vindo a desenvolver sobre a cultura organizacional e a construção de identidades de escolas liceais. A construção da identidade de uma escola é um processo contínuo, multidimensional e sistémico realizado dia-a-dia desde o currículo oculto até ao Regulamento Interno, passando pelas imposições jurídico-legais, pela distribuição e organização das tarefas escolares Nesta linha de análise, mais intensa e profunda, a identificação de uma escola não poderá ser estudada a partir da clássica abordagem dos domínios pedagógico e escolar. Há, assim, que analisar o domínio profissional nas suas especificidades contextuais, designadamente a nível das atitudes, representações e comportamentos dos professores que, em determinadas conjunturas político-educativos marcantes da vida da escola, em particular, e do país, em geral, tiveram a tendência para revestir a escola de um determinado valor e exigir o reconhecimento desse valor. É disto que trata o presente trabalho¹.

1. THYMOS

O *thymos* é o étimo grego da palavra timo. O timo refere-se, na literatura médico-científica, ao órgão glandular endócrino transitório situado na parte inferior do pescoço, na parte torácica, ao qual é atribuído um papel de comando no processo de maturação do sistema imunitário nos períodos fetal e neo-natal. Trata-se, assim, de uma glândula vital no período inicial da vida humana², mas que se vai tornando inútil à medida que o ser humano

* Secção Autónoma de Educação/Instituto de História Contemporânea.

¹ Este trabalho é uma versão alargada e atualizada da comunicação intitulada *Habitus, ethos e thymos* apresentada ao III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (Coimbra, 26 de Fevereiro de 2000).

² O timo vai gradualmente amadurecendo até atingir o seu maior volume na puberdade.

vai crescendo³. Em termos de expressão literária, o *thymos* refere-se a um princípio de atividade (por oposição ao *ethos*, estado de passividade) emocional, volitiva, intelectual, no sentido de se querer alcançar ou obter algo, podendo também designar estados emocionais específicos, como a cólera ou a ira⁴.

A utilização deste conceito no presente texto é o resultado da intersecção da leitura combinada das obras de Francis Fukuyama⁵ e Platão⁶ com a nossa investigação sobre a história do Liceu de Feminino do Porto, em particular no período que vai de 1917 a 1927.

A noção de *thymos* foi utilizada por Platão na *República* e retomada por Fukuyama. Platão utilizou-a num diálogo entre Sócrates e Gláucón sobre a natureza e objectivos da justiça, na óptica do cidadão e da cidade, qualificando-a como uma das três partes da alma (uma racional, outra concupiscente, irracional, do desejo, e uma terceira relacionada com a ira, cólera, ao serviço da parte sábia da alma). Fukuyama retoma esta passagem de Platão atribuindo ao *thymos* a qualidade da alma que tende a revestir o eu de um determinado valor. O sentimento capaz de, segundo este autor, «exigir o reconhecimento desse valor é aquilo a que, na linguagem popular de hoje, chamaríamos “amor-próprio”. A tendência para sentir amor-próprio brota da parte da alma chamada *thymos*. É como um sentido humano inato de justiça»⁷. O autor continua a explorar as virtudes do conceito, associando-lhe as emoções de ira e cólera, definidas por Platão, mas também o desejo de reconhecimento e os sentimentos de vergonha e orgulho, os quais, todos em conjunto, «constituem elementos da personalidade humana que são cruciais para a vida política. Segundo Hegel, são eles o motor de todo o processo histórico»⁸.

Não vamos aqui tecer considerações sobre as perspectivas historicistas de Hegel ou Fukuyama. Interessa-nos apenas destacar e explicar a filogénese do conceito *thymos*, deslocá-lo dos seus contextos filosóficos emergentes e recontextualizá-lo, agora, no campo da investigação histórico-educativa com o intuito de, instrumentalmente, sintetizar o trabalho reflexivo desenvolvido a partir de um conjunto de acontecimentos. É, assim, nossa finalidade definir um *modus operandi* que oriente e organize uma prática científica, feita de conhecimentos adquiridos, dispersos e pouco formalizados, através de uma noção que, des/recontextualizada, se apresenta como uma «simples metáfora com função puramente emblemática»⁹.

Este nosso esforço de recontextualização da noção de *thymos* no domínio da investigação educacional insere-se num processo conceptual de recobrir um conjunto de reflexões, atitudes e comportamentos desenvolvidos por um conjunto de professores¹⁰ que concorre para a afirmação e construção da identidade de uma dada escola num dado tempo. Deste

³ DURANTEAU, 1981. Outra referência de natureza científica deverá ser feita ao médico-investigador Paulo Pinho e Costa, do Instituto de Ciências Bio-Médicas da Universidade do Porto, que em muito esclareceu a nossa ignorância inicial sobre o timo.

⁴ Não sendo especialistas em grego clássico, mais uma vez tivemos de recorrer à paciência e bonomia de colegas de profissão para a definição da palavra em análise. Desta feita, protestamos o nosso reconhecimento a Raúl da Cunha e Silva.

⁵ FUKUYAMA, 1992: 18-24.

⁶ PLATÃO, 1983: 176-205.

⁷ FUKUYAMA, 1991: 18.

⁸ FUKUYAMA, 1991: 19.

⁹ BOURDIEU, 1994: 68.

¹⁰ Não o designamos por grupo, individualizado e distinto de outros, pois como veremos, mais adiante, esses professores não tinham opiniões e perspectivas consensuais entre si em várias matérias educativas.

modo, o *thymos*, segundo a análise desenvolvida junto do Liceu Feminino do Porto, traduzirá um processo dinâmico pelo qual um conjunto de professores procura na fase de instalação e afirmação institucional da escola – tal como o timo nos recém-nascidos –, construir uma ideia e uma identidade de escola, recorrendo a processos racionais, afectivos e comportamentais, que são mais fundamentais do que estratégicos, dentro da observância do quadro jurídico-legal estabelecido.

Os processos adoptados por esses professores¹¹, em ordem a estabelecer uma determinada identidade da escola e a exigir o reconhecimento dessa mesma identidade, são dinâmicos e relacionais, justificados e inteligíveis à luz do contexto histórico e social em que são produzidos, e apresentam-se como genuínas expressões dos valores da legalidade e da justiça. Os actores educativos não agem, assim, com base em respostas predeterminadas a assuntos ou problemas bem identificados, mas sim através de uma mediação simbólica, através da qual interpretam e definem as diferentes situações. Essa interpretação é um processo de construção de significados através de interacções entre os diferentes actores educativos. As definições comuns atribuídas a esses objectos/situações são assim o resultado de um processo de negociação de perspectivas entre os actores educativos que interagem regularmente e partilham experiências, problemas e passados comuns, não querendo isto significar um monismo idiosincrático (para o qual nos podem remeter as noções de *ethos*¹² e de *habitus*¹³).

Nesta linha, é de salientar a concepção emancipadora do papel desempenhado pelos professores em contexto profissional: eles são líderes, com trajectos, projectos e represen-

¹¹ Os actores educativos a que fazemos referência são um conjunto de professores que, nas reuniões do Conselho Escolar do Liceu, pelo empenho, desempenho, aceitação das suas propostas pelos seus pares e nomeação ou eleição para tarefas de natureza pedagógica, administrativa ou de representação consubstanciaram aquilo que designaremos o *núcleo decisional* do Liceu entre 1917 e 1926, a saber: Augusto Martins, reitor; Francisco do Livramento Gonçalves Brandão, professor mais antigo e reitor interino nos impedimentos do reitor; José Nunes Prudente; Leonardo José Coimbra, destacado pensador, pedagogo, filósofo, Ministro da Instrução em 1922-23, deputado, professor de Física e de Filosofia; Maria Emília Duarte Costa, primeira professora a ser eleita para um órgão de gestão da escola e reitora entre 1931 e 1939; Mário de Vasconcelos e Sá, autor de manuais de História e de Geografia, autor do primeiro Regulamento Interno do Liceu aprovado pelo Conselho Escolar; Pedro Tavares Mendes Vaz; e Rodrigo Fernandes Fontinha, secretário do Conselho Escolar.

¹² Um espírito, sentimento ou atitude colectiva que informa a actividade de pessoas ou instituições. Na perspectiva sociológica o conceito foi desenvolvido por William Graham Sumner na obra *Folkways* (Nova York: Ginn, 1906) e enfatiza que o *ethos* de uma comunidade/grupo representa a totalidade dos traços culturais que individualiza e diferencia essa comunidade/grupo de outros grupos. Comportamentos repetitivos e redundantes ao serviço da prossecução das necessidades e interesses de um grupo na luta pela sua existência. Poder-se-á ainda falar de um trans-*ethos*, comum a diferentes unidades ou grupos sociais (cf. SWATJUS, 1998: 174-175). Como advertem Stephen Stoer e Helena Araújo, a afirmação de uma identidade, de «diferentia específica», realçando as particularidades organizacionais, culturais e educativas de uma dada escola não é muito frequente num sistema educativo fortemente centralizado como é no caso português (cf. STOER; ARAÚJO, 1992: 67 e ss.). Não operamos conceptualmente com a noção de *ethos* apresentada por estes dois autores (como um espaço de negociação através da cultura), mas temos mais presente a definição avançada por Bourdieu e Passeron, com uma forte determinação de classe social: «o sistema de disposições que caracteriza cada agente social (individuo ou grupo), na medida em que este se refere, mesmo sem o saber, quando se determina no sistema das relações objectivas que o determina» (BOURDIEU; PASSERON, s.d.: 211-212).

¹³ Segundo o responsável da sua introdução no glossário das ciências sociais, Pierre Bourdieu, *habitus* refere-se, a um tempo, a uma disposição incorporada, quase postural – como um *haver*, um capital –, e a um agente social em acção, evidenciando, assim, as capacidades criadoras, activas e inventivas deste a nível comportamental, a nível do «primado da razão prática» (cf. BOURDIEU, 1994: 61). A liberdade a nível expressivo não é, contudo, compatível com a inovação a nível do conjunto de princípios que postula a produção e reprodução de práticas e formas que concorrem para prossecução dos interesses da classe ou fracção de classe social (cf. JARY, 1991: 267).

tações educativas próprias. O estatuto atribuído aos professores e às escolas na definição, discussão e administração do sistema educativo entre 1910 e 1926¹⁴ é caracterizado pela descentralização e desconcentração de competências do poder central para o reitor e Conselho Escolar dos liceus. Estavam, deste modo, reunidas as condições legais para o reconhecimento de «um certo grau de poder, de autonomia, de margem de decisão, legitimidade, tarefas e objectivos próprios» dos liceus, acentuando-se, deste modo, a alta profissionalização docente (experiência e competência para influenciar as decisões organizacionais) em detrimento dos procedimentos burocráticos (autoridade centralizada, forte hierarquização administrativa, trabalho baseado na disciplina e regras impessoais), como o relevou João Barroso¹⁵.

De igual forma, a conjuntura político-ideológica em matéria educativa caucionava esta liberdade de acção reconhecida às escolas no sentido de construírem consensos e integrações socialmente alargados em torno da ideia de República. Daí todo o interesse em «fomentar o desenvolvimento de uma nova unidade espiritual e moral da nação, o que implicava a união de todos os portugueses à volta da ideia de república, dos valores a ela associados e, naturalmente, das novas instituições. A função integradora é, aliás, uma das funções habituais de qualquer ideologia e, designadamente, de uma ideologia pedagógica. [...] A obtenção do “consensus” republicano era pois uma questão vital»¹⁶.

2. BREVE HISTÓRIA DO LICEU FEMININO DO PORTO (1914-1927)

O Liceu Feminino do Porto sucede à Secção Feminina dos Liceus do Porto criada no ano lectivo de 1914/15. Torna-se, assim, no terceiro liceu oficial da cidade do Porto após a solução de continuidade do Liceu Nacional do Porto no então denominado Liceu de Rodrigues de Freitas¹⁷ e a criação do liceu da zona oriental da cidade (no contexto do desdobramento do Liceu Nacional do Porto em 1906) que, à época, já se denominava de Alexandre Herculano¹⁸.

¹⁴ Designadamente na conjuntura jurídico-administrativa que decorre entre 1914 (Decreto nº 471, de 06.05.1914) e 1927 (lei orçamental definida pelo Decreto nº 13.872, de 01.07.1927).

¹⁵ BARROSO, 1995: 333-347, 413-419.

¹⁶ PINTASSILGO, 1998: 113-115.

¹⁷ Como marcos do devir histórico do então Liceu de Rodrigues de Freitas assinalamos os seguintes: *i*) Liceu Nacional do Porto (Decreto de 17 de Novembro de 1836) – *Plano dos Lyceos Nacionaes*: «Artº 40º Em cada uma das Captaes dos Districtos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado Lyceo Nacional de o local onde fôr estabelecido»; «Artº 42º O Lyceo do Porto formará uma secção da Academia» Politécnica; *ii*) Liceu Nacional Central do Porto (Decreto de 14 de Junho de 1880) – «Art. 3º O continente do reino será dividido em três circumscrições academicas, cujas sédes serão: Lisboa, Coimbra e Porto, que se designarão respectivamente – 1ª, 2ª e 3ª»; «Art. 4º Em cada capital de circumscrição haverá um lyceu nacional central e em cada capi-tal do districto um lyceu nacional.» (Diário do Governo nº 138, de 21 de Junho de 1880); *iii*) Liceu Nacional Central da 2ª Zona Escolar do Porto (Decreto de 4 de Janeiro de 1906) – o desdobramento do Liceu Central do Porto em dois liceus levou à criação de um liceu na zona oriental da cidade, obrigando à sua divisão em duas zonas escolares; *iv*) Liceu de D. Manuel II (Decreto de 9 de Setembro de 1908) – no contexto do grande pesar nacional provocado pelo regicídio de 1908 o Conselho Escolar aprovou, por unanimidade, o nome do monarca em exercício para patrocinar a denominação oficial do Liceu; *v*) Liceu de Rodrigues de Freitas (Decreto de 23 de Outubro de 1910) – a decisão do primeiro-ministro António José de Almeida em alterar o nome do patrono do Liceu foi confirmada, por unanimidade, pelo Conselho Escolar do mesmo, no contexto revolucionário da instauração do regime republicano.

¹⁸ Como marcos cronológicos do Liceu de Alexandre Herculano destacamos os seguintes: *i*) Liceu Nacional Central da 1ª Zona Escolar do Porto (Decreto de 4 de Janeiro de 1906); *ii*) Liceu de Alexandre Herculano (Decreto de 14 de Setembro de 1908).

A Secção Feminina dos Liceus do Porto entrou em funcionamento no ano lectivo de 1914/15, teve por instalações o prédio sito no número 441 da Rua de Cedofeita e foi amplamente apoiada pelo Liceu de Rodrigues de Freitas a nível de recursos humanos (alunas e professores) e materiais e ainda a nível de gestão. Este manifesto interesse do Liceu de Rodrigues de Freitas na criação e apoio da escola liceal feminina contou com uma adesão fruste e distanciada por parte do Liceu de Alexandre Herculano. Esta nossa observação decorre de três factores:

- i) o liceu da zona oriental raras vezes fez deslocar as alunas nele matriculadas quer para a secção feminina, quer para o liceu feminino que lhe irá suceder;
- ii) somente com a criação da Secção do Liceu de Carolina Michaëlis¹⁹ na zona oriental da cidade em 1933 (cf. Decreto nº 23.077, de 4 de Outubro) é que o Liceu de Alexandre Herculano observará a legislação aplicável ao ensino liceal feminino, em vigor desde 1926, e, acto contínuo, passará a ser um liceu exclusivo para alunos do sexo masculino;
- i) a crise estudantil, que se desenvolve no Liceu de Rodrigues de Freitas entre Março e Abril de 1912²⁰, levou um antigo professor do Liceu e prestigiado cientista, pedagogo e filósofo, Leonardo Coimbra de seu nome, a compreender, embora discordando completamente do modo, a posição dos alunos face a casos conhecidos de incompetência pedagógica e científica de alguns professores, assim como face ao uso de práticas pedagógico-educativas humilhantes para os alunos, entre as quais se destacava o facto de que «os rapazes acusam os professores de *namorarem* as alunas»²¹.

O reitorado de Eduardo Ferreira dos Santos Silva, médico e reputado republicano da cidade do Porto, será a grande novidade do início do ano lectivo de 1912/1913 no Liceu de Rodrigues de Freitas. A sua administração pautou-se pela pacificação da comunidade escolar e pela normalização da actividade docente, emergindo, como principal medida escolar, a criação da Secção Feminina dos Liceus do Porto no ano lectivo de 1914/15²². Envidou os esforços necessários para a sua transformação em liceu autónomo logo a partir de Junho de 1915²³.

A origem do Liceu Feminino do Porto remonta, assim, a 1914, ano em que foi criada a Secção Feminina dos Liceus do Porto. A criação desta Secção Feminina contou, para além do

¹⁹ A secção do Liceu de Carolina Michaëlis ganhará carta de alforria em 1946 (cf. Decreto-Lei nº 35.905, de 12. Outubro.1946) e passará a designar-se por Liceu de Rainha Santa Isabel.

²⁰ Esta crise é motivada pelos violentos ataques que o jornal estudantil denominado *A Verdade* lançava contra os professores dos dois liceus da cidade assim como a professores da Academia do Porto. Apesar do tom mordaz, virulento e indecoroso de alguns artigos, o jornal não deixava de protestar a sua pública admiração por professores do Liceu de Rodrigues de Freitas como Jaime Cortesão ou Leonardo Coimbra. A aludida crise terá o seu epílogo a 26 de Abril de 1912 com os tumultos, agressão do reitor e de alguns outros professores do Liceu e vandalização de mobiliário e outros equipamentos praticados por alunos do Liceu na sequência da decisão de expulsão pelo período de dois anos do aluno José Garrido, director e articulista do jornal *A Verdade*.

²¹ *A Verdade*: nº 9, 28.04.1912.

²² Frequentada pelas alunas matriculadas até à 3ª classe nos dois liceus da cidade (cf. AESRF, 1906-1915: Sessão de 17.10.1914).

²³ Cf. AESRF, 1906-1915: Sessão de 18.06.1915.

Liceu de Rodrigues de Freitas, com um outro importante promotor na cidade: a Câmara Municipal do Porto, que desde há alguns anos reclamava para a cidade um liceu feminino e um Conservatório de Música²⁴.

Por determinação do artigo 53º da Lei nº 410, de 20 de Setembro de 1915, a secção feminina dos dois liceus do Porto é integrada na rede nacional de liceus: a «actual secção feminina dos Liceus do Pôrto é transformada em Liceu Nacional Feminino, com as 1ª e 2ª secções do Curso Geral, sendo desde já dotado com 4.000\$ anuais e ficando com administração independente da dos liceus masculinos da mesma cidade»²⁵. A partir de 1917, o Liceu é autorizado, pelo Decreto nº 3.694, de 24 de Dezembro, a leccionar o Curso Complementar dos Liceus, subindo, assim, à categoria de Liceu Central Nacional, categoria esta apenas partilhada pelo Liceu Feminino de Lisboa.

O primeiro reitor do Liceu Feminino do Porto foi o professor António Augusto Pires de Lima, que à época era igualmente reitor do Liceu de Rodrigues de Freitas. Por este facto acabará por pedir a sua substituição no cargo de reitor do Liceu Feminino, sucedendo-lhe, em Janeiro de 1916, o professor José Mendes de Araújo. Este reitor acabará por ser substituído, em Outubro desse mesmo ano, no cargo de reitor por Augusto Martins, o qual estenderá o seu reitorado, confirmado democraticamente por diferentes eleições, até 1926.

Neste período o Liceu Feminino do Porto adoptará por patronos Castilho (1919) e Sampaio Bruno (1919-1926). Pelo Artigo 133º do Decreto nº 12.425, de 2 de Outubro de 1926, é imposto o nome da filóloga romanista Carolina Michaëlis de Vasconcelos (Berlim, 15 de Março de 1851 – Porto, 16 de Novembro de 1925) como patrona do Liceu. Esta última mudança de patrono, determinada centralmente pelas autoridades ditatoriais, acontece num período em que, para além do esforço político-ideológico das novas autoridades em fazer tábua rasa da cultura pedagógica da República, se assiste a uma reforma estrutural da organização do quadro do pessoal docente dos liceus femininos: os professores do sexo masculino remanescentes da gradual aplicação da Lei nº 5.638, de 10 de Maio de 1919, foram «transferidos para os outros liceus das mesmas cidades» por força do Decreto nº 11.897, de 16 de Julho de 1926. O sub-sistema escolar liceal feminino português começa, deste modo, a definir-se como um nicho escolar exclusivo do género feminino: a nível dos corpos discente, docente e, um pouco mais tarde, administrativo e auxiliar (cf. Decreto 13.488, de 21 de Abril de 1927).

O Liceu manteve-se nas instalações primitivas da Secção Feminina dos Liceus do Porto, sitas à Rua de Cedofeita, até 1921. Neste ano, muda-se para o Largo de Coronel Pacheco onde permanecerá no palacete, de quatro pisos e quatro frentes, propriedade de uma extinta congregação religiosa inglesa, que havia albergado até 1911 o Colégio Inglês. As condições higiénicas e pedagógicas deste edifício poderiam ser consideradas de médias, apesar da insuficiente cubagem das salas, do enorme atraso das obras de beneficiação e remodelação deste edifício (só a partir de 1933 é que se pode verdadeiramente falar em obras). Ao longo

²⁴ O projecto de instalação de um Conservatório de Música na cidade do Porto foi esboçado, nesse mesmo ano de 1914, pelo pianista e director de orquestra Raimundo Macedo. Contudo, somente em 1917 se encontraram reunidas as condições políticas, designadamente os apoios do Senado e depois do Parlamento, que permitiram à Câmara Municipal do Porto lançar as bases do ensino oficial de música na cidade. O primeiro ano lectivo do Conservatório arrancou logo em 1917/18 com 373 matrículas individuais (cf. DELERUE, 1969: 8).

²⁵ Para além do Curso Geral, leccionado até à 5ª classe, foi aberto igualmente no Liceu Nacional Feminino do Porto o Curso Especial de Educação Feminina, criado e regulamentado pelo Decreto nº 1.637 de 11 de Junho de 1915. Este curso, que era estruturado por disciplinas de carácter acentuadamente doméstico, durou até à sua revogação pelo Decreto nº 4.597, de 12 de Julho de 1918, revogação esta ditada pela fraca frequência do curso.

da década de 40 este edifício irá conhecer uma acentuada degradação física das suas instalações. Em 1951, instalar-se-á no edifício construído nos terrenos da Quinta do Meio, à Ramada Alta, onde actualmente permanece.

3. O THYMOS SEGUNDO O LICEU FEMININO DO PORTO (1917-1927)

A utilização da noção de *thymos* no presente estudo é um risco por nós assumido no sentido de formalizar, sintetizar e recobrir conceptualmente uma série de dados empíricos que, analisados em sistema, concorrem para a configuração do perfil identitário de uma escola, no caso o Liceu Feminino do Porto/Sampaio Bruno/Carolina Michaëlis, da cidade do Porto.

Decidimos centrar a nossa reflexão e análise em torno do conceito de *thymos* e da sua relevância e significação no domínio da investigação educacional. As noções de *habitus* e de *ethos* não esgotavam a análise compreensiva que desejávamos desenvolver sobre as atitudes, comportamentos e representações dos professores do Liceu Feminino do Porto entre 1917 e 1927. Contudo, essas noções permanecerão em pano de fundo com a função de tornar mais inteligível a fundamentação, intenção e objecto do nosso esforço experimental: alocar a noção de *thymos*, se nos permitirem o jogo, no *thesaurus* e no *habitus* da investigação em educação, designadamente, na investigação histórico-educativa.

O processo de produção dos resultados ora apresentados iniciou-se primeiro com a pesquisa de campo, no caso vertente a história do Liceu Carolina Michaëlis entre 1914 e 1974²⁶, e só num segundo momento é que se procurou referentes teóricos em ordem a representar os resultados dessa pesquisa. O esforço conceptual realizado inscreve-se, deste modo, no processo de defrontação com outras teorias e, seguindo as palavras de Pierre Bourdieu, «apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polémica teórica do que com a defrontação com novos objectos»²⁷.

O *thymos* do Liceu Feminino do Porto foi-se configurando ao longo do período em análise através de um processo multidimensional que tomou expressão numa série de acontecimentos que passamos a descrever.

3.1. O nome do patrono do Liceu

Em reunião de 25 de Janeiro de 1918 do Conselho Escolar, o reitor, Augusto Martins, considerava que era conveniente dar um nome ao Liceu. Atenta a situação de se tratar de um «liceu feminino, natural era pensar numa mulher cujas virtudes pudessem apontar às gerações femininas para norma». Mas, ante a dificuldade de encontrar uma mulher com obra intelectual que servisse de modelo às alunas (anteriormente, o mesmo professor havia sugerido o nome de D. Filipa de Lencastre), viu-se na contingência de pensar num nome masculino. É assim que surge a proposta do pseudónimo de José Pereira Sampaio, isto é,

²⁶ O nosso estudo do Liceu integra-se num projecto colectivo de investigação denominado *Roteiro dos Liceus históricos*, coordenado por António Nóvoa. Os resultados deste projecto serão em breve publicados sob o formato de monografia por liceu.

²⁷ BOURDIEU, 1994: 59.

Sampaio Bruno²⁸ que foi aprovada pelo Conselho de professores por maioria dos seus elementos, com um só voto contra²⁹.

O nome de Sampaio Bruno (1857-1915), retrata bem a orientação ideológica dos professores influentes no Liceu. Eram, na sua maioria, republicanos e daí se tornar compreensível a relevância dada a um pensador portuense que, do ponto de vista doutrinal, foi um dos mentores da intentona de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto e, do ponto de vista da *praxis* política, um militante activo do Partido Republicano até 1902³⁰.

Não obstante o facto de o nome de Sampaio Bruno estar já resolvido pelo Conselho Escolar como o mais adequado para patrono do Liceu, soube-se pela imprensa, em inícios de Janeiro de 1919, que seria outro o nome a dar ao Liceu. Através do Decreto nº 5.096, de 7 de Janeiro, desse mesmo ano, alguns liceus do continente e ilhas passaram a ter novas designações e a que coube em sorte ao Liceu Feminino do Porto foi a de Castilho, ficando, momentaneamente, com a designação de Liceu Central de Castilho³¹.

Face a esta imposição central, o reitor, em reunião extraordinária do Conselho Escolar de 8 de Janeiro, pediu que fosse respeitada a proposta já anteriormente realizada, tanto mais que ela fora feita depois de o Ministro da tutela «a ter ouvido e concordado». Foi resolvido demonstrar ao Ministro a firmeza do Conselho em não abdicar da anterior deliberação³². Perante a tomada de posição firme do Conselho Escolar do Liceu, vertida para uma representação remetida superiormente ao Ministro da Instrução Pública, este (quicá informado da bravura dos professores do Liceu contra as imposições legais do *Monarquia do Norte* que analisaremos mais adiante), pelo Decreto nº 5.337, de 18 de Março de 1919, houve «por bem decretar que o Liceu Central de Castilho, no Pôrto, passe a denominar-se Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno».

3.2. A resistência à *Monarquia do Norte*³³

Aquando da imposição do juramento de fidelidade dos funcionários públicos ao regime da *Monarquia do Norte*, os professores do Liceu demonstraram resistência e grande coragem ao formularem essa declaração nos seguintes termos: «Os professores do Liceu Central Feminino do Porto, abaixo assinados, reunidos em conselho extarordinário para dar

²⁸ Segundo o reitor, o nome de Sampaio Bruno «não precisa de justificação, pois todos nós, lembrado ele, pensamos logo em uma vida toda consagrada ao estudo, uma modéstia que nos garante a profundidade das suas cogitações, não falando na sua superioridade intelectual que nos dá um filósofo português (...). Depois é um portuense que amou a sua terra como poucos» (cf. AESCM, 1916-1924).

²⁹ Cf. AESCM, 1916-1924.

³⁰ Cf. SERRÃO, s.d.: 389-390.

³¹ Apesar do referido decreto em nada justificar a deliberação adoptada, pensámos que se trata do nome de António Feliciano de Castilho, poeta e prosador (1810-1879).

³² Cf. AESCM, 1916-1924.

³³ Movimento revolucionário que, no contexto de uma tentativa de restaurar a Monarquia através de sublevações em Lisboa e Porto, ganhou maior expressão no norte do país. As guarnições revoltosas da capital foram facilmente neutralizadas ao contrário das do Porto e norte de Portugal. O movimento monárquico acaba por dominar todo o Norte de Portugal (à excepção da cidade de Chaves) até à linha do rio Vouga e aguentou-se durante quase um mês. No Porto, o coronel Paiva Couceiro chefiou uma Junta Governativa do Reino (composta por sete ministérios) e tentou organizar política, militar e administrativamente todo o território dominado pelos revoltosos, daí a designação de *Monarquia do Norte* (cf. MARQUES, 1986: 245-248).

cumprimento ao disposto na portaria de 23 do corrente da Junta Governativa, resolveu colectivamente: 1º acatar, como funcionarios do Estado, o regime politico que seja a expressão definitiva da vontade nacional; 2º que para os efeitos legais, seja dado conhecimento desta sua resolução á autoridade administrativa»³⁴.

A letra desta declaração foi, segundo o administrador do 2º Bairro do Porto, considerada como um acto de rebelião, pelo que os professores deveriam, em ordem a evitar a pena de prisão, a demissão e encerramento da escola, reformular a mesma. Neste contexto de intimidação, a resposta dos professores foi bastante crua: «O Conselho ponderou a gravidade da situação e a impossibilidade de invocar o direito de liberdade de consciencia, e assim reconhece unânimemente que sob a ameaça de prisão e destituição dos respectivos cargos pela entidade que se apresentou como administrador do segundo bairro, se veem os professores deste liceu coagidos – a fim de evitar os vexames a que teem sido sujeitos todos os presos politicos e na falta, por impossibilidade de momento, de protecção eficaz aos seus direitos – a prestar uma declaração, que não tem outro significado senão o de ser imposta pela fôrça»³⁵.

Os acontecimentos vividos pelos professores do Liceu neste período de contra-revolução, foram alvo de uma análise apaixonada pelo professor Mendes Vaz: «que declara em face das violencias a que durante vinte e cinco dias estivemos sujeitos, foram lavradas as duas actas anteriores, em que ficou bem definida a sua atitute e da quasi totalidade dos professores deste Liceu, apresentando a seguinte Moção: “O Conselho Escolar de professores efectivos do Liceu Central Feminino do Porto - após vinte e cinco dias de opressão, ameaça e violencia, sofridos com serenidade de quem se sente forte nas suas crenças e confia no triunfo da Liberdade, do direito e da Justiça, resolvendo-se a morrer com eles – tem a honra de emitir os seguintes votos: - 1º) de Amor – pela sua Pátria; - 2º) de Enternecimento – pelas excepcionais qualidades de caracter do grande Português, Sua Excelencia o Almirante Canto e Castro, digno Presidente da Republica, como simbolo do Brio e dignidade da Pátria, incarnados no peito valoroso do mais austero representante da Marinha; - 3º) de reconhecimento – pelo Patriotismo, Bravura e sacrificios nunca egualados da Armada e do Exército; - 4º) de Pesar e Saudade – pela Morte dos herois, filhos queridos da pátria, imolados covardemente numa luta infame, calculada e fraticida; - 5º) emitir finalmente um voto que não se define e que compreende não só os anteriores, mas tudo o que poderia ser dito por quem tivesse mais dotes de falar, do que coração para sentir. Pela Honra da Pátria! Pela Consolidação da República”. O mesmo professor continuou com a moção de se acautelar futuras situações de atentado à autonomia dos liceus e de «manejos politicos e conveniencias partidárias, incompatíveis com as garantias intelectuais e morais do Ensino»³⁶. A moção e a proposta do professor Mendes Vaz foram aprovadas por aclamação.

3.3. A mudança para o Largo de Coronel Pacheco

A degradação contínua do edificio da Rua de Cedofeita levou o Conselho Escolar a considerar, em sessão de 21 de Agosto de 1918, que se devia convidar o Ministro da tutela a visitar o Liceu a fim de comprovar o estado das suas instalações. Considerou ainda que não se

³⁴ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 27.01.1919.

³⁵ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 29.01.1919.

³⁶ AESCM, 1916-1924: Sessão de 19.02.1919.

deviam fazer obras «no actual edificio, senão em último caso, e lembra o já velho desejo da sua instalação no extinto colégio de Miss Henessy, instalado num magnífico edificio no Largo do Coronel Pacheco, a onde com pequenas despesas se pode instalar definitivamente o liceu [...] e só em último caso o conselho entende que se devem levantar pavilhões no quintal do edificio onde hoje se encontra o liceu»³⁷.

O edificio do antigo Colégio Inglês³⁸, não obstante o facto de estar encerrado, havia mais de dez anos, concitava todo interesse e unanimidade dos professores do Liceu³⁹. Após inúmeras diligências realizadas junto das estâncias superiores, através de exposições do reitor e do Conselho Escolar, comissões de professores junto do Ministério da tutela, inúmeros telegramas remetidos, visitas do Ministro às instalações da Rua de Cedofeita a convite do Liceu e do apelo aos bons officios parlamentares do lente da Universidade, Dr. Augusto Nobre⁴⁰ por parte dos órgãos de gestão do Liceu, o Governo, por autorização da Lei nº 1.113, de 1 de Fevereiro de 1921, adquire o edificio da Praça do Coronel Pacheco para nele instalar a escola liceal feminina do Porto. Cumpridas todas as formalidades burocráticas, o edificio ficou pronto para ser cedido em inícios de Abril e o Conselho Escolar entendeu que «a mudança se fizesse imediatamente»⁴¹.

3.4. Récitas e solidariedade

A beneficência social era um dos resultados materiais das récitas organizadas e protagonizadas pelas alunas finalistas do Liceu nos palcos do Teatro S. João entre 1922 e 1930. As receitas dos espectáculos revertiam a favor da «Solidária» do Liceu, ou, por vezes, parte delas eram doadas a instituições de solidariedade social como foi o caso da Casa dos Filhos dos Soldados, em 1922, ou do Asilo das Meninas Desamparadas, em 1925.

Estas récitas de caridade a favor da «Solidária» e de despedida das alunas da 7ª classe agitaram a comunidade escolar e a cidade do Porto. O sucesso alcançado com a experiência de 1921, impulsionada pelos professores Judite Cunha (Canto Coral), Leonardo Coimbra e Mário de Vasconcelos e Sá, tornou-se, a partir de 1922, na mola propulsora das actividades extra-curriculares, ligadas ao teatro, música (canto coral) e dança, a partir do mês de Março de cada ano.

A festa de finalistas inspirava as alunas para a descoberta das suas potencialidades pessoais a nível do canto, dança e representação teatral, mas também a nível de organização e gestão quase empresarial. Estas festas de finalistas, que a nível de organização logística e de gestão de contas era da responsabilidade da Comissão de Alunas do Liceu Feminino

³⁷ Cf. AESCM, 1915-1919.

³⁸ Edifício que pertenceu a uma extinta congregação religiosa inglesa.

³⁹ Mas não só dos professores: concitava igualmente o interesse do Ministério da Justiça para nele instalar o Palácio de Justiça, dos militares, que nele viam um «esplêndido Quartel de Metralhadoras», e ainda da Tutoria da Infância do Porto (cf. MARTINS, 1927: 65-66).

⁴⁰ Cf. AESCM 1915-1919: Sessão de 08.04.1916.

⁴¹ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 06.04.1921. A primeira sessão do Conselho Escolar realizada nas novas instalações do Liceu homenageou as personalidades que permitiram a mudança de instalações para o edificio do Largo de Coronel Pacheco, como o então Ministro da Justiça, Lopes Cardoso, o ex-Ministro da Instrução Pública, Júlio Dantas, e o Governador Civil do Porto, tenente-coronel Pires Monteiro.

Sampaio Bruno, chegam a atingir um nível de complexidade tal que a sua preparação atingia quase foros de profissionalismo⁴².

A preparação das festas, na qual colaboravam vários professores do Liceu, representava um *outro* contexto de conhecimento e avaliação das capacidades e competências das alunas que os professores tinham à sua disposição. As récitas, para além do aspecto lúdico, recreativo e artístico, eram, na opinião do reitor, «uma válvula de segurança e um desvio [...] inteligente, podendo garantir, e isto sem a mínima hesitação, que contribuíram elas para um melhor conhecimento das alunas, a tal ponto que muitas devem as suas classificações às festas»⁴³. O sucesso das récitas estava garantido à partida: «Pudera! O público era da família. Viam-se rir olhos, de emoção íntima»⁴⁴. Apesar do público comprometido com as actrizes, cantoras e bailarinas garantir o sucesso das récitas, o certo é que algumas peças tiveram um forte impacto junto de outros públicos, como, por exemplo, a peça musicada «Princezinha» que pôde ser representada em Braga e que causou um impacto tal que «ainda se falava nelas [alunas] em Braga, passados quatro anos, pelo menos!»⁴⁵.

A avaliar pelo guarda-roupa das coreografias e peças teatrais apresentadas, poder-se-ia afirmar que a euforia dos anos 20 também atravessou o Liceu, só que integrada em projectos extra-curriculares de natureza artística com propósitos formativos no domínio sócio-afectivo: o desenvolvimento do espírito de solidariedade das alunas.

3.5. A não aceitação de duas professoras provisórias impostas pelo Ministério da tutela

Em sessão extraordinária do Conselho Escolar dos Professores Efectivos de 17 de Outubro de 1922, o reitor deu a conhecer que «recebera de estâncias superiores a notícia de terem sido nomeadas professoras provisórias para êste Liceu as candidatas D. Ema Vidal Pinheiro, para o segundo grupo, onde não existe nenhuma vaga, porquanto até há professoras a mais, com a agravante de ter sido esta Senhora pelo Conselho classificada em nono lugar, e D. Beatriz Nobre, para o nono grupo, igualmente classificada em nono lugar. O professor Leonardo Coimbra, referindo-se ao assunto, diz que, sem pôr de parte o respeito devido a S. Ex^a o Snr. Ministro da Instrução, entendia que o Conselho devia fazer-lhe sentir o seu desgosto, pelo facto de não ter sido respeitada a classificação que dos candidatos o Conselho fêz, com o máximo escrúpulo, propondo que lhe fôsse enviado o seguinte telegrama: “O Conselho escolar Liceu Sampaio Bruno, reunido extraordinariamente, lembra V. Ex^a

⁴² Basta atentar nas despesas da opereta «As sete manas Pataganas», levada à cena no Teatro de S. João a 21 e 26 de Maio de 1924: 17 ensaios e 2 espectáculos: 355\$00; aluguer de 36 cabeleiras e 8 barbas para 2 espectáculos (Cardoso, Cabeleireiro - R. Bonjardim): 760\$00; aeroplanos (António Sousa): 100\$00; ramos artísticos 3 (Horto Alegria - R. Alegria): 210\$00; orquestra - 2 ensaios (20-21.Maio) e 2 espectáculos (21-26. Maio): 2.980\$00; cópia e papel dos números de música (19): 475\$00; instrumentação da música: 570\$00; carregar e descarregar estrados da Associação Académica para o Teatro S. João (2 carregadores a 20 e 27.Maio): 50\$00; serviço de alquilaria da R. Vitória ao Teatro (dia 12) e vice-versa (27) (Alquilaria Galliza - Av. Rodrigues de Freitas): 130\$00; aluguer e despesas do Teatro S. João (Sociedade do Teatro S. João): 5.000\$00; trabalhos gráficos (Empresa Industrial Gráfica do Porto): 116\$00 (pagos pela Caixa «Solidária»); aluguer do guarda-roupa para as 2 récitas (Guarda-Roupa Valverde - R. Sto. Ildefonso): 2.600\$00 (pela «Solidária»); material de caracterização e trabalho de caracterização de 81 senhoras por cada espectáculo (Carlos Dubini, actor): 300\$00; ensaios e récitas (H. Guimarães): 600\$00 (cf. AESCM – *Miscelânea*, mç. s/n).

⁴³ MARTINS, 1927: 29.

⁴⁴ MARTINS, 1927: 32.

⁴⁵ MARTINS, 1927: 37.

honestidade ponderação justiça com que fez classificação professores provisórios e pede V. Ex^a respeite inteiramente classificação». O conselho aprovou por unanimidade⁴⁶.

Esta fricção entre Liceu e Ministério acontece numa conjuntura administrativa em que às escolas liceais era atribuída a competência de organizar o concurso, avaliar documentalmente e nomear os professores a contratar para o quadro provisório da escola⁴⁷. As professoras em referência acabaram por ficar fora dos quadros de pessoal docente do Liceu.

3.6. Leonardo Coimbra

Os efeitos da decisão do Conselho Escolar não acatar, em nome da legalidade, a imposição central das professoras candidatas, classificadas em 9º lugar nos respectivos concursos, não se fizeram esperar. Leonardo Coimbra disse, em sessão de 10 de Novembro de 1922, que no Ministério da Instrução Pública corria o rumor de que lhe era atribuída «a chefia duma pretensa campanha, sistematicamente dirigida por este Liceu contra o mesmo Ministério». Não poderia fazer outra coisa se não repudiar solenemente tal calúnia, pois que, declarou, pleno de razão, «não desempenhava nem podia desempenhar tal papel, porque, além de não haver qualquer vislumbre de campanha, isso não seria próprio do seu *carácter nem os seus colegas lho permitiriam*. O que este Liceu tem feito é, dentro da lei, reclamar ordeiramente contra certas ilegalidades, que as estâncias superiores lhe teem querido impor»⁴⁸.

Poucos dias passados sobre esta declaração, Leonardo Coimbra foi chamado para ocupar a pasta de Ministro da Instrução Pública pela segunda vez, desta feita no terceiro governo de António Maria da Silva (1922-1923).

Não obstante o facto de um dos seus professores mais prestigiados estar a desempenhar o cargo ministerial, o Liceu, em sede de Conselho Escolar, não deixou de exercitar o seu *habitus* de independência e espírito crítico em matérias educativas. A proposta feita pelo ministro às escolas de discutirem internamente o princípio da liberdade de educação religiosa nas escolas particulares, conseguiu dividir aritmeticamente a opinião dos professores do Liceu de Sampaio Bruno. O Conselho Escolar do Liceu decidiu discutir a proposta do ministro após o reitor ter, com o exercício do seu voto, desempatado o resultado entre aqueles que defendiam que o assunto não deveria ser discutido em sede de escola e os que defendiam o contrário, dado se tratar de uma matéria de natureza educativa. Após o debate, o Conselho votou por unanimidade a seguinte resolução: «O Conselho, tendo apenas em vista o lado educativo da liberdade do ensino religioso nos colégios particulares, resolve comunicar ao Ex.mo Ministro da Instrução a inteira concordância e solidariedade com o seu ponto de vista»⁴⁹.

As dúvidas e críticas suscitadas pela proposta de Leonardo Coimbra junto dos agentes educativos (mesmo entre os seus colegas de Liceu) e políticos do país acabariam por ditar o pedido de demissão do ministro.

⁴⁶ Cf. AESCM, 1916-1924.

⁴⁷ Cf. Decreto de 06.03.1906; as disposições do artigo 41º da Lei Orçamental do Ministério da Instrução Pública, de 9.09.1915; o artigo 328º e seguintes do Decreto nº 4.799, de 8.10.1918. Neste contexto, importa relevar o facto de o Liceu ter sido, anteriormente, objecto de várias sindicâncias, todas elas inconclusivas ou arquivadas, tendo uma delas, com igual desfecho, sido realizada em 1918 devido a supostos erros nos concursos de professores provisórios e supra-numerários (cf. MARTINS, 1927: 20-22, 54-59).

⁴⁸ Cf. AESCM, 1916-1924. O itálico é nosso.

⁴⁹ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 16.12.1922.

3.7. Uma ideia de ensino liceal feminino

O projecto de reforma educativa saído da pena de João Camoesas em 1923 motivou o Liceu a nomear uma comissão com o fim de o estudar e dar o seu parecer. Essa comissão foi constituída paritariamente por dois professores e duas professoras, a saber: Augusto Martins (reitor), Mário de Vasconcelos e Sá, Maria Emília Duarte Costa e Maria da Luz Sobral. As conclusões saídas da comissão foram adoptadas pelo Conselho Escolar do Liceu. Essas conclusões, sem comentários da nossa parte, devido à sua clareza, foram as seguintes:

1º a comissão prefere ver executada a organização do ensino liceal em vigor, «tornando efectivo, rigoroso e insofismável o regime de classe, em que ela estruturalmente se baseia»; 2º considera o «ensino secundário como factor de cultura geral, indispensável não só às preparação universitária, como a todo indivíduo que necessita de viver na sociedade, não admitindo portanto bifurcações ou especializações no ensino secundário, por serem contrárias ao seu espírito»; 3º considera boa a doutrina de entrada aos 10 anos nos liceu, mas adverte que é «necessário atender a que, nas condições actuais da vida, não vencem só os que veem mais bem habilitados – a vitória pertence antes ao que chega primeiro»; 4º o projecto de «transformação dos liceus femininos em escolas técnicas complementares representa a velha rotina de se querer contrariar a aspiração justa da mulher em cuidar da sua cultura intelectual» visto que o ensino técnico não atrai ou seduz as mulheres; 5º em ordem a garantir o «desenvolvimento da cultura intelectual da mulher», é importante manter-se a separação dos sexos dado que os liceus femininos têm vindo a crescer de população discente ao passo que o volume de raparigas estudantes nos liceus mistos ou masculinos «é insignificante ou estacionário, visto que grande número de famílias declaram não consentir a frequência de suas filhas nos liceus mistos»; 6º e último, «que é de opinião contrária ao art.º 1º do Projecto de Reforma, porque uma reforma de educação representa sempre um dos mais complexos e importantes problemas atinentes ao futuro de um povo, sendo de parecer que emitir, de ânimo leve, opiniões sobre tal assunto é contraproducente e muito mais ainda pensar-se em iniciar, no comêço do próximo ano lectivo, a realização de algumas das suas medidas. Uma reforma desta natureza exige muita reflexão e estudo, um exame atento e demorado à nossa maneira de ser, aos bons e maus resultados colhidos com as reformas anteriores, etc. Os figurinos estrangeiros veem, as mais das vezes, deformar o carácter nacional. Em tôda a parte êstes problemas levam muito tempo a formular e a resolver, e, por isso, não tem cabimento a sua execução imediata.»⁵⁰

Depois do regulamento interno de 1916, as conclusões da comissão encarregada de analisar a proposta do ministro João Camoesas são o segundo e último texto produzido pelo Liceu sobre a natureza, finalidade e função do ensino liceal, em geral, e do ensino liceal feminino, em particular, no contexto do sistema educativo e da sociedade. O Liceu teve, assim, duas oportunidades para explicitar as ideias sobre o seu papel no quadro da organização educativa e social. Ideias essas que são mais modernas no texto de 1923, mercê, quiçá, da composição paritária da comissão, e mais tradicionais no regulamento interno de 1916, devido, por um lado, ao enquadramento curricular à época (funcionava o Curso Especial de Educação Feminina no Liceu), e, por outro, por ter sido o resultado do labor de um só professor, Mário de Vasconcelos (cf. Liceu Feminino do Porto, 1916).

⁵⁰ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 01.10.1923.

3.8. O *blackout* das professoras às actividades de gestão ou orientação educativa partilhadas com os professores

A par da discussão gerada em torno da proposta de liberdade religiosa apresentada por Leonardo Coimbra, outro acontecimento reflecte a pluralidade de perspectivas e interesses pessoais e profissionais dos diferentes professores e professoras em matéria da organização da escola.

Apesar da abertura do Liceu aos acontecimentos educativos, sociais, culturais e políticos, o protagonismo nas decisões adoptadas recaía sobre o género masculino. Em 1917, foram eleitas as professoras Leonor Leto e Augusta Rocha como membros suplentes do Conselho Administrativo⁵¹, as quais serão reconduzidas na mesma qualidade de suplentes um ano mais tarde. Em 1919 foram nomeadas, num universo de 10 júris, as primeiras professoras como presidentes de 3 júris, entre elas Maria Emília Duarte Costa. Duas professoras voltarão a ser eleitas membros suplentes do Conselho Administrativo em 1920, e apenas uma voltará a sê-lo no ano seguinte. Em 1920 serão nomeadas, num universo de sete directores de classe, as primeiras professoras para a direcção da 2ª e 3ª classes, Mercedes Lopes Monteiro e Maria Emília Duarte Costa, respectivamente. Em 1922 é eleita a primeira mulher para um órgão de gestão central da escola: a professora Maria Emília Duarte Costa, é eleita membro efectivo do Conselho Administrativo, após a primeira votação ter sido anulada pelo facto de um dos professores eleitos ter declinado esse cargo.

Apesar do reconhecimento da importância da educação secundária para a emancipação da mulher, os professores do género masculino continuariam a fazer prevalecer a sua vontade, com o aval de algumas professoras, em matérias pedagógicas e da gestão do Liceu. Porém, a partir de 1924 assistir-se-á a uma espécie de guerra surda entre professoras e professores motivada por um incidente ocorrido na decisão do manual de Inglês a adoptar pelo Liceu. A professora Alice Andrade propôs a substituição do manual de Teixeira Botelho pelo de Albino Ferreira e a reacção de um professor conceituado e respeitado, Mário de Vasconcelos, foi tudo menos objectiva: reprovava tal livro «por uma questão moral»⁵². Foi organizada uma reunião dos professores de Inglês e o livro adoptado continuou a ser o de Teixeira Botelho.

Este episódio deixou algumas marcas no relacionamento entre professores e professoras pertencentes ao quadro de efectivos. Maria Emília Duarte Costa é nomeada para a comissão de classificação dos documentos dos professores candidatos às vagas de professores provisórios do Liceu, mas declinou tal nomeação, embora mantivesse a direcção da 2ª classe, para a qual tinha sido igualmente nomeada⁵³. Devido ao facto de existir uma só sanita partilhada por professores e professoras, a professora Maria Baptista apresentou a proposta de se adequar as instalações sanitárias dos professores aos preceitos higiénicos e às necessidades

⁵¹ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 23.07.1917.

⁵² Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 01.07.1924.

⁵³ Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 26.07.1924.

femininas⁵⁴. E, um último episódio, tratou-se da proposta da professora Branca Lopes para a substituição do manual de História de João Soares pelo de Shwalbach. Mais uma vez a proponente votou derrotada pelos seus colegas de disciplina, um professor e duas professoras⁵⁵. Aliás, o manual proposto por Branca Lopes será adoptado pelo Liceu a partir de 1927/1928, depois da saída dos professores do género masculino.

3.9. O assédio ao edifício do Largo de Coronel Pacheco

Um último acontecimento que analisamos em rede para urdir e fundamentar o conceito de *thymos* aconteceu depois da implantação da Ditadura Militar e da saída dos professores do género masculino dos liceus femininos.

O Liceu sito ao Largo de Coronel Pacheco ocupava uma área considerável, dado que a ele estavam anexados terrenos com saída para a Rua dos Bragas, terrenos estes que a partir de 1926 passaram a ser muito cobiçados.

Primeiro, surgiu um memorando do professor António Machado do Liceu de Rodrigues de Freitas que aludia às enormes dificuldades e limitações com que o Liceu de Rodrigues de Freitas se debatia nas precárias instalações que então ocupava na Rua de S. Bento da Vitória (três edifícios) e à pretensão de transferir «para o prédio em que presentemente se encontra o Liceu de Carolina Michaëlis» toda a população escolar, laboratórios e museus daquele liceu masculino. Nessa proposta, demasiada rebuscada do ponto de vista operacional pois envolvia as transferências das instalações entre o Instituto Industrial e Comercial, a Faculdade de Letras, a Faculdade de Engenharia..., o Liceu de Carolina de Michaëlis voltaria a ocupar as instalações anteriormente ocupadas, sitas à Rua de Cedofeita⁵⁶.

Depois, surge o Decreto nº 12.889, de 24 de Dezembro de 1926, que considerava de grande importância instalar uma Maternidade anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Essa Maternidade seria instalada no terreno confinante com o do Liceu de Carolina Michaëlis.

Por último, e dentro do espírito do diploma legal anteriormente citado, a reitora recebe, em 16 de Fevereiro de 1927, a visita do Director da Faculdade de Engenharia do Porto que lhe declara «que não só precisava desde já de 12.000 m² do terreno anexo ao mesmo [Liceu] para a construção do edifício próprio para a Faculdade de Engenharia, como ainda, e possivelmente até num futuro próximo, do próprio edifício»⁵⁷. Este foi, aliás, o único dos projectos de ocupação dos terrenos anexos ao Liceu coroado de êxito⁵⁸.

⁵⁴ Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 02.06.1925. Mas o rol continha ainda as propostas de «adaptação dum compartimento para vestiário das professoras, contendo: um lavatório com água canalizada, uma escôva para fato, cabides para chapéus e um espelho; 3º aquisição de escarradores em número suficiente para serem distribuídos pelas diferentes salas de aula; 4º limpeza e caiação das paredes e portas das janelas, tôdas rabiscadas pelos lápis das alunas, ao menos para a época de exames; 5º fazer desaparecer o cheiro pestilento que algumas vezes se nota na sala da 1ª B, devido aos canos de esgôto situados em frente da aula».

⁵⁵ Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 27.07.1925.

⁵⁶ AESCM, 1925-1926: Sessão de 06.12.1926.

⁵⁷ AESCM, 1924-1930: Sessão de 19.02.1927.

⁵⁸ Aliás, o processo de assédio por parte de outros estabelecimentos de ensino aos terrenos anexos ao Liceu foi objecto de uma conclusão específica do I Congresso Pedagógico do Professorado do Ensino Secundário (realizado em Junho

A análise da acta da reunião do Conselho Escolar de 19 de Fevereiro de 1927 revela que, até determinado momento, existia um vazio de decisão e de reacção, uma quase resignação em relação à marcha dos acontecimentos. A defesa dos interesses do Liceu foi interpretada, de uma forma clara, racional e determinada pela professora que, apesar de muito recentemente ter perdido por um voto de diferença a eleição para o cargo de reitora do Liceu para uma professora recém-chegada (Leonor Amélia da Silva), capitalizara e herdara o *thymos* (da justiça, irreverência, amor-próprio, orgulho e racionalidade) do período republicano: a professora Maria Emília Duarte Costa.

Com ela e com este episódio desapareceu o *thymos* do Liceu, mercê da mudança radical e estrutural da organização política-ideológica do país e do sistema educativo.

4. NOTA FINAL

Com a noção de *thymos* é nosso desejo contribuir para a exegese de um conjunto de acontecimentos únicos que marcaram o devir do Liceu Feminino do Porto/Sampaio Bruno/Carolina Michaëlis no período de 1917 a 1927.

A irreverência da escola contra tentativas de prepotência por parte dos serviços centrais do Ministério da Instrução (a decisão do patrono do Liceu, as professoras nomeadas pelo Ministério que não foram aceites pelo Liceu), o sentido de liberdade e legalidade dos seus professores (como o caso da resistência à *Monarquia do Norte*), os esforços intensos para obter um edifício condigno e adequado às necessidades do Liceu (a mudança para o Largo do Coronel Pacheco), a assunção de um projecto educativo e de uma identidade da escola (o caso das récitas das alunas finalistas e do parecer remetido em resposta às intenções reformistas de João Camoesas), a afirmação da especificidade e justeza das propostas e perspectivas das professoras face à teia de poder dominada pelos professores do género masculino e a postura de autonomia face ao Ministério da tutela mesmo em situações que estrategicamente poderiam favorecer a escola (como é o caso do segundo ministério de Leonardo Coimbra, professor do Liceu) são factos que configuram o *locus* simbólico (político, administrativo, técnico e pedagógico) do Liceu no quadro do sub-sistema escolar português da época e o seu *thymos*.

Marcam, igualmente, o processo de construção do *ethos* da escola e balizam o grau de liberdade e diversidade do seu *habitus*⁵⁹. Contudo, é nossa convicção que a noção de *thymos* é aquela que melhor se coaduna com a análise da representação, propósito e extensão dos

de 1927, em Aveiro), a saber: «36º - Êste Congresso presta a sua inteira solidariedade ao Conselho Escolar do liceu feminino do Pôrto no caso relativo aos terrenos que eram pertença do mesmo liceu e, lamentando o menos apreço em que se tem, entre nós, o ensino médio feminino, faz votos por que sejam tidas na devida conta as necessidades dêsse ensino, colocando-o em condições de poder cumprir eficientemente a sua missão educativa» (cf. *Labor*, 1927: 249).

⁵⁹ Julgamos que as noções de *trans-ethos* e de *trans-habitus* adequam-se melhor aos resultados da análise realizada pois o Liceu adoptou, do ponto de vista educativo e pedagógico um sistema de representações e valores, que é comum a outros liceus portugueses e que definem, a um tempo, o *múnus* dos docentes e o *ofício* de aluno, a saber: a disciplina, a concentração nas tarefas escolares, a meritocracia independente da extracção social (mais visível no período da I República); a busca da excelência académica; a filantropia social (as receitas das festas de finalistas, os labores oferecidos a diferentes instituições, o Dia da Mãe, a Festa dos Berços, a festa e lanche de Natal oferecido às crianças pobres da área geográfica do Liceu); a intervenção político-ideológica, quer na República, quer na Ditadura Militar e Estado Novo; o apuramento, limpeza e decência do vestuário de alunas (introdução de um vestuário académico composto de capa e batina na década de 1920; introdução da bata oficial e de uso obrigatório a partir de 1951) e de professoras.

comportamentos adoptados pelos professores do Liceu: por razões do *timo* da escola – urdir um sistema de prevenção e combate simbólico contra os agentes estranhos que desestruturaram a homeostase do Liceu (o efeito, do ponto de vista sistémico, é o de se buscar um novo equilíbrio num estado de complexidade organizacional mais elevado); por razões da defesa de um princípio elementar da convivência social, institucional e política: a *justiça*; por razões de se reclamar o reconhecimento de uma *identidade diferenciada* (o primeiro liceu feminino na segunda maior cidade do país); e, por último, por se pressentir, junto de um grupo de professores, uma espécie de *orgulho* pelos resultados do labor educativo desenvolvido de uma forma profissional e colegial.

Abreviaturas

cf. – conforme

ed. – edição

fasc. – fascículo (s)

mç. – maço

p. – página (s)

s.d. – sem data

s/n – sem número

Vol. – volume (s)

FONTES

A Verdade. Hebdomadário defensor dos interesses académicos. 11 números, Porto, Março a Junho de 1912.

AESCM (ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAROLINA MICHAELIS) (1915-1919) – *Actas do Conselho Escolar – Curso Secundário (1915-1919).*

AESCM (1916-1924) – *Actas do Conselho Escolar – Professores Efectivos (1916-1924).*

AESCM (1924-1930) – *Actas do Conselho Escolar – Professores Efectivos (1924-1930).*

AESCM (1925-1926) – *Actas do Conselho Geral dos Professores (1925-1926).*

AESRF (ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA RODRIGUES DE FREITAS) (1906-1915) – *Actas do Conselho de Professores – 1906 a 1915.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, João, 1995 – *Os Liceus – organização pedagógica e administração (1836-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.

BOURDIEU, Pierre, 1994 – *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean –Claude, s.d. – *A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Vega.

DELERUE, José, 1969 – *No cinquentenário do Conservatório de Música do Porto.* "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", Vol. XXXII, fasc. 1-2.

DURANTEAU, André, 1981 – *Dicionário elementar de Medicina*, Mem Martins, Europa-América.

FUKUYAMA, Francis, 1991 – *O fim da história e o último homem*, Lisboa, Gradiva.

JARY, David; JARY, Julia, 1991 – *Collins dictionary of Sociology*, Glasgow, Harper Collins.

Labor, nº 8, Ano II, Julho, 1927.

LICEU FEMININO DO PORTO, 1916 – *Regulamento interno do Liceu Feminino do Porto.* Porto: Renascença Portuguesa.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1986 – *História de Portugal desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes*, 3ª ed., Lisboa, Palas Editores.

MARTINS, Augusto, 1927 – *Liceu Feminino do Pôrto (Relatório e conclusões)*, Porto, Maranus.

- PINTASSILGO, Joaquim, 1998 – *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias na Primeira República portuguesa*, Lisboa, Colibri.
- PLATÃO, 1983 – *República*, 4ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SERRÃO, Joel, s.d. – *Bruno, José Pereira de Sampaio* in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. I, p. 389-390.
- STOER, Stephen; ARAÚJO, Helena C., 1992 – *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*, Lisboa, Escher.
- SWATUS, William H., edit., 1998 – *Encyclopedia of Religion and Society*, Londres, AltaMira/Sage.

Jorge Fernandes Alves

Nos trilhos da cidade. Aspectos históricos dos transportes colectivos no Porto *

R E S U M O

No presente texto, abordam-se as principais linhas de evolução do transporte público na cidade do Porto. Sublinha-se a importância do transporte público e faz-se a história de alguns acontecimentos marcantes na organização das empresas respectivas, dos vários tipos de transporte e a sua relação com o público e o poder municipal.

Os transportes públicos desempenharam um papel determinante nos processos históricos de urbanização, tornando-se decisivos tanto na organização espacial como na coesão social. Afectando todos os grandes factores da urbanidade (distribuição da população, uso e custos do solo, actividades económicas, mercado imobiliário), asseguram condições de mobilidade aos volumosos grupos sociais mais desfavorecidos ou desprotegidos (trabalhadores, estudantes, idosos). Daí a tendência histórica para uma crescente preocupação de intervenção por parte das entidades estatais, no sentido de evitarem a sua afectação exclusiva a objectivos de lucro privado e salvaguardarem a componente de serviço público que o conceito de transporte colectivo inclui.

O transporte colectivo fundamenta-se na ideia de partilha de um veículo, em percursos pré-estabelecidos e com regularidade de serviço, aberto ao público em geral, através do pagamento de um serviço. Terá cabido a Pascal, em 1662, a ideia pioneira de sugerir a criação de um serviço deste tipo aos habitantes de Paris, numa altura em que o cavalo e a diligência eram atributos de nobreza e a mistura de estados sociais ainda não era aceitável. Por isto mesmo, o transporte público só terá plena aceitação nas cidades liberais, pujantes de vida e de mobilidade de bens e de pessoas, com crescentes exigências de transporte eficaz, com velocidade e regularidade. Organizaram-se, então, empresas, normalmente estruturadas em companhias ou sociedades por acções, para a exploração e uso da via pública, em regime de concessão pelo poder local ou central. Com o decorrer do tempo, perante a necessidade de ordenar o fluxo e evitar o caos urbano, a concessão passou-se a fazer através de um caderno de encargos, ou seja, um contrato com conjunto de obrigações a cumprir.

Depois das diligências e carroções, o grande elemento catalisador do progresso nos transportes públicos foi o carril plano, dispositivo de tecnologia simples que facilita o incremento da velocidade, impõe a normalização da via, permitindo a partilha com peões e outros veículos e facilitando a penetração no miolo urbano (ao contrário do caminho-de-ferro

* Texto base da comunicação ao Curso de Verão de 2000, organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

de longa distância que, com carril saliente, usa leito próprio, isto é, exclusivo). E assim se cria uma rede de circulação, por onde deslizará, numa primeira fase, o “americano” (1832: New York-Harlem), veículo de tracção animal ou a “motor de sangue”, depois o combóio com tracção de máquina a vapor e finalmente o carro eléctrico (1879, Berlim; 1881, Paris).

O eléctrico arrasta consigo uma significativa complexidade tecnológica na rede e no aparelho de produção e transmissão de energia que lhe subjaz, só ao alcance da grande empresa. Não teve, regra geral, uma instalação pacífica, pois, afastados os primeiros medos relativos aos perigos da nova forma de energia, suscitava ainda críticas relativas à estética urbana, dirigidas contra os postes e os fios. O eléctrico apresentava contudo indiscutíveis vantagens (regularidade, velocidade-padrão, dispensa da enorme quantidade de gado e consequente melhoria da higiene urbana, maior comodidade, iluminação e, sobretudo, grandes economias de exploração). Conhece-se a evolução posterior da circulação urbana, com a emergência do automóvel e a crescente conflitualidade desencadeada entre o transporte colectivo e o transporte privado e seus efeitos na modelação dos pesadelos de tráfico urbano actual. Desta guerra, o eléctrico saiu derrotado, sendo afastado das linhas tradicionais que, apropriadas pelo automóvel, tinham no eléctrico vagaroso e ronceiro um obstáculo ao novo tráfico.

A INSTALAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE CARRIL PLANO NO PORTO

A cronologia remete para 1870, em 15 de Agosto, o acto público da primeira concessão pelo governo para o estabelecimento de uma linha de “americano” do Porto à Foz e Matosinhos, feita ao Barão da Trovisqueira (um influente “brasileiro” de retorno, natural e residente em Vila Nova de Famalicão). No ano seguinte, este direito de concessão foi trespassado a Melo e Faro e Tavares Basto (este já tinha instalado o “americano” na zona da Marinha Grande, uns anos antes), sendo a inauguração da linha efectuada em 15.05.1872. Esta concessão foi de novo trespassada para a Companhia Carril de Ferro Americano do Porto à Foz e Matosinhos, constituída para o efeito em 08.03.1873.

O aspecto mais importante a assinalar reside, porém, na natureza do acto de concessão, que instala um conflito permanente entre os concessionários e a Câmara Municipal do Porto. Sendo a margem dos rios, desde 1840, da atribuição do poder central, e tendo o Estado contribuído (apenas em 1865) para a construção da via marginal, podia este atribuir a concessão. Mas quando surge o projecto verifica-se que a linha se propõe partir da Porta Nobre e passar pela Rua Nova da Alfândega, logo usava “terrenos públicos municipais”, tal como para a expansão da eventual rede a criar sobre as outras ruas da cidade também necessária de deliberação camarária. Se a isto acrescentarmos que a concessão derivou de uma acção espúria do governo da ditadura do marechal Saldanha, ficará explicada a má vontade da municipalidade portuense, o seu acto deliberado de atribuir a concessão para as outras ruas da Cidade a diferentes empresários e de negar consecutivamente à Companhia Carril novas ligações à sua linha (excepto no ramal Massarelos - Cordoaria), ainda que às vezes essa negação se faça sob a capa de exigências consideradas exorbitantes, como parece ter sido o caso de um pedido para ligar a Boavista à Foz, em 1872).

Assim, surge, em 27.03.1873, uma nova concessão para a instalação do americano nas diversas ruas da Cidade, atribuída a António Manuel Vieira de Castro (também emigrante regressado do Brasil) e Evaristo Pinto. Estes promoveram uma companhia para a qual tinham ofertas de subscrição de capitais do Brasil, mas, devido ao exemplo anterior, preferi-

ram abri-la aos representantes da burguesia portuense, surgindo então a Companhia Carris de Ferro do Porto. A Carris, com estação na Boavista, passou a ser popularmente designada de “companhia de cima”, por oposição à anterior, a “companhia de baixo”, com estação no Trem do Ouro. Esta limitava-se então à linha marginal até Matosinhos, que, no pólo oposto, nunca foi além da rua dos Ingleses (não conseguiu sequer autorização para o prolongamento pela rua Mousinho da Silveira, que a levaria ao centro da Cidade e à futura estação do caminho-de-ferro), ficando, segundo a queixa da Carril, como uma “artéria deslocada do coração da cidade”.

O tempo encarregou-se, entretanto, de criar aquilo que parecia desde o início uma inevitabilidade – a fusão das duas companhias, por incorporação da Carril na Carris (18.03.1893), após sucessivos episódios de desencontro que não é possível descrever nestas escassas páginas.

De notar a ligação de ambas as companhias a “brasileiros” da emigração, que encontraram aqui um campo de investimento e de desenvolvimento. Porto, Lisboa, Coimbra, entre outras experiências menores, tiveram nos “brasileiros” de retorno os protagonistas das iniciativas tendentes à instalação de transporte colectivo sobre carris no interior da cidade, o designado “americano”, pois não vingou aqui o estrangeirismo “bond”, derivado da referência ao título de crédito, de natureza obrigacionista, que sustentava o capital das companhias formadas para o efeito.

A cronologia dos transportes colectivos no Porto faz sobressair um comportamento de vanguarda, em termos peninsulares, acompanhando de perto as primeiras instalações do americano nas principais cidades brasileiras (o Brasil exportou a tecnologia do carril “americano” para diversos outros países, como a Argentina e a Bélgica). O “americano”, na sua simplicidade tecnológica, que unia a tradição (a força animal ou “motor de sangue”) com a novidade (o carril), só podia ser uma solução transitória na sociedade industrial. O número de animais necessários, o tipo de alojamento, a alimentação, as epidemias e a sujidade tornavam o gado muar incompatível com as normas crescentes de higienização da cidade. Acresciam a irregularidade dos horários, as dificuldades de tracção numa cidade de fortes declives e, finalmente, o crescente sinal de atraso tecnológico, à medida que surgiam novas formas de tracção. A tracção animal acabará definitivamente em 1904.

O vapor foi uma das soluções utilizada para as linhas periféricas, também transitória pela incomodidade dos fumos e os perigos de circulação de peões, sendo impedido de penetrar no miolo urbano, o que obrigava a mudança de “motor” na Boavista: a máquina deixava na linha as carruagens, que seguiam depois em frente com tracção animal. Inaugurada pela Companhia Carris, em 1878, na linha Boavista-Foz, depois prolongada a Matosinhos e Leça, a solução vapor foi abandonada em 1914 (foi ensaiada mas não adoptada na linha marginal, pela Companhia Carril).

Em 09.09.1895 inaugura-se publicamente a primeira linha com carro eléctrico (Massarelos-Carmo). A carruagem movida por tracção eléctrica é uma das maravilhas da tecnologia dos fins do século XIX. A tracção faz-se pela utilização de uma energia de natureza oculta, que poucos compreendem, transmitida através de finos fios de cobre, sustentados em postes. Movimentando cargas pesadas, de forma limpa e eficaz, correndo tanto em terrenos planos como em situações de forte declive, a tracção eléctrica operava uma verdadeira revolução nos transportes colectivos urbanos. A aliança entre empresas industriais de elevado capital e a engenharia colocam esta solução ao alcance do público, com as empresas de transportes colectivos a medirem esta oferta, num processo de reciclagem do seu

equipamento (linhas, carros) que passa pela electrificação. Assim, aconteceu no Porto, e pela primeira vez em Portugal, no ano de 1895, a que se seguiu um processo gradual de implantação do “eléctrico”. Em termos de utilização urbana deste tipo de transportes, o Porto adianta-se também em relação às suas congéneres nacionais, embora a generalização do eléctrico nas ruas da cidade avance mais devagar do que em Lisboa (onde se fez com capital inglês).

O eléctrico não se move, porém, por milagre. Por detrás do deslizar mais ou menos suave e pouco barulhento, a que a campainha confere tipicidade, há todo um aparelho industrial que o faz mover. Em primeiro lugar, surge a central geradora de energia, que nos primeiros tempos era de natureza térmica, sustentada a carvão, a que se seguem fios e postes, e, à medida que este tipo de rede se amplia, subestações. A central da Arrábida, situada na zona onde hoje se ergue a ponte do mesmo nome, foi a primeira a servir os eléctricos do Porto, cumprindo a sua função por cerca de 20 anos. Sucedeu-lhe, por imposição da Câmara Municipal, através do contrato de concessão de viação eléctrica de 1906, a Central de Massarelos, mas só inaugurada em 1915. Centrais térmicas em zona urbana representavam um fardo para os residentes locais, que viam quintais e varandas inundados de resíduos de carvão, surgindo protestos de todo o lado para a sua erradicação (que só teve lugar, com desutilização gradual nos anos 50, compensada pela ligação à rede eléctrica nacional, na altura representada pela União Eléctrica Portuguesa).

Para além disso, há as oficinas de manutenção e as de construção e montagem dos carros. Numa fase inicial, os carros eléctricos surgiam da adaptação das carruagens dos antigos “americanos”, a que eram adicionados os mecanismos de tracção eléctrica vindos do estrangeiro. Não fugindo muito ao esquema inicial, os desenhos dos carros eléctricos seguiam modelos estrangeiros, mas os seus desenhos evoluem, sendo adaptados em resposta a questões técnicas e funcionais (surgiram modelos para evitar o espectáculo pouco aconselhável e perigoso que ocorria com frequentes situações de sobrelotação, transformando o carro num cacho de passageiros dependurados por todos os lados). Tudo junto, os transportes colectivos, representados pela Companhia Carris de Ferro do Porto e, mais tarde, pelos Serviços de Transportes Colectivos, constituíam a empresa com mais capacidade empregadora da região Norte.

A REDE

Procurando servir as populações na deslocação entre os principais pólos da vida citadina e desta com a sua periferia, os “americanos”, enquanto caminho de ferro de interesse local, visavam completar a obra do caminho de ferro de longa distância, parecendo acessíveis ao grande público e às pequenas deslocações, que se traduziriam em tarifas de pequeno montante, para uma utilização intensiva no quotidiano da cidade. No caso do Porto, insalubre nos seus bairros históricos, para os quais havia projectos de parcial arrasamento ligados à construção de infra-estruturas portuárias no Douro, os “americanos” surgiam ainda como uma medida higienista, pois a população concentrada nos lugares centrais tenderia a procurar habitação na periferia, porque mais barata e mais higiénica, apoiando-se para esse efeito neste transporte colectivo.

Mas nem sempre foi fácil conjugar interesses empresariais e interesses do grande público, pelo que o americano, como depois o eléctrico, foram durante largo tempo um transporte selectivo: as tarifas, ainda que razoáveis, eram incompatíveis com a bolsa da grande massa de trabalhadores que, com salários de miséria, acorriam à cidade, em bandos e

descalços para trabalharem em fábricas, oficinas, trabalhos domésticos ou braçais. Transporte de elite, a sazonalidade marca o serviço da Companhia, com as ligações às praias da Foz e Matosinhos a pontuarem os picos de frequência.

Se comparamos os mapas de diversos relatórios da Companhia, a evolução da rede foi lenta, seguindo no essencial a anterior configuração radial do espaço urbano, com poucas excepções, de que a primeira terá sido a linha marginal, bem como a ligação Boavista-Campanhã. Esta situação obrigava a maioria das carreiras a passar pelo centro da cidade, e com ela os passageiros, mesmo quando o seu objectivo era diverso. Desta forma, a rede inicial de transportes, funcionando em exclusivo, contribuiu para afunilar a mobilidade urbana, sem criar soluções alternativas que, com o tempo, alterassem a fisionomia da dinâmica citadina. Além disso, mais importante que o traçado das linhas, era a cadência do transporte oferecido. E a periferia tardava: as ligações a Gaia, por aquisição e arrendamento das respectivas concessões, só ocorrem a partir de 1899, processo que se prolonga até 1911. E só depois desta data se desenvolvem gradualmente outras ligações aos concelhos limítrofes, sulcadas pelos trilhos de carris planos.

Em todo o caso, a Companhia Carris de Ferro do Porto criou o bilhete anual, antecessor do passe, que se tornou num elemento decisivo para habituar as pessoas ao transporte colectivo. Inicialmente o bilhete anual era bastante caro, ainda inacessível também às bolsas operárias, porque pago à cabeça, mas com o decorrer do tempo e a desvalorização da moeda tornou-se num instrumento de acção social, na medida em que permite múltiplas viagens a preço módico àqueles que só dispõem do transporte público para se deslocarem.

Para transformar o transporte colectivo num serviço popular, foi necessário uma luta da cidade contra a Carris. Aliás, esta, inicialmente preferida pela Câmara à Companhia Carril, parece ter herdado desta a conflitualidade com a Câmara Municipal, sobretudo quando emergiram nas vereações forças políticas radicais, tais como os republicanos e os franquistas, que atacavam a Carris e, comparando com o contrato da Carris lisboeta (que pagava 12 contos/ano para reparações de pavimento e 48 de taxa anual de concessão), defendiam a necessidade de a companhia do Porto contribuir financeiramente para o orçamento camarário, ao mesmo tempo que se lhe pedia melhor serviço e “carros para o povo”. A questão colocava-se frequentemente já desde os anos 80 nas vereações, a propósito da necessidade de expropriações e demolições em determinadas ruas, e recrudescer por 1903, quando se coloca abertamente em causa o tipo de contrato subjacente à concessão atribuída à Carris, aventando-se a possibilidade de abrir novo concurso. A própria Carris, nestas circunstâncias, pede para lhe ser definida uma quantia anual a pagar, como forma de substituir contribuições pontuais, exigidas pelas obras a realizar, quantias que não ganhavam visibilidade pública. Foi criada uma comissão camarária para negociar com a Carris, mas perante a pressão da imprensa (particularmente do jornal republicano “Voz Pública”) e da mobilização popular de uma auto-designada “Comissão de defesa dos interesses da Cidade”, tal acordo não teve seguimento. Surgiam então propostas de concurso público e de municipalização.

É neste contexto que se abre concurso para a “viação eléctrica”, aproveitando-se o facto de a anterior concessão ser para carros “americanos”, apesar das autorizações oficiais para carros eléctricos. No meio de muita polémica, um primeiro concurso aberto em finais de 1904 foi anulado, abrindo-se um novo concurso em 1906, ao qual a Carris, numa posição de força, não concorreu, escorada na indemnização a que teria direito pela cassação das licenças. Veio a sair vencedora do concurso a proposta de Paiva Irmãos & Mathieu Lugan, que foi depois transmitida para uma companhia criada para o efeito – a Companhia de Viação

Eléctrica. A Carris tinha um trunfo: as concessões camarárias só podiam ser feitas para as vias municipais, mas a rede instalada já incluía várias estradas estatais e de outros concelhos limítrofes, facto que pesaria nas negociações de indemnização. Perante tal quadro, a Companhia de Viação Eléctrica do Porto, que acalentou ainda uma sociedade com uma firma inglesa, acabou por se render à evidência, incapaz de operar, e promoveu a fusão com a Carris, mantendo-se porém esta designação, frustrando-se deste modo os inimigos políticos da Companhia Carris que assim não conseguiam livrar-se dela.

Mas, na realidade, a Carris já não é a mesma, pois a fusão (24.08.1908) e o novo quadro accionista alteram radicalmente a sua administração (antes sustentada na família Vieira de Castro). Por outro lado, a Carris teve de cumprir as cláusulas do contrato de 1906, através do qual a municipalidade impunha, com base num duro caderno de encargos, uma série de exigências, que multiplicavam as carreiras urbanas, as cadências horárias, o início e fim das carreiras na Praça da Liberdade para quase todas e, sobretudo, estabelecia os preços das tarifas, que, a partir do contrato, só podiam ser alteradas após novas negociações com a Câmara. Ultrapassadas pela conjuntura económica, com o desencadear da inflação galopante e a elevação dos preços por altura da primeira guerra mundial, a revisão de tarifas vai tornar-se num folhetim interminável, cujos contornos se adivinham facilmente e que ajudaram a degradar a situação financeira da companhia nos anos 20 e 30. Outros problemas se acumularam, como o do cálculo da taxa municipal a pagar, com base numa percentagem sobre o rendimento quilométrico, no qual a Carris tratou de aplicar um “quebrado corrector”, ou seja, um factor de correcção em que procurava destrinçar a quilometragem da rede urbana no número de quilómetros da rede geral.

Assim, entre 1908-1912, a rede instalada passa de 48,188 km para 69,438 km, um aumento de 43% em cinco anos, em resposta ao prazo de instalação de novas linhas ou “pontas” de linha previsto no contrato de 1906. Ter o transporte público ao pé da porta é o sonho de cada cidadão ou do habitante da periferia urbana. A cidade é essencialmente movimento e sobreviver aqui passa por estar integrado no turbilhão, por dispor dos factores de mobilidade. A Carris sabia-o, mostrando aos accionistas os esforços para “drenar para os nossos carros o movimento dos arrabaldes da cidade”. A reivindicação de carreiras chega de todo o lado, embora a sua satisfação não seja líquida, quer por razões economicistas do ponto de vista empresarial, quer por eventuais limitações dos contratos de concessão, em que a Companhia os consegue caso a caso. Por isso, em muitos lados, comissões locais organizam-se e quotizam-se para subsidiar os custos de instalação das linhas, perante a urgência do transporte, conseguindo aqui e ali acelerar a instalação. Em todo o caso, a inauguração de uma carreira era saudada nas localidades periféricas como uma festa, mobilizando mares de gente para os rituais da primeira viagem, que era também um acto simbólico de integração social.

Mas as pressões sociais sobre a Companhia cresciam, à medida que o transporte público se configurava como um dispositivo estrutural decisivo na vida urbana. Desde 1909 que as greves dos trabalhadores se sucediam com alguma frequência, tornando-se os transportes um foco de agitação social, a que respondia a Carris com medidas sumárias. A evolução da conjuntura económica era desfavorável, estando a Carris manietada entre a inflação e a fixação oficial de tarifas, ao mesmo tempo que pagava agora taxas elevadas à Câmara. O coeficiente de exploração (ou seja, o *ratio* despesas/receitas) apresentava-se nas décadas de 20 e 30 acima dos 85%, com os custos a roçarem o limiar das receitas. Por outro lado, a frequente ameaça de municipalização criava expectativas nesse sentido e incentivava a redução do in-

vestimento, acabando muitos accionistas por pensar que essa poderia ser uma boa solução, desde que devidamente indemnizada, tanto mais que o contrato previa prazo para resgate com indemnização. A “canibalização” do equipamento, ou seja, o seu uso intensivo, sem preocupações de recuperação e manutenção, foi um facto evidente, tornando-se visível uma exagerada distribuição final de dividendos e uma clara degradação do serviço prestado nos últimos anos de administração da Carris.

RESGATE E MUNICIPALIZAÇÃO

O resgate tornou-se inevitável: anunciado pela Câmara em 1936, para cumprimento do aviso prévio de 5 anos, teve um processo atribulado que acabou por ocorrer apenas em 1946, apontando-se como justificação para o prolongamento a situação de guerra, mas na verdade havia fortes pressões ao nível do governo e claras oposições à municipalização (recorde-se que o Estatuto do Trabalho Nacional assegurava à iniciativa privada o exclusivo da iniciativa empresarial), sendo um dos maiores opositores o eng. Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas. Pode mesmo dizer-se que a municipalização só foi reconhecida depois da sua morte inesperada, ganhando então novo alento as teorias municipalizadoras, pois ele preferia a realização de um novo contrato com a Carris, adaptado naturalmente aos novos tempos.

Assim, desde 01.07.1946 que o aparelho industrial de transportes da Companhia Carris de Ferro do Porto passou a constituir o Serviço de Transportes Colectivos do Porto, num regime de municipalização sob forma especial e transitória, que só veio a ser considerada definitiva em 1949, quando ocorreu o acordo final que fixava em cerca de 144 mil contos a indemnização final à Carris. A Companhia Carris só se dissolveu por escritura de 03.10.1949, depois de arrumado todo o contencioso relativo ao processo indemnizatório.

Assim, a municipalização de serviços com interesse público, tão propalada pelos republicanos, só veio a ocorrer afinal com o Estado Novo, um regime que, nos seus primeiros tempos, ganhara a simpatia dos empresários ao definir doutrinariamente e institucionalmente a exclusividade da iniciativa empresarial para o domínio privado. Por isso, a administração do STCP, agora presidida pelo Professor Luís de Pina, presidente da Câmara, podia afirmar triunfalmente:

A municipalidade do Porto através de sucessivos resgates, pelas vereações dos últimos 22 anos, chamou a si e incorporou no património municipal todos os principais elementos de interesse directo na vida quotidiana da sua população, como sejam as instalações dos serviços de águas, saneamento, iluminação e viação pública.

O Serviço de Transportes Colectivos do Porto constitui hoje um dos principais valores desse património, não só pelos vultuosos capitais investidos no seu aparelho de exploração, como pelo que neste mesmo se contem de potencialidade realizadora, dada a perfeita sincronização que automaticamente se estabeleceu entre as actividades do Serviço de Transportes e a resolução dos mais diversos e complicados problemas urbanísticos da cidade.

Mas não foi fácil a vida do STCP, dadas as expectativas criadas. Em todo o caso, o STCP passou a funcionar numa lógica mais efectiva de serviço público, procurando satisfazer as exigências da opinião pública e publicada com mais carreiras, mais regularidade horária,

preços mais acessíveis e novos e mais modernos tipos de transporte. Os eléctricos, que na transição do século tinham sido a coqueluche da modernidade no domínio do transporte, eram agora representados na imprensa como as “dormideiras”, pela sua pacatez, face à vertigem do “boom” automóvel que irrompeu nas cidades modernas e também no Porto, logo após o fim da segunda guerra mundial. O eléctrico torna-se um obstáculo numa sociedade apressada que julga poder andar cada vez mais rapidamente (apesar da anterior média horária de 20 km/hora dos eléctricos). Reclamavam-se para o Porto os modernos autocarros que se viam em Londres, Paris e Nova Iorque, que não necessitavam de carris nem de linhas que desfeizavam a cidade, autocarros capazes de tornear os obstáculos da via pública e seguir em frente. O transporte público devia aproximar-se do transporte privado e ser de natureza automóvel. É então o tempo dos autocarros (chegam em 1948) e ainda dos troleicarros (1959), estes afinal como solução transitória e localizada. A vertigem automóvel entupiu a cidade, o transporte público faz hoje uma média de cerca de 15 km/hora, média naturalmente muito menor quando circunscrita aos lugares urbanos centrais.

Mas existia ainda um outro “pecado original” na origem do STCP, pelo facto de a Câmara atribuir ao novo serviço a amortização do empréstimo contraído para solver a indemnização à Carris, ou seja, houve uma apropriação com base num custo interno da organização, sem qualquer esforço financeiro inicial por parte da nova tutela. Descapitalizado, com urgência de novos investimentos para responder às novas exigências de veículos e de melhoria de condições e de funcionamento (paragens para passageiros, novas estações, etc.), o STCP continuava a pagar as taxas camarárias e a pagar-se a si mesmo junto da entidade bancária credora, o que teve um efeito de bola de neve em termos financeiros.

Nos anos 60 e 70, a exigência de prestação de novos serviços sociais (passes para estudantes e idosos) agravaram a situação, que já por si se agravava dado o aumento de custos derivado do caos urbano no domínio do tráfico, que impõe consumos acrescidos de energia e exige mais carros e pessoal para satisfação das carreiras previstas, em face dos estrangulamentos viários que diminuem a velocidade média nas zonas centrais da cidade. Só uma nova descoberta, já praticada noutras capitais europeias em que este tipo de transporte também apresentava situações deficitárias, virá salvar o Serviço de Transportes Públicos do Porto: trata-se da figura da “indemnização compensatória”, atribuída pelo Estado em função dos serviços sociais prestados.

Entretanto, verificou-se a passagem de serviço municipalizado para a tutela directa do governo central, no âmbito de um novo clima político, propiciado pelos acontecimentos da revolução política de 25 de Abril de 1974, verificando-se a adopção de medidas tendentes à “socialização dos transportes”. Mudaram-se os tempos, verificaram-se reorganizações da empresa, mas os novos ventos não se tem mostrado favoráveis ao transporte colectivo, tudo convergindo para a saturação da via pública pelo automóvel particular, com o dispositivo da “compensação indemnizatória” a assumir uma função estruturante na gestão empresarial. De empresa pública, o serviço evoluiu, entretanto, para o estatuto de sociedade anónima de capitais públicos (1994) – a *Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.*

Siglas

- AIP – Associação Industrial Portuense
 CCFP – Companhia Carris de Ferro do Porto
 CLC – Centro Leonardo Coimbra
 STCP – Serviço de Transportes Colectivos do Porto

Abreviaturas

- coord.* – coordenador
dir. – director
ed. – editor
p. – página (s)
s.d. – sem data
s.n. – sine nomine
Vol. – volume (s)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas e impressas:

- Museu do Carro Eléctrico - Documentação relativa a CCFP e CCFAPM
 CCFP - *Regulamento da Circulação dos carros*
 CCFP - *Regulamento da circulação dos carros, 1934.*
Relatórios da Companhia Carris de Ferro do Porto
Relatórios da STCP,SA.
Relatórios dos STCP

2. Bibliografia

- A Fusão das Companhias de Tramways - Carris de Ferro do Porto e Carril Americano do Porto à Foz e Matosinhos - necessidade inadiável deste facto em proveito dos accionistas e do público (1879)*, Porto, s.n.
 ALVES, Jorge Fernandes, 1995 - *A. Galo. O Fascínio pela Telegrafia Eléctrica. "O Tripeiro"*, Porto, 7ª série, ano XIV, p. 261-267.
 ALVES, Jorge Fernandes, 1998 - *Transportes no rio Douro - Sobre as máquinas de alar. "O Tripeiro"*, Porto, 7ª série, ano XVII, nº 6, p. 166-172.
 ALVES, Jorge Fernandes; VILELA, José Luís, 1995 - *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Eléctrica em Portugal*, Lisboa, Portugal Telecom.
 AMORIM, Diogo Pacheco de, 1965 - *A Companhia Carris de Ferro do Porto*, Coimbra (Separata de "O Instituto", Vol. CXXV, 1965).
 Associação Defensora dos Interesses e Regalias dos Municípios do Porto, 1925 - *A Questão da Carris*, Porto, s.n.
 BAILLY, Antoine S., 1977 - *La Perception de l'espace urbain*, Paris, CRU.
 BARROCA, Joaquim, 1995 - *A Tracção eléctrica nos transportes urbanos da cidade do Porto e as suas centrais termoelectricas. "O Tripeiro"*, Porto, n.º 8, 9, 10.
 BASTO, A. Magalhães, 1942 - *Alguma coisa de novo sobre a história antiga dos transportes colectivos do Porto. "O Primeiro de Janeiro"*, 27.12.1942.
 BASTO, A. Magalhães, 1959 - *A construção da linha da "máquina" desde a estação de Cadouços, na Foz do Douro, ao Juncal de Baixo, em Matosinhos. "O Primeiro de Janeiro"*, 30.10.1959.
 BASTO, A. Magalhães, 1959 - *Ainda a construção do ramal da "máquina" de Cadouços a Matosinhos. "O Primeiro de Janeiro"*, 6.11.1959.
 BEAUCIRE, Francis, 1996 - *Les Transports publics et la ville*, Milan, Les Essentiels.
 BIGEY, Michel, 1993 - *Les élus du tramway. Mémoires d'un technocrate*, Paris, Edima.

- BOCQUE, Dimitri Van, 1991 - *L'Autobus Parisien, 1905-1991*, Paris, Ed. Alcine.
- CALMON, Pedro, s.d. - *História Social do Brasil*, 2º tomo, São Paulo.
- Câmara Municipal do Porto, 1914 - *Documentos referentes à última revisão de tabelas da Companhia Carris de Ferro do Porto pela Comissão Arbitral*, Porto.
- Câmara Municipal do Porto, 1951 - *Postura de Trânsito*, Porto, Câmara Municipal.
- CAMPOS, Ezequiel, 1932 - *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Porto.
- CARNEIRO, A., 1997 - *STCP, SA, un nouveau réseau de transports en commun pour de XXIème siècle*. "Transport Public International", Vol. 46, 1998/1.
- CASTRO, A. M. Vieira, 1882 - *Os Tramways nas Cidades*. "Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto", nº 5/6, Dez.1882.
- CASTRO, António M. Lopes Vieira, 1874 - *O Conselho de Distrito e nós*, Porto, s.n.
- CASTRO, António M. Lopes Vieira, 1874 - *A Propósito do opúsculo - recurso interposto pela Companhia Carril Americano do Porto à Foz e Mathosinhos*, Porto, CCFP.
- CASTRO, G., 1917 - *Companhia Carris de Ferro do Porto. Ainda a Campanha*, Porto, s.n.
- CHOAY, Françoise, 1965- *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*, Paris, Seuil.
- DIAS, Henrique, 1998 - *A Central Termo-Eléctrica de Massarelos - O Museu do Carro Eléctrico* in "A Indústria Portuguesa em Perspectiva Histórica", coord. Jorge Fernandes Alves, Porto, CLC-FLUP, p. 215-231.
- DIAS, Henrique, 1998 - *O autocarro no Porto*. "Jornal do STCP", Jan/Fev.1998.
- FERNANDES, J. A. Rio, 1989 - *A Foz - entre o rio, o mar e a cidade*, Porto.
- FERREIRA, Guilherme Almeida, 1988 - *Gestão da Circulação no Centro da Cidade do Porto e seus Acessos*. "Sociedade e Território", Porto, Ed. Afrontamento, Ano 3 (7), p. 18-26.
- FIEL, Jorge, 1983 - *Um século da atribulada história dos transportes públicos do Porto*. "O Tripeiro", Porto, série nova, n.º 7-8.
- GARRETT, Antão de Almeida, 1952 - *Plano Regulador da Cidade do Porto* (Separata de "Civitas", Vol, VIII, nº2).
- GERONDEAU, Christian, 1969 - *Les Transports Urbains*, Paris, PUF.
- GUEDES, Manuel Vaz, 1996 - *Uma linha de carros eléctricos para os afazeres e distração dos habitantes do Porto*. "Ingenium".
- GUICHARD, François, 1994 - *O Porto no século XX* in "História do Porto", dir. Luís de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, p. 531-545.
- KING, B. R.; PRICE, J.H., 1995 - *The Tramways of Portugal*, Londres, Light Rail Transit Ass.
- LUCAS, Bernardo, 1906 - *O concurso da viação americana*, Porto, Tip. da Empresa Guedes.
- MARQUES, Helder; FERNANDES, José Alberto R.; MARTINS, Luís Paulo, 1990 - *Porto, percursos nos espaços e memórias*, Porto, Ed. Afrontamento, p.74.
- MERLIN, Pierre, 1992 - *Les Transports Urbains*, Paris, PUF.
- MONTEREY, Guido de, 1971 - *O Porto: origem, evolução e transportes*, Porto, edição de autor.
- O Concurso da Viação Eléctrica do Porto (1906) - Exposição ao Governo de Sua majestade pelos concessionários provisórios Paiva Irmãos e Mathieu Luga*, Porto.
- O Resgate da Concessão de 1906 à "Carris" do Porto*, 1954, Porto, Câmara Municipal, 2 volumes.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de, 1973 - *O Espaço Urbano do Porto - Condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.
- PACHECO, Elza Maria Teixeira, 1992 - *Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto*. "Revista da Faculdade de Letras - Geografia", Porto, I série, Vol. VIII, p. 5-64.
- PACHECO, Helder, 1995 - *O Carro Eléctrico no Porto*, Porto, STCP.
- PIMENTEL, Alberto, 1878 - *Guia do Viajante na Cidade do Porto e seus arrabaldes*. Porto, Mesquita Editor.
- Projecto de contrato de Junção das Companhias Carris de Ferro e Viação Eléctrica do Porto(1908)*, Porto.
- RAMOS, Luís de Oliveira, dir., 1994 - *História do Porto*, Porto, Porto Editora.
- RIOS, Wendel, 1946 - *Recordações e saudades. Os americanos do Porto*. "O Tripeiro", Porto, Janeiro de 1946, p. 197.
- RODRIGUES DE FREITAS, J.J., 1996 - *Novas Páginas Avulsas*, Porto, Fundação Engº António de Almeida.
- SALGUEIRO, Teresa B., 1992 - *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto, Ed. Afrontamento.
- SÉRAFON, E.; GRAFFIGNY; DUMAS, J-B., 1898 - *Les Tramways, les Chemins de Fer sur Routes, les Automobiles et les Chemins de Fer de Montagne à Cremaillère*, 4ª ed., Paris, E. Bernard.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1996 - *A Associação Industrial Portuguesa - Para a história do associativismo industrial*, Porto, AIP.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, s.d. - *Os Transportes Públicos no Porto* (em publicação).
- TAVARES, Daniel, 1998 - *Os troleiros do Porto tiveram um fim inglório*. "Jornal de Notícias", 12.11.1998.

- VIEGAS, José Manuel, 1988 - *O Sistema Viário e de Transportes no Plano Geral de Urbanização do Porto*. "Sociedade e Território", nº 7, Julho de 1988, p. 8-17.
- VIEIRA, António Lopes, 1980 - *Algumas Questões sobre os Transportes Públicos da Cidade de Lisboa nos Finais do Século XIX*. "Análise Social", 2ª série, (61-62), p. 71-84.
- VIEIRA, António Lopes, 1982 - *Os Transportes Públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*, Lisboa, INCM.
- VOIGT, Fritz, 1964 - *Economia de los sistemas de transporte*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica.
- WHITE, Peter, 1995 - *Public Transport. Its planning, management and operation*, Londres, UCL Press.

Gaspar Martins Pereira *

Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa *

R E S U M O

Entre a reacção nacional ao ultimatum inglês de Janeiro de 1890 e a revolta republicana no Porto busca-se perceber o momento de viragem política que consistiu na identificação do ideal republicano com o discurso «regenerador» nacionalista, legitimador da acção revolucionária. As movimentações políticas de 1890, que começaram por antepor a questão nacional à questão do regime, acabariam por permitir, sobretudo a partir de Agosto, perante a falência do rotativismo, a apropriação daquele discurso pela propaganda republicana.

Traçadas as linhas-chave da evolução do republicanismo no Portugal finissecular¹, procurarei centrar-me nesse ano agitado que vai desde o Ultimatum inglês de 11 de Janeiro de 1890 à tentativa de implantação da República no Porto.

O que foi esse momento crucial de viragem na vida política portuguesa de finais do século XIX não pode perceber-se fora do ambiente de exaltação patriótica e de sensibilidade depressiva que se vivia nessa altura, associada à crise diplomática aberta com o *Ultimatum* e agravada pelos sintomas de uma grave crise económica e financeira.

Numa primeira fase, a reacção patriótica e nacionalista ao *Ultimatum* inglês uniu todos os quadrantes políticos e sociais em Portugal. Republicanos e monárquicos. Nesse momento, a questão nacional antepunha-se à questão do regime.

O decadentismo nacional conjugava-se com um discurso regenerador, o mesmo que estivera presente em todas as revoluções liberais oitocentistas, que apelava ao retorno à idade mítica de grandeza da Pátria. A ideia de decadência nacional legitimava a acção revolucionária, que assumia, assim, um carácter redentor e messiânico, que anunciava as mudanças necessárias para a salvação da Nação Portuguesa². Ora, este ideário regenerador, porque nacional e supra-classista, não era necessariamente republicano e democrático. De resto, o compromisso que selava com o passado poderia até, como pôde na primeira fase do Estado Novo, assumir um cunho conservador e autoritário, usando o imperativo nacional, dito indiscutível, da salvação da Pátria, acima dos interesses e liberdades individuais ou de grupo.

* Conferência proferida no Ateneu Comercial do Porto, em 31 de Janeiro de 2000, na cerimónia evocativa da revolta republicana do Porto de 1891. Apenas foram introduzidas ligeiras alterações, nomeadamente aduzindo-se algumas notas de referência bibliográfica, publicando-se também a acta da Assembleia Geral do Ateneu a que se faz larga menção no texto.

** Professor Auxiliar da FLUP.

¹ Na conferência anterior, proferida pela Professora Conceição Meireles Pereira.

² Para uma reflexão sobre o conceito de «regeneração», cf. PROENÇA, 1990; SERRÃO, 1978.

Penso que a Liga Patriótica do Norte, fundada logo a 26 de Janeiro, encarnava esse espírito, reunindo monárquicos e republicanos, sob a presidência do socialista Antero de Quental. Foi, de resto, um monárquico, Luís de Magalhães, quem tomou a iniciativa de convidar Antero para presidir à Liga, cujas sessões funcionaram precisamente no salão nobre e nas salas da Secretaria do Ateneu Comercial do Porto.

De resto, o ambiente que se vivia no Ateneu dessa época, é bem ilustrativo do clima de agitação política e exaltação patriótica que o ultimato inglês provocou em todo o país. Imediatamente a seguir ao *Ultimatum*, um grupo de sócios (entre os quais alguns que iriam participar na sublevação republicana, como Aurélio da Paz dos Reis), requereu uma assembleia extraordinária, que se realizou a 18 de Janeiro para «*manifestar a sua adesão ao brado patriótico de todo o país, de repelir a afronta injustificável do governo inglês pelos recentes e conhecidíssimos sucessos na África Central*».

Nessa reunião, entre «*vivas a Serpa Pinto, à Pátria e ao Ateneu*» e discursos mais ou menos inflamados, votaram-se por aclamação inúmeras propostas, nomeadamente:

- a expulsão de sócios de nacionalidade inglesa;
- o envio de representações ao Governo para romper «*o tratado de aliança com a Inglaterra, substituindo-o no mais curto prazo por outro, com o país que pelas suas condições de raça e tradições mais vantagens possa trazer à nossa prosperidade e à integridade dos nossos territórios*»;
- a promoção, a expensas individuais dos sócios, através da imprensa portuense, de «*uma guerra patriótica contra a importação de todos os produtos ingleses, contra o subsídio comercial que no Porto se tem prestado a empresas e estabelecimentos britânicos, fazendo-se a mais dedicada propaganda em favor do comércio e da indústria nacionais*»;
- o envio de mensagens de protesto contra as posições inglesas e de defesa dos «*incontestáveis direitos de Portugal aos territórios africanos em litígio*»;
- o apoio a iniciativas de outras instituições patrióticas, como a Sociedade de Geografia de Lisboa;
- o apoio a medidas de criação ou reforço de «*elementos de defesa necessários para segurança da pátria, afim de que, no mais curto prazo possível, Portugal se coloque em condições de repelir desacatos como o que acaba de praticar a Inglaterra*»;
- o envio de mensagens de louvor «*ao bravo oficial Serpa Pinto, ao engenheiro Álvaro de Castelões e ao cônsul de Portugal em New-Castle, Jaime Batalha Reis, os dois primeiros pelo denodo com que afirmaram o poder de Portugal nas regiões da África, conduzindo briosamente a expedição ao Chire, e o último pela maneira brilhantíssima, como na imprensa inglesa e na conferência de Bruxelas, defendeu os nossos direitos aos domínios africanos e enalteceu o alcance da missão civilizadora de Portugal no Continente negro*»;
- a criação de um prémio valioso para o melhor trabalho apresentado num concurso a abrir pelo Ateneu «*para a elaboração de uma obra que tenha por fim pôr bem em evidência a política absorvente e desleal da Inglaterra para com Portugal, de maneira a fazer repelir de futuro quaisquer alianças com aquela nação e a criar nas gerações por vir um sentimento de íntima desconfiança para com a mesma nação*» (esse livro deveria ser adoptado nas escolas populares, «*como elemento importante para a educação cívica da mocidade*»);

- a garantia de que o Ateneu, como associação, contribuiria o mais que pudesse «*para qualquer subscrição nacional destinada a obter, no mais curto prazo, os elementos de defesa*» necessários ao país, estimulando-se ainda a contribuição individual de todos os sócios;
- a publicação, por iniciativa do Ateneu, «*de um jornal, número único, onde se agradeça as manifestações da França, Áustria, Espanha, Itália, Alemanha e Rússia*»;
- a colocação, em lugar de honra, «*do retrato do major Serpa Pinto, nosso sócio honorário, junto do dos outros exploradores Capelo e Ivens*»;
- a promoção de conferências contra a Inglaterra; a realização no Ateneu, anualmente, no dia 18 de Janeiro, de «*uma conferência de propaganda a favor dos nossos direitos em África e mais domínios portugueses*», que servisse «*ao mesmo tempo de protesto eterno contra a forma irregular e violenta como a Inglaterra acaba de proceder para com Portugal por causa dos acontecimentos ultimamente ocorridos no Chire, abusando da sua força naval para nos humilhar e espoliar*»;
- a apresentação de uma proposta à Câmara Municipal do Porto para que fossem atribuídos os nomes de Serpa Pinto e de Álvaro de Castelões a duas ruas da cidade;
- a recusa de utilizar barcos ingleses no transporte de emigrantes para o Brasil e que «*os portugueses residentes no Brasil*» nunca utilizassem «*os vapores ingleses, quer para a expedição ou recepção de mercadorias, quer para a passagem deles ou pessoas de sua dependência*»; etc.

Um dos sócios, o Dr. Leonardo Torres, avançou mesmo «*a ideia de se formar um grupo de homens enérgicos para a criação de um único partido: o da defesa nacional*»³.

Os associados do Ateneu Comercial do Porto não se ficaram pelos discursos. Subscreveram uma avultada quantia⁴ para o fundo de defesa nacional. E concretizaram, ou promoveram a concretização, de muitas das propostas apresentadas na assembleia de 18 de Janeiro de 1890⁵.

Por todo o país, o patriotismo exacerbado mobilizava protestos, manifestações, comícios, num clima igualmente emotivo que foi facilmente aproveitado pelos republicanos, cuja intensa propaganda procurou responsabilizar a monarquia pela crise nacional. A intensidade das manifestações populares conduziu, de imediato, à queda do governo progressista de Barros Gomes. O novo governo do Partido Regenerador, perante a violência da agitação anti-monárquica acabaria por tomar medidas repressivas, sobretudo a partir de Março, com a proibição de manifestações, suspensão de inúmeros jornais, prisão de personalidades republicanas, chegando a proibir-se «*A Portuguesa*» que era cantarolada nas ruas. Mas as medidas repressivas do governo não só aumentaram o clima de tensão como granjearam novos adeptos para o campo republicano, incluindo personalidades de relevo nacional, como Guerra Junqueiro que, nesse ano, publicaria *Finis Patriae*, um dos seus mais violentos ataques à Monarquia.

Ultrapassado o momento de unanimismo inicial que caracterizou a emoção colectiva dos protestos anti-britânicos, a questão nacional identificava-se, ainda consensualmente,

³ AACP - *Actas da Assembleia Geral*, 1890.

⁴ 1.728\$870 réis.

⁵ Cf. PEREIRA; PEREIRA, 1995: 67.

com um discurso regenerador, partindo da consciência da necessidade de reformas profundas na vida política, económica, social e cultural portuguesa. É já esse discurso regenerador que orienta os propósitos da Liga Patriótica do Norte, que pretende «promover a defesa material, o fomento económico e reorganização financeira e todos os progressos que melhor garantam no futuro a independência e prosperidade da Nação».

Escreveu então Antero de Quental, acrescentando ao discurso regenerador tradicional um apelo à participação cívica, ao envolvimento colectivo e democrático nas mudanças necessárias e à reforma «moral», ou seja, «dos sentimentos e dos costumes», da Nação: *«Portugal expia com a amargura deste momento de humilhação e ansiedade de quarenta anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos – quarenta anos de paz profunda que uma sorte raríssima nos concedeu e que só soubemos malbaratar na intriga, na vaidade, no gozo material, em vez de os aproveitar no trabalho, na reforma das instituições e no progresso das ideias. Sob o insulto imprevisto esta nação parece agora acordar: mas é necessário que o protesto nacional seja ao mesmo tempo um acto de contricção da consciência pública: Reconhecer os erros passados será já um começo de emenda, e temos muito e muito que emendar. O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário. Declamar contra a Inglaterra é fácil: emendar os defeitos da nossa vida nacional será mais difícil; mas só essa desforra será honrosa, só ela salvadora. Portugal, ou se reformará, política, intelectual e moralmente, ou deixará de existir. Mas a reforma, para ser efectiva e fecunda, deve partir de dentro, do mais fundo do nosso ser colectivo: deve ser antes de tudo uma reforma dos sentimentos e dos costumes. Enganam-se os que julgam garantir o futuro e assegurar a nacionalidade com meios exteriores e materiais, com armamentos e alarde de força militar. Uma era nova começou para esta Nação, que acorda, como de um sonho, do seu optimismo egoísta e banal»*⁶.

Mas, nesta primeira fase, o discurso de «salvação da Pátria» não podia considerar-se ainda um património republicano. Na linha da matriz ideológica liberal que, como vimos, desde a revolução do Porto de 1820, incorporara a ideia de «regeneração», muitos monárquicos defendiam que era necessário alterar profundamente a vida política nacional. Nesse sentido, 1890 pode considerar-se um ponto de chegada da monarquia constitucional e da falência do modelo rotativista. Desde os anos oitenta, popularizavam-se tendências cesaristas entre os monárquicos, que defendiam uma intervenção forte do poder real na vida política, capaz de levar a cabo, a partir de cima, uma reforma profunda das instituições e da sociedade portuguesa. Entre os adeptos e mentores da regeneração cesarista encontramos personalidades destacadas da vida política e cultural do país, muitos deles com fortes ligações ao Porto, como Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão ou António Cândido.

Mas o desgaste dos partidos que partilhavam o poder e controlavam a vida política desde 1852, perante a gravidade da crise, deixava pouca margem de manobra aos que defendiam a regeneração da monarquia. O que se verificou, ao longo desse ano agitado de 1890, foi a apropriação crescente do discurso regenerador nacionalista pelos republicanos, cujo símbolo mais representativo e duradouro foi «A Portuguesa». Essa tendência acentuou-se depois da discussão do convénio luso-britânico de 20 de Agosto, que aumentava as concessões à Inglaterra nos territórios coloniais portugueses da África Oriental. O convénio não passou nas Câmaras e o governo regenerador caiu, sob violentos protestos de rua. Atingiu-

⁶ QUENTAL, 1890.

-se então o culminar da agitação política. No Porto, falava-se abertamente em revolução e improvisavam-se manifestações à mesa do Café Suíço, na Praça Nova, o centro físico e simbólico da acção cívica portuense.

Na sequência da queda do governo do Partido Regenerador formou-se um ministério supra-partidário, presidido pelo general João Crisóstomo, em que participavam ministros reformadores do grupo dos «Vencidos da Vida», como António Cândido e António Enes, com uma política externa menos subserviente à Inglaterra. Era evidente a vontade de regenerar, por dentro, a monarquia. Mas, para muitos, já era tarde. Mesmo adeptos confessos da fórmula cesarista monárquica já não acreditavam na capacidade de regeneração da monarquia.

A questão nacional transformara-se numa questão de regime, como escreveria, pouco mais tarde, Guerra Junqueiro: «*A revolução impunha-se. Republicana? Conforme. Se o monarca nos saísse um alto e nobre carácter, um grande espírito juvenil e viva encarnação de ideal heróico, tanto melhor. A revolução estava feita. Imprimia-se, dum dia ao outro, no Diário do Governo. [...] Não se tratava por enquanto de modalidades orgânicas de existência; tratava-se de existir [...]. Quando um vapor alagado vai ao fundo, discute a marinhagem construções navais? Primeiro salvá-lo, o estaleiro depois. Quer dizer: a revolução urgente não era social, era moral [...]. A existência da pátria dependia da revolução. O rei não pôde, não soube ou não quis fazê-la. Em suma, não a fez. Perdeu-se. Que restava? Fazê-la o povo. Não a fazendo, perdia-se também. O rei, em vez de cortar o cancro, identificou-se com ele. Chaga maior, operação mais grave. Já ninguém suprimirá o cancro, sem suprimir a realeza. O republicanismo não é aqui uma fórmula de direito público; é a fórmula extrema de salvação pública. No prédio em chamas há só uma janela aberta. Preferem os monárquicos morrer queimados, por a janela estar pintada de vermelho? Fosse ela branca que eu saltaria sem escrúpulos. Republicano e patriota tornaram-se sinónimos. Hoje, quem diz pátria, diz república. Não uma república doutrinária, estupidamente jacobina, mas uma república larga, franca, nacional, onde caibam todos. Não dum partido, da nação*»⁷.

Ora, esta identificação entre a questão nacional e a questão do regime, entre «Pátria» e «República», ganhou nitidez no movimento cívico portuense, a partir do Verão de 1890. Enquanto muitos republicanos de Lisboa e o Directório do PRP, dirigido por Elias Garcia, adoptavam uma posição moderada, defendendo o reforço eleitoral do partido, os republicanos portuenses assumiam a revolução como a via incontornável da «regeneração». O escol intelectual e republicano, em que se destacavam homens como Alves da Veiga, Sampaio Bruno, Felizardo Lima, Basílio Teles ou João Chagas, comungava dessa «ética patriótica» que conduzia, para eles inevitavelmente, à revolução republicana como fórmula redentora da Nação. Desde 1 de Setembro, o jornal *A República Portuguesa*, fundado por João Chagas, Dionísio Santos Silva, Alvarim Pimenta e Joaquim Leitão, tornara-se o órgão oficial da revolução. No primeiro número, João Chagas escrevia: «*O tempo urge. A solução seja ela qual for, não tardará. Até lá, a obra deste jornal será inteiramente revolucionária*»⁸. Logo às 8 horas da manhã, já estavam vendidos 10.000 exemplares deste primeiro número⁹, o que nos dá bem a noção do forte alastrar do ideário republicano...

⁷ JUNQUEIRO, 1896, vi-xii.

⁸ CHAGAS, 1890.

⁹ ESTEVES, 1999: 36.

São relativamente bem conhecidos os episódios que rodearam a revolta militar, a sua organização, a precipitação dos acontecimentos e a derrota do 31 de Janeiro¹⁰. Por isso, limitar-me-ei a algumas notas, dispensando-me de pormenores.

Tem-se discutido, por vezes, a viabilidade política e estratégica da revolta, considerando-se que ela não passaria de uma «sargentada», votada ao fracasso, pela precipitação, pela ausência de direcção política e militar, pela falta de apoio popular, pela falta de apoio do Partido e da Maçonaria, pela desorganização e imprevidência dos seus mentores e executores.

Tudo isso pode ser verdade. Numa revolução derrotada, encontra-se sempre um sem número de explicações para a derrota. E os próprios mentores da revolução o reconheceram. No *Manifesto dos Emigrados do 31 de Janeiro*¹¹, escrito por Sampaio Bruno três meses depois, reconhecia-se a imprevisibilidade de aspectos fortuitos, de cobardias e de traições. Não se apontava, mas provavelmente pensava-se, na indiscrição e falta de tacto político do truculento Santos Cardoso, o director do jornal *A Justiça Portuguesa*, encarregado da ligação aos militares. Não se apontava, mas certamente pensava-se, nas posições do Directório Republicano e na falta de solidariedade activa da Maçonaria. Não se apontava, mas provavelmente reconhecia-se com amargura, os erros tácticos da operação militar. Aquela longa parada dos batalhões de Caçadores 9, Infantaria 10, Infantaria 18 e Guarda Fiscal no Campo da Regeneração, a descida para a zona baixa pela a Rua do Almada, aos gritos de «Viva a República!», com pressa de consumir o acto político do derrube da monarquia na varanda da Câmara Municipal, antes mesmo da vitória militar, antes da ocupação do Governo Civil, do Telégrafo, das zonas altas estratégicas, permitindo que as tropas da Guarda Municipal se formassem no alto de Santo Ildefonso e daí dominassem a Rua de Santo António, onde iriam derrotar os sublevados, quando estes, tardiamente, decidiram avançar. O que, basicamente, perdeu os republicanos, imbuídos que estavam do ideal regenerador, assente na «ética patriótica», foi aquela confiança ingénua de que bastaria dar o brado da revolta para que toda a cidade e todo o país, incluindo as forças leais à monarquia, aceitassem o facto consumado¹².

Muitas análises que procuram encontrar as razões da derrota do 31 de Janeiro têm destacado a forma como a revolução fora preparada, sem o sigilo necessário, com frequentes delações, estando as autoridades a par do que se passava. No entanto, a derrota militar parece ter decorrido mais das hesitações dos sublevados do que da actuação imediata das tropas fiéis à monarquia. De resto, é frequente acontecer quebras de sigilo nas revoluções, mesmo nas vitoriosas, como as do 5 de Outubro ou do 25 de Abril.

A falta de apoio popular tem sido também apontada como outra das explicações do falhanço da revolução. O próprio Basílio Teles¹³ o reconheceu, considerando que os republicanos tinham desperdiçado o momento alto da agitação popular. Mas o povo do Porto não foi «hostil nem indiferente» à revolta. Quando começava a apoiá-la na Praça Nova, na manhã de 31 de Janeiro, os confrontos militares vieram pôr fim à revolta e também à possibilidade de intervenção popular.

¹⁰ A começar pela narrativa de dois dos mais famosos implicados na revolta: CHAGAS; COELHO, 1901.

¹¹ BRUNO, 1891.

¹² SERRÃO, 1990: 170-174.

¹³ TELES, 1968.

Quanto à precipitação, ela resultou, essencialmente, como sabemos, do anúncio das transferências de muitos dos militares implicados. De resto, Alves da Veiga e Basílio Teles eram contrários à antecipação da revolta e tentaram fazer com que fosse adiada para um momento mais oportuno, mas era já demasiado tarde. O ambiente criado entre os sargentos tornara a revolução imparável.

E é verdade também que as divisões internas no Partido Republicano, algumas animosidades pessoais, como as que opunham Homem Cristo a Santos Cardoso, retiraram apoios que poderiam ter contribuído para o êxito da revolução. Mas há indícios de que os republicanos de todo o País acreditavam na revolta do Porto. Bem antes do 31 de Janeiro, os republicanos portuenses recebiam estímulos de figuras de prestígio nacional. Teófilo Braga, por exemplo, escrevia a Santos Cardoso, a 15 de Novembro de 1890: «*estou convencido que a revolução sobrevirá no Porto, na terra que teve a alta iniciativa de 1820. Se estivermos à espera do levantamento de Lisboa, nunca ele virá, porque esta gente aqui é timorata e cheia de conveniências, tem medo da polícia, da guarda municipal, etc. Além disso, os dirigentes são elementos velhos que tudo empatam. A revolução do Porto é que pode acordar esta gente, e então ver-se-á forçada a aderir. E no caso de aí rebentar a revolução, aí estarei pronto para o trabalho... Portanto, tudo aperta para abreviar o movimento e para que o Porto retome a sua gloriosa iniciativa*»¹⁴.

A República, afinal, não triunfou senão passados quase vinte anos. Mas a derrota da revolução de 31 de Janeiro acabaria por adquirir, com o devir da República vitoriosa em 1910, um carácter heróico e mítico, como acontecimento fundador. Como se a República aqui anunciada fosse, entre a saudade e a esperança, portadora da identidade nacional e, sucessivamente, recuperada em novos projectos de regeneração. Já não será apenas a velha tradição liberal, mas também, articulando-se com ela, o legado dos homens que fizeram a revolta do Porto, ou seja, o carácter democrático. Como em 1912, com a «Renascença Portuguesa», ou depois, durante o Estado Novo, quando o 31 de Janeiro se transformou, definitivamente, em símbolo maior da tradição de participação cívica e da esperança de liberdade dos democratas do Porto.

DOC. 1: O ATENEU PERANTE O *ULTIMATUM* INGLÊS DE 1890¹⁵

Acta nº 98 Sessão Extraordinária Aos dezoito de Janeiro de mil oitocentos e noventa Assumiu a presidência o sr. António Teixeira dos Santos, vice-presidente, que convidou para secretários, na falta dos efectivos, os srs. Manuel Guimarães e António Carlos da Silva.

Eram 7 1/4 horas da tarde quando o sr. presidente declarou aberta a sessão e mandou fazer a leitura do requerimento que a originou, que era fundamentado na necessidade do Ateneu manifestar a sua adesão ao brado patriótico de todo o país, de repelir a afronta injustificável do governo inglês pelos recentes e conhecidíssimos sucessos na África Central.

Procedendo-se à chamada dos signatários do requerimento, verificou-se que estavam presentes vinte e dois, número este mais do que preciso para cumprir-se a disposição do nº 3 do art.º 31 do Estatuto.

¹⁴ CRISTO, 1928: 303-304.

¹⁵ AACP - *Actas da Assembleia Geral*, 1890.

Seguidamente foi lida a acta da precedente sessão que, sem discussão, foi aprovada.

Foi novamente lido aquele requerimento que motivou a presente sessão, e, oferecido pelo sr. presidente à admissão, votou-se esta unanimemente.

O sr. Aurélio da Paz dos Reis, como um dos signatários do requerimento, disse que se julgava feliz por ter contribuído para a promoção de uma reunião tão extraordinariamente concorrida, demonstrando-lhe exuberantemente isto que estava no ânimo de todos os seus consócios o desejo de que o país se desafrontasse briosa e dignamente do procedimento inqualificável da cínica Inglaterra. Continuando a discursar neste sentido, disse que a brilhantíssima manifestação de hoje evidenciaria mais uma vez a vitalidade do Ateneu, agremiação que por tantos motivos se tem tornado credora da extrema consideração do público; e terminou por mandar para a mesa a seguinte proposta:

«1º Que esta sessão extraordinária de 18 do corrente da assembleia geral do Ateneu Comercial do Porto, seja única e exclusivamente considerada, como um enérgico protesto contra o insólito procedimento da Inglaterra, pretendendo violar os incontestáveis direitos de Portugal;

2º Que se represente aos poderes públicos para que se rompa o tratado de aliança com a Inglaterra, substituindo-o no mais curto prazo por outro, com o país que pelas suas condições de raça e tradições mais vantagens possa trazer à nossa prosperidade e à integridade dos nossos territórios;

3º Que, por meio da imprensa portuense, pela iniciativa de cada sócio, com o penhor das suas assinaturas, se promova uma guerra patriótica contra a importação de todos os produtos ingleses, contra o subsídio comercial que no Porto se tem prestado a empresas e estabelecimentos britânicos, fazendo-se a mais dedicada propaganda em favor do comércio e da indústria nacionais que, como quaisquer outros, são capazes de satisfazer as exigências do consumo, não só interior como exterior;

4º Que o Ateneu Comercial do Porto exclua os súbditos britânicos da eleição dos seus corpos gerentes;

5º Oficiar à Associação Comercial do Porto, convidando-a a que tome igual deliberação.

6º Consignar na acta desta memorável sessão um voto de patriótico aplauso à cidade de Lisboa e às suas mui respeitáveis corporações pela alevantada e nobilíssima atitude das suas múltiplas manifestações nesta conjuntura.» Aurélio da Paz dos Reis.

A proposta votou-se à admissão.

O sr. José Dias Alves Pimenta leu e mandou para a mesa a seguinte proposta:

«O modo verdadeiramente indigno como o governo de Inglaterra acaba de proceder na questão suscitada pela afirmação dos direitos de Portugal a territórios na África central, revoltou até ao mais íntimo todos os corações portugueses e despertou na alma nacional uma explosão de sentimentos que traduzem ao mesmo tempo amor da pátria e protesto contra o modo como nos tratou o governo de uma nação que só irrisoriamente poderia ser chamada nossa fiel aliada; Esses sentimentos encontram no Ateneu Comercial do Porto o eco ressonante que aqui tem achado tantas iniciativas nobres e generosas e tantos pensamentos de verdadeiro alcance para o nome de Portugal.

Por isso, os abaixo assinados, sócios do Ateneu Comercial do Porto, interpretam, sem contestação alguma, o sentir e o pensar de todos quantos fazem parte desta ilustre agremiação, propondo à apreciação da patriótica assembleia, hoje reunida, as seguintes indicações tendentes a definir o protesto do Ateneu Comercial contra o procedimento indigno do governo de Inglaterra.

Propomos pois:

1º Que ao parlamento português seja enviada uma mensagem deferindo, em termos bem frisantes, o protesto do Ateneu Comercial do Porto contra o modo indigno por que o governo presidido por Salisbury desacatou os incontestáveis direitos de Portugal aos territórios africanos em litígio;

2º Que o Ateneu Comercial do Porto afirme, de uma forma bem significativa, a sua adesão ao protesto que a benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa resolveu publicar contra o procedimento do governo inglês;

3º Que numa representação ao nosso governo, o Ateneu Comercial do Porto lhe peça que cuide instantemente de criar todos os elementos de defesa necessários para segurança da pátria, afim de que, no mais curto prazo possível, Portugal se coloque em condições de repelir desacatos como o que acaba de praticar a Inglaterra;

4º Que no intuito de não serem manchados com o sinal de uma procedência odiosa os elementos de defesa que venham a criar-se, se solicite igualmente que não seja contratada em a Inglaterra nenhuma construção naval, nem qualquer armamento;

5º Que seja dirigida uma entusiástica mensagem de congratulação ao bravo oficial Serpa Pinto, ao engenheiro Álvaro de Castelões e ao cônsul de Portugal em New-Castle, Jaime Batalha Reis, os dois primeiros pelo denodo com que afirmaram o poder de Portugal nas regiões da África, conduzindo briosamente a expedição ao Chire, e o último pela maneira brilhantíssima, como na imprensa inglesa e na conferência de Bruxelas, defendeu os nossos direitos aos domínios africanos e enalteceu o alcance da missão civilizadora de Portugal no Continente negro;

6º Que seja criado um prémio de reis trezentos mil (reis 300\$000) para ser conferido ao melhor trabalho que se apresente num concurso aberto pelo Ateneu Comercial do Porto para a elaboração de uma obra que tenha por fim pôr bem em evidência a política absorvente e desleal da Inglaterra para com Portugal, de maneira a fazer repelir de futuro quaisquer alianças com aquela nação e a criar nas gerações por vir um sentimento de íntima desconfiança para com a mesma nação. O Ateneu Comercial do Porto envidará todos os esforços para que o governo faça adoptar nas escolas populares esse livro, como elemento importante para a educação cívica da mocidade;

7º Que o Ateneu Comercial do Porto faça reunir em um quadro a nota do ministro dos negócios estrangeiros de Portugal com data de 10 de Janeiro de 1890, o ultimatum apresentado pelo governo de Inglaterra e a nota do referido ministro dos negócios estrangeiros de Portugal em resposta a esse ultimatum, devendo esses documentos ser impressos à custa do Ateneu Comercial do Porto e por ele distribuídos a todas as escolas e associações de Portugal, afim de que a mocidade e as classes que essas associações abrangem possam contemplar constantemente os documentos que atestam a vilania de uma nação estranha que de Portugal recebeu tantas e tão constantes provas de leais relações;

8º Que o Ateneu Comercial do Porto, como associação, contribua quanto em suas forças couber, para qualquer subscrição nacional destinada a obter, no mais curto prazo, os elementos de defesa de que Portugal tanto carece, podendo todos os sócios ampliar com a sua subscrição individual este concurso, tão útil como patriótico. António Bernardino Alves Costa, Manuel Guimarães, Manuel Fernandes de Pinho, José da Silva Pimenta, Manuel José Alves de Azevedo, António Carlos da Silva, Pedro Pinto Gonçalves Pimenta, José Casimiro de Oliveira Guimarães e José Dias Alves Pimenta.»

Votou-se a admissão unanimemente.

O sr. Custódio José Pereira Braga Júnior manifestou a sua adesão ao pensamento das propostas precedentemente apresentadas e mandou também para a mesa a seguinte:

«1º Que o Ateneu Comercial do Porto tome a iniciativa da publicação de um jornal, número único, onde se agradeça as manifestações da França, Áustria, Espanha, Itália, Alemanha e Rússia;

2º Que o Ateneu Comercial do Porto mande colocar o retrato do major Serpa Pinto, nosso sócio honorário, junto do dos outros exploradores Capelo e Ivens.

3º Que o Ateneu Comercial do Porto envie uma mensagem de felicitação pela maneira como soube honrar o nome português ao Exmº. Senhor Neves Ferreira, governador geral da província de Moçambique. Custódio José Pereira Braga Júnior.»

O senhor António Moreira Cabral declarou que se associava como verdadeiro português às ideias expendidas nas propostas já lidas, e louvou a iniciativa tomada pelos sócios do Ateneu que promoveram a reunião de hoje que julgava precisa para a agremiação que tão dignamente tem festejado os eméritos africanistas que em honra e glória da pátria se têm distinguido. Que o silêncio da agremiação, no momento em que de toda a parte se levanta o grito unânime do amor da pátria, seria um desmentido nada digno das suas precedentes tradições: por isso que lhe cumpria por dever contribuir com todos os elementos ao seu alcance para a desafronta da pátria, auxiliando assim qualquer governo, proceda ele de onde proceder, que procure repelir posições que a dignidade rejeite. Fez ainda muitas considerações em defesa da ideia comum de momento que mereceram o aplauso da assembleia, e terminou por apresentar a seguinte proposta que mandou para a mesa:

«Proponho que se officie ou se dirija um telegrama aos nossos colegas de Lisboa, representados pela Associação Comercial dos Lojistas, comunicando-lhes que o Ateneu Comercial do Porto felicita e aplaude os trabalhos dos comerciantes de Lisboa, congratulando-se com eles, e desejando acompanhá-los em todos os movimentos, oferece a sua patriótica adesão.

Proponho mais que se dirija uma mensagem do nosso sincero e entusiástico louvor ao nobilíssimo duque de Palmela, pelo rasgo do mais alevantado patriotismo, devolvendo ao governo inglês uma condecoração que s. exc.^a entendeu não devia ser colocada no peito de verdadeiro fidalgo português, digno descendente de seus antepassados. António Moreira Cabral.»

Foi votada sem oposição a admissão desta proposta à qual o sr. Leonardo Torres fez o seguinte aditamento:

«Que na pessoa do sr. duque de Palmela se saude o tipo legendário do marinheiro português: a armada real.»

O sr. António Ferreira da Costa Guimarães disse que se associava com o maior entusiasmo às manifestações patrióticas que naquele momento se faziam ali, que honrariam o Ateneu e lhe sustentariam a tradição de agremiação útil onde se encontrava sempre cooperação a todas as iniciativas nobres. Apresentou seguidamente esta proposta:

«Que o Ateneu Comercial do Porto efectue todos os anos, no dia de hoje, uma conferência de propaganda a favor dos nossos direitos em África e mais domínios portugueses, e que sirva ao mesmo tempo de protesto eterno contra a forma irregular e violenta como a Inglaterra acaba de proceder para com Portugal por causa dos acontecimentos ultimamente ocorridos no Chire, abusando da sua força naval para nos humilhar e espoliar; e mostre quanto ela é que se desonrou, faltando à fé do tratado entre as nações da Europa e firmado pelos seus delegados na convenção de Berlim. António Ferreira da Costa Guimarães.»

O sr. Dr. Leonardo Torres depois de declarar que, no actual momento, todos os seus pensamentos estavam ligados à defesa da pátria, porque à pátria daria a sua espada, pena e in-

teligência —, disse que se propunha a realizar no Ateneu algumas conferências a provar com factos de história o que a Inglaterra tem sido com a sua política sempre absorvente para os estranhos. A Inglaterra, continuou o orador, tem sido constantemente espoliadora, mas não somente para o nosso país: a sua espoliação é feita ao direito das gentes. E quer a liberdade do negro? Haja vista ao que ela faz aos brancos da Irlanda. Liberais, disse, somos nós que fizemos o Brasil e quebramos as algemas dos escravos. A Inglaterra com todo o seu orgulho só faz comércio, por isso quer o monopólio da África porque prevê que os povos europeus fechem os seus mercados aos produtos ingleses. Demonstrou a largo traço os esforços que fez a Inglaterra para se apossar do Zaire, depois de ter-se apoderado do cabo da Boa Esperança — criando com isto dificuldades à Rússia; de como absorveu o maior número de acções do Canal do Suez para se apoderar mais tarde do Egipto; de como se tem esforçado para se apossar de Lourenço Marques para assim ter mais seguro o comércio do interior; e de como ainda, com a sua política absorvente, se quer apoderar das regiões do lago «Nanja», que baptizou de Niassa, para nos desapossar do importante comércio de marfim.

Ainda discursou largamente, fazendo citações que mereceram grandes aplausos da assembleia. E demonstrando como os povos pequenos têm infligido lições à Inglaterra, citando, entre eles, os boers; manifestando-se apóstolo da união das raças latinas do continente europeu para se entenderem comercialmente, como se vão unir as duas Américas; advogando a ideia de se formar um grupo de homens enérgicos para a criação de um único partido: o da defesa nacional, e, referindo-se ao facto que se dera em Lisboa, de serem cobertas de crepes as estátuas que adornam o monumento de Camões — com o que não concordava porque o país nada tinha de que envergonhar-se, mas sim a Inglaterra pelos actos que pratica —, terminou por solicitar que lhe fosse permitido assinar também a proposta que fora lida pelo sr. Alves Pimenta. Mandou para a mesa a seguinte proposta: «Proponho que se saude o procedimento dos nobres portugueses duques de Palmela e do Cadaval e conde de Porto Covo da Bandeira, noticiado no Comércio do Porto. Leonardo Torres». Foi votada a admissão.

O sr. José António Ferreira disse que, depois dos brilhantes discursos que ouvira, só o dever do cargo que desempenhava, de presidente da Direcção, o obrigava a falar e que isto fazia para declarar à Assembleia que a colectividade a que presidia se associava às manifestações de patriotismo ali afirmadas tão imponentemente.

O sr. Paulo Ventura de Cantos fundamentou a seguinte proposta que mandou para a mesa: «Proponho que se solicite da Exm^a. Câmara Municipal do Porto que dê os nomes de Serpa Pinto e de Álvaro de Castelões a duas ruas; das já abertas, cuja denominação nada signifique, ou a duas ruas das muitas já abertas e que ainda não têm denominação, isto para perpetuar os nomes dos dois gloriosos portugueses que, no continente negro, disputam a integridade da nossa pátria. — Félix Ramos, Manuel José Alves de Azevedo, Paulo Cantos, Fernando António de Castro, Domingos Pereira Esteves, Cândido Augusto de Sousa Pinto, Custódio José da Costa, Ricardo Teixeira Lemos e José Francisco Duque».

Foi votada.

O sr. António Guedes Valente apresentou também a seguinte proposta: «1º Proponho para que se consigne pelos meios mais altamente patrióticos que se encaminhe a nossa emigração para o Brasil pelos vapores que não sejam de nacionalidade inglesa;

2º Que se solicite de todos os portugueses residentes no Brasil que nunca se utilizem dos vapores ingleses, quer para a expedição ou recepção de mercadorias, quer para a passagem deles ou pessoas de sua dependência. António Guedes Valente».

Foi votada a admissão.

O sr. Dr. Miguel Pestana perguntou se no número dos sócios do Ateneu se contavam súbditos britânicos, isto porque, no caso afirmativo, queria ser coerente com o seu procedimento noutra agremiação despedindo-se.

O sr. José António Ferreira, presidente da Direcção, declarou àquele senhor que lhe não podia dar naquele momento a certeza de se contarem súbditos britânicos no número avultadíssimo de sócios; acreditava porém, que se os houvesse, conhecidas como seriam as manifestações da assembleia, teriam eles demonstração bem evidente do que lhes cumpria fazer.

O sr. presidente disse que, não havendo mais nenhum senhor associado inscrito ia mandar ler novamente as propostas afim de se votarem pela ordem da apresentação. Trocaram explicações sobre o modo de votar os senhores José da Silva Pimenta, Pedro Pimenta e Eduardo Leão Costa; os dois primeiros eram de opinião que as propostas se votassem por aclamação, o último porém não era dessa opinião porque — disse — havia matéria em algumas com a qual não concordava, como era por exemplo, a do nº 5 da do sr. Aurélio Reis.

O sr. Reis declarou que, se a assembleia concordasse, retiraria da sua proposta o número aludido pelo sr. Leão Costa. A assembleia concordou.

Os senhores José da Silva Pimenta e Pedro Pimenta insistiram novamente na votação por aclamação; o segundo porém aditou, fazendo proposta, que depois de terminada a assembleia se reunissem os membros da mesa com os autores das diferentes propostas para acordarem na supressão de quaisquer números que fossem homogêneos modificar a redacção etc., para melhor se poder executar o sentimento que elas todas traduziam. Resolveu-se neste sentido. Votaram-se, pois, as propostas por aclamação, no meio de grande entusiasmo.

Eram 9 horas da noite quando foi levantada a sessão, erguendo-se vivas a Serpa Pinto, à Pátria e ao Ateneu.

Manuel Guimarães, servindo de secretário a subscreveu e assinou

António Teixeira dos Santos

Manuel Guimarães (Secretário)

António Cardoso da Silva (2º Secretário)

Siglas

AACP – Arquivo do Ateneu Comercial do Porto

Abreviaturas

cf. – conforme

ed. – edição

Imp. – Imprensa

Liv. – livreria

org. – organizado por

s.d. – sem data

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Arquivo do Ateneu Comercial do Porto (AACP), 1890 – *Actas da Assembleia Geral*.
- BRUNO, Sampaio, 1891 – *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Paris, Imp. Schiller.
- CHAGAS, João, 1890 – *A República Portuguesa*. "A República Portuguesa", nº 1, 1 de Setembro.
- CHAGAS, João; COELHO, ex-tenente, 1901 – *História da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Lisboa, Editora Empresa Democrática de Portugal.
- CRISTO, Homem, 1928 – *Monárquicos e Republicanos*, Porto, Liv. Progredior.
- ESTEVES, Álvaro Belmar, 1999 – *João Chagas, jornalista e republicano (1890-1900)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea).
- JUNQUEIRO, Guerra, 1896 – *Pátria*, s. l., s. e.
- PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena, org., 1995 – *Álbum de Memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*, Porto, Ateneu Comercial do Porto.
- PROENÇA, Maria Cândida, 1990 – *A Primeira Regeneração*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- QUENTAL, Antero de, 1890 - Expição. "A Província", número extraordinário, 26 de Janeiro.
- SERRÃO, Joel, 1978 – *Regeneração* in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Figueirinhas.
- SERRÃO, Joel, 1990 – *Da «Regeneração» à República*, Lisboa, Livros Horizonte.
- TELES, Basílio, 1968 – *Do ultimatum ao 31 de Janeiro*, 2ª ed., Lisboa, Portugália.

José A. Rio Fernandes

Cidade do Porto e Área Metropolitana do Porto: Realidades e Desafios ¹

1. O FIM DE CICLO / DE SÉCULO: FRAGMENTAÇÃO URBANA E A CIDADE (PÓS)MODERNA

Vivemos indubitavelmente um “período denso”, essencialmente marcado pela concentração num escasso intervalo de tempo de um vasto conjunto de transformações. Desde a década de 60 que “...praticamente todas as maiores (e menores) regiões metropolitanas têm vivido mudanças dramáticas, nalguns casos de tal forma intensas que o que existia há trinta anos é hoje quase irreconhecível”². Daí que, alguns autores admitam que “...os últimos anos têm visto formar-se um novo tipo de cidade...”³, embora outros, desvalorizando o carácter qualitativo da mudança, considerem que *plus ça change, plus c’est la même chose*.

Em geral, acentua-se a ambivalência e o carácter contraditório das alterações, já que “a relação entre o moderno e o pós-moderno é (...) uma relação contraditória. Não é de ruptura total como querem alguns, nem de linear continuidade como querem outros”⁴. Ou seja, nas transformações ocorridas ao longo dos últimos anos, onde alguns vêem somente a continuidade de um longo processo de modificações meramente de adaptação à alteração das condições de vária ordem (social e económica, designadamente), outros realçam os elementos de descontinuidade do processo evolutivo. Sendo certo que a evolução é feita de uma tensão contínua entre permanências e rupturas, inscrevem-nos entre os que pensam que o tempo que vivemos se caracteriza essencialmente pela existência de algumas alterações importantes que rompem com padrões pré-estabelecidos, pelo que, neste contexto, importará sobretudo compreender as mutações e considerar os rearranjos territoriais que ocorrem e que poderão vir a marcar significativamente a cidade durante décadas.

Neste período de mudança, o tecido urbano consolidado é marcado essencialmente por um processo de duplo empobrecimento, de abandono, associado ao significativo despovoamento por pessoas e actividades (nalgumas artérias são já em maior número os espaços devolutos que os ocupados) e de decadência formal dos edifícios⁵.

¹ O presente artigo constitui, com pequenas alterações, parte do texto “Cidade do Porto, Área Metropolitana do Porto e Noroeste de Portugal: percursos, projectos e desafios” que aguarda publicação em livro e que foi realizado na sequência de conferência proferida no curso “Cidade e Urbanismo na Península Ibérica”, organizado pela Universidade de Lisboa.

² SOJA, 2000: xii. Para facilidade de leitura, as citações serão sempre transcritas para a língua portuguesa.

³ SALGUEIRO, 1999a: 23.

⁴ SANTOS, 1994: 92.

⁵ Esta decadência formal inicia-se em muitos casos a partir de telhados incompletos ou janelas abertas, que promovem (inadvertida ou intencionalmente) processos de ruína.

A dificuldade de criar estacionamento para residentes e activos, a inexistência de elevadores e outros elementos de conforto, contribuem por certo para o progressivo abandono do edificado, enquanto que as características do cadastro contribuem para a dificuldade de acesso das grandes empresas ou mesmo para a emergência de novos conceitos, confrontados com uma pulverização da propriedade e com modalidades e valores de aluguer, arrendamento comercial e trespasse que inibem o normal funcionamento do mercado. Neste domínio, recorde-se apenas – até pela importância dos seus efeitos – os escassos valores do aluguer para habitação de fracções de imóveis fortemente necessitados de avultados investimentos de conservação e a desigualdade de condições entre a rua e o centro comercial, relativamente ao valor do investimento inicial⁶. Neste contexto também, não só o restauro não é competitivo face à cidade expandida, à política de rendas, às protecções patrimoniais e à burocracia instalada, como é particularmente desvantajoso o investimento particular e cara, discriminatória e sempre incompleta a intervenção do Estado, apesar da maior sensibilidade política para os problemas da cidade histórica e de alguns avanços recentes da legislação.

Aos aspectos desfavoráveis da cidade histórica, acresce a consideração pela atractividade da periferia, na compreensão de um acentuado processo de suburbanização. Neste caso, parece fazer menos sentido a intervenção do Estado, sobretudo da forma como é feita, pois que embora pareça ser socialmente correcta é nalguns urbanisticamente desastrada, por exemplo, ao reproduzir modelos de bairro social sem as necessárias infraestruturas (como saneamento básico e uma estrutura viária adequada) e ao concentrar pessoas carenciadas (mais de 400 fogos num dos casos e mais de 200 em diversos outros), desqualificando, mais ainda, alguns dos territórios mais desvalorizados pelo mercado na periferia da Área Metropolitana do Porto (Triana, São Pedro da Cova, Vale de Campanhã, Perafita, ...)⁷.

Inicialmente, como historicamente aconteceu em épocas variadas, a cidade histórica apresentou um balanço particularmente desfavorável face à periferia, em relação às taxas de crescimento populacional, a que se somava uma desigualdade nas características etárias dos residentes. Seguiu-se a expansão do emprego, em associação à desindustrialização e à criação de núcleos industriais planeados ou espontâneos no espaço envolvente. Mais recentemente, este reforço crescente da periferia, alargou-se a outros domínios, com o considerável contributo dos centros comerciais. Concebidos como espaços de consumo e de lazer, tornaram-se também novos lugares de sociabilização e referências incontornáveis da metrópole que, com outros, fazem com que em geral, “...os novos espaços do consumo [estejam] a reduzir a cidade e a espacialização de uma boa parte das práticas quotidianas a um conjunto de enclaves cénicos onde se desenrolam as experiências de consumo”⁸. Cumulativamente, outros elementos centrais da área metropolitana e da região criaram-se na periferia e/ou aumentaram significativamente a sua importância, como é especialmente o caso do aeroporto e dos parques empresariais, de congressos e de exposição (em Matosinhos, Maia e Santa Maria da Feira).

⁶ O trespasse, mesmo que hoje menos especulado, pode significar nos estabelecimentos das principais ruas comerciais quantias superiores a 1 milhão de escudos/m².

⁷ Nem sempre com a correspondente demolição de barracas e casas abarracadas, como o regulamento do PER (Programa Especial de Realojamento) exigiria, como acontece com grande parte das cerca de 2000 famílias recentemente realojadas em Gondomar, onde a sua transferência promove a libertação de espaços alugados, com a consequente atracção de novos residentes com reduzido poder de compra.

⁸ CACHINHO, 1999: 576.

Também na perspectiva política importa considerar o aumento da importância da cidade periférica, seja pelo aumento do número de votos e dotação orçamental, seja pelo correspondente acréscimo da notoriedade dos autarcas, assim se constituindo um puzzle de equilíbrios perpetuamente instáveis e de articulações partidariamente transversais, perante interesses individuais ou colectivos, onde nem sempre a cidade histórica sai beneficiada, seja o Porto relativamente à envolvência, seja no interior de cada município, quando se trata de fazer opções entre o tecido consolidado, em Gaia e Matosinhos por exemplo, e as novas áreas de expansão⁹.

Neste contexto, perdem, ou adquirem um novo significado, os históricos papéis dos municípios envolventes ao Porto, muito embora a sua identidade se prolongue. De contraponto ao Porto, Vila Nova de Gaia, é hoje bem mais que um território associado ao vinho do Douro, pela importância do caminho-de-ferro, ou pelo efeitos das pontes na estruturação urbanística. Assim como Matosinhos há décadas que deixou de ser um bairro fabril, ou de ter uma relação essencial ao porto comercial e de pesca, ou a Maia deixou de ser parte do aro rural, antes se marcando por uma nova urbanidade bem afirmada formal e funcionalmente na sede de concelho. Para nascente, são menos evidentes as marcas de alteração da dependência relativamente ao Porto, hoje ampliada para outros concelhos no exterior da AMP: diferentemente do que ocorre com os demais municípios, cerca de metade da população activa de Gondomar e Valongo trabalha fora do concelho de residência e são relativamente poucos (e de profissões mais qualificadas) os que de fora vêm trabalhar nestes concelhos. Formal e funcionalmente assiste-se a um encontro do rural com o urbano, normalmente menos bem conseguido, com aspectos de clara suburbanidade no caotismo aparente e na menor qualidade dos prédios e dos espaços públicos. Todavia, está-se longe da constituição de dormitórios do Porto, mesmo porque as cidades sede dos concelhos, assim como as de Ermesinde e Rio Tinto (desejosas de emancipação), têm sabido expandir e qualificar o tecido económico e aumentar a oferta de equipamentos públicos.

De uma forma geral a nova cidade que parece emergir, expandida e feita de enclaves, é a metrópole dos condomínios fechados e dos tecnopólos, aeroportos, parques de exposições, centros comerciais e “outlet centers”, que se prolonga em parques temáticos e outras formas de recriação de ambientes agradáveis, que reinventam a cidade e ajudam à decadência da cidade herdada.

A cidade que construímos é, claramente, uma cidade significativamente distinta da que herdamos. Marcada pela presença de grandes implantações sem relação funcional com a envolvência (como os centros comerciais, os condomínios fechados, ou alguns prédios de escritórios), pela quebra do zonamento (com a prevalência de edifícios de uso misto) e pela emergência de novas formas de segregação e exclusão, esta cidade é diversa de caso para caso, mas, invariavelmente, marcada pela emergência de “...enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura sócio-espacial que os cerca”¹⁰. Assiste-se a modelos aparentemente novos de relacionamento com o território que parecem negar as relações com a cidade, como as conhecemos e vivemos há séculos. O estabelecimento de uma relação directa entre a residência, o estacionamento e o prédio (onde se trabalha, faz compras, almoça ou janta e nos articulamos com outros modos de transporte), retiram vida à cidade,

⁹ FERNANDES, 1996.

¹⁰ SALGUEIRO, 1999b: 247.

conduzem ao abandono das praças e das ruas e ajudam a construir uma imagem de desolação e de medo que, por sua vez, acrescenta atracção às novas e velhas formas de segregação.

Paralelamente, assiste-se a uma polarização social, onde “o aumento das velocidades de deslocação tem tendência a dilatar as escalas da segregação”¹¹. Nesta nova cidade, perde importância a proximidade, na relação social como no emprego e na aquisição de bens e serviços. Mas, apesar da relação de vizinhança parecer perdida, de facto, as relações sociais não se perdem (ou mesmo sequer diminuem de riqueza e intensidade), antes se transformam e, “...mesmo nas periferias e nas zonas de bairros sociais, há novas relações sociais e lugares de encontro público... [que] ...permanecem invisíveis para os que procuram nos novos sítios as práticas e os sinais antigos”¹².

3. OS GRANDES DESAFIOS

Valorização das frentes de rio e mar

Como em tantos outros casos amplamente difundidos, as cidades da área metropolitana redescobrem a importância do rio. O Porto primeiro, com a valorização que o turista fazia à Ribeira e através do movimento de reacção à demolição projectada por Robert Auzelle (1962), descobriu a importância do seu tecido antigo e empreendeu um processo de

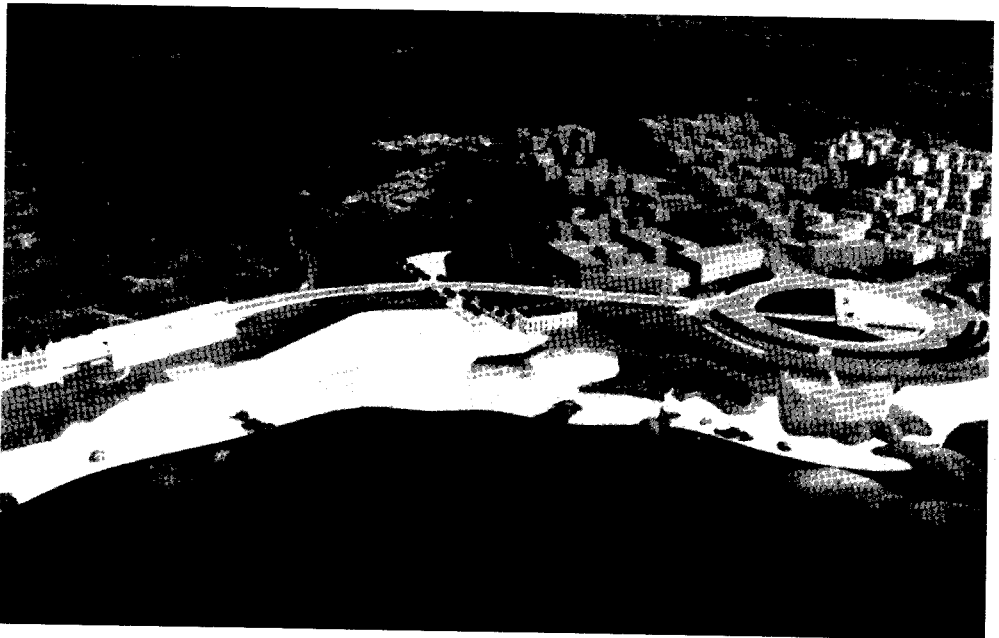


FIG. 1 – Imagem do viaduto projectado por Solà-Morales, assegurando a ligação maginal entre a Praça de Gonçalves Zarco (à direita na imagem) e Matosinhos, sobre o prolongamento até ao mar do Parque da Cidade.

Fonte: *Porto de Encontro*, n.º 33, Câmara Municipal do Porto

¹¹ ASCHER, 1998: 120.

¹² ASCHER, 1998: 31.

reabilitação, comandado a partir do CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira-Barredo), ao qual a iniciativa privada aderiu. Actualmente, o Porto estende esta dinâmica ao longo do rio, sobretudo para o lado ocidental e o mesmo ocorre em Vila Nova de Gaia e Matosinhos, em associação à infra-estruturação da faixa litoral e ribeirinha de Gaia ou, diferentemente, à promoção imobiliário-urbanística de Matosinhos Sul.

A criação do Programa Polis e a aceitação dos projectos apresentados por Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Vila do Conde, primeiro, Valongo e Gondomar depois, permitem ampliar o âmbito e acelerar os tempos de execução de projectos previamente delineados, alguns dos quais se encontravam mesmo já em fase de execução. De entre todos, porventura o mais emblemático seja o do estabelecimento de uma polémica continuidade do único parque urbano metropolitano (Parque da Cidade do Porto), até ao mar, com a construção de um viaduto.

De Leça da Palmeira (a norte do Porto de Leixões) a Espinho, verifica-se uma particularmente grande concentração de investimentos, públicos e privados, na melhoria das condições urbanísticas e de acessibilidade, associada quer à qualificação do espaço público e à construção de equipamentos notáveis, quer à multiplicação de condomínios fechados e outras formas de valorização económica das construções, favorecedoras da associação de residentes dotados de elevada capacidade aquisitiva.

Para Norte, a refinaria da Petrogal inibe o desenvolvimento desta corda litoral de excelência, retomada em Vila do Conde e Póvoa de Varzim, onde se realizaram recentemente e se continuarão a realizar avultados investimentos de valorização territorial. Como no caso do Douro, também no Ave esta intervenção se interiorizará um pouco em relação à linha de costa, permitindo no caso uma maior facilidade de acesso ao Centro Histórico de Vila do Conde, recentemente objecto de algumas intervenções emblemáticas e de muitas outras que, conjuntamente, favorecem uma significativa melhoria de um espaço, cujo valor e qualidade são redescobertos pelos locais na correspondência com a sua procura a partir do exterior.

A jusante da Ponte D. Luís I beneficia-se a Ribeira e vários espaços marginais no caminho para a Foz e projecta-se uma ponte pedonal em aço, a construir imediatamente a jusante da de D. Luís I. Para montante, contudo, enquanto se aguarda o Polis, quer do lado de Porto e Gondomar como na margem esquerda, continuam a multiplicar-se as acções de desnaturalização da paisagem, com a proximidade do plano de água a aproveitar sobretudo os agentes de especulação fundiária, que multiplicam prédios e loteamentos, e os negociantes das areias do rio¹³.

Qualificação urbana e reforço de centralidade

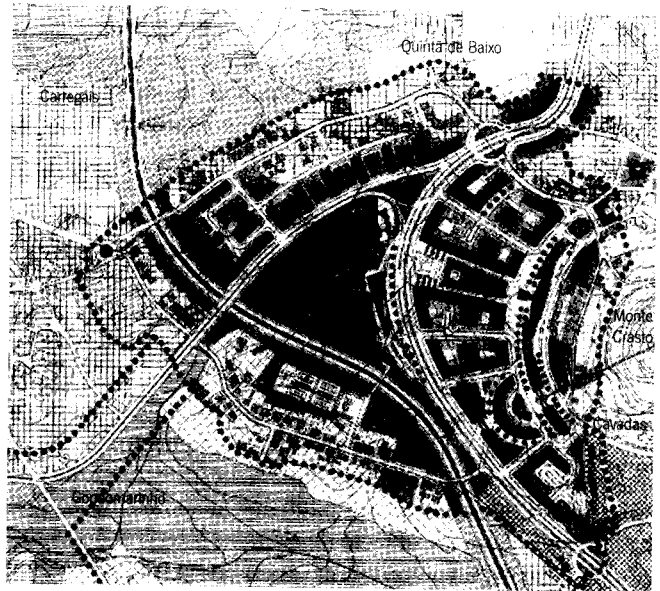
Para o interior da área metropolitana, em espaços que na sua inserção metropolitana são marcados sobretudo pelas deficiências na coerência urbanística e pela dependência do tecido económico, os projectos mais emblemáticos estão associados à criação de parques industriais e à constituição de novas centralidades.

De facto, Valongo e Gondomar procuram associar a uma acessibilidade acrescida, elementos que favoreçam a fixação de emprego. Os grandes projectos passam pela criação de novos centros municipais, em articulação com interesses privados de valorização/urbanização de grandes áreas livres, na proximidade de vias de relação metropolitana e intraurbana,

¹³ FERNANDES, 1999.

existentes ou previstas. A inadequação do tecido antigo aos desafios da modernidade é o ponto de partida para o desenho de projectos ambiciosos, para a concentração de dimensões formais, funcionais e simbólicas reforçadoras da imagem do conjunto, da auto-estima municipal e da projecção externa da cidade. Trata-se afinal, com as necessárias particularidades de projecto, de reproduzir de alguma forma o modelo da Maia que, no aproveitamento das condições de acessibilidade melhorada, soube afirmar e consolidar uma cidade moderna.

FIG. 2 – O “Novo Centro” para Gondomar.



Fonte: Gondomar em Revista, nº 4, 2000.

Também a Póvoa de Varzim e Espinho, após o fim de um período dourado de desenvolvimento turístico associado à praia e aos equipamentos de jogo e lazer, redefinem hoje as suas centralidades, encontrando no ferroviário e no industrial elementos polarizadoras da construção de uma nova imagem e da redefinição de uma posição historicamente marcada por múltiplas interdependências e um elevado grau de autonomia face ao Porto.

No caso da Póvoa, a estratégia de reestruturação do centro está directamente associada à valorização da circulação a pé e de bicicleta e à alteração dos usos e da qualidade dos espaços públicos, designadamente enquanto espaços de estada, e na criação de uma nova dimensão de lazer e de actividade económica, mais atractiva e especializada. Para o interior, na proximidade do IC1 que retira à cidade boa parte do tráfego de atravessamento, instalam-se os novos grandes equipamentos públicos e privados, enquanto que se aguarda pela transformação da rede ferroviária para uso pelo metro ligeiro e se espera que a melhorada ligação rodoviária transversal à linha de costa possa ampliar a articulação com o Vale do Ave e todo o Minho. A uma outra escala, a Póvoa piscatória, industrial e balnear, transforma-se e qualifica-se, assumindo uma complementaridade com Vila do Conde, cidade territorialmente contígua, que permite projectar-se no território nacional e na Galiza, como um espaço agradável à visita e a uma permanência turística, detentora de uma importante oferta comercial, concentrada na Rua da Junqueira, e de um interessante centro monumental na imediata proximidade.

No outro extremo da área metropolitana, igualmente o Espinho piscatório e industrial se tem transformado significativamente. Também em parte com a ajuda de verbas prove-

nientes do jogo, tem sido possível à administração local a alteração da imagem e dos conteúdos da cidade, evitando-se a descaracterização. A adequação da fábrica Brandão Gomes a usos culturais e a criação de uma alameda central no lugar das linhas férreas (que passarão para o subsolo), constituirão os dois elementos fundamentais de uma estratégia de progressiva qualificação da cidade, que tem sabido jogar com a sua condição de pertença dual, face à AMP e ao Distrito de Aveiro.

Os novos encontros da cultura com a cidade

A cultura constitui hoje um elemento essencial de reforço e qualificação da urbanidade, na medida em que a dramática quebra de emprego industrial e a proeminência dos serviços exigiram uma nova e mais abstracta representação do crescimento¹⁴. Esse facto é evidente mesmo relativamente a cidades de menor expressão, mesmo àquelas onde não existe uma tradição cultural instalada. É este o caso do Porto, cidade de poucos nobres e desde há muito “pouco dada a devaneios”, onde o lazer e certas forma de cultura eram – e são ainda, por alguns – vistos como um luxo de poucos e, em quase todos os casos, uma prática elitista e presunçosa.

Os últimos anos, antes ainda do sucesso da candidatura da cidade do Porto a Capital Europeia da Cultura, trouxeram uma significativa alteração deste quadro. Do lado da oferta como da procura, criaram-se novas dinâmicas que favoreceram o florescimento de um panorama diversificado e de qualidade, com aumento da competitividade e da exigência dos públicos. Entre os elementos a ressaltar, refira-se a recuperação recente de salas de espectáculo, como o Coliseu, o Rivoli e o S. João, no Porto, num contexto geral de dramático aumento da sensibilidade da opinião pública para a defesa de espaços culturais, como se viu aquando da eventual adulteração do uso do Coliseu, ou quando se reclama a persistência do Cinema Batalha.

Este movimento não se restringe ao Porto, antes alastra a espaços antes insuspeitos de defesa de valores culturais, senão os de base mais popular, como Gondomar, onde foi possível, às custas do município, a recuperação da sala de espectáculos da Escola Dramática Valboense. Por toda a AMP e a região, multiplicaram-se os fóruns, auditórios, salas de exposições, bibliotecas e museus, com o envolvimento de dinheiros públicos quase sempre correspondido no aumento da procura e no fomento de dinâmicas privadas e de criatividade artística, que permitiram multiplicar os eventos. De entre todos, porventura um dos mais interessantes efeitos deste “renascimento cultural” possa ser a constituição na Rua de Miguel Bombarda (ao Palácio de Cristal), de uma notável concentração de galerias de arte que promovem acções de animação de rua e eventos culturais em associação à inauguração de exposições.

A constituição da Sociedade Porto 2001 e o envolvimento do Ministério da Cultura permitiram ampliar consideravelmente este movimento de activação cultural da cidade. Neste âmbito, importa realçar a criação do Centro Nacional de Fotografia, no Edifício da Relação; a ampliação e beneficiação do Museu Nacional de Soares dos Reis; a criação de uma nova Biblioteca Municipal (nos terrenos do Palácio de Cristal) e a construção de uma Casa da Música, num projecto “extraterrestremente” arrojado de Rem Koolhaas, ao qual se pretende associar uma dinâmica e uma imagem que possa vir a criar efeitos do tipo Guggenheim de Bilbao.

¹⁴ ZUKIN, 1999: 111.

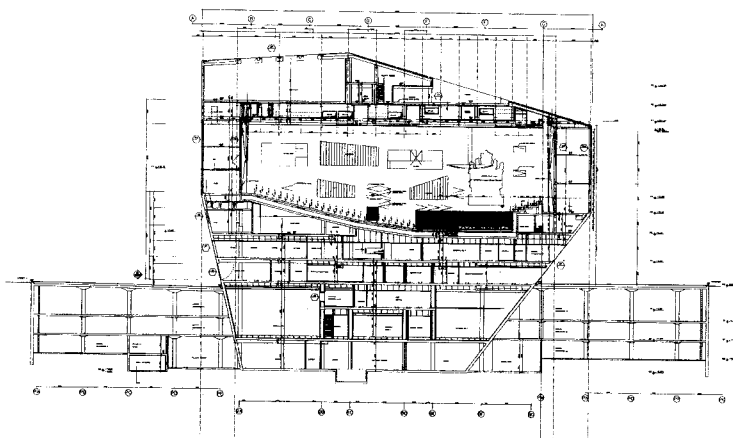


FIG. 3 – Corte da Casa da Música, vendo-se os pavimentos de estacionamento no subsolo, a forma fora do comum do imóvel e alguns dos seus espaços interiores.

Fonte: Sociedade PORTO 2001.

Em geral, o desafio parece ser o do desenvolvimento de uma economia mais associada aos símbolos e menos fixada na produção de bens, em que a cultura desempenhará um papel fulcral, seja na íntima associação com o turismo, seja nas “...vantagens qualitativas que transportam para a economia de serviços como um todo”¹⁵.

Mobilidades e acessibilidades

A necessidade de reforçar o papel do transporte colectivo, terá que ser equacionada a partir dos interesses de toda a área metropolitana e não necessariamente da cidade-centro. Importa a este propósito não esquecer o contínuo aumento da importância do automóvel, em associação à sua maior adequação à suburbanização, às baixas densidades de muitas das novas áreas habitacionais e industriais, à crescente variedade das deslocações, aos percursos cada vez mais multidireccionais e menos radioconcêntricos, à “descentralização concentrada” do comércio e às exigências de conforto e segurança¹⁶. Tendo em vista as suas inequívocas vantagens para o utilizador e a sua maior adaptabilidade às condições de mobilidade das metrópoles, “...lutar contra o princípio dos transportes individuais, práticos, imediatamente disponíveis, confortáveis e rápidos, é um contra-senso, e associa-se a batalhas perdidas à partida, ou a medidas repressivas...”¹⁷. Portanto, a defesa do transporte colectivo não deve prejudicar a equidade, em especial os interesses dos que residem em espaços de menor densidade da periferia, menos bem servidos de transporte público e com múltiplos motivos de deslocação diária, os quais, sem a facilidade do uso do automóvel, ver-se-ão seriamente limitados na sua mobilidade, ou seja, no seu direito de acesso à cidade.

¹⁵ ZUKIN, 1999: 115.

¹⁶ ASCHER, 1998.

¹⁷ ASCHER, 1998: 94.

Face às características da maioria dos espaços de circulação, só a conclusão da Via de Cintura Interna e a intensa racionalização do uso das vias de relação intraurbana, permitiram que até hoje fosse possível – ainda que com evidentes dificuldades – manter em níveis minimamente aceitáveis a circulação na cidade do Porto e na AMP. Todavia, o aumento da motorização privada – a par da falência do transporte colectivo – tornou penosa a circulação automóvel a certas horas do dia, dificultando o acesso e acelerando um processo de “migração da cidade” para a periferia que poderá fazer-se selectivamente numa fase inicial, mas que, a prazo, poderá conduzir a uma acentuada decadência da cidade histórica, de muito difícil reversão.

O desafio da mobilidade é pois de uma esfera claramente supramunicipal, justificando um vasto conjunto de projectos e iniciativas. Neste quadro, para a manutenção do Porto como cidade atractiva e social e economicamente viável, é indispensável a criação de novos modos de transporte e o reforço da articulação destes com os preexistentes, mesmo porque não é previsível a inversão do processo de divisão técnica do trabalho que é um dos elementos fundamentais na origem da metropolização e do acréscimo das mobilidades.

A importância dos transportes e a sua esfera supramunicipal fica particularmente bem clara, relativamente ao projecto do metro ligeiro e na sua identificação como elemento estruturador do maior significado na modificação do valor e uso dos terrenos (e dos territórios), o que melhor explica que o projecto da sua instalação seja uma permanente fonte de conflitos e de alterações de percurso.

À escala local e em relação às pequenas deslocações, assiste-se a um reforço da importância do peão em todos, ou quase todos, os centros das cidades e de forma especial em

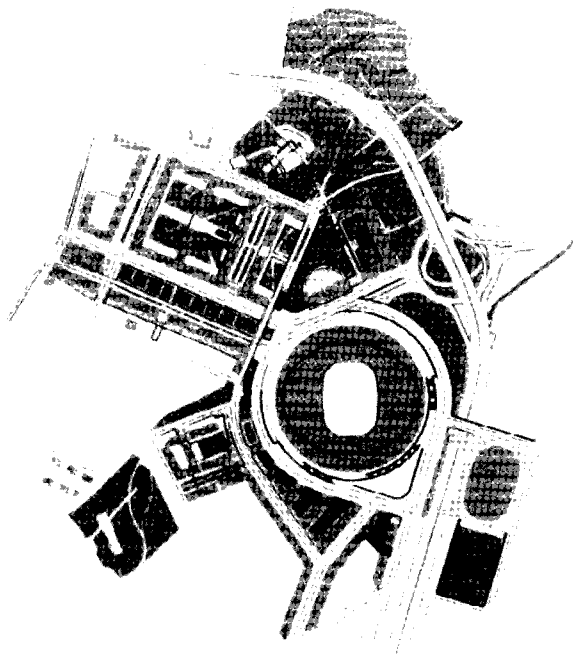


FIG. 4 – Projecto da “Cidade das Antas”

Fonte: CMP

Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Porto, Maia e Vila Nova de Gaia, inscrito num movimento europeu cada vez mais alargado, em busca de uma inatingível sustentabilidade. Nalguns casos, surge associadamente a uma preocupação com a criação de condições para a utilização da bicicleta, nem sempre vista apenas na sua dimensão lúdica. No âmbito local e no quadro deste alargamento dos modos de transporte, registre-se também, para a cidade do Porto, o projecto de reintrodução do eléctrico na Baixa, de acordo com uma linha circular, e a constituição de linhas de ligação radial com a envolvente, assim como o restabelecimento da ligação entre a margem do rio e a cota alta, através de funicular.

Um projecto mobilizador para a cidade interior

A “Cidade das Antas” constitui uma das raras oportunidades do lado oriental da cidade do Porto. A construção de um novo estádio para sede de alguns dos jogos do Europeu de Futebol de 2004, é o motivo de uma larga operação de transformação das acessibilidades e do tecido urbano da área envolvente do encontro da Via de Cintura Interna com a Avenida Fernão de Magalhães. A ampliação do nó e o estabelecimento de novos eixos viários, a construção de um grande centro comercial e diversos espaços de lazer, residência e serviços, constituirão um forte elemento de acréscimo de urbanidade, na constituição de uma importante polaridade, pretensamente equilibradora face à Boavista.

Com a recuperação do Palácio do Freixo e a criação de uma nova dinâmica na frente ribeirinha oriental do Porto, com a criação do há muito previsto Parque dos Vales do Torto e Tinto, com a abertura da Alameda 25 de Abril, entre as praças de Flores e Corujeira, e com a constituição do sucedâneo de um falado Parque das Nações no vale do Tinto, talvez se criem, em associação à “Cidade das Antas”, as condições para alguma compensação equilibrante de uma “ocidentalização da metrópole” que vem ocorrendo de há muito e se acentuou na última década.

Neste processo, também Vila Nova de Gaia poderá participar, na medida em que o projecto do FC do Porto beneficia uma lógica a ambas as margens, levando à criação na margem esquerda, não longe da Ponte de Freixo/Areíno, de instalações para treino e estádio complementares das que revolucionam a imagem do estádio principal e permitem libertar terrenos do clube para a transformação urbanística e a criação de vantagens imobiliárias.

Reabilitar, revitalizar e revalorizar a Baixa

“Não existe uma fórmula simples para o sucesso. Para cada problema existe uma solução fácil e é errada. Lugares complexos com problemas complexos necessitam de muitos esforços...”¹⁸. No caso das áreas centrais – e particularmente da Baixa do Porto –, tal parece particularmente correcto, tendo em atenção uma ideia fulcral e simples, pouco ou mesmo nunca expressa e, por isso mesmo, fonte de todo o tipo de equívocos: a de que, qualquer intervenção neste espaço, deverá ter na base o objectivo de adequar a área central da cidade aos novos tempos e não a de reconquistar uma cidade perdida.

Porque, o centro metropolitano hegemónico que todos os que desejássemos podíamos visitar de automóvel, está para sempre perdido e seria um tremendo equívoco pensar como

¹⁸ GRATZ, 1998: 339.

possível a sua reconstrução, por muito que os mais nostálgicos (normalmente pouco jovens), ou mais interessados (como alguns agentes económicos) desejassem. É igualmente discutível a tentativa de copiar modelos de sucesso, próprios de outros contextos, na busca de um “centro comercial ao ar livre” que, inevitavelmente, diminuiria a identidade da área central e dificilmente conseguiria reproduzir, com vantagem, as dimensões mais favoráveis do centro comercial: “a maior necessidade da Baixa é carácter. Se nada distinguir a Baixa, do eixo comercial, do centro comercial, do armazém mais próximo, ou da loja de cadeia, porque há-de alguém maçar-se a ir à Baixa?”¹⁹.

As áreas centrais “...que foram reconstruídas mas não renascidas, foram-no de acordo com planos dispendiosos de banqueiros, planeadores, políticos e promotores imobiliários [e] o resultado é uma colecção de lugares caros de grande actividade – atracções turísticas – ligadas umas às outras e aos subúrbios por uma densa rede de auto-estradas. O tecido urbano complexo e multidimensional não pode ser substituído por uma colecção de atracções que não fazem cidade”²⁰. Mesmo porque, seja na dimensão comercial, como em relação aos espaços públicos, aos imóveis e a praticamente todos os outros aspectos, a homogeneização de formas, conteúdos e vivências, deverá ser sempre evitada, tanto quanto possível. Por que se não esquece que o “glocal” diversifica no local e empobrece a escala menor e, nesta medida, a omnipresença do granito no pavimento das ruas e praças mais marcantes das cidades do Norte de Portugal ou do *franchising* nas principais ruas e centros comerciais, por exemplo, favorecem a imagem urbana da cada uma das cidades *de per si*, ao mesmo tempo que, na sua comparação, as empobrece, porque lhes retira individualidade. Mantemos presente a ideia que “o inferno é um lugar de inescapável igualdade e de interminável aborrecimento”²¹, sem contudo defendermos uma atitude de conservacionismo de tipo museológico, ou atitudes de “cabeça na areia” que tornariam praticamente irreversível a drástica desvalorização da Baixa.

No caso da Baixa do Porto, já há largos anos que era possível identificar os sinais de uma decadência anunciada que tenderia a levar para a área central alguns dos graves problemas que obrigam hoje a uma dispendiosa intervenção pública em bairros históricos²². Embora agora mais difícil, esta intervenção sobre a Baixa do Porto continua a ser indiscutivelmente necessária, reclamando planeamento e intervenção que, para lá do físico que privilegia as acções em espaço públicos, actue sobre o edificado, no tecido social e no domínio económico, numa “... postura activa de priorização dos investimentos que contribuam para a expansão económica dos centros das cidades”²³, que não esqueça que a Baixa é apenas a sinergia das suas partes.

Relativamente a esta intervenção, importa ainda considerar especialmente a sua urgência e a necessidade de ser continuada e de saber aproveitar oportunidades. De facto, sabe-se que, em regra, quanto mais tardia, mais difícil e dispendiosa se torna qualquer intervenção, seja pela acentuada degradação do edificado e do espaço público, seja pela imagem projectada e de difícil reversão, como uma área suja, perigosa e decadente. Em segundo lugar, qualquer intervenção, particularmente quando tem lugar num espaço tão complexo e

¹⁹ GRATZ, 1998: 262.

²⁰ GRATZ, 1998: 2.

²¹ GRUEN, 1964.

²² FERNANDES, 1992.

²³ PORTER, 1995.

FIG. 5 – Plano Geral de Intervenção da Sociedade PORTO 2001 para a Baixa.



Fonte: Sociedade PORTO 2001.

dinâmico, necessita de se prolongar no tempo, fazendo apelo a uma conjugação de vontades e a um espírito de parceria, condicionado pela percepção dos cidadãos e da administração da prioridade do espaço no projecto de cidade. Por último, num tempo de competitividade e de variabilidade das condições de apoio financeiro a acções públicas e privadas, em que a dimensão local depende acentuadamente das oportunidades criadas pelo Estado e pela União Europeia, não basta ter ideias, importa transformá-las em projectos e saber aproveitar (ou criar) as oportunidades. É neste contexto que se desenvolve a intervenção que ocorre na Baixa do Porto, aproveitando a oportunidade criada pela aprovação da candidatura a Capital Europeia da Cultura ²⁴.

Os projectos que dizem respeito ao espaço público e ao seu subsolo transformam a imagem da área central, com artérias significativamente beneficiadas, infra-estruturas renovadas, túneis e novos espaços de estacionamento. O investimento para modernização de estabelecimentos de comércio e restauração, assim como para obras de conservação dos imóveis, associadas à recuperação da ocupação habitacional da Baixa, conhece todavia diversas vicissitudes que o tempo melhor explicará. Mas, independentemente da capacidade de articulação entre interesses públicos e privados, no final de um processo conturbado, por certo que a revalorização decorrente das obras de beneficiação, dará lugar a intensos movimentos de transferência de propriedade (ou de arrendamento), com efeitos presumivelmente positivos na competitividade do tecido económico e na recuperação e ocupação residencial dos edifícios.

²⁴ Muito embora se possa considerar que as propostas e, sobretudo, a concretização, não apresentem a desejada coesão e que, em muitas circunstâncias, a forte intervenção sobre a Baixa possa ser vista essencialmente como o resultado da soma de vontades, colagem de projectos e da sobreposição ou sequência temporal de períodos de execução. Mas, mesmo que as desajustadas expectativas façam parecer mais pequenos os resultados, o atraso de muitas das intervenções face à celebração da Capital Europeia diminuem o aplauso, algumas faltas de coordenação prejudiquem a amplitude e eficiência da intervenção, assim como os desajustes ideológicos e político-partidários ou os inconvenientes de curto prazo, possam provocar grande ruído mediático, por certo que a Baixa, em 2002 e nos anos seguintes, longe de perfeita, está por certo bem mais apta a enfrentar os desafios do futuro, do que aquela que conhecíamos antes e que agonizava, num suplício lento, à espera da morte.

4. OPORTUNIDADES E INTERVENÇÕES

O contexto regional está actualmente muito condicionado pela rejeição por referendo da regionalização de Portugal Continental, de que os principais protagonistas do Porto e da sua área metropolitana foram visíveis e determinados apoiantes, e pelo posterior enfraquecimento de alguns dos principais actores regionais e seus porta-vozes informais, oriundos especialmente das esferas política, económica e desportiva.

Num contexto de aparente fim de ciclo, o Porto e as “outras cidades” da AMP e do Norte, aproveitando o Polis, o Euro 2004 e outros programas de menor importância ou impacto, procuram encontrar os grandes objectivos e as oportunidades para os consubstanciar, assim como formas de articulação inter ou supramunicipal. Mas é ainda essencialmente a partir da autarquia que se procura assegurar a obtenção de fundos extraordinários que, em associação com uma boa gestão da imagem pública, permita responder melhor a um dia-a-dia muito incerto e mais exigente, face às acrescidas expectativas das cidadãos. Como todas as grandes intervenções estão fortemente dependentes de verbas nacionais ou comunitárias que carecem de aprovação ministerial e/ou governamental, numa competição pelos favores do governo, os municípios desdobram-se na concepção de projectos e na reclamação de apoios, jogando todos os trunfos (políticos e técnicos²⁵) na sua aprovação, conscientes que o investimento realizado exclusivamente com verbas orçamentais provenientes das receitas habituais, dificilmente conseguirá convencer os eleitores para a bondade do mandato autárquico.

Por parte do governo, “pede-se aos actores locais, autarquias e outras instituições locais, que se multipliquem nas concepções e gestão de diversificados projectos. A nível local quer-se integração, articulação, flexibilidade, parcerias, execução de acções, etc. A nível central gere-se programas e políticas com posturas sectoriais, não articuladas e não concertadas. A grande aposta é ainda a boa execução financeira dos programas...”²⁶. Neste cenário de forte descoordenação de diferentes ministérios em cada território, da forte dependência política da Autarquia relativamente ao Governo do País, permanecem por concretizar medidas descentralizadoras e para além de não existir a região administrativa, verifica-se a continuidade do distrito numa dimensão quase apenas honorífica, ou quando muito de orientação a dotações em equipamento e pessoal, estabelecidas a partir da capital.

Como noutras regiões, doutros países europeus, esta sentida necessidade de regionalização – que a maioria da população, por razões que não vêm ao caso, não transmitiu aquando da campanha para o respectivo referendo – continua a dar ao Porto e à AMP um sentido de acrescida responsabilidade, na perpetuação de um contraponto face a Lisboa que é também (ou pretende ser) uma oposição de tudo o resto face à capital. Esta, não se reduz apenas a dimensões pouco consequentes no desenvolvimento (como os triunfos do FC Porto, ou clubes da “província”), antes expressa um sentimento de revolta e de afastamento do poder que, para uns, faz de Lisboa um objectivo e referência que elimina a possibilidade de eclosão de conflitos de base regional²⁷, para outros, muito para além de uma sadia competitividade de base territorial, aumenta escusadamente os conflitos de base local e regional (estes menos expressos por falta de instituições e pessoas que a possa representar) e, afinal, prejudica o país no seu conjunto.

²⁵ Muitos, face à obra polémica e de grande envergadura, associam ao projecto o prestígio do seu currículo e/ou uma proximidade aos decisores por vezes maior que a dos autarcas.

²⁶ MARQUES, 1999.

²⁷ GASPAS, 1993: 15.

As capacidades da AMP são limitadas, pelo que não pode corporizar a evidente necessidade de coordenação de acções de âmbito supramunicipal²⁸. Como entidade administrativa de eleição indirecta e com uma identidade e legitimação bem mais próximas de uma associação de municípios que de um órgão de poder, constitui um importante espaço de encontro e de debate na busca de soluções para problemas estruturantes, supra ou multimunicipais, mas não tem qualquer capacidade, orçamental designadamente, para fazer face a intervenções supramunicipais com um mínimo de expressão. Em consequência, e face a um jogo político que depende do voto dos eleitores em cada município e dos favores do Estado Central para os grandes investimentos, é perfeitamente compreensível que na junta e assembleia metropolitanas se expressem sobretudo as tensões existentes entre municípios e raramente se discuta ou actue em torno de objectivos (por consensualizar) e de um (inexistente) projecto metropolitano.

Acreditamos ser verdadeiramente indispensável na associação à concepção e implementação de políticas de desenvolvimento, a existência de uma instância de aglomeração, democraticamente eleita. A não ser assim, não pode verdadeiramente falar-se de um desenvolvimento metropolitano, quando muito, pode identificar-se o sentido da expressão territorial, de âmbito metropolitano, de diversas acções desconcertadas de actores públicos e privados. A este propósito, pode servir de bom exemplo o que se passa relativamente ao programa Polis, onde a escolha dos territórios que vão beneficiar de apoio financeiro para importantes intervenções, pode apenas explicar-se face à ausência de qualquer estratégia e órgão de poder de âmbito supramunicipal, uma vez que previsivelmente terão o efeito perverso de acentuar as desigualdades entre litoral marítimo e fluvial, face ao interior metropolitano e criar, com dinheiros públicos, significativas mais-valias nos espaços onde o solo atinge já quantitativos fortemente especulados, reforçando a consolidação de “ilhas de qualidade” e, por contraste, a fealdade das periferias desqualificadas, assim colaborando activamente na diminuição da coesão e equidade metropolitana.

Face ao exterior, a AMP mantém o seu papel histórico relativamente à envolvente regional, assegurando a função de mercado e potenciação da internacionalização da economia, relativamente aos produtos durienses e transmontanos (com destaque para o vinho fino) e aos que a pequena indústria do Baixo Minho e do interior próximo lhe fazem chegar, sediando o essencial dos serviços que fazem o apoio à concepção, gestão, promoção e distribuição dos bens que o *hinterland* produz. Todavia, este papel parece ser crescentemente disputado, quer pelo reforço de algumas cidades, cuja capacidade própria (mesmo para novos serviços, como os de informática em Braga) evita a dependência face ao Porto, quer pela melhoria da mobilidade e pela crescente concentração da decisão política e económica em Lisboa, como a ampliação da sua influência a levar à substituição do Porto para um número acrescido de necessidades.

Por outro lado, a AMP revela evidentes dificuldades numa competição onde a dimensão global tem uma crescente importância estratégica. Por certo que existem pequenos es-

²⁸ O que é tão mais evidente, quando “perante a elevada densidade demográfica e a reduzida dimensão física de alguns municípios – em que o caso extremo é o Porto – a estratégia de desenvolvimento urbano dev[a necessariamente] ser cada vez mais integradora e melhor coordenada entre os nove municípios [devendo], para certos fins, estender-se para lá dos limites da área metropolitana” (GASPAR, 1993: 63).

paços de excelência e empresas fortemente competitivas, todavia, a ideia mais comum é a de que se desperdiçam energias e riqueza, quando os esforços individuais ou colectivos se constroem a partir de lógicas centralizadas, ou de perspectivas quase bairristas, confinadas ao município, quando não mesmo à freguesia e ao lugar.

Parece fazer especial falta a existência de um plano estratégico consensualizado para a AMP e os agentes que o levem a efeito. Falta um projecto discutido, apreendido e posto em prática, com a flexibilidade que os tempos exigem e a adesão de um amplo grupo de parceiros, mas também com a legitimidade política que só as eleições directas podem conferir a quem o pretenda concretizar. Sem estas condições, apesar de todos os projectos antes apresentados e que por certo embelezarão o espaço e conferirão vantagem competitiva a esta ou aquela parcela do território, o mais certo é que continue a faltar, por muito tempo ainda, acções minimamente concertadas de apoio à cidade histórica e acompanhamento e valorização da cidade periférica; de construção de uma política metropolitana de mobilidade e transportes que favoreça a articulação multimodal; de coordenação entre as múltiplas acções em curso, em projecto ou a realizar, para a defesa dos valores ambientais e de apoio infraestrutural à urbanização; ou uma política global de residência, orientada para o reforço da coesão social metropolitana e regional e acções de ordenamento do tecido económico.

Num contexto de acrescida necessidade de dimensões políticas intermédias, importa notar igualmente que os municípios vivem desafios importantes, já que o papel da administração local se vai transferindo da disponibilização de serviços para o fomento de soluções empresariais e, em muitos casos, os objectivos sociais passam para segundo plano relativamente aos objectivos económicos, uma vez que as cidades competem umas com as outras na atracção de capital móvel e a abertura e encerramento de algumas empresas pode significar alterações dramáticas nas condições de vida das populações. É também neste contexto, em muito associado ao “marketing urbano” que progride a visão do turismo como panaceia, solução para os espaços despovoados do interior e para todas as cidades por igual. Não que a actividade turística não seja importante, pois que pode ser “...elemento chave para as economias locais de muitas áreas urbanas, devido em parte aos efeitos da desindustrialização e da consequente revalorização do espaço urbano como elemento associado ao lazer”²⁹, assim como complemento com algum significado em pequenas economias rurais. No caso, existe mesmo todo um potencial pouco explorado de articulação do Porto com a região, na articulação de um turismo de *city-break*, com a visita a ambientes rurais e agrícolas de grande qualidade estética. Todavia, não são certas as suas vantagens e a sua adequação aos locais terá que ser bem ponderada, tendo em atenção os normais conflitos entre a gestão e o uso da cidade, assim como a variável relação financeira entre os ganhos e os consideráveis custos de investimento, especialmente quando exclusivamente justificados pela procura turística.

Na dimensão urbanística, por entre necessidades mais ou menos evidentes e recomendações óbvias de coordenação, flexibilidade e negociação (sem subversão de interesses colectivos essenciais), retenha-se a necessidade de se ir ao encontro de uma “...individualização dos tempos de vida quotidiana [que] é em simultâneo um produto e uma causa das mudanças na configuração temporal urbana”³⁰. Assim, “conceber, intervir e gerir as cidades exige a tomada de consciência em simultâneo do construído, dos fluxos de circulação e do

²⁹ MEETHAN, 1997.

³⁰ ASCHER, 1998: 148.

emprego do tempo”³¹, pelo que, para além da diversidade social e económica na sua relação com o espaço, importa notar a variação de um mesmo espaço ao longo do dia (da mesma semana ou mesmo ano), nos seus diferentes usos e consumos e na variação das pessoas que os visitam, logo, no sentido de que se deve revestir a intervenção.

BIBLIOGRAFIA

- ASCHER, François, 1995 - *Métapolis ou l'avenir des villes*, Éditions Odile Jacob.
- ASCHER, François, 1998 - *La République contre la ville: essai sur l'avenir de la France urbaine*, Éditions de l'Aube.
- AUZELLE, Robert, 1962 - *Plano Director Municipal da Cidade do Porto*, Câmara Municipal do Porto.
- CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO PORTO, 1999 - *Contributo para o Plano de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)*, CCIP.
- CACHINHO, Herculano, 1999 - *O comércio retalhista português na (pós-)modernidade: sociedade, consumidores e espaço*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa (Policopiado).
- CACHINHO, Herculano, 2000 - *Centros comerciais em Portugal: levantamento e análise (1ª parte)*, Observatório do Comércio, <http://www.obscom.min-economia.pt>
- CARDOSO, Abílio, 1996 - *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Edições Afrontamento/Departamento de Engenharia da FEUP.
- FERNANDES, José A. Rio, 1992 - *A Baixa do Porto no último século*, policopiado, Porto, FLUP (Texto de apoio a saída de estudo realizada no âmbito do VI Colóquio Ibérico de Geografia).
- FERNANDES, José A. Rio, 1996 - *Poder e poderes na Área Metropolitana do Porto*, in "III Jornadas de Estudo do Norte de Portugal e Aquitânia", CENPA/Universidade do Porto.
- FERNANDES, José A. Rio, 1997 - *Porto: cidade e comércio*, Arquivo Histórico da CMP.
- FERNANDES, José A. Rio, 1999 - *O rio e a cidade: percursos no tempo e nas margens do Douro*. "O Tripeiro", Porto, Associação Comercial Portuense, 7ª série, ano XVIII, nº10, p. 290-295.
- FERNANDES, José A. Rio; MARQUES, Helder, 1999 - *A Área Metropolitana do Porto e o Norte de Portugal, face às dinâmicas recentes de transformação demográfica e sócio-económica dos territórios*. "Percursos & Ideias", Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, nº 2.
- FERNANDES, José A. Rio; CACHINHO, Herculano; RIBEIRO, Carlos, 2000 - *Comércio tradicional em contexto urbano: dinâmicas de modernização e políticas públicas*, Observatório do Comércio, <http://www.obscom.min-economia.pt> (em construção).
- FERNANDES, José A. Rio; MEALHA, Rui P., 2000 - *Urbanismo, forma urbana e comércio a retalho: à procura do centro perdido*, in "Actas da reunião de São Paulo do grupo «Internacionalização do Comércio» da União Geográfica Internacional", no prelo.
- FIGUEIREDO, António, 1999 - *Espessura institucional e modelo de governação regional*, in "Região Norte de Portugal: actualizar e aprofundar o conhecimento", org. Luís Delfim Santos e Daniel Bessa, Edições Afrontamento.
- GASPAR, Jorge, 1993 - *As regiões portuguesas*, Ministério do Planeamento e Administração do Território.
- GASPAR, Jorge; e outros, 1987/9 - *Portugal: os próximos 20 anos*, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I e IV.
- GORDON, Peter; RICHARDSON, Harry, 1996 - *Beyond policentrality: the dispersed metropolis. Los Angeles, 1970-1990*. "Journal of the American Planning Association", Vol. 62, nº 3.
- GRATZ, Roberta B., 1998 - *Back from the edge. New life for downtown*. John Wiley & Sons.
- GRUEN, Victor, 1964 - *The heart of our cities: the urban crisis: diagnosis and cure*. Simon and Schuster.
- GRUEN, Victor, 1973 - *Centers for the urban environment: survival of the cities*, Van Nostrand Reinhold Co.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1996 - *Área Metropolitana do Porto: contributos para uma caracterização sócioeconómica*. "Estatísticas & Estudos Regionais", INE – Direcção Regional do Norte, nº 10.
- MARTINS, Luís P.S., 1993 - *Lazer, férias e turismo na organização do espaço no Noroeste Português*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Policopiado).
- MARQUES, Helder, 2000 - *Modernidade e inovação na ruralidade do Noroeste de Portugal*, FLUP (Policopiado).
- MARQUES, Helder, 1995 - *Da perspectiva racional-compreensiva ao planeamento estratégico: tópicos de reflexão*. "Revista da Faculdade de Letras. Geografia", Porto, FLUP, I Série, Vol. X/XI.

³¹ ASCHER, 1998: 160.

- MARQUES, Teresa Sá, 1999 - *Gestor de projecto em centro urbano ou gestor de projecto comercial*. "Comércio e Qualidade de Vida", DGCC/DGOTDU.
- MAY, Nicole; e outros, 1998 - *La ville éclatée*, Editions de l'Aube.
- MEETHAN, Kevin, 1997 - *York. Managing the tourist city*. "Cities", Pergamon, Vol. 14, nº 6, p. 333-342.
- MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, 1999 - *Portugal: Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social: 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo*, MEPAT.
- OLIVEIRA, José Manuel Pereira, coord., 2000 - *Território e dinâmicas urbanas: atlas das cidades do Norte de Portugal*, GEDES/FLUP.
- OLIVEIRA, José Manuel Pereira, 1982 - *Directrizes viárias do desenvolvimento urbano do Porto*. "Revista de História", Universidade do Porto, Vol. III.
- OLIVEIRA, José Manuel Pereira, 1973 - *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Instituto de Alta Cultura.
- OLIVEIRA, Luís Valente de; AGUIAR-BRANCO, José Pedro; BRANQUINHO, Agostinho, coord., 1999 - *Porto: uma cidade boa para viver*, Porto Editora.
- PINTAUDI, Silvana Maria, 1999 - *Cidade, cultura e poder público* in "Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira", org. Pedro de Almeida Vasconcelos e Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- PORTER, Michael, 1995 - *The competitive advantage of the inner city*. "Harvard Business Review", nº 3.
- QUATERNAIRE PORTUGAL, 1994 - *Dinâmicas da rede urbana: áreas em perda*, DGOTDU.
- SANTOS, Boaventura Sousa, 1994 - *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, 2ª ed., Edições Afrontamento.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, 1999a - *A cidade e o comércio nos finais do século*, "Comércio e Qualidade de Vida", DGCC/DGOTDU.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, 1999b - *Cidade pósmoderna. Espaço fragmentado* in "Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira", org. Pedro de Almeida Vasconcelos e Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- SMITH, Michael Peter, 2000 - *Transnational urbanism: locating globalization*, Blackwell.
- SOJA, Edward W., 2000 - *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*, Blackwell.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida, 1999 - *Questões metodológicas na geografia urbana histórica* in "Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira", org. Pedro de Almeida Vasconcelos e Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- ZUKIN, Sharon, 1999 - *The cultures of cities*, 5ª ed., Blackwell.

Luís A. de Oliveira Ramos *

Faculdade de Letras: da história de hoje para a História **

Por ocasião dos 80 anos da Fundação da Faculdade de Letras, impõe-se pensar na sua história e no seu futuro partindo da base sólida agora existente.

Durante anos e anos, a Faculdade viveu em edifícios na circunstância disponíveis, a maioria velhos. Depois usamos um novo, mas concebido para outros fins, no magnífico jardim e moradia Burmester, no Campo Alegre. Hoje dispomos de um monumento próprio, na zona escolar, com uma excelente biblioteca e características a exigirem reflexão por parte das autoridades académicas, quando das opções próximas ou referentes a instalações universitárias deste teor. E mais não digo, pois todos, nesta casa e fora dela, são capazes de urdir um rosário sobre o que aqui se passa.

Por outro lado, facto relevantíssimo, em cada ano cresce o número dos docentes doutorados, dos projectos em curso, das iniciativas internas e externas passíveis de boa concretização. Como não podia deixar de ser, nem tudo é ouro, nem tudo é crise, como alguém dizia em altura de decepção.

Problema central parece-me o seguinte: devemos pensar que, num tempo de interdisciplinaridade, esta Faculdade, como a própria Universidade, constituem um todo. A Faculdade com o perfil actual continua a ser uma estrutura útil desta região e não pode perder tempo com vaidades feudais ou, pior ainda, de campanário. Não há secções com direitos especiais, pois todas existem com um passado esforçado e respeitável, nem possuímos núcleos escolares de fulgor inigualável, felizmente. Acontece, sim, que há sectores do saber desenvolvidos, outros em afirmação e, talvez, sectores a sair do ninho. Só em função destas coordenadas é viável urdir, responsável e solidariamente, um quadro para a Faculdade.

Por outro lado, ainda não se conseguiu um sistema de produção de professores do ensino sem sobrecargas e um processo de preparação de investigadores com saídas. Subsiste sim, por mais declarações que se façam, o problema do perfil da Faculdade, a comparar com o das Escolas congêneres de Lisboa e de Coimbra. Hoje temos um perfil vazado, apressada e demagogicamente, no de uma universidade jovem, senhora de uma orgânica completamente diferente da nossa. A resposta encontrada venceu o imobilismo para ir ao encontro da concorrência, mas ainda não convenceu no campo da qualidade da concepção - mera cópia - e da felicidade da escolha.

Aliás, esta questão da qualidade e da inventiva precisa de ser ajustada e acompanhada, dia a dia, sem facilidades, em mestrados, doutoramentos e exames, se e onde essas facilidades existem.

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Intervenção proferida na Abertura Solene do ano lectivo 1999/2000.

As melhorias, empenho de estudantes e professores, nunca se resolverão com inspecções externas, chamadas avaliações, a cargo de doutos colegas, inclusivé estrangeiros.

Sobre estes últimos digo que regressam aos seus países de origem sem quererem para si o modelo português e daí que não haja convites de contrapartida. Quanto aos nacionais, ficam a saber o que sabiam e, decerto, mais esclarecidos sobre a realidade observada.¹

Aos da casa, a todos nós, impõe-se uma reflexão sobre o que se está a fazer, sem cuidar de popularidades. São poucos os estudantes que perdoam a quem não os ensina capazmente. O facto avulta na vida real, quando eles preparam os seus trabalhos e descobrem que as notas, de que se ufanam ou lamentam, de nada valem. A este respeito, veja-se o valor atribuído às classificações universitárias nas exigências para acesso a organismos autónomos, mesmo quando são dirigidos por professores universitários ou ex-docentes.

Questão essencial nos vários graus de ensino que funcionam desarticulados, mas garantem o trânsito de uns para os outros a caminho da vida, já não está em apregoar reformas. O nó da situação, deriva da necessidade de cada um assumir as suas responsabilidades, não sem convencer os outros de que as facilidades, o chamado facilitismo, acaba por burlar quem tem de competir em capacidade com colegas das nações europeias.

Há muitos anos, um professor respeitado da antiga Faculdade de Letras do Porto, que ganhou fama na Universidade de Lisboa, para onde logrou mudar depois do estranho fecho daquela, disse-me:

Ante as críticas que despontavam quando essa Escola surgiu da parte dos mais velhos, eu e os meus colegas respondemos com trabalho, muito trabalho, ensinando e investigando. O mesmo sucedeu a alunos que, em regra, não esqueceram a Faculdade e, por isso, não a deixaram ficar mal. Não reproduzo palavras literalmente, mas o que a mensagem encerrava de importante.

Felizmente ao longo dos anos posteriores à restauração, em 1961, por força das leis do tempo, da duração, das pessoas, algo parecido aqui veio a suceder.

Só que o mundo de hoje caracteriza-se pela mudança e é tão necessário aprender, como ser capaz de actualização permanente. Daí que a Universidade, além de propor métodos, tenha de ensinar a estudar para dar resposta às mudanças e, sobretudo, para incutir atracção pelo que significa melhorar, mesmo quebrando hábitos, rotinas. Do mesmo modo, há que encarar o desejo de novas tarefas, a opção por carreiras diferentes das tradicionais. Algumas carreiras estão por agora, talvez só por agora, tapadas. Urge superar a convicção de que Letras se destina ao ensino. A Faculdade não pode ser uma Escola do Magistério Superior, quando é certo que os próprios alunos, além de professores, têm sido gestores, bibliotecários, arquivistas, socio-psicólogos na respectiva escola e alhures. De resto, nas várias áreas, nunca profissionais especializados poderão exercer capazmente as suas tarefas se não o fizerem a pensar na especificidade dos respectivos interlocutores, no teor das áreas que escolheram. Tal facto acontece quando se prepara uma aula, uma linha de pesquisa ou quando se faz o *thesaurus* para um computador, um breviário de palavras na indexação ou o índice aprofundado de um livro. No entanto, quanta coisa inútil, cara, desajustada anda por aí ou porque é vaga ou porque é miudinha ou porque se assemelha a modelos da estranja.

E já que falamos de problemas, não é válido dar notas fora de tempo, fugir à dificuldade já de classificar testes e trabalhos, já de fixar classificações *preso a deletérios efeitos simpáticos*.

¹ Em 2000/2001 presidi à Comissão de Avaliação Externa das Licenciaturas em História das Universidades portuguesas públicas e privadas. Em 2001 fui convidado para integrar o Visiting Committee da Universidade Michel de Montaigne (Bordéus III), universidade de que sou doutor honoris causa (1975).

Também o chumbo, ou a passagem em função de exigências estatísticas, funciona contra alunos e professores. Estes devem saber explicar, devem conhecer os deveres do seu múnus e ter presente a natureza dos discentes com que têm de lidar, aos quais se atribuirá a classificação, em rigor, merecida.

Menos, ainda, convém esquecer a necessidade de ser claro, mesmo quando se trata de questões difíceis. A linguagem complexa pode funcionar como um artifício, para disfarçar penúrias. Quero crer que todos estão cientes do que acabo de dizer e gostaria de ter a certeza de que assim sucede.

No corpo docente e discente faltar por faltar, além de mau hábito, leva à ociosidade. Ora, com franqueza, não há nada mais aborrecido do que o imobilismo. Faltar por acumulação de tarefas invariavelmente concorrentes também não pode acontecer. Têm de faltar os estudantes que trabalham ou estão doentes, os professores a quem incumbem funções de aconselhamento, mando e jurisdição absorventes e desajustadas a simples burocratas. Trata-se de serviços à comunidade, à expansão do magistério e da pesquisa, legalmente estatuídos, que não dependem de qualquer funcionário ou de qualquer incompetente disponível. Por outro lado, há tarefas relevantes que incumbem muito justamente aos funcionários, não se justificando o envolvimento de docentes em labutas que pedem outra preparação. Mas há quem prefira a torre de marfim e na torre de marfim se escuse a toda a espécie de funções adicionais para preguiçar à sombra de investigações e invenções, as quais, às vezes, pouco se vêem ou nunca aparecem, mesmo se pagas e acarinhadas por lisboetas amigos e pseudo-servidores do Estado. Salvo excepções, mesmo se há trabalho, esse trabalho não dispensa a assumpção de funções que a todos interessam, nem tão pouco a perda de tempo com problemas de outro foro.

Dir-se-á que os ensimesmados ficam sem moral para criticar. A verdade é que se foge ao dever e a crítica não pára. Ainda se daí algo resultasse a posição seria pertinente. Resta saber se ganha a crítica pela crítica.

Quando se critica com razão, maldizer pode convidar a escarnecer. Usar números e gráficos para provar e elogiar o que não é susceptível de prova convida ao desprezo. Por exemplo, comparar um exercício universitário de quatro anos com idêntica tarefa ao longo de catorze anos, com competências e em condições completamente diferentes em numerosas variáveis, constitui um engano para quem quer ser enganado e um desvio injustificável na Universidade, lugar de observação rigorosa e de livre exame estatutariamente apurado. Mas, como escreve Peter, as universidades “têm todas as competências, mesmo incompetência”.

Também não se pode exigir a quem é obrigado a cumprir com dignidade indispensável tarefas extra-escolares que faça aquilo que executam os que circunscrevem o seu exercício a uma tarefa única, especializada e nem por isso de menor valia, diga-se.

Estas considerações, pessoais, genéricas, relativas a um mundo plurilocalizado geograficamente, e não directamente a gentes desta casa, servem de abertura à questão da história geral da Faculdade, cujo urdimento urge, entrozando nos contributos disponíveis. Trata-se de uma tarefa difícil, cara ao Conselho Directivo.

O que eu sei sobre a matéria resulta da prolongada convivência com livros e especialistas, quer na feitura de uma história das universidades na Europa (com várias edições), quando tive a responsabilidade desse projecto no “Bureau” da Conferência de Reitores Europeus (CRE), quer do que aprendi com os colegas portugueses, dirigindo a *História da Universidade em Portugal*, da qual está publicado o 1º volume em dois tomos e prestes a entrar na tipografia o 2º volume, que atinge o princípio do século XX.

Em primeiro lugar, a história desta, como de outra qualquer faculdade, beneficia da organização dos arquivos da Universidade do Porto, levada a cabo no âmbito de um projecto conduzido por professores e assistentes da Faculdade de Letras e lucrará se a nossa biblioteca possuir livros e artigos de referência que todos os anos se publicam.

O trabalho a elaborar será melhor ou pior conforme o grau de conhecimento, não só da biblioteca primitiva da Faculdade, mas também do que se vai apurando à cerca das livrarias próprias dos seus professores e, bem assim, dos livros de estudo e reflexão de velhos alunos, com o hábito de datar e anotar os seus volumes pessoais. Dificuldade maior resulta se se pretende conhecer apontamentos ou então os volumes requisitados na biblioteca da Escola e, mais ainda, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, verdadeiro templo do conhecimento, da reflexão e da pesquisa de estudantes que se tornaram escritores. Na verdade, essa biblioteca supriu o que não havia na Faculdade e forneceu o que só aí existia e existe. Para tornar mais rigorosa a pesquisa, espero que, pelo menos nas épocas recentes, os comprovantes de requisições das bibliotecas tenham sido guardados.

Só que as exigências metodológicas adequadas envolvem, a par de uma criteriosa história institucional, onde figurem datas e eventos, lista de cursos e cadeiras, programas, nomes de pessoas e de centros de investigação, elencos de publicações e de avanços científicos, um elucidativo arrumo das temáticas, conforme regras próprias, perfilhado com brio, por um grupo de redactores e investigadores.

Para começar, referindo os modelos europeus em que se filia, interessa situar a Faculdade nas épocas em que floresceu, a saber, nos finais da 1ª República e princípios da ditadura militar; depois no salazarismo tardio; durante a revolução de Abril e o regime democrático. Este terceiro período está demasiado próximo e directamente ligado a muito do que hoje acontece.

Questão vital, a tratar num eventual capítulo segundo, diz respeito às condições materiais de funcionamento. Em que espaços funcionou ou funciona a Faculdade? Quais as vantagens e as desvantagens das soluções de compromisso e das opções duráveis. Quanto a soluções duráveis elas estão à vista na sua grandeza e limites nesta primeira casa própria, ao longo dos anos reinvidicada pela Faculdade. Mas tem de se nomear o casarão da Quinta da Amarela (a Oliveira Monteiro), estudar o partilhado edifício da Faculdade de Medicina, junto ao Hospital de Santo António, a Casa da Rua das Taipas, o Seminário de Vilar, as edificações do parque Burmester e sempre a Politécnica, isto é, a Faculdade de Ciências, a reitoria primitiva, onde tomaram posse, fizeram doutoramento e prestaram provas os primeiros professores de alguns cursos, no número dos quais figuro.

Difícil no capítulo das condições de funcionamento, são as matérias atinentes às finanças, embricadas nas divisões do orçamento geral do Estado relativo, não só ao ministério da Instrução ou Educação, mas também à distribuição de dinheiros no seio das secções de investigação científica, cujos sucedâneos compõem o actual Ministério da Ciência. E importa não esquecer os dinheiros dos planos de fomento. Demais interessa perguntar: porque razão foram tão exíguas as verbas e como cresceram? Qual o papel tutelar da Reitoria, no dia a dia, antes da autonomia da Faculdade? Quais os Centros e professores favorecidos e quais os resultados reais, em termos de produtividade, patente em livros e revistas? Se se decidir levar os estudos até tempos próximos, a situação torna-se mais complexa quanto às fontes de financiamento. Mas fico por aqui, pois não estou a exaurir interrogações, nem tão pouco a seriá-las; limito-me a dar exemplos.

Noutro capítulo (III), o mundo dos corpos académicos, dos servidores e dos órgãos do governo universitário, nas suas relações como poder político, mostra-se, no seu aparente es-

quematismo quanto a nomes e carreiras, órgãos e competências legais, deveras intrincado se se pretende apreender toda a extensão da realidade e articulá-la com o sugestivo capítulo do quotidiano da academia (IV). Com efeito, os ditames da legislação são amiúde enganadores. Entre o que a lei diz e o que acontece há diferenças maiores do que se julga. Quem foram os professores, qual a sua origem, predicados e tarefas extra-escolares? O mesmo se deve averiguar a respeito da raiz e perfil dos alunos e das várias categorias de funcionários, usando quadros, gráficos, estatísticas, mapas. Vital parece-me determinar, em relação à Faculdade, o papel dos reitores, dos directores gerais, dos ministros e de outros poderes em tempo normal e nas conjunturas de crise ditatorial e revolucionária. Peso específico averbam também alguns docentes e de, uma maneira geral, o clima próprio da Escola nas diversas conjunturas.

A curiosidade a respeito da vida dos estudantes, dos professores e dos funcionários permitirá, nas várias épocas, sugestivas revelações e comparações plenas de interesse.

Os desafios crescem no tocante ao capítulo do saber (V). Não é difícil encontrar o elenco das licenciaturas e o nome das cadeiras em funcionamento. Períodos há em que se conhecem os programas, os livros de ponto, as bibliografias, as predileções intelectuais dos professores, ao lado de informes sobre os seus dotes pedagógicos maiores ou menores, sobre capacidades assumidas ou esconsas em livros e revistas. Independentemente de tudo isto, cumpre averiguar o que se ensinou e como se ensinou, o que foi dito e o que foi concebido, o que é transmissão e o que é criação susceptível de ser apreendida. Também aqui ficamos pelos exemplos, nem outra coisa seria de esperar numa intervenção como esta.

Por outro lado, hoje em dia, a Universidade vale pelo que é, e está constantemente a ser verificado, em termos de inserção e projecção social de professores, alunos e funcionários e não apenas pelo que subscrevem as notabilidades estrangeiras, pagas pelos contribuintes, para pesar os portugueses em inglês, numa Comunidade Europeia que se pretende continental e insular, mas não dependente dos Estados Unidos ou das potências emergentes da Ásia. A projecção social a que me refiro diz respeito ao que utilizam, pensam e valoram os grupos sociais. Daí a situação não ser a que se apregoa em certos feudos, carecidos de espírito crítico, a ponto de se julgar que aí reside a ciência e a sapiência, supostamente invejada por vizinhos e gentes estranhas, facto que, em regra, só se verifica nas mentes de quem sonha. A este propósito inquiri, cingindo-me, por comodidade, à antiga Faculdade de Letras da Universidade do Porto: quais os seus professores e alunos com real irradiação no mundo cultural de então e nas carreiras e cargos públicos assumidos? Por exemplo, além do filósofo Leonardo de Coimbra, fundador e mestre dessa Escola, quem continua a ser lido, editado e estudado em Portugal e além fronteiras, oriundo dos quadros escolares da universidade de então?

Claro, torna-se indispensável cotejar o que aqui se fez em cada especialidade com o que veio a lume nas Escolas congêneres portuguesas. Qual a qualidade universitária, liceal ou outra, das poucas dezenas de alunos que a Faculdade licenciou? Alcançaram projecção durável os livros que docentes e discentes escreveram? Quais os títulos que ainda figuram em bibliografias especializadas? Das obras de antigos professores algumas marcaram gerações, no seu tempo. Estou a lembrar-me da *História dos Descobrimentos*, de Damião Peres, da *História da Arte*, de Aarão de Lacerda, das *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, de Hernâni Cidade. Na sua especialidade e conforme o método perfilhado, continuam ainda hoje a motivar anuência ou crítica, fatora esta de renovação tal qual os seus autores desejavam quando jovens e infatigáveis professores. Repito, estes casos não são apenas o de pro-

fessores que começaram no Porto e passaram para Lisboa e Coimbra. Impõe-se um estudo de conjunto, antes de tirar ilações válidas sobre a história da antiga Faculdade.

O mesmo tem de acontecer em relação à Faculdade restaurada com objectividade, usando os dados disponíveis.

Outro problema a suscitar, em capítulo (VI) na história da Faculdade, respeita à mobilidade universitária dos professores nacionais e estrangeiros que aqui aportaram, dos que fizeram escala no Porto, dos que estudaram no estrangeiro, enfim, dos que ajudaram a construir a Faculdade, como ainda dos alunos e professores, que se ilustraram ou ilustram noutras escolas.

Um trabalho desta natureza, nos segmentos enunciados, envolve uma análise multidisciplinar e um amplo trabalho de grupo, com contributos pedidos ou oferecidos de professores das várias especialidades no que concerne à antiga Faculdade, oriundos ou não da casa. Igual valor resultará dos informes e das avaliações de docentes, estudantes e funcionários, conforme a sua competência, das actuais disciplinas de Línguas e Literaturas, História, Arte, Arqueologia, Filosofia, Psicologia, Geografia, Sociologia da Faculdade restaurada. Existem aspectos que o historiador deve sintetizar e inserir no discurso historiográfico a partir de tais contributos. Alguns merecerão análise por parte de especialistas, doutras especialidades, no intuito de melhor compreender, graças à interdisciplinaridade.

O que acabamos de dizer, configura um plano possível e um tema para discussão.

Essencial, como dissemos nesta intervenção, será não manipular os dados, certos de que lhes dirigimos perguntas do nosso tempo e outrossim aspiramos ao conhecimento científico do passado, um conhecimento decerto marcado pela nossa circunstância, pela nossa subjectividade, razão do ser que na existência construímos e de um futuro a gizar com a nossa participação.

Jorge Fernandes Alves

A estruturação de um sector industrial – a pasta de papel

R E S U M O

O presente texto esboça a emergência do sector da celulose em Portugal, nos quadros da inovação tecnológica verificada a nível internacional e do atraso verificado na indústria portuguesa deste sector. Depois de se caracterizar o sector papeleiro português nos anos 30, sublinha-se o papel do Estado para a implementação da indústria da pasta de papel a partir da madeira, a partir da elaboração de um novo quadro jurídico, em que se procura contornar o condicionamento industrial pelo novo dispositivo das indústrias de base. A Companhia Portuguesa de Celulose torna-se a empresa que emerge destas preocupações, mas só tardiamente consegue organizar-se, com o apoio do Plano Marshall e, posteriormente, dos planos de fomento. Vocacionada para a produção de pasta de pinho e de vários tipos de papel, a CPC acaba por descobrir as potencialidades de um produto novo – a pasta de eucalipto pelo processo kraft, ao qual vai subordinar toda a sua atenção, uma vez conquistado o mercado internacional. A CPC funcionou como escola na promoção do produto e na formação de técnicos, tendo-se verificado nos anos 60 uma explosão de pedidos de instalação de novas fábricas. Em 1975, o sector vai ser nacionalizado, dando origem a um fenómeno de concentração que se traduz na criação da Portucel, Empresa Pública.

Quem souber que há em Portugal perto de 3 milhões de hectares de floresta, dos quais 40 por cento são de pinhal, e verificar a importação que se faz de papéis e pasta de papel, achará um desequilíbrio difícil de explicar. Isto me levou no encaço da indústria de celulose.

Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, 1945

OBJECTIVOS:

- Reconhecer a natureza de fileira da indústria de papel e afins e os problemas de integração sectorial;
- Aprender os vectores históricos do processo de estruturação do sector industrial da pasta de papel em Portugal;
- Relacionar o processo sectorial com o fenómeno mais geral da industrialização portuguesa;
- Avaliar o papel estruturante da fábrica da CPC, em Cacia, na emergência do sector da pasta de papel em Portugal;
- Discutir problemáticas subjacentes ao processo industrial da pasta de papel em Portugal.

* Texto de base para a lição de agregação em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (6 e 7 de Junho de 2000).

1. A IMPORTÂNCIA DO PAPEL E O SENTIDO DE FILEIRA INDUSTRIAL.

Partamos da afirmação do engº Ferreira Dias, o ideólogo industrialista do Estado Novo, para reconhecermos que a indústria da pasta de papel constituía uma das prioridades na política de fomento e reorganização industrial, vivida em Portugal nas décadas de 1940/50, equacionada segundo o paradigma industrial da altura: uma indústria moderna, concentrada, com sectores de base claramente definidos e indutores de modernização, que ajudassem a garantir a auto-suficiência económica.

Sublinhe-se, desde já, a enunciação, por Ferreira Dias, de um sentido de fileira na atribuição de conexão do papel com a floresta portuguesa, mediada pelo produto intermédio que é a pasta de celulose, numa visão hierárquica do sistema produtivo — Floresta > celulose > papel, no fluxo de montante para jusante.

E refira-se a importância crescente do papel nas sociedades de consumo: numa ordenação do consumo anual/*per capita*, para 1996, os EU surgem em 1º lugar com 320kg, e Portugal vai em 30º lugar com 85 kg. Em 1936, esses consumos eram de 64,5 kg e 5kg, respectivamente.

Era, pois, natural a preocupação pela indústria de pasta de celulose como base para assegurar e induzir a modernização da indústria papeleira cujo mercado teria necessariamente de apontar para o crescimento. Ora, no conceito de fileira (ou fieira, como também se diz), está subjacente uma cadeia de actividades que se completam entre si através de operações de compra e venda. Mas, nos jogos dos mercados e das tecnologias, há segmentos da fileira produtiva que podem atingir dimensões que extrapolem a capacidade nacional da fileira, tornando-se assumidamente excedentários na perspectiva de penetração no mercado externo.

Assim aconteceu com a produção de pasta de celulose para papel em Portugal, que, pensada inicialmente para substituir importações e assegurar o abastecimento do mercado nacional de papel, acabou, em face dos níveis de qualidade atingida, por conseguir posições importantes no mercado externo, tornando-se um dos sectores mais importantes da nossa estrutura de exportações (cerca de 200 milhões de contos, em valores actuais) e do nosso posicionamento no campo da especialização internacional.

Mas o sector específico das pastas branqueadas ocupa, ainda, um lugar de destaque na história da indústria portuguesa, surgindo como uma das raras afirmações tecnológicas nacionais. Abriu espaço à afirmação da engenharia na área química e na área silvícola, apesar do arranque tardio da sua produção em Portugal, pois só ganhou consistência económica com o arranque da Companhia Portuguesa de Celulose, a CPC, de Cacia, a partir de 1953 (apesar de a Caima Pulp, produzir, ainda que em quantidades limitadas, desde 1891, data de instalação, pasta de pinho pelo método sulfito, e mesmo de eucalipto a partir de 1922). Mas a CPC, instalada com o apoio de tecnologia nórdica para produção de pasta de pinho, ensaiou, de forma autónoma, no seu laboratório, a produção de pasta a partir do *eucalyptus globulus*, que começou a produzir e a comercializar a partir de 1957. Este salto da aplicação tecnológica de uma resinosa para uma folhosa permitiu, através de um processo já antigo mas inesperado para este efeito – o kraft (processo alcalino ao sulfato), criar, de forma inovadora, uma pasta branqueada, para fabrico de papéis finos de elevada qualidade, adquirindo o eucalipto, desde então, ainda que de forma polémica, um lugar de destaque na nossa floresta de produção.

Saliente-se desde já uma diferença genética fundamental entre as plantas resinosas, que apresentam uma fibra longa e resistente, considerada para efeitos de estrutura na com-

posição da folha de papel, e as plantas folhosas, que produzem uma fibra curta e pouco resistente, a que era atribuída apenas uma função de enchimento nessa mesma estrutura

Foi este *handicap* das folhosas, na realidade um mito criado pela qualidade do papel derivado dos países nórdicos, que veio a ser ultrapassado na década de 1950-1960 pela Companhia Portuguesa de Celulose (CPC).

Na sequência da CPC, outras empresas de celulose se instalaram em Portugal, configurando-se o segmento da fileira como um sector autónomo, que satisfaz a escassa procura nacional e se dirige essencialmente para a exportação. Procuraremos enunciar as principais linhas de força da estruturação do sector da pasta de papel em Portugal, enquanto processo paradigmático dos esforços, das dificuldades e também das potencialidades que ocorreram com a industrialização em alguns países atrasados.

2. AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS OITOCENTISTAS

A procura do vegetal para a produção de papel nos meados do século XIX é, como se sabe, um reencontro com a velha sabedoria chinesa que inventou o papel a partir das desfibração do bambu. Com efeito, depois da mediação árabe na transferência da tecnologia, já na fixação europeia da rota do papel, a produção assentou no trapo, mais fácil de trabalhar pelas tecnologias manuais e hidráulicas então usadas. Nesta fase, a produção de papel representava o aproveitamento e transformação de subprodutos – o trapo e/ou papel velho, operando-se, na verdade, um processo precoce de reciclagem.

O grande salto industrial na produção de papel ocorre nos primeiros anos do século XIX, com o desenvolvimento da máquina de mesa plana (operada em 1799-1803), depois chamada "Fourdrinier", através da qual se ultrapassou o tradicional sistema de produção do "papel à mão", folha a folha. Agora introduz-se a produção em contínuo, num processo mecanizado, em que a pasta em suspensão é canalizada para uma teia metálica em rotação contínua, passando a folha depois por rolos compressores e secadores, sendo enrolada em bobine no final, com mais ou menos operações intermédias (acetinagem, calandragem, revestimento).

A produção de papel aumentou exponencialmente, em consonância com a procura pela imprensa, intensificada esta pelo aparecimento do prelo mecânico (1814). Estes saltos de produção a jusante provocam rupturas no abastecimento de pasta, com a recolha de trapo incapaz de responder à chamada em quantidade e preço aceitáveis face ao novo modelo de produção. Volta-se então à matéria vegetal, já tentada durante o século XVIII sem resultados, produzindo-se papel de polpa de madeira em 1844 (Keller).

Mas a estrutura lenhosa da matéria-prima implica alterações técnicas radicais. O desfibrador mecânico é a primeira solução (1846), reduzindo pela força a madeira a uma espécie de "farinha", que não tem em conta a sustentação das fibras. Em todo o caso, sobre madeiras de tipo resinoso, permite uma pasta dita *mecânica*, que origina um papel de pouca espessura, pouca resistência, fraca qualidade (impurezas visíveis a olho nu), que amarelece rapidamente (envelhece). Mas é barato e responde ao tipo de procura então emergente, a de papel de jornal, o novo modelo descartável de leitura, que diariamente se lê e deita fora, num consumo devorador.

A produção de pastas para papéis de qualidade passará contudo pela química, tanto mais que a pasta mecânica não conseguia rivalizar em brancura e regularidade com a derivada de trapo, desde que, em 1785, Bertholet evidenciara a acção do cloro como elemento branqueador.

A química permitiu reconhecer a natureza insolúvel da celulose e a sua natureza fibrosa, ajudando a encontrar as plantas mais adequadas e disponíveis. E permitiu desenvolver as melhores técnicas para isolar a celulose, de forma a eliminar os elementos lenhosos solúveis (lenhina e as hemiceluloses), as tais impurezas que subsistiam na pasta mecânica. A partir de 1850 desenvolvem-se ensaios e depois aplicações fabris, que passam por submeter estilhas de madeira a um tratamento a quente (cozedura), com soluções alcalinas de soda ou cloro ou sulfato. Depois do período de incubação, os tipos de pastas de madeira para papel assentaram basicamente nos seguintes:

1. Pastas mecânicas (1844- 1846)
2. Pastas semí-químicas
3. Pastas químicas:
 - 3.1 – Por processo de soda (1850-1875)
 - 3.2 – Por processo ao bissulfito (1866-1874)
 - 3.3 – Por processo ao sulfato (1878-1888)

Pela segunda metade do século XIX, as imagens do moinho de papel e do trapo tendem a desaparecer nos países nos países mais avançados, para darem lugar a unidades fabris com alguma complexidade que contemplam, de forma integrada ou separada, os dois grandes segmentos da produção de papel:

- a preparação da pasta de madeira;
- a produção da folha de papel.

No mercado internacional, ganharam vantagem inicial os países com grandes florestas de resinosas (escandinavos, Estados Unidos, Canadá), que localizaram as fábricas de pasta estrategicamente junto das florestas abastecedoras de madeira, distribuindo depois essa pasta aos papeleiros de todo o mundo, aplicando elevados volumes de capital e tirando partido das economias de escala. A especialização papeleira, por sua vez, funcionava melhor junto do mercado consumidor de papel, respondendo à diversificação da procura, sobretudo nos tipos não massificados, pois estes, de que o papel de jornal era um exemplo, favoreciam as fábricas integradas (de pasta e papel).

O novo ciclo industrial do sector estava lançado. O que veio a acontecer no século XX foram melhorias técnicas, comerciais, ganhos de produtividade e diversificação nas pastas, nos papéis de escrita, nas embalagens (o cartão canelado, em 1907).

Com o desenvolvimento das políticas autárquicas das décadas de 1930/40 e o bloqueamento económico da segunda guerra mundial, os países do sul (Europa mediterrânica, Norte de África e América Latina, aqui com particular realce para a Argentina) apostam em soluções fabris de papel a partir de matérias vegetais pobres em fibra (palhas de trigo, do arroz, da aveia, videiras), sobretudo para produção de papéis cartonados. Um fruto destas tentativas em Portugal, foi a *Celuloses do Guadiana* (actual Portucel Recicla), instalada em 1955 para transformar palha de trigo em cartão. Mas muitos destes países continuam a ter indústrias de papel arcaicas, onde o trapo ainda impera como matéria-prima geral (nos países tecnologicamente desenvolvidos o trapo está reservado para papéis de elevada qualidade, como o papel de fumar).

Foi então que alguns ensaiaram as plantas folhosas, vindo a CPC a ter o sucesso referido. Sublinhe-se, porém, que se o salto tecnológico foi qualitativamente importante para a penetração da pasta de papel no mercado internacional, esta situação se verificou também numa conjuntura favorável de mercado: observou-se um processo de integração/verticalização dos produtores de pasta nórdicos, que, por esta altura, colocaram no mercado papéis, adicionando valor acrescentado ao seu produto tradicional – a pasta, o que abriu brechas favoráveis à penetração da pasta de eucalipto junto dos produtores de papel penalizados pelos efeitos da verticalização nórdica. E a integração de Portugal na EFTA, em 1959, funcionou como um catalisador das trocas nesta conjuntura.

3. O ATRASO PORTUGUÊS E O PROTECCIONISMO

A história da indústria do papel em Portugal tem sido objecto de novas pesquisas em tempos recentes (aos trabalhos já clássicos de Estevão Cabral, Adrien Balbi, Pereira-Caldas, Fradesso da Silveira, Cortez-Pinto, Sousa Viterbo, Matos Sequeira, têm-se juntado contributos importantes de Borges de Macedo, Amado Mendes, Aurélio de Oliveira, Maria José Santos, Luísa Santos, António Sousa e Manuel Ferreira Rodrigues, Ana Bandeira, entre outros). E a situação apresentada, apesar de historicamente interessante, não difere da imagem tradicional colada aos outros sectores industriais portugueses: forte debilidade de capitais, arcaísmo tecnológico quase generalizado, incapacidade de exportação significativa são as características marcantes da história do papel em Portugal até tempos recentes.

Apesar da proximidade dos árabes no sul da Península, o que importa agora assinalar é que os *engenhos papeleiros* se afirmaram lentamente no espaço português, ainda que se possam remontar ao século XIV. O século XVIII no nosso País foi muito pobre na implantação de unidades manufactureiras deste tipo e, se não fora a acção desenvolvida pelo genovês José Maria Otone, que, à sua conta, ajudou a formar três unidades em locais diferentes, centrando-se depois na histórica "fábrica" da Lousã, a produção de papel em Portugal ainda seria mais escassa. Só na transição dos séculos XVIII-XIX, na fase de atribuição de privilégios fabris, se vislumbra um interesse acrescido, essencialmente de natureza especulativo-científica (casos da memória académica de Estêvão Cabral ou os episódios sobre a utilização de fibras vegetais na fábrica da Cascalheira, no rio Vizela), bem como o aparecimento de novos engenhos.

A pobreza quantitativa no ritmo de criação de unidades papeleiras não pode, porém, fazer esquecer a riqueza qualitativa de natureza histórica, isto é, a difusão da arte de fazer o papel, endogeneizando localmente esta "cultura de transformação", de tal forma que o despertar papeleiro oitocentista assume uma configuração geográfica assente na localização regional de alguns engenhos setecentistas. Assim se explicam manchas papeleiras em zonas como a Feira/Oliveira de Azeméis, a Lousã, Tomar, a Abelheira/Trancão, associando naturalmente os aspectos da difusão da "arte" aos condicionalismos de recursos naturais e tecnologias disponíveis.

No século XIX vamos então observar um crescimento em número de unidades produtoras de papel, mas trata-se de um crescimento dualista. Em determinadas zonas geográficas, como o distrito de Aveiro, multiplicam-se pequenas unidades que mantêm um carácter essencialmente caseiro. Noutras zonas, como Lousã, Tomar, Abelheira, os velhos engenhos tendem a ser substituídos por unidades mais completas que já podemos classificar plenamente como "fábricas". Sobressai então um pequeno conjunto de fábricas relativamente modernas, que constituem um verdadeiro grupo de pressão junto dos poderes públicos para

obterem soluções proteccionistas contra as importações de papel. Tornam-se evidentes os conflitos de interesses entre as papeleiras, por um lado, e os tipógrafos e imprensa jornalística, pelo outro. Se as primeiras querem protecção pautal, já os segundos querem papel barato, opondo-se à tributação alfandegária do papel importado. Uma oposição de interesses que marcou a evolução da indústria do papel, até próximo de nós.

Os inquéritos industrial de 1881 e 1890 mostram-nos a organização precária das principais fábricas, numa mecanização lenta, consumindo essencialmente trapo, e também palha, quase sem acesso à nova matéria-prima - a pasta de papel. Esta só era referida pela Fábrica de Ruães, em Braga, que importava "massa de madeira" da Suécia e da Alemanha, havendo ainda referências a experiências sem sucesso com pasta de choupo, em Alenquer, e de piteira, na Renova (no rio Almonda).

Para a ausência de pasta, A. C. de Oliveira, da fábrica de Ruães, apontava incapacidade energética, debilidade florestal e carestia de produtos químicos importados, afirmando que, aos pedidos de protecção pautal, os poderes públicos argumentavam com duas barreiras intransponíveis - a instrução pública e o jornalismo, que precisavam de papel barato e desenvolviam campanhas para impedirem qualquer protecção para os tipos de papel que utilizavam (Inquérito Industrial de 1890, vol. IV: 721-722).

Havia, porém, um conglomerado empresarial a sobressair: em 1881, a Companhia do Papel do Prado tinha duas fábricas (Prado e Marianaia), mas em 1890, já tinha cinco fábricas (duas em Tomar, duas na Lousã, uma em Vale Maior). E atravessava uma fase de expansão ao nível de equipamento: tinha já máquinas contínuas, esperava mais seis máquinas destas, abastecendo os principais jornais. Uma das razões para a Fábrica do Prado solicitar protecção pautal radicava na existência de fábricas de pasta no estrangeiro, matéria que a indústria nacional não era capaz de produzir. (Inquérito Industrial, 1890, Vol. IV: 340). Esta afirmação merece ser sublinhada, porque solicita uma protecção sem perspectivas, isto é, Portugal não tem pasta nem poderá tê-la, logo para ter papel nacional só com o favor pautal, mostrando a mentalidade empresarial do sector.

A pauta alfandegária de 1892 seguiu, porém, no essencial as sugestões destes industriais papeleiros, passando o papel importado a ser objecto duma tabela fiscal (em réis), em que o menos onerado era o papel de jornal, numa clara conciliação de interesses:

Cartão e papelão	\$040/kg
Papel de escrever, branco ou de cor, em qualquer estado	\$140/kg
Papel de impressão comum (tipo de jornal) , albuminado, couché	\$025/kg
Papel pintado ou estampado	\$140/kg
Papel não especificado	\$060/kg
Complementarmente, a exportação de trapo pagava \$010 réis/Kg.	

Apesar da oposição dos industriais de artes gráficas e da cartonagem tais direitos prolongaram-se por quase duas décadas e foi à sua sombra que algumas fábricas se abalançaram a investir em novos equipamentos (máquinas a vapor, mesas de papel) e na ampliação de instalações, abandonando os processos "à mão". Assim aconteceu nas fábricas das margens de alguns pequenos rios que ficaram para sempre associados à indústria do papel: Trancão, Nabão, Almonda, Caima, Ceira, Vizela, Cávado, numa renovação que lhes permitiu ampliar as tipologias e os níveis de produção. (*Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 2ª série, Abril/1942:45).

No campo das relações entre a imprensa e a indústria papelreira um caso merece destaque: a Fábrica de Papel do Rio Caima, criada em 1901, em Palmaz, Oliveira de Azeméis, por iniciativa de Bento Carqueja, para tentar resolver os fornecimentos de papel a *O Comércio do Porto*, jornal de que era proprietário e director. Recorria para isso à pasta de madeira que a vizinha empresa, de origem inglesa, Caima Pulp produzia a partir do pinho.

Com o decorrer do tempo, contudo, a acção protectora aduaneira foi-se desvanecendo, até se tornar quase insignificante (a conjuntura da 1ª guerra foi aqui determinante).

4. O SECTOR PAPELEIRO NOS ANOS 30: INÉRCIA E CONDICIONAMENTO INDUSTRIAL. O INQUÉRITO À INDÚSTRIA DE PAPEL DE 1938 (BOL. DGI, 2ª SÉRIE, ABRIL/1942). O DESPACHO DE 24.01.1939 DO MCI PARA O ESTUDO DA UTILIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE PASTAS NACIONAIS.

Com a promulgação do condicionamento industrial em 1931, que sujeita as principais indústrias, entre elas a do papel, a regras muito rígidas para a instalação de novas unidades, reabertura de outras paralisadas há mais de dois anos ou eventuais ampliações de capacidade, a renovação fabril ficou congelada, sujeita a complexos processos burocráticos e jogos de poderes. Baseado na salvaguarda do mercado para as indústrias já existentes, como forma de evitar as crises, o regime de condicionamento industrial, ao prolongar-se, desenvolve um quadro de oligopolismo, onde as empresas se vigiavam mutuamente em vez de concorrerem pela via do mercado.

Estagnação, inércia e rotina, defesa pela via pautal da concorrência estrangeira, sem recorrer à actualização e ao investimento, eis a situação do sector papelreiro reconhecida pelos técnicos estatais ligados ao condicionamento industrial, quando a fábrica *Renova*, em 1936, solicitou a reabertura da sua fábrica, propondo-se produzir papel de jornal e suscitando reclamações dos outros industriais. O Relatório do inquérito à situação do indústria papelreira, elaborado pelo engº Fernando Oliveira Sarmiento, em 1938 (e publicado no *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 2ª série, Abril de 1942), debruçando-se apenas sobre as grandes fábricas que forneciam papel comum, veio a constituir uma peça importante para a avaliação da situação, para a consciencialização das necessidades do sector e da urgente modernização.

Sobressaía a elevada importação de papel de jornal (9000 toneladas, em bobines) e de papel de fumar (300 toneladas), quantidades diferentes, mas que importavam em valores próximos (8000 e 7000 contos, respectivamente).

Algumas fábricas declaravam poder produzir papel de jornal, mas a produção nacional deste tipo de papel reduzia-se a cerca de duas mil toneladas anuais, ainda sob a arcaica forma de folhas e não de bobine. Perante a taxa da pauta alfandegária para esse tipo de papel (\$004/kg, ou seja, 4\$00 por tonelada, cerca de 500\$00 em valor actual), questionavam as regalias concedidas às empresas jornalísticas, reconhecendo embora que não interessava "à indústria nacional o fabrico de papel para a grande imprensa, porque reconhece lealmente que não produziria papel pelo preço da concorrência". O interesse da *Renova* surgia, assim, em contra-corrente, sugerindo duas soluções: 1) após três anos de laboração, comprometia-se a comprar uma máquina especial de grande produção para papel de jornal; 2) aceitava a distribuição de quotas de produção pelas várias fábricas existentes. E propunha-se ensaiar a substituição da pasta mecânica por outras soluções baseadas em recursos nacionais. A proposta parecia vaga e o inquiridor duvidava da sua viabilidade, dada a consciência das neces-

sidades de maquinismos e de pasta mecânica importada, incompatível com as dimensões das fábricas nacionais.

Discordando da proposta da Renova, por temer que o problema se resolvesse depois como "quase sempre à custa das pautas", o inquiridor sugeria a necessidade de "qualquer coisa de novo na nossa indústria papelreira", que poderia constituir um "belo começo de renovação industrial".

A falta de normalização no papel, desde a constituição ao formato, causando prejuízos graves às editoras e gráficas, era outra queixa do Grémio Nacional da Imprensa Diária. Para lá de o papel ser mais caro: o papel inglês para livros era colocado no Tejo entre 1\$60 e 2\$50 por kg, suportando uma carga pautal de 2\$60, quando o papel nacional circulava entre 4 a 5\$00 escudos/kg. Os problemas eram óbvios para a indústria gráfica: a composição e a impressão ficavam pelos 35% do custo de um livro vulgar, absorvendo o papel 65%. O Grémio opunha-se portanto à atribuição de fabrico de jornal a uma indústria papelreira nacional, que o era só de nome, pois importava a matéria-prima e enquanto não fabricasse as pastas, a saída de ouro para o estrangeiro continuaria. O ataque dos gráficos às papelreiras era incisivo: "vivendo as fábricas em regime de verdadeiro privilégio pautal, nem por isso a indústria respectiva tem progredido, antes se conserva estacionária", de que resultavam prejuízos para todos - Estado, jornais, livros e sobretudo, graves problemas para a expansão da língua portuguesa, por via da restrita edição (carta de 8.8.1938, BDGI, 2º série, Abril 1942:755-757).

A falta de qualidade na produção de papel vinha, assim, ao de cima. Ultimamente, só surgiam pequenas fábricas de papel de embrulho. A maioria dos equipamentos tinham mais de 60 anos: só a Matrena instalara uma máquina contínua nova em 1933, depois a mais recente era a da fábrica da Lousã, datada de 1925; 11 das máquinas de papel instaladas eram mesmo do século XIX. Acrescia a falta de especialização técnica ligada ao sector e a inexistência de laboratórios para aferir e controlar a qualidade.

Havia naturalmente problemas gerais que não eram culpa dos papelreiros, mas os afectavam. A falta de energia eléctrica, por exemplo, perante a qual não se podia falar em mecanização e automatismo. Mesmo assim, algumas papelreiras criaram centrais hidroeléctricas, para consumo próprio e/o comercialização. Foi o caso da Companhia do Papel do Prado que, na Lousã, instalou a Central do Casal do Ermio. Ou o da Fábrica de Góis, com a central de Monte Redondo, que trabalhava em paralelo com a Companhia Eléctrica das Beiras. Mas a grande maioria (cerca de 60 fábricas) trabalhava ainda a energia hidráulica nos inícios dos anos 40, poucas usando energia eléctrica e apenas o faziam para iluminação.

Ao nível do aprovisionamento, além da importação de pastas, continuava o arcaico negócio do papel velho e do trapo, que dinamizava ainda uma importante rede de recolha ("milhares de pessoas") a começar na gandaia (trapeiro ambulante), passando por retalhistas, depositários e intermediários.

Neste quadro geral, não faltam ainda referências pouco abonatórias em relação aos problemas das águas residuais, bem como às situações laborais, marcadas pela baixa remuneração, reconhecidas pelo inquiridor como de "incapacidade de garantirem as necessidades mínimas de vida a que o operário tem direito", com um leque salarial muito estreito, de que só muito relativamente divergiam as fábricas da Matrena e da Abelheira.

Conjugando todos os elementos do inquérito - protecção pautal, preços elevados, baixos salários, insuficiência de produção nacional - o despacho de 24.1.1939, do Ministério do Comércio e Indústria só podia concluir pela existência de "deficiências de organização industrial", pelo que deveria estudar-se a aplicabilidade da pasta produzida na produção na-

cional, encarar a possibilidade de produzir outras pastas utilizáveis pela indústria papelreira, estudar a criação de tipos nacionais de papel, ponderar as espécies florestais mais aconselháveis e considerá-las no plano de arborização.

5. O PROCESSO POLÍTICO DE INDUSTRIALIZAÇÃO. A CONCESSÃO DE LICENÇA À COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE (11.03.1942). A LEI DE FOMENTO E REORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL (LEI N° 2005). O PARECER DA CÂMARA CORPORATIVA SOBRE A LEI N° 2005. A DECLARAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE BASE (C. MINISTROS DE 24.4.1947).

A produção de pasta de celulose em Portugal era uma condição de base para o desenvolvimento da indústria papelreira nacional, reconhecia-se oficialmente, com ligação ao problema da florestação. E era ainda apresentada como uma forma de luta contra o desperdício, pela valorização de produtos nacionais (ao lado de outras, como os sumos de fruta, por exemplo), tal como se fazia na Itália, que constituía um verdadeiro modelo para os homens do Estado Novo (relatório do eng° Humberto de Sousa Reis).

Anote-se que já era comum a utilização de matérias vegetais não lenhosas no fabrico de papel de embrulho (o inquérito de 1881 refere a palha para a fábrica de Ruães) e nos anos 30 consumiam-se pequenas quantidades (200 a 300 toneladas anuais) de palha de arroz, de trigo e de centeio: em 1940, a palha representava uma incorporação de 355 toneladas, cerca de 1% das matérias-primas utilizadas, enquanto a Companhia do Almonda incorporava no papel vides derivadas das enxertias, aproveitando cerca de 40% da matéria-prima (Poole da Costa, 1945).

Assim, a pasta de madeira tornava-se uma matéria-prima fundamental, enquanto produto semi-elaborado, sendo a sua produção, nos finais dos anos 30, assegurada pela Suécia, Finlândia e Noruega, com 34% da produção mundial, os Estados Unidos com 28%, Canadá com 10% e Alemanha com cerca de 11%. Sublinhe-se que a indústria nórdica de celulose se pode caracterizar globalmente como fruto de iniciativas empresariais de proprietários florestais que procuravam valorizar a jusante o seu produto, apostando na produção de pasta. Por contraste, com a floresta desorganizada por pequenas propriedades e mediada por intermediários, em Portugal serão os futuros fabricantes de celulose a desenvolver iniciativas na produção florestal para assegurarem os fornecimentos de madeira.

Nos inícios dos anos 40, Portugal tinha 77 fábricas de papel e de cartão e apenas uma fábrica de pasta química ao bissulfito - a *Caima Pulp* -, havendo uma fábrica de papel com uma pequena instalação para o fabrico de pasta química pela soda, que era a de Vale Maior, cuja pasta se destinava ao consumo próprio da Companhia do Papel do Prado (Costa: 1945).

Desde os anos 20, a *Caima Pulp* já produzia cerca de 5000 toneladas anuais de pasta de eucalipto, das quais só cerca de 15% eram consumidas em Portugal, sendo o resto para exportação. Entretanto Portugal importava 10 a 15 mil toneladas/ano de pasta de madeira, na década de 30, numa progressão acentuada que só a Guerra travou (o ano de 1940 foi o único em que a *Caima* viu a sua produção absorvida pelo mercado nacional).

Esta contradição de produzirmos pasta de papel para exportação e importarmos para consumo era explicada pelas principais fábricas consumidoras de pasta estrangeira (Abelheira, Matrena, entre outras) com o preço elevado e a qualidade deficiente das fibras, soltas, "curtas e brandas", inadequadas ao tipo de papel ordinário, da pasta da *Caima*, uma pasta "crua", que necessitava de posterior branqueamento. Mas a Companhia do Papel do

Prado reconhece-lhe algumas valências: "é muito vantajoso o seu emprego em papéis de impressão fina e extra-fina (imitação de couché) pois não só ajuda à obtenção da opacidade mas também torna macia a superfície do papel". Só que estes tipos de papel só muito restritamente se fabricavam em Portugal, daí o consumo reduzido da pasta de eucalipto da Caima, cuja empresa reconhece a sua sobrevivência por ter encontrado um nicho externo de antigos clientes que asseguravam a compra da pasta produzida. Assim, se a pasta nacional era cara, não era má, como o provava o facto de a Inglaterra e outros países (Bélgica, França, Argentina), serem os principais clientes da pasta da Caima para produção de papéis de qualidade.

Assim, a pasta de eucalipto, ainda que não interessasse aos fabricantes nacionais de papel, aparecia, já com largo futuro, sobretudo se considerada como "compensação da nossa importação de pastas de outra natureza que ela não pode substituir", havendo alvites para a instalação de novas fábricas do tipo da *Caima Pulp* para exploração dos vastos eucaliptais do Ribatejo, embora os anos 30 não fossem favoráveis a iniciativas ligadas à exportação (Sarmento, 1942:712).

Por outro lado, as fábricas de celulose por processo químico surgiam no horizonte como potenciais consumidoras de soda e cloro, produtos derivados de fábricas químicas de instalação recente, o que explica as iniciativas paralelas ligadas à empresa Soda-Póvoa para a criação de uma indústria de celulose.

Finalmente desenvolvia-se, a partir de 1936, um movimento de florestação e de arborização que era necessário rentabilizar, criando a jusante pólos de consumo (não só a indústria de celulose, mas também as de resinas e de aglomerados). Em 1938, os Serviços Florestais são dotados de objectivos mais latos e de um plano de povoamento florestal (Lei nº 1917, com o ministro Rafael Duque). Data de 1939 a criação da Estação de Experimentação Florestal, em Alcobaca, que incluía um Laboratório de Celulose. Foi aqui que se desenvolveram trabalhos de investigação laboratorial sobre o aproveitamento do pinheiro marítimo (*pinus pinaster*) para a produção de celulose e papel, bem como ao potencial de outras espécies para a produção de celulose. Os ensaios foram positivos, ajudando deste modo a Estação a difundir a ideia da nossa riqueza florestal, abundante no *pinho marítimo*, para a produção de celulose (Seabra, 1980).

Acresce que a hipótese de produção de energia eléctrica (com a *lei da electrificação*, nº 2002) constituía um factor de estímulo para a criação de indústrias em grandes fábricas, e estas eram uma condição para a própria electrificação, pelo seu consumo de energia, uma vez que os consumos domésticos não pareciam susceptíveis de crescimento, quer pelo baixo nível de vida geral, quer pela dificuldade de instalar rapidamente a rede de distribuição de energia a todo o País.

Resumindo, a indústria de pasta de celulose colocava-se como uma *indústria de base* num processo genérico e articulado de industrialização.

Ora, desde 1937 que apareceram projectos no Ministério do Comércio e Indústria (Direcção-Geral da Indústria) para indústrias de celulose. Favorável à concentração empresarial, o subsecretário de Estado da Indústria, engº Ferreira Dias, desenvolveu uma acção de concertação em 1940, procurando ligar as propostas dos engºs Santos Mendonça (ligado à Soda-Póvoa) e Quevedo Pessanha (em contacto com especialistas estrangeiros), para a assunção de um projecto conjunto. Ou seja, querendo Ferreira Dias "montar em grande a indústria de celulose e do papel", em face de várias propostas particulares algo indefinidas, escolheu "as que tinham mérito - as que eram personificadas nos engºs Santos Mendonça e Quevedo Pessanha - chamou-as, propôs-lhes colaboração, estimulou-as, forçou-as à concentração", como ele próprio disse na sua linguagem peculiar (*25 Anos. Celulose Cacia*).

Mais tarde, o eng^o Quevedo Pessanha descreveu-nos essa convergência e as ligações familiares determinantes para interessar um grupo económico, revelando as suas ligações iniciais ao ministro João da Costa Leite e da ligação de Santos Mendonça ao BESCL (sogro de Manuel Queirós Pereira, herdeiro do Banco Comercial de Lisboa, entretanto fusionado com o Banco Espírito Santo), dadas as previsões de montantes elevados de capital a mobilizar (Loureiro, 1991: 200).

A escritura de constituição da sociedade ocorreu a 4 de Novembro de 1941, formando-se então a Companhia Portuguesa de Celulose, SARL, com um capital inicial de 200 contos, tendo no Conselho de Administração, como presidente, o Prof. Szilasi, mas integrando aqueles dois fundadores, e participando ainda da fundação o grupo bancário Espírito Santo, através da participação do Dr. Manuel Espírito Santo.

Por despacho do Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, Ferreira Dias, datado 11.3.1942 (D.G. II série, de 14.3.1942) foi então concedida licença à *Companhia Portuguesa de Celulose, SARL*, com sede em Lisboa, para a instalação de uma fábrica de "pasta de celulose branqueada e não branqueada, pasta mecânica, papel de jornal em bobines e papéis de impressão ou escrita". Essa licença era concedida debaixo de 17 condições, algumas das quais meros formalismos burocráticos, de que valerá a pena sublinhar alguns pontos. Assim, a sociedade deveria manter-se sempre nacional (conforme art^o 3 do dec. 27994 de 26.8.1937); deveria apresentar um capital mínimo de 16000 contos ao fim de 12 meses, elevado a 36000 ao fim de 30 meses; devia instalar a fábrica de preferência entre os rios Vouga e Mondego; não tinha limites de produção para as actividades licenciadas, salvo no fabrico de papéis para impressão limitado a 3000 toneladas/ano; ao papel de jornal eram impostas determinadas características técnicas; estabelecia algumas condições transitórias para o período de guerra; não poderia atribuir dividendo superior a 9% durante a guerra; os preços estavam condicionados, sobre vagão na fábrica, a 90% do preço *cif* em Lisboa de produtos análogos segundo a cotação da *Cross & Bevan*, e deveriam, na volta à situação de paz, ser objecto de arbitragem (sociedade, ministério da Economia, indústria papelreira ou Grémio da Imprensa Diária, este último para o papel de jornal). E, num claro propósito de evitar situações de degradação social, a empresa assumia o compromisso de não pagar salários inferiores a 14\$00/dia, salvo aos aprendizes até aos 17 anos, que não poderiam exceder 10% do total de trabalhadores. Um conjunto de exigências que pretendiam ser um quadro dissuasor de eventuais aventureirismos, procurando não reproduzir os quadros negros da situação operária da indústria tradicional, além de haver um desejo de respeitar a indústria papelreira tradicional e a imprensa.

Nos finais de 1943 houve o novo aumento de capital, para 16 mil contos, com entrada de novos accionistas (nomeadamente do grupo financeiro ligado ao Banco Pinto & Sotto-Mayor). Em 28 de Janeiro de 1944 passou a integrar o Conselho de Administração, que passou a ser presidido pelo eng^o Santos Mendonça, o prestigiado eng^o Eduardo Rodrigues de Carvalho (Presidente da Câmara de Lisboa).

Mas a CPC, apesar de estreitamente ligada à política económica então em implementação, tornou-se num processo arrastado, devido ao condicionamento industrial e às dificuldades de reunião do capital necessário. E principalmente pela pronta reacção das papelereiras (que recusaram mesmo a participação no capital da sociedade) e do Grémio da Imprensa, os quais recorreram aos tribunais e exerceram fortes pressões junto do poder, segundo Ferreira Dias, para quem os papelereiros, afeitos ao condicionamento, queriam evitar mais um concorrente e o Grémio da Imprensa temia eventuais e futuras protecções à indústria

nascente que penalizassem a importação então quase livre de papel de jornal (Dias, 1945:356-7)

Neste contexto, o quadro institucional adequado, que permitiu apoios e participação no capital por parte do Estado, só se formou com a lei nº 2005 - *Lei do fomento e da reorganização industrial*, de 1945, quando se definiu em concreto uma política industrial dirigista, visando os objectivos enunciados no título. Segundo a proposta da própria lei, a concessão da licença da CPC, e de outras concedidas entre 1942-45, obedeceria já ao propósito de introdução de "novas indústrias", agora consideradas oficialmente como indústrias-base. Tais licenças eram uma "antecipação" a esta lei, considerando-se concedidas as indústrias de folha de flandres, tubos de aço, metalurgia do cobre, sulfato de amónio, cianamida cálcica e a de *celulose e pasta mecânica*.

Como o próprio nome da lei indica, o programa da lei 2005 passava por criar novas indústrias, capazes de absorverem mão-de-obra e de ajudarem ao equilíbrio da balança comercial e, por outro lado, de reorganizar as indústrias já estabelecidas, adoptando o paradigma das "organizações grandes e perfeitas, servidas por uma técnica vigilante e cuidadosa", postulando que o uso da protecção pautal só poderia servir selectivamente para efeitos de combater o *dumping* ou por "irremovíveis condições de inferioridade" e não para remediar faltas de técnica e de organização.

Concentrar, modernizar e dar base científica à indústria era, pois, o desígnio da proposta de lei, pensada pelo engº Ferreira Dias. O texto de apresentação da lei era um verdadeiro panfleto contra o estado da indústria, condenando o *condicionamento industrial* enquanto elemento de "defesa de interesses próprios e de afastar a concorrência dos que pretendem instalar-se", ou como "instrumento que tolhe a iniciativa privada, fonte de injustiças e dificuldades", reconhecendo que, em sectores desorganizados ou desactualizados, surgia como um prémio ao que era deficiente e mau. Além disso, a lei previa a possibilidade de expropriação por utilidade pública a favor de empresas exploradoras de indústrias com interesse público, pormenor que se veio a revelar determinante para instalação destas indústrias químicas, que ocasionavam sempre rejeições locais. Outra componente indissociável era a do princípio da normalização, ou seja, a obrigação da produção obedecer a tipos produtivos pré-determinados, acabando com a improvisação de feição artesanal. (Câmara Corporativa, *Diário das Sessões*, 1944, nº 85)

Esta lei, fortemente polémica, foi cautelosamente esvaziada na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa do seu articulado mais dirigista, nomeadamente o que remetia as "concentrações" para decisões ministeriais, com possibilidades de expropriação ou de ordem de cessação de actividades, com base nos estudos das comissões reorganizadoras. Introduziram-se *nuances* que transformaram a reorganização em longos estudos e arrastadas negociações entre as empresas interessadas que na prática impediram os objectivos da reorganização, a não ser em sectores restritos. O parecer da Câmara Corporativa, de que foi relator Ezequiel de Campos, gelou claramente o entusiasmo industrialista da reorganização, ao perfilhar o princípio da possibilidade "de alcançar-se o equilíbrio de perfeição e de pequeno custo de fabrico sem fortes concentrações que perturbariam o arranjo dos núcleos industriais dispersos", podendo fazer-se uma concentração "por um sistema mais lento, acautelando-se os interesses gerais", não vendo "vantagem de substituir a feliz mediania nos recursos materiais de muitos (que é estalão próprio da índole e bem-estar da nossa gente) por... grupo ou grupos de excelência industrial porventura, mas de germes certamente de intranquilidade, de infelicidade, de defeituosa distribuição de interesses". E no que se refere à li-

cença da CPC, o Parecer da Câmara Corporativa apontava a urgência de a articular com uma política de florestação (Câmara Corporativa, Diário das Sessões, 1944, p. 495).

No respeitante às indústrias do papel e da celulose, a proposta de lei nº 2005 estabelecia duas directivas fundamentais:

- a produção da celulose apresentava-se como uma "indústria-base a estabelecer";
- a indústria do papel surgia num quadro de "indústrias dispersas que não satisfazem o mercado interno", devendo, portanto, ser objecto de reorganização.

Os objectivos do legislador fizeram estremecer os meios económicos e políticos. E já não será Ferreira Dias (nem Rafael Duque, o ministro) a aplicá-los, pois entretanto saíram do governo. O articulado final da lei nº 2005 acabou por não discriminar as indústrias-base citadas na proposta e outras novas indústrias que pudessem usufruir dos dispositivos de apoio nela previstos. Coube ao Conselho de Ministros de 24.4.1947, já por proposta do ministro da Economia Daniel Barbosa, retomar a recomendação da antiga introdução da proposta de lei e declarar a "celulose, pasta mecânica e papel de jornal" como indústria-base (enquanto indústria que se desenvolve a partir de matéria-prima nacional), ao lado das de sulfato de amónio, da folha de flandres, cianamida cálcica e amoníaco, indústrias que assim se libertavam do espartilho do condicionamento industrial.

Paralelamente, no sector da fabricação de papel, enquanto indústria antiga a reestruturar, foi nomeada a comissão de reorganização por portaria de 2.8.1947.

6. O PLANO MARSHALL, O I PLANO DE FOMENTO E O ARRANQUE FABRIL DA COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE (1953). AS DIFICULDADES INICIAIS DA EMPRESA E A APOSTA NA PASTA DE EUCALIPTO (1957). A DINÂMICA DO PROCESSO EMPRESARIAL FACE À CONCESSÃO INICIAL DITADA PELA POLÍTICA ECONÓMICA.

Apesar das importações crescentes de pasta de madeira, atingindo as 17040 toneladas em 1949, o arranque da indústria de celulose parecia transformar-se numa daquelas "indústrias do Diário do Governo, todos os anos renovadas e instaladas no papel", na expressão do deputado Ângelo César (Diário das Sessões, 15.11.1944).

Com a declaração institucional da celulose como *indústria-base*, ocorre a nova composição social da CPC, que inclui o aumento de capital para 32 mil contos e a entrada do Estado como accionista com um tranche de 16 mil contos. O engº Rodrigues de Carvalho subiu então a presidente do Conselho de Administração (que já integrava) em 1948 (cargo que desempenhou até à sua morte, em 30.9.1970), por designação do governo. Este político e este novo contexto terão sido determinantes para a declaração da indústria-base, bem como para a posterior integração do projecto da celulose no Plano Marshall.

QUADRO I
CPC - Evolução do nº
de Trabalhadores

Ano	Trabalhadores	Salário médio anual
1950	2	
1951	22	
1952	201	
1953	464	
1954	816	
1955	1031	12229\$25
1956	1135	12529\$86
1957	1236	13403\$82
1958	1258	13917\$98
1959	1339	14998\$83
1960	1397	15862\$72
1961	1394	17102\$00
1962	1464	17820\$30
1963	1498	19777\$10
1964	1593	20241\$82
1965	1616	23422\$89
1966	1314	24434\$21
1967	1900	25159\$12
1968	1663	28874\$61
1969	1489	33110\$21
1970	1483	40120\$34
1971	1362	50721\$58
1972	1371	64936\$39
1973	1353	76543\$32
1974	1374	129865\$17
1975	1418	153967\$57
1976	1461	166585\$70
1977	1609	160690\$79

Por imposição da licença de concessão (renovada em 1948 e 1951, dado o incumprimento de prazos), a CPC não tinha limites na produção de pasta e de papel de jornal, obrigando-se a sociedade a satisfazer todas as necessidades do País naqueles produtos. E, na localização da fábrica, a instalar na região dos rios Mondego ou Vouga, pesavam efeitos múltiplos, desde logo os factores económicos decisivos (envolvência de matéria-prima e de água, meios de comunicação, quer terrestres para transportes a montante, quer portuários para escoamento a jusante), mas também preocupações de desenvolvimento económico regional, geograficamente mais equilibrado, para evitar a acentuação das polarizações existentes.

Acabou por se escolher como localização Cacia, freguesia de Aveiro, numa zona rodeada de uma mancha florestal ampla e densa, perto do porto de mar de Aveiro (11 km), na margem do rio Vouga, e próximo da linha de combóio do Norte e da estrada nacional Aveiro-Porto, numa disposição privilegiada, para efeitos fabris, que posteriores acessos

construídos ampliaram (incluindo linha férrea privativa). E não se poderá negar que a CPC contribuiu fortemente para o desenvolvimento local e regional, não só pelo emprego (chegou a ter cerca de 1900 trabalhadores), como pela dinamização do porto de Aveiro. Marcou embora a região com o típico "cheiro a Cacia", numa evidência de efeitos ambientais.

Perante as dificuldades de capital inicial que mal davam para os terrenos (243 parcelas, a maioria por transação amigável e 3% renitentes, acabando por ser expropriadas apenas 5 parcelas) e para os estudos de implantação, tendo sido insuficiente uma emissão de obrigações, por limitação oficial, e gorado a possibilidade de crédito estrangeiro por financiamento à exportação por falta de aval governamental, a esperança só foi recuperada com o Plano Marshall, ultrapassadas as conhecidas hesitações do governo de Salazar em recorrer aos norte-americanos.

Na verdade, o impulso decisivo só ocorreu em 1949, após Portugal ter apresentado finalmente uma série de projectos ao apoio financeiro do Plano Marshall, entre os quais se incluiu o da Companhia Portuguesa de Celulose. Adoptado o projecto pela E.C.A., em Washington, durante o ano de 1950, foram concedidas duas prestações de US\$2.000.000 e US\$1.998.000 por conta da ajuda Marshall e destinadas à aquisição de máquinas e outro equipamento nos Estados Unidos e Europa. Daí vieram então, em moeda portuguesa, cerca de 125000 contos para o governo português, sob a forma de crédito, quantia depois disponibilizada à C.P.C pelo Fundo de Fomento Nacional.

Assim, em 1950, representantes da administração e o técnico finlandês Karl Amperla, responsável pelo projecto das instalações e do arranque de laboração (esteve ao serviço da CPC entre 1947-54), deslocaram-se aos Estados Unidos para adquirir uma parte do equipamento necessário, uma vez que outra parte (máquina de papel, super-calandra e enroladora) foi adquirida na Europa. Ainda neste ano de 1950 iniciaram-se as terraplanagens e construção dos arruamentos de acesso, a construção do ramal ferroviário para serviço privativo da fábrica (com um feixe de linhas internas entre as várias unidades de produção) e ligação à linha do Norte, ao mesmo tempo que se ia adquirindo o equipamento, cuja montagem se iniciou em Fevereiro de 1952, dez anos depois da concessão da 1ª licença.

E o 1º Plano de Fomento (1953-58), embora centrado na electricidade e transportes, foi fundamental para esta e outras indústrias-base, na medida em que alargava a base da participação de capitais, permitindo que as caixas de previdência e as seguradoras pudessem comprar obrigações e participar no capital accionista destas indústrias-base como formas de rentabilização dos seus capitais. E incluía a CPC: substituição de importações tanto na pasta como no papel, com promoção da estabilidade no abastecimento e no preço do mercado nacional, era o objectivo sectorial apontado pelo Plano de Fomento, para o qual contribuiria a Companhia Portuguesa de Celulose, além dos seus efeitos estratégicos de animação industrial a montante e jusante e de criação de emprego. E o Plano retomava ainda o projecto florestal, prevendo a florestação de mais 70.000 hectares de baldios no Norte, admitindo, face à previsão dos elevados consumos de madeira pela CPC (150.000 t) a revisão da política de exportações de madeira, para evitar riscos de deflorestação ou altas exageradas nos preços, apontando-se a importância de gradualmente substituir a exportação de madeira em bruto, cujo montante se aproximava das 200000 toneladas, pela produção de pasta e outros derivados.

As verbas envolvidas no arranque da fábrica foram elevadas para a altura e para o meio industrial português: o custo de equipamentos e sua instalação orçou os 215000 contos, enquanto os terrenos, construções, terraplanagens e arranjos custaram cerca de 48000 contos (ou seja, um total de cerca de 15 milhões de contos em números actuais). O capital foi

elevado gradualmente: em 1952 já era de 72 mil contos, em 1954 passou para 120 mil, em 1956 era de 150 mil, a que outras ampliações se seguiram.

Podemos apreender resumidamente os graus de participação accionista pelo quadro de distribuição de dividendos, que nos mostram o peso dos organismos públicos na estruturação da Companhia Portuguesa de Celulose, numa altura em que os fundos criados nas Caixas de Previdência foram importantes para o fomento industrial.

QUADRO II
CPC - Distribuição de
dividendos - 1964

Fonte: Relatório e
Contas, 1964

<i>Accionistas</i>	<i>Distribuição do Dividendo (%)</i>
Accionistas particulares	31,55
Estado	13,33
Banco de Fomento Nacional	12,00
Caixas de Previdência	31,12
Imposições legais	12,00

Com uma capacidade total teórica de 39000 toneladas/ano, a CPC iniciou a produção de pasta química em 23 de Julho de 1953, com pasta crua de pinho, alargando a produção, de forma gradual, e escoando desde o início uma parte substancial da sua produção no mercado externo.

As estimativas iniciais de produção anual, em toneladas, apontavam para:

Pasta não branqueada	8200
Pasta Branqueada	5800
Papel Kraft	15300
Papel pelo sulfato, branqueado	2700

Em 1955 iniciou-se a produção de pasta mecânica para papel de jornal, Instalou-se o equipamento para as caixas de cartão canelado. Em 1956 instalou-se a linha de fabrico de sacos de grande conteúdo.

Nesta fase de arranque (1953-57) importa sublinhar o contributo de técnicos finlandeses que exerceram uma função de enquadramento inicial dos técnicos portugueses na produção de pasta e de embalagens, os quais rapidamente ganharam voo. Posteriormente, foi um contrato de assistência técnica com a firma inglesa Albert Reed & Ca., que permitiu otimizar a produção de papel kraft e ensaiar a produção de papel de jornal.

Estes anos iniciais da década de 50 foram assim anos experimentais: quer no domínio técnico, onde avulta a procura de melhoria de qualidade, com esforços consecutivos para o branqueamento das pastas, ensaiando processos de purificação da água do Vouga, muito poluída nas estiagens, quer nos processos de depuração e de secagem, factores indispensáveis para ganhar mercado externo.

Um dos problemas mais difíceis de resolver foi o da água do rio Vouga. Levantado desde o início de laboração, estava o efeito de salinização das águas, trazido pelas marés vivas e depois ampliado com as obras de construção do porto de Aveiro. Para o combater, construíram-se inicialmente barragens temporárias de madeira no rio Vouga, datando a primeira de 1954. A este, outro problema se veio juntar, uma vez que o Vouga arrastava efluentes não tratados a montante de Cacia, remontando uma parte substancial ao rio

Caima, afluente do Vouga, e que já recebia efluentes fabris não tratados. Assim, para o abastecimento de água às caldeiras, a solução foi perfurar o terreno e construir poços.

No campo comercial, desenvolveram-se operações no sentido de tactear as potencialidades do mercado internacional e intensificou-se a pressão junto do governo para a regulamentação das embalagens com qualidade kraft em produtos alimentares e para o uso de embalagens de cartão canelado, dado o grande uso que ainda se verificava do velho papel de embrulho derivado das indústrias caseiras.

Havia, contudo, um "pecado original" nesta fábrica, derivado do sonho autárquico de Ferreira Dias, justificável com o ambiente de guerra mundial e com a necessidade de respeitar as oposições à industrialização, que achavam não haver mercado nacional para estes tipos de indústria, nem acreditavam na competitividade internacional. Esse "pecado" é já entrevisto na concessão da licença de 1942, apresentada com a intenção de revolucionar a indústria de papel em Portugal, de fazer da CPC, concebida "em grande", a base do auto-abastecimento nacional, com o efeito, economicamente perverso, de a pôr a fabricar de tudo. O próprio Ferreira Dias, explica na sua "Linha de Rumo", que a iniciativa de conceder licença de produção de papel (3000 toneladas, valor do *deficit* da produção nacional, compensado por importação, mas que tanta celeuma levantou entre os papeleiros), era uma espécie de compensação do risco que uma indústria nova, como era a da celulose, sempre acarretava.

A CPC não era uma fábrica mas um verdadeiro conglomerado de fábricas ou linhas de fabrico distintas, a de pastas (química e mecânica), a de papel de escrita, a papel de jornal, a de cartão canelado e caixas, a de sacos, a de fita gomada. A empresa teve de aprender por si a encontrar caminhos próprios de afirmação, a evoluir para a especialização e a fazer do mercado externo a sua vocação.

O maior problema era o do papel de jornal, que constituía um dos objectivos iniciais e pesara na licença governamental. Apesar de a sua produção aumentar gradualmente (14300 t em 1956), fazia-se em grande parte por importação de pasta norueguesa, devido a problemas de adequação do pinho ao maquinismo. Neste contexto, a produção de papel de jornal não era remuneradora, pois os direitos sobre a importação de pasta eram quase o dobro dos que incidiam sobre o papel de jornal em bobines" (Relatório de 1956). Mesmo com a redução de direitos na pasta importada (de 2\$40 para \$80/tonelada) a situação não melhorou, pois do estrangeiro vinha sempre papel de jornal mais barato, tornando a produção inviável em face dos custos e do confronto desfavorável com a concorrência externa. O consumo de electricidade para a produção da pasta mecânica era elevadíssimo, correspondendo a um factor de 30% no custo final do papel, quando o preço da energia nacional era quadruplo em relação ao praticado nos países concorrentes. Por outro lado, o mercado nacional de papel de jornal, mesmo na sua totalidade, era reduzido para se conseguirem economias de escala com eventuais modernizações de equipamento. Por isso "a composição corrente do papel de jornal nunca ultrapassou os 30% de pasta mecânica nacional, com 50% de pasta mecânica estrangeira importada", sendo o restante por mistura de pastas químicas, conforme documentou o eng^o Carlos Valente (*25 Anos. Celulose Cacia*: 59).

Assim, só episodicamente se fabricou papel de jornal totalmente com matéria-prima portuguesa. A procura de papel de jornal aumentara no entanto ligeiramente e a CPC viu-se obrigada desde 1964 a importar papel de jornal escandinavo para satisfazer os seus compromissos de fornecimento. Agravando-se a situação no ano seguinte, a CPC veio a criar com as principais empresas escandinavas uma empresa distribuidora – a SODIPEL – Sociedade Distribuidora de Papel, SARL, para funcionar a partir de 1967, com o objectivo de

fornecer à imprensa diária um material de qualidade e competitivo, mas recorrendo à importação. Em 1969, a CPC abandona definitivamente a produção de pasta mecânica e de papel de jornal.

O curto ciclo de produção de papel de jornal em Cacia é, no entanto, bastante significativo do ponto de vista histórico, pois tinha sido um dos objectivos mais esgrimidos pelo eng^o Ferreira Dias para a implementação da indústria de celulose e resultou num fracasso. Tal como a fixação em torno da pasta de pinho poderia ter redundado nas mesmas consequências ou pelo menos ter condicionado fortemente o crescimento da empresa e do sector da celulose. Valeu o amplo leque de opções da concessão e o sentido investigativo dos técnicos de Cacia, que acabaram por dar um rumo completamente inovador à vocação produtora da empresa, através do eucalipto, garantindo o seu crescimento e a forte penetração no mercado externo.

A CPC vislumbrou desde o início o potencial das pastas químicas. Depois de quatro anos a produzir pasta de pinho, período que constituiu uma fase de aprendizagem, brilhou uma luzinha, quando alguém se lembrou de que na Austrália se utilizavam madeiras do género eucalipto para o fabrico de pastas. Importa, no entanto, lembrar artigos anteriores a incentivar o uso do eucalipto para produção de pasta (um trabalho de Júlio Mário Viana, em 1920, e um artigo do eng^o Arala Pinto, publicado na *Indústria Portuguesa*, em Janeiro de 1948).

A verdade é que, em 1956, a CPC iniciou pesquisas laboratoriais para avaliar a adopção do eucalipto como matéria-prima de pastas kraft cruas e branqueadas e respectivas propriedades papeleiras. Sendo uma matéria fibrosa de crescimento rápido, poderia trazer vantagens económicas, embora a sua configuração de fibra curta levantasse receios sobre o seu tratamento no equipamento convencional. Os ensaios laboratoriais com base em *eucalyptus globulus* pelo processo kraft revelaram um produto resistente ao nível das melhores pastas nórdicas de bétula, com processo de refinação bastante rápidos. Vencendo resistências iniciais de todo o tipo, desde a administração da empresa aos técnicos estrangeiros e clientes, a Companhia Portuguesa de Celulose (por obstinação de alguns técnicos, nomeadamente os eng.^{os} Rolo e von Haffe) veio a ser a primeira fábrica europeia a produzir pasta branqueada de eucalipto ao sulfato. Produziu-se esta primeira pasta a nível fabril em 4 de Janeiro de 1957 e em 29 de Janeiro incorporou-se experimentalmente no fabrico de papel kraft, com resultados positivos.

As primeiras remessas comerciais saíram para o mercado em Abril de 1957. Datas históricas para a CPC, pois representam o fabrico de uma pasta totalmente inovadora no mercado, mais económica e com elevadíssimas qualidades de opacidade e resistência. As primeiras remessas destinaram-se a fábricas de papel portuguesas - a Guilherme Graham - Fapajal (5,2 toneladas) e à Casa Veludo (2,7 t), num fornecimento que atingiu as 44,6 t., em 1957, para estas duas empresas, seguindo ainda 51,2 toneladas para Albert Reed C^o, em Inglaterra. Bem recebida nos mercados, em 1958 chegavam amostras de papel de impressão produzidas a partir dela nas oficinas francesas da Hachette, ou a notícia de que o conceituado produtor Tullis Russell, que antes apenas utilizava fibra de alfa norte-africana nos seus papéis de impressão de alta qualidade, passava a substituir esta pelo pasta de eucalipto branqueada de Cacia. Em 1958, a CPC produzia já 9600 toneladas desta pasta, arrancando para um crescimento contínuo.

Para a indústria portuguesa, tradicionalmente tão apocada, e particularmente para a indústria da celulose, então nascente e com tantos opositores, o facto tornou-se memorável, tanto mais que muitos duvidavam do interesse industrial de mais uma "fibra curta", consi-

derada como "matéria de enchimento" de papéis, bem como da funcionalidade do equipamento convencional face a um produto com várias dificuldades técnicas dada a elevada viscosidade. Mas o que aconteceu, foi a disponibilização de uma "nova e valiosa matéria-prima fibrosa para papel".

Ou seja, a pasta de eucalipto ao sulfato circunscreve uma espécie de círculo virtuoso na indústria de celulose: apresenta maiores facilidades no aspecto técnico (na deslinhificação e no branqueio) e, do ponto de vista económico, proporciona elevados rendimentos e baixos consumos de produtos químicos, aumentando a qualidade do produto final (papéis finos, opacos e resistentes para impressão). Assim, com o decorrer do tempo e o apuramento técnico, nomeadamente no branqueamento, esta pasta transformou-se na principal produção do centro fabril, quer como produto próprio, quer para soluções mistas noutros produtos (kraft, jornal).

7 . A COLABORAÇÃO DA CPC COM A SOCEL (SETÚBAL), A PARTICIPAÇÃO ACCIONISTA. A MADEIPER NO ABASTECIMENTO DE MADEIRAS. A DIFUSÃO TECNOLÓGICA A PARTIR DA "UNIVERSIDADE DA CELULOSE" DE CACIA. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.

No decorrer dos anos 50 a Companhia Portuguesa de Celulose tornou-se no núcleo central do sector do papel, posicionando-se mesmo para desempenhar um papel de protagonismo em face da prevista reorganização industrial do sector, tornando-se, em 1959, accionista da Companhia do Papel do Prado.

E estabeleceu contrato com a SOCEL - Sociedade Industrial de Celuloses, então em criação, para prestação de assistência técnica e comercial, de forma a pôr a funcionar as suas novas instalações fabris na península de Mítrena (Setúbal), que deveriam produzir inicialmente 60.000 toneladas anuais de pasta de eucalipto e de pinho. A CPC tornou-se accionista (25%) e os seus administradores assumiram também a administração da Socel. Este controlo accionista, de uma empresa que inicialmente se projectara como concorrente, era explicado aos accionistas como um "acto de interesse nacional, por com ele se criarem, no sector que nos diz respeito, melhores condições de resistência ante a situação que se avizinha, proveniente da entrada de Portugal para um dos grandes espaços económicos europeus". Tratava-se da integração na EFTA, cujo acordo de adesão data precisamente de 1959.

Esta colaboração entre as duas maiores empresas do ramo dispensou a colaboração estrangeira habitual e desenvolveu-se depois no sentido da fusão (CPC+Socel), que se deveria efectuar em 1974 (cuja designação seria NACEL), só não acontecendo pelas razões da revolução política entretanto operada. E se a isto acrescentarmos que, sob os auspícios dos administradores da Socel, em grande parte os mesmos da CPC, se ergueu, entre 1965-1969, a INAPA - Indústria Nacional de Papéis (por iniciativa de Quevedo Pessanha), uma moderna papelreira, mesmo ao lado das instalações da Socel, da qual passou a receber, por conduta própria, pasta em suspensão para a produção de papel, podemos vislumbrar o sonho integrador gradualmente elaborado pelos construtores da indústria de celulose em Portugal (engrs. Quevedo Pessanha, Santos Mendonça, Rodrigues de Carvalho).

O sucesso da CPC, animou à corrida pelas celuloses. Se o projecto SOCEL acabou por ser controlado e complementar ao de Cacia, outros surgiram, desde logo o da Caima Pulp, que nos inícios de 60 desenvolvia uma nova fábrica de pasta de eucalipto, em Constância, com conclusão prevista para 1961, dando ocupação a 200 pessoas, para uma produção de

30000 toneladas de pasta de eucalipto. Os anos 60 vão ser, de resto, de uma verdadeira explosão de pedidos de celulose, como veremos adiante, num claro efeito emulativo do sucesso da CPC. Por isso, em 1963 a CPC decidiu pedir superiormente licença para uma ampliação de capacidade de produção de pastas, respondendo à procura do mercado, mas também como afirmação da empresa, numa altura em que se multiplicavam os pedidos de instalação e quando o mais importante seria redimensionar as existentes, tanto para efeitos de concentração económica, como de actualização tecnológica. Essa ampliação tornou-se operativa em 1968, passando a CPC para uma capacidade nominal de 150 mil toneladas/ano de pastas, das quais 100 mil eram de pasta branca de eucalipto.

Mas, entretanto, outro problema se colocava a montante: o abastecimento de madeira, então ainda irregular, no qual operava uma difusa acção de intermediários. A Socel, por exemplo, desenvolveu logo um serviço próprio de abastecimento florestal, para pesquisar disponibilidades florestais, firmar contratos, desenvolver uma acção própria de florestação em terrenos do Estado ou de grandes casas agrícolas (nomeadamente com a Fundação da Casa de Bragança), elaborar uma carta florestal a Sul do Tejo. O exemplo da Socel, de partir para a florestação, constituiu uma iniciativa pioneira, depois seguida por outras empresas do sector, e até pelo governo, na medida em que o despacho orientador (de 12.9.1966 da Secretaria de Estado da Indústria) para a instalação de novas "celuloses" impunha a condição das novas empresas fomentarem a produção de madeiras previstas para consumo. Com 9300 hectares de eucaliptos plantados em 1970, a Socel tornou-se o "primeiro produtor de eucaliptos do país". Só que, na "fábrica florestal", planta-se agora, para só colher vários anos depois! E a instalação em Portugal de novas fábricas de pasta e de aglomerados nos anos 60 provocou perturbações no mercado da madeira, com uma "anormal competição" e alta de preços.

Esta situação levou à criação da *MADEIPER - Organização Central de Abastecimento de Madeiras*, em 1969, sugerida por uma comissão oficial para o estudo da comercialização da Madeira, de que foi mentor e primeiro presidente Manuel Queirós Pereira. Os objectivos declarados eram criar um equilíbrio entre os interesses da Lavoura a preços compensadores e garantir para a Indústria o regular abastecimento de matéria lenhosa, através da atribuição de quotas de rateio e da fixação de preços, evitando as designadas "distorções de mercado" por efeito dos intermediários. Esta ligação directa da indústria à lavoura visava reestruturar o mercado e racionalizar os circuitos de distribuição, favorecendo as transacções directas. Mas na prática tratou-se de criar uma solução horizontal, uma situação de monopólio, em que a Madeiper, como órgão próximo das celuloses e das fábricas de aglomerados, "assumiu o compromisso junto do Governo de adquirir todo o eucalipto produzido no País e pelos anos mais próximos" (Socel - Relatório de 1971). O consórcio MADEIPER, a que aderiram a Socel, a CPC, a Celbi, a Caima, tornou-se polémico pela sua função cartelizante do lado da procura, sendo liquidado após as nacionalizações em 1975.

Entretanto, um complexo fabril como era o da Companhia Portuguesa de Celulose vive um processo de investimento contínuo, quer para adequar e/ou ampliar as produções dos tipos de fabrico mais procurados, quer para renovação do equipamento. Manutenção, modernização, ampliação são acções que ocupam uma parte substancial da actividade de gestão do complexo fabril.

Com as suas exigências permanentes de modernização e ampliação e a tradição da assistência técnica própria e a prestada a outras empresas pela sua Direcção Técnica, a CPC criou, em 1965, o GETE, um gabinete de estudos privativo, com os meios técnicos de Cacia,

os quais para além do apoio à instalação da Socel, já tinham ajudado ao arranque da fábrica da Empresa Nacional de Celulosas, em Pontevedra, Espanha(1961-62).

Através do GETE, a CPC respondeu a múltiplas solicitações, difundindo a tecnologia da pasta e do papel:

- em 1965, foi chamada a estudar as condições técnicas e expansão da Companhia de Celulose do Ultramar Português, em Angola (Alto Catumbela);
- estudo e elaboração do projecto da fábrica de papel da INAPA (na Mitrena, junto da Socel);
- assistência técnica à firma francesa *Compagnie des Ateliers et Forges de la Loire*, responsável pelo projecto de uma fábrica de papel e de celulose na Jugoslávia - *Fabrika Celuloze I Papira Sremska Mitrovica*;
- assistência da Companhia Indústrias Brasileiras Portela para dar capacidade às instalações de pasta, papel e sacos em Jaboatão (Recife), em 1966;
- em 1967, projecto de uma fábrica a instalar no Minho - a Cemil, ligada ao grupo Champalimaud, que não chegou a concretizar-se, por caducidade e não renovação da licença;
- em 1973, a CPC deu apoio à CEASA – Celulose das Astúrias, SA, em Navia;
- em 1973, planeou a CELANGOL – Celuloses de Angola, que não se chegou a concretizar por efeitos da descolonização (e está na origem da Soporcel).

A Companhia Portuguesa de Celulose, SARL, depois Centro Fabril da Portucel, EP, tornou-se uma empresa mítica a vários níveis no sector da celulose em Portugal, pelo papel histórico que desempenhou no arranque decisivo do sector. Nos 60/70 era um alvo de atenções contraditórias. Do ponto de vista técnico, a fábrica de Cacia era a "universidade" ou a "catedral" da Celulose, pela capacidade tecnológica demonstrada, que conseguiu ir mais além do nível de adaptação da tecnologia estrangeira para descobrir e expandir um produto original, de elevadíssima qualidade e com um importante potencial de mercado - a pasta branca de eucalipto. Tornou-se, assim, a fonte onde outras empresas vieram buscar inspiração de produto e sustentação técnica, não se eximindo a CPC a colaborar nas principais iniciativas portuguesas e espanholas, alargando essa acção ao Brasil. Foi ainda a escola de inúmeros técnicos de celulose que depois evoluíram profissionalmente noutras unidades, que nela aprenderam vários saberes, dada a diversidade do complexo fabril.

No reverso da medalha, porém, pesava o efeito poluidor da fábrica, a criar antipatias no meio local, que a expressão "cheira a Cacia" denunciava. Através da imprensa pode acompanhar-se muito do que foi esse jogo de antipatia mútua, entre alguns interesses locais e a empresa, em que a empresa chegou a ser responsabilizada por tudo o que era poluição na bacia do Vouga, tornando-se uma espécie de "bode expiatório", sabendo-se, no entanto, de antemão, que ela se situava a jusante de outras importantes fontes poluidoras, que eram estrategicamente esquecidas. Reconheça-se, no entanto, tal como o fez o eng^o Carlos Valente (*O Nosso Jornal*, 25.01.1979):

“A nossa fábrica não foi dotada, durante mais de vinte anos, com qualquer dispositivo controlador da poluição. O seu projecto inicial e fases de ampliação nada contemplaram nesse capítulo. As instalações e processos foram todos concebidos em esquemas totalmente abertos. Daqui que tenham sido muito difíceis as relações da Fábrica com a Comunidade”.

Nem poderia ser de outro modo, quando uma grande fábrica química deste tipo se situa ao lado de uma povoação, no meio de uma zona de campos férteis para arrozais e utiliza água de um rio que exercia uma função determinante no regadio local.

Entretanto, a CPC participava, quase desde o seu início, na Comissão de Poluição da Bacia do Vouga, que integrava técnicos ligados à J.A.P.A e representantes de vários organismos locais, aceitando estabelecer, em 1965, uma estação piloto de decantação do efluente, mais tarde desactivada. Desde 1972 que aceitou pagar indemnizações aos agricultores locais considerados lesados pelos fumos e/ou pelos esgotos. Mas depois de medidas avulsas tomadas ao longo do tempo, só em 1974, quando se abriram as possibilidades de discussão pública neste domínio e emergiram "comissões de defesa", a questão começou a ser encarada de frente. Por um lado, a empresa precisava de circunscrever o seu impacto negativo, para afastar responsabilidades que lhe eram atribuídas e que não reconhecia, como era o caso da destruição de arrozais, em que as peritagens apontavam para os efeitos da salinização das águas, provocadas pela diminuição de caudal do Vouga nas estiagens, por consumos e assoreamento, pela aumento da amplitude das marés, combatidas apenas através das barragens sazonais construídas pela fábrica na primavera e destruídas no inverno para deixar correr o caudal então aumentado. Se a problemática das marés e da sua contenção era uma questão que extravasava as responsabilidades e poderes da Fábrica para ganhar dimensão pública, importava, porém, tomar medidas, com o máximo de eficácia possível, para evitar a quota de poluição que a produção de celulose ocasionava. Tratava-se de proceder à instalação de mecanismos necessários ao tratamento de efluentes e de filtros para conter fumos e vapores, diminuindo resíduos e cheiros, e de reforçar a segurança geral do equipamento para evitar descargas acidentais.

Mas só em 1978 se começou a implementar um programa, em várias fases, para redução e controlo da poluição, reconhecendo-se que "é sempre mais eficaz e rentável a prevenção da poluição do que o seu tratamento posterior" (Matos; Nordeste: 1990).

8 . A APOSTA DEFINITIVA DA CPC E DA SUA ASSOCIADA SOCEL NA EXPORTAÇÃO. A COMISSÃO DE REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PAPEL (02.08.1947), A LEGALIZAÇÃO DAS UNIDADES CASEIRAS (1956) E O FRACASSO DA REORGANIZAÇÃO DO SECTOR.

A pasta branqueada de eucalipto tornou-se, com o tempo, responsável pela crescente internacionalização da CPC e da sua associada - a Socel, cuja evolução conjunta de vendas, realizadas pela primeira, nos dá claramente a percepção do calendário desta internacionalização. Assim, depois de uma importância determinante do mercado externo no arranque da CPC (por exemplo, em 1955, o mercado externo absorveu 111840 contos, enquanto o interno se limitou a 48110 c.), absorvendo, em grande parte, as primeiras pastas produzidas, depois a diversificação produtiva introduzida (papel de jornal, embalagens) centrava-se na preocupação de satisfazer o mercado interno, muito na expectativa da reorganização da indústria papeleira. Como esta não aconteceu, e dadas as potencialidades reveladas da pasta branqueada do *eucalyptus globulus*, de elevadíssima qualidade, destinadas a papéis de topo de gama, a CPC conquistou rapidamente espaço no mercado externo. Assim, a ampliação fabril que ocorre por 1968 e aumenta a capacidade de produção de pasta para 150 mil toneladas/ano aposta nesta via exportadora, com o mercado externo a superar largamente as vendas no mercado interno (Quadro III).

QUADRO III – CPC:
Evolução das vendas
nos mercados interno
e externo (produção
CPC + Socel +
importações)

Ano	Mercado interno -1	Mercado externo - 2	1/2 (%)
1964	303600	202700	149
1965	390150	276150	141
1966	411400	391050	105
1967	349648	340867	103
1968	322427	391778	82
1969	367341	538532	68
1970	365671	653621	56

Esta actividade exportadora veio ajudar a dinamizar o porto de Aveiro, até aí muito debilitado. Se as exportações por este porto só se iniciaram em 1964, a título experimental, mas em que as cerca de 12 mil toneladas de pasta já representaram 32% das mercadorias exportadas pelo porto, em 1972 o movimento da CPC, bastante ampliado, representava 77% das mercadorias saídas e 45% do total movimentado. Reconhece-se à CPC um papel decisivo na dinamização portuária, que levou à criação de condições capazes de atraírem outras empresas exportadoras (Barrosa, 1978).

Em 1970, depois do resultado das suas ampliações e ajustamentos produtivos, a Companhia Portuguesa de Celulose fazia um terço das receitas das 57 sociedades ligadas à produção de pasta para papel e de papel. Por essa altura foi decidido promover nova ampliação, de 150 para 205 milhares de toneladas/ano, além de outros ajustamentos técnicos. Esta ampliação planeada para concluir-se pelos últimos meses de 1975, veio a atrasar-se pelas alterações políticas e económicas entretanto vividas no País, só se concretizando em 1979.

Como vimos, esta aposta da CPC/Socel na exportação, teve muito a ver com o fracasso da reorganização industrial na indústria do papel. Como decorreu esse processo?

O processo da reorganização da indústria de papel tornou-se um folhetim igual ao de outros sectores industriais. Sucessivas nomeações (em 1947, 1949, 1961, em 1963, 1966) de delegados, para a comissão, quase ao fim de vinte anos, reconhecer que nem sequer estavam estabelecidas as bases para a reorganização das cerca de 120 fábricas de papel em actividade na altura! Para agravar esta situação, tinha-se verificado, em 1956, a legalização de um vasto conjunto de unidades caseiras, que transitaram para o regime de condicionamento, apesar de não terem cilindros secadores, e produzirem ainda papel seco ao ar, o que era ilegal, por imposição do Supremo Tribunal Administrativo, para o qual tinham recorrido. Eram algumas dezenas de unidades, principalmente "de Aveiro e Porto, de papel e cartão, que utilizavam como matéria-prima principal trapo e papel velho, muitas delas em circunstâncias insalubres". Esta situação gerou fortes críticas nos meios políticos e industriais, constando-se ser fruto de pressões de um importante homem do regime, o conselheiro José Albino dos Reis, da zona da Feira, região onde abundavam as indústrias caseiras. O parecer subsidiário da Câmara Corporativa ao II Plano de Fomento, apontando as deficiências do sector, criticou fortemente esta "infeliz medida que permitiu a passagem da indústria caseira de fabrico de papel ao regime industrial" (*Indústria Portuguesa*, 369, Nov./1958:451).

O problema era que a legalização das unidades caseiras, ao multiplicar as "fábricas", vinha multiplicar as indemnizações esperadas que deveriam resultar da concentração. Deste modo se ajudou a inviabilizar a reestruturação.

Mas como funcionava a fixação dos preços até ao futuro estabelecimento da reorganização, estando prevista a liberalização a partir dessa altura, decidia-se agora essa liberalização, estabelecia-se a aplicação das "normas" oficiais para a produção dos diversos tipos de papéis e fixavam-se quantidades mínimas a vender pelas fábricas em cada encomenda, na ordem das toneladas. Na falta de auto-reorganização da indústria, estabeleciam-se as condições de funcionamento do mercado para que ela ocorresse: as unidades de feição artesanal ficaram condenadas. Os problemas da integração só recentemente têm sido retomados.

9. O SURTO DE PEDIDOS DE LICENÇA PARA CELULOSES NA DÉCADA DE 60. O DESPACHO ORIENTADOR DE 11.7.1966 (SEC. ESTADO DA INDÚSTRIA), AS NOVAS FÁBRICAS DE CELULOSE E MODALIDADES DE IMPLANTAÇÃO. OS PROBLEMAS NO PÓS-1974 E A NACIONALIZAÇÃO DO SECTOR.

Os anos de 1963/65 pareciam revelar o sucesso da indústria de celulose, já com a CPC, a Socel e a Caima. Neste curto período de 3 anos sucedem-se, para além das ampliações, 12 pedidos de instalação, num outro tipo de folhetim. As empresas já instaladas ou com licenças já concedidas protestam contra esses pedidos, recuperando a legislação do condicionamento industrial para efeitos de licenciamento e instalação. Por sua vez, os pedidos procuravam sobretudo explorar a dimensão geográfica da malha do condicionamento, solicitando licenças para instalações a localizar em distritos que ainda não tinham este tipo de indústrias. O tráfico de influências e o protagonismo de personalidades políticas no regime para efeitos de concessão das licenças foi uma situação reconhecida na altura e publicamente comentada. Basta folhear o Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais para nos apercebermos deste jogo de pedidos de licenças de instalação e de reclamações, em que cada pedido suscita só por si uma chuva de "oposições" dos eventuais prejudicados.

As principais preocupações tinham a ver com o abastecimento de madeiras, face à lentidão dos processos de florestação e desconhecimento das reais potencialidades. Mas também se defendia a alternativa da ampliação da dimensão das fábricas já existentes (especialistas da FAO vindos a Portugal para estudar a situação florestal, achavam como dimensão satisfatória para uma fábrica de pastas a produção de 500 mil toneladas/ano), em vez da eventualidade de se multiplicarem as concessões com múltiplas e minúsculas unidades. Era o velho dilema entre a defesa da concentração e das vantagens que se poderia tirar quanto a economias de escala e de qualidade do produto, contra a tendência muito portuguesa para multiplicar as unidades quando se pressentia que havia lucro num dado sector. Para além dos naturais interesses empresariais, as características das fábricas de celulose, que exigem avultados e contínuos investimentos e controlos muito apertados nas condições de funcionamento por razões ecológicas, não se ajustam na realidade à disseminação fabril.

Com novas fábricas já licenciadas (Celbi - Leirosa, 1967; Celtejo - Vila Velha do Rodão, 1971, a Celnorte - Viana, 1973; Cemil- algures no Cávado, de que caducou a licença), e em face da febre de pedidos e dos protestos suscitados, o Secretário de Estado da Indústria (M. R. Amaro da Costa) emitiu um despacho orientador sobre a indústria de celulose (11.7.1966) em que estabelece novas directivas quanto a localizações para novas fábricas, partindo de um raciocínio sobre as regiões arborizadas/desarborizadas e das perspectivas de incremento florestal para definir zonas de influência. As fábricas seriam construídas por fases, a equacionar com o ritmo de repovoamento florestal, para o qual as novas empresas deveriam contribuir.

Estabelecia então as seguintes localizações possíveis, em que parecia evidente a expectativa de efeito dissuasor, dadas as reconhecidas faltas de condições para efeitos de instalação industrial viável desses lugares: 1) zona ocidental da serra alentejana-algarvia, com fábrica no concelho de Odemira, que dependeria das florestações das serras de Monchique e Espinhaço de Cão e nas bacias hidrográficas adjacentes; 2) zona oriental da serra alentejana-algarvia, a explorar algures na bacia do Guadiana; 3) zona superior da bacia hidrográfica do Douro, a situar entre o Pinhão e o Pocinho. Prescreviam-se cuidados nos efeitos poluentes a definir conforme as zonas e na utilização das águas. E havia ainda um conjunto de condições preliminares a obedecer, entre as quais:

- Oferecer à subscrição dos proprietários da região um mínimo de 20% do capital, em acções nominativas, só transaccionáveis após 10 anos sobre o início de laboração da fábrica;
- Constituir uma sociedade com o capital inicial mínimo de 50 mil contos no prazo de seis meses após a concessão de licença e demonstrar que estava assegurada a realização do capital;
- Demonstrar no prazo de um ano a possibilidade de meios financeiros exigidos pelo empreendimento, não só na parte fabril como florestal;
- Apresentar o programa detalhado de acção, quantificação e calendarização, sendo de imediato arquivadas as que o não fizessem dentro de seis meses;
- A apreciação dos pedidos seria inteiramente livre, podendo ser indeferidas todas as pretensões.

Podendo ser encarado de ângulos diversos, a verdade é que este despacho regulador tinha o claro propósito de não licenciar mais fábricas de celulose, deixando apenas instalar as que já tinham concessão, ao mesmo tempo que reconhecia a tendência para o "grande dimensionamento das unidades fabris" instaladas ou a instalar.

O resultado foi o esperado: acabaram ou caducaram os pedidos de concessão, levantando-se apenas uma polémica face ao projecto CEMIL, a instalar no Minho, por detrás do qual estava António Champalimaud, com o governo a não renovar a licença por falta de cumprimento de prazos. Esta polémica acentuou-se, na medida em que o grupo Champalimaud adquiriu, entretanto, o controlo sobre as papeleiras Companhia de Papel do Prado e Abelheira, com intuídos de verticalização do grupo industrial neste sector e pretendia alterar a configuração do pedido anterior. Neste contexto, as duas papeleiras suspenderam a laboração e do grupo económico surgiam pressões para a renovação da licença da CEMIL, considerando a instalação desta unidade como condição prévia para a reabertura daquelas. A explicação era óbvia: o fornecimento de pasta própria seria a garantia para o funcionamento das papeleiras do grupo. Sem sucesso! (Martins, 1993:40).

Assim, a única fábrica de celulose posterior ao "despacho orientador" foi a da SOPORCEL, que obedeceu a um processo singular. Na verdade, a sua origem remonta à Celangol - Celulose de Angola, SARL, empresa criada por escritura de 27.02.1973, com fábrica a instalar no Lobito. Os acontecimentos políticos de 1974 e a consequente independência das colónias interpuseram-se neste projecto, para o qual já havia compromissos de tesouraria elevados em equipamento no mercado europeu, da responsabilidade da Sociedade Financeira Portuguesa, algum do qual ficou entretanto depositado em portos europeus a pagar taxas de armazenagem. Que fazer com este equipamento? O Governo acabou por autorizar a sua instalação, com capacidade para 250 mil toneladas/ano (Res. 200/78, de 23.11), vindo a consti-

tuir-se nova sociedade sob a firma SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Celulose, SARL, instalando-se em Lavos, Figueira da Foz, e, dados as novas circunstâncias da instalação, veio a constituir a primeira fábrica integrada - produção de pasta e papel - no designado sector branco de celulose.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos finais de 1973 as indústrias de pasta para papel e de papel constituíam dois sectores diferenciados. O sector da pasta de papel, relativamente jovem, era constituído por sete grandes empresas, enquanto o do papel, com várias empresas a remontarem ao século XIX, se dispersava por cerca de 50 unidades, muitas delas bastante pequenas. As fábricas de pasta, entretanto rentáveis e com hipóteses de crescimento, eram objecto das estratégias de alguns dos grandes grupos económico-financeiros (BESCL, CUF, BPA, BNU, BPSM, BFB) que dominavam a economia portuguesa. Estes grandes grupos financeiros deteriam na altura 76% do capital destas indústrias (Martins, 1973:96).

As celulosas constituíram, assim, um quadro típico do estádio oligopolista dos últimos anos do Estado Novo, bem exemplificado nos processos de negociação de bastidores e de partilha de interesses entre os vários grupos económicos, que o despacho orientador de 1966 parece encarnar, com o argumento legitimador, embora realista, de que a celulose exigia concentração empresarial.

As indústrias de celulose, juntamente com outras empresas químicas da altura, deram a Portugal a feição industrialista de que se acusava a ausência, corporizando a produção em grandes séries, com uma importante incorporação científica, mobilizando elevados montantes de capital fixo e circulante, concentrando grandes volumes de trabalhadores. Na política da época, para além da sua implicação directa no processo de crescimento económico nacional, elas foram ainda apresentadas como exemplos de uma política de distribuição geográfica do desenvolvimento, como uma contribuição planeada para a correcção de assimetrias com a criação de trabalho em áreas antes esquecidas sob o ponto de vista industrial, tal como os planos de "fomento" preconizavam.

Entretanto chegaram as alterações decorrentes do 25 de Abril de 1974, com evoluções que determinaram a nacionalização dos principais grupos económico-financeiros, arrastando para essa situação importantes empresas, consideradas estratégicas em vários sectores de actividade. No campo da celulose foram nacionalizadas as participações accionistas portuguesas e as empresas que tinham capital inteiramente português foram posteriormente agregadas numa empresa pública - a Portucel, EP. - ou seja, ficaram apenas excluídas a Celbi e a Caíma, criando-se já posteriormente a Soporcel.

Num breve relance, para que possa conceber-se o que foi a evolução do sector das pastas brancas de papel, nomeadamente após o 25 de Abril de 1974, devem anotar-se os dados estatísticos de 1999 referentes às actuais 7 unidades fabris (6 empresas):

Produção total de pasta papeleira	1703000 Toneladas
Produção integrada (pasta>papel)	543000 Toneladas
Produção de pasta para mercado	1160000 Toneladas
Venda de pasta no mercado nacional	181000 Toneladas
Venda de pasta no mercado externo	1087000 Toneladas

11 . FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Observação e entrevistas

Esta lição resulta de uma exploração mais alargada temporalmente sobre a pasta de papel em Portugal, desenvolvida em torno do grupo Portucel, pelo que contou com entrevistas e depoimentos de responsáveis das várias fábricas do grupo, de visitas às principais unidades e da exploração de textos internos e de colecções de fotografias.

2. Publicações periódicas:

Assembleia Nacional – *Diário das Sessões*

Boletim da DGI

Boletim da DGSI

Câmara Corporativa – *Diário das Sessões*

CPC – O Nosso Boletim

Diário do Governo

Folha de Papel – Boletim Informativo da Portucel Viana

Grémio dos Industriais de Fabricação de Papel – *Relatório e Contas* (Vários Anos)

Indústria do Norte

Indústria Portuguesa

O Nosso Jornal – Cacia

Portucel – Info

Portucel Image

Relatórios e contas das várias empresas de celulose

3. Bibliografia específica

Abreviaturas

dir. – dirigido por

ed. – editado por

introd. – introdução por

p. – página (s)

vol. – volume (s)

Siglas

AA.VV. – Autores vários

AIP – Associação Industrial do Porto

CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro

CEE/ACP – Centro de Estudos Económico-financeiros – Associação Comercial do Porto

CPF – Centro de Produção Fabril

GNIFP – Grémio Nacional dos Industriais de Fabricação de Papel

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPED – Instituto Português do Ensino à Distância

IPF – Instituto Português das Florestas

LNETI – Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

- AA.VV., 1987 – *30 Anos de Eucalipto*, Lisboa, Portucel.
- AA.VV., 1978 – *25 Anos. Celulose Cacia*, Portucel – CPF Cacia.
- ALMEIDA, João Carreira; VIDEIRA, Jorge Galvão, 1979 – *A Indústria de pasta para papel – Evolução recente e perspectiva*, Lisboa, Banco de Fomento Nacional.
- ALVES, Jorge Fernandes, 2000 – *Alguns vectores históricos da indústria papelreira em Portugal* in "XVII Encontro Nacional Tecnicepa. Comunicações", Viana do Castelo, Tecnicepa, p. 15-35.
- ALVES, Jorge Fernandes, s.d. – *Indústria da pasta e do papel. O grupo Portucel*, Lisboa, Inapa (em publicação).
- Associação Industrial Portuense, 1908 – *Recopilação de todos os documentos relativos à revisão pautal desde 1903 a 1907*, Porto, AIP.
- BAIROCH, Paul, 1997 – *Victoires et déboires*, Paris, Gallimard, 3 volumes.
- BALBI, Adrien, 1822 – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, Rey et Gravier.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão, 1995 – *Pergaminho e papel em Portugal*, Lisboa, CELPA.
- BAPTISTA, Mário Nunes, 1989 – *A indústria de celulose e o seu interesse estratégico*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25 de Janeiro e 25 de Fevereiro, 1989.
- BARBOSA, Daniel Barbosa, 1952 – *Realidades económicas*, Porto, CEEF/ACP.
- BARROSA, João Oliveira, 1978 – *A relação fábrica de celulose de Cacia/ porto de Aveiro* in "25 Anos. Celulose Cacia", Portucel-CPF Cacia, p. 84-85.
- BATISTA, Dina; e outros, 1997 – *New estimates for Portugal's GDP, 1910-1958*, Lisboa, Banco de Portugal.
- BERMEJO, Maria Teresa Marcos, 1985 – *La industria artesanal del papel en Cuenca*, Cuenca, Diputacion Provincial.
- BIASI, Pierre-Marc, 1999 – *Le papier. Une aventure au quotidien*, Paris, Gallimard.
- BRAGA, Alberto Vieira, 1953 – *Curiosidades de Guimarães*. "Revista de Guimarães", Vol. LXIII, p. 429-460.
- BRITO, José Maria Brandão, 1989 – *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965) – o condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BURMESTER, Rui, 1975 – *A história da máquina de papel de mesa plana*. "O Nosso Jornal – Cacia", nº1, 25 de Janeiro 1975.
- CABRAL, Estêvão, 1991 – *Memória sobre o papel* in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815", 1ª edição de 1815, tomo IV, Lisboa, Banco de Portugal.
- CABRAL, M. Vilaverde, 1979 – *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- CABRAL, Sara, 1980 – *A indústria portuguesa de celulose e papel e a adesão ao Mercado Comum*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros/ Congresso 80.
- CAETANO, Lucília de Jesus, 1986 – *A indústria no distrito de Aveiro: análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN nº1) entre Malaposta e Albergaria- a-Nova*, Coimbra, CCRC.
- CARDWELL, Donald, 1996 – *Historia de la Tecnología*, Madrid, Alianza Universidad.
- CARREIRA, Gonzalo Gayoso, 1994 – *Historia del papel en España*, Lugo, Diputacion Provincial.
- CARVALHO, A. L., 1941 – *Os Mesteres de Guimarães*, Guimarães, Vol. V.
- CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, 1953 – *A celulose indústria base*, Lisboa, Técnica (IST).
- Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palácio de Chrystal Portuense*, 1900, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- CELPA, 1997 – *Boletim Estatístico da Indústria Papelreira Portuguesa*, Lisboa, Celpa.
- CELPA, 1997 – *Perfil Económico e Social da Indústria Papelreira Portuguesa*, Lisboa, Celpa.
- COSTA, Avelino Marques Poole, 1945 – *A indústria do papel em Portugal*. "Boletim da DGI", 2ª série, 1945-46.
- COSTA, Manuel Firmino, 1981 – *Celulose e papel*, Lisboa, IPF.
- DIAS JÚNIOR, José N. Ferreira, 1998 – *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos*, Lisboa, Banco de Portugal, 3 volumes.
- DIAS JÚNIOR, José N. Ferreira, 1945 – *Linha de rumo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho, 1955 – *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra: Separata.
- ESCOURRU, R., 1958 – *La Fabrication du papier*, Paris, A. Colin.
- FIGUEIREDO, Álvaro, trad., 1963 – *Curso de Técnica Papelreira*, Lisboa, Grémio NIFP.
- GOES, E.; e outros, 1967 – *Cultura do eucalipto como espécie industrial*, Lisboa.
- GOES, Ernesto, 1976 – *Arboreto de eucaliptos na Quinta de S. Francisco, em Eixo. Floresta Portuguesa. Sua importância e descrição das espécies de maior interesse*, Cacia, Centro Fabril.
- GOES, Ernesto, 1976 – *Polémica celulósica – Eucalipto no banco dos réus*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.02.1976.
- GOES, Ernesto, 1978 – *Notas sobre o Centro de Produção Florestal*, Cacia, Centro Fabril.
- GOES, Ernesto, 1984 – *Árvores monumentais em Portugal*, Lisboa, Portucel.
- GOES, Ernesto, 1991 – *A Floresta Portuguesa. Sua importância e descrição das espécies de maior interesse*, Lisboa, Portucel.
- GOES, Ernesto, s.d. – *Os eucaliptos gigantes de Portugal*, Lisboa, Portucel.

- Grémio Nacional dos Industriais de Fabricação do Papel, 1974 – *Indústria Papeleira – esboço de análise sectorial, 1960-1971*, Lisboa, GNIFP.
- GUERRA, Rui Moreira de Sá e, 1989 – *A prioridade do fabrico de papel com pasta de madeira na Quinta de Sá*. "Revista de Guimarães", Vol. CXCIX, p. 174-199.
- JUSTINO, David, 1988 – *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, Lisboa, Veja, 2 volumes.
- LA LANDE, Mr. J., 1984 – *Arte de hacer el papel según se practica en Francia y Holanda, en la China y en el Japón*, 1ª edição de 1761, Madrid, Clan.
- LAINS, Pedro, 1995 – *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LÉON, Pierre, dir., 1981 – *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, Sá da Costa.
- LOPES, José da Silva, 1962 – *A integração económica europeia: implicações sociais em Portugal*. "Análise Social", nºs 7/8.
- LOPES, José da Silva, 1998 – *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva.
- LOUREIRO, João Adolfo, 1991 – *Economia e Sociedade. A indústria no Após Guerra. Anos 50 e 60*, Lisboa, Edições Cosmos.
- MACEDO, Jorge Borges, 1982 – *Problemas de história da indústria portuguesa*, Lisboa, Querco.
- MARQUES, Alfredo, 1988 – *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MARRECA, Oliveira, 1983 – *Interesses industriais* in "Obra Económica", dir. Cecília Barreira, Lisboa, IPED, Vol. II.
- MARTINS, Maria Belmira, 1973 – *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa.
- MATA, Manuel Gil, 1990 – *Produção e utilização de Fibras papeleiras portuguesas*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25 de Maio 1990 (transcrito de "Ingenium").
- MATEUS, Abel, 1998 – *Economia Portuguesa. Crescimento no contexto internacional (1910-1998)*, Lisboa, Verbo.
- MATOS, Ana Maria Cardoso, 1998 – *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista*, Lisboa, Ed. Estampa.
- MATOS, Fátima; NORDESTE, Namorado, 1990 – *Qualidade do ar nas vizinhanças do Centro fabril de Cacia*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.07.1990.
- MATTA, L. Sá B. E., 1988 – *Guia Prático para identificação de eucaliptos*, Cacia, Portucel.
- MENDES, José Maria Amado, 1984 – *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, CCRC.
- MENDES, José Maria Amado, 1985 – *A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo*. "Prelo", 7, Abril-Junho 1985, p. 23-32.
- MENDES, José Maria Amado, 1988 – *História económica e social: vertentes local e industrial*. "Munda", Coimbra, 15, p. 43-50.
- MENDES, José Maria Amado, 1989 – *Património das empresas: património cultural*. "Munda", Coimbra, 18, p. 57-63.
- MENDES, José Maria Amado, 1992 – *A história na empresa e a empresa na história* in "Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo".
- MENDES, José Maria Amado, 1994 – *Portugal agrícola o industrial?: contornos de uma polémica y sus repercusiones en el desarrollo* (Separata de "Studia Historica – Historia Contemporanea", 12).
- MENDES, José Maria Amado, 1997 – *Cultura empresarial: um novo instrumento ao alcance do gestor*. "Anais Universitários", série de Ciências Sociais e Humanas, 8, p. 249-265.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1883 – *Inquérito Industrial, 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891 – *Inquérito Industrial, 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1990 – *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MOURA, Francisco Pereira de, 1964 – *Estrutura da Economia Portuguesa* in "Colóquio Luso-Espanhol", Lisboa.
- MOURA, Francisco Pereira de, 1974 – *Por onde vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Seara Nova.
- NEVES, José Acúrsio das, s.d. – *Obras Completas*, introd. de A. Almodovar e A. Castro, Porto, Ed. Afrontamento.
- NOUSCHI, Marc; BENICHI, Régis, 1990 – *La Croissance au XIXème et XXème Siècle – Histoire Economique Contemporaine*, Paris, Ellipses.
- OLIVEIRA, Aurélio, 1993 – *Indústrias em Braga, IV – As fábricas de papel do rio Este*. Braga (Separata de "Bracara Augusta").
- OLIVEIRA, J.M. Soares; QUEIROZ, M. G.; VALENTE, C. A., 1987 – *Réduction des coûts de fabrication des papiers par l'utilisation de pâte blanche d'eucalyptus* in "30 Anos de Eucalipto", Lisboa, Portucel, p. 11-22.
- ONS – PORTUCEL, 1993 – *Normalização de pastas, papéis e seus derivados*, Lisboa.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1979 – *Política e economia: Portugal nos sécs XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1983 – *Livre câmbio e desenvolvimento económico*, Lisboa, Sá da Costa.
- PEREIRA-CALDAS, J. J., 1867 – *Vindicação da prioridade do fabrico de papel com massa de madeira*, Braga, Tip. A. B. da Silva.
- PINTADO, Miguel Rodrigues; MENDONÇA, Álvaro, 1993 – *Os novos grupos económicos*, Lisboa, Texto Editora.

- PINTO, A. Arala, 1948 – *Eucaliptos, carvões e polpa para o fabrico de papel*. "Indústria Portuguesa", Janeiro de 1948, p. 11-14.
- PINTO, Américo Cortez, 1948 – *Da famosa arte da imprimissão*, Lisboa, Ulisseia.
- POCH, Miquel Gutiérrez, 1994 – *Tradição y cambio tecnológico: la industria papelera española, 1750-1936* in "La cara oculta de la industrialización española", ed. Jordi Nadal ; Jordi Catalán, Madrid, Alianza Editorial, p. 341-368.
- POCH, Miquel Gutiérrez, 1996 – *Control del mercado y concentración empresarial: La Papelera Española, 1902-1935*. "História Industrial", Barcelona, nº 10, p. 183-200.
- PORTUCEL. Centro Fabril de Cacia, 1982 – *Alguns dados históricos e estatísticos. Produções 1953-1982*, Cacia, C.F.
- PORTUCEL. Centro Fabril de Viana, 1991 – *Monografia das instalações fabris*, Viana, CFV.
- PORTUCEL. Centro Fabril de Setúbal, 1987 – *Monografia das instalações Fabris*, Setúbal, CFS.
- REBELO, Manuel, 1998 – *Portucel Florestal – A produção e os desafios do futuro* in "Lavoura Portuguesa (1998-1999)", p. 46-47.
- REIS, Humberto de Sousa, 1942 – *Luta contra o desperdício – Relatório da missão ao estrangeiro realizada em 1940*. "Boletim da Direcção Geral da Indústria", 2ª série, Abril 1942.
- REIS, Jaime, 1993 – *O atraso económico português em perspectiva histórica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, Isabel; SANTOS, Luísa, 1990 – *A indústria do papel na perspectiva da arqueologia industrial* in "I Encontro Nacional sobre o Património Industrial", Coimbra, Coimbra Editora, Vol. II.
- RIBEIRO, Rui C. Ferreira, 1980 – *Fabrico de papel de Jornal em Portugal*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros/ Congresso 80.
- RIGAUD, Germaine, s.d. – *Le Papier*, Paris, Éditions Prisma.
- RODRIGUES, João Lança; HEITOR, José Carlos de M., 1980 – *As indústrias portuguesas de papel e artes gráficas face à integração europeia*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros/ Congresso 80.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, 1993 – *Arquivos de empresas: património ignorado*. "Estudos Aveirenses", nº 1, p. 151-163.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Maria Amado, 1999 – *História da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Edições Europa-América.
- ROLO, Luís Bernardo; FÉLIX, R.S., 1976 – *Pioneirismo português en las industrias de pastas celulósicas y de papeles*. "Investigacion y Técnica del Papel", 13 (48): 445-56. In AA.VV. (1987), *30 Anos de Eucalipto*. Lisboa, Portucel, p. 23-29.
- ROLO, Luís Bernardo; FÉLIX, R. Sousa, 1976 – *Indústrias de pastas celulósicas e de papéis*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.10 (Transcrito de "Investigacion e técnica del papel", nº 48, Abril /76).
- ROLO, Luís Bernardo, 1982 – *Soporcel – Nova indústria produtora de celulose*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.8.1982.
- ROSAS, Fernando, 1994 – *O Estado Novo in "História de Portugal"*, Lisboa, Círculo de Leitores, 7º volume
- ROSAS, Fernando, 1995 – *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Lisboa, Ed. Estampa.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão, dir., 1996 – *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora.
- SALCEDO, Romualdo, 1984 – *Polição atmosférica na indústria de pasta de papel*, Lisboa, SEOFA.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos, 1997 – *A Indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII-XIX)*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal.
- SARMENTO, Fernando Oliveira, 1942 – *Relatório a algumas fábricas de papel, realizado em 1938*. "Boletim da Direcção Geral da Indústria", 2ª série, Abril 1942.
- SEABRA, Luís de, 1976 – *Floresta – uma fábrica silenciosa e ignorada de celulose*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.6.1976.
- SEABRA, Luís de, 1980 – *Da necessidade da investigação técnica laboratorial como apoio às indústrias da celulose e do papel*, Lisboa, LNETI.
- SEQUEIRA, Gustavo de, 1935 – *A Abelheira e o fabrico de papel em Portugal*, Lisboa.
- SERRES, Michel, dir., 1996 – *Elementos para uma História das Ciências*, Lisboa, Terramar, 3 volumes.
- SILVEIRA, Henrique Fradesso da, 1863 – *As Fábricas de Papel*, Lisboa, APIF.
- SMITH, David C., 1970 – *History of Papermaking in the United States (1691-1969)*, Nova York, Lockwood Publishing.
- SOARES, João, 1993 – *Balanço da florestação em Portugal nas últimas cinco décadas*. "Sociedade e Território", 19, Nov./1993, p. 29-32.
- SOUSA, António P. Mendes; RODRIGUES, Manuel Ferreira, 1990 – *A Fábrica Real de Papel de Vizela – utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel* in "I Encontro Nacional sobre o Património Industrial", Coimbra, Coimbra Editora, Vol. II, p. 681-706.
- SOUSA, Fernando de, 1995 – *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, INE.
- VALENTE, Carlos, 1978 – *Cacia 1955/1969 – O papel de jornal* in "25 Anos. Celulose Cacia", Portucel-CPF Cacia, p. 59-65.
- VALENTE, Carlos, 1978 – *Para a história da Celulose – Cacia*. "25 Anos. Celulose Cacia", Portucel-CPF Cacia, p. 7-11.
- VALENTE, Carlos, 1979 – *Reflexões*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.1.1979.
- VARETA, Nicole Devy, 1993 – *A Questão da Florestação em Portugal: um processo de longa duração*. "Sociedade e Território", nº 19, Nov. 1993, p. 49-70.
- VITERBO, SOUSA, 1903 – *O papel*. "O Instituto", 1903, n.º 9 e 10, p. 554-563 e 631-633.

Stéphane Boissellier *

L'appréhension des mudéjares par la société chrétienne dans le midi portugais 1249-1496: quelques données et propositions de réflexions

R E S U M O

Les mudéjares portugais ne sont connus que par des documents qui n'émanent pas de leurs institutions ni de leurs pratiques. Il est légitime et hautement nécessaire de "détourner" ces documents pour étudier leur vie propre mais on ne peut le faire qu'en mesurant préalablement les pratiques sociales et l'idéologie de la société chrétienne envers les mudéjares, d'autant plus que ceux-ci sont "encastrés" dans la société portugaise et dépendent largement de sa dynamique. Cet article, sous forme d'essai propose quelques réflexions provisoires (dont on espère qu'elles seront développées et corrigées par le doctorat de M.F. de Barros) sur l'altérité des mudéjares: en tant que membres de communautés légales séparées, ils sont considérés par l'État et par leurs voisins chrétiens comme des citoyens portugais très ambigus puis, à partir des années 1320-40, ils sont perçus de plus en plus comme des étrangers.

C'est à partir de 1170, au Portugal, qu'est octroyé à certains maures vaincus le statut leur conférant liberté personnelle, autogestion communautaire et continuité culturelle, en échange de charges fiscales et d'incapacités juridiques qui les infériorisent et donc les singularisent. Ainsi naît une situation ambiguë : une minorité (au sens juridique) de culture incontestablement étrangère mais reconnue comme partie intégrante de la société et implantée à perpétuité, tout en étant maintenue dans son altérité. Leur nom même est problématique : « mudéjares » est un vocable anachronique car jamais utilisé dans les siècles que j'étudie mais son emploi est indispensable car le vocable « maures », d'emploi universel dans les documents, désigne les Andalous aussi bien quand ils appartiennent à l'Etat ennemi – ce que j'exclurai de mon sujet¹ - qu'une fois intégrés dans le royaume portugais et cette indistinction est en elle-même significative. Mais ces deux vocables expriment le même concept de base, à savoir le maintien d'individus spécifiques dans un corps social *a priori* différent.

* Univ. Tours – UMR CNRS 8589/Sorbonne.

¹ J'ai déjà abordé l'idéologie de reconquête proprement dite, c'est-à-dire la conception de la guerre (BOISSELLIER, 1994) ; le fait que cette idéologie se soit constituée contre des ennemis arabo-musulmans a évidemment influé sur l'appréhension des vaincus eux-mêmes mais, sauf quand cela entre nettement dans le cadre de ma problématique, je ne répéterai pas les réflexions déjà formulées par ailleurs (BOISSELLIER, 1999) et dont le présent travail est conçu comme une prolongation.

Entre 1170 et 1250, c'est-à-dire tant que le Portugal est en guerre contre al-Andalus, le concept de mudéjar est ambigu puisque toute absorption des vaincus par conquête territoriale est susceptible d'une remise en cause ; dans les faits, le vaincu toléré et protégé peut toujours redevenir un ennemi en cas de retour victorieux et, sur le plan idéologique, l'image du musulman oscille entre ces deux perceptions (BOISSELLIER, 1998b: 378-379).

Aborder le problème des mudéjares portugais, c'est s'affronter à une documentation maigre et rebutante jusqu'au milieu du XIV^e siècle² ; comme souvent en ces cas, l'attention des historiens est proportionnellement encore inférieure à la documentation disponible, surtout au Portugal, pays où les débats relatifs à l'identité ibérique n'ont pas autant focalisé l'attention qu'en Espagne³ ; malheureusement, cette relative absence de polémique n'implique pas pour autant que les problèmes induits par la présence des mudéjares aient été posés correctement.

Sur une base documentaire étroite et avec des orientations de recherche encore à définir (ou redéfinir), on ne peut pas aller très loin, d'autant plus que j'essaierai de soulever des problèmes difficiles à résoudre. Etant donné que les sources concernant les mudéjares émanent en totalité des autorités chrétiennes, je choisirai de les traiter (et les quelques analyses existantes) pour ce qu'elles nous offrent de plus évident, c'est-à-dire du

Naturellement, la distinction juridique n'est pas impossible à réaliser, même en temps de guerre ; mais il faut une atmosphère d'exaltation, au terme de 40 années de succès militaires ininterrompus, et la perspective d'une organisation sociale totalement nouvelle pour concéder un statut officiel aux musulmans du Ribatejo (en 1170) alors qu'il reste encore des terres sous pouvoir almohade ; et encore la concession ne concerne-t-elle qu'une région désormais éloignée de la frontière où toute reconquête musulmane semble devenue impossible. Cette attitude a eu un précédent, dans des conditions stratégiques et psychologiques à peu près semblables (déconfiture des royaumes taïfas et enthousiasme « *omnipotens dominus... tradidit ciuitatem sancte herene in manibus meis quod incredibile ab omnibus aliquando erat* » in *PMH Leges = Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, éd. HERCULANO, Alexandre, I: 349), avec l'octroi d'une protection juridique aux maures de Santarém par Alfonso VI de Castille (en 1095). On notera qu'il y a bien maintien des musulmans sur place, ce qui est fondamental ; mais cette charte crée une commune chrétienne et non pas maure et elle ne peut être évoquée - comme elle l'a souvent été - comme fondatrice d'une tradition de tolérance, vu qu'elle n'accorde aux mudéjares qu'une place juridique très faible, réduite à la réglementation de leur assassinat et faisant d'eux la chose exclusive du roi (tradition d'immunité qui sera, elle, réellement reprise par les souverains portugais).

² Je pense avoir consulté la quasi totalité de ces sources jusqu'au milieu du XIV^e siècle : elles laisseraient sur sa faim le moins exigeant des historiens. De plus, en dépit de cette pauvreté, il faut exclure les sources narratives (y compris hagiographiques), qui apportent très peu d'éléments (même dans le domaine idéologique, en réécrivant la Reconquête) car les maures, une fois vaincus, ne sont manifestement plus un objet d'histoire pour les intellectuels ; à titre d'exemple, les *Cantigas de S. Maria* n'intègrent les maures « portugais » que dans des miracles mariaux relatifs à la Reconquête (les quelques poèmes hors du contexte guerrier invoqués par GOMES, 1996: 340 sont issus de traditions locales très éloignées du Portugal) ; sur l'absence totale des mudéjares comme sujet d'histoire (et à peine plus comme objet) chez le grand chroniqueur Fernão Lopes, cf. BEIRANTE, 1984: 64-65. Il faut noter que la documentation diplomatique « mudéjare » évolue de la même façon que les actes concernant les chrétiens (croissance en volume et diversification) ; les principales différences sont : la représentation proportionnellement très inférieure de la population maure, la disparition de toute documentation à usage interne, l'inexistence de certaines catégories documentaires (chapitres de Cortes, par ex.) [Sans se référer à la richissime documentation aragonaise, les sources ne sont pas aussi rares en Castille : à ce sujet, un bon nombre de travaux (recherches pointues et synthèses) se trouvent réunis dans les actes des *Simposio internacional de mudejarismo* qui se tiennent périodiquement à Teruel ; le bulletin annuel *Aljama. Boletín de información bibliográfica* publié par l'Université d'Oviedo recense commodément la production courante en la matière, à compléter par la bibliographie rétrospective de FERNANDEZ, 1988 ; deux mises au point bibliographiques (et analytiques) commodes pour des lecteurs français, l'une générale, l'autre relative à la seule Castille, dans HARVEY, 1994 et LADERO QUESADA, 1992].

³ Ceci notamment parce que le salazarisme a imposé les dogmes historiographiques d'une tradition d'ouverture culturelle et d'absence de racisme. Ainsi, les dépouillements n'ont presque plus progressé depuis (et à cause de) le catalogue de données réunies par BARROS, 1936/7 (notes rapides, parfois erronées, publiées après le décès de l'auteur) auquel on peut ajouter quelques mentions documentaires - seulement de textes édités - du travail purement descriptif de LOSA, 1994 et surtout les données réunies dans BARROS, 1990.

Même immobilisme des recherches depuis la rapide synthèse (fondée sur BARROS, 1936/7) de VASCONCELOS, 1958. Sur le Nord du Portugal (où le problème mudéjar se pose seulement du point de vue de

point de vue de l'idéologie et des mentalités des producteurs des documents⁴. Au lieu de déplorer une fois de plus le caractère indirect du regard, j'en ferai au contraire un objet d'étude et j'espère que les réflexions qui suivent, en dépit de leur caractère général (ou grâce à lui), pourront servir ensuite d'instrument d'analyse et de cadre conceptuel à l'étude des communautés pour elles-mêmes⁵ ; en outre, cette perspective permet d'intégrer les mudéjares dans l'organisation sociale générale, ce qui constitue déjà en soi une réponse au problème posé.

1/ LA DÉFINITION JURIDIQUE DES « MAURES LIBRES », UN ÉLÉMENT DE DIFFÉRENCIATION

Aborder en premier le (ou les) statut(s) juridique(s)⁶ des maures portugais peut sembler paradoxal car le droit ne fait que sanctionner des situations fondées sur des facteurs concrets – et on pense naturellement aux facteurs culturels, notamment religieux, pour une minorité musulmane sous pouvoir chrétien. Mais le droit a sa vie propre et, quelles que soient les origines des situations qu'il aborde, il devient lui-même rapidement une donnée sociale irréductible à toute autre et finit même par constituer le facteur à la base de tous les comportements ; les sources normatives du XIII^e siècle expriment bien ceci puisque la seule expression complexe qu'elles emploient pour désigner les mudéjares est « ceux qui sont d'une autre loi ». Au-delà des problèmes

l'esclavage), des éléments dans VERLINDEN, 1955, des ébauches de réflexion dans SERRA, 1967 (données résumées et systématisées dans SERRA, 1984 et surtout dans LOSA, 1964. Une avancée de la réflexion sur les mudéjares proprement dits avec TAVARES, 1982: 75-89 ; la récente mise au point de O' CALLAGHAN, 1990 ne fait que synthétiser les références précédentes, outre le défaut de traiter trop globalement les situations castillane et portugaise. Les quelques autres études dispersées sont synthétisées dans MATTOSO, 1993: 211-215 et GOMES, 1996.

La seule étude de fond (mais dans le cadre d'une seule communauté, probablement atypique) est BARROS, 1998 ; la carence des études spécifiques est telle qu'il faut recourir aux données des monographies non spécialisées, notamment BEIRANTE, 1980: 218-222, BEIRANTE, 1995: 574-578, BOISSELLIER, 1998b: 87-109 et 362-84 (surtout 379-383) ; BOTÃO, 1992 ; MACIAS, 1993: 127-157 (surtout 150-151).

⁴ J'emploierai tout au long de ce texte, faute d'autre mot utilisable (à moins de forger le néologisme « étrangèreté »), le terme altérité pour désigner l'éventuelle perception des mudéjares comme des étrangers par les Portugais (et non pas pour désigner le processus identitaire des mudéjares eux-mêmes), même si ce vocable exprime un concept plus large que le fait d'être étranger.

⁵ Dans la chronologie retenue, on admettra la présence des mudéjares sur le sol du Midi portugais comme un fait premier, sans aborder pour lui-même le difficile problème des raisons idéologiques et mécanismes sociaux qui ont conduit à cette présence. Voir à ce sujet BOISSELLIER, 1998b: 87-104 et surtout les notes 15 et 16 *infra*. GOMES, 1996: 328 suggère que la création royale des communes maures du Ribatejo en 1170 sanctionnerait (plutôt qu'elle n'encouragerait) une réorganisation spontanée de la population musulmane et viserait surtout à stabiliser des relations en cours de dégradation avec les immigrants chrétiens ; l'hypothèse est opératoire mais doit être nuancée - on se demande en particulier pourquoi les maures de Santarém ne reçoivent pas de charte municipale alors que la richissime plaine agricole de la zone est alors l'objet de la plus forte pression (comme en témoignent plusieurs documents que j'ai dépouillés, auxquels il faut ajouter un inventaire et obituaire d'une collégiale de Santarém, éd. COSTA, 1981: 12-25).

⁶ Dans l'optique choisie ici, on peut aborder globalement le problème de la définition des maures par le droit car les mécanismes qui y président sont bien toujours les mêmes. L'uniformité statutaire des mudéjares semble évidente parce que les plus anciennes chartes qui leur sont accordées par la monarchie suivent un modèle unique et parce que la tendance à l'uniformisation (en prenant comme référence la commune de Lisbonne) est incontestable à partir du milieu du XIV^e siècle. Pourtant, les conditions de reddition durant la conquête ont dû aboutir à des situations beaucoup plus contrastées qu'il n'y paraît et on ne peut admettre l'uniformité juridique que pour les

d'idéologie construite et de vie quotidienne, le concept même de mudéjar est fondamentalement juridique, le principal problème étant donc que les maures sont loin de jouir tous d'un véritable statut (notamment les esclaves)⁷.

Sans entrer dans le détail des situations réservées aux maures, on notera seulement que l'esprit du droit public est péjoratif – au sens premier du terme – ou ségrégationniste envers tout ce qui est d'origine ou de nature musulmane, qu'il s'agisse de statuts fonciers, personnels ou collectifs, ce qui s'explique plus par les mécanismes sociaux en train de se constituer que par une hostilité idéologique immédiate⁸. En tant qu'individus, les maures libres se distinguent donc nettement des autres par le contenu de leur statut ; en effet, si celui-ci n'est pas insupportable et ne les exclut pas d'une vie sociale globale, il constitue tout de même un élément d'altérité fort parce que visible ; ainsi, la plasticité des structures sociales et mentales permet à des mudéjares d'accéder parfois à une position importante mais le droit – principalement dans sa version canonique – est là pour leur interdire d'exercer toute juridiction en-dehors de leur communauté⁹.

L'infériorisation juridique crée en partie l'altérité des mudéjares mais cette altérité-là n'a pas d'effets négatifs en soi sur l'opinion populaire chrétienne ; en revanche, les problèmes de juridiction qu'elle provoque (principalement pour les transactions foncières et les procédures judiciaires) sont assez importants, eux, pour susciter l'hostilité. Certes,

mudéjares des communes monarchiques. Outre ce que l'on peut déduire des récits des chroniques et les quelques allusions des diplômes, on a la preuve formelle de spécificités locales dans le domaine de l'exploitation foncière pour certains groupes de maures (pourtant eux aussi sous domination monarchique), avec ou sans charte connue (par exemple la communauté inorganique de Colares et la commune de Loulé, cf. *Ordenações afonsinas*, II: 548) ; la nécessité d'un accord entre le roi Afonso III et l'Ordre de Santiago (1272) sur la juridiction de leurs maures atteste elle aussi des particularismes coutumiers (*IAN/TT - Ordem de Santiago*, mç. 1 [documents royaux], doc. 14).

⁷ Certes, la répartition de la documentation, de nature beaucoup plus législative que pratique, focalise notre attention sur le problème juridique. Les développements qui suivent laissent de côté un nombre considérable, que je crois très majoritaire, de maures ; véritable « masse manquante » de l'histoire méridionale portugaise, constituée par des petits groupes et des individus isolés en situation informelle et par de véritables communautés sans charte, il s'agit de ceux dont aucun texte ne parle, ni individuellement (auquel cas la mention *mouro* ou *mouro forro* [généralement traduit par « maure libre » mais qui serait mieux rendu par « maure de droit »] serait explicitement accolée à leur nom), ni collectivement (comme citoyens d'une « commune » maure ne jouissant pas d'un statut connu) et qui relèvent du droit privé, sous la juridiction des colons « vieux chrétiens » (notamment celle des chevaliers vilains s'emparant par *presuria* des villages *qarya/s* musulmans environnants). Quant aux esclaves, on les observe assez bien mais, sur le plan juridique, les caractères de leur servitude n'ont rien de spécifiquement « maure » et on ne peut donc pas les intégrer à la population mudéjare.

⁸ La société méridionale, beaucoup plus que dans les autres zones du Portugal, est fondée sur la cohésion municipale (contre les autres municipes et contre les privilégiés) et sur l'exercice des armes (sous la seigneurie directe de la monarchie) – choses dont sont exclus les mudéjares. On pourrait aussi citer (parmi les statuts ayant les effets les plus concrets) l'infériorisation, voire la nullité, de leur témoignage devant les tribunaux chrétiens (même quand ils sont impliqués) ; énumération et analyse des diverses incapacités et exemptions juridiques distinguant les mudéjares in BARROS, 1998: 139 sq. L'élément le plus typique de leur statut (mais certainement pas le plus créateur d'altérité) est la fiscalité.

⁹ Cette interdiction est un des éléments le plus précocément intégrés dans le bagage juridique populaire (par l'intermédiaire de la législation civile qui l'impose au moins depuis 1211, cf. *Ordenações Duarte = Ordenações del-rei Dom Duarte*, éd. ALBUQUERQUE; NUNES, 1988: 52-53). Toutefois – et c'est là un problème capital pour l'analyse des situations sociales effectives, les textes juridiques relatifs à ce problème (et à bien d'autres) ont pour habitude

les nombreuses tentatives des autorités chrétiennes (officiers municipaux ou royaux) pour exercer, contre le droit, leur juridiction dans les communes mudéjares ont pour effet - et peut-être même pour objectif - d'intégrer celles-ci dans le fonctionnement social global¹⁰. Toutefois, ce souci d'intégration n'est en aucune façon une ouverture culturelle, pour trois raisons : a/ il émane avant tout de l'instrumentalisation du pouvoir, dynamique qui pousse toute administration à étendre ses prérogatives à l'infini¹¹ ; b/ la conception sociale dominante est le conformisme, c'est-à-dire une cohésion fondée sur les identités et non sur les différences ; c/ cette intégration se fait dans un sens souvent négatif car elle amène une perte de l'autonomie et surtout l'abandon de certaines exemptions de devoirs civiques. Ainsi, si les autorités municipales luttent pour surimposer les charges communautaires (impôts municipaux, service armé) aux maures, elles ne demandent pas en contrepartie au roi - qui en est le bénéficiaire - d'allègement des charges spécifiques des mudéjares ; en revanche, on notera qu'elles n'hésitent pas à défendre les musulmans victimes d'abus de la part des puissants ou des officiers royaux (notamment dans le domaine si conflictuel du droit d'auberge)¹².

Plus encore, l'existence même d'un statut pour les maures pose problème. En effet, sanctionner juridiquement une situation, c'est lui donner une grande force sociale mais c'est surtout la cristalliser, notamment dans la durée ; ceci implique une contradiction car le statut de mudéjar constitue probablement une amélioration par rapport à une absence de statut mais pérennise en même temps une situation sociale dépréciée ; or, rien n'est plus facile que de quitter cette condition, par la conversion religieuse - même si celle-ci n'implique pas forcément une amélioration sociale immédiate¹³. Il est vrai que

« diplomatique », à l'exemple du droit canonique, d'associer les musulmans aux juifs - puisque les lois régissant ceux-ci ont servi de référence - mais de nombreuses lois semblent concerner seulement les juifs, notamment dans le cas susdit - où seuls les juifs sont en situation sociale d'exercer une juridiction (cf. TAVARES, 1982: 80, se basant principalement sur la législation civile) ; cette assimilation canonique, observée dans tous les royaumes ibériques, apparaît dans la (maigre) législation synodale portugaise (éd. GARCIA Y GARCIA, 1982, II) et les divers concordats arrachés par le clergé aux souverains. Le plus ancien exemple pour le droit civil - et un des plus explicites - est précisément cette loi de 1211 (du roi Afonso II), contenue dans une compilation proclamant la conformité des lois civiles au droit canon, dont le préambule reprend la doctrine ecclésiastique relative aux seuls juifs avant de développer un dispositif relatif à la fois aux juifs et aux maures (« *Porque aquellas que som honrrados pello santo bautismo nom deuem seer agrauados dos Judeus... Porem mandamos E estabelleçemos que nem nos nem nosos socosores nom facamos Judeu nem mouro noso ouençal* ») ; toutefois, la législation royale et surtout municipale distingue plus nettement (pour des raisons techniques plus que par absence de principes idéologiques) les deux minorités (cf. *infra* note 59).

¹⁰ Beaucoup d'aspects de cette lutte contre les spécificités sont ambigus ; mais l'obligation faite aux maures de participer aux devoirs militaires de tous les sujets royaux - et pas seulement sous forme de services secondaires ou de taxes de substitution (exemple de Beja in *PMH Leges*, II: 71) - constitue bien un cas d'intégration valorisante, dans une société où le service armé reste longtemps après la Reconquête la marque de la pleine citoyenneté ; de ce point de vue, ce sont donc les maures eux-mêmes qui cultivent leur altérité plutôt que la majorité chrétienne ne la leur impose.

¹¹ Les plaintes des maures auprès des monarques évoquent très rarement une agressivité populaire mais sont toujours tournées contre les officiers (aussi bien royaux que municipaux) qui, non seulement ne cessent d'empiéter sur leurs privilèges - tendance uniformisatrice propre à toute structure administrative - mais surtout outrepassent constamment leur juridiction ; or, les chrétiens eux-mêmes dénoncent également ces deux tendances.

¹² BARROS, 1998: 16.

¹³ On notera que l'amélioration juridique (mais non factuelle) de leur situation sociale passe, pour les maures, par un changement radical de statut. Pour les colons chrétiens, la promotion sociale est juridiquement sanctionnée par le passage du statut de fantassin à celui de chevalier (roturier) ou de « bonhomme », qui constitue une différence de degré et non de nature juridique ; de plus, pour eux, la promotion est envisagée dans les statuts eux-

la cristallisation de l'infériorité par le droit souligne l'altérité des mudéjares mais semble, à l'inverse, le seul moyen de les faire tolérer dans le corps social par les chrétiens¹⁴. Interpréter les chartes concédées aux communes musulmanes comme un signe de tolérance est donc une équivoque ; s'il y a tolérance et amélioration sociale - et elles existent réellement - ce n'est pas en cristallisant les musulmans dans leur statut de vaincus et d'infidèles¹⁵. Bien sûr, ce système constitue une réelle opportunité pour ceux d'entre les maures qui sont attachés avant tout à leur identité ; mais on a l'impression que, pour la majorité, c'est plutôt une contrainte et une contrainte croissante à mesure que se réduisent les effectifs mudéjares, désignés de plus en plus nettement à l'attention des populations environnantes comme des étrangers inassimilables.

Ce qui importe encore plus, c'est que la notion même de mudéjar soit subordonnée à l'intégration dans une organisation communautaire ; de fait, c'est principalement par des chartes collectives aboutissant à la constitution de véritables communes autonomes que les maures prennent leur place dans la nation portugaise en formation¹⁶. En soi, l'organisation municipale des principales *mourarias* ne constitue pas un facteur d'altérité dans un Midi portugais où la quasi-totalité de la population s'organise en municipes, même si les chrétiens distinguent les communes maures sous le vocable spécifique

mêmes (tout au moins dans les coutumes locales). Pour les maures, le changement de statut est aussi radical que, pour les chrétiens, le passage de la roture à la noblesse ; et, comme l'anoblissement, l'abandon du statut de mudéjar n'est pas formellement abordé dans les coutumes - quoiqu'il le soit, évidemment, dans les textes canoniques (statuts synodaux et conciliaires).

¹⁴ Ainsi, les plus anciens (et seuls) témoignages d'hostilité, aussi bien dans les coutumes locales que dans la législation royale (à partir des années 1270-80), sont les insultes adressées non pas aux mudéjares mais aux néo-chrétiens (voir notamment BARROS, 1998: 151) ; cette hostilité exprime une jalousie envers l'acquisition des privilèges communs par des individus finalement considérés comme inférieurs. Mais, curieusement, ce thème ne réapparaît pas dans la littérature juridique quand se développent de nombreuses récriminations populaires contre les maures, à partir des années 1350 ; c'est donc qu'il exprime surtout une crispation face à la nouveauté que représente un mouvement massif de conversion (BOISSELLIER, 1998b: 99-104).

¹⁵ Les monarques choisissent donc délibérément, d'une part d'abandonner la majorité de la population maure méridionale à une situation informelle déstructurante la conduisant inmanquablement à l'intégration, et d'autre part, d'organiser une minorité mudéjare « officielle » durable, dans les zones (les principales villes) où cela sera le plus rentable ; cf. pour cette dernière catégorie, les obstacles que les souverains opposent à la conversion des maures « de droit » et les dénonciations subséquentes du clergé (particulièrement sous Afonso III et Dinis) - dénonciations longtemps écartées par les historiens comme calomnies ou considérées comme une preuve de tolérance - (éléments détaillés in ANTUNES, 1992: 27-29). Les deux véritables « provinces » mudéjares (repérables) sont la partie du Ribatejo au sud du Tage (zone Lisbonne - Alcácer) et l'Algarve (cf. note suivante).

¹⁶ On a beaucoup commenté ces chartes et avec raison car ce sont des documents fondamentaux - mais peut-être plus par ce qu'elles taisent que par ce qu'elles disent (surtout qu'il s'agit d'accords fiscaux extrêmement laconiques). En fait, les conditions de la Reconquête dans le Portugal méridional nous amènent à penser que de nombreux maures « de droit » apparaissant dans les actes de la pratique ne sont pas forcément des citoyens d'une des quelques communes attestées (voir carte jointe) ; si le lien est obligatoire entre la jouissance du statut de *mouro forro* et l'appartenance à un municipe maure, il nous faut donc supposer que de nombreuses communes nous sont inconnues (parce que leur précoce disparition a entraîné la perte de leur documentation). Mais il est plus probable que la conception traditionnelle du municipe - y compris en ce qui concerne les municipes chrétiens mais encore beaucoup plus pour les *mourarias* - réduise beaucoup trop celui-ci à son seul chef-lieu, en oubliant toute la population périphérique ; cette erreur de perspective (cf. BOISSELLIER, 1998b: 104) est criante quand on rapporte le nombre de maures libres d'Algarve aux 4 *aljamas* connues, qui correspondent en fait, non pas à 4 villes, mais très exactement aux 4 districts constituant l'Algarve cités dans la dernière description arabe avant la Reconquête de la zone (carte in BOISSELLIER, 1998b: 670).

aljama (d'origine arabe), par opposition au *concilium / concelho* chrétien¹⁷. Le problème est que, au moins dans les villes, ce sont des rapports de groupe qui ont le pas sur les relations entre individus ; or, les processus de différenciation sont amplifiés par l'identification à un groupe et les aspects négatifs des relations sont accrus par l'institutionnalisation et la massification du cadre social, ce qui constitue un résultat paradoxal pour un système mis en place pour protéger les mudéjares contre les violences.

Finalement, dans une société où les statuts sociaux de droit public sont la norme, on pourrait penser que ce sont les maures relevant seulement du droit privé qui focalisent l'altérité¹⁸. Ainsi, on peut remarquer l'ambiguïté de la situation des esclaves¹⁹ : même s'ils sont tous des maures ou musulmans convertis dans la société méridionale portugaise (jusqu'à l'expansion en Afrique), leur altérité juridique est telle qu'elle occulte finalement leur spécificité culturelle²⁰. Mais même pour les maures « de droit », la détention d'un statut constitue en soi un particularisme dans la mesure où aucun des groupes constitutifs de la société ne bénéficie d'une définition légale aussi nette, systématique et uniforme.

Au quotidien, cependant, l'administration du droit est loin de revêtir le caractère ségrégationniste implacable des principes juridiques parce que de nombreux aspects de la vie des mudéjares sont abandonnés à la coutume ou relèvent d'un droit privé beaucoup plus pragmatique qu'idéologique²¹; ainsi l'altérité des maures dans le domaine du droit

¹⁷ Une différence de taille – mais est-elle nettement perçue par les chrétiens ? – est la conception même des communes mudéjares, comme structures de collecte fiscale et de protection contre les non citoyens (ce que sont également les *concelhos* chrétiens) mais non pas comme partenaires du seigneur du municiple ; cette immédiateté de la juridiction seigneuriale implique, outre le caractère informel des recours judiciaires contre le seigneur, l'absence totale de représentation en Cortes.

¹⁸ La détention d'un statut public est un critère dans la définition des mudéjares comme étrangers mais son poids ne doit pas être exagéré car on ne peut opposer sans nuance, on l'a dit, d'une part la liberté (assortie d'infériorisation) qui serait conférée par l'appartenance à une commune, et d'autre part l'asservissement qui serait réservé aux malchanceux n'ayant pu intégrer une commune.

¹⁹ En dehors des titres déjà cités (et de HELENO, s.d.:133), le problème de l'esclavage en lui-même n'a attiré l'attention des historiens que quand il concerne l'expansion outre-mer, principalement les Noirs (la meilleure étude étant SAUNDERS, 1994). On pourrait objecter que les esclaves sont des objets juridiques et non des sujets de droit et que leur situation est donc la plus informelle que l'on puisse imaginer ; mais, outre le fait que les coutumes reconnaissent généralement leur humanité, leur situation est tellement informelle qu'elle concentre précisément toute l'attention des législateurs. Toutefois, s'ils sont assez nombreux dans les zones septentrionales du Portugal (là où précisément il n'existe pas d'autre situation possible que la servitude pour les maures), les témoignages de réduction en esclavage sont nettement plus rares dans la région au Sud du Tage ; la possession ou la non possession d'un statut y devient donc un élément plus important pour caractériser l'altérité.

²⁰ On notera cependant que les chartes communales (dont le modèle juridique répété à l'infini s'est constitué durant la Reconquête) n'emploient pas le vocable « esclaves » mais désignent ceux-ci comme « *Mauri* » - non pas parce que ces « maures » sont majoritairement dans cette situation mais parce que les seuls à y être sont des maures – sans distinguer l'altérité juridique et ethnique (BOISSELLIER, 1998b: 364). La servitude constitue pourtant une marque très forte d'altérité juridique (châtiments corporels, entravement, d'ailleurs plus dans les principes que dans la pratique), surtout dans une société méridionale où elle est rare ; c'est aussi une marque durable car la conversion religieuse, une fois encore, n'oblige pas à l'affranchissement. A partir de l'importation d'esclaves guinéens (1441), la qualité d'esclave reste subordonnée à l'infidélité religieuse (voir *infra*) mais n'est plus spécifiquement attachée à l'Islam. De toute manière, même avant cette date, la situation servile place les esclaves dans un processus de déculturation tellement fort qu'il efface rapidement leurs spécificités culturelles.

²¹ La charte municipale (chrétienne) de Santarém de 1179 suggère que les rapports fiscaux entre maures et municipalité chrétienne se sont organisés depuis 1147 « *sicut consuetudo est* » (éd. *PMH Leges*, I: 409) ; de même, de nombreux décrets municipaux (*posturas*) d'Évora (PEREIRA, 1885/91, I: 127-154).

foncier s'estompe – une fois définies les charges fiscales publiques sur leurs terres – jusque dans les aspects les mieux formalisés par la loi, comme l'accession à la propriété, les transactions et la production²².

2/ LES FACTEURS IDÉOLOGIQUES DE L'ALTÉRITÉ : NATIONALITÉ ET RELIGION

Deux éléments immatériels peuvent entrer dans la définition des mudéjares comme étrangers : leur infidélité religieuse et leur infidélité – au sens féodal – politique. Ces deux facteurs n'ont pas le même poids mais sont en rapport étroit.

Je ne m'attarderai pas sur le problème de l'appartenance à un autre Etat : une fois vaincus, les mudéjares portugais se comportent en fidèles sujets et ne se laissent jamais gagner par les révoltes qui agitent les maures de l'Andalousie voisine et de la couronne d'Aragon²³. Toutefois, la poursuite d'opérations militaires portugaises contre des Etats musulmans après la fin de la Reconquête « continentale » (en 1250) a pu – quoique l'on n'en ait aucun témoignage explicite – faire considérer les mudéjares comme une « cinquième colonne » potentielle ou, au moins, amalgamer tous les musulmans dans la catégorie d'ennemis²⁴. Surtout, la jouissance du statut juridique examiné dans le précédent § constitue un paradoxe puisque le droit n'est que l'expression d'un contrat politique ; or, pour les mudéjares comme pour les juifs, le statut est presque purement législatif et sans base politique puisqu'il est conclu avec un Etat auquel ils ne peuvent

²² Tous les travaux cités en bibliographie (notamment le régeste de BARROS, 1936/7) donnent des exemples de transactions foncières, qui ne revêtent aucune spécificité juridique quand elles impliquent des maures. Notons que des opérations économiques aux limites des droits privé et public montrent une intégration complète des mudéjares, comme c'est le cas avec l'espèce de régie municipale constituée à Loulé vers 1410 pour organiser l'exportation de l'énorme production fruticole : 1/3 des quelque 300 producteurs sont des mudéjares et aucun élément de la comptabilité ne permet de les distinguer juridiquement, les officiers municipaux acceptant même, contre la législation, des signatures en arabe (documents édités in IRIA, 1956, II: 437-476).

²³ Je ne pense pas que le terme même de « maure » assimile les mudéjares aux envahisseurs arabes et maghrébins du VIII^e siècle (et aux Berbères des XI-XII^e siècles) venus de Mauritanie ; si l'assimilation des chrétiens andalous convertis à un groupe globalement étranger (« maur-itanien ») a été réellement faite par les chrétiens du Nord tant que ces Andalous étaient intégrés dans des Etats ennemis, le vocable « maure » était devenu d'emploi trop automatique lors de la constitution du mudéjarisme portugais pour qu'il exprime une quelconque intention de désigner les mudéjares comme des étrangers par leur origine géographique.

²⁴ La poursuite d'expéditions offensives contre le royaume de Grenade et le littoral du Maroc mérinide (avec une interruption presque totale entre 1250 et les années 1310 [cf. MARQUES, 1998: 23-26]) ne peut influencer beaucoup la perception des mudéjares nationaux, notamment parce que les musulmans marocains eux-mêmes ne semblent pas considérés avec une grande hostilité (en 1321, des prisonniers civils maghrébins libérés par rachat sont autorisés – ou plutôt invités – à rester au Portugal par le roi Dinis ; éd. MARQUES, 1944, Supplément au vol. 1: 27). La conception d'un Algarve « *além mar* » comme prolongement naturel de l'Algarve « *aquém mar* » – conception qui pourrait englober les mudéjares « nationaux » dans un groupe restant finalement ennemi et étranger – est une justification de la pénétration terrestre au Maghreb (1415) et ne s'est pas constituée dès la fin de la Reconquête, contrairement à ce qu'ont prétendu les théoriciens d'une expansion portugaise « continuiste » (sur les relations entre Portugal et Maroc, le travail le plus important, malheureusement inédit, est la thèse de FARINHA, 1990). Plus importantes (sur le plan idéologique) sont les attaques menées par les corsaires et pirates mérinides contre le littoral portugais méridional (jusqu'à Lisbonne) ; mais, en dépit des proclamations désolées et généralisatrices de quelques documents – toujours pour en tirer des avantages, dans la tradition des opérations de « repeuplement » de la Reconquête – un érudit aussi attentif qu'A. Iria n'a pu repérer (jusqu'en 1415) que quelques expéditions notables et seulement à partir de 1332 (IRIA, 1956, I: 133 sq.).

s'identifier : c'est dans cette mesure que la reconnaissance juridique des maures constitue un élément d'altérité, les désignant comme un groupe finalement apatride²⁵.

Paradoxalement – dans l'optique traditionnelle de l'expansion – la Reconquête met fin à l'identité politique des maures et la fin des combats met donc en avant leur identité religieuse²⁶. L'hétérodoxie est souvent présentée comme le critère de différenciation majeur dans la construction des sociétés ibériques. Au premier degré de l'analyse, celui du vocabulaire, on a du mal à voir dans les documents non idéologiques une définition religieuse des mudéjares (qualifiés presque exclusivement de « maures ») avant le début du XVe siècle, à l'inverse des textes idéologiques dans lesquels le vocabulaire est plus varié et exprime généralement une définition religieuse, évidemment négative (*infideles, pagani, inimici nominis christiani*) – mais seulement dans les textes inspirés par une théologie constituée hors du Portugal²⁷ ; cette carence lexicale est assez logique quand on pense aux difficultés des théologiens chrétiens eux-mêmes à définir l'Islam²⁸.

Néanmoins, l'hétérodoxie est fondamentale car elle constitue une source d'interrogations morales et de perturbations pour tous les acteurs sociaux. Pour les monarques, dont l'opinion est décisive, la foi des mudéjares n'est qu'un élément entrant dans la fixation de leur statut ; pendant très longtemps, en fait jusqu'à la fin du XVe siècle, les souverains portugais ne considèrent pas que la religion (à la différence de la langue) doive être en adéquation avec l'appartenance politique. Pour le peuple (c'est-à-dire les officiers municipaux et les élites locales), l'infidélité des mudéjares est avant tout l'élément – perçu comme fondamental ou intégré au statut ? – faisant obstacle au conformisme social et religieux et à l'égalitarisme juridique régnant dans les municipes ; il n'est donc pas facile de savoir si elle est perçue dans les mentalités populaires comme un sujet de scandale en soi avant la seconde moitié du XVe siècle²⁹.

Pour les clercs, la foi musulmane constitue un errement *a priori* difficilement admissible, quoique pas totalement impardonnable dans la doctrine du salut des

²⁵ Toutefois, à la différence des juifs, les mudéjares peuvent au moins se référer idéologiquement à des Etats où leur foi est au pouvoir ; mais ceci constitue un facteur de faiblesse culturelle car, à la différence des juifs – qui ne peuvent envisager l'émigration vers un Etat juif et ne préservent donc leur culture qu'en la défendant, la plupart des maures ayant choisi de rester plutôt que d'émigrer se contentent d'une identité fictive (le fantasme d'une reconquête musulmane, une sympathie envers les royaumes du Maghreb) qui leur épargne un combat identitaire.

²⁶ Le premier texte créant le statut de mudéjar en 1170 est révélateur de cette problématique puisqu'il accorde aux communes maures l'autogestion par des officiers « *de gente et de fide uestra* » éd. *PMH Leges*, I: 396.

²⁷ Cf. BOISSELLIER, 1999.

²⁸ La religion musulmane est probablement beaucoup mieux connue – mais empiriquement – par les colons chrétiens que par les juristes et universitaires qui créent ou transmettent le droit canon et l'idéologie savante ; mais cette bonne connaissance ne conduit pas, jusqu'à la fin du XVe siècle, ses détenteurs à se focaliser sur la religion des mudéjares.

²⁹ Faute de pouvoir mener une analyse idéologique (théologique) de l'Islam pour le rejeter nettement, les chrétiens ne peuvent qu'en observer les rites ; or, il a existé (LAVAJO, 1995: 102) une tendance ethnocentriste à assimiler les pratiques islamiques au culte chrétien : sans aller jusqu'à cette sympathie envers l'Islam qui obsède Alvaro Pais, la communauté de vie au quotidien occulte les concepts. Par compensation (ou plutôt en complément), l'inquiétude spontanée à l'égard de l'altérité s'exprime avant tout par une crainte pour soi-même, sous forme d'un fantasme de la « contagion » religieuse (crainte peut-être éveillée par la propagande cléricale, cf. note suivante) ; c'est sur la religiosité populaire que semble se fonder un épisode de la « chronique des XXIV généraux » franciscains, qui retrace la fondation d'une église (à Elvas) consacrée à Saint « Magmete » (ou « Agmete » ou « Ymagmete ») par un berger sous inspiration diabolique (éd. NUNES, 1918: 201-202. Mais l'interprétation du nom et de l'épisode est

infidèles ; mais la persistance des mudéjares dans l'erreur est, elle, insupportable et conduit les clercs à les percevoir comme étant de nature perverse au lieu d'être simplement de culture erronée³⁰. L'absence presque totale de témoignages révélant une activité prosélytique auprès des mudéjares pose donc problème³¹ ; il semble que les clercs portugais aient choisi la voie de la facilité, particulièrement dans le Midi où la masse des mudéjares doit les faire reculer : ils laissent les infidèles se convertir spontanément puisque cela relève finalement de la volonté divine mais ne font aucun effort pour tirer les autres de leur erreur puisque cette erreur démontre précisément leur perversité³². Mais, ne pouvant ou ne voulant rien faire pour venir à bout de l'identité mudéjare, le haut clergé se focalise sur les rapports entre chrétiens et infidèles et donc, finalement, sur la seule altérité religieuse de ces derniers ; en définitive, c'est pour le clergé qu'il est le plus difficile d'évaluer dans quelle mesure la religion conduit à une conception globale d'altérité.

Plus nettement que des considérations théologiques, les conséquences juridiques de l'infidélité sont à l'origine de la détestation des Maures par les clercs, notamment dans la mesure où les infidèles ne paient pas la dîme ecclésiastique ; de fait, les clercs font des tentatives ponctuelles et exercent une pression constante sur les monarques, au moins à partir du règne d'Afonso III, pour amener les mudéjares à s'acquitter de l'impôt. On ne peut aller jusqu'à considérer que cela révèle un désir d'intégrer socialement les infidèles, dans une espèce de succédané de la mission religieuse ; de toute manière, quelle que soit l'interprétation que l'on donne à cette attitude cléricale, la résistance qui lui est opposée ne peut qu'exaspérer les membres d'une organisation dont l'objectif social est le contrôle de toute l'humanité et cette exaspération est théorisée puis propagée sous forme d'idées relatives à l'insoumission

Quoi qu'il en soit, la religion est un critère qui n'est pas à l'origine directe de l'infériorisation juridico-sociale. Bien sûr, dans les oeuvres des théologiens et canonistes,

difficile, d'autant plus que je n'ai pu confronter la traduction portugaise ci-dessus (de la seconde moitié du XIV^e siècle) avec l'original latin : origine géographique du héros (montagne S. Mamede) ? culte, d'origine mozarabe, parfaitement orthodoxe (mais pourquoi l'inspiration diabolique ?) ? introduction d'un culte musulman d'Ahmed ou de Mahomet ?

³⁰ Un théologien, évêque de Silves, reprend à ce sujet la très ancienne conception selon laquelle les caractères culturels sont transmis biologiquement, comme le montre sa condamnation des mariages « mixtes », au milieu du XIV^e siècle : « *Et sic faciunt mulieres iudaeae et sarracenaee : commixtae cum christianis, venenum proprium sarracenicum in tales viros effundunt, et quia partes sequitur ventrum... nati ex commixtione efficiuntur perfidi et pessimi sarraceni* » (PAIS, 1954 : 188). La plupart des textes savants témoignant de l'attitude des clercs quant au problème mudéjar sont énumérés par ANTUNES, 1992.

³¹ Cf. BOISSELLIER, 1998b : 99-103 et BOISSELLIER, 1999 : notes 32 à 34 ; le seul témoignage explicite d'apostolat auprès des maures (qui m'avait échappé dans les précédents travaux) se localise en dehors de ma zone d'étude et se situe dans le contexte militaire de la Reconquête (années 1120-40), c'est-à-dire avant (ou au début de) la formation du concept juridique de mudéjar ; il s'agit du saint prêtre Martin de Soure qui « *complures paganorum ab illa profana mahometis superstitione sua predicatione ad christi fidem conuertit* » (PMH *Scriptores = Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, éd. HERCULANO, Alexandre : 63). On notera que cette très courte mention clôt le plus long chapitre de la *vita*, où est développé à loisir le zèle pastoral du saint homme auprès des colons chrétiens.

³² De ce point de vue, c'est l'existence même des maures en sol chrétien qui gêne les religieux, plus que leur infidélité proprement dite. Cette étrange attitude montre que le clergé est obligé d'accepter les principes d'organisation sociale imposés par les souverains, évoqués ci-dessus à la note 15.

cette infériorisation est justifiée explicitement (et savamment) par l'infidélité religieuse³³ ; mais cette doctrine n'est jamais reprise dans les chroniques ni dans les lois portugaises³⁴. Dans les faits, son fondement semble bien être le droit de la guerre, dans lequel la défaite militaire justifie à elle seule l'infériorisation des vaincus³⁵. Toutefois, dans la forme la plus grave de cette infériorisation, l'asservissement, la religion des maures intervient de façon importante mais complexe, parce que dépendant largement des rapports entre la politique monarchique et l'influence des clercs³⁶. Ainsi, dans les guerres menées par les Portugais contre les royaumes ibériques voisins (Castille et León), les vaincus ne semblent jamais réduits en esclavage ; de même, les seuls esclaves dont on ait mention au Portugal semblent tous musulmans ou anciens musulmans. Mais quand le roi Afonso I asservit des chrétiens mozarabes capturés à Séville - en jouant peut-être hypocritement sur leur arabité apparente, cela prouve que c'est aux ressortissants des Etats andalous, quelle que soit leur religion, qu'est réservé l'esclavage, en raison de leur altérité culturelle et/ou à cause de leur appartenance à des Etats considérés comme

³³ Obligés (par les monarques ibériques) d'admettre la présence d'infidèles parmi les chrétiens, les clercs exigent leur infériorisation et la justifient par les mêmes arguments avec lesquels ils ont légitimé la Reconquête, principalement par l'infériorité « par nature » des Ismaélites (c'est ce que l'on peut induire de la réflexion d'Alvaro Pais, LAVAJO, 1995: 79-89 et 90-92) ; pour eux, le passage de la guerre à la paix ne change donc pas fondamentalement la perspective.

³⁴ Il est vrai que l'interprétation de la religion comme marqueur identitaire négatif n'est pas facile, tout d'abord parce qu'aucune justification de l'infériorité n'est jamais formulée dans les sources narratives, juridiques et diplomatiques. Mais si l'infériorité des mudéjares est une notion première, qui se suffit à elle-même, c'est bien parce que c'est le droit qui a défini les maures. On peut prendre pour exemple une plainte de la communauté chrétienne de Silves aux Cortes de 1361 (à une date où l'exaspération envers les différences des mudéjares a crû et devrait nourrir le discours) contre les négligences agraires de la communauté maure ; l'attribution d'une infériorité aux musulmans est patente mais elle a d'autant moins à être justifiée par les procureurs du municipio (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-67)*, éd. MARQUES, 1986: 120-121).

³⁵ Voir GILLES, 1983: 195-213 et POWELL, 1990: 175-203. D'un point de vue plus proprement hispanique, quelques brèves remarques in SANCHEZ PRIETO, 1990 ; je n'ai pas eu le temps de consulter le très récent ouvrage, beaucoup plus approfondi, de GARCIA FITZ, 1998.

³⁶ On ne peut donc se contenter d'expliquer les phénomènes par les mentalités. On se demande ainsi pourquoi certains musulmans vaincus sont réduits en esclavage et d'autres non ; il se peut que les conquérants appliquent – plus strictement au Sud du Tage qu'au Nord - le droit islamique (comme le statut même de mudéjar est une transposition du statut de *dhimmi*) qui ne réduit en esclavage que les résistants à la conquête : l'absence de toute opposition armée importante durant les deux grandes poussées portugaises de 1147-79 et 1218-49 expliquerait la rareté de l'esclavage dans le Midi portugais, outre le fait que les maures semblent plus rentables en tant que sujets de droit (public, dans le cadre des communes, et privé, dans le cadre des petits domaines fonciers des seigneurs non banaux) qu'en tant qu'esclaves. Durant la phase militaire de la Reconquête, si l'on exclut les esclaves importés (principalement dans le Nord du Portugal) par voie commerciale - qui semblent nettement destinés à être conservés comme force de travail - il faut noter l'ambiguïté de la situation des musulmans capturés au cours d'opérations guerrières : le but de leur captivité semble être prioritairement le rachat des prisonniers chrétiens (par échange) et leur réduction en esclavage – quelle que soit sa légitimation morale et juridique – n'est qu'un moyen de les rentabiliser doublement ; ce système se développe particulièrement avec l'institutionnalisation des échanges de prisonniers (par des entremetteurs privés dits *alfaques*, au moins depuis le milieu du XIIe siècle, puis par les Ordres Trinitaire et Mercédaire, à partir des années 1200). Après la fin de la Reconquête, la capture de maures par des expéditions portugaises ponctuelles (en fait surtout à partir des années 1320) est plus nettement destinée à un esclavage de type économique étant donné que le nombre de chrétiens à racheter est devenu très faible (cf. *supra* note 22) ; à partir de la pénétration au Maroc, le rachat redevient un motif important de réduction en captivité (pour cette phase voir BEIRANTE, 1989: 273-282 et BRAGA, 1998).

irréremédiablement ennemis ; dans ce cas, la religion n'agit pas en tant que facteur de définition à part entière mais plutôt comme un élément parmi d'autres entrant dans la définition d'une altérité qui, elle, se combine nettement au droit de la guerre pour autoriser l'asservissement³⁷.

3/ LES MARQUEURS (VISIBLES) DE L'ALTÉRITÉ

Bien sûr, les concepts juridiques, politiques et religieux les plus abstraits ont des implications visibles dans la vie sociale ; ainsi, une foi et une pratique religieuse divergentes se voient à travers des bâtiments de culte spécifiques, des jours chômés anormaux, un prélèvement public différent (incluant l'exemption de la dîme ecclésiastique), l'appel à la prière et les ablutions – qui semblent à l'origine de l'horreur plus globale des clercs chrétiens envers les bains publics³⁸ ; la religion des mudéjares est aussi à l'origine de spécificités juridiques : leur exemption de dîme attire les foudres du clergé – comme, à l'inverse, leurs charges foncières spécifiques posent problème aux acquéreurs de leurs terres – et des grands seigneurs peu scrupuleux les utilisent comme hommes de main contre les lieux et personnages religieux pour contourner le crime de sacrilège³⁹. Parmi les différents autres éléments susceptibles de provoquer la différenciation, je mentionnerai l'apparence physique, le lieu de résidence, l'apparence vestimentaire, le langage et l'onomastique ; mais s'il est facile de dénombrer ces éléments, on a beaucoup plus de mal à y débrouiller les rapports entre différenciation volontaire et différenciation imposée (contrairement au statut juridique qui est nettement imposé et à la religion qui est évidemment voulue).

Malgré l'étymologie du vocable servant à désigner les mudéjares – « maure » ayant le sens de bronzé en grec – les Portugais ne semblent jamais avoir perçu en eux une

³⁷ Anecdote dans la « *Vita sancti Theotonii* » in *PMH Scriptores*: 85. Les mozarabes de Séville subissent comme circonstance aggravante d'être capturés « à l'étranger », dans la zone d'al-Andalus réservée à la conquête castillane ; quand le même roi Afonso I rencontre un important foyer de mozarabes au cours d'une expédition dans la zone de conquête portugaise (autour du sanctuaire du cap Saint Vincent, dans l'actuelle province d'Algarve), il n'envisage pas, semble-t-il, leur asservissement. Le facteur décisif est donc, pour la catégorie spécifique des mozarabes, l'altérité « nationale » (politique) et non pas l'altérité culturelle.

³⁸ J-P. Molénat (MOLENAT, 2000: 162), sans connaître la documentation portugaise mais en se fondant sur des exemples castillans, condamne péremptoirement (« hypothèse qui témoigne d'une ignorance certaine des phénomènes d'acculturation réciproque ») le lien que j'ai établi (BOISSELLIER, 1998: 98-99) en attribuant la présence de bains publics en activité sur un site après la Reconquête à une tradition andalouse ; or, si l'érection du monastère Ste Croix de Coimbra sur des bains maures (ou mozarabes) est d'interprétation difficile (« *Vita Tellois...* » in *PMH Scriptores*: 65), on n'observe (dans les actes de la pratique) la présence de bains collectifs aménagés que sur des sites (sauf à Porto) où persiste une commune mudéjare, comme en Algarve, ou bien où s'est exercée une forte influence andalouse (soit par contacts indirects, soit par la persistance *in situ* d'indigènes sans statut), comme en haut Alentejo et en Riba-Côa (cf. aussi MARQUES, 1987: 90) : l'exemple tolédan ne fait donc pas loi pour toute la Péninsule ibérique et les processus culturels sont assez plastiques pour préserver des spécificités régionales.

³⁹ 13e art. du concordat de 1289 avec le roi Dinis « *personas ad ecclesias fugientes in illis casibus in quibus debent per ecclesias defensari videnter facit ipse ac sui per sarracenos et judeos vel per christianos extrahi ab eisdem* » éd. *As gavetas*, 1968, VII: 27 ; cette accusation, peut-être de mauvaise foi, reprend le précédent mieux avéré des crimes commis par l'infant Afonso en 1239 « *de ecclesia sancti Mammethis Vlixbonensis ad S. Raolis... pertinente, sexaginta frumenti et quadraginta ordeï modios... per quosdam sarracenos mandans extrahi, domos Decanatus sui dirui et comburi...* » (éd. COSTA, 1963: 264).

altérité biologique, à tel point qu'ils doivent établir une distinction de vocabulaire entre « maures noirs » et « maures blancs » à partir de l'introduction d'indigènes négroïdes en al-Andalus par les Almoravides et, plus encore, à partir de l'importation de « Guinéens » islamisés après 1441⁴⁰; le silence des sources écrites quant à l'altérité biologique réelle des descendants d'Arabes montre qu'il n'existe apparemment aucun racisme des Portugais envers les Andalous⁴¹. L'imposition autoritaire d'une différenciation vestimentaire aux mudéjares tend d'ailleurs à démontrer l'absence d'une autre forme d'altérité visible⁴².

Deux autres éléments culturels, étroitement liés, émanent plus nettement de la volonté identitaire des mudéjares eux-mêmes : la langue et l'onomastique. L'emploi de l'arabe dans la communication orale pose évidemment d'insurmontables problèmes à l'historien ; dans notre optique, il faut noter avant tout qu'il ne semble susciter aucune réclamation de la part des groupes populaires, les seuls à être en contact quotidien avec d'éventuels arabophones et donc les seuls à pouvoir s'en offusquer⁴³. En outre, l'imprégnation du portugais par le lexique arabe est assez importante pour que les catégories linguistiques soient perméables et ne constituent donc pas un élément d'altérité insurmontable. Avec les documents écrits, nous entrons dans le domaine de préoccupations des dirigeants ; c'est incontestablement un souci d'uniformité (et donc d'intégration) qui conduit le roi João I, à la fin du XIV^e siècle, à interdire brutalement l'usage de l'arabe dans les écrits, alors que ce problème n'avait jamais fait l'objet de la moindre allusion dans la production juridique monarchique antérieure.

⁴⁰ C'est seulement à partir de cette date que l'on peut considérer que le vocable « maure » devient synonyme de musulman (et non plus d'Andalou, puisque les indigènes subsahariens islamisés raziés par les explorateurs n'ont rien qui les rattache aux Etats arabo-musulmans ibériques). Inversant la démarche qu'il convient de mener, certains auteurs (KRUS; e. a., 1989: 75) partent du principe qu'il a existé une différence physiologique réelle entre les Portugais au nord du Douro et les maures (importés comme esclaves à une date indéterminée) de cette région et voient donc dans la fréquence, au XIII^e siècle, de certains surnoms (Negro, Tição, Corvo, Alvo et Mouro lui-même) l'expression, par les chrétiens, de leur perception d'une (supposée) négritude des maures ; mais si le surnom (*alrunha*) « Maure » peut bien marquer – dans certaines conditions précises de date et de lieu – une origine andalouse (et non raciale), les règles onomastiques implicites que j'ai pu observer dans le Midi (BOISSELLIER, 1998b: 103-104) et les noms des cas avérés (généralement du XV^e siècle, BARROS, 1998: 148-151) de musulmans convertis ne plaident nullement dans le sens d'une altérité biologique.

⁴¹ Il convient néanmoins de rester prudent sur ce point : les seules sources utilisables dans ce domaine, la production historiographique et littéraire et la production iconographique, sont respectivement trop pauvre et trop mal inventoriée pour que l'on puisse être catégorique ; on sait qu'il existe dans la péninsule ibérique une tendance générale à caricaturer physiquement l'ennemi andalou pour exprimer la crainte et le dégoût moral ressentis envers lui : mais les mudéjares ne sont précisément plus des ennemis.

⁴² Le seul témoignage qui pourrait accréditer la conscience d'une différenciation physiologique est le goût du roi Afonso III pour les femmes juives et musulmanes; mais le biographe du monarque se place ici clairement dans une perspective morale topique et, même si l'anecdote est réaliste, cette attirance peut être provoquée par un exotisme vestimentaire et surtout par le fantasme de la lascivité orientale. Cette biographie, la seule qui soit contemporaine de la vie d'un monarque jusqu'aux chroniques de Fernão Lopes (en excluant les annales de certains règnes), est une courte notice rédigée par un clerc castillan, Juan Gil de Zamora : « *femora sua diversarum sectarum mulieribus turpiter inclinavit* » (éd. LOMAX, 1966, 71: 74).

⁴³ Faut-il en déduire : a/ une tolérance culturelle voire un bilinguisme des lusophones, b/ un bilinguisme mudéjar parfait restreignant l'arabe à un usage strictement interne ou c/ un abandon généralisé de l'arabe par les mudéjares, réduisant cette langue à un vecteur religieux et juridique, donc savant et donc exclusivement écrit ? Certains indices rendent cette dernière explication la plus probable ; mais l'usage écrit de l' « *aljamia* mudéjare » (arabe transcrit en caractères latins, à l'inverse de l'*aljamia* mozarabe et morisque qui transcrit le latin ou les langues

L'onomastique des mudéjares est le meilleur exemple – parce que c'est le seul domaine où l'on conserve des témoignages endogènes - de la complexité des rapports entre mécanismes identitaires et intégration. Les documents écrits, émanant d'agents de la culture dominante, attestent le passage au système onomastique chrétien à nom unique (pour les individus en situation sociale dépréciée) ou, majoritairement, à deux noms. Mais le nom personnel reste presque toujours un prénom arabe et surtout le système du nom double mudéjar est une copie formelle qui obéit rarement à son mécanisme fondamental de transmission héréditaire par le *nomen paternum*⁴⁴. De plus, les quelques épigraphes mudéjares en arabe que l'on conserve attestent le maintien, en usage interne, de l'onomastique arabe traditionnelle. Tout ceci reflète une normalisation sociale, peut-être plus mécanique que délibérée, soit par l'action des notaires chrétiens qui simplifient d'autorité l'onomastique des maures, soit par une sorte de « double jeu » des maures eux-mêmes⁴⁵.

Les aspects ostentatoires de différenciation imposés aux mudéjares sont mieux connus, précisément dans la mesure où ils émanent des chrétiens. La séparation spatiale de l'habitat est un aspect essentiel dans la définition de l'altérité car elle concrétise et renforce la structure communautaire, qui est le principal obstacle à cet oubli des différences que l'on observe par ailleurs souvent entre individus. Ce processus de ségrégation est réclamé en Cortes par les représentants du peuple (en 1361) mais se fonde sur une conception cléricale, les tabous biologiques (sexuel et alimentaire) - qui constituent apparemment la seule forme de « racisme » bien diffusée dans la population ; mais le regroupement des maures n'est imposé que tardivement (souvent longtemps après 1361 dans les faits) par rapport à la législation canonique et surtout il semble avoir été amorcé spontanément par la tendance des mudéjares eux-mêmes à se regrouper⁴⁶ ;

vernaculaires en caractères arabes), dans des actes de la pratique, concrétise l'acculturation tout en la freinant - on ne peut admettre que l'usage de l'*aljama* soit né exclusivement de l'interdiction officielle de l'arabe (à la fin du XIV^e siècle) puisque l'on conserve un épigraphe du début du XIV^e siècle dans lequel l'*aljama* est déjà employé - et pourrait contredire cette désarabisation des mudéjares illettrés (voir surtout BARROS, 1998: 146-147).

⁴⁴ Le deuxième nom (comme d'ailleurs quelques noms personnels, surtout féminins) est constitué le plus souvent par un surnom (parfois un *laqab* arabe mais presque toujours un surnom en portugais), et plus rarement par un nom de paternité (par rapport au fils & non par rapport au père = *kunya* classique dans l'onomastique arabe) ; la rareté de l'expression de la filiation par le deuxième nom est surprenante, non seulement parce que c'est un élément fondamental (appelé *nasab*) dans le système arabe mais surtout parce que c'est la raison d'être du système binaire dans lequel s'intègrent les mudéjares.

⁴⁵ L'excellente analyse de l'onomastique in BARROS, 1998: 115-122 est confirmée par l'étude du document (d'une extrême richesse anthroponymique) mentionné note 22, d'autant plus qu'on est là dans une zone (l'Algarve) où l'« implosion minoritaire » est nettement moins prononcée qu'à Lisbonne et où la vigueur sociale et numérique des mudéjares devrait impliquer une plus grande spontanéité / identité onomastique. Reflexions méthodologiques approfondies dans plusieurs articles du volume de BOURIN; e. a., 1996, particulièrement les articles de P. Guichard *L'anthroponymie des zones de contact entre monde chrétien et monde musulman : de Palerme à Tolède* in BOURIN; e. a., 1996: 109-122 et C. Laliena Corbera *La antroponimia de los mudéjares : resistencia y aculturación de una minoría étnico-religiosa* in BOURIN; e. a., 1996: 143-166 et, dans une moindre mesure, P. Martínez Sopena *L'anthroponymie de l'Espagne chrétienne entre le IX^e et le XII^e siècle* in BOURIN; e. a., 1996: 63-85).

⁴⁶ Voir GOMES, 1996: 333-336. Une loi d'Afonso III, vers 1258-64, identifie les communes maures à un quartier spécifique (« *arravalde* »), ce qui reflète au moins la situation lisboète (*Ordenações Duarte*: 93). En milieu rural, le problème est plus complexe (mais concerne moins les maures « de droit » sur lesquels nous centrons notre analyse) car le regroupement d'exploitants musulmans sur des domaines royaux sans organisation municipale

de toute manière, il n'empêche en rien les contacts au quotidien. Mais, en ville et dans les villages, c'est moins l'existence de quartiers spécifiques que la stricte séparation des morts dans des cimetières confessionnels qui interdit au niveau communautaire la connivence que l'on soupçonne parfois entre les vivants⁴⁷.

Le désir de distinguer clairement les infidèles par l'apparence est également d'origine canonique ; proclamé à Latran IV, il n'est mis en œuvre qu'un siècle et demi plus tard, vers 1357, avec l'imposition du port du burnous aux maures. Le choix est curieux car il s'agit d'un élément culturel endogène et non d'un signe artificiel ; les mudéjares, d'abord réticents (pour des raisons matérielles et par désir d'intégration sociale), finissent par transformer cette obligation en une volonté identitaire, à tel point que l'*alcaide* chrétien de Lisbonne, vers 1435, tente de le leur interdire comme élément trop ostentatoire de leur identité⁴⁸ : on a là un bon exemple des hésitations des autorités civiles, entre droit canonique et souci de cohésion sociale. C'est dans ce domaine vestimentaire que le traitement des maures par les autorités civiles s'éloigne le plus longtemps de l'attitude vis à vis des juifs – qui constituent la minorité de référence dans la législation canonique⁴⁹.

Beaucoup d'autres éléments visibles d'altérité pourraient être évoqués, principalement des activités et des coutumes spécifiques ; mais dans ce domaine, la vision chrétienne populaire oscille entre séduction (envers les modèles iconographiques, les chants et danses) et répulsion (envers l'appel à la prière et les bains). Et, contrairement aux domaines dans lesquels l'Église emporte la partie par son idéologie et son poids social, c'est la séduction qui l'emporte parfois. Mais cette séduction elle-même peut constituer un élément de différenciation car elle se présente souvent sous forme d'un exotisme, c'est-à-dire un sentiment très vif de la différence, en outre assez superficiel – car focalisé par des détails anecdotiques – et qui n'implique nullement une identification de l'observateur⁵⁰. La spécialisation des mudéjares dans certaines activités

(*reguengos*) – et certainement aussi sur de grands domaines privés – n'aboutit pas toujours à la création d'habitats séparés et, de plus, laisse subsister une importante population maure incontestablement insérée dans l'organisation générale du peuplement (cf. BOISSELLIER, 1998b: 104-107).

⁴⁷ Même si l'on n'a pas de certitudes documentaires de la ségrégation de la mort pour les très petites *mourarias* en milieu rural, les mentions incidentes d'*almocavar* (< ar. *muqbara*) ne peuvent pas être toutes de simples toponymes ou des vestiges antérieurs à la conquête.

⁴⁸ Éd. MARQUES; e. a., 1984: 143 et BARROS, 1998: 14.

⁴⁹ L'imposition d'un signe distinctif rajouté au vêtement (à l'imitation des juifs) n'impliquera les maures que dans la seconde moitié du XVe siècle.

⁵⁰ Ainsi, le goût des monarques portugais pour les maures n'est pas très éloigné des *topoi* de lascivité et permissivité orientales, qui apparaissent non seulement dans la vision fantasmée de l'Islam (chez les théologiens) puis dans les exigences de ségrégation des canonistes mais aussi dans la poésie satirique du XIIIe siècle (cf. MARTINS, 1986: 110-111) et finalement – encore plus intéressant à notre propos – dans les mentalités populaires, peut-être par diffusion des schémas savants (notamment la répulsion envers la circoncision) : dans une enquête de 1343 sur la juridiction de l'Ordre militaire de l'Hôpital à Amarante, dans le Nord Est du Portugal, les 2 seuls crimes de viol et sodomie dont se souviennent les témoins sont imputés à des maures (document étudié par MARREIROS, 1984/5: 24 ; la consultation directe du document m'amène à penser que ces crimes sont plus une reconstruction de la mémoire qu'une réalité). A l'extrême, des chrétiens peuvent posséder des Corans chez eux sans que cela implique la moindre sympathie envers l'Islam - c'est ce que suggère une remarque (dont il est difficile d'apprécier le degré de réalisme) du théologien Alvaro Pais, évêque de Silves (PAIS, 1954: 171). N'allons pas trop loin cependant : si le développement de l'art mudéjar au XVe siècle relève de l'exotisme, certaines valeurs arabo-musulmanes ont réellement imprégné le Midi portugais et constitué des éléments d'identification entre la majorité et la minorité.

professionnelles (la chasse au lapin en milieu rural, la poterie dans tous les contextes), allant jusqu'au monopole dans le secteur artisanal (fabricants de tapis de Lisbonne), peut également leur conférer, en milieu urbain, une altérité supplémentaire ; mais dans la mesure où le groupe mudéjar local pris dans son ensemble exerce des activités diversifiées, cette altérité est faible et ne suscite pas d'autre hostilité que des jalousies catégorielles (mais non pas au niveau communautaire)⁵¹.

4/ LA RADICALISATION POPULAIRE APRÈS 1350

Qu'elle soit fondée sur l'idéologie ou sur le vécu quotidien, la conscience de l'altérité est indissociable de l'usage que l'on en fait ; or, c'est une tendance présente dans de nombreuses cultures que de considérer l'altérité comme une chose négative. À l'inverse, l'hostilité ne conduit pas nécessairement à considérer son objet comme étranger ; pourtant, c'est bien le cas avec les mudéjares, à cause de leur spécificité statutaire collective qui les exempte de la vie municipale. Certes, les maures sont des gens que l'on peut fréquenter, aussi bien dans le droit (sous certaines réserves) que dans la pratique, et les contacts informels entre individus des deux communautés ne sont pas évités, impliquant souvent une grande familiarité, particulièrement en milieu rural⁵² ; mais, on l'a dit, il y a certaines choses que l'on ne peut faire avec eux et ce sont précisément celles qui créent le sentiment de cohésion.

Or, par un processus sociologique que l'on pourrait appeler la dynamique majoritaire d'intolérance, la présence des mudéjares semble de plus en plus insupportable à la société englobante (toutes catégories confondues) à mesure que leur nombre décroît (par conversion et émigration). On peut prendre comme contre-exemple ce qui se passe en Algarve (zone où les mudéjares restent longtemps beaucoup plus nombreux qu'ailleurs), qui est pourtant la région la plus concernée par la piraterie sarrasine : certes, les élites municipales chrétiennes remettent en cause assez tôt la concurrence économique des maures (cas de Silves cité *supra*) mais, dans un document où s'expriment les intérêts de l'ensemble de la population (contrairement aux actes de Cortes), c'est-à-dire dans le livre de délibérations municipales de Loulé des années 1384-1408, on n'observe aucune animosité apparente envers la commune maure locale⁵³. Un mécanisme social induit renforce la crispation contre une minorité déclinante : chez les mudéjares victimes de cette intolérance croissante, on assiste à un repli identitaire qui renforce les différences⁵⁴. En outre, ce processus général de durcissement idéologique provoque l'émigration (jusqu'alors marginale) des maures vers le Maghreb et le royaume

⁵¹ Pour la chasse au lapin *PMH Leges*, II: 57, pour les fabricants de tapis de Lisbonne, BARROS, 1998: 87.

⁵² Beaucoup plus que par des témoignages directs, on connaît ces contacts par des indices indirects des documents de la pratique (concession des domaines royaux de Silves à moitié aux chrétiens et mudéjares IAN/TT - *Chancelaria de Afonso III*, lv. 1, f. 143v) et par la dénonciation qui en est faite dans les sources juridiques ; cf. parmi les exemples les plus clairs, l'emploi de maures (apparemment libres) comme « *officiales* » domestiques par les chanoines de Sta Cruz de Coimbra (bulle *Referente venerabili fratre* de 1198, éd. COSTA; MARQUES, 1989: 18). Le contenu de ces relations nous échappe évidemment.

⁵³ Éd. MORENO, 1984, I.

⁵⁴ Il n'est pas indifférent que ce soit assez longtemps (fin XIII^e siècle) après la fin de la Reconquête qu'un architecte mudéjar exprime son soutien aux émirs nasrides de Grenade, dans une inscription lapidaire.

de Grenade, ce qui renforce la dynamique d'implosion minoritaire⁵⁵. Enfin, comme cette tendance démographique est partiellement ralentie par l'importation de Maghrébins (à partir de l'implantation portugaise à Ceuta, en 1415), l'appréhension chrétienne des mudéjares évolue négativement - peut-être à cause de ce « renfort » en lui-même mais surtout dans la mesure où ces « nouveaux maures » sont majoritairement des esclaves, confirmant la « vocation » de tous les infidèles à l'asservissement ; cette conviction populaire (probablement dérivée de la pensée des théologiens évoquée précédemment) de la « nature » servile des musulmans - qui ne fait que perpétuer la justification aristotélécienne de l'esclavage - s'exprime bien dans la plainte des élites lisboètes aux Cortes de 1439 s'insurgeant contre les fors mudéjares pouvant favoriser les maures par rapport aux chrétiens « *grande sem razom o livre ser servo e o infieil ser isento* » (« infidèle » s'opposant à « libre »)⁵⁶.

Comme on l'a fait plus haut pour le critère religieux, on peut présenter schématiquement l'évolution de la position des différents protagonistes comme suit :

a/ Les monarques manifestent jusque dans la seconde moitié du XIV^e siècle (règne de Pedro I) une indifférence culturelle envers les particularismes mudéjares puisque l'intégration sociale et la déculturation d'une grande partie d'entre eux justifient la préservation de ceux qui restent musulmans, notamment pour des raisons fiscales⁵⁷ ; la monarchie, prise entre son intérêt financier et son obligation d'assurer l'harmonie sociale, bloque ainsi longuement la réception de la législation conciliaire anti-musulmane⁵⁸ ; mais, à partir de la fin du XIV^e siècle, sous la pression cléricale et populaire, les monarques doivent donner de plus en plus de gages de leur volonté « anti-

⁵⁵ De nombreux textes relatifs à ce phénomène se trouvent édités ou analysés dans MARQUES, 1988; leur exploitation n'a pas encore été entreprise pour une histoire complète des mudéjares portugais au bas Moyen Âge. L'émigration semble avoir été surévaluée pour les périodes les plus anciennes (BOISSELLIER, 1998b: 91-95) et on a l'impression que c'est à partir des années 1360-80 puis, encore plus, au cours du XV^e siècle que le phénomène devient notable ; toutefois, si je reste assez affirmatif quant à la faiblesse du mouvement avant 1320-40 (en me fondant sur des raisons autres que le nombre d'occurrences documentaires), il faut être prudent dans l'utilisation du nombre des mentions car elles proviennent presque exclusivement de copies de chancellerie royale - les maures « de droit » sont chose du roi - dont l'enregistrement progresse notablement (c'est seulement à partir du règne d'Afonso V, en 1439 sq., que l'on peut établir une tendance chiffrée fiable).

⁵⁶ Cité in BARROS, 1998: 15 ; mais la conviction exprimée en termes théologiques se fonde sur des conceptions et un vécu sociaux, comme en témoigne la remarque des représentants d'Elvas aux mêmes Cortes, refusant que « *os enfiéis que som servos teem razom d'emrequycer e os christãos ser pobres* » (BARROS, 1998). On retiendra cependant l'enrichissement du discours.

⁵⁷ La plus grande compilation juridique portugaise (les *Ordenações afonsinas*), réalisée vers 1450, exprime l'impression rétrospective, au XV^e siècle, d'un vide législatif entre la concession des chartes municipales de 1170 et la reprise en main de la fin du XIV^e siècle ; cette impression est confirmée, quoique nuancée, par l'examen des textes originaux ou des compilations plus anciennes (plus attentives aux lois des monarques de la précédente dynastie).

⁵⁸ Contradiction bien mise en lumière par BARROS, 1998: 152. Soit par conviction personnelle, soit pour répondre à cette pression d'un peuple à l'adhésion duquel il doit son pouvoir, le roi João I durcit - quoique modérément - la position monarchique. Plus précisément, le roi, dans la tradition de ses prédécesseurs, ne se résoud pas à accepter une dégradation de la condition des mudéjares ; l'essentiel de sa politique consiste à afficher - sans que cela soit suivi d'actions concrètes - la résolution du problème mudéjar par son élimination pure et simple, c'est-à-dire en encourageant les conversions (TAVARES, 1982: 87 ; cette attitude avait déjà été affichée par Afonso II, dans une loi qui était un gage donné au clergé et qui fut constamment contredite ensuite par les actions des monarques, *Ordenações Duarte*: 53)

mudéjare ». Sans pouvoir évaluer la sincérité personnelle des monarques, on notera que la montée de l'hostilité n'apparaît nullement dans le discours juridique civil, où persiste l'incapacité à élaborer un argumentaire original contre les maures, reprenant les considérations théologiques diffusées par le droit canon ; ainsi, une loi d'Afonso V contre les relations sexuelles « mixtes » (qui sont pourtant le tabou le plus fortement intériorisé) se contente platement de stigmatiser maures et juifs « *por serem gentes de Leyx desvairadas* »⁵⁹.

b/ C'est pour le clergé que l'on peut aller le plus rapidement : coïncé entre une indifférence généralisée jusqu'alors au Portugal (chez les monarques, les élites laïques et dans la masse de la population)⁶⁰ et l'agressivité des théologiens et canonistes les plus actifs, il ne manifeste pas vraiment d'évolution dans ses positions et s'exprime surtout en multipliant les récriminations tâtilloises, qui sous-entendent toujours - sans aucun enrichissement juridique - l'alignement du statut des maures sur celui des juifs⁶¹ et réclament explicitement (vieux cheval de bataille) le paiement de la dîme par les Infidèles⁶².

c/ Les témoignages d'une hostilité populaire envers les mudéjares sont faibles jusqu'aux années 1320⁶³. C'est pour le « peuple » qu'il est le plus difficile de déterminer si l'hostilité est due à des raisons objectives ou à l'évolution des mentalités chrétiennes elles-mêmes. En outre, est-ce la focalisation sur l'altérité qui provoque l'hostilité ou le contraire ? On sait que des chroniqueurs (rédacteur des « Annales » du règne d'Afonso I, informateurs portugais de l'auteur du récit de la prise de Silves) écrivant durant les plus violents affrontements avec les Almohades (années 1170-90) sont parfaitement capables de distinguer les Andalous des Berbères *masmuda* (« *Muzimiti* »), qu'ils considèrent comme les véritable ennemis. Puis, sous l'effet des difficultés économiques et peut-être de l'activité des corsaires maghrébins mais surtout par la cristallisation de structures sociales restées jusqu'alors ouvertes⁶⁴, la population des municipes devient plus

⁵⁹ *Ordenações afonsinas*, V: 95.

⁶⁰ Cf. BOISSELLIER, 1994.

⁶¹ Cet alignement, on l'a dit, est un choix technique (par facilité) et ne signifie nullement - pas plus que durant la phase antérieure - que le groupe mudéjar se rapproche socialement en quelque façon du groupe juif ni même que la conception chrétienne des minorités (aussi bien cléricale que laïque) se fasse désormais plus globale ; au contraire, la grande compilation juridique d'Afonso V, au milieu du XVe siècle, organisée par thèmes, sépare nettement - sauf leur logique séquence - juifs (livre II, titres 66 à 98 = p. 421-529) et maures (livre II, titres 99 à 121 = p. 529-564), recourant même à quelques acrobaties techniques pour ce faire.

⁶² En 1375, l'évêque d'Évora obtient du roi Fernando I le paiement de la dîme par tous les maures habitant dans le diocèse ; cf. VILAR, 1999: 97.

⁶³ Les documents qui éclairent le mieux ce problème, avant la multiplication des chapitres de Cortes, sont les coutumes municipales ; la place des mudéjares y est naturellement très réduite puisqu'ils ont leur propre droit mais les rares contacts inter-confessionnels qui y sont mentionnés n'impliquent pas hostilité ni violence. Les quelques mentions de bagarres entre chrétiens et maures n'apparaissent que dans la mesure où elles posent des problèmes complexes d'arbitrage judiciaire entre communautés (cf. par exemple, à Beja à la fin du XIIIe siècle, l'intégration dans la même loi - relative aux charges militaires municipales - des maures *forros* aux côtés des juifs, des clercs et des habitants des domaines exempts *PMH Leges*, II: 71) ; c'est aussi en raison des spécificités statutaires de la servitude qu'apparaissent assez abondamment les esclaves maures.

⁶⁴ Sans lier trop mécaniquement les problèmes matériels concrets et l'évolution des mentalités, les difficultés économiques me semblent un facteur important (quelques exemples in VASCONCELOS, 1958: 314) car l'hostilité développée plus généralement contre les étrangers s'exprime principalement sous la forme d'une crainte de leur concurrence dans les activités économiques et la fonction publique (SOUSA, 1990, II: 330, 352, 432, 474, 478).

sensible à la propagande cléricale (celle des Ordres mendiants plus que du clergé traditionnel)⁶⁵ et fait évoluer ses revendications économiques et juridiques vers une remise en cause culturelle des mudéjares⁶⁶ - notamment à travers la demande, déjà évoquée, d'une séparation de l'habitat. Enfin, le XVe siècle voit monter des récriminations remettant en cause, non plus tel ou tel aspect de l'identité maure, mais l'existence même des mudéjares en tant que porteurs de différences; surtout, dans la mesure où l'installation portugaise au Maroc (après 1415) renouvelle la population mudéjare par un flux constant de captifs d'origine « nationale » étrangère récente, on peut inscrire la crispation de la société portugaise contre ses propres minorités, au XVe siècle, dans le phénomène plus ancien et plus large de développement de la xénophobie contre tous les étrangers⁶⁷.

Les premiers jalons d'un rejet « populaire » des maures datent des années 1360-90. Mais l'évolution qui fait passer des revendications ponctuelles - exprimant surtout un idéal égalitaire ou une jalousie - à un rejet plus global est lente et progressive. Sa phase

Toutefois, dans le cas précis des mudéjares, quand les tensions économiques commencent à susciter une jalousie généralisée contre toutes les formes de privilège (cf. note 56), la communauté maure est déjà largement réduite et appauvrie et c'est la florissante communauté juive qui focalise l'hostilité en la matière (hostilité anti-juive qui a d'ailleurs une tradition beaucoup plus longue et qui a longtemps occulté les spécificités sociales des maures ; cf. les plaintes de la commune de Silves, dès 1276, contre la rapacité des juifs fermiers des moulins et fours banaux du roi, IAN/TT - *Suplemento de Cortes*, mç. 4, doc. 3).

⁶⁵ La divulgation de la pensée savante dans le peuple est en thème encore peu exploré au Portugal ; on peut prendre pour exemple le thème (d'origine mozarabe) du martyr infligé par des musulmans : longtemps sans consistance au Portugal, il ressurgit, sous influence mozarabe (ou extra-ibérique ?), dans la *Vita S. Martini Sauriensis* (éd. *PMH Scriptores*: 62) puis est développé par les Croisés anglo-saxons installés au Portugal mais le thème reste cantonné dans des monastères de chanoines réguliers (S. Cruz de Coimbra et S. Vicente de Lisbonne) sans grande audience populaire - ses thuriféraires eux-mêmes préférant localiser le martyr (et donc sa responsabilité) en-dehors du (futur) Portugal - et il faut que les Mendiants s'en emparent - mais peut-être pas avant le milieu du XVe siècle (adaptation *ad usum chori* de la « légende » des martyrs franciscains du Maroc, copie par une confrérie de pêcheurs d'Algarve de la *vita* d'un saint dominicain castillan du XIIIe siècle Pedro Gonçalves Telmo et surtout traduction portugaise de la *Vita Tellonis*) - pour que sa diffusion soit assurée, si tardivement que le problème mudéjare n'en est affecté qu'à son extrême fin (références complètes aux témoignages in BOISSELLIER, 1994: 148-149, auxquelles on ajoutera l'édition de la copie portugaise de l'hagiographie de S. Telmo par IRIA, 1956: 480-491).

⁶⁶ Il est vrai que la multiplication, à partir des années 1320, d'un type de sources, les « chapitres généraux » de Cortes, offrant une expression plus explicite (et donc plus idéologique) des rapports sociaux, nous fait peut-être interpréter comme un phénomène nouveau une évolution plus ancienne qui ne trouvait pas à s'exprimer dans les chartes et les lois. La conception cléricale du monde musulman comme un véritable contre-modèle a pénétré les mentalités dès la seconde moitié du XIVe siècle (aux Cortes de Porto de 1372, les chapitres généraux déclarent que les victimes d'abus des donataires royaux préféreraient « *seer em poder de mouros* », superlatif de l'horreur : *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, éd. MARQUES; e. a., 1990: 86) ; mais il n'est pas sûr que cette conception affecte alors les maures « nationaux ».

⁶⁷ Cette xénophobie, attestée par les articles de Cortes et les chroniques de Fernão Lopes, est une exaspération du sentiment national (déjà ancien au Portugal), issue principalement des invasions castillanes de la seconde moitié du XIVe siècle (notamment lors de la crise dynastique de 1383-5) ; on citera comme un des plus anciens exemples les plaintes générales du « peuple » et celles du municipio de Tavira aux Cortes de 1352 contre le rachat (aux Maures) de captifs chrétiens non portugais avec des fonds portugais (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-57)* éd. MARQUES, 1982: 132 et BAÇL - *codex « azul » 403*, f. 131v [copie du XVIIIe siècle]). Il est vrai, comme on l'a dit, que les esclaves (désormais maghrébins) ne peuvent être tout à fait perçus de la même manière que les maures « de droit » ; mais beaucoup d'entre eux s'intègrent à la population mudéjare « privilégiée » (par rachat effectué par leurs coreligionnaires) et, étant encore peu acculturés, renforcent son identité arabo-musulmane.

essentielle est la focalisation sur l'infidélité religieuse, à partir de la fin du XIV^e siècle⁶⁸ : à mesure que la communauté mudéjare se réduit numériquement, ses spécificités en tant que groupe (« privilèges » juridiques et autres) attirent moins l'attention et l'hostilité se concentre sur ce qui a toujours été le facteur fondamental d'altérité, la culture⁶⁹. Le vocable « maure » se pare alors de plus en plus systématiquement de l'adjectif « infidèle » ; et comme « maure » est alors en train de se réduire à un synonyme de musulman, la redondance ajoute l'hostilité à la conscience de l'altérité⁷⁰. Enfin, alors que l'on a souligné plus haut l'absence de conception raciale, on voit se développer dans la seconde moitié du XV^e siècle une appréhension des mudéjares comme étrangers, non plus seulement sur le plan culturel mais par nature, avec l'apparition du thème de la race (*casta*), sans toutefois que ce renforcement de la conscience identitaire ne renforce l'hostilité déjà existante⁷¹. Les différents facteurs conduisant à la conscience de l'altérité ne sont donc pas perçus et encore moins combinés de la même façon tout au long de la période étudiée. Paradoxalement, le recul des différences les plus fondamentales, c'est-à-dire l'exemption juridique et la langue, s'accompagne d'une volonté, de la part des chrétiens, de renforcement des marqueurs les plus apparents de l'altérité (tendance à la constitution d'*arravaldes*, imposition de signes vestimentaires)⁷².

L'attitude des responsables politiques populaires, sans échapper aux tendances des mentalités, a des effets – si ce n'est des motivations – qui ne répondent pas toujours exactement à l'opinion du plus grand nombre ; durant le XV^e siècle, quand l'hostilité

⁶⁸ Par exemple la demande populaire d'interdiction de l'appel à la prière par le muezzin, considéré comme une insulte à la vraie foi (Cortes de Coimbra, 1390, cf. SOUSA, 1990, II: 238) - alors que, en 1341, c'était encore le pape Benoît XII qui devait rappeler cet interdit au roi Afonso IV (éd. de la bulle *Monumenta Henricina*, 1960, I: 191). De même, dénonciation aux Cortes de Lisbonne de 1439 de l'attitude du roi Duarte qui montre « *moor amor aos infieis que aos christãos seus proximos* » ; plus tard, même indignation que « *o livre ser servo e o infieil ser isento* » (BARROS, 1998: 15) ; dans les deux cas, les plaintes expriment des intérêts matériels (achats de terres et droit d'auberge) mais s'exhalent sous une forme idéologique.

⁶⁹ On peut se demander si la crispation populaire sur le thème de l'hétérodoxie n'a pas entraîné des tentatives (isolées) de conversion forcée : c'est dans la première moitié du XV^e siècle que se répand au Portugal un « pénitentiel » castillan utilisant les failles de la législation canonique pour légitimer les baptêmes involontaires et c'est au début du même siècle que le roi João I doit rappeler l'interdiction absolue du baptême forcé (ANTUNES, 1992: 25 et 35). Le corollaire de ce processus est l'attitude des mudéjares eux-mêmes, qui, au fur et à mesure de leur déculturation, se crispent sur l'élément le plus fort de leur identité, l'Islam.

⁷⁰ La concentration de l'attention sur ce qui est depuis longtemps perçu comme le caractère culturel le plus négatif (l'Islam) développe un sentiment de supériorité global chez les chrétiens, qui expriment désormais le vieux refus de juridiction infidèle sur eux en termes de dignité et d'honneur ; ce dualisme infériorité/supériorité a été grandement soutenu par les mesures ponctuelles d'infériorisation et par la diffusion des modèles des théologiens..

⁷¹ Les enfants d'un savetier chrétien et d'une maure convertie se plaignent, à Estremoz en 1463, que « *muitas pessoas que lhe nom tinham boa vontade... chamande os que ssam de ma casta e de ma semente e netos de mouros e tornadiços* », la protection royale qui leur est accordée reprenant elle-même le concept de « *casta dos mouros* » (BARROS, 1998: 151). Comme on l'a dit précédemment, cette évolution peut avoir été influencée par le concept théologique faisant de l'infidélité un caractère héréditaire.

⁷² Il ne faut pas pour autant exagérer l'obsession anti-minoritaire des catégories populaires au XV^e siècle : sur 1248 articles présentés par le peuple en Cortes entre 1385 et 1490 – dont on peut penser, par leur procédure d'élaboration (SOUSA, 1990, I: 488-491), qu'ils reflètent l'opinion des bourgeoisies des principales villes – 15 concernent les maures (souvent en association avec les juifs), dont seulement la moitié marqués par une franche hostilité et avec un silence complet sur le problème des minorités entre 1390 et 1433 (d'après le régeste in SOUSA, 1990, II: 225-499).

anti-mudéjare semble progresser nettement, ce sont encore majoritairement les problèmes juridictionnels qui orientent de nombreux « chapitres généraux » en Cortes⁷³. Toutefois, les empiètements juridictionnels deviennent plus souvent de véritables abus aggravant les conditions de vie des maures sans viser la suppression de leurs spécificités ; ainsi, la surtaxation de leur production et les mesures limitant leurs initiatives économiques⁷⁴.

L'altérité, qui est une valeur globalement négative, s'affronte donc à l'utilité sociale, qui peut être, elle, négative ou positive ; mais, même pour le XVe siècle, il convient de ne pas systématiser des données, certes convergentes mais tout de même disparates : l'attitude populaire varie selon que les mudéjares sont perçus comme membres d'une communauté ou comme individus, parce que la relation entre individus occulte le processus identitaire. Si l'altérité est difficilement acceptée, l'aspect positif de cette intolérance est qu'elle aboutit encore – quoique de plus en plus difficilement – à une intégration plutôt qu'à un rejet total (tout au moins jusqu'à l'expulsion de 1496) ; l'autre aspect positif est que les « micro-rejets » de la vie quotidienne donnent très rarement lieu à des violences physiques.

CONCLUSION

C'est une politique d'absorption – si ce n'est d'intégration – des maures qui a été définie dans les années 1140-70 et qui a été prolongée dans les comportements par une organisation sociale restant fondamentalement frontalière (donc ouverte) jusqu'au milieu du XIVe siècle ; quoique les maures y soient considérés comme des étrangers sur le plan culturel, ils sont admis par ailleurs comme des « nationaux » au nom d'un nationalisme monarchique et territorial. Au quotidien, la spécificité des mudéjares, probablement nettement ressentie, semble ne guère poser de problèmes aux chrétiens qui les fréquentent, c'est-à-dire à l'opinion publique, jusqu'au milieu et même jusqu'à la fin du XIVe siècle ; de fait, au sein des municipes, l'altérité juridique concrétisée par l'exclusion civique ne concerne pas que les mudéjares mais également les catégories privilégiées, chevaliers nobles et clercs, et les catégories sociales les plus dépréciées⁷⁵.

⁷³ SOUSA, 1990.

⁷⁴ IAN/TT - *Chancelaria de Fernando I*, lv. 3, f. 87v-88 (abus des officiers d'Algarve en 1383). Il est vrai que cette oppression était en germe dès les origines dans le fonctionnement municipal ; il reste donc difficile d'évaluer ce qui relève de la véritable hostilité et du désir d'intégration, puisque toutes les mesures des officiers ont pour effet (si ce n'est pour but) de réduire l'altérité des communes mudéjares, soit positivement (égalisation des devoirs), soit négativement (écrasement social jusqu'à réduction à une condition tellement dépréciée qu'elle ne suscite plus l'hostilité ou jusqu'à l'exil).

⁷⁵ Plus profondément, il faut prendre en compte l'origine culturelle de la « société environnante » qui est elle-même constituée en bonne partie d'anciens mudéjares convertis : à leur propre initiative, ceux-ci se sont imposé une déculturation profonde mais qui ne peut, pendant longtemps, leur faire perdre la totalité de leur identité, ce qui implique une proximité culturelle entre mudéjares et néo-chrétiens, notamment en milieu rural. Cette proximité est un fait, pas forcément conscient, et ne concerne que les secteurs taiseux de la culture – ce qui en rend l'étude très difficile ; dans les processus identitaires explicites, le désir de différenciation l'emporte et c'est dans cette mesure que la religion constitue l'enjeu capital de l'altérité. Quant aux véritables colons, immigrés « vieux chrétiens », ils sont eux-mêmes issus d'une culture « septentrionale » imprégnée – par l'intermédiaire des mozarabes de Coimbra (et de Lorvão) – de vocabulaire arabe et d'objets du quotidien andalous ; mais c'est là un domaine qui reste à explorer dans sa quasi-totalité.

Certains facteurs d'altérité que l'on vient d'analyser ne suffisent pas à désigner les maures comme étrangers ; ils les définissent plutôt comme des gens différents. Mais, sur le plan culturel, où les choses semblent plus claires, les conceptions idéologiques n'obéissent pas forcément à des combinaisons rationnelles. Même après la fin de Reconquête, les chrétiens conservent leur vision du monde, qui est fondamentalement dualiste, héritage de longs siècles de peur : tout ce qui relève de la culture arabo-musulmane présente un niveau d'altérité suffisant pour être envisagé comme une globalité, ce qu'exprime bien l'expression généralement employée pour désigner le monde musulman, la « *terra de mouros* »⁷⁶ ; ainsi, les maures portugais eux-mêmes se trouvent, au moins par le vocabulaire, englobés dans cette entité culturelle grossièrement définie comme fortement étrangère. Mais, à l'inverse, le « *tempo dos mouros* » est intégré dans la continuité du passé national. De toute manière, le quotidien se surimpose à l'idéologie – quoique sans la supprimer ni même la contredire, les deux plans étant différents : pour un chrétien du Midi portugais, un mudéjar vivant dans le même municipe n'apparaît guère plus étranger qu'un « forain » des vieilles provinces au Nord du Douro ou qu'un chevalier noble vivant dans son *solar*⁷⁷.

La conscience de l'altérité croît après 1340, sans se fonder forcément sur un mécanisme social précis. L'évolution s'accélère après 1415, quand les captifs marocains viennent assurer la survie démographique et la réaffirmation culturelle de communautés dont les Portugais souhaitaient de plus en plus nettement le déclin ou la survie à titre folklorique ; ce qui reste de mudéjares nationaux est alors assimilé à un groupe nettement étranger, ce qui explique (entre autres facteurs) que la société portugaise se résolve alors enfin à la solution radicale de l'expulsion en 1496⁷⁸.

Sources et travaux le plus fréquemment utilisés (auxquels renvoient les références abrégées en note)

Sigles

BACL – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Abréviations

cf. – confère

coord. – coordonnée par

dir. – dirigée par

doc. – document

⁷⁶ Un exemple ancien (début XIIe siècle), s'appliquant à al-Andalus, la « *Maurorum terram* » dans la *Vita S. Geraldi* (éd. *PMH Scriptores*: 55) ; même expression (en portugais) en 1436 dans une chartre du roi Duarte (transcrite in *Ordenações afonsinas*, II: 537).

⁷⁷ Il me semble donc que le regard porté sur les mudéjares dans les textes juridiques et les chartes prolonge, avec des spécificités et des évolutions, l'attitude que j'ai observée dans les textes narratifs à l'égard des Andalous (pris en tant qu'ennemis) durant la Reconquête ; au centre de cette conception de l'altérité, le processus qui a fait accepter le maintien d'une grande masse de maures dans le royaume portugais conduit ensuite à ne pas les considérer, pendant longtemps, comme des étrangers inassimilables.

⁷⁸ Sur l'expulsion, voir en dernier lieu l'abordage global de HARVEY, 1995: 1-14.

e.a. – et alii

éd. – éditée par

f. – folio (s)

lv. – livre (s)

mç. – maço (liasse)

sq. – sequentes

trad. – traduit par

v. – verso

Vol. – volume (s)

p. – page (s)

- ALBUQUERQUE, Martim de; NUNES, Eduardo Borges, éd., 1988 - *Ordenações Duarte = Ordenações del-rei Dom Duarte*, Lisboa.
- ANTUNES, José, 1992 - *Dos direitos do homem aos direitos dos povos (Do Portugal medieval à época moderna)*. "Revista de História das Ideias", Lisboa, n° 14, p. 23-56.
- As gavetas da Torre do Tombo*, 1968, Lisboa, Vol. VII, p. 27.
- BACL - *codex « azul » 403*, f. 131v [copie du XVIIIe siècle].
- BARROS, Henrique da Gama, 1936/7 - *Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados*. "Revista Lusitana", Coimbra, Vol. 34, p. 165-265 et Vol. 35, p. 161-238.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, 1990 - *As comunas muçulmanas em Portugal (Subsídios para o seu estudo)*. "Revista da Faculdade de Letras", Porto, II Série, Vol. 7, p. 85-100.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, 1996 - *Os mudéjares portugueses e a afirmação da identidade nacional : da invisibilidade ao exotismo* in "The linguistic construction of social and personal identity. First international conference on sociolinguistics in Portugal", Évora, p. 107-110 .
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, 1997 - *O discurso da infracção na comuna muçulmana de Lisboa*. "Olisipo", Lisboa, II Série, Vol. 5, p. 27-34.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, 1998 :- *A comuna muçulmana de Lisboa. Séculos XIV e XV*. "Biblioteca de estudos árabes", Lisboa, Vol. 4.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, 1999 - *A Ordem de Avis e a minoria muçulmana* in "Ordens militares. Guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998", Lisboa, Vol. II, p.167-173.
- BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, 1980 - *Santarém medieval*, Lisboa.
- BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, 1995 - *Évora na Idade Média*, Lisboa.
- BEIRANTE, Maria Ângela, 1984 - *As estruturas sociais em Fernão Lopes*, Lisboa.
- BEIRANTE, Maria Ângela, 1989 - *O resgate de cativos nos reinos de Portugal e Algarve (séculos XII-XV)* in "Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia", Loulé, p. 273-282.
- BOISSELLIER, Stéphane, 1994 - *Réflexions sur l'idéologie portugaise de la Reconquête XIIe-XIVe siècles*. "Mélanges de la Casa de Velazquez. Antiquité - Moyen Age", Madrid, Vol. XXX/1, p. 139-165.
- BOISSELLIER, Stéphane, 1998a - *Conquête chrétienne et acculturation dans le Sud du Portugal aux XIIe-XIVe siècles* in "Religion et identité. Actes du colloque d'Aix-en-Provence, octobre 1996", dir. Gabriel Audisio, Aix en Provence, p. 227-239.
- BOISSELLIER, Stéphane, 1998b - *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana (Portugal) de l'Islam à la Reconquête (Xe - XIVe siècles)*, Lisboa.
- BOISSELLIER, Stéphane, 1999 - *Une tolérance chrétienne dans l'historiographie portugaise de la Reconquête (XII-XIIIe siècles)?* » in "La tolérance. Colloque international de Nantes (mai 1998). Quatrième centenaire de l'édit de Nantes", dir. Guy Saupin; e.a., Rennes, p. 371-383.
- BOTÃO, Maria de Fátima, 1992 - *Silves, a capital de um reino medievo*, Silves.
- BOURIN, Monique; et alii, éd., 1996 - *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne. Actes du colloque international organisé par l'Ecole française de Rome avec le concours du GDR 955 du CNRS, Rome, 6-8 octobre 1994*, Rome.
- BRAGA, Isabel Mendes Drumond, 1998 - *Entre a cristandade e o Islão (séculos XV-XVII). Cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto*, Ceuta.
- COSTA, António Domingues de Sousa (O.F.M.), éd., 1963 - *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda*

- entre Afonso II e suas irmãs, Braga.
- COSTA, Avelino de Jesus da, éd., 1981 - *Inventário dos bens e obituário de Santa Maria da alcáçova de Santarém*. "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra", Coimbra, nº 36, p. 12-25.
- COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F., éd., 1989 - *Bulário português. Inocêncio III (1198-1216)*, Lisboa.
- FARINHA, António Dias, 1990 - *Portugal e Marrocos no século XV* (3 vol.), Lisboa.
- FERNANDEZ, Paz, 1988 - *Mudéjares: repertorio bibliográfico*. "Biblioteca islámica Felix Maria Pareja", Madrid, cuaderno nº 18.
- GARCIA FITZ, Fernando, 1998 - *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, Sevilla.
- GARCIA Y GARCIA, Antonio, éd., 1982 - *Synodicon hispanum. II Portugal*, Madrid.
- GILLES, Henri, 1983 - *Législation et doctrine canonique sur les Sarrasins*. "Cahiers de Fanjeaux", Toulouse, nº 18. "Islam et chrétiens du Midi (XIIe - XIVE siècles)", p. 195-213.
- GOMES, Saul António, 1996 - *Grupos étnico-religiosos e estrangeiros* in "Nova história de Portugal", coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, III Volume. "Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portucalense à crise do século XIV", p. 309-340.
- HARVEY, L. P., 1994 - *The mudéjars* in "The legacy of muslim Spain", éd. Salma Khadra Jayyusi, Leiden, p. 176-187
- HARVEY, L. P., 1995 - *When Portugal expelled its remaining muslims (1497)*. "Portuguese studies", London, nº 11, p. 1-14.
- HELENO, Manuel, s.d. - *Os escravos em Portugal*, Lisboa, Vol. I.
- HERCULANO, Alexandre, éd., 1856-68 - *PMH Leges = Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, Lisboa, Vol. I et II.
- HERCULANO, Alexandre, éd., 1856-68 - *PMH Scriptores = Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, Lisboa.
- IRIA, Alberto, 1956 - *O Algarve e os descobrimentos* in "Descobrimientos portugueses", Lisboa, 2 volumes.
- KRUS, Luís; et alii, 1989 - *O castelo e a feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel, 1992 - *La population mudéjare. Etat de la question et documentation chrétienne en Castille*. "Revue du monde musulman et de la Méditerranée", Aix en Provence, Vol. 63-64 (nº spécial "Minorités religieuses dans l'Espagne médiévale"), p.131-142.
- LAVAJO, Joaquim Chorão, 1995 - *Alvaro Pais um teórico da reconquista cristã e do diálogo islamo-cristão*. "Eborensia", Évora, Vol. 15-16, p. 73-109.
- LOMAX, Derek, éd., 1966 - *A mais antiga biografia de El-Rei D. Afonso III de Portugal*. "Occidente. Revista portuguesa mensal", Lisboa, nº 71, p. 71-75.
- LOSA, António, 1964 - *Os "mouros" de Entre Douro e Minho no século XIII*. "Bracara Augusta", Braga, Vol. 16-7, p. 224-238.
- LOSA, António, 1994 - *Le statut légal des maures et des juifs portugais pendant les XIIe - XVe siècles*. "Medievalia", Porto, Vol. 5-6, p 277-307.
- MACIAS, Santiago Augusto Ferreira, 1993 - *Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico*. "Arqueologia medieval", Porto, nº 2, p.127-157 (surtout 150-1).
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1987 - *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord., 1998 - *Nova história da expansão portuguesa*, Vol. II. "A expansão quatrocentista", Lisboa, p. 23-26.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; et alii, éd., 1982 - *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-57)*, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; et alii, éd., 1984 - *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; et alii, éd., 1990 - *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Vol. I (1367-1380), Lisboa.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, éd., 1986 - *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-67)*, Lisboa, p. 120-121.
- MARQUES, João Martins da Silva, éd., 1944 - *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*. Supplément au vol. I: 1057-1460, Lisboa.
- MARQUES, João Martins da Silva, éd., 1988 - *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história. Publicados e prefaciados por...*, rééd., Lisboa, 3 volumes.
- MARREIROS, Rosa Ferreira, 1985/5 - *O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV). Sua organização administrativa e judicial*. "Estudos medievais", Porto, nº 5/6, p. 24.
- MARTINS, Mário, 1986 - *A sátira na literatura medieval portuguesa (séculos XIII e XIV)*, Lisboa.
- MATTOSO, José, 1993 - *História de Portugal*, Vol. II. "A monarquia feudal", s. I.

- MOLÉNAT, Jean-Pierre, 2000 - *Les sources chrétiennes sur l'histoire des 'musulmans soumis' dans la Péninsule Ibérique médiévale* in "Fontes da história de al-Andalus e do Gharb", éd. Adel Sidarus, Lisboa, p. 159-173.
- Monumenta Henricina*, 1960, Vol. I: "1143-1411", Coimbra.
- MORENO, Humberto Baquero; et alii, éd., 1984 - *Actas das vereações de Loulé*, Vol. I, Porto.
- NUNES, José Joaquim, éd., 1918 - *Crónica da Ordem dos frades menores (1209-1285)*, Coimbra, Vol. II, p. 201-202.
- O' CALLAGHAN, Joseph F., 1990 - *The mudéjars of Castile and Portugal in the 12th and 13th centuries* in "Muslims under latin rule 1100-1300", dir. James M. Powell, Princeton, p. 11-56.
- PAIS, fr. Alvaro, 1954/6 - *Colírio da fé contra as heresias (Collyrium fidei adversus haereses)*, éd. et trad. Miguel Pinto de Meneses, Lisboa.
- PEREIRA, Gabriel, éd., 1885-91 - *Documentos históricos da cidade de Évora*, Vol. I, Évora, p. 127-154.
- POWELL, James M., 1990 - "The papacy and the muslim frontier" in *Muslims under latin rule 1100-1300*, dir. James M. Powell, Princeton, p. 175-203.
- SANCHEZ PRIETO, Ana Belén, 1990 - *Guerra y guerreros en España según las fuentes canónicas de la Edad Média*, Madrid.
- SAUNDERS, A. C. de C. M., 1994 - *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa.
- SERRA, Pedro Cunha, 1967 - *Contribuição topo-antropomímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, Lisboa.
- SERRA, Pedro Cunha, 1984 - *Mouros e mouros*. "Anais da Academia Portuguesa de História", Lisboa, 2ª série, nº 29, p. 43-56.
- SOUSA, Armindo de, 1990 - *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, Porto, 2 volumes.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, 1982 - *Judeus e Mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (Tentativa de estudo comparativo)*. "Revista de História Económica e Social", Porto, nº 9, p. 75-89.
- VASCONCELOS, José Leite de; GUERREIRO, Manuel Viegas, 1958 - *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*, Lisboa, Vol. IV, p. 299-347.
- VERLINDEN, Charles, 1955 - *L'esclavage dans l'Europe médiévale. Tome I, Péninsule ibérique, France*. Gand.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, 1999 - *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa.

ANNEXE

Source : Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Avis*, doc. 379

10 mars 1331

Dom Affonso pela graça de deos Rey de Portugal e do Algarue Aquantos esta carta virem faço saber que demanda era perante mjm per çitaçom antre Dom gil perez meestre da caualaria da ordim dAuys per sy dahuma parte Emafomade françelho Alcayde dos mouros foros dauys per sy da outra dizendo o dicto meestre que el aujafecto çitaçom ao cumum dos mouros foros dadicta vila dAuys per Razom dhuma mha carta que o dicto Cumum ganhara calada auerdade e como nom deuja per aqual eu mandaua que o dicto mafomade fose alcayde dos dictos mouros E porque me odicto meestre fez certo que el çitara sobresto o cumum dos dictos mouros fiz pergunta ao dicto mafomade se tragia poder dese Cumum e el dise que nom e por em sin apregoar pelas mhas audiências o dicto Cumum e nom pareceu nem outrem porel pelo [posto ?] foy atendudo per tres dias e per mais segundo custume damha corte e porque nom pareceu nem outrem porel julgueyo por Reuel. E asa Reuelia dixj que faria o que fose dereito Edixj ao dicto mafomade que era o que queria dizer aquelo que lhi o meestre dizia que a carta per que era alcayde era mal ganhada e calada auerdade e como nom deuja. E odicto mouro dise que eles aujam carta de Don Gil martinz que foy meestre dadicta ordjm per que lhis outorgara foros e husos [e cu]stumes que aujam os mouros deluas e quelhos confirmara e que os mouros dAuys assy deujam [fazer o] Alcayde e que el asy fora factio E que asy o husarom senpre fazer Eo meestre dizia que a carta do meestre do [sic] Gil martinz seu antesor nom se entendia saluo nos coregimentos e nos preytos. que os mouros antresy auiam mais em seer tolhimento e fazimento dos Alcaydes queesto se nom entendia e que senpre da pobraça da terra foram factos os alcaydes pelos meestres E que el Eos seus antecesores sen[pre] asy husarom de fazerem qual alcayde eles por bem teuerem. e posto que pela dicta carta dese mees[tre] tal entendimento filhasem que o dicto meestre nom auja poder desto fazer sem outorgamento deseu conu[ento] E de mais que pertal carta nunca ss fezera doutra guisa. ssenom qual quer que fosse meester fazer seu al[cayde] como dicto he. Eeu fiz pergunta ao dicto meestre E ao dicto mouro se queriam dar proua doque diziam E o dicto meestre dise que el queria dar aproua do que dizia e que assy o prouara. Eo dicto mouro dise que nom queria dar mais proua [que a carta que] mostraua de dom Gil martinz que foy meestre e que nom queria aldizer saluo o que dicto A[via e o ?] que mostrar [illisible] Amjm o factio Eo liurar como fose mha mercee. E o dicto meestre protestou das custas E eu dixj ao dicto mouro alcayde se queria ajnda dizer por sy alguma razom ou mostrar algum [es]crito per que nom deuese seer priuado do seu ofizio de alcaydaria e que lho R[eceberia. E] el dise que nom queria mays dizer do que dicto auja nem queria outro preyto saber [illisible] meestre mays que o factio como iazia que se mostrase amjm e fezeste o que fose mha [mercee] como dicto he E depois a cabo duus [sic] cinque dias estando ia este factio em este proçeso chegou Bochecha meu procurador do Cumum dos mouros dAuys sobresto e foylhj mostrado este proçeso e foylhj dicto que mostrase em esto Alguum dereito sse o os mouros aujam e que lho [...]dariam e el disse que al nom queria dizer saluo que este factio mostrase Amjm E o liurase como fose mha mercee ca eles nom queriam outro preyto com o meestre e que asy lho mandarom dizer o Cumum dos dictos mouros e que al nom fezese no factio Eeu

visto todo esto com os de meu con[çe]lho julguey que os dictos mouros nom obrasem pela dicta carta que o dicto mafoma[de] obrou do ofizio da alcaydaria. Em testemunho desto dey ao meestre esta carta Da[n]te⁷⁹ em Euora dez dias de março El Rey omandou per Steuam perez seu vasalo Lourenço martinz poonbucho afez Era de mil e trezentos e saseenta e noue Anos.

TRADUCTION :

Dom Dinis, par la grâce de Dieu roi du Portugal et d'Algarve, à tous ceux qui verront cette charte je fais savoir qu'il y avait procès en citation par devant moi entre Dom Gil Peres, Maître de la chevalerie de l'Ordre d'Avis, pour lui-même, d'une part, et Mafomade Françaelho, *alcaide* des maures « de droit » d'Avis, pour lui-même, d'autre part.

Ledit Maître disait qu'il avait cité la commune des maures libres de ladite ville d'Avis à cause d'une charte royale (dans laquelle j'ordonnais que ledit Mafomade soit *alcaide* desdits maures) que ladite commune avait obtenue de ma part en cachant la vérité et contre le droit ; et parce que ledit Maître m'avait assuré qu'il avait cité à ce sujet la commune desdits maures, j'ai demandé audit Mafomade s'il avait un pouvoir de cette commune et comme il a dit non j'ai donc fait appeler par mes tribunaux ladite commune, qui n'a pas comparu (ni personne d'autre à sa place) quoiqu'elle ait été attendue pendant 3 jours et plus, selon la coutume de ma cour, et comme elle n'a pas comparu ni personne d'autre à sa place, je l'ai tenue pour contumace.

A cette contumace, j'ai déclaré que je ferai selon le droit et j'ai demandé audit Mafomade ce qu'il voulait répondre à ce que lui disait le Maître – à savoir que la charte par laquelle il était *alcaide* avait été reçue contre le droit en cachant la vérité ; ledit maure déclara qu'ils possédaient une charte de Dom Gil Martins, ancien Maître dudit Ordre, par laquelle il leur avait octroyé les droits, usages et coutumes des maures d'Elvas (charte qu'il leur avait confirmée), que les maures d'Avis devaient donc nommer ainsi l'*alcaide*, que lui-même avait été ainsi nommé et qu'ils avaient toujours fait ainsi.

Mais le Maître disait que la charte de Dom Gil Martins, son prédécesseur, ne concernait que les règlements et les plaids des maures entre eux mais qu'on ne pouvait la considérer comme concernant le choix et l'investiture des *alcaldes*, que les *alcaldes* avaient donc toujours été nommés par les Maîtres depuis le peuplement de la terre et que lui-même et ses prédécesseurs en avaient toujours usé ainsi en nommant comme *alcaide* qui bon leur semblait ; ils interprétaient la charte de ce Maître seulement comme une interdiction audit Maître de nommer l'*alcaide* sans l'accord de son couvent et on n'avait d'ailleurs jamais fait autrement.

J'ai demandé audit Maître et audit maure s'ils voulaient donner la preuve de ce qu'ils avançaient ; ledit Maître a dit qu'il voulait donner la preuve de ce qu'il disait mais ledit maure a dit qu'il ne voulait pas donner d'autre preuve que la charte de l'ancien Maître Dom Gil Martins qu'il montrait. qu'il le voulait rien déclarer d'autre que ce qu'il avait [déjà] dit et qu'il me confiait la cause [?] pour que je la résolve selon mon bon vouloir. Ledit Maître a refusé les frais et j'ai demandé audit maure *alcaide* s'il voulait

⁷⁹ Une main du XIX^e siècle a complété la fin coupée de cette ligne (comme celle de quelques précédentes) en restituant « *Dada* » (donnée), ce qui ne correspond pas à la tradition de la chancellerie transposant littéralement l'ablatif absolu de la diplomatie latine antérieure.

ajouter pour sa part quelque autre argument ou produire quelque écrit grâce auxquels il ne serait pas privé de son office d'*alcaidaria*, auquel cas je les recevrais ; et il a dit qu'il ne voulait rien dire de plus et qu'il ne voulait pas de nouvelle plaidoirie contre le Maître [?] mais seulement qu'on me produise la cause en l'état pour que j'en fasse selon mon bon vouloir.

Et alors que cette cause se trouvait déjà en procès depuis quelque 5 jours, arriva Buchicha, mon procureur de la commune des maures d'Avis dans cette cause, et on lui montra ce procès et on lui demanda de produire quelque pièce (si les maures en avaient) ; mais il dit qu'il ne voulait rien déclarer d'autre - sauf à me produire la cause pour que je la juge - car ils ne voulaient pas d'autre plaidoirie contre le Maître, comme le lui avait recommandé la commune desdits maures (lui enjoignant en outre de ne rien faire de plus).

Moi, ayant observé tout ceci avec ceux de mon Conseil, j'ai jugé que lesdits maures ne procèdent pas selon la charte avec laquelle ledit Mafomade avait usé de l'office d'*alcaidaria*. En témoignage de quoi j'ai donné au Maître cette charte. La donnant à Évora, le 10 mars. Le roi l'a baillé par Estevão Peres, son vassal. Lourenço Martins Pombucho [?] l'a faite. Ere de 1369.

Jorge Fernandes Alves

A estruturação de um sector industrial – a pasta de papel

R E S U M O

O presente texto esboça a emergência do sector da celulose em Portugal, nos quadros da inovação tecnológica verificada a nível internacional e do atraso verificado na indústria portuguesa deste sector. Depois de se caracterizar o sector papeleiro português nos anos 30, sublinha-se o papel do Estado para a implementação da indústria da pasta de papel a partir da madeira, a partir da elaboração de um novo quadro jurídico, em que se procura contornar o condicionamento industrial pelo novo dispositivo das indústrias de base. A Companhia Portuguesa de Celulose torna-se a empresa que emerge destas preocupações, mas só tardiamente consegue organizar-se, com o apoio do Plano Marshall e, posteriormente, dos planos de fomento. Vocacionada para a produção de pasta de pinho e de vários tipos de papel, a CPC acaba por descobrir as potencialidades de um produto novo – a pasta de eucalipto pelo processo kraft, ao qual vai subordinar toda a sua atenção, uma vez conquistado o mercado internacional. A CPC funcionou como escola na promoção do produto e na formação de técnicos, tendo-se verificado nos anos 60 uma explosão de pedidos de instalação de novas fábricas. Em 1975, o sector vai ser nacionalizado, dando origem a um fenómeno de concentração que se traduz na criação da Portucel, Empresa Pública.

Quem souber que há em Portugal perto de 3 milhões de hectares de floresta, dos quais 40 por cento são de pinhal, e verificar a importação que se faz de papéis e pasta de papel, achará um desequilíbrio difícil de explicar. Isto me levou no encaço da indústria de celulose.

Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, 1945

OBJECTIVOS:

- Reconhecer a natureza de fileira da indústria de papel e afins e os problemas de integração sectorial;
- Aprender os vectores históricos do processo de estruturação do sector industrial da pasta de papel em Portugal;
- Relacionar o processo sectorial com o fenómeno mais geral da industrialização portuguesa;
- Avaliar o papel estruturante da fábrica da CPC, em Cacia, na emergência do sector da pasta de papel em Portugal;
- Discutir problemáticas subjacentes ao processo industrial da pasta de papel em Portugal.

* Texto de base para a lição de agregação em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (6 e 7 de Junho de 2000).

1. A IMPORTÂNCIA DO PAPEL E O SENTIDO DE FILEIRA INDUSTRIAL.

Partamos da afirmação do engº Ferreira Dias, o ideólogo industrialista do Estado Novo, para reconhecermos que a indústria da pasta de papel constituía uma das prioridades na política de fomento e reorganização industrial, vivida em Portugal nas décadas de 1940/50, equacionada segundo o paradigma industrial da altura: uma indústria moderna, concentrada, com sectores de base claramente definidos e indutores de modernização, que ajudassem a garantir a auto-suficiência económica.

Sublinhe-se, desde já, a enunciação, por Ferreira Dias, de um sentido de fileira na atribuição de conexão do papel com a floresta portuguesa, mediada pelo produto intermédio que é a pasta de celulose, numa visão hierárquica do sistema produtivo — Floresta > celulose > papel, no fluxo de montante para jusante.

E refira-se a importância crescente do papel nas sociedades de consumo: numa ordenação do consumo anual/*per capita*, para 1996, os EU surgem em 1º lugar com 320kg, e Portugal vai em 30º lugar com 85 kg. Em 1936, esses consumos eram de 64,5 kg e 5kg, respectivamente.

Era, pois, natural a preocupação pela indústria de pasta de celulose como base para assegurar e induzir a modernização da indústria papeleira cujo mercado teria necessariamente de apontar para o crescimento. Ora, no conceito de fileira (ou fieira, como também se diz), está subjacente uma cadeia de actividades que se completam entre si através de operações de compra e venda. Mas, nos jogos dos mercados e das tecnologias, há segmentos da fileira produtiva que podem atingir dimensões que extrapolem a capacidade nacional da fileira, tornando-se assumidamente excedentários na perspectiva de penetração no mercado externo.

Assim aconteceu com a produção de pasta de celulose para papel em Portugal, que, pensada inicialmente para substituir importações e assegurar o abastecimento do mercado nacional de papel, acabou, em face dos níveis de qualidade atingida, por conseguir posições importantes no mercado externo, tornando-se um dos sectores mais importantes da nossa estrutura de exportações (cerca de 200 milhões de contos, em valores actuais) e do nosso posicionamento no campo da especialização internacional.

Mas o sector específico das pastas branqueadas ocupa, ainda, um lugar de destaque na história da indústria portuguesa, surgindo como uma das raras afirmações tecnológicas nacionais. Abriu espaço à afirmação da engenharia na área química e na área silvícola, apesar do arranque tardio da sua produção em Portugal, pois só ganhou consistência económica com o arranque da Companhia Portuguesa de Celulose, a CPC, de Cacia, a partir de 1953 (apesar de a Caima Pulp, produzir, ainda que em quantidades limitadas, desde 1891, data de instalação, pasta de pinho pelo método sulfito, e mesmo de eucalipto a partir de 1922). Mas a CPC, instalada com o apoio de tecnologia nórdica para produção de pasta de pinho, ensaiou, de forma autónoma, no seu laboratório, a produção de pasta a partir do *eucalyptus globulus*, que começou a produzir e a comercializar a partir de 1957. Este salto da aplicação tecnológica de uma resinosa para uma folhosa permitiu, através de um processo já antigo mas inesperado para este efeito – o kraft (processo alcalino ao sulfato), criar, de forma inovadora, uma pasta branqueada, para fabrico de papéis finos de elevada qualidade, adquirindo o eucalipto, desde então, ainda que de forma polémica, um lugar de destaque na nossa floresta de produção.

Saliente-se desde já uma diferença genética fundamental entre as plantas resinosas, que apresentam uma fibra longa e resistente, considerada para efeitos de estrutura na com-

posição da folha de papel, e as plantas folhosas, que produzem uma fibra curta e pouco resistente, a que era atribuída apenas uma função de enchimento nessa mesma estrutura

Foi este *handicap* das folhosas, na realidade um mito criado pela qualidade do papel derivado dos países nórdicos, que veio a ser ultrapassado na década de 1950-1960 pela Companhia Portuguesa de Celulose (CPC).

Na sequência da CPC, outras empresas de celulose se instalaram em Portugal, configurando-se o segmento da fileira como um sector autónomo, que satisfaz a escassa procura nacional e se dirige essencialmente para a exportação. Procuraremos enunciar as principais linhas de força da estruturação do sector da pasta de papel em Portugal, enquanto processo paradigmático dos esforços, das dificuldades e também das potencialidades que ocorreram com a industrialização em alguns países atrasados.

2. AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS OITOCENTISTAS

A procura do vegetal para a produção de papel nos meados do século XIX é, como se sabe, um reencontro com a velha sabedoria chinesa que inventou o papel a partir das desfibração do bambu. Com efeito, depois da mediação árabe na transferência da tecnologia, já na fixação europeia da rota do papel, a produção assentou no trapo, mais fácil de trabalhar pelas tecnologias manuais e hidráulicas então usadas. Nesta fase, a produção de papel representava o aproveitamento e transformação de subprodutos – o trapo e/ou papel velho, operando-se, na verdade, um processo precoce de reciclagem.

O grande salto industrial na produção de papel ocorre nos primeiros anos do século XIX, com o desenvolvimento da máquina de mesa plana (operada em 1799-1803), depois chamada "Fourdrinier", através da qual se ultrapassou o tradicional sistema de produção do "papel à mão", folha a folha. Agora introduz-se a produção em contínuo, num processo mecanizado, em que a pasta em suspensão é canalizada para uma teia metálica em rotação contínua, passando a folha depois por rolos compressores e secadores, sendo enrolada em bobine no final, com mais ou menos operações intermédias (acetinagem, calandragem, revestimento).

A produção de papel aumentou exponencialmente, em consonância com a procura pela imprensa, intensificada esta pelo aparecimento do prelo mecânico (1814). Estes saltos de produção a jusante provocam rupturas no abastecimento de pasta, com a recolha de trapo incapaz de responder à chamada em quantidade e preço aceitáveis face ao novo modelo de produção. Volta-se então à matéria vegetal, já tentada durante o século XVIII sem resultados, produzindo-se papel de polpa de madeira em 1844 (Keller).

Mas a estrutura lenhosa da matéria-prima implica alterações técnicas radicais. O desfibrador mecânico é a primeira solução (1846), reduzindo pela força a madeira a uma espécie de "farinha", que não tem em conta a sustentação das fibras. Em todo o caso, sobre madeiras de tipo resinoso, permite uma pasta dita *mecânica*, que origina um papel de pouca espessura, pouca resistência, fraca qualidade (impurezas visíveis a olho nu), que amarelece rapidamente (envelhece). Mas é barato e responde ao tipo de procura então emergente, a de papel de jornal, o novo modelo descartável de leitura, que diariamente se lê e deita fora, num consumo devorador.

A produção de pastas para papéis de qualidade passará contudo pela química, tanto mais que a pasta mecânica não conseguia rivalizar em brancura e regularidade com a derivada de trapo, desde que, em 1785, Bertholet evidenciara a acção do cloro como elemento branqueador.

A química permitiu reconhecer a natureza insolúvel da celulose e a sua natureza fibrosa, ajudando a encontrar as plantas mais adequadas e disponíveis. E permitiu desenvolver as melhores técnicas para isolar a celulose, de forma a eliminar os elementos lenhosos solúveis (lenhina e as hemiceluloses), as tais impurezas que subsistiam na pasta mecânica. A partir de 1850 desenvolvem-se ensaios e depois aplicações fabris, que passam por submeter estilhas de madeira a um tratamento a quente (cozedura), com soluções alcalinas de soda ou cloro ou sulfato. Depois do período de incubação, os tipos de pastas de madeira para papel assentaram basicamente nos seguintes:

1. Pastas mecânicas (1844- 1846)
2. Pastas semí-químicas
3. Pastas químicas:
 - 3.1 – Por processo de soda (1850-1875)
 - 3.2 – Por processo ao bissulfito (1866-1874)
 - 3.3 – Por processo ao sulfato (1878-1888)

Pela segunda metade do século XIX, as imagens do moinho de papel e do trapo tendem a desaparecer nos países nos países mais avançados, para darem lugar a unidades fabris com alguma complexidade que contemplam, de forma integrada ou separada, os dois grandes segmentos da produção de papel:

- a preparação da pasta de madeira;
- a produção da folha de papel.

No mercado internacional, ganharam vantagem inicial os países com grandes florestas de resinosas (escandinavos, Estados Unidos, Canadá), que localizaram as fábricas de pasta estrategicamente junto das florestas abastecedoras de madeira, distribuindo depois essa pasta aos papeleiros de todo o mundo, aplicando elevados volumes de capital e tirando partido das economias de escala. A especialização papeleira, por sua vez, funcionava melhor junto do mercado consumidor de papel, respondendo à diversificação da procura, sobretudo nos tipos não massificados, pois estes, de que o papel de jornal era um exemplo, favoreciam as fábricas integradas (de pasta e papel).

O novo ciclo industrial do sector estava lançado. O que veio a acontecer no século XX foram melhorias técnicas, comerciais, ganhos de produtividade e diversificação nas pastas, nos papéis de escrita, nas embalagens (o cartão canelado, em 1907).

Com o desenvolvimento das políticas autárquicas das décadas de 1930/40 e o bloqueamento económico da segunda guerra mundial, os países do sul (Europa mediterrânica, Norte de África e América Latina, aqui com particular realce para a Argentina) apostam em soluções fabris de papel a partir de matérias vegetais pobres em fibra (palhas de trigo, do arroz, da aveia, videiras), sobretudo para produção de papéis cartonados. Um fruto destas tentativas em Portugal, foi a *Celuloses do Guadiana* (actual Portucel Recicla), instalada em 1955 para transformar palha de trigo em cartão. Mas muitos destes países continuam a ter indústrias de papel arcaicas, onde o trapo ainda impera como matéria-prima geral (nos países tecnologicamente desenvolvidos o trapo está reservado para papéis de elevada qualidade, como o papel de fumar).

Foi então que alguns ensaiaram as plantas folhosas, vindo a CPC a ter o sucesso referido. Sublinhe-se, porém, que se o salto tecnológico foi qualitativamente importante para a penetração da pasta de papel no mercado internacional, esta situação se verificou também numa conjuntura favorável de mercado: observou-se um processo de integração/verticalização dos produtores de pasta nórdicos, que, por esta altura, colocaram no mercado papéis, adicionando valor acrescentado ao seu produto tradicional – a pasta, o que abriu brechas favoráveis à penetração da pasta de eucalipto junto dos produtores de papel penalizados pelos efeitos da verticalização nórdica. E a integração de Portugal na EFTA, em 1959, funcionou como um catalisador das trocas nesta conjuntura.

3. O ATRASO PORTUGUÊS E O PROTECCIONISMO

A história da indústria do papel em Portugal tem sido objecto de novas pesquisas em tempos recentes (aos trabalhos já clássicos de Estevão Cabral, Adrien Balbi, Pereira-Caldas, Fradesso da Silveira, Cortez-Pinto, Sousa Viterbo, Matos Sequeira, têm-se juntado contributos importantes de Borges de Macedo, Amado Mendes, Aurélio de Oliveira, Maria José Santos, Luísa Santos, António Sousa e Manuel Ferreira Rodrigues, Ana Bandeira, entre outros). E a situação apresentada, apesar de historicamente interessante, não difere da imagem tradicional colada aos outros sectores industriais portugueses: forte debilidade de capitais, arcaísmo tecnológico quase generalizado, incapacidade de exportação significativa são as características marcantes da história do papel em Portugal até tempos recentes.

Apesar da proximidade dos árabes no sul da Península, o que importa agora assinalar é que os *engenhos papeleiros* se afirmaram lentamente no espaço português, ainda que se possam remontar ao século XIV. O século XVIII no nosso País foi muito pobre na implantação de unidades manufactureiras deste tipo e, se não fora a acção desenvolvida pelo genovês José Maria Otone, que, à sua conta, ajudou a formar três unidades em locais diferentes, centrando-se depois na histórica "fábrica" da Lousã, a produção de papel em Portugal ainda seria mais escassa. Só na transição dos séculos XVIII-XIX, na fase de atribuição de privilégios fabris, se vislumbra um interesse acrescido, essencialmente de natureza especulativo-científica (casos da memória académica de Estêvão Cabral ou os episódios sobre a utilização de fibras vegetais na fábrica da Cascalheira, no rio Vizela), bem como o aparecimento de novos engenhos.

A pobreza quantitativa no ritmo de criação de unidades papeleiras não pode, porém, fazer esquecer a riqueza qualitativa de natureza histórica, isto é, a difusão da arte de fazer o papel, endogeneizando localmente esta "cultura de transformação", de tal forma que o despertar papeleiro oitocentista assume uma configuração geográfica assente na localização regional de alguns engenhos setecentistas. Assim se explicam manchas papeleiras em zonas como a Feira/Oliveira de Azeméis, a Lousã, Tomar, a Abelheira/Trancão, associando naturalmente os aspectos da difusão da "arte" aos conditionalismos de recursos naturais e tecnologias disponíveis.

No século XIX vamos então observar um crescimento em número de unidades produtoras de papel, mas trata-se de um crescimento dualista. Em determinadas zonas geográficas, como o distrito de Aveiro, multiplicam-se pequenas unidades que mantêm um carácter essencialmente caseiro. Noutras zonas, como Lousã, Tomar, Abelheira, os velhos engenhos tendem a ser substituídos por unidades mais completas que já podemos classificar plenamente como "fábricas". Sobressai então um pequeno conjunto de fábricas relativamente modernas, que constituem um verdadeiro grupo de pressão junto dos poderes públicos para

obterem soluções proteccionistas contra as importações de papel. Tornam-se evidentes os conflitos de interesses entre as papeleiras, por um lado, e os tipógrafos e imprensa jornalística, pelo outro. Se as primeiras querem protecção pautal, já os segundos querem papel barato, opondo-se à tributação alfandegária do papel importado. Uma oposição de interesses que marcou a evolução da indústria do papel, até próximo de nós.

Os inquéritos industrial de 1881 e 1890 mostram-nos a organização precária das principais fábricas, numa mecanização lenta, consumindo essencialmente trapo, e também palha, quase sem acesso à nova matéria-prima - a pasta de papel. Esta só era referida pela Fábrica de Ruães, em Braga, que importava "massa de madeira" da Suécia e da Alemanha, havendo ainda referências a experiências sem sucesso com pasta de choupo, em Alenquer, e de piteira, na Renova (no rio Almonda).

Para a ausência de pasta, A. C. de Oliveira, da fábrica de Ruães, apontava incapacidade energética, debilidade florestal e carestia de produtos químicos importados, afirmando que, aos pedidos de protecção pautal, os poderes públicos argumentavam com duas barreiras intransponíveis - a instrução pública e o jornalismo, que precisavam de papel barato e desenvolviam campanhas para impedirem qualquer protecção para os tipos de papel que utilizavam (Inquérito Industrial de 1890, vol. IV: 721-722).

Havia, porém, um conglomerado empresarial a sobressair: em 1881, a Companhia do Papel do Prado tinha duas fábricas (Prado e Marianaia), mas em 1890, já tinha cinco fábricas (duas em Tomar, duas na Lousã, uma em Vale Maior). E atravessava uma fase de expansão ao nível de equipamento: tinha já máquinas contínuas, esperava mais seis máquinas destas, abastecendo os principais jornais. Uma das razões para a Fábrica do Prado solicitar protecção pautal radicava na existência de fábricas de pasta no estrangeiro, matéria que a indústria nacional não era capaz de produzir. (Inquérito Industrial, 1890, Vol. IV: 340). Esta afirmação merece ser sublinhada, porque solicita uma protecção sem perspectivas, isto é, Portugal não tem pasta nem poderá tê-la, logo para ter papel nacional só com o favor pautal, mostrando a mentalidade empresarial do sector.

A pauta alfandegária de 1892 seguiu, porém, no essencial as sugestões destes industriais papeleiros, passando o papel importado a ser objecto duma tabela fiscal (em réis), em que o menos onerado era o papel de jornal, numa clara conciliação de interesses:

Cartão e papelão	\$040/kg
Papel de escrever, branco ou de cor, em qualquer estado	\$140/kg
Papel de impressão comum (tipo de jornal) , albuminado, couché	\$025/kg
Papel pintado ou estampado	\$140/kg
Papel não especificado	\$060/kg
Complementarmente, a exportação de trapo pagava \$010 réis/Kg.	

Apesar da oposição dos industriais de artes gráficas e da cartonagem tais direitos prolongaram-se por quase duas décadas e foi à sua sombra que algumas fábricas se abalançaram a investir em novos equipamentos (máquinas a vapor, mesas de papel) e na ampliação de instalações, abandonando os processos "à mão". Assim aconteceu nas fábricas das margens de alguns pequenos rios que ficaram para sempre associados à indústria do papel: Trancão, Nabão, Almonda, Caima, Ceira, Vizela, Cávado, numa renovação que lhes permitiu ampliar as tipologias e os níveis de produção. (*Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 2ª série, Abril/1942:45).

No campo das relações entre a imprensa e a indústria papelreira um caso merece destaque: a Fábrica de Papel do Rio Caima, criada em 1901, em Palmaz, Oliveira de Azeméis, por iniciativa de Bento Carqueja, para tentar resolver os fornecimentos de papel a *O Comércio do Porto*, jornal de que era proprietário e director. Recorria para isso à pasta de madeira que a vizinha empresa, de origem inglesa, Caima Pulp produzia a partir do pinho.

Com o decorrer do tempo, contudo, a acção protectora aduaneira foi-se desvanecendo, até se tornar quase insignificante (a conjuntura da 1ª guerra foi aqui determinante).

4. O SECTOR PAPELEIRO NOS ANOS 30: INÉRCIA E CONDICIONAMENTO INDUSTRIAL. O INQUÉRITO À INDÚSTRIA DE PAPEL DE 1938 (BOL. DGI, 2ª SÉRIE, ABRIL/1942). O DESPACHO DE 24.01.1939 DO MCI PARA O ESTUDO DA UTILIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE PASTAS NACIONAIS.

Com a promulgação do condicionamento industrial em 1931, que sujeita as principais indústrias, entre elas a do papel, a regras muito rígidas para a instalação de novas unidades, reabertura de outras paralisadas há mais de dois anos ou eventuais ampliações de capacidade, a renovação fabril ficou congelada, sujeita a complexos processos burocráticos e jogos de poderes. Baseado na salvaguarda do mercado para as indústrias já existentes, como forma de evitar as crises, o regime de condicionamento industrial, ao prolongar-se, desenvolve um quadro de oligopolismo, onde as empresas se vigiavam mutuamente em vez de concorrerem pela via do mercado.

Estagnação, inércia e rotina, defesa pela via pautal da concorrência estrangeira, sem recorrer à actualização e ao investimento, eis a situação do sector papelreiro reconhecida pelos técnicos estatais ligados ao condicionamento industrial, quando a fábrica *Renova*, em 1936, solicitou a reabertura da sua fábrica, propondo-se produzir papel de jornal e suscitando reclamações dos outros industriais. O Relatório do inquérito à situação do indústria papelreira, elaborado pelo engº Fernando Oliveira Sarmiento, em 1938 (e publicado no *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 2ª série, Abril de 1942), debruçando-se apenas sobre as grandes fábricas que forneciam papel comum, veio a constituir uma peça importante para a avaliação da situação, para a consciencialização das necessidades do sector e da urgente modernização.

Sobressaía a elevada importação de papel de jornal (9000 toneladas, em bobines) e de papel de fumar (300 toneladas), quantidades diferentes, mas que importavam em valores próximos (8000 e 7000 contos, respectivamente).

Algumas fábricas declaravam poder produzir papel de jornal, mas a produção nacional deste tipo de papel reduzia-se a cerca de duas mil toneladas anuais, ainda sob a arcaica forma de folhas e não de bobine. Perante a taxa da pauta alfandegária para esse tipo de papel (\$004/kg, ou seja, 4\$00 por tonelada, cerca de 500\$00 em valor actual), questionavam as regalias concedidas às empresas jornalísticas, reconhecendo embora que não interessava "à indústria nacional o fabrico de papel para a grande imprensa, porque reconhece lealmente que não produziria papel pelo preço da concorrência". O interesse da *Renova* surgia, assim, em contra-corrente, sugerindo duas soluções: 1) após três anos de laboração, comprometia-se a comprar uma máquina especial de grande produção para papel de jornal; 2) aceitava a distribuição de quotas de produção pelas várias fábricas existentes. E propunha-se ensaiar a substituição da pasta mecânica por outras soluções baseadas em recursos nacionais. A proposta parecia vaga e o inquiridor duvidava da sua viabilidade, dada a consciência das neces-

sidades de maquinismos e de pasta mecânica importada, incompatível com as dimensões das fábricas nacionais.

Discordando da proposta da Renova, por temer que o problema se resolvesse depois como "quase sempre à custa das pautas", o inquiridor sugeria a necessidade de "qualquer coisa de novo na nossa indústria papelreira", que poderia constituir um "belo começo de renovação industrial".

A falta de normalização no papel, desde a constituição ao formato, causando prejuízos graves às editoras e gráficas, era outra queixa do Grémio Nacional da Imprensa Diária. Para lá de o papel ser mais caro: o papel inglês para livros era colocado no Tejo entre 1\$60 e 2\$50 por kg, suportando uma carga pautal de 2\$60, quando o papel nacional circulava entre 4 a 5\$00 escudos/kg. Os problemas eram óbvios para a indústria gráfica: a composição e a impressão ficavam pelos 35% do custo de um livro vulgar, absorvendo o papel 65%. O Grémio opunha-se portanto à atribuição de fabrico de jornal a uma indústria papelreira nacional, que o era só de nome, pois importava a matéria-prima e enquanto não fabricasse as pastas, a saída de ouro para o estrangeiro continuaria. O ataque dos gráficos às papelreiras era incisivo: "vivendo as fábricas em regime de verdadeiro privilégio pautal, nem por isso a indústria respectiva tem progredido, antes se conserva estacionária", de que resultavam prejuízos para todos - Estado, jornais, livros e sobretudo, graves problemas para a expansão da língua portuguesa, por via da restrita edição (carta de 8.8.1938, BDGI, 2º série, Abril 1942:755-757).

A falta de qualidade na produção de papel vinha, assim, ao de cima. Ultimamente, só surgiam pequenas fábricas de papel de embrulho. A maioria dos equipamentos tinham mais de 60 anos: só a Matrena instalara uma máquina contínua nova em 1933, depois a mais recente era a da fábrica da Lousã, datada de 1925; 11 das máquinas de papel instaladas eram mesmo do século XIX. Acrescia a falta de especialização técnica ligada ao sector e a inexistência de laboratórios para aferir e controlar a qualidade.

Havia naturalmente problemas gerais que não eram culpa dos papelreiros, mas os afectavam. A falta de energia eléctrica, por exemplo, perante a qual não se podia falar em mecanização e automatismo. Mesmo assim, algumas papelreiras criaram centrais hidroeléctricas, para consumo próprio e/o comercialização. Foi o caso da Companhia do Papel do Prado que, na Lousã, instalou a Central do Casal do Ermio. Ou o da Fábrica de Góis, com a central de Monte Redondo, que trabalhava em paralelo com a Companhia Eléctrica das Beiras. Mas a grande maioria (cerca de 60 fábricas) trabalhava ainda a energia hidráulica nos inícios dos anos 40, poucas usando energia eléctrica e apenas o faziam para iluminação.

Ao nível do aprovisionamento, além da importação de pastas, continuava o arcaico negócio do papel velho e do trapo, que dinamizava ainda uma importante rede de recolha ("milhares de pessoas") a começar na gandaia (trapeiro ambulante), passando por retalhistas, depositários e intermediários.

Neste quadro geral, não faltam ainda referências pouco abonatórias em relação aos problemas das águas residuais, bem como às situações laborais, marcadas pela baixa remuneração, reconhecidas pelo inquiridor como de "incapacidade de garantirem as necessidades mínimas de vida a que o operário tem direito", com um leque salarial muito estreito, de que só muito relativamente divergiam as fábricas da Matrena e da Abelheira.

Conjugando todos os elementos do inquérito - protecção pautal, preços elevados, baixos salários, insuficiência de produção nacional - o despacho de 24.1.1939, do Ministério do Comércio e Indústria só podia concluir pela existência de "deficiências de organização industrial", pelo que deveria estudar-se a aplicabilidade da pasta produzida na produção na-

cional, encarar a possibilidade de produzir outras pastas utilizáveis pela indústria papelreira, estudar a criação de tipos nacionais de papel, ponderar as espécies florestais mais aconselháveis e considerá-las no plano de arborização.

5. O PROCESSO POLÍTICO DE INDUSTRIALIZAÇÃO. A CONCESSÃO DE LICENÇA À COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE (11.03.1942). A LEI DE FOMENTO E REORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL (LEI N° 2005). O PARECER DA CÂMARA CORPORATIVA SOBRE A LEI N° 2005. A DECLARAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE BASE (C. MINISTROS DE 24.4.1947).

A produção de pasta de celulose em Portugal era uma condição de base para o desenvolvimento da indústria papelreira nacional, reconhecia-se oficialmente, com ligação ao problema da florestação. E era ainda apresentada como uma forma de luta contra o desperdício, pela valorização de produtos nacionais (ao lado de outras, como os sumos de fruta, por exemplo), tal como se fazia na Itália, que constituía um verdadeiro modelo para os homens do Estado Novo (relatório do eng° Humberto de Sousa Reis).

Anote-se que já era comum a utilização de matérias vegetais não lenhosas no fabrico de papel de embrulho (o inquérito de 1881 refere a palha para a fábrica de Ruães) e nos anos 30 consumiam-se pequenas quantidades (200 a 300 toneladas anuais) de palha de arroz, de trigo e de centeio: em 1940, a palha representava uma incorporação de 355 toneladas, cerca de 1% das matérias-primas utilizadas, enquanto a Companhia do Almonda incorporava no papel vides derivadas das enxertias, aproveitando cerca de 40% da matéria-prima (Poole da Costa, 1945).

Assim, a pasta de madeira tornava-se uma matéria-prima fundamental, enquanto produto semi-elaborado, sendo a sua produção, nos finais dos anos 30, assegurada pela Suécia, Finlândia e Noruega, com 34% da produção mundial, os Estados Unidos com 28%, Canadá com 10% e Alemanha com cerca de 11%. Sublinhe-se que a indústria nórdica de celulose se pode caracterizar globalmente como fruto de iniciativas empresariais de proprietários florestais que procuravam valorizar a jusante o seu produto, apostando na produção de pasta. Por contraste, com a floresta desorganizada por pequenas propriedades e mediada por intermediários, em Portugal serão os futuros fabricantes de celulose a desenvolver iniciativas na produção florestal para assegurarem os fornecimentos de madeira.

Nos inícios dos anos 40, Portugal tinha 77 fábricas de papel e de cartão e apenas uma fábrica de pasta química ao bissulfito - a *Caima Pulp* -, havendo uma fábrica de papel com uma pequena instalação para o fabrico de pasta química pela soda, que era a de Vale Maior, cuja pasta se destinava ao consumo próprio da Companhia do Papel do Prado (Costa: 1945).

Desde os anos 20, a *Caima Pulp* já produzia cerca de 5000 toneladas anuais de pasta de eucalipto, das quais só cerca de 15% eram consumidas em Portugal, sendo o resto para exportação. Entretanto Portugal importava 10 a 15 mil toneladas/ano de pasta de madeira, na década de 30, numa progressão acentuada que só a Guerra travou (o ano de 1940 foi o único em que a *Caima* viu a sua produção absorvida pelo mercado nacional).

Esta contradição de produzirmos pasta de papel para exportação e importarmos para consumo era explicada pelas principais fábricas consumidoras de pasta estrangeira (Abelheira, Matrena, entre outras) com o preço elevado e a qualidade deficiente das fibras, soltas, "curtas e brandas", inadequadas ao tipo de papel ordinário, da pasta da *Caima*, uma pasta "crua", que necessitava de posterior branqueamento. Mas a Companhia do Papel do

Prado reconhece-lhe algumas valências: "é muito vantajoso o seu emprego em papéis de impressão fina e extra-fina (imitação de couché) pois não só ajuda à obtenção da opacidade mas também torna macia a superfície do papel". Só que estes tipos de papel só muito restritamente se fabricavam em Portugal, daí o consumo reduzido da pasta de eucalipto da Caima, cuja empresa reconhece a sua sobrevivência por ter encontrado um nicho externo de antigos clientes que asseguravam a compra da pasta produzida. Assim, se a pasta nacional era cara, não era má, como o provava o facto de a Inglaterra e outros países (Bélgica, França, Argentina), serem os principais clientes da pasta da Caima para produção de papéis de qualidade.

Assim, a pasta de eucalipto, ainda que não interessasse aos fabricantes nacionais de papel, aparecia, já com largo futuro, sobretudo se considerada como "compensação da nossa importação de pastas de outra natureza que ela não pode substituir", havendo alvitres para a instalação de novas fábricas do tipo da *Caima Pulp* para exploração dos vastos eucaliptais do Ribatejo, embora os anos 30 não fossem favoráveis a iniciativas ligadas à exportação (Sarmento, 1942:712).

Por outro lado, as fábricas de celulose por processo químico surgiam no horizonte como potenciais consumidoras de soda e cloro, produtos derivados de fábricas químicas de instalação recente, o que explica as iniciativas paralelas ligadas à empresa Soda-Póvoa para a criação de uma indústria de celulose.

Finalmente desenvolvia-se, a partir de 1936, um movimento de florestação e de arborização que era necessário rentabilizar, criando a jusante pólos de consumo (não só a indústria de celulose, mas também as de resinas e de aglomerados). Em 1938, os Serviços Florestais são dotados de objectivos mais latos e de um plano de povoamento florestal (Lei nº 1917, com o ministro Rafael Duque). Data de 1939 a criação da Estação de Experimentação Florestal, em Alcobaca, que incluía um Laboratório de Celulose. Foi aqui que se desenvolveram trabalhos de investigação laboratorial sobre o aproveitamento do pinheiro marítimo (*pinus pinaster*) para a produção de celulose e papel, bem como ao potencial de outras espécies para a produção de celulose. Os ensaios foram positivos, ajudando deste modo a Estação a difundir a ideia da nossa riqueza florestal, abundante no *pinho marítimo*, para a produção de celulose (Seabra, 1980).

Acresce que a hipótese de produção de energia eléctrica (com a *lei da electrificação*, nº 2002) constituía um factor de estímulo para a criação de indústrias em grandes fábricas, e estas eram uma condição para a própria electrificação, pelo seu consumo de energia, uma vez que os consumos domésticos não pareciam susceptíveis de crescimento, quer pelo baixo nível de vida geral, quer pela dificuldade de instalar rapidamente a rede de distribuição de energia a todo o País.

Resumindo, a indústria de pasta de celulose colocava-se como uma *indústria de base* num processo genérico e articulado de industrialização.

Ora, desde 1937 que apareceram projectos no Ministério do Comércio e Indústria (Direcção-Geral da Indústria) para indústrias de celulose. Favorável à concentração empresarial, o subsecretário de Estado da Indústria, engº Ferreira Dias, desenvolveu uma acção de concertação em 1940, procurando ligar as propostas dos engºs Santos Mendonça (ligado à Soda-Póvoa) e Quevedo Pessanha (em contacto com especialistas estrangeiros), para a asunção de um projecto conjunto. Ou seja, querendo Ferreira Dias "montar em grande a indústria de celulose e do papel", em face de várias propostas particulares algo indefinidas, escolheu "as que tinham mérito - as que eram personificadas nos engºs Santos Mendonça e Quevedo Pessanha - chamou-as, propôs-lhes colaboração, estimulou-as, forçou-as à concentração", como ele próprio disse na sua linguagem peculiar (*25 Anos. Celulose Cacia*).

Mais tarde, o eng^o Quevedo Pessanha descreveu-nos essa convergência e as ligações familiares determinantes para interessar um grupo económico, revelando as suas ligações iniciais ao ministro João da Costa Leite e da ligação de Santos Mendonça ao BESCL (sogro de Manuel Queirós Pereira, herdeiro do Banco Comercial de Lisboa, entretanto fusionado com o Banco Espírito Santo), dadas as previsões de montantes elevados de capital a mobilizar (Loureiro, 1991: 200).

A escritura de constituição da sociedade ocorreu a 4 de Novembro de 1941, formando-se então a Companhia Portuguesa de Celulose, SARL, com um capital inicial de 200 contos, tendo no Conselho de Administração, como presidente, o Prof. Szilasi, mas integrando aqueles dois fundadores, e participando ainda da fundação o grupo bancário Espírito Santo, através da participação do Dr. Manuel Espírito Santo.

Por despacho do Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, Ferreira Dias, datado 11.3.1942 (D.G. II série, de 14.3.1942) foi então concedida licença à *Companhia Portuguesa de Celulose, SARL*, com sede em Lisboa, para a instalação de uma fábrica de "pasta de celulose branqueada e não branqueada, pasta mecânica, papel de jornal em bobines e papéis de impressão ou escrita". Essa licença era concedida debaixo de 17 condições, algumas das quais meros formalismos burocráticos, de que valerá a pena sublinhar alguns pontos. Assim, a sociedade deveria manter-se sempre nacional (conforme art^o 3 do dec. 27994 de 26.8.1937); deveria apresentar um capital mínimo de 16000 contos ao fim de 12 meses, elevado a 36000 ao fim de 30 meses; devia instalar a fábrica de preferência entre os rios Vouga e Mondego; não tinha limites de produção para as actividades licenciadas, salvo no fabrico de papéis para impressão limitado a 3000 toneladas/ano; ao papel de jornal eram impostas determinadas características técnicas; estabelecia algumas condições transitórias para o período de guerra; não poderia atribuir dividendo superior a 9% durante a guerra; os preços estavam condicionados, sobre vagão na fábrica, a 90% do preço *cif* em Lisboa de produtos análogos segundo a cotação da *Cross & Bevan*, e deveriam, na volta à situação de paz, ser objecto de arbitragem (sociedade, ministério da Economia, indústria papelreira ou Grémio da Imprensa Diária, este último para o papel de jornal). E, num claro propósito de evitar situações de degradação social, a empresa assumia o compromisso de não pagar salários inferiores a 14\$00/dia, salvo aos aprendizes até aos 17 anos, que não poderiam exceder 10% do total de trabalhadores. Um conjunto de exigências que pretendiam ser um quadro dissuasor de eventuais aventureirismos, procurando não reproduzir os quadros negros da situação operária da indústria tradicional, além de haver um desejo de respeitar a indústria papelreira tradicional e a imprensa.

Nos finais de 1943 houve o novo aumento de capital, para 16 mil contos, com entrada de novos accionistas (nomeadamente do grupo financeiro ligado ao Banco Pinto & Sotto-Mayor). Em 28 de Janeiro de 1944 passou a integrar o Conselho de Administração, que passou a ser presidido pelo eng^o Santos Mendonça, o prestigiado eng^o Eduardo Rodrigues de Carvalho (Presidente da Câmara de Lisboa).

Mas a CPC, apesar de estreitamente ligada à política económica então em implementação, tornou-se num processo arrastado, devido ao condicionamento industrial e às dificuldades de reunião do capital necessário. E principalmente pela pronta reacção das papelereiras (que recusaram mesmo a participação no capital da sociedade) e do Grémio da Imprensa, os quais recorreram aos tribunais e exerceram fortes pressões junto do poder, segundo Ferreira Dias, para quem os papelereiros, afeitos ao condicionamento, queriam evitar mais um concorrente e o Grémio da Imprensa temia eventuais e futuras protecções à indústria

nascente que penalizassem a importação então quase livre de papel de jornal (Dias, 1945:356-7)

Neste contexto, o quadro institucional adequado, que permitiu apoios e participação no capital por parte do Estado, só se formou com a lei nº 2005 - *Lei do fomento e da reorganização industrial*, de 1945, quando se definiu em concreto uma política industrial dirigista, visando os objectivos enunciados no título. Segundo a proposta da própria lei, a concessão da licença da CPC, e de outras concedidas entre 1942-45, obedeceria já ao propósito de introdução de "novas indústrias", agora consideradas oficialmente como indústrias-base. Tais licenças eram uma "antecipação" a esta lei, considerando-se concedidas as indústrias de folha de flandres, tubos de aço, metalurgia do cobre, sulfato de amónio, cianamida cálcica e a de *celulose e pasta mecânica*.

Como o próprio nome da lei indica, o programa da lei 2005 passava por criar novas indústrias, capazes de absorverem mão-de-obra e de ajudarem ao equilíbrio da balança comercial e, por outro lado, de reorganizar as indústrias já estabelecidas, adoptando o paradigma das "organizações grandes e perfeitas, servidas por uma técnica vigilante e cuidadosa", postulando que o uso da protecção pautal só poderia servir selectivamente para efeitos de combater o *dumping* ou por "irremovíveis condições de inferioridade" e não para remediar faltas de técnica e de organização.

Concentrar, modernizar e dar base científica à indústria era, pois, o desígnio da proposta de lei, pensada pelo engº Ferreira Dias. O texto de apresentação da lei era um verdadeiro panfleto contra o estado da indústria, condenando o *condicionamento industrial* enquanto elemento de "defesa de interesses próprios e de afastar a concorrência dos que pretendem instalar-se", ou como "instrumento que tolhe a iniciativa privada, fonte de injustiças e dificuldades", reconhecendo que, em sectores desorganizados ou desactualizados, surgia como um prémio ao que era deficiente e mau. Além disso, a lei previa a possibilidade de expropriação por utilidade pública a favor de empresas exploradoras de indústrias com interesse público, pormenor que se veio a revelar determinante para instalação destas indústrias químicas, que ocasionavam sempre rejeições locais. Outra componente indissociável era a do princípio da normalização, ou seja, a obrigação da produção obedecer a tipos produtivos pré-determinados, acabando com a improvisação de feição artesanal. (Câmara Corporativa, *Diário das Sessões*, 1944, nº 85)

Esta lei, fortemente polémica, foi cautelosamente esvaziada na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa do seu articulado mais dirigista, nomeadamente o que remetia as "concentrações" para decisões ministeriais, com possibilidades de expropriação ou de ordem de cessação de actividades, com base nos estudos das comissões reorganizadoras. Introduziram-se *nuances* que transformaram a reorganização em longos estudos e arrastadas negociações entre as empresas interessadas que na prática impediram os objectivos da reorganização, a não ser em sectores restritos. O parecer da Câmara Corporativa, de que foi relator Ezequiel de Campos, gelou claramente o entusiasmo industrialista da reorganização, ao perfilhar o princípio da possibilidade "de alcançar-se o equilíbrio de perfeição e de pequeno custo de fabrico sem fortes concentrações que perturbariam o arranjo dos núcleos industriais dispersos", podendo fazer-se uma concentração "por um sistema mais lento, acautelando-se os interesses gerais", não vendo "vantagem de substituir a feliz mediania nos recursos materiais de muitos (que é estalão próprio da índole e bem-estar da nossa gente) por... grupo ou grupos de excelência industrial porventura, mas de germes certamente de intranquilidade, de infelicidade, de defeituosa distribuição de interesses". E no que se refere à li-

cença da CPC, o Parecer da Câmara Corporativa apontava a urgência de a articular com uma política de florestação (Câmara Corporativa, Diário das Sessões, 1944, p. 495).

No respeitante às indústrias do papel e da celulose, a proposta de lei nº 2005 estabelecia duas directivas fundamentais:

- a produção da celulose apresentava-se como uma "indústria-base a estabelecer";
- a indústria do papel surgia num quadro de "indústrias dispersas que não satisfazem o mercado interno", devendo, portanto, ser objecto de reorganização.

Os objectivos do legislador fizeram estremecer os meios económicos e políticos. E já não será Ferreira Dias (nem Rafael Duque, o ministro) a aplicá-los, pois entretanto saíram do governo. O articulado final da lei nº 2005 acabou por não discriminar as indústrias-base citadas na proposta e outras novas indústrias que pudessem usufruir dos dispositivos de apoio nela previstos. Coube ao Conselho de Ministros de 24.4.1947, já por proposta do ministro da Economia Daniel Barbosa, retomar a recomendação da antiga introdução da proposta de lei e declarar a "celulose, pasta mecânica e papel de jornal" como indústria-base (enquanto indústria que se desenvolve a partir de matéria-prima nacional), ao lado das de sulfato de amónio, da folha de flandres, cianamida cálcica e amoníaco, indústrias que assim se libertavam do espartilho do condicionamento industrial.

Paralelamente, no sector da fabricação de papel, enquanto indústria antiga a reestruturar, foi nomeada a comissão de reorganização por portaria de 2.8.1947.

6. O PLANO MARSHALL, O I PLANO DE FOMENTO E O ARRANQUE FABRIL DA COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE (1953). AS DIFICULDADES INICIAIS DA EMPRESA E A APOSTA NA PASTA DE EUCALIPTO (1957). A DINÂMICA DO PROCESSO EMPRESARIAL FACE À CONCESSÃO INICIAL DITADA PELA POLÍTICA ECONÓMICA.

Apesar das importações crescentes de pasta de madeira, atingindo as 17040 toneladas em 1949, o arranque da indústria de celulose parecia transformar-se numa daquelas "indústrias do Diário do Governo, todos os anos renovadas e instaladas no papel", na expressão do deputado Ângelo César (Diário das Sessões, 15.11.1944).

Com a declaração institucional da celulose como *indústria-base*, ocorre a nova composição social da CPC, que inclui o aumento de capital para 32 mil contos e a entrada do Estado como accionista com um tranche de 16 mil contos. O engº Rodrigues de Carvalho subiu então a presidente do Conselho de Administração (que já integrava) em 1948 (cargo que desempenhou até à sua morte, em 30.9.1970), por designação do governo. Este político e este novo contexto terão sido determinantes para a declaração da indústria-base, bem como para a posterior integração do projecto da celulose no Plano Marshall.

QUADRO I
CPC - Evolução do nº
de Trabalhadores

Ano	Trabalhadores	Salário médio anual
1950	2	
1951	22	
1952	201	
1953	464	
1954	816	
1955	1031	12229\$25
1956	1135	12529\$86
1957	1236	13403\$82
1958	1258	13917\$98
1959	1339	14998\$83
1960	1397	15862\$72
1961	1394	17102\$00
1962	1464	17820\$30
1963	1498	19777\$10
1964	1593	20241\$82
1965	1616	23422\$89
1966	1314	24434\$21
1967	1900	25159\$12
1968	1663	28874\$61
1969	1489	33110\$21
1970	1483	40120\$34
1971	1362	50721\$58
1972	1371	64936\$39
1973	1353	76543\$32
1974	1374	129865\$17
1975	1418	153967\$57
1976	1461	166585\$70
1977	1609	160690\$79

Por imposição da licença de concessão (renovada em 1948 e 1951, dado o incumprimento de prazos), a CPC não tinha limites na produção de pasta e de papel de jornal, obrigando-se a sociedade a satisfazer todas as necessidades do País naqueles produtos. E, na localização da fábrica, a instalar na região dos rios Mondego ou Vouga, pesavam efeitos múltiplos, desde logo os factores económicos decisivos (envolvência de matéria-prima e de água, meios de comunicação, quer terrestres para transportes a montante, quer portuários para escoamento a jusante), mas também preocupações de desenvolvimento económico regional, geograficamente mais equilibrado, para evitar a acentuação das polarizações existentes.

Acabou por se escolher como localização Cacia, freguesia de Aveiro, numa zona rodeada de uma mancha florestal ampla e densa, perto do porto de mar de Aveiro (11 km), na margem do rio Vouga, e próximo da linha de combóio do Norte e da estrada nacional Aveiro-Porto, numa disposição privilegiada, para efeitos fabris, que posteriores acessos

construídos ampliaram (incluindo linha férrea privativa). E não se poderá negar que a CPC contribuiu fortemente para o desenvolvimento local e regional, não só pelo emprego (chegou a ter cerca de 1900 trabalhadores), como pela dinamização do porto de Aveiro. Marcou embora a região com o típico "cheiro a Cacia", numa evidência de efeitos ambientais.

Perante as dificuldades de capital inicial que mal davam para os terrenos (243 parcelas, a maioria por transação amigável e 3% renitentes, acabando por ser expropriadas apenas 5 parcelas) e para os estudos de implantação, tendo sido insuficiente uma emissão de obrigações, por limitação oficial, e gorado a possibilidade de crédito estrangeiro por financiamento à exportação por falta de aval governamental, a esperança só foi recuperada com o Plano Marshall, ultrapassadas as conhecidas hesitações do governo de Salazar em recorrer aos norte-americanos.

Na verdade, o impulso decisivo só ocorreu em 1949, após Portugal ter apresentado finalmente uma série de projectos ao apoio financeiro do Plano Marshall, entre os quais se incluiu o da Companhia Portuguesa de Celulose. Adoptado o projecto pela E.C.A., em Washington, durante o ano de 1950, foram concedidas duas prestações de US\$2.000.000 e US\$1.998.000 por conta da ajuda Marshall e destinadas à aquisição de máquinas e outro equipamento nos Estados Unidos e Europa. Daí vieram então, em moeda portuguesa, cerca de 125000 contos para o governo português, sob a forma de crédito, quantia depois disponibilizada à C.P.C pelo Fundo de Fomento Nacional.

Assim, em 1950, representantes da administração e o técnico finlandês Karl Amperla, responsável pelo projecto das instalações e do arranque de laboração (esteve ao serviço da CPC entre 1947-54), deslocaram-se aos Estados Unidos para adquirir uma parte do equipamento necessário, uma vez que outra parte (máquina de papel, super-calandra e enroladora) foi adquirida na Europa. Ainda neste ano de 1950 iniciaram-se as terraplanagens e construção dos arruamentos de acesso, a construção do ramal ferroviário para serviço privativo da fábrica (com um feixe de linhas internas entre as várias unidades de produção) e ligação à linha do Norte, ao mesmo tempo que se ia adquirindo o equipamento, cuja montagem se iniciou em Fevereiro de 1952, dez anos depois da concessão da 1ª licença.

E o 1º Plano de Fomento (1953-58), embora centrado na electricidade e transportes, foi fundamental para esta e outras indústrias-base, na medida em que alargava a base da participação de capitais, permitindo que as caixas de previdência e as seguradoras pudessem comprar obrigações e participar no capital accionista destas indústrias-base como formas de rentabilização dos seus capitais. E incluía a CPC: substituição de importações tanto na pasta como no papel, com promoção da estabilidade no abastecimento e no preço do mercado nacional, era o objectivo sectorial apontado pelo Plano de Fomento, para o qual contribuiria a Companhia Portuguesa de Celulose, além dos seus efeitos estratégicos de animação industrial a montante e jusante e de criação de emprego. E o Plano retomava ainda o projecto florestal, prevendo a florestação de mais 70.000 hectares de baldios no Norte, admitindo, face à previsão dos elevados consumos de madeira pela CPC (150.000 t) a revisão da política de exportações de madeira, para evitar riscos de deflorestação ou altas exageradas nos preços, apontando-se a importância de gradualmente substituir a exportação de madeira em bruto, cujo montante se aproximava das 200000 toneladas, pela produção de pasta e outros derivados.

As verbas envolvidas no arranque da fábrica foram elevadas para a altura e para o meio industrial português: o custo de equipamentos e sua instalação orçou os 215000 contos, enquanto os terrenos, construções, terraplanagens e arranjos custaram cerca de 48000 contos (ou seja, um total de cerca de 15 milhões de contos em números actuais). O capital foi

elevado gradualmente: em 1952 já era de 72 mil contos, em 1954 passou para 120 mil, em 1956 era de 150 mil, a que outras ampliações se seguiram.

Podemos apreender resumidamente os graus de participação accionista pelo quadro de distribuição de dividendos, que nos mostram o peso dos organismos públicos na estruturação da Companhia Portuguesa de Celulose, numa altura em que os fundos criados nas Caixas de Previdência foram importantes para o fomento industrial.

QUADRO II
CPC - Distribuição de
dividendos - 1964

Fonte: Relatório e
Contas, 1964

<i>Accionistas</i>	<i>Distribuição do Dividendo (%)</i>
Accionistas particulares	31,55
Estado	13,33
Banco de Fomento Nacional	12,00
Caixas de Previdência	31,12
Imposições legais	12,00

Com uma capacidade total teórica de 39000 toneladas/ano, a CPC iniciou a produção de pasta química em 23 de Julho de 1953, com pasta crua de pinho, alargando a produção, de forma gradual, e escoando desde o início uma parte substancial da sua produção no mercado externo.

As estimativas iniciais de produção anual, em toneladas, apontavam para:

Pasta não branqueada	8200
Pasta Branqueada	5800
Papel Kraft	15300
Papel pelo sulfato, branqueado	2700

Em 1955 iniciou-se a produção de pasta mecânica para papel de jornal, Instalou-se o equipamento para as caixas de cartão canelado. Em 1956 instalou-se a linha de fabrico de sacos de grande conteúdo.

Nesta fase de arranque (1953-57) importa sublinhar o contributo de técnicos finlandeses que exerceram uma função de enquadramento inicial dos técnicos portugueses na produção de pasta e de embalagens, os quais rapidamente ganharam voo. Posteriormente, foi um contrato de assistência técnica com a firma inglesa Albert Reed & Ca., que permitiu otimizar a produção de papel kraft e ensaiar a produção de papel de jornal.

Estes anos iniciais da década de 50 foram assim anos experimentais: quer no domínio técnico, onde avulta a procura de melhoria de qualidade, com esforços consecutivos para o branqueamento das pastas, ensaiando processos de purificação da água do Vouga, muito poluída nas estiagens, quer nos processos de depuração e de secagem, factores indispensáveis para ganhar mercado externo.

Um dos problemas mais difíceis de resolver foi o da água do rio Vouga. Levantado desde o início de laboração, estava o efeito de salinização das águas, trazido pelas marés vivas e depois ampliado com as obras de construção do porto de Aveiro. Para o combater, construíram-se inicialmente barragens temporárias de madeira no rio Vouga, datando a primeira de 1954. A este, outro problema se veio juntar, uma vez que o Vouga arrastava efluentes não tratados a montante de Cacia, remontando uma parte substancial ao rio

Caima, afluente do Vouga, e que já recebia efluentes fabris não tratados. Assim, para o abastecimento de água às caldeiras, a solução foi perfurar o terreno e construir poços.

No campo comercial, desenvolveram-se operações no sentido de tactear as potencialidades do mercado internacional e intensificou-se a pressão junto do governo para a regulamentação das embalagens com qualidade kraft em produtos alimentares e para o uso de embalagens de cartão canelado, dado o grande uso que ainda se verificava do velho papel de embrulho derivado das indústrias caseiras.

Havia, contudo, um "pecado original" nesta fábrica, derivado do sonho autárquico de Ferreira Dias, justificável com o ambiente de guerra mundial e com a necessidade de respeitar as oposições à industrialização, que achavam não haver mercado nacional para estes tipos de indústria, nem acreditavam na competitividade internacional. Esse "pecado" é já entrevisto na concessão da licença de 1942, apresentada com a intenção de revolucionar a indústria de papel em Portugal, de fazer da CPC, concebida "em grande", a base do auto-abastecimento nacional, com o efeito, economicamente perverso, de a pôr a fabricar de tudo. O próprio Ferreira Dias, explica na sua "Linha de Rumo", que a iniciativa de conceder licença de produção de papel (3000 toneladas, valor do *deficit* da produção nacional, compensado por importação, mas que tanta celeuma levantou entre os papeleiros), era uma espécie de compensação do risco que uma indústria nova, como era a da celulose, sempre acarretava.

A CPC não era uma fábrica mas um verdadeiro conglomerado de fábricas ou linhas de fabrico distintas, a de pastas (química e mecânica), a de papel de escrita, a papel de jornal, a de cartão canelado e caixas, a de sacos, a de fita gomada. A empresa teve de aprender por si a encontrar caminhos próprios de afirmação, a evoluir para a especialização e a fazer do mercado externo a sua vocação.

O maior problema era o do papel de jornal, que constituía um dos objectivos iniciais e pesara na licença governamental. Apesar de a sua produção aumentar gradualmente (14300 t em 1956), fazia-se em grande parte por importação de pasta norueguesa, devido a problemas de adequação do pinho ao maquinismo. Neste contexto, a produção de papel de jornal não era remuneradora, pois os direitos sobre a importação de pasta eram quase o dobro dos que incidiam sobre o papel de jornal em bobines" (Relatório de 1956). Mesmo com a redução de direitos na pasta importada (de 2\$40 para \$80/tonelada) a situação não melhorou, pois do estrangeiro vinha sempre papel de jornal mais barato, tornando a produção inviável em face dos custos e do confronto desfavorável com a concorrência externa. O consumo de electricidade para a produção da pasta mecânica era elevadíssimo, correspondendo a um factor de 30% no custo final do papel, quando o preço da energia nacional era quadruplo em relação ao praticado nos países concorrentes. Por outro lado, o mercado nacional de papel de jornal, mesmo na sua totalidade, era reduzido para se conseguirem economias de escala com eventuais modernizações de equipamento. Por isso "a composição corrente do papel de jornal nunca ultrapassou os 30% de pasta mecânica nacional, com 50% de pasta mecânica estrangeira importada", sendo o restante por mistura de pastas químicas, conforme documentou o eng^o Carlos Valente (*25 Anos. Celulose Cacia*: 59).

Assim, só episodicamente se fabricou papel de jornal totalmente com matéria-prima portuguesa. A procura de papel de jornal aumentara no entanto ligeiramente e a CPC viu-se obrigada desde 1964 a importar papel de jornal escandinavo para satisfazer os seus compromissos de fornecimento. Agravando-se a situação no ano seguinte, a CPC veio a criar com as principais empresas escandinavas uma empresa distribuidora – a SODIPEL – Sociedade Distribuidora de Papel, SARL, para funcionar a partir de 1967, com o objectivo de

fornecer à imprensa diária um material de qualidade e competitivo, mas recorrendo à importação. Em 1969, a CPC abandona definitivamente a produção de pasta mecânica e de papel de jornal.

O curto ciclo de produção de papel de jornal em Cacia é, no entanto, bastante significativo do ponto de vista histórico, pois tinha sido um dos objectivos mais esgrimidos pelo eng^o Ferreira Dias para a implementação da indústria de celulose e resultou num fracasso. Tal como a fixação em torno da pasta de pinho poderia ter redundado nas mesmas consequências ou pelo menos ter condicionado fortemente o crescimento da empresa e do sector da celulose. Valeu o amplo leque de opções da concessão e o sentido investigativo dos técnicos de Cacia, que acabaram por dar um rumo completamente inovador à vocação produtora da empresa, através do eucalipto, garantindo o seu crescimento e a forte penetração no mercado externo.

A CPC vislumbrou desde o início o potencial das pastas químicas. Depois de quatro anos a produzir pasta de pinho, período que constituiu uma fase de aprendizagem, brilhou uma luzinha, quando alguém se lembrou de que na Austrália se utilizavam madeiras do género eucalipto para o fabrico de pastas. Importa, no entanto, lembrar artigos anteriores a incentivar o uso do eucalipto para produção de pasta (um trabalho de Júlio Mário Viana, em 1920, e um artigo do eng^o Arala Pinto, publicado na *Indústria Portuguesa*, em Janeiro de 1948).

A verdade é que, em 1956, a CPC iniciou pesquisas laboratoriais para avaliar a adopção do eucalipto como matéria-prima de pastas kraft cruas e branqueadas e respectivas propriedades papeleiras. Sendo uma matéria fibrosa de crescimento rápido, poderia trazer vantagens económicas, embora a sua configuração de fibra curta levantasse receios sobre o seu tratamento no equipamento convencional. Os ensaios laboratoriais com base em *eucalyptus globulus* pelo processo kraft revelaram um produto resistente ao nível das melhores pastas nórdicas de bétula, com processo de refinação bastante rápidos. Vencendo resistências iniciais de todo o tipo, desde a administração da empresa aos técnicos estrangeiros e clientes, a Companhia Portuguesa de Celulose (por obstinação de alguns técnicos, nomeadamente os eng.^{os} Rolo e von Haffe) veio a ser a primeira fábrica europeia a produzir pasta branqueada de eucalipto ao sulfato. Produziu-se esta primeira pasta a nível fabril em 4 de Janeiro de 1957 e em 29 de Janeiro incorporou-se experimentalmente no fabrico de papel kraft, com resultados positivos.

As primeiras remessas comerciais saíram para o mercado em Abril de 1957. Datas históricas para a CPC, pois representam o fabrico de uma pasta totalmente inovadora no mercado, mais económica e com elevadíssimas qualidades de opacidade e resistência. As primeiras remessas destinaram-se a fábricas de papel portuguesas - a Guilherme Graham - Fapajal (5,2 toneladas) e à Casa Veludo (2,7 t), num fornecimento que atingiu as 44,6 t., em 1957, para estas duas empresas, seguindo ainda 51,2 toneladas para Albert Reed C^o, em Inglaterra. Bem recebida nos mercados, em 1958 chegavam amostras de papel de impressão produzidas a partir dela nas oficinas francesas da Hachette, ou a notícia de que o conceituado produtor Tullis Russell, que antes apenas utilizava fibra de alfa norte-africana nos seus papéis de impressão de alta qualidade, passava a substituir esta pelo pasta de eucalipto branqueada de Cacia. Em 1958, a CPC produzia já 9600 toneladas desta pasta, arrancando para um crescimento contínuo.

Para a indústria portuguesa, tradicionalmente tão apocada, e particularmente para a indústria da celulose, então nascente e com tantos opositores, o facto tornou-se memorável, tanto mais que muitos duvidavam do interesse industrial de mais uma "fibra curta", consi-

derada como "matéria de enchimento" de papéis, bem como da funcionalidade do equipamento convencional face a um produto com várias dificuldades técnicas dada a elevada viscosidade. Mas o que aconteceu, foi a disponibilização de uma "nova e valiosa matéria-prima fibrosa para papel".

Ou seja, a pasta de eucalipto ao sulfato circunscreve uma espécie de círculo virtuoso na indústria de celulose: apresenta maiores facilidades no aspecto técnico (na deslinhificação e no branqueio) e, do ponto de vista económico, proporciona elevados rendimentos e baixos consumos de produtos químicos, aumentando a qualidade do produto final (papéis finos, opacos e resistentes para impressão). Assim, com o decorrer do tempo e o apuramento técnico, nomeadamente no branqueamento, esta pasta transformou-se na principal produção do centro fabril, quer como produto próprio, quer para soluções mistas noutros produtos (kraft, jornal).

7 . A COLABORAÇÃO DA CPC COM A SOCEL (SETÚBAL), A PARTICIPAÇÃO ACCIONISTA. A MADEIPER NO ABASTECIMENTO DE MADEIRAS. A DIFUSÃO TECNOLÓGICA A PARTIR DA "UNIVERSIDADE DA CELULOSE" DE CACIA. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.

No decorrer dos anos 50 a Companhia Portuguesa de Celulose tornou-se no núcleo central do sector do papel, posicionando-se mesmo para desempenhar um papel de protagonismo em face da prevista reorganização industrial do sector, tornando-se, em 1959, accionista da Companhia do Papel do Prado.

E estabeleceu contrato com a SOCEL - Sociedade Industrial de Celuloses, então em criação, para prestação de assistência técnica e comercial, de forma a pôr a funcionar as suas novas instalações fabris na península de Mítrena (Setúbal), que deveriam produzir inicialmente 60.000 toneladas anuais de pasta de eucalipto e de pinho. A CPC tornou-se accionista (25%) e os seus administradores assumiram também a administração da Socel. Este controlo accionista, de uma empresa que inicialmente se projectara como concorrente, era explicado aos accionistas como um "acto de interesse nacional, por com ele se criarem, no sector que nos diz respeito, melhores condições de resistência ante a situação que se avizinha, proveniente da entrada de Portugal para um dos grandes espaços económicos europeus". Tratava-se da integração na EFTA, cujo acordo de adesão data precisamente de 1959.

Esta colaboração entre as duas maiores empresas do ramo dispensou a colaboração estrangeira habitual e desenvolveu-se depois no sentido da fusão (CPC+Socel), que se deveria efectuar em 1974 (cuja designação seria NACEL), só não acontecendo pelas razões da revolução política entretanto operada. E se a isto acrescentarmos que, sob os auspícios dos administradores da Socel, em grande parte os mesmos da CPC, se ergueu, entre 1965-1969, a INAPA - Indústria Nacional de Papéis (por iniciativa de Quevedo Pessanha), uma moderna papelreira, mesmo ao lado das instalações da Socel, da qual passou a receber, por conduta própria, pasta em suspensão para a produção de papel, podemos vislumbrar o sonho integrador gradualmente elaborado pelos construtores da indústria de celulose em Portugal (engrs. Quevedo Pessanha, Santos Mendonça, Rodrigues de Carvalho).

O sucesso da CPC, animou à corrida pelas celuloses. Se o projecto SOCEL acabou por ser controlado e complementar ao de Cacia, outros surgiram, desde logo o da Caima Pulp, que nos inícios de 60 desenvolvia uma nova fábrica de pasta de eucalipto, em Constância, com conclusão prevista para 1961, dando ocupação a 200 pessoas, para uma produção de

30000 toneladas de pasta de eucalipto. Os anos 60 vão ser, de resto, de uma verdadeira explosão de pedidos de celulose, como veremos adiante, num claro efeito emulativo do sucesso da CPC. Por isso, em 1963 a CPC decidiu pedir superiormente licença para uma ampliação de capacidade de produção de pastas, respondendo à procura do mercado, mas também como afirmação da empresa, numa altura em que se multiplicavam os pedidos de instalação e quando o mais importante seria redimensionar as existentes, tanto para efeitos de concentração económica, como de actualização tecnológica. Essa ampliação tornou-se operativa em 1968, passando a CPC para uma capacidade nominal de 150 mil toneladas/ano de pastas, das quais 100 mil eram de pasta branca de eucalipto.

Mas, entretanto, outro problema se colocava a montante: o abastecimento de madeira, então ainda irregular, no qual operava uma difusa acção de intermediários. A Socel, por exemplo, desenvolveu logo um serviço próprio de abastecimento florestal, para pesquisar disponibilidades florestais, firmar contratos, desenvolver uma acção própria de florestação em terrenos do Estado ou de grandes casas agrícolas (nomeadamente com a Fundação da Casa de Bragança), elaborar uma carta florestal a Sul do Tejo. O exemplo da Socel, de partir para a florestação, constituiu uma iniciativa pioneira, depois seguida por outras empresas do sector, e até pelo governo, na medida em que o despacho orientador (de 12.9.1966 da Secretaria de Estado da Indústria) para a instalação de novas "celuloses" impunha a condição das novas empresas fomentarem a produção de madeiras previstas para consumo. Com 9300 hectares de eucaliptos plantados em 1970, a Socel tornou-se o "primeiro produtor de eucaliptos do país". Só que, na "fábrica florestal", planta-se agora, para só colher vários anos depois! E a instalação em Portugal de novas fábricas de pasta e de aglomerados nos anos 60 provocou perturbações no mercado da madeira, com uma "anormal competição" e alta de preços.

Esta situação levou à criação da *MADEIPER - Organização Central de Abastecimento de Madeiras*, em 1969, sugerida por uma comissão oficial para o estudo da comercialização da Madeira, de que foi mentor e primeiro presidente Manuel Queirós Pereira. Os objectivos declarados eram criar um equilíbrio entre os interesses da Lavoura a preços compensadores e garantir para a Indústria o regular abastecimento de matéria lenhosa, através da atribuição de quotas de rateio e da fixação de preços, evitando as designadas "distorções de mercado" por efeito dos intermediários. Esta ligação directa da indústria à lavoura visava reestruturar o mercado e racionalizar os circuitos de distribuição, favorecendo as transacções directas. Mas na prática tratou-se de criar uma solução horizontal, uma situação de monopólio, em que a Madeiper, como órgão próximo das celuloses e das fábricas de aglomerados, "assumiu o compromisso junto do Governo de adquirir todo o eucalipto produzido no País e pelos anos mais próximos" (Socel - Relatório de 1971). O consórcio MADEIPER, a que aderiram a Socel, a CPC, a Celbi, a Caima, tornou-se polémico pela sua função cartelizante do lado da procura, sendo liquidado após as nacionalizações em 1975.

Entretanto, um complexo fabril como era o da Companhia Portuguesa de Celulose vive um processo de investimento contínuo, quer para adequar e/ou ampliar as produções dos tipos de fabrico mais procurados, quer para renovação do equipamento. Manutenção, modernização, ampliação são acções que ocupam uma parte substancial da actividade de gestão do complexo fabril.

Com as suas exigências permanentes de modernização e ampliação e a tradição da assistência técnica própria e a prestada a outras empresas pela sua Direcção Técnica, a CPC criou, em 1965, o GETE, um gabinete de estudos privativo, com os meios técnicos de Cacia,

os quais para além do apoio à instalação da Socel, já tinham ajudado ao arranque da fábrica da Empresa Nacional de Celulosas, em Pontevedra, Espanha(1961-62).

Através do GETE, a CPC respondeu a múltiplas solicitações, difundindo a tecnologia da pasta e do papel:

- em 1965, foi chamada a estudar as condições técnicas e expansão da Companhia de Celulose do Ultramar Português, em Angola (Alto Catumbela);
- estudo e elaboração do projecto da fábrica de papel da INAPA (na Mitrena, junto da Socel);
- assistência técnica à firma francesa *Compagnie des Ateliers et Forges de la Loire*, responsável pelo projecto de uma fábrica de papel e de celulose na Jugoslávia - *Fabrika Celuloze I Papira Sremska Mitrovica*;
- assistência da Companhia Indústrias Brasileiras Portela para dar capacidade às instalações de pasta, papel e sacos em Jaboatão (Recife), em 1966;
- em 1967, projecto de uma fábrica a instalar no Minho - a Cemil, ligada ao grupo Champalimaud, que não chegou a concretizar-se, por caducidade e não renovação da licença;
- em 1973, a CPC deu apoio à CEASA – Celulose das Astúrias, SA, em Navia;
- em 1973, planeou a CELANGOL – Celuloses de Angola, que não se chegou a concretizar por efeitos da descolonização (e está na origem da Soporcel).

A Companhia Portuguesa de Celulose, SARL, depois Centro Fabril da Portucel, EP, tornou-se uma empresa mítica a vários níveis no sector da celulose em Portugal, pelo papel histórico que desempenhou no arranque decisivo do sector. Nos 60/70 era um alvo de atenções contraditórias. Do ponto de vista técnico, a fábrica de Cacia era a "universidade" ou a "catedral" da Celulose, pela capacidade tecnológica demonstrada, que conseguiu ir mais além do nível de adaptação da tecnologia estrangeira para descobrir e expandir um produto original, de elevadíssima qualidade e com um importante potencial de mercado - a pasta branca de eucalipto. Tornou-se, assim, a fonte onde outras empresas vieram buscar inspiração de produto e sustentação técnica, não se eximindo a CPC a colaborar nas principais iniciativas portuguesas e espanholas, alargando essa acção ao Brasil. Foi ainda a escola de inúmeros técnicos de celulose que depois evoluíram profissionalmente noutras unidades, que nela aprenderam vários saberes, dada a diversidade do complexo fabril.

No reverso da medalha, porém, pesava o efeito poluidor da fábrica, a criar antipatias no meio local, que a expressão "cheira a Cacia" denunciava. Através da imprensa pode acompanhar-se muito do que foi esse jogo de antipatia mútua, entre alguns interesses locais e a empresa, em que a empresa chegou a ser responsabilizada por tudo o que era poluição na bacia do Vouga, tornando-se uma espécie de "bode expiatório", sabendo-se, no entanto, de antemão, que ela se situava a jusante de outras importantes fontes poluidoras, que eram estrategicamente esquecidas. Reconheça-se, no entanto, tal como o fez o eng^o Carlos Valente (*O Nosso Jornal*, 25.01.1979):

“A nossa fábrica não foi dotada, durante mais de vinte anos, com qualquer dispositivo controlador da poluição. O seu projecto inicial e fases de ampliação nada contemplaram nesse capítulo. As instalações e processos foram todos concebidos em esquemas totalmente abertos. Daqui que tenham sido muito difíceis as relações da Fábrica com a Comunidade”.

Nem poderia ser de outro modo, quando uma grande fábrica química deste tipo se situa ao lado de uma povoação, no meio de uma zona de campos férteis para arrozais e utiliza água de um rio que exercia uma função determinante no regadio local.

Entretanto, a CPC participava, quase desde o seu início, na Comissão de Poluição da Bacia do Vouga, que integrava técnicos ligados à J.A.P.A e representantes de vários organismos locais, aceitando estabelecer, em 1965, uma estação piloto de decantação do efluente, mais tarde desactivada. Desde 1972 que aceitou pagar indemnizações aos agricultores locais considerados lesados pelos fumos e/ou pelos esgotos. Mas depois de medidas avulsas tomadas ao longo do tempo, só em 1974, quando se abriram as possibilidades de discussão pública neste domínio e emergiram "comissões de defesa", a questão começou a ser encarada de frente. Por um lado, a empresa precisava de circunscrever o seu impacto negativo, para afastar responsabilidades que lhe eram atribuídas e que não reconhecia, como era o caso da destruição de arrozais, em que as peritagens apontavam para os efeitos da salinização das águas, provocadas pela diminuição de caudal do Vouga nas estiagens, por consumos e assoreamento, pela aumento da amplitude das marés, combatidas apenas através das barragens sazonais construídas pela fábrica na primavera e destruídas no inverno para deixar correr o caudal então aumentado. Se a problemática das marés e da sua contenção era uma questão que extravasava as responsabilidades e poderes da Fábrica para ganhar dimensão pública, importava, porém, tomar medidas, com o máximo de eficácia possível, para evitar a quota de poluição que a produção de celulose ocasionava. Tratava-se de proceder à instalação de mecanismos necessários ao tratamento de efluentes e de filtros para conter fumos e vapores, diminuindo resíduos e cheiros, e de reforçar a segurança geral do equipamento para evitar descargas accidentais.

Mas só em 1978 se começou a implementar um programa, em várias fases, para redução e controlo da poluição, reconhecendo-se que "é sempre mais eficaz e rentável a prevenção da poluição do que o seu tratamento posterior" (Matos; Nordeste: 1990).

8 . A APOSTA DEFINITIVA DA CPC E DA SUA ASSOCIADA SOCEL NA EXPORTAÇÃO. A COMISSÃO DE REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PAPEL (02.08.1947), A LEGALIZAÇÃO DAS UNIDADES CASEIRAS (1956) E O FRACASSO DA REORGANIZAÇÃO DO SECTOR.

A pasta branqueada de eucalipto tornou-se, com o tempo, responsável pela crescente internacionalização da CPC e da sua associada - a Socel, cuja evolução conjunta de vendas, realizadas pela primeira, nos dá claramente a percepção do calendário desta internacionalização. Assim, depois de uma importância determinante do mercado externo no arranque da CPC (por exemplo, em 1955, o mercado externo absorveu 111840 contos, enquanto o interno se limitou a 48110 c.), absorvendo, em grande parte, as primeiras pastas produzidas, depois a diversificação produtiva introduzida (papel de jornal, embalagens) centrava-se na preocupação de satisfazer o mercado interno, muito na expectativa da reorganização da indústria papeleira. Como esta não aconteceu, e dadas as potencialidades reveladas da pasta branqueada do *eucalyptus globulus*, de elevadíssima qualidade, destinadas a papéis de topo de gama, a CPC conquistou rapidamente espaço no mercado externo. Assim, a ampliação fabril que ocorre por 1968 e aumenta a capacidade de produção de pasta para 150 mil toneladas/ano aposta nesta via exportadora, com o mercado externo a superar largamente as vendas no mercado interno (Quadro III).

QUADRO III – CPC:
Evolução das vendas
nos mercados interno
e externo (produção
CPC + Socel +
importações)

Ano	Mercado interno -1	Mercado externo - 2	1/2 (%)
1964	303600	202700	149
1965	390150	276150	141
1966	411400	391050	105
1967	349648	340867	103
1968	322427	391778	82
1969	367341	538532	68
1970	365671	653621	56

Esta actividade exportadora veio ajudar a dinamizar o porto de Aveiro, até aí muito debilitado. Se as exportações por este porto só se iniciaram em 1964, a título experimental, mas em que as cerca de 12 mil toneladas de pasta já representaram 32% das mercadorias exportadas pelo porto, em 1972 o movimento da CPC, bastante ampliado, representava 77% das mercadorias saídas e 45% do total movimentado. Reconhece-se à CPC um papel decisivo na dinamização portuária, que levou à criação de condições capazes de atraírem outras empresas exportadoras (Barrosa, 1978).

Em 1970, depois do resultado das suas ampliações e ajustamentos produtivos, a Companhia Portuguesa de Celulose fazia um terço das receitas das 57 sociedades ligadas à produção de pasta para papel e de papel. Por essa altura foi decidido promover nova ampliação, de 150 para 205 milhares de toneladas/ano, além de outros ajustamentos técnicos. Esta ampliação planeada para concluir-se pelos últimos meses de 1975, veio a atrasar-se pelas alterações políticas e económicas entretanto vividas no País, só se concretizando em 1979.

Como vimos, esta aposta da CPC/Socel na exportação, teve muito a ver com o fracasso da reorganização industrial na indústria do papel. Como decorreu esse processo?

O processo da reorganização da indústria de papel tornou-se um folhetim igual ao de outros sectores industriais. Sucessivas nomeações (em 1947, 1949, 1961, em 1963, 1966) de delegados, para a comissão, quase ao fim de vinte anos, reconhecer que nem sequer estavam estabelecidas as bases para a reorganização das cerca de 120 fábricas de papel em actividade na altura! Para agravar esta situação, tinha-se verificado, em 1956, a legalização de um vasto conjunto de unidades caseiras, que transitaram para o regime de condicionamento, apesar de não terem cilindros secadores, e produzirem ainda papel seco ao ar, o que era ilegal, por imposição do Supremo Tribunal Administrativo, para o qual tinham recorrido. Eram algumas dezenas de unidades, principalmente "de Aveiro e Porto, de papel e cartão, que utilizavam como matéria-prima principal trapo e papel velho, muitas delas em circunstâncias insalubres". Esta situação gerou fortes críticas nos meios políticos e industriais, constando-se ser fruto de pressões de um importante homem do regime, o conselheiro José Albino dos Reis, da zona da Feira, região onde abundavam as indústrias caseiras. O parecer subsidiário da Câmara Corporativa ao II Plano de Fomento, apontando as deficiências do sector, criticou fortemente esta "infeliz medida que permitiu a passagem da indústria caseira de fabrico de papel ao regime industrial" (*Indústria Portuguesa*, 369, Nov./1958:451).

O problema era que a legalização das unidades caseiras, ao multiplicar as "fábricas", vinha multiplicar as indemnizações esperadas que deveriam resultar da concentração. Deste modo se ajudou a inviabilizar a reestruturação.

Mas como funcionava a fixação dos preços até ao futuro estabelecimento da reorganização, estando prevista a liberalização a partir dessa altura, decidia-se agora essa liberalização, estabelecia-se a aplicação das "normas" oficiais para a produção dos diversos tipos de papéis e fixavam-se quantidades mínimas a vender pelas fábricas em cada encomenda, na ordem das toneladas. Na falta de auto-reorganização da indústria, estabeleciam-se as condições de funcionamento do mercado para que ela ocorresse: as unidades de feição artesanal ficaram condenadas. Os problemas da integração só recentemente têm sido retomados.

9. O SURTO DE PEDIDOS DE LICENÇA PARA CELULOSES NA DÉCADA DE 60. O DESPACHO ORIENTADOR DE 11.7.1966 (SEC. ESTADO DA INDÚSTRIA), AS NOVAS FÁBRICAS DE CELULOSE E MODALIDADES DE IMPLANTAÇÃO. OS PROBLEMAS NO PÓS-1974 E A NACIONALIZAÇÃO DO SECTOR.

Os anos de 1963/65 pareciam revelar o sucesso da indústria de celulose, já com a CPC, a Socel e a Caima. Neste curto período de 3 anos sucedem-se, para além das ampliações, 12 pedidos de instalação, num outro tipo de folhetim. As empresas já instaladas ou com licenças já concedidas protestam contra esses pedidos, recuperando a legislação do condicionamento industrial para efeitos de licenciamento e instalação. Por sua vez, os pedidos procuravam sobretudo explorar a dimensão geográfica da malha do condicionamento, solicitando licenças para instalações a localizar em distritos que ainda não tinham este tipo de indústrias. O tráfico de influências e o protagonismo de personalidades políticas no regime para efeitos de concessão das licenças foi uma situação reconhecida na altura e publicamente comentada. Basta folhear o Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais para nos apercebermos deste jogo de pedidos de licenças de instalação e de reclamações, em que cada pedido suscita só por si uma chuva de "oposições" dos eventuais prejudicados.

As principais preocupações tinham a ver com o abastecimento de madeiras, face à lentidão dos processos de florestação e desconhecimento das reais potencialidades. Mas também se defendia a alternativa da ampliação da dimensão das fábricas já existentes (especialistas da FAO vindos a Portugal para estudar a situação florestal, achavam como dimensão satisfatória para uma fábrica de pastas a produção de 500 mil toneladas/ano), em vez da eventualidade de se multiplicarem as concessões com múltiplas e minúsculas unidades. Era o velho dilema entre a defesa da concentração e das vantagens que se poderia tirar quanto a economias de escala e de qualidade do produto, contra a tendência muito portuguesa para multiplicar as unidades quando se pressentia que havia lucro num dado sector. Para além dos naturais interesses empresariais, as características das fábricas de celulose, que exigem avultados e contínuos investimentos e controlos muito apertados nas condições de funcionamento por razões ecológicas, não se ajustam na realidade à disseminação fabril.

Com novas fábricas já licenciadas (Celbi - Leirosa, 1967; Celtejo - Vila Velha do Rodão, 1971, a Celnorte - Viana, 1973; Cemil- algures no Cávado, de que caducou a licença), e em face da febre de pedidos e dos protestos suscitados, o Secretário de Estado da Indústria (M. R. Amaro da Costa) emitiu um despacho orientador sobre a indústria de celulose (11.7.1966) em que estabelece novas directivas quanto a localizações para novas fábricas, partindo de um raciocínio sobre as regiões arborizadas/desarborizadas e das perspectivas de incremento florestal para definir zonas de influência. As fábricas seriam construídas por fases, a equacionar com o ritmo de repovoamento florestal, para o qual as novas empresas deveriam contribuir.

Estabelecia então as seguintes localizações possíveis, em que parecia evidente a expectativa de efeito dissuasor, dadas as reconhecidas faltas de condições para efeitos de instalação industrial viável desses lugares: 1) zona ocidental da serra alentejana-algarvia, com fábrica no concelho de Odemira, que dependeria das florestações das serras de Monchique e Espinhaço de Cão e nas bacias hidrográficas adjacentes; 2) zona oriental da serra alentejana-algarvia, a explorar algures na bacia do Guadiana; 3) zona superior da bacia hidrográfica do Douro, a situar entre o Pinhão e o Pocinho. Prescreviam-se cuidados nos efeitos poluentes a definir conforme as zonas e na utilização das águas. E havia ainda um conjunto de condições preliminares a obedecer, entre as quais:

- Oferecer à subscrição dos proprietários da região um mínimo de 20% do capital, em acções nominativas, só transaccionáveis após 10 anos sobre o início de laboração da fábrica;
- Constituir uma sociedade com o capital inicial mínimo de 50 mil contos no prazo de seis meses após a concessão de licença e demonstrar que estava assegurada a realização do capital;
- Demonstrar no prazo de um ano a possibilidade de meios financeiros exigidos pelo empreendimento, não só na parte fabril como florestal;
- Apresentar o programa detalhado de acção, quantificação e calendarização, sendo de imediato arquivadas as que o não fizessem dentro de seis meses;
- A apreciação dos pedidos seria inteiramente livre, podendo ser indeferidas todas as pretensões.

Podendo ser encarado de ângulos diversos, a verdade é que este despacho regulador tinha o claro propósito de não licenciar mais fábricas de celulose, deixando apenas instalar as que já tinham concessão, ao mesmo tempo que reconhecia a tendência para o "grande dimensionamento das unidades fabris" instaladas ou a instalar.

O resultado foi o esperado: acabaram ou caducaram os pedidos de concessão, levantando-se apenas uma polémica face ao projecto CEMIL, a instalar no Minho, por detrás do qual estava António Champalimaud, com o governo a não renovar a licença por falta de cumprimento de prazos. Esta polémica acentuou-se, na medida em que o grupo Champalimaud adquiriu, entretanto, o controlo sobre as papeleiras Companhia de Papel do Prado e Abelheira, com intuítos de verticalização do grupo industrial neste sector e pretendia alterar a configuração do pedido anterior. Neste contexto, as duas papeleiras suspenderam a laboração e do grupo económico surgiam pressões para a renovação da licença da CEMIL, considerando a instalação desta unidade como condição prévia para a reabertura daquelas. A explicação era óbvia: o fornecimento de pasta própria seria a garantia para o funcionamento das papeleiras do grupo. Sem sucesso! (Martins, 1993:40).

Assim, a única fábrica de celulose posterior ao "despacho orientador" foi a da SOPORCEL, que obedeceu a um processo singular. Na verdade, a sua origem remonta à Celangol - Celulose de Angola, SARL, empresa criada por escritura de 27.02.1973, com fábrica a instalar no Lobito. Os acontecimentos políticos de 1974 e a consequente independência das colónias interpuseram-se neste projecto, para o qual já havia compromissos de tesouraria elevados em equipamento no mercado europeu, da responsabilidade da Sociedade Financeira Portuguesa, algum do qual ficou entretanto depositado em portos europeus a pagar taxas de armazenagem. Que fazer com este equipamento? O Governo acabou por autorizar a sua instalação, com capacidade para 250 mil toneladas/ano (Res. 200/78, de 23.11), vindo a consti-

tuir-se nova sociedade sob a firma SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Celulose, SARL, instalando-se em Lavos, Figueira da Foz, e, dados as novas circunstâncias da instalação, veio a constituir a primeira fábrica integrada - produção de pasta e papel - no designado sector branco de celulose.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos finais de 1973 as indústrias de pasta para papel e de papel constituíam dois sectores diferenciados. O sector da pasta de papel, relativamente jovem, era constituído por sete grandes empresas, enquanto o do papel, com várias empresas a remontarem ao século XIX, se dispersava por cerca de 50 unidades, muitas delas bastante pequenas. As fábricas de pasta, entretanto rentáveis e com hipóteses de crescimento, eram objecto das estratégias de alguns dos grandes grupos económico-financeiros (BESCL, CUF, BPA, BNU, BPSM, BFB) que dominavam a economia portuguesa. Estes grandes grupos financeiros deteriam na altura 76% do capital destas indústrias (Martins, 1973:96).

As celulosas constituíram, assim, um quadro típico do estádio oligopolista dos últimos anos do Estado Novo, bem exemplificado nos processos de negociação de bastidores e de partilha de interesses entre os vários grupos económicos, que o despacho orientador de 1966 parece encarnar, com o argumento legitimador, embora realista, de que a celulose exigia concentração empresarial.

As indústrias de celulose, juntamente com outras empresas químicas da altura, deram a Portugal a feição industrialista de que se acusava a ausência, corporizando a produção em grandes séries, com uma importante incorporação científica, mobilizando elevados montantes de capital fixo e circulante, concentrando grandes volumes de trabalhadores. Na política da época, para além da sua implicação directa no processo de crescimento económico nacional, elas foram ainda apresentadas como exemplos de uma política de distribuição geográfica do desenvolvimento, como uma contribuição planeada para a correcção de assimetrias com a criação de trabalho em áreas antes esquecidas sob o ponto de vista industrial, tal como os planos de "fomento" preconizavam.

Entretanto chegaram as alterações decorrentes do 25 de Abril de 1974, com evoluções que determinaram a nacionalização dos principais grupos económico-financeiros, arrastando para essa situação importantes empresas, consideradas estratégicas em vários sectores de actividade. No campo da celulose foram nacionalizadas as participações accionistas portuguesas e as empresas que tinham capital inteiramente português foram posteriormente agregadas numa empresa pública - a Portucel, EP. - ou seja, ficaram apenas excluídas a Celbi e a Caíma, criando-se já posteriormente a Soporcel.

Num breve relance, para que possa conceber-se o que foi a evolução do sector das pastas brancas de papel, nomeadamente após o 25 de Abril de 1974, devem anotar-se os dados estatísticos de 1999 referentes às actuais 7 unidades fabris (6 empresas):

Produção total de pasta papeleira	1703000 Toneladas
Produção integrada (pasta>papel)	543000 Toneladas
Produção de pasta para mercado	1160000 Toneladas
Venda de pasta no mercado nacional	181000 Toneladas
Venda de pasta no mercado externo	1087000 Toneladas

11 . FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Observação e entrevistas

Esta lição resulta de uma exploração mais alargada temporalmente sobre a pasta de papel em Portugal, desenvolvida em torno do grupo Portucel, pelo que contou com entrevistas e depoimentos de responsáveis das várias fábricas do grupo, de visitas às principais unidades e da exploração de textos internos e de colecções de fotografias.

2. Publicações periódicas:

Assembleia Nacional – *Diário das Sessões*

Boletim da DGI

Boletim da DGSI

Câmara Corporativa – *Diário das Sessões*

CPC – O Nosso Boletim

Diário do Governo

Folha de Papel – Boletim Informativo da Portucel Viana

Grémio dos Industriais de Fabricação de Papel – *Relatório e Contas* (Vários Anos)

Indústria do Norte

Indústria Portuguesa

O Nosso Jornal – Cacia

Portucel – Info

Portucel Image

Relatórios e contas das várias empresas de celulose

3. Bibliografia específica

Abreviaturas

dir. – dirigido por

ed. – editado por

introd. – introdução por

p. – página (s)

vol. – volume (s)

Siglas

AA.VV. – Autores vários

AIP – Associação Industrial do Porto

CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro

Porto
CEE/ACP – Centro de Estudos Económico-financeiros – Associação Comercial do

CPF – Centro de Produção Fabril

GNIFP – Grémio Nacional dos Industriais de Fabricação de Papel

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPED – Instituto Português do Ensino à Distância

IPF – Instituto Português das Florestas

LNETI – Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

- AA.VV., 1987 – *30 Anos de Eucalipto*, Lisboa, Portucel.
- AA.VV., 1978 – *25 Anos. Celulose Cacia*, Portucel – CPF Cacia.
- ALMEIDA, João Carreira; VIDEIRA, Jorge Galvão, 1979 – *A Indústria de pasta para papel – Evolução recente e perspectiva*, Lisboa, Banco de Fomento Nacional.
- ALVES, Jorge Fernandes, 2000 – *Alguns vectores históricos da indústria papelreira em Portugal* in "XVII Encontro Nacional Tecnicepa. Comunicações", Viana do Castelo, Tecnicepa, p. 15-35.
- ALVES, Jorge Fernandes, s.d. – *Indústria da pasta e do papel. O grupo Portucel*, Lisboa, Inapa (em publicação).
- Associação Industrial Portuense, 1908 – *Recopilação de todos os documentos relativos à revisão pautal desde 1903 a 1907*, Porto, AIP.
- BAIROCH, Paul, 1997 – *Victoires et déboires*, Paris, Gallimard, 3 volumes.
- BALBI, Adrien, 1822 – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, Rey et Gravier.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão, 1995 – *Pergaminho e papel em Portugal*, Lisboa, CELPA.
- BAPTISTA, Mário Nunes, 1989 – *A indústria de celulose e o seu interesse estratégico*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25 de Janeiro e 25 de Fevereiro, 1989.
- BARBOSA, Daniel Barbosa, 1952 – *Realidades económicas*, Porto, CEEF/ACP.
- BARROSA, João Oliveira, 1978 – *A relação fábrica de celulose de Cacia/ porto de Aveiro* in "25 Anos. Celulose Cacia", Portucel-CPF Cacia, p. 84-85.
- BATISTA, Dina; e outros, 1997 – *New estimates for Portugal's GDP, 1910-1958*, Lisboa, Banco de Portugal.
- BERMEJO, Maria Teresa Marcos, 1985 – *La industria artesanal del papel en Cuenca*, Cuenca, Diputacion Provincial.
- BIASI, Pierre-Marc, 1999 – *Le papier. Une aventure au quotidien*, Paris, Gallimard.
- BRAGA, Alberto Vieira, 1953 – *Curiosidades de Guimarães*. "Revista de Guimarães", Vol. LXIII, p. 429-460.
- BRITO, José Maria Brandão, 1989 – *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965) – o condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BURMESTER, Rui, 1975 – *A história da máquina de papel de mesa plana*. "O Nosso Jornal – Cacia", nº1, 25 de Janeiro 1975.
- CABRAL, Estêvão, 1991 – *Memória sobre o papel* in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815", 1ª edição de 1815, tomo IV, Lisboa, Banco de Portugal.
- CABRAL, M. Vilaverde, 1979 – *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- CABRAL, Sara, 1980 – *A indústria portuguesa de celulose e papel e a adesão ao Mercado Comum*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros/ Congresso 80.
- CAETANO, Lucília de Jesus, 1986 – *A indústria no distrito de Aveiro: análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN nº1) entre Malaposta e Albergaria- a-Nova*, Coimbra, CCRC.
- CARDWELL, Donald, 1996 – *Historia de la Tecnología*, Madrid, Alianza Universidad.
- CARREIRA, Gonzalo Gayoso, 1994 – *Historia del papel en España*, Lugo, Diputacion Provincial.
- CARVALHO, A. L., 1941 – *Os Mesteres de Guimarães*, Guimarães, Vol. V.
- CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, 1953 – *A celulose indústria base*, Lisboa, Técnica (IST).
- Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palácio de Chrystal Portuense*, 1900, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- CELPA, 1997 – *Boletim Estatístico da Indústria Papelreira Portuguesa*, Lisboa, Celpa.
- CELPA, 1997 – *Perfil Económico e Social da Indústria Papelreira Portuguesa*, Lisboa, Celpa.
- COSTA, Avelino Marques Poole, 1945 – *A indústria do papel em Portugal*. "Boletim da DGI", 2ª série, 1945-46.
- COSTA, Manuel Firmino, 1981 – *Celulose e papel*, Lisboa, IPF.
- DIAS JÚNIOR, José N. Ferreira, 1998 – *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos*, Lisboa, Banco de Portugal, 3 volumes.
- DIAS JÚNIOR, José N. Ferreira, 1945 – *Linha de rumo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho, 1955 – *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra: Separata.
- ESCOURRU, R., 1958 – *La Fabrication du papier*, Paris, A. Colin.
- FIGUEIREDO, Álvaro, trad., 1963 – *Curso de Técnica Papelreira*, Lisboa, Grémio NIFP.
- GOES, E.; e outros, 1967 – *Cultura do eucalipto como espécie industrial*, Lisboa.
- GOES, Ernesto, 1976 – *Arboreto de eucaliptos na Quinta de S. Francisco, em Eixo. Floresta Portuguesa. Sua importância e descrição das espécies de maior interesse*, Cacia, Centro Fabril.
- GOES, Ernesto, 1976 – *Polémica celulósica – Eucalipto no banco dos réus*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.02.1976.
- GOES, Ernesto, 1978 – *Notas sobre o Centro de Produção Florestal*, Cacia, Centro Fabril.
- GOES, Ernesto, 1984 – *Árvores monumentais em Portugal*, Lisboa, Portucel.
- GOES, Ernesto, 1991 – *A Floresta Portuguesa. Sua importância e descrição das espécies de maior interesse*, Lisboa, Portucel.
- GOES, Ernesto, s.d. – *Os eucaliptos gigantes de Portugal*, Lisboa, Portucel.

- Grémio Nacional dos Industriais de Fabricação do Papel, 1974 – *Indústria Papeleira – esboço de análise sectorial, 1960-1971*, Lisboa, GNIFP.
- GUERRA, Rui Moreira de Sá e, 1989 – *A prioridade do fabrico de papel com pasta de madeira na Quinta de Sá*. "Revista de Guimarães", Vol. CXCIX, p. 174-199.
- JUSTINO, David, 1988 – *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, Lisboa, Veja, 2 volumes.
- LA LANDE, Mr. J., 1984 – *Arte de hacer el papel según se practica en Francia y Holanda, en la China y en el Japón*, 1ª edição de 1761, Madrid, Clan.
- LAINS, Pedro, 1995 – *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LÉON, Pierre, dir., 1981 – *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, Sá da Costa.
- LOPES, José da Silva, 1962 – *A integração económica europeia: implicações sociais em Portugal*. "Análise Social", nºs 7/8.
- LOPES, José da Silva, 1998 – *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva.
- LOUREIRO, João Adolfo, 1991 – *Economia e Sociedade. A indústria no Após Guerra. Anos 50 e 60*, Lisboa, Edições Cosmos.
- MACEDO, Jorge Borges, 1982 – *Problemas de história da indústria portuguesa*, Lisboa, Quercus.
- MARQUES, Alfredo, 1988 – *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MARRECA, Oliveira, 1983 – *Interesses industriais* in "Obra Económica", dir. Cecília Barreira, Lisboa, IPED, Vol. II.
- MARTINS, Maria Belmira, 1973 – *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa.
- MATA, Manuel Gil, 1990 – *Produção e utilização de Fibras papeleiras portuguesas*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25 de Maio 1990 (transcrito de "Ingenium").
- MATEUS, Abel, 1998 – *Economia Portuguesa. Crescimento no contexto internacional (1910-1998)*, Lisboa, Verbo.
- MATOS, Ana Maria Cardoso, 1998 – *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista*, Lisboa, Ed. Estampa.
- MATOS, Fátima; NORDESTE, Namorado, 1990 – *Qualidade do ar nas vizinhanças do Centro fabril de Cacia*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.07.1990.
- MATTA, L. Sá B. E., 1988 – *Guia Prático para identificação de eucaliptos*, Cacia, Portucel.
- MENDES, José Maria Amado, 1984 – *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, CCRC.
- MENDES, José Maria Amado, 1985 – *A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo*. "Prelo", 7, Abril-Junho 1985, p. 23-32.
- MENDES, José Maria Amado, 1988 – *História económica e social: vertentes local e industrial*. "Munda", Coimbra, 15, p. 43-50.
- MENDES, José Maria Amado, 1989 – *Património das empresas: património cultural*. "Munda", Coimbra, 18, p. 57-63.
- MENDES, José Maria Amado, 1992 – *A história na empresa e a empresa na história* in "Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo".
- MENDES, José Maria Amado, 1994 – *Portugal agrícola o industrial?: contornos de uma polémica y sus repercusiones en el desarrollo* (Separata de "Studia Historica – Historia Contemporanea", 12).
- MENDES, José Maria Amado, 1997 – *Cultura empresarial: um novo instrumento ao alcance do gestor*. "Anais Universitários", série de Ciências Sociais e Humanas, 8, p. 249-265.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1883 – *Inquérito Industrial, 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891 – *Inquérito Industrial, 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1990 – *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MOURA, Francisco Pereira de, 1964 – *Estrutura da Economia Portuguesa* in "Colóquio Luso-Espanhol", Lisboa.
- MOURA, Francisco Pereira de, 1974 – *Por onde vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Seara Nova.
- NEVES, José Acúrsio das, s.d. – *Obras Completas*, introd. de A. Almodovar e A. Castro, Porto, Ed. Afrontamento.
- NOUSCHI, Marc; BENICHI, Régis, 1990 – *La Croissance au XIXème et XXème Siècle – Histoire Economique Contemporaine*, Paris, Ellipses.
- OLIVEIRA, Aurélio, 1993 – *Indústrias em Braga, IV – As fábricas de papel do rio Este*. Braga (Separata de "Bracara Augusta").
- OLIVEIRA, J.M. Soares; QUEIROZ, M. G.; VALENTE, C. A., 1987 – *Réduction des coûts de fabrication des papiers par l'utilisation de pâte blanche d'eucalyptus* in "30 Anos de Eucalipto", Lisboa, Portucel, p. 11-22.
- ONS – PORTUCEL, 1993 – *Normalização de pastas, papéis e seus derivados*, Lisboa.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1979 – *Política e economia: Portugal nos sécs XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1983 – *Livre câmbio e desenvolvimento económico*, Lisboa, Sá da Costa.
- PEREIRA-CALDAS, J. J., 1867 – *Vindicação da prioridade do fabrico de papel com massa de madeira*, Braga, Tip. A. B. da Silva.
- PINTADO, Miguel Rodrigues; MENDONÇA, Álvaro, 1993 – *Os novos grupos económicos*, Lisboa, Texto Editora.

- PINTO, A. Arala, 1948 – *Eucaliptos, carvões e polpa para o fabrico de papel*. "Indústria Portuguesa", Janeiro de 1948, p. 11-14.
- PINTO, Américo Cortez, 1948 – *Da famosa arte da imprimissão*, Lisboa, Ulisseia.
- POCH, Miquel Gutiérrez, 1994 – *Tradição y cambio tecnológico: la industria papelera española, 1750-1936* in "La cara oculta de la industrialización española", ed. Jordi Nadal ; Jordi Catalán, Madrid, Alianza Editorial, p. 341-368.
- POCH, Miquel Gutiérrez, 1996 – *Control del mercado y concentración empresarial: La Papelera Española, 1902-1935*. "História Industrial", Barcelona, nº 10, p. 183-200.
- PORTUCEL. Centro Fabril de Cacia, 1982 – *Alguns dados históricos e estatísticos. Produções 1953-1982*, Cacia, C.F.
- PORTUCEL. Centro Fabril de Viana, 1991 – *Monografia das instalações fabris*, Viana, CFV.
- PORTUCEL. Centro Fabril de Setúbal, 1987 – *Monografia das instalações Fabris*, Setúbal, CFS.
- REBELO, Manuel, 1998 – *Portucel Florestal – A produção e os desafios do futuro* in "Lavoura Portuguesa (1998-1999)", p. 46-47.
- REIS, Humberto de Sousa, 1942 – *Luta contra o desperdício – Relatório da missão ao estrangeiro realizada em 1940*. "Boletim da Direcção Geral da Indústria", 2ª série, Abril 1942.
- REIS, Jaime, 1993 – *O atraso económico português em perspectiva histórica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, Isabel; SANTOS, Luísa, 1990 – *A indústria do papel na perspectiva da arqueologia industrial* in "I Encontro Nacional sobre o Património Industrial", Coimbra, Coimbra Editora, Vol. II.
- RIBEIRO, Rui C. Ferreira, 1980 – *Fabrico de papel de Jornal em Portugal*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros/ Congresso 80.
- RIGAUD, Germaine, s.d. – *Le Papier*, Paris, Éditions Prisma.
- RODRIGUES, João Lança; HEITOR, José Carlos de M., 1980 – *As indústrias portuguesas de papel e artes gráficas face à integração europeia*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros/ Congresso 80.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, 1993 – *Arquivos de empresas: património ignorado*. "Estudos Aveirenses", nº 1, p. 151-163.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Maria Amado, 1999 – *História da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Edições Europa-América.
- ROLO, Luís Bernardo; FÉLIX, R.S., 1976 – *Pioneirismo português en las industrias de pastas celulósicas y de papeles*. "Investigacion y Técnica del Papel", 13 (48): 445-56. In AA.VV. (1987), *30 Anos de Eucalipto*. Lisboa, Portucel, p. 23-29.
- ROLO, Luís Bernardo; FÉLIX, R. Sousa, 1976 – *Indústrias de pastas celulósicas e de papéis*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.10 (Transcrito de "Investigacion e técnica del papel", nº 48, Abril /76).
- ROLO, Luís Bernardo, 1982 – *Soporcel – Nova indústria produtora de celulose*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.8.1982.
- ROSAS, Fernando, 1994 – *O Estado Novo in "História de Portugal"*, Lisboa, Círculo de Leitores, 7º volume
- ROSAS, Fernando, 1995 – *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Lisboa, Ed. Estampa.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão, dir., 1996 – *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora.
- SALCEDO, Romualdo, 1984 – *Polição atmosférica na indústria de pasta de papel*, Lisboa, SEOFA.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos, 1997 – *A Indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII-XIX)*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal.
- SARMENTO, Fernando Oliveira, 1942 – *Relatório a algumas fábricas de papel, realizado em 1938*. "Boletim da Direcção Geral da Indústria", 2ª série, Abril 1942.
- SEABRA, Luís de, 1976 – *Floresta – uma fábrica silenciosa e ignorada de celulose*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.6.1976.
- SEABRA, Luís de, 1980 – *Da necessidade da investigação técnica laboratorial como apoio às indústrias da celulose e do papel*, Lisboa, LNETI.
- SEQUEIRA, Gustavo de, 1935 – *A Abelheira e o fabrico de papel em Portugal*, Lisboa.
- SERRES, Michel, dir., 1996 – *Elementos para uma História das Ciências*, Lisboa, Terramar, 3 volumes.
- SILVEIRA, Henrique Fradesso da, 1863 – *As Fábricas de Papel*, Lisboa, APIF.
- SMITH, David C., 1970 – *History of Papermaking in the United States (1691-1969)*, Nova York, Lockwood Publishing.
- SOARES, João, 1993 – *Balanço da florestação em Portugal nas últimas cinco décadas*. "Sociedade e Território", 19, Nov./1993, p. 29-32.
- SOUSA, António P. Mendes; RODRIGUES, Manuel Ferreira, 1990 – *A Fábrica Real de Papel de Vizela – utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel* in "I Encontro Nacional sobre o Património Industrial", Coimbra, Coimbra Editora, Vol. II, p. 681-706.
- SOUSA, Fernando de, 1995 – *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, INE.
- VALENTE, Carlos, 1978 – *Cacia 1955/1969 – O papel de jornal* in "25 Anos. Celulose Cacia", Portucel-CPF Cacia, p. 59-65.
- VALENTE, Carlos, 1978 – *Para a história da Celulose – Cacia*. "25 Anos. Celulose Cacia", Portucel-CPF Cacia, p. 7-11.
- VALENTE, Carlos, 1979 – *Reflexões*. "O Nosso Jornal – Cacia", 25.1.1979.
- VARETA, Nicole Devy, 1993 – *A Questão da Florestação em Portugal: um processo de longa duração*. "Sociedade e Território", nº 19, Nov. 1993, p. 49-70.
- VITERBO, SOUSA, 1903 – *O papel*. "O Instituto", 1903, n.º 9 e 10, p. 554-563 e 631-633.

Moisés Orfali*

O Desterro de Portugal na Historiografia de Imanuel Aboab

R E S U M O

O portuense Imanuel Aboab (1555-1628), é bem o protótipo do sefardita de vida errante pelas principais cidades europeias da diáspora, vindo a falecer em Jerusalém. Os principais objectivos da sua "Normologia" são defender a autoridade da tradição judaica e da lei oral, complementares mas em que a lei escrita depende da oral, dado que a lei oral tem uma base dinâmica, enquanto o fundamento da lei escrita é estático. Simultaneamente pretende aproximar os judeus convertidos do judaísmo declarado e combater as tendências heterodoxas que entre eles se manifestam. Através da sua historiografia perpassam muitas das vicissitudes ligadas ao desterro de Portugal, destacando-se um sentido historiográfico de continuidade permanente baseada na tradição judaica, que liga os sábios judeus medievais aos contemporâneos de Aboab.

1. O AUTOR E A OBRA

a) Dados biográficos

Immanuel Aboab (Porto 1555-Jerusalém 1628) era descendente de uma conhecida família judia da Espanha cristã, ¹ à qual pertenceram Rabi Isaac Aboab, autor de *Almenara de la Luz*, bisavô de Rabi Imanuel, e o segundo Rabi Isaac “o último gaon de Castela” (falecido em 1493) que, na época da expulsão geral de Espanha, manteve negociações com o governo português para o acolhimento dos judeus expulsos daquele país. Em Portugal, os membros da família foram obrigados a adoptar o cristianismo durante a conversão multitudinária de 1497; entre eles encontrava-se o avô de Rabi Imanuel, Abraão Aboab de Toledo, conhecido pelo nome de Duarte Dias. Imanuel Aboab deve ter ficado órfão muito jovem, já que quase não alude aos pais, mas sim ao avô, em cuja casa da cidade do Porto foi criado.

De acordo com o poeta Daniel Leví de Barrios, o jovem Imanuel terá deixado Portugal rumo a Itália para regressar abertamente ao judaísmo no ano de 1585, a mesma época em que os membros da família Franco (Melchor Mendes Franco, Abraão Franco, a sua mulher Sara e os dois filhos Francisco e Cristovão) emigraram do Porto em direcção a Amesterdão. Durante muitos anos deambulou por várias cidades italianas chegando mesmo a Corfu,

* Universidade de Bar-Ilan.

¹ Sobre a importância e as ramificações desta família ver LOEWENSTEIN, 1905; RÉVAH, 1961: 276-312; BENAYAHU, 1988: 51-62 (em hebraico); YOSHA, 1992: 141 (em hebraico).

acabando por se radicar em casa de parentes em Veneza. Nesta cidade, propuseram-lhe o cargo de “haham”² na “Scola Spagnola”, por vezes também chamada “Scola Ponentina”, que ocupou até sair de Veneza para imigrar para a Terra de Israel³.

Um relato das suas actividades mostra que no ano de 1597 manteve, em Pisa, uma controvérsia religiosa com um erudito inglês. Sabemos que foi um dos administradores (*par-nasim*) desta comunidade, em cujos registos⁴ se pode facilmente reconhecer a sua assinatura em vários acordos relativos ao mês de Tschri de 5360 (1599). Mudou-se depois para Reggio di Emilia, onde teve contactos com o cabalista Rabi Azariah de Fano; em Ferrara teve uma controvérsia com um erudito cristão sobre as traduções da Bíblia, na qual demonstrou que a versão escriturária mais fiel ao original é a hebraica, conservada pelos Judeus, enquanto todas as versões latinas e gregas foram alteradas⁵. Conta-nos o mesmo que, em 1603, pronunciou perante o Colégio de Veneza na dita cidade e em presença do duque Marin Grimani, (1595-1605) um discurso sobre a lealdade dos judeus para com os países onde residem. De acordo com o testemunho do próprio Aboab, a sua alocução teve um acolhimento favorável⁶; nela demonstrou, através de exemplos históricos, que os judeus nunca recuaram perante o perigo nem perante a perda considerável de vidas humanas em defesa do seu país natal.

Quatro anos depois, em 1607, Imanuel Aboab foi à ilha de Corfu por razões comerciais e ali teve contactos com o ministro do Exército da República de Veneza, Orazio dal Monte, sobrinho do duque de Urbino. O seu intercâmbio epistolar está reproduzido na *Nomologia*⁷. Neste livro é possível encontrar, por outro lado, algumas alusões obscuras sugerindo que teria residido também em Amesterdão e no norte de África, bem como outras que parecem indicar que teria estado em Siena e em Spalato (Split), se bem que não nos foi possível confirmar estes dados.

A parte mais importante da sua obra literária e da sua actividade pública desenrolou-se em Veneza e, como é bem conhecido, foi nesta cidade que, entre 1615 e 1625, escreveu o livro *Nomologia*, com o objectivo de defender a autoridade da tradição judaica e da Lei Oral. Três anos depois, emigrou para Jerusalém acompanhado por trinta e seis parentes, que seguiam com ele os passos de sua filha Gracia, que dirigia duas academias talmúdicas na Terra de Israel: uma em Safed e a outra em Jerusalém e que “durante veintiocho años estuvo al frente de todas las limosnas que se le enviaron como responsable de los dedicados al estu-

² “haham” (*hakham* - hebraico) : sábio, título outorgado a certos rabinos.

³ Sobre Imanuel Aboab há muitos poucos estudos. Veja-se KAYSERLING, 1859: 566-573; ROTH, 1932-1933: 123-128; ORFALI, 1986, e ultimamente ORFALI, 1977, cuja versão em castelhano será editada em breve.

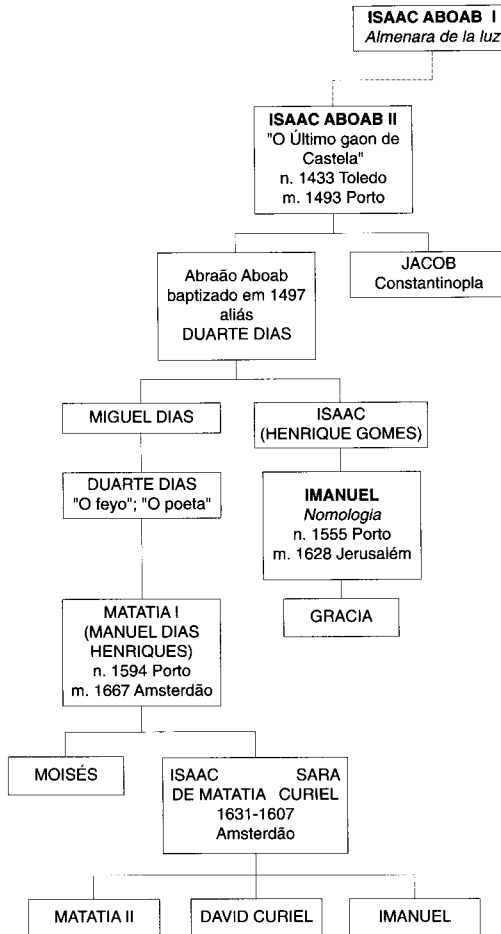
⁴ O Livro de Registos da comunidade de Pisa encontra-se no Instituto Ben Zvi (ms. 4009). Vejam-se as decisões do dia 22 de Tschri de 5360. Cf. TOAFF 1990: 56-57, 444, 493.

⁵ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XIX, 218-245. O tema da superioridade da versão hebraica da Bíblia (junto com a exegese judaica que a acompanha), foi tratado por apologistas hispano-portugueses posteriores, entre os quais se destacam Isaac Cardoso e Menasse ben Israel.

⁶ Aboab, 1629: IIª parte, cap. XXVI, 290. O discurso de Aboab, à semelhança do *Discorso circa il stato degli hebrei de Rabbi Simone Luzzatto* (1582-1633), exalta os méritos da comunidade judaica de Veneza, demonstrando a sua utilidade para a República, o seu governo e os seus cidadãos.

⁷ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. V, 144-157. O autor reproduz o intercâmbio epistolar nas línguas originais - latim e italiano - traduzindo-o depois para o castelhano.

dio”⁸. Meir Benayahu demonstrou cabalmente a veracidade da notícia da sua imigração e morte na Terra Santa, graças a uma carta enviada pelos dirigentes da comunidade de Corfu aos rabinos de Jerusalém⁹ datada de 1 de Sebat do ano de 1629. Do conteúdo da carta e das palavras dos que a escreveram depreende-se efectivamente que Rabi Imanuel Aboab emigrou para a Terra de Israel antes que seu genro, o Rabi Benjamin Halevi, que fora enviado à diáspora para recolher fundos para o fortalecimento da comunidade judaica de Jerusalém, a ela volvesse. Rabi Imanuel faleceu pois em 1628, pouco depois de chegar a Jerusalém. Segundo esta fonte, o nosso rabino também estava ligado ao envio de emissários de Jerusalém, tal como o afirmam os dirigentes da comunidade de Corfú¹⁰.



⁸ Este importante dado é fornecido por R. Isaac Aboab no seu *Livro y Nota de Ydades*, ms. HS 48 E, fol. 27, (editado por RÉVAH, 1961: 292): *Immanuel Aboab deixou uma filha, chamada Gracia Aboab, que cazou em Florensa com hum Conde e, depois de viuva, a levou o Haham Binyamin Levy a Terra Santa, donde governou 28 annos todas as esmolas que ally mandavao, com imperio sobre todos os Hahamim; e ally foy a morer o ditto Haham Imanuel Aboab com 36 pessoas parentes; e a ditta Gracia Aboab governava 2 Iesibot que tinha Duarte Dias Henriquez, huma em Ierusalaim e outra em Saphet.*

⁹ Ver BENAYAHU, 1985: 147 (em hebraico).

¹⁰ Ver BENAYAHU, 1985: 147.

b) Os escritos

Entre os escritos de Rabi Imanuel Aboab, conhecido orador e escritor, ocupa um lugar central a *Nomologia* que, segundo ele mesmo afirma, publicou a pedido de Judeus portugueses de Veneza, Amesterdão e Hamburgo¹¹. De facto, o livro foi impresso em Amesterdão em 1629, um ano depois da sua morte¹²; consiste na defesa da Lei oral, contra os seus correlegionários que negavam o valor da exegese da Torah pelos sábios judeus e se atreviam a afirmar obstinadamente “que la Escritura sagrada (como sumamente perfecta) de si mesma se dexa entender, y con poco estudio se puede alcançar de todos perfectamente: ni es menester otro que leerla, y cumplir lo contenido en ella al pie de la letra¹³”.

No capítulo XXIX da segunda parte da obra, o autor reproduz detalhadamente uma discussão que teve com duas pessoas desta opinião, que I. Sonne identificou como sendo David Farrar e Uriel da Costa, pertencentes a um mesmo grupo de opinião, que estiveram em Veneza para aí discutirem assuntos de fé com Aboab. Esta identificação parece carecer de fundamento, visto que o Rabi Leon (Judah Aryeh) de Modena (1571 - 1648), que viveu a maior parte da sua vida em Veneza, conhecia bem ambos e quando saiu em defesa do médico David Farrar que voltara ao judaísmo em Amesterdão e do qual se suspeitava ser hereje, qualificou Uriel da Costa de “sectario e hereje total en su desafio a las palabras de nuestros sabios y maestros de bendita memoria”¹⁴ na carta aos *parnassim* de Hamburgo. Rabi Imanuel descreve a sua conversa com os dois “adversários”: “*En el año de 5375 [1615] que estuvo en Italia, me vinieron a hallar dos destes nuestros aduersarios (que no les hallo nombre mas propio, pues se oponen á la verdad que professa todo Israel), y procuré entender de raiz lo en que fundauam sus intenciones, para que conocida la enfermedad, se le pudiesse aplicar el remedio oportuno. El vno dellos me dixo, que le escandalizaua, y no creia lo que dezian nuestros Sabios, que el Patriarca Iahacob fuesse de edad de 77 años quando entró en casa de Laban su suegro, y de 84 quando se casó con sus dos hijas: y que de adonde sabian ellos ser ansi? Esto me dixo aquel miserable con vna vehemencia grandissima, dexandome marauillado de su poco saber...El otro que presumia mas de letrado, me mouió algunos argumentos: el primero que de adonde sacauan los Sabios las cerimonias, y escrupulos demasitados, que vsauan en degollar los animales; juzgandolos por prohibidos si á caso fuessen degollados con cuchillo que tuuiesse alguna mella; por que en la Ley sagrada no auia tal prohibición? ... y me hizo el segundo argumento diziendo: Por que causa, mandando la Ley Diuina expressamente que celebremos siete dias de Pascua de Pesah, vno solo de Sebuot, vno de Rosháshana, y ocho de Sucot; quieren oy los sabios que se altere la Ley, y se añada vn dia mas en cada Pascua? Contra lo que el mismo Señor encomienda : ‘No añadiredes sobre la cosa que yo encomiendo a vos, y no menguaredes de ella’. Y en otra parte dize el Texto: ‘A toda cosa que yo encomiendo á vos, a elle guardareis para hazer;*

¹¹ Aboab, 1629: Introdução, 6, “... auiendo entendido algunos señores mios, ansi en la ciudad de Venecia, como en la de Amsterdam, que este mi trauajo estaua ya en grado de poderse ver; me persuadieron a deuelo comunicar a todos, exortandome a hazerlo, con dezir que esperauan que dello resultaria beneficio a muchos, y en particular a algunos que por alla auia necesitados de esta salutifera triaca”.

¹² Na Academia Real da História de Madrid há um manuscrito (Heb. 18) desta edição, copiado por Theophilo Unger no ano de 1715. Existe também uma segunda edição com correções do doutor Isaac Lopes, dada à luz em Amesterdão em 5487 (1727).

¹³ Aboab, 1629: Introdução, 5.

¹⁴ Ver SONNE, 1931: 250; SONNE, 1948: 1-28. Para a opinião de R. Yehudá Ariyê de Modena, ver *Responsa Zikné Yehudá* (ed. SIMONSHON, 1957: 48 ss.), e sobre a sua carta aos *parnassim* de Hamburgo, ver GEBHARDT, 1922: 150.

*no añadiras sobre ella, y no menguarás de ella'. Demas que es cosa odiosa, hazer los Hebreos que habitan en tierra Sancta en vn modo, y los que habitan fuera de ella en otro: como si la Ley Diuina no fuera toda vna.*¹⁵

Por conseguinte, o objectivo do autor é mostrar que entre a Torah escrita e a oral não existe separação, antes que estão ligadas e entrelaçadas entre si. E, a pesar de não citar na sua apologia o aforismo dos mestres do Talmud de que “a Aliança não foi concluída no monte Sinai, mas nos trilhos da Lei oral” (*Git. 60b; Seb. 39a*), as suas palavras têm por finalidade ensinar algo de importância vital : que “todo lo que un alumno fiel enseñe en el futuro, le fue transmitido a Moisés en el Sinai”. Com efeito, esta máxima fixou o significado da tradição judaica e a imagem da liderança espiritual do Povo ao longo das gerações e costuma mencionar-se este ponto para calar os que põem em dúvida a autoridade dos rabinos e da tradição oral.

Aboab explica a dependência da Lei escrita em relação à oral utilizando uma dialéctica de tipo talmúdico. A ideia que actua como fio condutor de toda a sua historiografia : a Lei escrita ganha o seu significado através da exegese da Lei oral. E, para além do mais, ainda que as duas leis se complementem, o fundamento da Lei escrita é estático, enquanto que a Lei oral tem uma base dinâmica, como ele exemplifica enumerando quatorze gerações de sábios até à sua própria época, o que o leva a tratar dos sábios expulsos de Castela, e posteriormente dos que sofreram as perseguições em Portugal.

Outros escritos seus que se conservaram, fazem parte da sua correspondência, como a carta que enviou a um amigo de Labastide-Clairence, no sul da França, a qual, por sua vez, reproduz outra que mandara previamente a um familiar de Antuérpia¹⁶ com a mesma finalidade : aproximar os judeus conversos do judaísmo declarado e combater as tendências heterodoxas que entre eles se manifestavam. Tudo leva a supor que terá escrito estas cartas nos últimos anos de vida, depois de terminar a *Nomologia*, que cita nelas, muito provavelmente nos anos 1626-1627. Segundo se depreende do encabeçamento, a carta foi escrita no Oriente. As repetidas referências aos usos e costumes de Constantinopla parecem indicar que as terá escrito durante a sua estadia nesta cidade, ou quando estava prestes a deixá-la para empreender a viagem rumo à Terra de Israel. O objectivo da carta depreende-se do encabeçamento que lhe serve de título e que deixa bem claro o público ao qual se destina: aos “descuidados Israelitas que esparcidos en aquella [i.e. Labastide] y en otras provincias pasan la vida afuera del vzo de la ley del Dio Bendito olvidados de su seruicio...”¹⁷.

¹⁵ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXIX, 316-317.

¹⁶ Publicadas por ROTH, 1932-1933: 143-162.

¹⁷ Como reza o título da carta (ROTH, 1932-1933: 143) : *Carta que escriuió de leuante el ilustrissimo Señor Haham Imanuel Aboab a un amigo suyo a la Bastida en Francia: en la qual se contienen acuerdos llenos de excelente y soberana doctrina sumam[en]te nesarias para los descuidados Israelitas que esparcidos en aquella y en otras provincias pasan la vida fuera del vzo de la ley del Dio Bendito olvidados de su seruicio, sin la gloriosa diuina de su santo y eterno firmamento, sin el qual no ay saluasion: por las quales son excitados a reducirse a la obseruacion de la ley sanctissima, cauza y orijen de todo el bien y adonde se deshazen maravillosam[en]te todos los inconvenientes y escuzas que pueden ympedirlo.*

Não será muito arriscado conjecturar que este tipo de vida estivesse bastante difundido entre os ex-judeus conversos ou “novos judeus”, cujos pais ou avós tinham regressado ao judaísmo, mas que tinham crescido num ambiente especial de cripto-judaísmo com raízes em Espanha e em Portugal. Na sua carta, Rabi Imanuel toma por alvo principalmente os casos chegados ao seu conhecimento de judeus conversos que, depois de abandonarem a “tenebroza tirania y cautiberio de España”, queriam voltar atrás, já que o seu judaísmo renovado os submetera a uma grande confusão¹⁸. Ataca energicamente os que regressam a Espanha e a Portugal, apelidando-os de traidores e, parafraseando Provérbios 26,1, afirma que “como el perro que torna a su bomito es el loco que segunda em su locura”¹⁹. Para além disso, pede ao seu correspondente que mostre a carta àqueles que tenham a intenção de voltar a Espanha, com o fim de os levar a abandonar a ideia. Todos eles têm diante si a possibilidade de se transferir para o Oriente, onde ele próprio se encontra, a fim de iniciarem uma nova vida num sítio diferente, e de mudarem o seu destino ao mesmo tempo que mudam o lugar de residência. As nove advertências que enumera na carta constituem uma espécie de receituário para alcançar uma vida feliz, proporcionando igualmente conselhos para um comportamento ético, capazes de garantirem o êxito e a benção do Céu aos que os seguirem.

O que significa que o contexto histórico da sua historiografia, considerado em sentido lato, é o do mundo dos judeus conversos do século XVII, tanto nos lugares onde os judeus espanhóis e portugueses se instalaram, como na Península Ibérica. Este ponto está claramente especificado nas memórias de Rabi Samuel Aboab, que viveu em Veneza e era descendente da família de Imanuel Aboab. Nelas escreve: “Nuestros hermanos los israelitas, que vienen de los países de la dispersión y no conocieron ni vislumbraron el camino por el que tiene que ir todo el que lleve el nombre de Israel, necesitan de forma perentoria muchos maestros y personas que los estimulen y los enderecen hacia la verdad y les muestren la senda por la que han de encaminarse”; porque, entre os judeus conversos, há pessoas para as quais “hay ciertas cosas [que] ignoran y no saben preguntar, que mantienen que son permitidas porque no han podido superar la prohibición, y ya hemos escuchado de ellos [que han cometido actos] que dan dolor de corazón y decepción y (de) quienes se empecinan por este camino y se demoran en él y adquieren opiniones erradas y [cometen] actos que no se pueden cometer en el pueblo de Dios”²⁰.

¹⁸ ROTH, 1932-1933: 143. “Por cartas de esta tierra e bisto como muchas personas de nuestra nacion se tornan a Esp[añ]a y familias enteras y aresueltas bueluen las espaldas a nuestro Señor”. Mais tarde, as comunidades judaicas de Amesterdão viriam a adoptar uma disposição especial proibindo os seus membros de viajarem para a Península Ibérica ou para quaisquer outras “terras de idolatria”, ou seja, lugares onde não podiam viver como judeus declarados. Antuérpia fazia parte desta categoria. Ver KAPLAN, 1985: 197-224.

¹⁹ ROTH, 1932-1933: 150. É de assinalar que a Inquisição utilizou as mesmas imagens para falar dos judaizantes. Ou melhor, dos conversos que levavam a cabo actos que apenas os judeus costumam praticar, com a intenção de se comportarem como judeus e voltarem ao judaísmo.

²⁰ ABOAB, 1631-1651: fol. 75b.

2. CONVERSÃO E DESTERRO

a) *Acolhimento e integração forçada*

O capítulo XXVI da Segunda parte da *Nomologia* trata das diversas perseguições que o povo de Israel sofreu desde a época de Nabucodonosor até ao tempo dos Reis Católicos, que decidiram desterrar todos os judeus que habitavam nos seus reinos mediante uma pragmática promulgada depois da conquista de Granada. Depois de dar a sua opinião sobre o número dos exilados de Castela, Aboab narra as perseguições de Portugal. Fá-lo de forma muito original conferindo certa vitalidade à narrativa, que é uma tradução sua da *Alegación y discurso, que hizo en Roma vn famoso iurisconsulto sobre los destierros de los Hebreos de Castilla y Portugal*²¹. Da exposição geral dos factos, depreende-se a política internacional da Espanha em relação aos judeus. Depois do decreto de 1492, os judeus que deixaram Castela e Aragão podiam continuar a viver na Península Ibérica, nomeadamente em Portugal, para onde a maioria se havia dirigido, e em Navarra. No entanto, como é bem sabido, e Aboab o sublinha, em Dezembro de 1496, em consequência do casamento de Dom Manuel de Portugal com a Infanta D. Isabel de Espanha, o rei Fernando exigiu a expulsão dos judeus de Portugal; esta pressão fez com que se promulgasse um decreto de expulsão, logo seguido de outro em Abril de 1497. Este último é, de facto, um decreto de conversão forçada, que Maria José Pimenta Ferro apelida de “religiocídio”²².

Aboab faz referência à política manuelina de integração forçada, que prometia a igualdade dos conversos perante a lei geral do reino, sem investigar o seu comportamento religioso. É estranho, contudo, que passe por alto as proibições de D. Manuel quanto aos casamentos dos cristãos-novos entre si (1498), ou quanto à sua saída do reino, quer por terra, quer por mar, sob pena de confisco dos bens em favor da Coroa (1499). Aboab menciona apenas as concessões e a abertura do monarca, em contraposição à política ambígua do seu sucessor D. João III, que por um lado se comprometeu a não investigar o comportamento religioso dos cristãos-novos; permitiu a sua saída do reino; autorizou-os a venderem os seus bens de raiz e prometeu não fazer distinção entre eles e os cristãos-velhos, e, por outro, interrompeu esta política de abertura. E mais, começou (1530) a negociar com a Santa Fé a instalação em Portugal de uma Inquisição com os mesmos poderes da espanhola. Aboab menciona as negativas papais e, inclusivé, os perdões gerais ordenados por Clemente VI (1533) e Paulo III (1535) a favor dos cristãos-novos portugueses. Apesar disso, este último pontífice acabou por autorizar, pela bula de 23 de Maio de 1536²³, o estabelecimento do tribunal do Santo Ofício em Portugal.

No mesmo discurso alude aos privilégios outorgados pelo papa Clemente VII a todos os portugueses da *Nação* que quisessem estabelecer-se nos estados da Igreja sem necessidade de prestar contas do seu passado em Portugal, o que provocou a emigração para, entre outros lugares, a cidade de Ancona, sede de uma antiga e famosa comunidade judaica que era,

²¹ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXVI, 291-296.

²² TAVARES, 1987: 32-37; TAVARES, 1982, I: 488.

²³ A partir desta data, D. João III e a Inquisição passaram a utilizar o medo como arma para forçar a integração da minoria cristã-nova na maioria cristã-velha, ao mesmo que a catequisavam. Ver, entre outros, TAVARES, 1987: 181-188.

na época, um dos portos mais florescentes de Itália²⁴. Outros príncipes cristãos de Itália actuaram de modo semelhante, concedendo os mesmos privilégios²⁵. Entre eles, menciona o duque Cosimo de Florença, o duque Hercules de Ferrara e, mais tarde, o duque Filiberto de Sabóia. Aboab diz ainda que, de acordo com as crónicas, os senhores de Castela queixavam-se de que a expulsão causara a destruição das cidades e das vilas, que tinham ficado desabitadas o que, se o tivessem sabido antes, se teriam oposto ao decreto real e não o teriam consentido²⁶. Razão que, segunda afirma, levou o rei D. Manuel de Portugal a não os expulsar mas, para não faltar à promessa feita ao rei Fernando, teve de obrigá-los a converterem-se²⁷.

O discurso prossegue com a reacção de Paulo IV, o feroz cardeal Caraffa, no qual parecia terem-se personificados os mais fanáticos aspectos da Contra-reforma. Não obstante todas as solenes promessas dos seus antecessores, os ex-judeus conversos de Ancona foram os primeiros a sofrer o zelo religioso do novo papa. Em Abril de 1556 anulou as cartas de protecção e ordenou que se procedesse imediatamente contra eles. A perseguição foi levada a cabo sem contemplações. Vinte e cinco homens e uma mulher, que se mantiveram firmes até ao final, foram queimados vivos em sucessivos autos-de-fé, celebrados na Primavera de 1556. O seu martírio foi celebrado em várias e emocionantes elegias²⁸. Termina citando Licurgo, Solon e Dracon, os fundadores das Repúblicas que aconselhavam a acolher e a amar os forasteiros, e a própria Lei Divina, já que nas palavras de Moisés, não se deve oprimir nem vexar os estrangeiros “porque estrangeiros fostes vós no Egipto” (Ex. 22,20)²⁹.

Aboab menciona outras fontes que narram o que sucedeu aos conversos e exilados de Portugal. Por exemplo, a obra de Samuel Usque, que cita erroneamente como Abraham Usque, referindo-se à sua *Consolação às Tribulações de Israel*, e ao que conta Jerónimo Osório, cronista de D. Manuel, no primeiro dos seus doze livros *De Rebus Emmanuelis*. Faz referência igualmente às notícias trazidas pelos próprios exilados, entre os quais destaca Isaac Abravanel nas suas obras, o cabalista Yehudá Hayyat, na sua introdução ao comentário que fez do livro *Maareket ha-Elohut*; Abraão Zacuto no seu *Libro de las Genealogias*; um manuscrito hebraico que diz ter visto e que trata amplamente dos acontecimentos do desterro de Castela e das causas precedentes, e também do que ouviu muitas vezes ao seu avô e a outros anciãos da Nação. De todas estas fontes, prefere tratar apenas de parte do que escreveu Jerónimo Osório quando criticou o rei D. Manuel pelo uso da força e violência que exerceu sobre os exilados de Castela e de Portugal³⁰. Depois de publicar o decreto que orde-

²⁴ Sobre este tema veja-se TOAFF, 1982: 115-145; BONAZOLLI, 1987: 727-770.

²⁵ Veja-se a este respeito o estudo esclarecedor de RAVID, 1991: 138-162.

²⁶ Não consegui identificar a crónica. No ponto actual das minhas investigações, cheguei à conclusão de que os cronistas da Coroa tomavam antes a expulsão como prova da grandeza do cristianismo, mostrando a sua satisfação como se aquela reflectisse a verdade da fé.

²⁷ Os diferentes critérios estão muito bem expostos por GÓIS, 1949, I: 38-39.

²⁸ Sobre este episódio veja-se SONNE, 1930: 360-373; ROSENBERG, 1935: 306-323; ROTH, 1947: 134 e ss; ROTH, 1950: 147-156; TOAFF, 1974: 261-280; SEGRE, 1985: 130-233.

²⁹ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXVI, 296.

³⁰ Veja-se OSÓRIO, 1944, I: 30-32.

nava a expulsão de judeus e mouros emancipados, passa a ocupar-se da ordem de D. Manuel para que se tirassem aos judeus os filhos menores e que, depois de baptizados, fossem entregues a famílias cristãs para que os educassem³¹. Mas, segundo Osório, *não o conseguiu sem grande alteração de ânimos. Era coisa piedosa ver arrancar os filhos do seio das mães, arrastar e ainda abordoar e avergoar os pais que estreitavam os filhinhos em seus braços: levantavam-se estendidos alaridos, e tremiam os ares com as lástimas e prantos das mulheres. Dêles hove que, turvados de indignação, os filhos nos poços afogavam; dêles entraram em tal loucura, que se deram a si mesmos morte.* A narrativa vem acompanhada dos interessantes títulos dados por Jerónimo Osório a estes capítulos: *Iudaeorum liberi paruim ad Christianismum per tracti; Vis, et dolus Iudaeis illata; Fuit quidem hoc neque ex lege, neque ex religione factum; Regii in Iudaeos facinoris reprehensio.* Com razão chama Osório à acção cometida pelo seu Rei: “injusta, e iníqua” e continua a reprová-la com razões elegantíssimas que, segundo diz Aboab, para não cansar mais o benigno leitor, a elas não se alonga porque no dito livro as pode ver se quiser.

b) O novo desterro

Voltando ao tema do exílio de Portugal, destaca com grande particularidade a actividade do bisavô R. Isaac Aboab II, “el último Gáon de Castilla”, que negociou a entrada e estabelecimento em Portugal de seiscentas casas ricas de entre os desterrados de Castela³² que, por acordo estabelecido com o rei, dariam cem ducados, além de outras cem que pagariam oito por cabeça³³. Menciona igualmente como trinta destas casas que constituíam a aristocracia judia castelhana, foram, por ordem real, instaladas na cidade do Porto, atribuindo-se a cada uma delas uma casa na rua a que chamavam de São Miguel, e instalando no meio delas a sinagoga que Imanuel Aboab recordava da sua infância em casa de seu avô Abraão Aboab, aliás Duarte Dias.

Após esta descrição e antes de tratar dos mestres que emigraram para o Levante, Aboab faz referência à deportação dos meninos judeus baptizados para as ilhas a que chamavam dos Lagartos³⁴. O soberano propunha-se povoá-las e incrementar o cultivo da cana do açúcar em plantações e engenhos que lhes seriam entregues quando atingissem a maioridade. O responsável pela educação e sobrevivência dos meninos, e gestão do dinheiro concedido pelo rei para este fim era Álvaro de Caminha, o próprio capitão e donatário de São Tomé. Não obstante, como ele próprio escrevia no seu testamento, a vida não foi fácil para ninguém, e muito menos para os meninos. De acordo com os cronistas judeus, a maioria morreu

³¹ “Logo que instruídos [os pais] na doutrina de Cristo, foram purificados nas sagradas fontes, seus filhos lhes foram entregues”, OSÓRIO, 1944, I: 31.

³² Também GÓIS, 1949, I: cap. X, fol. 10, alude a uma delegação de judeus que se dirigiu a D. João II antes de sair de Castela, solicitando autorização para residir em Portugal.

³³ BERNÁLDEZ, 1878: 653-654; ver também SANTA CRUZ, 1951, I: 62. Cf. Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXVII, 299-300.

³⁴ São Tomé e Príncipe. Ver KAYSERLING, 1971: 101 e notas p. 16-17; estudo e análise das fontes em LIPINER, 1998: 20 ss.

consumida por doenças ou devorada por crocodilos e outros animais selvagens³⁵. Depois de enumerar a cadeia de grandes mestres que abandonaram a Espanha e Portugal para ensinarem em Itália, no Norte de África e no Levante a crianças e adultos a fé dos seus antepassados, querendo com isso significar que a continuidade do legado de Israel não cessa apesar das perseguições e do desterro, volta a mencionar a cruel deportação dos meninos para as ilhas com o fim de destacar os princípios da recompensa e do castigo, dependentes um do outro. Como aplicação concreta da lei da retribuição, cita o exemplo do castigo que os reis de Espanha e Portugal receberam pelas terríveis medidas que adoptaram contra os judeus e conversos na Península Ibérica³⁶. Diz assim: *Y no solamente muestra el Señor Bendito su infinita misericordia con nosotros, en apiedarnos, y ampararnos; y poner en el corazón de los Principes de la tierra, que nos recojan, y fauorescan, como auemos dicho: mas tambien muestra patentemente, la cuenta que con nosotros (aunque indignos) tiene, en castigar severamente a los que sin razon nos persiguen. Y muchas vezes oi dezir a mi señor Ishac Aboab que sea en gloria: Mirad hijos las pruebas tan evidentes de la diuina prouidencia; que el Rey don Iuan Segundo, que tan sin razon apartó los innocentes hijos, del amoroso aspecto de sus padres, y los mandó llevar a las Islas de los Lagartos: permitió el Señor, que su vnico hijo don Alonso, corriendo vn caualllo en Santaren, fue del arrastrado, y murió desastradamente; quedando el padre sin hijo³⁷; y despues murió en lo mejor de sus dias no sin sospecha de veneno, quedando el Reyno a don Manuel su cuñado, a quien no poco aborrecia: y dicen, que quando se murió, gritaua en aquel ultimo trance, diciendo: Quitenme de aqui a estos niños³⁸. El Rey don Manuel, y su hijo don Iuan tercero, que nos persiguieron como auemos arriba dicho; permitió el Señor, que a la quarta generación, viniesse quasi toda la nobleza de Portugal, y su Rey don Sebastian a Africa, para seren destruidos, y captiuos en el mismo lugar, adonde sus abuelos, indigna, y cruelmente, mandaron a desembarcar los afligidos Israelitas. Allí acabó la flor de Portugal, y los*

³⁵ Ver USQUE, 1989: dialogo III, caps. 26 e 27; Abravanel no seu Comentário a Ex 7, 26 diz que os lagartos vinham do mar para a ilha em busca de presas e já tinham devorado muitos daqueles meninos; e apesar da luta contra eles de homens com espadas, lanças, martelos e machados, os crocodilos continuavam a aparecer no litoral e eram capazes de devorar um bezerro ou um menino inteiros. Amato Lusitano, célebre médico e homem de ciência português refere-se à ilha de São Tomé como o *habitat* de temíveis crocodilos que chegavam a medir 15 e 18 côvados (= 9.90 e 11.88 m.) e que só se conseguia matá-los recorrendo a armas de fogo, veja-se JORGE, 1956: 230.

³⁶ Cf. MERRIMAN, 1936, II: 270, assinala que em Portugal se considerou que a “maldição dos judeus” que caiu sobre a Coroa com a extinção da descendência de D. Manuel, foi culpa do édito de expulsão dos judeus e das conversões forçadas.

³⁷ Um contemporâneo de Aboab, autor anónimo do manuscrito *Apologia em abono dos christãos cognominados novos deste reyno de Portugal* (1624) dedicado ao Papa Urbano VIII escreve igualmente: *Mas esta inumanidade não quis Deus passasse sem exemplar castigo; antes o experimentou o rei que tal fizera, poucos anos depois [!], vendo morrer o seu próprio filho, único herdeiro de seus estados, esposado de oito meses, de uma queda de um cavallo, expirando em uma pobre choça de um humilde pescador, sobre umas palhas, na vila de Santarém, ficando o magoado rei sem herdeiro descendente com que poder consolar sua mágoa, em pago de os haver tirado a tantos; que nem com infiéis consente Deus se use de rigor e poder supremo - e mais quando se opõem palavra real que ele quer que muito à risca cumpram monarcas da terra ainda que seja dada a idólatras*. Determinados círculos católicos, por outro lado, interpretaram a morte do filho de D. João II como castigo por este ter favorecido os judeus, deixando entrar no reino de Portugal os exilados de Castela, veja-se AZEVEDO, 1921-22: 272-273.

³⁸ Citando esta ideia de Imanuel Aboab escreve David Franco Mendes que D. João II “moreo na flor de sua idade, gritando nos seus últimos transe que lhe tirassem esses meninos de diante que tinha aí presentes” veja-se as MENDES, 1975: 2.

que quedaron fueron llevados a Fez, donde fueron vendidos a voz de pregonero, en las plazas donde habitauan los Iudios sucessores de los innocentes perseguidos; que quiso el Señor mostrar-les essa vengança. Y me contaua el Sabio David Fayon vezino de Alcaçarquiuir, y discipulo del Rab Iehudá Aboab, arriba nombrados, que no tenían mayor consolacion aquellos miserables, que ser vendidos por eclauos a los Iudios, conociendo su natural piedad³⁹. Sea para siempre loado el Señor Dio de Israel, que nunca desamparó, ni desampará a su pueblo⁴⁰.

Uma singular versão historiosófica acerca da atitude do rei D. Sebastião para com os judeus é apresentada por Yosef Ha-Kohen na crónica hebraica do século XVI, *Emeq ha-Bakha* (O vale do pranto), que ocupa um lugar de relevo na historiografia hebraica. No relato que faz das perseguições sofridas pelos judeus em vários países, desde a destruição do segundo Templo, descreve a derrota do rei D. Sebastião em Marrocos e o declínio da grandeza de Portugal. Em estilo retórico e parafraseando versículos bíblicos interpreta esta derrota como uma represália divina pela perseguição dos monarcas portugueses aos súbditos judeus. A persistência do soberano português e dos seus servidores nobres em fazer a guerra ao xerife, o rei de Fez e de Marrocos, provinha do mesmo Deus que no ano 5337 (1557), presidindo a uma sessão do tribunal celeste para julgar os povos, fez com que o rei D. Sebastião, seguisse o espírito provocador de um dos seus conselheiros que o persuadiu a atacar Marrocos. Segundo o cronista, Deus fê-lo para se vingar do rei e dos seus servidores, porque os portugueses tinham procedido mal para com os israelitas, a quem de princípio tinham acolhido com amizade e a quem acabaram por trair: *Gentes nobles fueron quemadas por sus propias manos, no respetaron la vejez; a pacíficas mujeres expulsaron de las casas que ellas hacían agradables, y aunque habían dado a luz hijos y hijas, no tenían descendencia porque les eran arrebatados del regazo y los llevaban cautivos ante el enemigo. Ahora han llegado los días del castigo para que tome venganza el Eterno en este reino pecador⁴¹.*

De acordo com a referida crónica, o que instigou o rei D. Sebastião a fazer a guerra ao rei de Fez e de Marrocos, foi a convicção de que havia lá muitos judeus ricos que viviam descansados sobre as suas riquezas, pelo que poderia encher o seu exército de presas e saque e fazer deles escravos e escravas e formar com eles um só povo⁴². Mas ao chegar com a sua

³⁹ MENDONÇA, 1904, I: 110, 111, 120, 130 e MENDONÇA, 1904, II: 11, 40, 41, 123 destaca várias vezes a intervenção dos judeus e do seu *Xequê* nas negociações para resgatar os fidalgos portugueses cativos. Elogia, em particular, o bom tratamento dos judeus para com os cativos portugueses que “achavam algum remédio e consolação, sendo tratados com muita humanidade aqueles que foram a seu poder, além de que era grande alívio a todos entenderem-se com eles, porque falam em geral castelhano”. Mendonça não deixa de mencionar também o papel da mulher judia nesta obra humanitária. Louvando as virtudes das mulheres judias de Fez, salienta a sua “muita brandura e piedade, como eu vi muitas vezes usar com cativos, assim em lhes socorrerem em suas necessidades, como nas doenças”. (MENDONÇA, 1904, II: 41).

⁴⁰ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXVII, 307-308. Este acontecimento deu lugar à celebração por parte de algumas comunidades de Marrocos (Alcácer Quibir e Tânger entre outras) do “Purim de D. Sebastião” ou “Purim dos Cristãos”, instituído para comemorar a derrota do rei D. Sebastião de Portugal, em 1578, que prometera, no caso de ganhar a batalha, impôr o baptismo ou o extermínio dos judeus. Algumas versões do rolo (*meguilá*) deste Purim podem ver-se no ZAFRANI, 1998: 266-267; e em CANTERA Y BURGOS, 1945, V: 224-225.

⁴¹ HA-KOHEN, 1964, nº 225: 283-284.

⁴² HA-KOHEN, 1964, nº 225: 284. O rei D. Filipe enviou-lhe o seguinte recado: “No vayas, ni peeles, no sea que seáis vencidos ante vuestros enemigos. Pero no lo escuchó, porque el Eterno quería que muriera con todos sus nobles, sus oficiales y todos sus ejércitos, a causa de la iniquidad que había en sus manos”. Ver HA-KOHEN, 1964, nº 225: 285.

cavalaria e os seus capitães, sucumbiram às espadas e aos arqueiros do rei de Marrocos, pois *El Eterno haía abierto su arsenal y sacado las armas de su indignación porque el Señor tenía un asunto pendiente contra aquel reino pecador; como ellos habían hecho, así hizo con ellos. Estuvieron sus cadáveres como estiércol sobre la superficie del campo, sin que hubiese enterador; los buitres pasaron el verano sobre ellos, y sobre ellos invernarón todos los animales del mundo; esta parte se asignó a nuestros despreciadores, tal fue el lote de nuestros despojadores. ! Bendito el que ha vengado al pueblo de Israel de todos sus enemigos! Cuando llegó la noticia a Lisboa hubo grande griterío en su interior y en todo el territorio de Portugal, pues no había casa en todo el país donde no hubiese muerto y salió de Portugal todo esplendor. Dios es justo!*⁴³

3. DO EXÍLIO À DIÁSPORA

a) Sentido historiográfico

Ao longo da sua historiografia, Aboab insiste numa continuidade permanente não interrompida nas épocas de transição, desde as gerações dos sábios até aos seus próprios dias. Pretende assim responder não apenas aos descendentes dos expulsos e ou judeus conversos que recusavam a autoridade da liderança rabínica, na diáspora sefardita, mas também e principalmente àqueles que negavam o princípio da continuidade na tradição⁴⁴. Este princípio já estava presente nos ensinamentos dos grandes sábios judeus da Idade Média que pretendiam, desta forma, refutar os argumentos dos caraitas : Sherira Gaon, Saadia Gaon, Yehuda ha-Levi, Abraham ibn Daud, Maimónides e outros.

O português Imanuel Aboab construiu a sua doutrina historiográfica essencialmente na base da opinião deste últimos. Já R. Yehuda ha-Levi descrevera a cadeia de transmissão da Mishna em linhas gerais, sem mencionar os mestres do Talmud, porque “las tradiciones de la Gemará, y sus autores, sería muy dilatado si tratase de ellos, de sus modos de disputar, de sus cosas y de sus ejemplos”⁴⁵. Esse é o motivo pelo qual, como é bem sabido, R. Abraham ibn Daud veio colmar essa lacuna: “Escribimos este *Tratado de la Tradición* para dar a conocer a los discípulos de que todas las palabras de nuestros maestros, de bendita memoria, los sabios de la Misná y del Talmud, fueran transmitidas a un sabio grande y justo por otro, a un presidente de Academia y su grupo por otro, así hasta los miembros de la Gran Asamblea que los recibieron de los profetas, ! bendita sea la memoria de todos ellos!”⁴⁶ Quanto a Maimónides, foi o primeiro a sustentar a continuidade da tradição no judaísmo desde Moisés até Rabi Así, época a partir da qual, segundo ele, a cadeia de transmissão se interrompeu. De facto, Aboab faz uma combinação das duas escolas, unindo o ponto de que parte Maimónides - Moisés - com a conclusão de R. Abraham ibn Daud - os eruditos rabínicos

⁴³ HA-KOHEN, 1964, nº 225: 285-286.

⁴⁴ Mas não foram poucos aqueles que em Veneza, Hamburgo ou Amesterdão sucumbiram à heresia, rejeitando a ideia da cadeia de transmissão da tradição desde a revelação do Sinai; outros houve que repudiaram a crença na imortalidade da alma e na vida extra-terrena, ou que negaram a Providência Divina; ou que se afastaram do cumprimento dos preceitos; houve ainda aqueles que, tendo regressado ao judaísmo, refutaram o carácter específico do Povo de Israel enquanto povo eleito.

⁴⁵ HA-LEVI, 1943: III, 67.

⁴⁶ IBN DAUD, 1990: 39.

da sua época. Com a diferença de que o nosso autor prolonga a enumeração até Maimónides; a partir dele, até à expulsão geral de Espanha e, desde esta, até aos alunos de R. Joseph Caro e aos seus próprios dias⁴⁷. No total, quatorze gerações de rabinos; entre elas, oito de sábios do Talmud em lugar das sete que normalmente se contam; Aboab admite ter acrescentado uma contra a opinião de Maimónides.

Significa isto que Aboab não estabelece a distinção que R. Joseph ibn Mígas e Maimónides tinham feito entre a época do Talmud e a dos Gaonim. Para ele, os rabinos são a continuação dos Gaonim e estes, por sua vez, dos mestres do Talmud. Por isso, aqueles que se rebelam contra a autoridade dos rabinos é como se se rebelassem contra os mestres do Talmud, visto que a sua autoridade, à semelhança destes que são os sábios de todo o povo de Israel, vigora em todo o lugar e tempo. E além disso, Aboab, no seguimento de R. Abraham ibn Daud, defende que na tradição transmitida por Moisés não pode haver controvérsia. Esta não existe na transmissão da tradição em si, mas apenas nas leis tal como se deduzem dos princípios utilizados para levar a cabo a exegese, e que surgem da própria discussão haláchica⁴⁸. Aboab refuta⁴⁹ o argumento de que o princípio que afirma que a academia talmúdica é o lugar onde se senta Moisés e o que a contradiz é como se contradissesse o próprio Moisés que tem assento nela, era adequado no seu momento - ou seja, na época em que as ditas academias estavam no seu apogeu -, mas não na sua, na qual já não têm tanta autoridade.

A fim de demonstrar que nem a expulsão geral de Espanha, nem as conversões forçadas em Portugal, interromperam a continuidade da tradição, ou diminuíram a autoridade dos rabinos, defende a ideia de que, apesar das tribulações e do exílio continuaram a fundar-se academias talmúdicas prosseguindo assim, através dos mesmos desterrados, a transmissão do legado espiritual acumulado durante gerações desde o Sinai. Com isto se cumpre aquilo que Deus ordenou expressamente na Torá quando diz: "e irás aos sacerdotes, aos levitas e ao juiz que haja nesses dias" (*Deut.* 16,9)⁵⁰. Por conseguinte, Aboab dedica um capítulo para tratar de *algunos excelentes Sabios discípulos del Rab Ishac Aboab y de otros señores que salieron de España en el tiempo de los destierros de Castilla y Portugal, y vinieron a diuersas partes de Levante, adonde enseñaron la Ley del Señor con fructuoso progreso, y se continua la serie de nuestros benditos sabios, y Iuezes, hasta el tiempo del rab Ioseph Charo de felice memoria*⁵¹.

⁴⁷ Nas primeiras gerações de Sábios, não inclui sete gerações mas sim oito; acrescenta-lhes as gerações dos Sábios posteriores com o fim de completar a cadeia da tradição (cômputo das gerações dos Sábios). No entanto, no seus escritos não há nada que constitua uma novidade substancial no contexto da historiografia judaica da época. Veja-se a este propósito YERUSHALMI, 1982: 127, nota 41.

⁴⁸ Veja-se IBN DAUD, 1990: 40.

⁴⁹ O seu "assento" é o "assento de Moisés", paralelo à "cátedra de Moisés" reservada aos Sábios. Veja-se SUKENIK, 1930: 132-144.

⁵⁰ Cf. Mishná *Rosh ha-Shanah* 25, 1 e 2. Este argumento está muito divulgado na literatura rabínica, especialmente entre os rabinos das gerações posteriores ao Renascimento; veja-se, por exemplo, Palache 2000: *Hayé we-hamra* impresso no final de *Re'eh Hahyim*, IIª Parte. Cf. Maimónides, Leis pertinentes ao *Sanhedrin*, IV, 7.

⁵¹ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXVII, 299-308.

b) Exílio e desterro

Inicia a narração dos desterramentos com a saída de Portugal de seu avô, R. Isaac Aboab II, que morreu antes de ver a lamentável deportação das crianças para as ilhas dos lagartos, e os outros sofrimentos por que os judeus passaram nos anos seguintes em Portugal; segundo Imanuel Aboab, o seu avô teria sido enterrado na cidade do Porto. De entre os discípulos do chamado “último Gaon de Castela” exilados em Portugal, Aboab só menciona o R. Abrão Zacuto⁵², astrónomo do rei D. Manuel, que conta a morte do seu venerável mestre e o elogio fúnebre que pronunciou no funeral. De entre os que se trasladaram para o norte de África, menciona R. Joseph Uziel e R. Sem Tob Uziel⁵³, grandes mestres em Fez onde, em conjunto com os seus condiscípulos, escreveram e ensinaram em nome de R. Isaac Aboab.

A estes sábios discípulos de R. Isaac Aboab acrescenta Imanuel Aboab na sua historiografia outros preclaros e eminentes letrados exilados; autores cuja obra ele qualifica de livros excelentíssimos. Entre eles destacam-se R. Jacob ibn Habib⁵⁴ e o seu filho, o excelentíssimo Levi ibn Habib⁵⁵, conhecidos rabinos da geração da Expulsão, que vieram para Portugal em 1492, e mais tarde se dirigiram respectivamente para Salónica, o pai, e Jerusalém, o filho, onde exerceram como rabinos das comunidades dos exilados de Sefarad. Ambos foram autores de obras importantes: o pai, na sua obra fundamental *Ein Ya'aqob* recolhe *hagadot* dos Talmud da Babilónia e de Jerusalém, com um comentário baseado nas opiniões dos mais afamados talmudistas dos séculos precedentes, e o filho é autor de diversas *Responsa*.

Daqui, antes de prosseguir com as academias talmúdicas criadas ou transferidas pelos desterrados da Península Ibérica, passa Aboab a enumerar outros exilados de Portugal, entre eles R. Yehudá Hayyat, do qual são conhecidas a actividade em Mântua a partir de 1494 e a crítica da cabala filosófica⁵⁶; volta a mencionar o famoso astrónomo R. Abraão⁵⁷ filho de Samuel Zacuto, R. Abraham Saba⁵⁸, médico e poeta místico, autor do comentário ao Pentateuco *Seror ha-Mor* e R. Yehuda Aboab que foi para o norte de África e foi *dayyan* da cidade de Alcácer-Quibir durante muitos anos; acrescenta ainda que aí conheceu e tratou um discípulo de R. Yehuda Aboab⁵⁹, R. David Fayon, que lhe deu muitas notícias dos desterr-

⁵² Matemático, físico e astrónomo. Sabe-se que ocupou a cátedra do *quadrivium* na Universidade de Salamanca onde redigiu a versão hebraica do *Almanaque Perpetuo*, que chegou a ter traduções em latim, castelhano e português. Supervisionou a rota seguida pelas naus de Vasco da Gama no caminho para a Índia e, para além das tabelas da declinação solar, aperfeiçoou o astrolábio. Veja-se ZACUTO, 1986 e CORREIA, 1975, I: cap. VIII, 261-263.

⁵³ Sobre os irmãos Uziel, veja-se AMAR, 1987: 11-12, 48, 54, 56, 67-68, 70.

⁵⁴ Sobre ele, veja-se HACKER, 1975: 117-126 (em hebraico).

⁵⁵ Veja-se FRUMKIN; RIVLIN, 1928-30, I: 38-51 (em hebraico); MOLHO, 1946: 33-42 (em hebraico); TISHBY, 1985: 44-46 (em hebraico); DAVID, 1999: 160-161 ss.

⁵⁶ Veja-se GERONDÍ, 1963, no qual Yehuda Hayyat exprime uma opinião moderada sobre Isaac ibn Latif, à cerca do qual diz que tinha um pé dentro e outro fora, ao mesmo tempo que lança um violento ataque contra a cabala profética de Abraham Abulafia. O ataque contra Abulafia visava os cabalistas italianos influenciados não apenas por Abulafia, mas também por R. Yosef Waqar, R. Samuel ibn Motot, R. Samuel Sarsa, etc..., todos eles seguidores da corrente mágico-filosófica da cabala que floresceu na segunda metade do século XIV e que seria refutada no século XV entre os cabalistas espanhóis mercê da orientação teosófica que ia predominando à medida que se difundia o Zohar.

⁵⁷ Veja-se *supra*, nota 52.

⁵⁸ Veja-se MANOR, 1982-3, II: 208-231 (em hebraico); MANOR, 1985, III: 317-338 (em hebraico); GROSS, 1985, IV: 205-225 (em hebraico); GROSS, 1987, I: 189-197 (em hebraico).

⁵⁹ É muito escassa a informação que possuímos sobre a vida deste membro da família Aboab. Veja-se LOWENSTEIN, 1905, I: 22; AMAR, 1987: 35, nota 36.

rados de Castela e de Portugal que tinham ido para o norte de África. Introduz aqui a saga do ilustre R. Isaac Abravanel, judeu da corte de D. Afonso V, que tivera de se exilar em Castela por ter sido acusado de traição contra o rei D. João II. Igualmente em Espanha, onde se relacionou com R. Isaac Aboab II e com Abraham Seneor, se envolveu nos assuntos financeiros do reino até que, com a expulsão de 1492 se encontrou de novo no exílio⁶⁰. Menciona os comentários e escritos de R. Isaac Abravanel nos diversos lugares da sua peregrinação, a obra magna *Philographia* o *Dialogos de Amor* de seu filho Leão Hebreu⁶¹, segundo Aboab originalmente escrita em latim (!), e as virtudes e misericórdia de seu outro filho, Samuel Abravanel, casado com Dona Benvenida, mulher muito activa e de grande prestígio⁶² por ter criado e educado em sua casa Dona Leonor de Toledo, filha do vice-rei D. Pedro de Toledo, de quem foi conselheira quando veio a ser grã-duquesa de Toscana pelo seu casamento com o grão duque de Toscana Cosimo I di Medici.

Mais prestigiada ainda foi outra ilustre sefardita de origem portuguesa, Dona Gracia Nasi, cuja filha casou com Joseph Nasi, duque de Naxos⁶³, e à qual Imanuel Aboab chama coroa virtuosíssima dos hebreus portugueses. Em paralelo com o valor de Dona Gracia que utilizou a pressão internacional e o boicote económico para exercer influência sobre a atitude do Papa no caso dos mártires de Ancona⁶⁴, Aboab menciona outro caso de martírio narrado por Joseph Ha-Kohen na sua crónica⁶⁵, o de Ester, mulher de R. Ya'aqob ha-Kohen, ocorrido no ano de 1532, quando Andrea de Oria, chefe da esquadra marítima do imperador Carlos V quis abusar dela e ela, para salvar a sua honra, se atirou ao mar, seguindo o exemplo da mulher de R. Mosé, mãe de R. Hanok, narrado por Ibn Daud⁶⁶ e pelo próprio Aboab num capítulo dedicado à época em questão : a história dos quatro cativos⁶⁷.

Além disso, saíram de Castela e de Portugal na época dos referidos desterrados muitos outros sábios eminentes e gente muito nobre aos quais, ainda que chegassem despojados dos seus bens, o Senhor bendito fez com que fossem favorecidos em todos os lugares onde chegavam. Os príncipes e governantes recebiam-nos, acolhiam-nos e honravam-nos, de maneira que “el Señor Bendito por sus piedades nunca nos desamparó y cumplió bien con nosotros lo que nos prometió en su sancta Ley”⁶⁸.

⁶⁰ NETANYAHU, 1953; CANTERA Y BURGOS, 1975, I: 237-250, e ultimamente LIPINER, 1997: 46-76.

⁶¹ Veja-se SONNE, 1934; GEBHARDT, 1934, XLIV: 231-273 e GEBHARDT, 1934, XLV: 1-46, 13-161; SORIA OLMEDO, 1984.

⁶² Outras informações sobre Dona Benvenida em MARGULIES, 1906, III: 97-107, 147-154. Margulies assinala que o nome desta senhora vem também mencionado nas viagens de David Reubeni, que a louva e descreve como sendo uma mulher piedosa e que se dedicou abnegadamente ao resgate de prisioneiros judeus, e lhe forneceu grandes quantidades de dinheiro, bem como um estandarte de seda com os dez mandamentos. LEONI, 1997, I: 153-206, traz novos dados sobre a vida de Dona Benvenida Abravanel.

⁶³ Veja-se ROTH, 1977; ROTH, 1978, e ultimamente SALOMON; LEONI, 1998: 135-211.

⁶⁴ Veja-se *supra* p. 218, nota 28.

⁶⁵ Veja-se *supra* nota 41, nº142, p. 198.

⁶⁶ Veja-se *supra* nota 46, 46-47.

⁶⁷ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXIV, 271-272. No tratado *Gittin 57b* recorre-se a um caso semelhante.

⁶⁸ Aboab, 1629: IIª Parte, cap. XXVII: 306-307.

À guisa de conclusão, diremos que a historiografia de Imanuel Aboab, baseada no princípio da continuidade da tradição desde as gerações dos sábios até aos seus próprios dias⁶⁹, encerra com a décima quarta e última idade o ciclo dos mestres. A expulsão de Castela e as subsequentes perseguições e desterros de Portugal, não conseguiram extinguir a cadeia da tradição, e as famosas escolas talmúdicas de Castela foram transferidas para os novos centros da diáspora sefardita (Fez, Safed, Jerusalém...) ⁷⁰ ocupando neles um lugar central na vida intelectual das ditas cidades. Assim, o legado sefardita foi transmitido pelas grandes figuras intelectuais dos exilados espanhóis e portugueses que ele menciona, ou pelos seus descendentes, herdeiros da tradição hispano-lusitana original.

BIBLIOGRAFIA

- ABOAB, Imanuel, 1629 - *Nomologia o Discursos Legales*, compostos por el virtuoso Haham Rabi Imanuel Aboab de buena memoria, estampados a costa, y despeza de sus herederos, en el año de la creación [Amsterdam] 5389.
- ABOAB, Samuel, 1631-1651 - *Sefer ha-Zihronot*, Praga.
- AMAR, M., 1987 - *Etz Haim of Rabbi Haim Gaguine*, Bar-Ilan University Press.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, 1921-22 - *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa.
- BENAYAHU, M., 1985 - *Séfer Bet Moed - uma edição desconhecida do Livro de kavanot procedente dos livros de oração de Rabi Benyamin ha-Levi e de seu filho Shlomo ha-Levi*. "Homenagem à memória do rabino Yshak Nissim", IV, Jerusalém (em hebraico), pp. 109-154.
- BENAYAHU, M., 1988 - *A Single Generation in the Land. Letters of R. Shmuel Aboab and R. Moseh Zacuto Concerning the Affairs of Erez Yisrael, 1639-1666*. Jerusalém (especialmente o capítulo "La familia Aboab", p. 51-62), (em hebraico).
- Bernaldez, A., 1878 - *Crónica de los Reyes Católicos* "BAE" LXX, cap. CXIII, Madrid.
- BONAZOLLI, V., 1987 - *Ebrei italiani, portoghesi levantini sulla piazza commerciale di Ancona intorna alla metà del Cinquecento* in "Gli Ebrei a Venezia secoli XIV-XVII". Atti del Convegno internazionale organizzato dall'Istituto di storia della società e dello stato veneziano della Fondazione Giorgio Cini (5-10 giugno 1983), Milano, pp. 727-770.
- CANTERA Y BURGOS, F., 1945 - *El 'Purim' del Rey Don Sebastián*. "Sefarad" V, pp. 219-225.
- CANTERA Y BURGOS, F., 1975 - *Don Isaac Brauanel (Algunas precisiones biográficas sobre su estancia en Castilla)*. "S.W. Baron Jubilee Volume", ed. S. Liebermann, Jerusalem - New York - London, vol. 1, pp. 237-250.
- CORREIA, Gaspar, 1975 - *Lendas da Índia*, Porto.
- IBN DAUD, Abraham, 1990 - *Libro de la Tradición (Séfer ha-Qabbalah)*, Introducción, traducción y notas por Lola Ferre, Barcelona.
- DAVID, A., 1999 - *To come to the land. Immigration and Settlement in Sixteenth-century Eretz-Israel*, Tuscaloosa and London.
- FRUMKIN, A.L.; RIVLIN, E., 1928-30, I - *História dos Sábios de Jerusalém*, Jerusalém (em hebraico).
- GEBHARDT, C., 1922 - *Die Schriften des Uriel da Costa*, Amsterdam.
- GEBHARDT, C., 1934 - *León Hebreo : su vida y su obra*. "Revista de Occidente" XLIV, 231-273; XLV, 1-46, 13-161.
- GÓIS, Damião, 1949 - *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel, I*, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GROSS, A., 1985 - *Abraham Saba - Expelled in Two Expulsions*. "Chief Rabbi I. Nissim Memorial Volume", Jerusalem, vol. IV, pp. 205-225 (em hebraico).

⁶⁹ Tal como o especificam as suas próprias palavras: *hasta la edad, y año presente de cinco mil y trecientos y ochenta y cinco de la creación del mundo* (= 1625).

⁷⁰ Conclui: *En Salonique, y en Constantinopla, en Africa, en Italia, y en muchos lugares de Germania y Polonia, se hallan oy por gracia del Señor sabios singularísimos; y en particular goza nuestra edad, del excelentísimo, y sapientíssimo señor R. Aharon Aben Haim, que oy reside en Egipto, el qual compuzo obras muy perfectas, que el mismo traxo a imprimir a Venecia los años passados, en que muestra bien su estremada sabiduria. El Señor Bendito los guarde y prospere a todos; y congreue los esparzimientos de su pueblo Israel en nuestra sancta patria, para loor y gloria de su sanctíssimo nombre*. Aboab, 1629: IIª Parte: cap. XXVIII, 311.

- GROSS, A., 1987 - *The Qabbalistic Commentary on the Prayers Attributed to Abraham Saba*. "Asufot" I, pp. 189-197 (em hebraico).
- HACKER, J., 1975 - *Rabbi Jacob b. Salomon Ibn Habib - An Analysis of Leadership in the Jewish Community of Salonika in the XVth Century* in PWCJS6, II, Jerusalém, pp. 117-126 (em hebraico).
- HA-LEVI, Yehuda, 1943 - *El Cuzari. Diálogo filosófico de ...*, traducido del árabe al hebreo por Yehudá Abentibon del hebreo al castellano por Jacob Abendana, Buenos Aires.
- HA-KOHEN, Yosef, 1964 - *Emeq há-Bakha*, tradução anotada de Pilar León Tello, Madrid-Barcelona, CSIC.
- JORGE, R., 1956 - *Amato Lusitano, cidadão de Castelo Branco*, Lisboa.
- KAPLAN, Y., ed., 1985 - *The Travels of Portuguese Jews from Amsterdam to the Lands of Idolatry (1644-1724)*. "Jews and Conversos", Jerusalem, pp. 197-224.
- KAYSERLING, M., 1859 - *Immanuel Aboab und seine Nomologia*. "Jeshurun" IV, pp. 566-573.
- KAYSERLING, M., 1971 - *Historia dos judeus em Portugal*, tradução de Gabriele B. Correa da Silva e Anita Novinsky, São Paulo.
- LEONI, A. di Leone, 1997 - *Nuove notizie sugli Abravanel*. "Zakhor" I, pp. 153-206.
- LIPINER, E., 1997 - *Two Portuguese Exiles in Castile. Dom David Negro and Dom Isaac Abravanel*, Jerusalem, cap. III. "Isaac Abravanel - From conspiracy to Flight", pp. 46-76.
- LIPINER, E., 1998 - *Os baptizados em pé. Estudos acerca da origem e da luta dos Cristãos-Novos em Portugal*, Lisboa.
- LOEWENSTEIN, L., 1905 - *Die familie Aboab*, Pressburg.
- GERONDÍ BEN YISHAQ, P., *Ma'areket ha-Elohut im Perush ha-Hayyat*, Mântua, 1558 (reimpresso em Jerusalém, 1963).
- MANOR, D., 1982-3 - *Abraham Sabba: His Life and Work*. "Jerusalem Studies in Jewish Thought" II (2), pp. 208-231 (em hebraico).
- MANOR, D., 1985 - *The Writings of R. Abraham Saba*. "Sefunot" III, pp. 317-338 (em hebraico).
- MARGULIES, S.H., 1906 - *La famiglia Abravanel*. "Rivista Israelitica" III, pp. 97-107, 147-154.
- MENDES, Franco, 1975 - *Memórias*, reproduzidas por L. Fuks e R. G. Fuks-Manfield. "Studia Rosenthaliana" IX, 2, pp. 1 e ss.
- MENDONÇA, Jerónimo, 1904 - *Jornada de África*, reed., Lisboa.
- MERRIMAN, R.B., 1936 - *The Rise of the Spanish Empire in the Old World and in the New*, New York.
- MOLHO, I. R., 1946 - *R. Levi ben Habib, jerusalimitano de Somré ha-homot*. "Hemdat Israel - Em Memoria de Hayyim Hizquiyahu Medini" Jerusalém, pp. 33-42 (em hebraico).
- NETANYAHU, B., 1953 - *Don Isaac Abravanel. Statesman and philosopher*, Philadelphia.
- ORFALI, M., 1986 - *Ciencia y fe en la "Nomologia" de R. Immanuel Aboab*. "Sefarad" XLVI, pp. 373-380.
- ORFALI, M., 1977 - *Immanuel Aboab's Nomologia o Discursos Legales. The Struggle over the Authority of the Law*, translated into Hebrew with an introduction and notes by..., Jerusalém.
- OSÓRIO, Jerónimo, 1944 - *Da vida e feitos de el rei Dom Manuel*, edição actualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira, Porto.
- PALACHE, H., 2000 - *Hayé we-hamra* (impresso no final de *Re'eh Hahyim*, IIª Parte, Esmirna 5625), reimp. Jerusalém, 2000.
- RAVID, B., 1991 - *A Tale of Three Cities and their Raison d'État: Ancona, Venice, Livorno, and the Competition for Jewish Merchants in the Sixteenth Century*. "Mediterranean Historical Review" VI, pp. 138-162.
- RÉVAH, I., 1961 - *Pour l'histoire des Nouveaux-Chrétiens portugais - La relation généalogique d'I. de M. Aboab*. "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira" II, pp. 276-312.
- ROSENBERG, H., 1935 - *Alcuni documenti riguardanti I marrani portoghesi in Ancona*. "RMI" X, pp. 306-323.
- ROTH, C., 1932-1933 - *Immanuel Aboab's Proselytization of the Marranos*. "JQR" XXIII, pp. 123-128.
- ROTH, C., 1947 - *Doña Gracia of the House of Nasi*, Philadelphia.
- ROTH, C., 1950 - *Un'elegia giudeoitaliana sui martiri di Ancona (1556-1567)*. "RMI" XVI, pp. 147-156.
- ROTH, C., 1977 - *Doña Gracia of the House of Nasi*, Philadelphia.
- ROTH, C., 1978 - *The Duke of Naxos of the House of Nasi*, Philadelphia.
- SALOMON, H.P.; LEONI, A. di, Leone, 1998 - *Mendes, Benveniste, De Luna, Micas, Nasci: The State of the Art (1532-1558)*. "JQR" LXXXVIII, pp. 155-211.
- SANTA CRUZ, Alonso de, 1951 - *Crónica de los Reyes Católicos*, I, cap. VII, Sevilha.
- SEGRE, R., 1985 - *Nuovi documenti sui marrani d'Ancona (1555-1559)*. "Michael" IX, pp. 130-233.
- SIMONSHON, S., ed., 1957 - *Responsa Zikné Yehudá*, Jerusalém.
- SONNE, I., 1930 - *Une source nouvelle pour l'histoire des martyrs d'Ancone*. "REJ" LXXXIX, pp.360-373.
- SONNE, I., 1931 - *Da Costa Studies*. "JQR" XXII, pp. 247-293.
- SONNE, I., 1934 - *Intorno alla vita di Leone Ebreo*, Firenze.
- SONNE, I., 1948 - *Costa Circle in Amsterdam*. "HUCA" XXI, pp. 1-28.

- SORIA OLMEDO, A., 1984 - *Los Dialoghi D'amore de León Hebreo : Aspectos literarios y culturales*, Universidad de Granada.
- SUKENIK, A., 1930 - *A cátedra de Moisés nas sinagogas antigas*. "Tarbiz" 1, pp. 132-144 (em hebraico).
- TAVARES, M^a José Pimenta Ferro, 1982 - *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Vol. 1.
- TAVARES, M^a José Pimenta Ferro, 1987 - *Judaísmo e Inquisição*, Lisboa.
- TISHBY, I., 1985 - *Messianism in the time of the Expulsion from Spain and Portugal*, Jerusalém (em hebraico).
- TOAFF, A., 1982 - *L'Universitas Hebraeorum Portugallensium' di Ancona nel Cinquecento; Interessi economici e ambiguità religiosa* "Mercati, Mercanti, denaro nelle Marche (secoli XIV-XIX)", pp. 115-145.
- TOAFF, A., 1974 - *Nuova luce sul Marrani di Ancona (1556)*. "Studi sull'ebraismo italiano in memoria di Cecil Roth", Roma, pp. 261-280.
- TOAFF, R., 1990 - *La Nazione Ebraea a Livorno e a Pisa (1591-1700)*, Firenze.
- USQUE, Samuel, 1989 - *Consolação às Tribulações de Israel*, edição de Ferrara 1553 com estudos introdutórios por Yosef Hayim Yerushalmi e José V. de Pina Martins, Lisboa.
- YERUSHALMI, Y.H., 1982 - *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory*, University of Washington Press.
- YOSHA, N., 1992 - *Two Rabbi Yshaq Aboab*. "Peamim" LI, p. 141 (em hebraico).
- ZACUTO, Abraão, 1986 - *Almanach Perpetuum*, introd. Luís de Albuquerque, reprodução em facsímile do exemplar da Biblioteca Nacional, Lisboa.
- ZAFRANI, H., 1998 - *Deux mille ans de vie juive au Maroc- Histoire et Culture, Religion et Magie*, Paris.

Maciel Morais Santos

A substituição de motores na indústria portuguesa (1850-1950)

R E S U M O

No modo capitalista de produção a instalação de motores é condicionada pela taxa de lucro, que inclui o encargo de amortização da potência. Para o estabelecimento destes encargos, a extensão do mercado é determinante, o que introduz factores históricos e aparentemente aleatórios. Daqui resultam decisões de irracionalidade técnica que, no caso português levaram ao sub-aproveitamento dos recursos hidráulicos e hidro-eléctricos.

No modo capitalista de produção, a utilização de motores para actividades produtivas é condicionada pela taxa de lucro. Na decisão de adquirir ou substituir uma forma de energia motriz é menos determinante o aumento de produtividade que lhe possa ser associado do que o modo como é perspectivada a circulação do valor, isto é, a rotação da potência motriz enquanto parcela de capital. Nestas condições, a motorização da indústria portuguesa dos últimos 150 anos tem de ser enquadrada pelas condições de reprodução dos capitais em Portugal.

Os pontos que se seguem pretendem demonstrar como destas condições resultaram aparentes irracionalidades técnicas: o subaproveitamento de fontes de energia mecânica, como a hidráulica, ou a acumulação anormal de atrasos na electrificação. O ponto 1 tenta caracterizar as contradições inerentes à produção de energia mecânica enquanto investimento de capital; o ponto 2, como a constituição de mercados nacionais periféricos, nos quais se inclui o português, condiciona a rotação de capital; o ponto 3, as resultantes históricas de dois processos de substituição de fontes de energia no mercado português.

1. A ENERGIA MECÂNICA ENQUANTO ROTAÇÃO DE CAPITAL

A distinção entre a utilidade dos motores enquanto meios de produção e enquanto componentes de capital explica a coexistência de diferentes tipos de motor. Enquanto meios de produção, os motores são máquinas que transformam uma dada forma de energia em energia mecânica e podem ser comparados quanto ao rendimento: trata-se da relação entre o trabalho debitado e a energia consumida¹. Os motores de maior rendimento estão portanto associados a uma maior capacidade de produção de riquezas. Exclusivamente com base neste indicador, e abstraindo dos casos em que tecnicamente não houvesse escolha, nenhum motor térmico – especialmente de rotação alternada - teria sido instalado em substituição de um hidráulico. Em função do rendimento mecânico, nenhuma máquina de

¹ Como se sabe pelo 2º princípio da termodinâmica, esta relação é sempre inferior à unidade. HERLEA, 1985:15.

vapor se podia comparar a uma roda hidráulica “overshot” e muito menos a uma turbina Founeyron. O rendimento térmico do motor de Newcomen, já com os aperfeiçoamentos de Smeaton, era inferior a 1%, isto é, praticamente desperdiçava 99 % da energia térmica do seu combustível². O rendimento do motor de Watt chegava a cerca de 5 % e o do primeiro motor a aproveitar eficazmente a expansão do vapor a alta pressão, o “compound” de Woolf (1776-1837), poderia ter chegado a um máximo de 15%. Em contrapartida, o rendimento mecânico das rodas hidráulicas aperfeiçoadas, como a de Sagebien, chegava aos 90% e a turbina de Fourneyron, em um dos seus primeiros modelos (1832), aos 80 %³.

Estes balanços energéticos nunca poderiam ser feitos na época visto que a teoria termodinâmica só surgiu na segunda metade do século XIX. Contudo, o modo capitalista de produzir tem como objectivo o valor, não as riquezas. Enquanto encargos de capital, o trabalho dos motores podia, com maior ou menor dificuldade, ser comparado pelos industriais. Em mercados concorrenciais, mesmo admitindo técnicas contabilísticas pouco rigorosas, a persistência de imputações aos motores de que resultassem taxas de lucro inferiores à média não permitiria a renovação do mesmo tipo de equipamentos. Como ao longo da primeira metade do século XIX se continuaram a instalar, em situações de alternativa possível, rodas hidráulicas e máquinas de vapor, uma conclusão segura parece ser a de que os seus encargos deveriam ser semelhantes: a não ser assim, a substituição do tipo menos rentável teria sido mais rápida⁴.

1.1. A rotação do valor da potência

Em qualquer capital produtivo, a distinção entre capital fixo e circulante é relativa ao modo de circulação do valor, isto é, à forma como as parcelas de capital transmitem valor ao produto. O capital fixo transmite apenas uma fracção do seu valor em cada rotação de capital, o que significa que conserva, relativamente aos produtos que contribuiu para criar, as características físicas com que entrou no processo de trabalho. Em contrapartida, o capital circulante cede integralmente o seu valor ao produto durante cada rotação de capital, o que significa que se transforma fisicamente, perdendo a forma que tinha enquanto mercadoria.

Os motores são máquinas energéticas que, por terem uma vida útil de duração superior ao tempo de uma rotação de capital, pertencem ao capital fixo. Contudo, como o seu funcionamento necessita, entre outros factores, de agentes motores (os caudais nos motores hidráulicos, os combustíveis nos térmicos, a corrente eléctrica nos eléctricos) e de matérias auxiliares (lubrificantes, etc.) que são mercadorias integralmente consumidas em cada rotação de capital, a sua participação no valor do produto inclui também parcelas de capital circulante. Para cada motor, o custo de funcionamento, isto é, o custo da potência obtida (seja, por exemplo, do cavalo-vapor por hora), pode ser expresso pela equação (1):

$$F = (C (j + d) / H) + ep + S$$

² COSSONS, 1987:62.

³ As rodas hidráulicas transformam apenas energia mecânica. As máquinas térmicas (como as de vapor) transformam energia química em térmica e térmica em mecânica. Em função do segundo princípio da termodinâmica, têm sempre rendimentos inferiores às máquinas transformadoras com menores quantidades de energia (isto é, a energia impossível de transformar em trabalho). Para os rendimentos mecânicos das rodas francesas, WORONOFF, 1998: 206.

⁴ TEMIN, 1966:196.

na qual F é o custo da potência horária obtida; C , o capital fixo investido (o custo do motor instalado no local de trabalho); j , a taxa de juro anual; d , a taxa de deterioração média anual; H , o número de horas anuais de utilização; e , o total de unidades de energia e de matérias auxiliares consumidas por hora; p , o valor de e enquanto capital circulante; S , os custos salariais horários (de maquinistas na condução e manutenção)⁵.

As possíveis concretizações de cada uma destas sete variáveis levaram a grandes diferenças nos custos de funcionamento, o que ajuda a explicar a coexistência dos motores hidráulicos e térmicos.

Deve notar-se que na concretização das variáveis da equação (1) a localização do motor é um factor de grande ponderação na medida em que adiciona não só as despesas de transporte como as especificidades dos mercados locais. Além disso, os efeitos da localização não afectam apenas o custo de funcionamento dos motores. Antes da electrificação, a localização do motor era simultaneamente a do processo de trabalho, o que condicionava os encargos das outras fracções de capital - constante e variável⁶ - bem como os do transporte do capital-mercadoria até ao seu mercado de realização. A escolha dos motores tinha portanto de considerar não só como a localização poderia afectar a equação dos seus custos de funcionamento mas como poderia afectar toda a reprodução do capital.

Mesmo incluindo os efeitos do factor da localização nos encargos, a equação dos custos de funcionamento dos motores, por si só, não determina a circulação do valor da potência motriz. Esta depende igualmente da grandeza física do produto. Assim, para cada unidade física produzida (seja qual for a sua medida unitária) durante uma rotação de capital, o encargo de amortização da potência é o quociente entre os custos de funcionamento do(s) motor(es) e o total das unidades produzidas. Na equação (2):

$$P = (Ft) / O$$

P é o encargo de potência por unidade de produto; F , os custos tal como definidos na equação (1); t , o tempo de funcionamento do(s) motor(es) durante a rotação de capital; O , o total de unidades produzidas durante essa rotação. Em cada rotação, dois motores com iguais custos de funcionamento mas debitando desiguais massas de produto transmitirão ao capital-mercadoria desiguais fracções de capital constante por unidade. A diferença entre os custos de funcionamento dos motores e os encargos de amortização da potência depende portanto da extensão do mercado disponível. Isto significa que depende de circunstâncias históricas, muitas delas de origem pré-capitalista mas cujo papel se tornou decisivo na acumulação de capital.

⁵ HALSEY, 1981: 727. Halsey usou esta equação para comparar custos de funcionamento de diferentes motores a vapor mas nada impede que possa ser usada na comparação entre motores a vapor e hidráulicos. Era, aliás, a equação já usada no século XIX para este efeito. Para a concretização da equação nos motores hidráulicos americanos, onde era frequente as rodas hidráulicas terem de pagar uma renda pelo uso dos caudais, ver TEMIN, 1966: 198.

⁶ Em 1865, calculava-se que na comparação entre os custos de funcionamento de um motor hidráulico em Tomar e de uma máquina de vapor em Lisboa deveria entrar “a diferença de preço entre os jornaes dos operarios de Lisboa e de Thomar” - cerca de 30 reis diários, o que a 216 operários /ano dava 1,9 contos. FABRICA DE FIAÇÃO DE ALGODÃO EM TOMAR, 1865: 14.

2. A ROTAÇÃO DO VALOR DA POTÊNCIA NO MERCADO PORTUGUÊS

Uma vez que os encargos de amortização da potência dependem da grandeza do produto, pode concluir-se que, para todos os capitais industriais portugueses, eram comparativamente elevados.

No período aqui considerado e com a excepção da Inglaterra – cujo mercado concentrou durante o século XIX entre 20 a 40% das exportações do resto do mundo – o produto industrial de cada país europeu foi quase exclusivamente condicionado pela extensão dos mercados nacionais. A acumulação de capital fez-se a partir de centros que tinham unificado ou estavam a unificar politicamente mercados locais e regionais, delimitando-os por pautas alfandegárias mais ou menos gravosas. Esta configuração territorial em mercados nacionais foi em seguida consolidada pelo traçado das redes ferroviárias e de navegação a vapor. A partir da década de 1840 estas redes de transporte começaram a diferenciar algumas distâncias-tempo da Europa Continental, dissociando-as das distâncias geográficas naturais. A diminuição do tempo de circulação trazida pelas novas rotas teve o efeito de acelerar a periferização dos mercados não tocados, para os quais passou a existir uma desvantagem concorrencial. Em contrapartida, alguns mercados nacionais, consolidados por esses eixos privilegiados de circulação do capital-mercadoria, atingiram extensões suficientes para que a complementaridade interna pudesse provocar economias de capital (casos do *Zollverein* ou do mercado francês). Houve também casos de capitais sediados fora dos grandes mercados nacionais mas cuja rotação beneficiava da proximidade e do acesso directo a esses eixos privilegiados: por exemplo, os belgas, suíços e dinamarqueses. O resultado destes processos foi a complementaridade industrial das regiões atlânticas europeias, cujas trocas entre si representavam, em 1913, cerca de 40% do comércio mundial⁷.

Atendendo ao nível da acumulação de capital no mercado nacional, que por sua vez condicionou o atraso e a extensão das suas redes ferroviárias⁸ e de navegação a vapor, o mercado interno português rapidamente acumulou características periféricas. Entre 1851-91, as exportações foram em média inferiores a 5% do produto interno⁹ e, apesar das expectativas das décadas de 1880-90, o mercado colonial só muito tardiamente teve condições para exercer alguns efeitos multiplicadores.

Nestas condições, para qualquer motor instalado numa actividade agrícola ou industrial portuguesa, os encargos de amortização da potência seriam geralmente superiores aos dos capitais produtivos integrados nos grandes mercados. Em consequência, esses encargos teriam efeitos negativos sobre as taxas de lucro em Portugal. Para representar a associação entre os dois fenómenos, considere-se a rotação rI de um qualquer capital na qual, por unidade de produto, TL é a taxa de lucro; MV , a massa de mais-valia; c , o capital constante (onde se incluem quase todas as parcelas de valor correspondentes ao trabalho do(s) motor(es); v , o capital variável¹⁰. No final da rotação rI , a taxa de lucro é dada pela equação (3):

$$TL = MV / (c + v)$$

⁷ NIVEAU, 1979: 197.

⁸ Uma comparação para o ano de 1902 mostra como, tanto pelo critério da percentagem por metro quadrado como pelo da permutagem demográfica, a rede portuguesa estava praticamente no último lugar das redes europeias (praticamente apenas superior à russa ou à turca). Para os indicadores, ABRAGÃO, 1956: 70.

⁹ MATA; VALÉRIO, 1993: 154.

¹⁰ A representação da fórmula do capital em unidades de valor serve apenas para facilidade de exposição. A sua existência real pressupõe a perequação dos lucros, tal como a equação (1) mostrou ao incluir a variável do juro do capital fixo.

Admita-se que numa qualquer outra rotação – seja r_{20} - o crescimento da procura leva à instalação de um motor de maior potência, o que eleva o valor de c . Admita-se igualmente que o aumento de valor que afectaria outras parcelas de c , por efeito do crescimento do produto, e o aumento da taxa de mais-valia, por efeito de uma maior intensidade do trabalho, se anulam entre si¹¹. Então, para cada unidade produzida durante a rotação r_{20} , a variação do capital constante relativamente a r_1 será determinada pela variação do encargo de amortização da potência:

$$\delta c = \delta P$$

Isto é, se durante a rotação r_{20} variarem apenas os custos de funcionamento do motor (F_t) e o total de unidades do produto (O), então para cada uma dessas unidades de produto, a equação (3) será substituída pela equação (4):

$$TL = MV / (c + \delta c + v) = MV / (c + \delta (F_t / O) + v)$$

que expressa a determinação da variação da taxa de lucro pela variação do encargo de amortização da potência. Nestas condições, para uma mesma massa de mais-valia, a taxa de lucro varia inversamente ao encargo de amortização da potência¹².

Atendendo à reduzida grandeza da procura industrial no mercado português, pode inferir-se que em P , a transição para escalões superiores de potência levaria com frequência o numerador F_t a aumentar proporcionalmente mais que o denominador O . Alguns testemunhos da época notaram esta associação entre a instalação de motores de maior potência e a diminuição da taxa de lucro para muitos capitais industriais portugueses:

“No calculo da potência de um motor instalado em qualquer fabrica, ha...que distinguir dois casos: 1º Quer-se saber a potência efectiva absoluta do motor...2º Quer-se saber a potência do mesmo motor, relativamente ao conjunto de máquinas operatórias e aparelhos que ele é destinado a accionar.

*Parece-nos precisa esta distinção na pratica, porque...a maior parte dos motores das fabricas são de potência superior á que é exigida pelo trabalho das mesmas fabricas em regime normal. É certo que nos importa, tanto a nós como aos Srs. Industriais conhecer ambos os casos, porem só o segundo deve servir para o calculo do custo do cavalo-vapor, visto que o primeiro não corresponde á potência real exigida pela fabrica, e produziria um erro para menos no custo do cavalo-hora...”*¹³

¹¹ Com um motor de maior potência seriam necessárias mais máquinas operatórias e seria transformada, talvez com maiores desperdícios, uma quantidade maior de matérias-primas, o que faria aumentar o valor das restantes parcelas de capital constante por unidade. Em sentido contrário, esse aumento seria provavelmente compensado por uma maior intensidade do trabalho, logo por um aumento de MV . A hipótese que abstrai dos efeitos destas variações serve apenas para facilidade de exposição mas tem fundamento empírico.

¹² Por outras palavras, a obtenção de cada hora de sobre-trabalho pode necessitar de um custo maior ou menor em potência motriz.

¹³ BRANDÃO, 1911: 38 (sublinhado não original).

Conhecem-se vários casos de firmas que, tendo montado motores cujo funcionamento determinava valores elevados de P , se viram forçadas a investir em segundas indústrias dentro das mesmas instalações, o que raramente conseguia contrariar a tendência para a diminuição das suas taxas de lucro.

3. CASOS HISTÓRICOS DE SUBSTITUIÇÃO DE MOTORES

Deduz-se então que a superioridade técnica de alguns tipos de motores, reflectida na economia das suas variáveis de capital circulante, pode ser contrariada e até anulada pelas condições de valorização definidas por P , o encargo de amortização da potência. Por exemplo, sabe-se que a substituição dos primeiros modelos de máquinas de vapor já constituiu uma manifestação deste fenómeno. Ao contrário do que pareceu estabelecido durante algum tempo, a difusão das máquinas construídas segundo as patentes de Watt de 1769 e 1782 (respectivamente do condensador separado e do sistema de duplo efeito) foi relativamente lenta nas regiões industriais inglesas. Admitindo-se que durante as últimas décadas do século XVIII o têxtil do Lancashire teve as mais altas taxas de crescimento da industria inglesa, este exemplo torna-se particularmente demonstrativo da grandeza que o produto O terá de atingir, enquanto denominador, quando as variáveis de capital fixo no numerador Ft aumentam com intensidade¹⁴. Em 1775 calculava-se que um motor de Watt teria uma potência útil duas vezes superior à de um Newcomen com o mesmo diâmetro de cilindro, mas que, em contrapartida, teria um preço duas vezes superior. Deve notar-se que, para além dos maiores custos envolvidos na construção de um mecanismo mais complexo, até 1800 o preço de uma máquina de Watt incluía ainda os encargos das patentes. A firma Boulton & Watt recebeu vários testemunhos de como “*the gross sum which (the) engines cost at first, startles all the lesser manufacturers here*” e de como, nas decisões de compra, o seu maior rendimento térmico e a consequente “*saving of fuel*” pesava menos do que as 200-300 libras “*of ready cash*” da aquisição. Esta atitude estava generalizada entre muitas firmas da região de Manchester. Musson e Robinson calcularam que, entre 1775-1800, o número de motores instalados pela firma de Watt correspondesse apenas a 1/3 dos registados no condado e concluíram que apenas as grandes firmas – certamente as que já dispunham de mercados de exportação garantidos – estivessem em condições de os encomendar¹⁵.

Neste ponto são apresentados dois processos de substituição de motores portugueses durante o período 1850-1950 nos quais se tornaram patentes estas contradições da reprodução do valor da potência motriz enquanto elemento de capital.

3.1. A substituição da energia hidráulica pela do vapor no mercado português

Enquanto os problemas de escala dos mercados não eram ainda considerados determinantes e os capitais produtivos continuavam maioritariamente compostos por variáveis de capital circulante, a opinião dominante em Portugal era a de que os motores hidráulicos estavam subaproveitados:

¹⁴ MUSSON; ROBINSON, 1958-9: 418-39.

¹⁵ MUSSON; ROBINSON, 1958-9: 424.

*“Por toda a parte o artifício cria e alimenta o motor, a troco de grande dispêndio: só em Portugal motores naturais baratíssimos se desaproveitam e perdem inutilmente... Só Portugal, país pouco carbonífero, se tem empenhado em empresas dispendiosas pelo emprego do vapor, deixando ao mesmo tempo desaproveitados muitos motores naturais importantes, e topograficamente vantajosos.”*¹⁶

Embora fosse reconhecido que o investimento de capital fixo era mais elevado nas rodas hidráulicas que nas máquinas de vapor aceitava-se que nos custos de funcionamento a diferença seria compensada pelas variáveis de capital circulante, especialmente pelas designadas ep na equação (1)¹⁷. Nas máquinas de vapor portuguesas, o agente motor era obtido a partir da hulha importada da Grã-Bretanha e nas décadas entre 1860-80, as diferenças de preço entre os mercados de origem e o preço C.I.F. oscilaram entre 1-2 e 1-3¹⁸. Em contrapartida, parecia que, pelo menos nas regiões norte e centro do território português, haveria muitos caudais hidráulicos a aproveitar sem encargos.

Conhecem-se vários projectos industriais fundamentados nesta diferença de custos. Em 1865, um engenheiro francês encarregado de avaliar o património da fiação de Tomar, calculava que para obter a potência do motor hidráulico da fiação – 45 c.v. – uma máquina de vapor obrigaria a encargos anuais de carvão na ordem dos 2,7 contos¹⁹. Em 1877, a primeira gerência da Companhia Rio Ave – uma firma formada para instalar fábricas têxteis e de moagem – declarou aos accionistas que, entre os custos de funcionamento de 4 turbinas e os de duas máquinas de vapor de igual potência, a relação seria de cerca de 1-2,3²⁰. Uma obra de divulgação mecânica publicada em 1883 ia mais longe: a relação de custo do cavalo vapor hidráulico para o térmico teria mesmo uma amplitude de variação entre 1- 1,1 e 1- 15,7²¹. Torna-se claro que, considerando apenas as variáveis ep da equação (1), as economias variam directamente com a potência instalada: em 1893, as 2 turbinas da futura fábrica têxtil de Ruães (no Cávado) produziram *“uma economia de reis 15:000\$000 annuaes que se deixa de gastar em combustível”*²².

A experiência viria a mostrar como as concretizações e a ponderação das variáveis nas equações dos custos diferiram frequentemente do esperado. Por exemplo, no caso da Companhia Rio Ave, o tempo de utilização das 4 turbinas (que debitariam um total de 180 c.v.) tinha sido calculado em 300 dias anuais. Atendendo ao que se sabe sobre os caudais

¹⁶ TORRES, 1856: 89.

¹⁷ Sobre a ponderação do capital fixo nos custos de funcionamento das rodas hidráulicas, Torres concluiu: *“O sacrificio a que podem levar, ou por uma só vez ou pelas obrigações permanentes que se podem contrair para a aquisição do motor, está bem longe de rastejar pela pesada e incessante despesa do combustível nos estabelecimentos a vapor.”* TORRES, 1856: 93.

¹⁸ SANTOS, 2000, 2: 60-61.

¹⁹ FABRICA DE FIAÇÃO DE ALGODÃO EM TOMAR, 1865: 13-14.

²⁰ O funcionamento de 4 turbinas de 45 c.v. custaria anualmente 7.755\$000; o de 2 máquinas de vapor de 90 c.v., 17.290\$440. COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRICOLA PORTUENSE, 1878: 7-9.

²¹ Note-se que tanto a Comp^a do Rio Ave como A. Corvo usavam a equação de custos (1) com todas as variáveis; tinham mesmo o cuidado de acrescentar na parcela ep os gastos em lubrificantes. Isto mostra que relativamente às suas conclusões apenas se pode questionar a concretização das variáveis, não as equações que usaram. CORVO, 1883: 75-77 e 98.

²² COMPANHIA FABRIL DO CAVADO, 1893.

portugueses, parece excessivamente otimista²³. Na verdade, quando a sua fábrica da Retorta chegou realmente a funcionar, com uma roda hidráulica de apenas 13 c.v., verificou-se que não dispensava uma máquina de vapor “durante a estiagem” e que a instalação do motor hidráulico era um complemento, não uma alternativa ao vapor²⁴. Além disso, tanto neste caso como no cálculo de Andrade Corvo, foram usados preços que parecem exagerados, sobretudo se relativos a consumos no litoral²⁵.

Contudo, a adaptação da energia hidráulica à rotação dos capitais portugueses tinha dificuldades ainda maiores do que as colocadas pelas variáveis de capital circulante. Nos motores hidráulicos, o capital fixo envolvido tendia a crescer com grandes soluções de continuidade. Por exemplo, na comparação dos custos entre a energia hidráulica e térmica na fiação de Tomar, o engenheiro Déjante não incluiu o valor das obras hidráulicas – açude e canais – que a futura companhia iria adquirir, entre outras “pertencas”, por 150 contos²⁶. Este poderá ser um exemplo extremo mas ilustra como, relativamente às variáveis de capital fixo, a relação custo/potência era mais descontínua nos motores hidráulicos que nos térmicos. Aumentar a pressão no gerador ou transformar uma máquina de vapor de baixa pressão em “compound”²⁷ representava um aumento de capital fixo mais proporcional a pequenos aumentos do *output* do que instalar uma turbina²⁸ e/ou realizar obras para uma represa de maior caudal²⁹. Assim, por efeito da elevada ponderação da variável C nos custos de funcionamento Ft, a amortização da potência na passagem para escalões imediatamente superiores era mais gradativa nos motores a vapor que nos hidráulicos. Dada a ausência de

²³ Os cálculos da própria Comp^a mostravam que o “*vasão do rio*” do rio Ave flutuava nesse local entre um máximo de 16,88 litros em Abril e um mínimo de 1,04 em Setembro. COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRICOLA PORTUENSE, 1878: 7.

²⁴ COMISSÃO DISTRICTAL DO PORTO, 1881: 178.

²⁵ No caso dos cálculos da Comp^a do Rio Ave, quer o preço do carvão a 8,7 reis/kg quer o salário de 800 reis/dia para o maquinista estão sobreavaliados. Os cálculos de A. Corvo são falíveis porque foram retirados de exemplos franceses, que o autor não adaptou ao mercado português. Em relação a este, são factores de erro: o preço do carvão a 7,2 reis/kg (seria 4,5, segundo a média da importação desse ano), o salário de 720 reis para o maquinista (muito superior ao que resultava das taxas salariais portuguesas), a taxa de juro de 5 % (seria de 6%, segundo a C^a do Rio Ave) e o horário de 10 horas (14 na C^a do Rio Ave, 12 como valor modal no Inquérito de 1890).

²⁶ O açude e canais foram encontrados em perfeito estado de conservação, ao contrário das rodas. O edifício estava ainda incompleto e todas as máquinas operatórias “precisam ser renovadas”. FABRICA DE FIAÇÃO DE ALGODÃO EM TOMAR, 1865: 7-9. Pode concluir-se que o valor de 150 contos correspondente aos activos a transitar para nova sociedade representasse principalmente as instalações hidráulicas.

²⁷ O sistema “compound” (à letra, composto) consistia na combinação de cilindros de alta e baixa pressão nos quais o vapor expandia várias vezes o volume com que chegava do gerador. Generalizou-se em Inglaterra e no Continente depois da patente de McNaught em 1845 e serviu para reverter muitos motores de baixa pressão.

²⁸ O custo da turbina e das obras de construção civil necessárias a sua instalação eram sempre elevados, embora não se conheçam muitos casos concretos. A instalação de 4 turbinas da Comp^a Rio Ave, totalizando 180 c.v., foi estimada em 51 contos; a instalação da turbina na fiação da Balsa (Valongo), com apenas 30 c.v., foi estimada em 40 contos. COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRICOLA PORTUENSE, 1878: 8; COMISSÃO DISTRICTAL DO PORTO, 1881: 171.

²⁹ Em 1881, calculava-se que, no distrito do Porto, as rodas hidráulicas que aproveitavam os caudais na pequena moagem rural teriam um custo de 100\$000, isto é, cerca de 5 vezes menos que uma máquina de vapor. Era nas obras de construção civil necessárias para o aumento da potência hidráulica que se verificavam os maiores agravamentos de custos. As “*despesas de aterros, alvenarias, etc.*” podiam chegar a 92 % do custo da instalação. Para a comparação de preços entre rodas e máquinas de vapor em 1881, COMISSÃO DISTRICTAL DO PORTO, 1881: 415, nota a). Para a ponderação das obras de construção civil nas instalações hidráulicas, CORVO, 1883: 81 e 98.

desníveis acentuados no crescimento do mercado interno, deduz-se que aos capitais portugueses que respondiam a pequenas extensões da procura se tornasse mais fácil diminuir P com a instalação de novos motores a vapor. Sobre os custos do aproveitamento dos caudais portugueses, um engenheiro notava em 1918:

*“Em tése geral, convém dizê-lo, uma queda de água não constitue energia gratuita, como corre no vulgo. – Para utiliza-la tem de empreender-se obras cujo dispendio e por consequencia cujos encargos podem anular qualquer tentativa de exito”*³⁰

Deve acrescentar-se que a necessidade de diminuir P determinava não só a escolha entre motores a vapor e hidráulicos mas também a escolha entre diferentes motores hidráulicos. As rodas tinham um rendimento mecânico inferior às turbinas mas a diferença nos custos de instalação determinava menores encargos de amortização de potência. A gerência da mesma Companhia do rio Ave que tinha planeado instalar turbinas explicou pouco tempo depois por que razão tinha mudado de opinião:

*“Houve a principio ideia de começar logo com turbinas...Mas a pouca vantagem destas sobre as rodas hidráulicas...resolveu-nos a adiar por enquanto o seu emprego, atendendo a que o custo delas excede os nossos recursos, e a força motora de que carecemos é-nos dada por essa maquina mais simples e incomparavelmente mais barata e de mais faceis reparações.”*³¹

Os encargos de amortização da potência explicam também a associação quase exclusiva entre as turbinas e os poucos grandes capitais industriais. Por exemplo, em 1889, para a rentabilização em turbina dos 345 c.v. a captar no rio Alva, uma futura fábrica têxtil seria obrigada a instalar 424 teares, cujo produto seria de cerca de 533 contos³². Assim, apesar de um artigo publicitário de 1897 salientar que o preço das turbinas Knop as punha “ao alcance tanto da pequena como da grande industria”, é significativo que 6 dos 7 casos até então instalados em Portugal fossem superiores a 60 c.v. e pertencentes a ramos em que predominava a “grande industria”, quase sempre exportadora: têxtil (3 casos), minas, pasta de madeira e uma central eléctrica³³.

3.1.1. Percentagens da potência dos motores hidráulicos e a vapor na indústria “fabril”

Os efeitos dos encargos de amortização da potência são confirmados por indicadores retirados da estatística industrial portuguesa. O quadro 1 apresenta as frequências relativas

³⁰ APOLINARIO, 1918: 111.

³¹ COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRICOLA PORTUENSE, 1880: 5 (sublinhado não original). Em 1868, a instalação de uma roda desenvolvendo 50 c.v. - na C^a de Lanifícios de Lordelo - teria custado pouco mais de 6 contos, embora se ignore se aproveitou infra-estruturas já existentes. COMMISSÃO DISTRICTAL DO PORTO, 1881:156.

³² Para uma ordem de grandeza, note-se que em 1881 o produto anual da firma algodoeira com a mais elevada composição orgânica de capital no distrito do Porto - a fábrica de Salgueiros -era de 160 contos. COMMISSÃO DISTRICTAL DO PORTO, 1881:199. Para o projecto da fabrica do Alva, CYSNEIROS, 1889: 14.

³³ ABREU, 1897: 1-2. A transcrição vem em CORDEIRO, 1995: 245-262. Também no caso dos “principais” motores hidráulicos instalados na 1^a circunscrição, todos eram superiores a 100 c.v. e 5 dos 6 casos eram têxteis. S. ROMÃO, 1909: 12.

da potência instalada nos dois tipos de motor no sector “*fabril*” do distrito do Porto. Por sector “*fabril*” entende-se:

- em 1881, o conjunto designado por “*fabricas*”, mais os estabelecimentos industriais dispondo de motores dentro da chamada “*pequena industria da cidade*”;
- em 1890, o conjunto dos estabelecimentos industriais com motores de potência conhecida, o que exclui a esmagadora maioria da pequena indústria com motores;
- em 1909 e 1910, o conjunto dos estabelecimentos industriais com motores, com a reserva de que, relativamente aos hidráulicos e pelas razões expostas, os relatórios das circunscrições registavam apenas os “*principais*”.

Com este critério, obtém-se um agregado de motores representativos do capital industrial de composição técnica mais elevada visto o adjectivo “*fabril*” ter sobretudo servido para designar os capitais que incluíam motores artificiais nas suas imobilizações. Como as percentagens se referem à totalidade da potência “*fabril*”, que engloba outros motores não animais (de combustão interna, eléctricos, etc.), a soma das percentagens da energia hidráulica e do vapor é inferior à unidade.

QUADRO 1
Distrito do Porto - percentagens da
potência dos motores hidráulicos e
a vapor na indústria “*fabril*”

Ano	Potência Hidráulica	Potência do Vapor
1881	12,5	87,0
1890	13,5	78,8
1909	2,9	85,2
1910	2,9	82,4

Fontes: para 1881, COMISSÃO DISTRICTAL DO PORTO – *Relatorio apresentado ao Ex.mo Sr. Governador do Distrito do Porto...* Porto, 1881; para 1890, MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS - *Inquerito Industrial de 1890*, vol. IV, Lisboa, 1891; para 1909, S. Romão, Visconde Villarinho de – *Relatorio dos Serviços da 1ª circunscrição dos Serviços tecnicos da indústria no ano de 1909*. “Boletim do trabalho industrial” nº 39, p. 19-26; para 1910, Girão, Luis Ferreira - *Relatorio dos Serviços da 1ª circunscrição dos Serviços tecnicos da indústria no ano de 1910*. “Boletim do trabalho industrial” nº 57, p. 19-27.

Nesta amostra do capital industrial de composição técnica mais elevada, as percentagens de potência dos motores hidráulicos foram sempre inferiores a 14% e, a julgar pelas frequências registadas no final da década de 1900, tiveram uma tendência descendente. As percentagens do vapor nunca foram inferiores a $\frac{3}{4}$ da potência instalada no distrito.

O quadro 2 apresenta as frequências relativas da potência nos dois tipos de motor no sector “*fabril*” do distrito de Lisboa. Por sector “*fabril*” entende-se aqui:

- em 1881, o conjunto dos estabelecimentos industriais registados pelo inquérito “*directo*”³⁴;

³⁴ COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUERITO INDUSTRIAL, 1881, vol. 1 e 2. Apesar dos elogios ao trabalho da comissão central, o relator da repartição de estatística considerava que teria havido omissões importantes: dentro do capital privado, os estabelecimentos do ramo gráfico (“*alguns com prelos movidos a vapor*”) e algumas indústrias da madeira, como a marcenaria. Também tinham sido omitidos todos os estabelecimentos industriais do Estado

- em 1890, tal como para o distrito do Porto, o conjunto dos estabelecimentos industriais com motores de potência conhecida;
- em 1917, o conjunto dos motores industriais hidráulicos e de vapor registados pelos serviços da respectiva circunscrição.

Trata-se portanto de outra amostra de capitais representativos do nível mais elevado de composição técnica.

QUADRO 2
Distrito de Lisboa - percentagens da
potência dos motores hidráulicos e
a vapor na indústria “fabril”

Ano	Potência Hidráulica	Potência do Vapor
1881	4,7	95,2
1890	3,2	94,1
1917	0,3	89,3

FONTES: PARA 1881, COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUERITO INDUSTRIAL – *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo*, vol. 2 Lisboa, 1883; PARA 1890, MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS - *INQUERITO INDUSTRIAL DE 1890*, VOL. IV, LISBOA, 1891; PARA 1917, *ESTATISTICA INDUSTRIAL. “BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL”*, nº 116. LISBOA, 1926

Relativamente ao distrito do Porto, verifica-se que no de Lisboa as percentagens da potência dos motores hidráulicos eram inferiores e que tiveram igualmente uma tendência descendente. Entre 1881 e 1917, praticamente 90% da potência instalada nas amostras de capitais “fabris” do distrito foi fornecida por motores a vapor.

O quadro 3 apresenta as frequências relativas da potência nos dois tipos de motor no sector “fabril” português, com exclusão dos distritos do Porto e Lisboa. Para facilidade de expressão, este agregado será designado por “*Restantes distritos*”. Por sector “fabril” entendeu-se:

- em 1881, o conjunto dos estabelecimentos industriais que respondeu ao inquérito “*indirecto*” e cujos motores eram de potência conhecida³⁵;
- em 1890 e 1917, conjuntos definidos como os que foram usados para a amostra do distrito de Lisboa.

(“*imprensa nacional, cordoaria, fabrica da pólvora, oficinas de serralheria, fundição e outros*”). MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, 1883: 2. De acordo com as limitações de meios e de tempo, deveria “*preferir-se...as industrias que mais directamente estivessem relacionadas com o tratado com a França*.” COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUERITO INDUSTRIAL, 1881, 2: 2.

³⁵ COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA, 1881, 5: 286-315. A amostra do “*Inquerito Indirecto*” totaliza 76 motores a vapor, dos quais se excluíram 47 funcionando no distrito de Lisboa (o “*inquerito indirecto*” não incluiu nenhum do distrito do Porto). Esta amostra não representa tão significativamente a “*grande indústria*” como a que resultou do inquérito directo realizado também no distrito de Lisboa. No entanto, o facto de se tratar de uma amostra formada exclusivamente por estabelecimentos com motores artificiais torna-a comparável para este efeito.

QUADRO 3 – Restantes distritos nacionais (excluindo Porto e Lisboa) - percentagens da potência dos motores hidráulicos e a vapor na indústria “fabril”

Ano	Potência Hidráulica	Potência do Vapor
1881	48,6	49,7
1890	47,0	49,3
1917	23,6	57,0

FONTES: PARA 1881, COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUERITO INDUSTRIAL – *Inquerito Industrial de 1881*, vol. 5 Lisboa, 1882; PARA 1890, MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS - *INQUERITO INDUSTRIAL DE 1890*, VOL. III E IV, LISBOA, 1891; PARA 1917, *ESTATISTICA INDUSTRIAL*. “BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL”, Nº 116. LISBOA, 1926

Nos “Restantes distritos”, em que predominavam capitais de composição técnica inferior à média, o equilíbrio entre os totais de potência fornecidos pelos dois tipos de motor era maior. Nas duas primeiras amostras, as percentagens da potência hidráulica foram inferiores às do vapor apenas por pouco mais de 1% ; embora tivessem também uma tendência descendente, em 1917 representavam ainda cerca de $\frac{1}{4}$ da potência instalada. Nesta última amostra, as percentagens do vapor representavam pouco mais de metade do total da potência instalada no sector “fabril” destes distritos.

3.1.2. Potências médias dos motores hidráulicos e a vapor na indústria “fabril”

As amostras consideradas no ponto anterior também permitem observar a evolução da potência média dos motores. Para cada amostra, o quadro 4A mostra como variou a potência média dos motores hidráulicos e o quadro 4B como variou a dos motores a vapor.

QUADRO 4A – PORTUGAL - Potência média dos motores hidráulicos na indústria “fabril” (em c.v.)

	1881 ³⁶	1890	1909	1910	1917
Porto	40,5	21,2	19,2	24,4	
Lisboa	17,9	7,7	-	-	40,0
Restantes distritos	19,2	9,4	-	-	8,7
Total nacional	21,2 ³⁷	10,0	-	-	8,9

³⁶ As amostras de 1881 usadas no quadro 4(A-B) resultam exclusivamente da recolha de informações contidas no texto do inquérito. Na “Recapitulação” elaborada pelos relatores no volume final, as variáveis “numero de motores” e “força” não têm correspondência unívoca, isto é, dentro da primeira não foi discriminado o total de motores de potência desconhecida. O erro de contagem da “Recapitulação” pode observar-se através das potências médias dela deduzidas. No caso dos motores hidráulicos, algumas não têm qualquer significado: Porto - 0,2 c.v.; Lisboa - 10,8 c.v.; Restantes distritos - 7,7 c.v.; Total nacional - 1,2 c.v. No caso dos motores a vapor, as médias da “Recapitulação” aproximam-se mais das do quadro 4 pois o total de casos de potência desconhecida era menor: Porto - 17,5 c.v.; Lisboa - 27,5 c.v.; Restantes distritos - 16,5 c.v.; Total nacional - 21,5 c.v. Em consequência da não verificabilidade das frequências absolutas, a “Recapitulação” não foi considerada como amostra. MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, 1883: 88-89.

³⁷ No caso do ano de 1881, as médias do total nacional (nos quadros 4 A e 4B) foram obtidas a partir do “Inquérito Indirecto” desse ano. Assim, o “total nacional” de 1881 não resulta da soma dos totais parciais dos distritos do Porto, Lisboa e “Restantes distritos” visto que os dois primeiros provêm de amostras diferentes (respectivamente o relatório da Comissão Distrital do Porto e o “inquerito directo” do distrito de Lisboa).

QUADRO 4B – PORTUGAL - Potência média dos motores a vapor na indústria “fabril” (em c.v.)

	1881	1890	1909	1910	1917
Porto	19,3	25,0	62,4	61,5	93,1
Lisboa	21,4	17,8	-	-	115,3
Restantes distritos	20,4	25,2	-	-	38,1
Total nacional	23,0	21,6	35,7 ³⁸	-	72,2

Sobre o quadro 4A e relativamente ao período 1881-1910/17 verifica-se que:

- nos casos do Porto e “*restantes distritos*”, a potência média dos motores hidráulicos teve uma tendência descendente e as suas taxas de crescimento anual³⁹ foram, respectivamente: -1,7 e -2,2%; no caso de Lisboa, houve um crescimento anual positivo mas cerca de 2 vezes inferior ao crescimento que, no mesmo distrito, teve a potência média do vapor (2,3 contra 4,8%). No total nacional, a potência média dos motores hidráulicos teve um crescimento anual negativo: taxa de -2,4%.

Sobre o quadro 4B e relativamente ao período 1881-1917 verifica-se que:

- a potência média dos motores a vapor teve um crescimento positivo nas três amostras; o crescimento anual foi mais intenso nos distritos do Porto e Lisboa - respectivamente 4,5 e 4,8% - que nos “*restantes distritos*”: 1,8%. No total nacional, a potência média dos motores a vapor teve um crescimento anual positivo: taxa de 3,2%.

Conclusões:

Pode concluir-se que, para os capitais industriais de maior composição técnica, a energia hidráulica se tornou residual. Além de fornecer uma percentagem energética cada vez menor (quadros 1-3), as instalações hidráulicas tinham uma potência média tendencialmente menor (quadro 4A). Em sentido inverso, tanto as percentagens da energia a vapor como a potência média dos motores a vapor apresentam tendências de crescimento positivo.

Sem outras indicações, este fenómeno deverá ser interpretado como uma mudança na curva da procura de motores. Com um PNB a crescer a taxas moderadas, os investimentos adicionais e as renovações de capital fixo tendiam a instalar motores térmicos em vez de novos motores hidráulicos. É evidente que para este resultado concorreram vários factores, como as especificidades técnicas que por vezes impediam a instalação de maiores motores hidráulicos (os caudais potencialmente utilizáveis são limitados) ou as tendências favoráveis

³⁸ Média relativa às “*Máquinas a vapor na industria fabril*” no ano de 1907. SIMÕES, 1908: 374.

³⁹ As taxas de crescimento anuais foram calculadas a partir dos dados originais. O facto de não haver uma série temporal e as reservas que se podem fazer quanto às frequências absolutas de algumas amostras justificam que as taxas de crescimento não tenham sido calculadas a partir de curvas de regressão.

que afectaram os custos de funcionamento F dos motores térmicos (a diminuição dos custos de transporte tendia a reduzir o preço do carvão importado). Contudo, considerando a reduzida extensão dos mercados de realização, pode concluir-se que, em função do investimento em capital fixo na passagem para escalões superiores de potência ter maiores soluções de continuidade nos motores hidráulicos, os encargos de amortização P determinaram a diminuição da sua procura por parte da indústria portuguesa.

3.2. A substituição da energia térmica pela eléctrica no mercado português

Para os motores eléctricos, na condição de a produção do agente motor estar suficientemente concentrada a montante, todas as variáveis da equação (1) apresentavam concretizações mais rentáveis que para qualquer outro motor entretanto conhecido. As instalações eletrificadas permitiam economias de capital fixo (os motores eléctricos têm preços, taxas de obsolescência e despesas de manutenção inferiores aos hidráulicos e térmicos) e, especialmente, de capital circulante visto que a produção de energia podia ser separada do consumo. Desenvolveu-se assim um ramo de investimento a montante da maioria dos capitais industriais – o do fornecimento de energia – e a escala das centrais eléctricas deixou de ser proporcional aos motores individuais que a transformavam em trabalho⁴⁰.

Para além do aumento de produtividade resultante de a energia se ter tornado uma mercadoria, a electricidade permitia a transmissão individual de potência, do que resultavam economias de capital adicionais:

- a) rendimentos mecânicos muito superiores, visto que as perdas de potência diminuam. Nas transmissões mecânicas feitas a partir de motores centrais, eram necessários cabos e correias para ligar o motor (hidráulico ou a vapor) a cada máquina operatória. As perdas eram importantes, especialmente em situações de correias mal instaladas ou deterioradas e obrigavam a elevados custos de manutenção, (que por vezes incluíam mesmo um posto de trabalho específico: o “*sapateiro*” das fábricas do Porto). Em 1911, três estudos sobre as transmissões em fábricas inglesas concluíram que as perdas médias de energia se situavam entre 38,6 e 69%⁴¹.

Com motores eléctricos (mesmo contando as perdas no dínamo e na “canalização eléctrica”), conseguia-se que o total de energia desaproveitada fosse apenas de 20%⁴². Conseguia-se igualmente uma activação mecânica mais regular do que com qualquer outro motor: apesar dos reguladores de inércia (como o volante), as velocidades dos

⁴⁰ A produção de energia enquanto ramo de capital surgiu com as companhias de gás. Contudo, a separação que estas operaram entre produtores e consumidores de energia foi muito menor que a do mercado da electricidade. Quase todo o gás fornecido era para iluminação e a rede de distribuição limitava-se à canalização urbana. Além disso, muitos desses motores - especialmente localizados fora das cidades - continuaram, através de gasógenos, a funcionar com gás produzido nas suas próprias instalações. SANTOS, 2000, 2: 293-298.

⁴¹ Ferreira do Amaral acrescentava que “*Se idênticas experiências fossem feitas em Portugal não receio dizer...que esses numeros teriam valores bastante mais elevados ainda*”. AMARAL, 1911: 313. Provavelmente com base na sua experiência das oficinas ferroviárias, Duro Sequeira calculava que variassem entre 20 e 60% da potência efectiva. SEQUEIRA, 1902: 92-93.

⁴² O rendimento do dínamo era calculado em cerca de 80%. SEQUEIRA, 1902: 93.

motores térmicos, especialmente das máquinas de vapor, eram mais descontínuas, o que acelerava a deterioração das máquinas operatórias movidas.

- b) economias nos custos dos funcionamentos de máquinas operatórias, que com a electrificação se podiam autonomizar. Com a transmissão de potência por grupo, a activação intermitente de qualquer máquina tinha custos fixos elevados: os custos de funcionamento de qualquer motor central mantêm-se relativamente constantes, independentemente do número de máquinas operatórias que são movidas. Embora estas pudessem ser activadas ou desactivadas através das correias de transmissão, esse trabalho frequentemente não era feito⁴³. Com a transmissão individual de potência,

*“a machina motora terá só a dispender a potencia necessaria ás machinas-ferramentas em serviço no momento considerado, e não a que seria precisa para mover o veio geral e todo o conjunto de rodas e tambores.”*⁴⁴

- c) economias de capital fixo em instalações fabris. Ao eliminar as redes de transmissão por correias, a transmissão individual fazia ganhar espaço dentro da oficina, o que equivalia à ampliação da capacidade produtiva dos edifícios sem investimentos adicionais. Diminuía também os custos com mecanismos elevatórios necessários à maquinação de componentes pesados, uma vez que a transmissão individual permitia levar a ferramenta à peça⁴⁵.
- d) economias de capital variável. Devido aos cabos e correias, a transmissão através de motor central e árvore era uma das principais causas de acidentes laborais, especialmente nas fábricas têxteis sobrelotadas com terminais de máquinas operatórias. Numa altura em que pressão operária já estava a conseguir legislação específica sobre seguros e acidentes de trabalho, os “*desastres*” tornavam-se despesas laborais cada vez mais importantes para as firmas industriais (no caso português, especialmente depois do regulamento da lei nº 83, aprovado em 1914)⁴⁶.

Na década de 1910, sabia-se que em todos os mercados, mesmo nos mais desfavorecidos em termos energéticos, a electrificação estava a permitir a mecanização dos pequenos capitais industriais⁴⁷. A experiência dos consumidores portugueses tinha também mostrado que, mesmo pagando facturas que permitiram às companhias de electricidade do Porto e Lisboa realizar lucros acima da média, os custos de funcionamento dos motores eléctricos já

⁴³ “Tenho visto alguns casos em que um pesadissimo torno, que só muito raramente funciona, está ligado por meio de uma correia a uma transmissão que acciona conjuntamente tornos ligeiros que trabalham continuamente.” AMARAL, 1911: 313.

⁴⁴ SEQUEIRA, 1902: 93.

⁴⁵ “...por intermedio da energia electrica...torna-se possivel levar a machina-ferramenta junto da grossa peça que se quer trabalhar; dispondo-a e agrupando-a com outras conforme a natureza do trabalho que se pertende effectuar.” SEQUEIRA, 1902: 92.

⁴⁶ Decreto nº 938 de 9/10/1914. *Regulamento dos desastres no trabalho*. “Diário do Governo” nº 184. Só depois desta regulamentação os capitais industriais se começaram a associar (ou a recorrer a companhias de seguros) para segurar a sua força de trabalho.

⁴⁷ Para o caso do Japão, existiu uma elevada correlação entre a mecanização das pequenas empresas (até 9 operários) e a percentagem de motores eléctricos. MINAMI, 1977: 951.

podiam ser inferiores aos dos motores a gás pobre (os mais económicos até então). Em 1911, Ferreira do Amaral calculava que o custo F de um motor a gás pobre de 10 c.v. já seria superior em cerca de 3% aos de um motor eléctrico de igual potência, “apesar do preço do combustível ser nos primeiros muito inferior ao da energia eléctrica para os segundos”⁴⁸.

3.2.1. O mercado da energia eléctrica e a rotação de capital

Nos custos de funcionamento dos motores eléctricos, a variável mais determinante pertence ao capital circulante: o custo do agente motor, isto é, da corrente eléctrica. Com a dissociação entre fornecedores e consumidores de energia, esta variável passou a depender sobretudo das economias de escala no novo ramo de investimento, isto é, das condições em que se fazia a rotação do capital fixo dos fornecedores de electricidade.

A energia eléctrica é uma mercadoria cujo valor de uso tem a especificidade de não poder ser armazenada⁴⁹. Daqui decorre que, para qualquer fornecedor (isto é, para os capitais investidos em centrais - hidro ou termo-eléctricas - e em linhas de distribuição), os encargos fixos representam os custos das instalações necessárias ao fornecimento da potência máxima que, a qualquer momento, pode ser solicitada no seu mercado. Nos preços de produção, estes custos somam-se aos chamados encargos de energia, proporcionais à energia debitada, e aos encargos de clientes, relativos à extensão em que é feita distribuição da electricidade⁵⁰.

No caso das centrais hidro-eléctricas, nas quais as economias de capital decorrentes da centralização são maiores, os encargos fixos são compostos pelas amortizações financeiras, determinadas pela taxa de juro, e pelas amortizações dos bens de capital fixo necessários à produção de energia: edifícios e fundações, barragem e obras hidráulicas, comportas, turbinas e outras máquinas eléctricas rotativas, transformadores, etc. O custo de produção do kW é portanto “quasi exclusivamente determinado por encargos de capital”, isto é, encargos de capital fixo materializado nas instalações e equipamentos, e cuja desvalorização anual está estatisticamente estabelecida⁵¹. Como tal, o custo do kW varia inversamente à potência máxima necessária: os mesmos bens de capital podem determinar diferentes acumulações de energia e portanto, custos unitários diferentes. Além disso, os preços de produção do kWh, isto é, da energia efectivamente debitada, variam inversamente aos factores de utilização da capacidade⁵².

⁴⁸ AMARAL, 1911: 310. A tarifa “usual” da Comp^a de gaz e Electricidade de Lisboa para 1 c.v./hora transmitido por electricidade era de 40 reis.

⁴⁹ Pode, para efeito do cálculo do capital fixo a investir, abstrair-se do efeito dos acumuladores em função da reduzida quantidade de energia que podem debitar em momentos de carga elevada.

⁵⁰ Sendo p, e e n, os encargos relativos ao kW, ao kWh e a cada cliente, e sendo P, E e N, respectivamente a potência máxima instalada, a energia debitada e o número de clientes, a equação dos custos de produção da central é portanto $D = pP + eE + nN$. Para a análise dos factores, BARROS, 1949: 337-366.

⁵¹ As taxas a amortizar e que incluem as reparações variam em função de vários factores, incluindo as condições climáticas. Para determinadas regiões, a experiência permite elaborar tabelas; no caso português, o eng^o Paulo de Barros estabeleceu, entre outros, para edifícios e fundações, 3%; para barragens, 4%; para outras obras hidráulicas, 2%; para comportas, turbinas hidráulicas e transformadores, 6%; para máquinas eléctricas rotativas, 6,5%; para a restante aparelhagem eléctrica, 7,5%. BARROS, 1949: 342.

⁵² Por exemplo, em 1949, o eng^o Paulo de Barros projectava para duas das maiores hidro-eléctricas portuguesas - Castelo do Bode e Venda Nova - preços de custo por kW instalado quase idênticos: respectivamente, 3 962\$00 e 4 088\$00. Contudo, como as taxas de utilização seriam, respectivamente de 26 e 20,8%, os correspondentes

Visto que a procura de energia eléctrica depende do custo do kWh e este da escala das centrais eléctricas, pode dizer-se que a electrificação foi uma função da concentração de capital fixo⁵³. A necessidade da concentração de capitais para a produção de energia eléctrica estava reconhecida em todos os mercados:

*“N’esta conformidade a característica da industria electrica em 1910 foi a concentração, o aumento do raio de acção das estações centraes, e como consequencia a diminuição do seu numero e o aumento consideravel da potencia individual das estações que subsistem.”*⁵⁴

3.2.2. O mercado da energia eléctrica em Portugal

Em Portugal, o nível de concentração das centrais eléctricas estava condicionado pela reduzida extensão da procura de potência. Como tal, para os produtores de energia, não havia consumidores suficientes para amortizar grandes concentrações de capital fixo⁵⁵. Nem a quase interrupção da importação de hulha durante a I Guerra conseguiu acelerar a formação de sociedades de capital no ramo energético, apesar de os efeitos da inflação sobre os custos F dos motores térmicos terem levado várias vezes as associações industriais a discutir projectos de centrais eléctricas. Em Janeiro de 1916, o presidente honorário da A.I. Portuense expôs as dificuldades do capital industrial numa entrevista:

“Confesso que a industria do norte só será verdadeiramente grande industria quando lhe fôr proporcionada força motriz barata. Mas para uma empresa d’esta ordem, não vejo de onde possam vir os capitaes. Os nossos capitalistas não visam a grandes negocios, e uma empresa que se propuzesse fornecer energia á industria portuense, deveria ser uma exploração monstruosa, dependendo de muitos milhares de contos. Os resultados d’essa empresa deviam assumir interesses magnificos, mas para a fundar, o valimento da industria não chega (...)

*– Então acha o snr. Nogueira que devemos desanimar na questão da energia electrica?
– Acho que não temos meio de resolver a dificuldade financeira da empresa... De uma empresa modesta, sem larga capacidade de produção, sem elementos para garantir a estabilidade e modicidade no preço do kilowatt, não se falle. Seria empresa nascida e fallida, ou porque outra mais poderosa se creasse, ou porque os seus fins se não obtivessem. Ou uma empresa monstro, capaz de resolver o problema geral, ou deixe-se estar o que está.”*⁵⁶

preços de produção do kWh foram calculados em 19,5 e 24,2 centavos, o que equivale a uma diferença de cerca de 24%. BARROS, 1949: 348.

⁵³ “Ora, o capital a dispendir é, com pequena diferença, o mesmo, seja qual fôr a carga, ou utilização da potência total da instalação, visto que a unica economia a fazer n’aquelle dispendio proviria tão sómente da redução da potencia e proporcionalmente do custo das machinas...o que representa apenas uma pequena parte da importancia total da instalação.” BRANDT, 1916:132-33.

⁵⁴ *Retrospectos de 1910*, 1911: 79.

⁵⁵ Ainda em 1913, o autor de um projecto para a construção de uma central hidroeléctrica colocava as tradicionais reservas dos capitais portugueses: “E haverá consumidores? É esta uma questão primordial a que é preciso responder afirmativamente, antes de meter hombros à empresa da construção de uma officina hidro-electrica”. NOGUEIRA, 1913: 166-167.

⁵⁶ *A situação da industria em 1915*, 1916: 7-8 (sublinhado não original).

Pouco tempo depois, a alta de preços do carvão inglês levou a que, numa sessão da A. I. Portuense, fosse apresentado um plano de aproveitamento hidroeléctrico⁵⁷. O depoimento do representante da empresa a formar para o efeito reconhecia igualmente que a dificuldade estava no facto de que esta

*“não poderia constituir-se com um capital inferior a 3:000 contos, em parte subscripto em Hespanha e parte em Portugal, se os industriaes do Porto quizessem contribuir para uma obra que principalmente se destinava a servil-os.”*⁵⁸

Visto que a centralização de capital no ramo da produção de electricidade demorou a atingir os níveis necessários à diminuição do preço do kWh e portanto, dos custos F dos motores eléctricos, a formação da procura portuguesa de electricidade foi lenta e desenvolveu um verdadeiro círculo vicioso no mercado da energia.

Por parte das indústrias consumidoras de energia e sob pena de perdas de capital fixo, a substituição de motores térmicos e hidráulicos pelos eléctricos tem que esperar pela completa amortização dos equipamentos não eléctricos já instalados. Em mercados de realização mais extensos que o português, a desvalorização de capital fixo que os consumidores de energia teriam de fazer para instalarem mais rapidamente motores eléctricos poderia ser menor: com valores baixos para os encargos de amortização de potência, os custos de capital fixo dos motores podem ser imputados degressivamente⁵⁹. Deste modo, no numerador Ft, a ponderação das variáveis de capital circulante, que podem incluir pequenas variações no custo do kWh, sobe mais rapidamente. Em mercados pequenos como o português, os encargos P eram sobretudo determinados pelo capital fixo presente em Ft, que necessitava de mais rotações para atingir valores residuais. Para compensar a desvalorização de equipamentos cujo retorno encaixado ainda estava longe do custo de substituição, seria necessária uma redução do custo do kWh superior à dos grandes mercados de electricidade, isto é, precisamente o contrário do que tendia a passar-se em Portugal.

⁵⁷ Xavier Esteves previa a insuficiência da produção do Lindoso, a que atribuía apenas 3.500-5000 c.v. e adiantava que “Em melhores condições...lhe parecia estar a do Rabagão, affluente do Cavado, cuja energia facilmente se conduziria para o Porto e que...atingiria o poder de 15.000 cavallos. Mas além d’esta, havia no Douro uma outra fonte de energia que estava estudada e que tinha todas as probabilidades de exito. Era constituida por uma serie de quedas do Douro internacional, estando a parte hespanhola já concedida a uma empreza que tentava formar-se para lhe associar outras quedas no Douro portu-guez e servir todo o norte de Portugal.” Este último projecto seria capaz de fornecer nada menos de 40.000 c.v. *Associação Industrial Portuense (sessões da direcção de 4 e 18 de fevereiro)*, 1916: 47-48. Como se sabe, estas etapas do aproveitamento hidroeléctrico foram executadas nas décadas 1940-60. No plano técnico, a etapa do aproveitamento do Rabagão seria projectada em 1917, com o estudo do engº Paulo Brandt, BRANDT, 1916: 132-144.

⁵⁸ Corton Viguera, o representante da empresa hidro-eléctrica propôs em seguida um plano de emissão de acções. O montante a subscrever era metade do que pouco tempo antes tinha sido previsto por A. F. Nogueira (5-6.000 contos no mínimo) mas estava ainda acima do que os capitais industriais portugueses pareciam dispostos a oferecer. *Associação Industrial Portuense (sessões da direcção de 4 e 18 de fevereiro)*. 1916: 48.

⁵⁹ Os capitais com baixos encargos de amortização da potência têm margens que lhes permitem imputar os custos fixos dos motores a taxas de amortização superiores durante os seus primeiros anos de vida útil. Com estas amortizações degressivas, ganham superioridade técnica na medida em que mais rapidamente atingem valores residuais e podem adquirir, com um mínimo de perdas, os motores mais recentes, de maior rendimento.

Assim, a oferta de energia eléctrica estava condicionada pelo facto de o número de consumidores ser, a curto prazo, insuficiente para amortizar as grandes centrais que reduziriam os preços do kWh. Em contrapartida, os preços do kWh eram demasiado elevados para levarem ao crescimento rápido do consumo da electricidade.

3.2.2.1. Percentagens da energia eléctrica na indústria “fabril”

O atraso na formação de um mercado para a electricidade e estes efeitos dos encargos de amortização da potência podem também ser seguidos na estatística industrial portuguesa, embora com maior dificuldade. Os motores eléctricos⁶⁰ começaram a ser instalados em Portugal na década de 1880 mas a sua estatística foi ainda menos rigorosa que a dos hidráulicos e térmicos⁶¹. Só para o ano 1917 se pode obter uma primeira ordem de grandeza da distribuição da energia eléctrica na indústria.

QUADRO 5 – PORTUGAL - Potência total instalada na indústria – Ano de 1917⁶²

Tipo de motor	Distrito do Porto - c.v. ⁶³	%	Distrito de Lisboa -c.v.	%	Total nacional - c.v.	%
Potência em motores hidráulicos e térmicos	21.325,0	84,5	48.819,0	84,5	110.405,2	85,3
Potência em centrais hidroeléctricas, mistas ou termoeléctricas (para usos industriais e outros)	3.908,6	15,5	8.921,6	15,5	19.040,0	14,7

FONTES: PARA OS MOTORES HIDRÁULICOS E TÉRMICOS, *ESTATÍSTICA INDUSTRIAL*. “BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL”, nº 116. LISBOA, 1926; PARA AS CENTRAIS ELÉCTRICAS, APOLINÁRIO, 1918: 105-09.

⁶⁰ Em 1890, o Inquérito industrial registou 9 motores eléctricos (4 no distrito do Porto e 5 no de Lisboa). MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, 1891.

⁶¹ Os motores eléctricos eram os chamados motores “secundários”, isto é, retransformadores da energia hidráulica, do vapor ou dos gases de combustão mas os dínamos estavam fora do controle das Circunscrições industriais. Deste modo, o erro de subestimação dos quantitativos da potência instalada cresceu na razão directa do total de centrais de transformação eléctrica. Os inspectores das Circunscrições tinham consciência desse fenómeno. Em 1923, o da 1ª apontava no seu relatório que ninguém estava a registar os motores eléctricos: “...as Circunscrições Industriais não registam os motores empregados para accionar dínamos...visto a fiscalização destes motores pertencer à Repartição das Industrias Electricas que, até hoje não me consta ter elaborado quaisquer estatísticas que dêem a conhecer o movimento dos motores instalados para os fins já citados. Conveniente seria que este serviço estivesse centralizado nas Circunscrições Industriais, atendendo a que o seu pessoal técnico tanta competencia tem para vistoriar motores destinados a fornecer directamente força motriz como para vistoriar motores destinados a accionar dínamos.” VIEGAS, 1926: 14.

⁶² Apolinário não incluiu neste quadro a potência total da central hidroeléctrica do Lindoso nem a da central termoeléctrica Tejo (a soma das suas instalações completas representava cerca de 20 000 c.v.) visto que a instalação de ambas só terminou depois da sua compilação. MARIANO, 1993: 110.

⁶³ A estatística de 1917 não inclui os motores hidráulicos do distrito do Porto.

Verifica-se que, aceitando estes números, a potência fornecida pelas centrais eléctricas era inferior a 15% do total instalado na indústria, tanto nos dois distritos mais industrializados como no total nacional⁶⁴.

Com agregados de procura energética e níveis de concentração de capital inferiores aos da generalidade dos mercados europeus⁶⁵, a indústria portuguesa começou maioritariamente por depender, para os seus consumos de electricidade, de:

- consórcios estrangeiros⁶⁶, obrigados pelos baixos factores de utilização das centrais regionais a fazer pedidos de concessão para linhas de distribuição nacional⁶⁷. Em 1947, 57,1% da electricidade consumida era produzida em centrais de capital estrangeiro;
- pequenas centrais de rentabilidade mínima⁶⁸ que correspondiam a capitais de rotação mais rápida – especialmente os da têxtil – e cujos ciclos de vida dos equipamentos – frequentemente termo-eléctricos – eram muitas vezes ultrapassados. Entre 1928-1947 o total de centrais aumentou cerca de 75%.

QUADRO 6 – PORTUGAL - Potências instalada em centrais eléctricas

	Total de centrais	kW instalados	Wh (milhões)	Potência média (kW)	% kW termo-eléctricos
1928	354	135 722	216,9	383,4	75,2
1947	622	328 795	722,1	528,6	57,3

Fonte: a partir de CAMPOS, 1949: 367-68

Como notava Ezequiel de Campos, em 1947 havia ainda 566 centrais com menos de 500 kW, “*tôdas de valor mesquinho*” e para as quais já tinha proposto a paralisação “*sem demora*”.⁶⁹

Dentro destas condições de valorização do capital, só uma solução permitiria aumentar, ao mesmo tempo, a oferta e a procura energética: a apropriação do ramo da electricidade pelas sociedades anónimas. De facto, só com elas, isto é, com a possibilidade de alinhar a

⁶⁴ Há razões para supor que para efeitos de energia industrial, as percentagens da energia eléctrica contêm um erro por excesso. O quadro 5 inclui toda a energia eléctrica instalada, o que compreende a iluminação, viação urbana e estabelecimentos industriais.

⁶⁵ Em Lisboa, só em 1913 a Central da Boavista atingiu os 7.150 KW. No Porto, a primeira central térmica para comercialização de energia eléctrica - a Sociedade de Energia Eléctrica do Porto - foi estabelecida em 1907, com um grupo de 1.750 KW. SOUSA, 1998: 150-151.

⁶⁶ Como a Electro del Lima no Alto Lindoso ou a sua subsidiária na distribuição, a União Eléctrica Portuguesa, que na opinião de Ferreira Dias, constituía um “*feudo espanhol em terra portuguesa*”. Citado em ALVES, 1999: 351.

⁶⁷ Ezequiel de Campos argumentou a favor da concessão da linha de 60 kV À União Eléctrica Portuguesa por ser “*muito demorada, dentro do Noroeste, a saturação das suas centrais de valor regional*”. CAMPOS, 1932: 8.

⁶⁸ Ainda em 1933, um industrial do norte propunha a instalação de centrais termoeléctricas em vez das hidroeléctricas. As duas primeiras razões apontadas eram: “*1º - Porque fica mais barata a sua instalação*”. “*2º - Porque é uma realização a muito mais curto prazo do que uma barragem*”. Claro que mesmo assim, era feito um apelo aos capitais do Estado para a instalação da rede. ROCHA, 1933: 11.

⁶⁹ CAMPOS, 1933: 5, 7 e 21.

taxa de lucro pelos níveis da taxa de juro, surgiu uma outra curva de oferta, que depois recuperou mesmo grande parte do atraso na exploração dos recursos hidro-eléctricos⁷⁰. Contudo, como a formação do capital financeiro depende dos níveis gerais de acumulação, também este factor de aceleração do processo da electrificação não deixou de aparecer já com a sua quota parte de atraso histórico. Como tal, a percentagem da hidro-electricidade no consumo energético cresceu sobretudo a partir do final do período aqui considerado (décadas de 1940-50).

4. CONCLUSÕES

A substituição de motores e fontes de energia no aparelho produtivo português apresenta as seguintes características:

- as potencialidades hidráulicas eram conhecidas mas não só foram subaproveitadas como a sua utilização entrou em regressão relativa desde, pelo menos, a década de 1880;
- o pleno aproveitamento hidro e termo-eléctrico⁷¹ dos recursos portugueses foi mais tardio que para a generalidade da indústria europeia.

Ambos os fenómenos reflectem a subordinação da racionalidade técnica às condições de valorização do capital. O aproveitamento de motores de maior rendimento esteve condicionado pelos encargos de amortização da potência e esta pela configuração do mercado disponível, que neste período coincidiu praticamente com o mercado interno e a sua pequena extensão colonial. Esta característica da realização do capital-mercadoria, ao determinar as dotações das amortizações da potência, determinou também o crescimento da indústria portuguesa. Pode facilmente admitir-se que, com uma outra situação geográfica (que, por exemplo, possibilitasse o acesso a grandes mercados de exportação) ou histórica (como o êxito na constituição de um extenso mercado colonial protegido), menores encargos de amortização da potência teriam permitido uma mecanização mais intensa. Nestas condições, uma produtividade superior permitiria o acesso a mais mercados de exportação e estaria assim criado um círculo virtuoso para a acumulação de capital, que também anteciparia os factores de aceleração do mercado da electricidade: a formação de capital financeiro e das sociedades anónimas. Conclui-se que a substituição de formas de energia em Portugal constitui mais uma demonstração da inexistência da “economia” pura, isto é, outra demonstração da realidade da “economia política”.

Maciel Morais Santos

⁷⁰ Em 1955, já 24,3% do consumo energético português era fornecido pela produção hidro-eléctrica. SUDRIÁ, 1994: 339.

⁷¹ Deve notar-se que existiam jazigos portugueses de antracite (nomeadamente em S. Pedro da Cova e no Pejão) que também só a partir da I Guerra começaram a ter um consumo industrial. Para as suas dificuldades de integração no capital produtivo português e outros efeitos dos encargos de amortização da potência, SANTOS, 2000, 2: 54-60.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes estatísticas impressas

- COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUERITO INDUSTRIAL – *Inquerito Industrial de 1881*. Lisboa, 1881-1883.
- COMISSÃO DISTRICTAL DO PORTO – *Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. Governador do Distrito do Porto...* Porto, 1881.
- MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS... *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa, 1883.
- MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS - *Inquerito Industrial de 1890*, Lisboa, 1891.
- Estatística Industrial. Ano de 1917*, “Boletim do Trabalho Industrial”, n. 116. Lisboa, 1926.

2. Bibliografia

- A declaração ministerial*, 1915. “O Trabalho Nacional”, nº 12, p. 353-356.
- A situação da indústria em 1916* “O Trabalho Nacional”, nº 13, p. 1-9.
- ABRAGÃO, Frederico de Quadros, 1956 – *Caminhos de Ferro Portugueses – esboço da sua história*, vol. 1. Lisboa.
- ABREU, A., 1897 - *As turbinas*. “Indústria e agricultura”, Porto, nº 2.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999 – *Cooperativismo e Electrificação Rural. A cooperativa eléctrica do Val d’Este*. “População e Sociedade”, nº 5, p. 339-423.
- AMARAL, A. Ferreira do, 1911 – *Motores electricos*. “Revista de Obras Publicas e Minas”, vol. LXII, nº 499-500, p. 307-332.
- APOLINARIO, Maximiano, 1918 - *A industria da energia electrica em Portugal*. “Revista de Obras Públicas e Minas”, nº 583-588, p. 103-113.
- Associação Industrial Portuense (sessões da direcção de 4 e 18 de fevereiro)*, 1916. “O Trabalho Nacional”, nº 14, p. 45-48.
- BARROS, Paulo de, 1949 – *O preço de custo da energia eléctrica em Portugal*. “Indústria Portuguesa”, Ano XXII, nº 255-256, p. 337-366.
- BRANDÃO, João Rodrigues Pinto, 1911 - *Relatório dos Serviços da 2ª Circunscrição...no ano de 1909*. “Boletim do Trabalho Industrial”, Lisboa, nº 41.
- BRANDT, Paulo, 1916 – *Fornecimento de energia eléctrica*. “O Trabalho Nacional”, nº 17, p. 132-145.
- CAMPOS, Ezequiel de, [1932] – *A Electrificação de Portugal*.
- CAMPOS, Ezequiel de, 1933 - *Influência da electrificação na indústria portuguesa*. in “1º Congresso da Indústria Portuguesa”, Lisboa.
- CAMPOS, Ezequiel de, 1949 – *A industria da Electricidade. Sua posição e importância na economia do País*. “Indústria Portuguesa”, Ano XXII, nº 255-256, p. 367-372.
- COMPANHIA FABRIL DO CAVADO, 1893. “Jornal das Finanças”, nº 35.
- COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRICOLA PORTUENSE, 1878 - *Parecer da Comissão eleita em assembleia geral de 20 de março de 1877*, Porto.
- COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRICOLA PORTUENSE, 1880 - *Relatório do Conselho administrativo*, Porto.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, 1995 - *A utilização de turbinas hidráulicas no início da industrialização portuguesa*. “Revista de Ciências Históricas”, vol. X, p. 245-262.
- CORVO, João de Andrade, 1883 - *Os motores na industria e na agricultura*, Lisboa.
- COSSONS, N. - *The BP Book of Industrial Archeology*, London, 2nd ed.
- CYSNEIROS, João Carlos d’Ornellas, 1889 – *Relatório e Orçamento para uma Fabrica de Fiação e Tecidos de Algodão no rio Alva*, Coimbra.
- Fabrica de Fiação de Algodão em Thomar*, 1865, Lisboa.
- HALSEY, Harlan I., 1981 - *The choice between High-Pressure and Low-Pressure Steam Power in America in the Early Nineteenth Century*. “The Journal of Economic History”, vol. XLI, nº 4, p. 723-744.
- HERLEA, Alexandre, 1985 – *Les moteurs*, Paris.
- MARIANO, Mário, 1993 - *História da Electricidade*, Lisboa.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno, 1993 – *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa.
- MINAMI, Ryoshin, 1977 – *Mechanical Power in the Industrialization of Japan*. “The Journal of Economic History”, vol. XXXVIII, p. 935-958.
- MUSSON, A. E.; ROBINSON, E., 1958-9 – *The early growth of Steam Power*. “The Economic History Review”, 2nd series, vol. XI, nº 1, 2 & 3, p. 418-439.

- NIVEAU, Marcel, 1979 – *Histoire des faits économiques contemporains*, Paris.
- NOGUEIRA, A. R., 1913 - *A Hulha Branca em Portugal. Lagôa Comprida*. “Revista de Obras Publicas e Minas”, vol. XLIV, n.º 521-522, p. 163-169.
- Retrospectos de 1910*, 1911. “Revista de Obras Publicas e Minas”, tomo XLII, n.º 493-94, p. 79-81.
- ROCHA, Manuel Martins da, 1933 - *Força Motriz*. in “1º Congresso da Industria Portuguesa”, Lisboa.
- S. ROMÃO, Villarinho de, 1909 - *Relatório... ano de 1908*. “Boletim do Trabalho Industrial”, Lisboa, n.º 28.
- SANTOS, Maciel Morais, 2000 – *Os capitais metalomecânicos em Portugal. 1840-1920*, Porto.
- SEQUEIRA, José Victor Duro, 1902 – *A moderna construção mecânica*. “Revista de Obras Publicas e Minas”, vol. XXXIII, p. 79-105.
- SIMÕES, J. de Oliveira, 1908 - *A evolução da industria portuguesa* in “Notas sobre Portugal”, vol. 1, Lisboa, p. 374.
- SOUSA, Francisco de Almeida, 1998 – *Subsídios para a História da Electrificação Portuguesa* in “A Industria Portuense em Perspectiva Histórica”, coord. Jorge Fernandes Alves, Porto, p. 141-164.
- SUDRIÁ, Carlos, 1994 – *Un factor determinante: la energia* in “La economia española en el siglo XX. Una perspectiva histórica”, coord. Jordi Nadal, Albert Carreras, Carlos Sudriá, Barcelona.
- TEMIN, Peter, 1966 - *Steam and Waterpower in the early Nineteenth Century*. “The Journal of Economic History”, vol. XXVI, n.º 2, p. 187-205.
- TORRES, José de, 1856 - *Motores hydraulicos. Preferencia que na industria portuguesa se deve dar ao seu emprego*. “Revista Peninsular”, Lisboa, vol. 2, p. 89-94.
- VIEGAS, José dos Santos Salvador, 1926 - *Relatório dos Serviços da 1ª...ano de 1923*. “Boletim do Trabalho Industrial”, Lisboa, n.º 128.
- WORONOFF, Denis, 1998 – *Histoire de l'industrie en France du XVI e siècle à nos jours*, Paris.

Notícias e Notas de Leitura

XVII Congresso de História da Coroa de Aragão (Barcelona e Lérida, 7 a 12 de Setembro de 2000)

Subordinado ao tema "O Mundo Urbano na Coroa de Aragão de 1137 aos Decretos da *Nova Planta*", este encontro reuniu mais de uma centena de investigadores de vários países, cujas comunicações se distribuíram por quatro blocos temáticos: A base económica do mundo urbano; A sociedade urbana: mecanismos de integração e expressões de transgressão; Município e Poder; Arte e Cultura. A presença de oito historiadores portugueses permitiu que eles elessem um representante para a Comissão Permanente dos Congressos da Coroa de Aragão. Foi designado o Prof. Luís Adão da Fonseca.

Luís Miguel Duarte

Congresso Projecto Resgate & Agenda do Milénio (S. Paulo, 25 a 27 de Setembro de 2000)

Reunindo várias dezenas de historiadores de diversas universidades brasileiras e portuguesas, este encontro de trabalho pretendeu fazer um balanço historiográfico por grandes áreas temáticas e tentar destacar os domínios em que a investigação se deve preferencialmente centrar nos próximos anos. Subjacente ao balanço e às propostas, esteve sempre o problema da escassa cooperação e tradição de projectos comuns entre Portugal e o Brasil, começando desde logo nas dificuldades de acesso às respectivas bibliografias. Os participantes dividiram-se por seis sessões simultâneas: Cultura e Religiosidade; Dinâmicas Locais e Sistema Mundial; História Económica; Sociedade e Movimentos Sociais; Demografia, Família e Migrações; Historiografia e Memória Social. Cada sessão teve um coordenador português e outro brasileiro; trabalhou-se com base em textos previamente apresentados por todos os intervenientes. No final, um relator de cada grupo apresentou as conclusões e propostas que foram discutidas em sessão plenária.

O Projecto Resgate consiste essencialmente, como é sabido, em inventariar, reproduzir e disponibilizar, no Brasil, documentação que se entenda como relevante para a história deste país e que esteja em Arquivos portugueses.

Luís Miguel Duarte

VII Colóquio de Estudos Medievais e Ibéricos (Niterói, 3-5 de Outubro de 2000)

Organizado pela Universidade Federal Fluminense e sob o título genérico "O Ocidente Tardo-Medieval e a Génese da Modernidade", este colóquio reuniu cerca de vinte investigadores, quatro dos quais portugueses. Estes animaram em particular a Mesa Redonda de encerramento, discutindo "A Investigação Histórica no período tardo-medieval e no início da Modernidade. Problemas e questões para brasileiros e portugueses". Paralelamente, decorreu uma exposição de Iluminuras Medievais, intitulada "Cristianismo e Memória nas Imagens do Ocidente Tardo-Medieval".

Luís Miguel Duarte

Las finanzas municipales y la fiscalidad de Estado

(Madrid, 26-27 de Outubro de 2000)

Desde há vários anos que um grupo de historiadores espanhóis e franceses tem vindo a trabalhar sistematicamente a fiscalidade medieval. Sucederam-se os encontros alargados ou restritos, os seminários de trabalho e as publicações que vão aprofundando, um após outro, os vários domínios daquele tema genérico. O grupo está actualmente a estudar "A fiscalidade de Estado e a fiscalidade municipal nos reinos hispânicos da Baixa Idade Média". A segunda sessão deste seminário decorreu sob o patrocínio da Casa de Velásquez, em Madrid, nas datas referidas acima, reunindo quinze investigadores espanhóis e franceses, bem como um português. Encerrou com uma exposição de um especialista na Época Moderna, que sintetizou as principais linhas de força dos sistemas fiscais a partir do século XVI. Embora não produza actas, este encontro deu origem a um volume de estudos de publicação próxima.

Luís Miguel Duarte

Portugal Medieval

(Torre de Moncorvo, Outubro-Dezembro de 2000)

Organizado pela Biblioteca e pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, decorreu o "Primeiro Ciclo de Conferências *Portugal Medieval*", que constou de oito conferências proferidas por docentes do Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras do Porto.

Luís Miguel Duarte

De Pedro Docem ao Conde Ferreira: aspectos da História Portuense

(Novembro-Dezembro de 2000)

Organizada pelo Círculo Dr. José de Figueiredo, decorreu no Museu Nacional Soares dos Reis uma série de cinco palestras genericamente subordinadas à História do Porto. Foram conferencistas Luís Miguel Duarte, Francisco Ribeiro da Silva, Jaime Ferreira-Alves, Jorge Fernandes Alves e Luís de Oliveira Ramos.

Luís Miguel Duarte

2000 Anos de Cristianismo

(Macedo de Cavaleiros, Dezembro 2000-Maio 2001)

Organizado pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, e contando com o apoio da Diocese de Bragança-Miranda, realizou-se nesta cidade um ciclo de conferências intitulado "2000 anos de Cristianismo". Os temas das sete sessões foram: "Nascimento de Cristo e de uma nova civilização"; "Origens do Cristianismo"; "História da Igreja"; "Cristianismo e Solidariedade"; "O Papel das Mulheres no Cristianismo"; "O Novo Milénio" (duas conferências). A Faculdade de Letras do Porto esteve representada pelos docentes Luís Carlos Amaral, Luís Miguel Duarte e José Amadeu Coelho Dias.

Luís Miguel Duarte

Jornadas Históricas do Concelho de Gouveia (22-24 de Março de 2001)

Patrocinadas pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Gouveia, organizadas pelo Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e tendo como coordenador científico o Prof. Dr. José Pedro Paiva, esta reunião contou com 23 comunicações de investigadores das várias universidades portuguesas (três dos quais da Faculdade de Letras do Porto). As *Actas*, que serão publicadas em Outubro, constituirão por certo um marco na história da cidade e da região.

Luís Miguel Duarte

“European Social Science History Conference” (Amesterdão, 12-15 Abril 2000)

Realizou-se em Amesterdão, entre 12 e 15 de Abril de 2000 a “Third European Social Science History Conference”, organizada pelo ISIG (International Instituut voor Sociale Geschiedenis), congregando mais de mil participantes de universidades e centros de investigação de todo o mundo. As comunicações distribuíram-se por 28 secções distintas: África, América Latina, Ásia, Cultura, Economia, Educação, Elites, Etnicidade / Migração, Família/ Demografia, Desigualdade Social, Género/ Mulher, Geografia, Governo e Política, História Oral, História Rural, História Urbana, Idade Média, Infância, Justiça Criminal, Métodos Quantitativos, Movimentos Políticos, Nações, Religião, Saúde, Sexualidade, Tecnologia, Teoria e Historiografia, Trabalho. As diversas secções funcionaram em sessões de trabalho previamente organizadas por um responsável científico, segundo uma metodologia já vulgarizada neste tipo de encontros.

A despeito da eficácia da organização e das vantagens oferecidas pela presença de algumas das mais cotadas editoras internacionais, nomeadamente do mundo anglo-saxónico, um evento com esta dimensão inviabiliza um cabal aproveitamento, quer da participação no número desejável de sessões, pelas inevitáveis sobreposições de horários, quer do estabelecimento de contactos com investigadores com interesses afins. Não sendo as actas, nem os resumos, disponibilizados em qualquer suporte, resta ao investigador interessado o contacto directo com o responsável da secção, ou da sessão visada, e o recurso ao endereço electrónico de todos os participantes, incluído na documentação distribuída.

Participaram no encontro três grupos de investigadores portugueses, um deles ligados ao projecto PACO (Projecto para a análise e classificação das ocupações), coordenado por Nuno Luís Madureira, do ISCTE, que apresentou um painel dedicado ao trabalho, numa perspectiva histórica e antropológica.

A próxima realização está prevista para 27 de Fevereiro a 2 de Março de 2002, em Haia. As inscrições poderão ser feitas através da página do ESSHC: <http://www.iisg.nl/esshc>

Amélia Polónia

Projecto PACO (Programa Praxis/ PCSH/ 175/96)

Concluiu-se em Outubro de 2000 o projecto PACO (Projecto para a Análise e Classificação das Ocupações), financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. O projecto foi o resultado de uma cooperação inter-universitária, e agregou o ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da

Empresa), a FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e o ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional de Lisboa), através de equipas de investigadores, coordenadas, respectivamente, por Nuno Luís Madureira, Inês Amorim e Alcina Villalva. A equipa da FLUP era ainda constituída por Luís Carlos Amaral, Amélia Polónia, Arnaldo Melo e Isabel Franco como investigadores, integrando, como tarefeiros, alguns recém-licenciados: Célia Rego, Rui Esperança e Luís Cravo.

Perspectivado sob um ângulo inter-disciplinar, o trabalho estruturou-se em segmentos de História Medieval, Moderna e Contemporânea, Linguística, Sociologia e Antropologia e visou dilucidar problemas suscitados pela classificação das ocupações na diacronia (séculos XV a XX), mobilizando levantamentos documentais e análises metodológicas múltiplas. Os levantamentos documentais e a análise e tratamento de dados foram actividades suportadas pela criação de bases de dados desenhadas pelos investigadores participantes e implementadas por Pedro Ramos (ISCTE). O projecto agregou uma dupla vertente, teórica e prática, e implementou uma série de encontros científicos, de que destacamos:

- a realização, em Outubro de 1996 e em Dezembro de 1997, de encontros de reflexão teórica, com a presença de historiadores, linguistas, sociólogos e antropólogos;
- as conferências proferidas por Marco Van Leeuwen (Departamento de Economia e História Social da Universidade de Amesterdão) no ISCTE e na FLUP, em Maio de 1999, sobre “Long Term Historical Social Analysis”;
- o seminário centrado na discussão de “Classificações Ocupacionais e Classificações Sociais (Porto, FLUP, Outubro 1999);
- a participação de uma equipa constituída por Nuno Luís Madureira, Nuno Monteiro, Graça Índias Cordeiro, Inês Amorim e Amélia Polónia na “Third European Social Science History Conference” (Amesterdão, 12-15 Abril 2000), com a apresentação de comunicações na área da História e da Antropologia, num painel dedicado à análise das ocupações em Portugal.

Apresentam-se, ainda, como realizações do projecto:

1. A participação no projecto HISCO (Historical International Standard Coding of Occupations), através da criação de bases de dados com as mais frequentes ocupações de múltiplos espaços mundiais, em ordem a estudar aspectos de mobilidade social e estratificação social, contando esse projecto, em 1999, com a participação de equipas da Bélgica, Canadá, Inglaterra, França, Suécia, Holanda, a que se juntou Portugal, através do PACO, com o levantamento de 1800 ocupações (“1800 Portuguese Historical Classifications”);
2. A publicação das actas do seminário realizado na FLUP, em Outubro de 1999, sob o título “Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho” (coordenação de Inês Amorim), financiada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (No prelo);
3. A publicação, em forma de dicionário, da “História do Trabalho e das Ocupações”, em três volumes, dedicados, respectivamente, à Indústria Têxtil (coordenação de Nuno Luís Madureira - ISCTE), Pesca (coordenação de Inês Amorim - FLUP) e Agricultura (coordenação de Nuno Monteiro - ISC), já no prelo.

Importa que se destaque deste projecto, que decorreu com êxito e proveitos recíprocos, a colaboração, quer inter-disciplinar, quer inter-universitária, que cremos ser o caminho a seguir em ordem ao aprofundamento da investigação na área das Ciências Sociais e Humanas.

“O Litoral em Perspectiva Histórica (séc.XVI a XVIII)”

(Porto, FLUP, 6 e 7 de Novembro de 2000)

Realizou-se nos dias 6 e 7 de Novembro de 2000, nas instalações da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um Seminário interdisciplinar intitulado “O Litoral em Perspectiva Histórica (séc. XVI a XVIII)”. Esta acção integrou-se nas linhas de investigação programadas pelo Instituto de História Moderna da Universidade do Porto (IHM-UP) (A. Os portos do Noroeste na época moderna; B. Poder e Ordenamento territorial), na sequência das quais foi elaborado um projecto específico de investigação: *Hispertos – Para a construção dos Portos do Noroeste Português da Época Moderna*, projecto pluridisciplinar que pretende incidir sobre duas vertentes: projecção e consolidação dos recintos e infra-estruturas portuárias e sua implantação urbana.

Os objectivos que nortearam este Seminário foram, por um lado, os de reunir investigadores de filiação disciplinar diversa, que tivessem já desenvolvido trabalho sobre os espaços litorais, no intuito de se fomentar a discussão em torno de conceitos, perspectivas de análise, metodologias e modelos de interpretação e, por outro lado, partilhar o conhecimento de fundos documentais locais e nacionais, públicos e particulares, seculares e/ou ecelesiásticos que pudessem incrementar a informação existente sobre os portos do Noroeste. Finalmente, procurou-se sensibilizar a comunidade científica em geral e a comunidade escolar em particular, para uma problemática que se enquadra nos conteúdos programáticos da licenciatura e fazer despertar, nos ainda alunos, o interesse pela investigação, no quadro de futuras pós-graduações.

Estiveram presentes investigadores locais e docentes e investigadores das seguintes Universidades: Universidade Aberta, Universidade de Évora (Departamento de História), Universidade de Coimbra (Departamento de História e Departamento de Geografia), Universidade de Braga (Departamento de Ciências da Terra), Universidade do Porto (Departamento de Geografia, Departamento de Património, Departamento de História) e, finalmente, o Prof. Agustin Guimerá, do Instituto de História - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, de Madrid.

Apresentaram-se 28 (vinte e oito) comunicações distribuídas pelos dois dias do encontro, cujo programa e respectivos resumos se encontram descritos em brochura própria, distribuídas por sessões temáticas e uma conferência de fundo. As sessões de trabalho desenvolveram os seguintes conteúdos: cartografia, fundos documentais, descrições geo-históricas e geomorfológicas, ordenamento florestal, agrícola e pecuário; ordenamento dos recursos marítimos e fluviais; ordenamento de infra-estruturas administrativas e fiscais; ordenamento militar, ordenamento das trocas, ordenamento religioso. A conferência do Prof. Agustin Guimerá, intitulada “*Puertos y ciudades portuarias: el comercio del vino y los puertos atlánticos (siglo XVIII)*” apresentou uma visão integradora, interdisciplinar, internacional e de longa duração dos sistemas portuários europeus e coloniais durante a Idade Moderna.

Tendo em conta a adesão de participantes e as repercussões no meio científico, o Seminário cumpriu os seus objectivos ao conseguir reunir um conjunto de investigadores com perfis diferenciados mas com olhares cruzados sobre as temáticas em causa, equacionar metodologias interdisciplinares e multidisciplinares, debater problemáticas no sentido de responder às perspectivas lançadas de múltiplos ângulos, sensibilizar para a temática e o trabalho interdisciplinar estudantes de licenciatura e de mestrado, potenciais investigadores.

Procurando atender às solicitações apresentadas à comissão organizadora do encontro no sentido de se proceder à divulgação integral das comunicações, iniciou-se o processo de publicação das respectivas actas. De momento os resumos das comunicações podem ser consultadas na página do IHM-UP (Instituto de História Moderna da Universidade do Porto) <http://www.lettras.up.pt>

O Porto Contemporâneo

I Curso de Verão do Instituto de História Contemporânea da FLUP

Entre os dias 21 e 23 de Setembro de 2000, realizou-se na Faculdade de Letras do Porto o I Curso de Verão organizado pelo Instituto de História Contemporânea e subordinado ao tema *O Porto Contemporâneo*. Este curso obteve cerca de oito dezenas de inscrições e foi leccionado por dez investigadores, na sua maioria membros do referido Instituto. Após a recepção aos participantes, o presidente do Conselho Directivo da FLUP, Professor Doutor Rui Centeno, realizou a sessão inaugural do curso.

Foram oradores, no primeiro dia, o Dr. Manuel Loff com um estudo sobre *A exposição colonial do Porto (1934) e a "Política do Espírito"*; o Professor Doutor Gaspar Martins Pereira abordou *O movimento operário no Porto: do corporativismo ao anarco-sindicalismo*; o Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves realizou uma palestra sobre *O arranque do ensino industrial no Porto (1884-1910)*, seguindo-se-lhe outra sobre *O ensino liceal da cidade do Porto (séculos XIX e XX)* a cargo do Dr. Luís Grosso Correia. No dia seguinte, os trabalhos foram iniciados pela Professora Doutora Maria Antonieta Cruz que dissertou sobre *A burguesia portuense na segunda metade do século XIX*; em seguida, a Professora Doutora Maria José Moutinho dos Santos apresentou um estudo sobre *Controlo social e forças de polícia no Porto da 2ª metade do século XIX*; a sessão da tarde ficou a cargo do Dr. Maciel Morais Santos que tratou de *Motores de vapor e motores eléctricos no capital industrial do Norte*, e do Professor Doutor Jorge Fernandes Alves que partilhou a sua investigação sobre *Transportes públicos urbanos: o caso do Porto*. No último dia realizaram-se mais duas conferências: o Dr. Hélder Pacheco falou de *Tradição e mudança numa cidade com memória: os desafios do século XXI*, e o Professor Doutor José Alberto Rio Fernandes apresentou um estudo sobre o *Porto e Área Metropolitana: realidades e projectos*.

A diversidade e actualidade das matérias abordadas suscitou, ao longo das sessões, debates participados. Algumas das comunicações proferidas neste curso encontram-se publicadas no presente número desta Revista.

Maria da Conceição Meireles Pereira

História Religiosa de Portugal, (dir. de Carlos Moreira Azevedo), vols I e II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000; *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (dir. de Carlos Moreira Azevedo), vols. I-IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

Nos últimos dois anos, o panorama editorial português foi enriquecido com uma obra em sete volumes, estruturalmente dispostos em dois planos complementares, sob os títulos de *História ... e Dicionário de História Religiosa de Portugal*, mencionados em epígrafe, que, não obstante algum reparo que, mais à frente, se possa fazer, me apraz saudar, não só pelo que é em si mesma, mas também pelo trabalho e coragem - direi mesmo ousadia - que representou este projecto, prestes a ficar concluído.

No seu conjunto, esta obra pretende contribuir para, de algum modo, colmatar a cada vez mais sentida falta de respostas aos crescentes anseios e necessidades de conhecimentos actualizados, científicos e, quanto possível, interdisciplinares sobre a Igreja, a Religião, suas instituições, agentes e instrumentos, orientações e desvios, numa correlação entre a *normativa*, o sentir global e as posições individuais, dado que, em cada época histórica e na actualidade, o indivíduo não pode deixar de se interrogar sobre o que é, onde está e qual o rumo a seguir. O aparecimento desta ou de outra obra do género impunha-se, para equilibrar as ausências e até a pobreza do tratamento dado a temas e problemas, que, apesar de serem essenciais, noutras obras, ficaram omissos ou à espera de melhor tratamento.

É certo que a *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, a que, durante o século XX, todos recorremos, dentro do seu estilo, ainda continua a ser útil, dado que não há nem haverá Histórias completas.

Esta obra, muito *a posteriori*, responderia a um velho anseio do Cardeal Patriarca D. António Ribeiro de uma nova *História da Igreja em Portugal*, a que alguns, talvez, sem a verdadeira consciência da dimensão da responsabilidade que, então, um tal projecto representava, queriam dar corpo. Foi por isso que escrevi, no *Diário do Minho*, de 29 de Outubro de 1987, o artigo *Primeiro a "Lusitania Sacra"*, em que apelava à prévia elaboração de monografias e estudos, sem os quais pouco se adiantaria no plano científico. Esta mesma ideia, epistolarmente debatida com o Prof. A. Banha de Andrade, não vingou. Entretanto, e sem qualquer ligação com ela, concretizou-se no *Dicionário...*, que integra esta obra, beneficiando de uma nova realidade cultural e científica, materializada em diversas dissertações de doutoramento e de mestrado, consagradas a temáticas de história eclesiástica e da religiosidade e problemas conexos, elaboradas e defendidas nas Universidades Portuguesas, podendo-se beneficiar também, agora, da existência de um significativo conjunto de especialistas, em contraste com o reduzido número, de então.

Por terem sabido aproveitar estas novas realidades, aliás, patentes nas notas finais de cada capítulo, o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e o Director do projecto, Prof. Doutor Carlos Moreira Azevedo merecem também referência especial.

Mas que pensar desta obra?

Antes de mais, devo confessar que não é fácil, depois do que fica dito e no curto espaço de uma *Revista* como esta, proceder à análise crítica, minuciosa, dos seis volumes desta obra, já publicados. Poderia parecer uma contradição, cometida logo ao virar da página. É certo que, no início, entreabrimos a possibilidade de chamar a atenção para um ou outro ponto, que, segundo o nosso critério, obviamente, distinto do dos Responsáveis por este projecto editorial, nos pareceram dignos de alguma breve observação, no âmbito da História. Além disso, conheço algumas dificuldades que os

Responsáveis pela obra, o Coordenador de algum volume e a própria Editora experimentaram para o fazer chegar, embora com certo atraso, às mãos do público, sendo de presumir que o terceiro volume anda, por aí, enalhado nas mãos de um ou mais daqueles que tudo prometem e ... depois, logo se vê... Acresce, e isto é preciso dizer-se, que, em Portugal, lamentavelmente, não estamos habituados a fazer críticas serenas, objectivas, e alguns exemplos conhecidos são dissuasores para outros. Daí a impunidade com que muitos entram na seara da História, sem saberem como se pega na foucinha. Todos sabemos que se devem assinalar os erros, sem ferir os autores, mas nem todos o fazem, e também não falta quem se sinta intocável. E o resultado está à vista. No caso presente, a circunstância de muitos colaboradores serem pessoas conhecidas, que muito prezo, e com as quais, há muito, tenho bom relacionamento, se por um lado constitui alguma dificuldade suplementar, por outro, deixa-me a certeza de que qualquer reparo que reconheçam, originado em texto da sua autoria, será entendido como se estivéssemos a trocar impressões, informalmente, sobre os assuntos em causa, não me faz desanimar.

Apreciar criticamente o trabalho dos outros implica sopesar - direi, mesmo, «censurar» -, as nossas próprias palavras, que, no entanto, às vezes, têm de ser devidamente condimentadas para que os destinatários as entendam.

Após esta digressão, cujo efeito poderá ser mais prático e importante de que o que direi sobre a obra em causa, talvez algum leitor possa admitir que estou a preparar-me para não dizer nada ou, então, para ser contundente. Tive um professor, com quem muito aprendi, que nos dizia que a leitura e a crítica de qualquer obra devem ser feitas “*com simpatia*” intelectual.

A primeira parte desta obra - a *História Religiosa de Portugal* - pretende ser uma obra de síntese, destinada a proporcionar aos leitores uma visão clara dos temas de natureza religiosa, escolhidos para cada um dos seus três volumes, na linha em que o Director desejava: - «O termo religioso é assim assumido num sentido genérico e global. Pretendemos caminhar para uma clara diferenciação dos condicionalismos dominantes da religião até ao presente. Ao policentrismo cultural está a suceder o policentrismo religioso, eclesial e teológico. Esta actual abertura de horizontes cria espaço para uma leitura dos múltiplos paradoxos, incongruências e contradições do fenómeno religioso em Portugal e concede liberdade crítica e consciência humilde a quem se aproxima do conhecimento histórico de uma realidade complexa: o mundo religioso» (vol. I, p. X). Nessa introdução geral, há outros níveis de análise, a que o Director do projecto vai descendo. Resta saber se todos os colaboradores tinham, desde o início da sua colaboração, uma noção clara das linhas deste projecto e se os respectivos trabalhos por elas se pautaram, pois na introdução ao vol. I, p. 10, as coordenadoras evocam a liberdade concedida a cada um dos colaboradores, dentro do respeito pelas suas concepções. Tal critério, embora louvável e aplicado na base da confiança mútua, não pode dispensar os responsáveis de uma obra - porque também eles são responsáveis e garantes do seu conteúdo perante o público - de, em boa harmonia e em diálogo, promoverem os reajustamentos, eventualmente, necessários. Não vá repetir-se, *mutatis mutandis*, o que o autor de *Autoelogio de un historiador* afirmou acerca de um projecto editorial em que havia colaborado: - «... el director de la empresa se quedó por la fijación de los períodos y, com gran generosidad, no se entemetió en los contenidos, ni siquiera en el plan de cada uno de los volúmenes. Y los varios coordinadores también no se coordinaram entre ellos - yo por lo menos no lo he hecho. El resultado es que esta *História de Portugal* - el mayor éxito editorial de todos los tiempos en Portugal - resulta como una série de trabajos, cronológicamente seguidos, mas tematicamente inorgánicos los unos respecto a los otros. El autor que firma el volumen responde, el solo por producto final. Ésta es la crítica de partida que yo hago. Pero en contracrítica se puede contestar que la libertad de cada uno logró su expresión total y por

eso también su responsabilidad es la más amplia. Lo que es verdad. Donde hay que asumir sus éxitos y sus fracasos sin culpar a nadie más que así mismo»¹.

Disse o que se pressentia, mas ninguém ousava afirmar. Pela minha parte, não posso deixar de estranhar que o tenha feito quem embarcou na mesma aventura e, ao chegar ao porto, procurou, em vão, demarcar-se da comitiva e saltar para terra firme, porque para quem não ler o seu auto-elogio continuará sempre embarcado.

Feito este breve desvio, voltemos à pergunta indirecta, acima formulada, pois é aqui que me parece estar subjacente uma certa indefinição, porque, não obstante pôr-se o acento no *religioso*, com toda a carga mental que lhe é inerente, sobretudo ao nível do *Dicionário*, são muitas as entradas em que o que predomina teria pleno cabimento numa história *eclesiástica*.

O facto de faltar ainda o vol. III obriga a centrar a nossa atenção apenas nos dois primeiros, já disponíveis, que revelam, sem qualquer sombra de dúvida, imenso labor, mesmo socorrendo-se, essencialmente, de obras publicadas ou policopiadas, mas acessíveis ao público, na Biblioteca Nacional de Lisboa ou em bibliotecas universitárias, ocupando-se o vol. I da *Formação e limites da Cristandade*, no espaço que hoje é Portugal, tratando o vol. II o vasto e importantíssimo tema do *Humanismo e reformas*, sendo, finalmente, o vol. III, cuja publicação se aguarda, consagrado ao estudo das raízes e evolução de um fenómeno de candente actualidade - *Religião e secularização* -, com especial incidência, por razões óbvias, nos séculos XIX e XX.

No confronto da estrutura destes dois volumes disponíveis, a distribuição dos nove grandes temas que integram o primeiro, em meu entender, deveria ser outra, começando pelos inícios e avanços da cristianização, que levou à progressiva organização eclesiástica, à medida das crescentes necessidades da cristandade, até porque foi no quadro desta primitiva organização e intervenção de vários dos seus prelados que se processaram o diálogo cultural e religioso e, mesmo, certos desvios doutrinários. Bem sei que o objectivo é a elaboração de uma História *Religiosa*, mas, sem a definição dos rumos da cristianização no ocidente peninsular e dos amplos quadros administrativos, o leitor menos conhecedor destes fenómenos, nos espaços e tempos precisos, não poderá assimilar convenientemente a extraordinária riqueza da acção doutrinária, pastoral e disciplinar que então se foi desenvolvendo, com especial referência à acção do grande S. Martinho de Dume-Braga e de outros prelados coevos, cujos efeitos, em parte, ainda perduram.

O critério dos Responsáveis foi outro - e nem sabemos se a opção tomada esteve dependente da necessidade de entregar trabalho à Editora, a fim de poder cumprir prazos estabelecidos. Seja como for, veria com agrado que numa futura edição, que certamente não tardará, houvesse uma nova reorganização, da primeira metade do primeiro volume. Tomei boa nota de que no vol. II, o breve capítulo relativo à geografia diocesana também se encontra numa posição já avançada do mesmo, perfeitamente aceitável, dado que as alterações operadas com a transferências interdiocesanas de territórios e a criação de novas dioceses, no século XVI e no período pombalino, não são essencialmente estruturantes, como acontecia nos séculos finais do Império e nos tempos suévicos e visigóticos, mais se podendo considerar *reajustamentos*.

Como disse, não é possível seguir todos os capítulos, nem procurar afirmações discutíveis para contemplar todos os colaboradores. Não é isso que nos interessa, mas em relação a certos termos téc-

¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *Autoelogio de un historiador*, in *Jornadas de Cultura Portuguesa*, (ed. científico Vicente A. Alvarez Palenzuela), Madrid, Univ. Autónoma, 1999, p. 392.

nicos teológicos, alguns de raiz grega, por exemplo, no âmbito das heresias cristológicas ou outras, conviria dar-lhes os necessários esclarecimentos, no texto ou em notas, no final dos respectivos capítulos, a fim de que os leitores que tomam contacto com estas realidades pela primeira vez pudessem facilmente compreender de que é que se trata. É que pouco adiantará falar, por exemplo, de homeísmo, arianismo, pelagianismo, priscilianismo, origenismo, kérigma, etc., se não se explicar, com a clareza possível, o essencial do conteúdo subjacente a estes termos ou outros, mercedores de idêntico tratamento. Uma história desta natureza e amplitude não se destina, apenas, nem essencialmente, a antigos e actuais alunos de Teologia, mas a um público muito mais vasto, que não tem obrigação de possuir o domínio desta terminologia.

Esta observação constitui apenas um exemplo. A resolução destes e de outros casos mercedores de tratamento similar, mesmo em matérias diferentes, é relativamente simples e podia fazer-se sem aumento significativo do número de páginas da obra, pois o espaço utilizado na dilucidação destes e de outros termos recuperava-se abreviando ou mesmo eliminando entradas que melhor se integrariam no ambiente de uma história *eclesiástica*.

Em contraste com este, o vol. II parece-me mais coerentemente ordenado.

Quanto ao *Dicionário*, a ordenação alfabética das entradas elimina o problema da ordem de apresentação. É certo que as entradas não são todas iguais, nem em extensão, nem em qualidade, dependendo muito de sobre o seu conteúdo ter havido ou não trabalhos recentes de investigação arquivística e bibliográfica, segura e actualizada. Mesmo assim, de um modo geral, permite o acesso a muitas instituições diocesanas, monásticas e religiosas - outrora e actualmente, dispersas ao longo do território que hoje é Portugal -, a aspectos culturais e administrativos, assistenciais, etc., alguns, até agora, de difícil integração, numa visão de conjunto.

Apesar do importante contributo informativo patente nos quatro volumes do *Dicionário*, os assuntos e a possibilidade de novas entradas não ficaram esgotados, pelo que não será de estranhar se, em breve, começarem a surgir os suplementos, a que também já outras obras nos habituaram.

Obra de boa execução gráfica, como se impunha numa Editora desta qualidade, independente de outros aspectos de pormenor, como localização errada de um mosteiro ou paróquia, confusão entre oragos, por exemplo: Sto. André de Fiães (Barroso) por Sta. Maria de Fiães (Melgaço) (I, 148), aproveitamento de cartografia oriunda de estudos fragmentários anteriores, que deveria ter sido reelaborada para oferecer uma visão unitária do património estudado (I, 278-279) ou até mesmo simples divergências do número de paróquias, sem a conveniente explicação (I, 150 e 197), etc., são inevitáveis em obras desta natureza e extensão, onde nem sempre é possível a necessária coordenação e revisão, que evitaria algumas repetições e até uma ou outra digressão por áreas que pouco ou nada tinham a ver com o assunto que estava a ser exposto.

É obvio que uma melhor coordenação entre os autores de entradas aproximadas, aliás sempre desejável e que nem sempre o tempo e / ou o temperamento dos autores consentem, valorizaria o resultado final.

Apesar de quanto fica dito, como amostra e com *espírito construtivo*, felicito os Responsáveis, Colaboradores e a Editora e formulo os melhores votos pela conclusão da obra e pela sua intensa difusão.

Abstracts

O Porto contra os corsários. (A expedição de 1469)

Oporto against the Corsairs (the 1469 expedition)

By the end of the Middle Ages, sea trade was essential for the economic development of the city of Oporto. At the time, its trade fleet had already established a number of international routes and its merchants were frequently present in several European ports. However, one of the most serious problems faced by this activity were the acts of piracy they were subject to from the English, French and Castilian. Based on a document of 1469, we are able to understand mercantile dynamics and, above all, the mechanisms employed by city authorities to protect its sea trade against the attacks perpetrated by these corsairs.

Amândio Morais Barros

O Porto nas navegações ultramarinas quinhentistas. Embarcações e náuticos

Oporto and the 16th century overseas navigation. Ships and Seamen

This study aims to analyse the 16th century naval logistics of the city of Oporto and the nearby seaports of Leça and Matosinhos in order to: 1. Evaluate their importance, within the context of the Entre-Douro-e-Minho region in particular, and the country in general, both in terms of naval fleet and number of seamen; 2. Discuss the role of Leça and Matosinhos and their status as satellite ports of the city of Oporto; 3. Seek to establish the possible interactions between the borough's naval logistics and commercial dynamics.

Amélia Polónia

O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos

The College-Seminary of the Lapa Fraternity and the Pedagogy of the early 19th century

The small College of the "Irmandade da Lapa" (Lapa Fraternity), declared a Seminary by its founders, was established by a licence signed by Queen D. Maria I in 1792 and began its activities in 1800 with two subjects: Reading and Writing and Latin Grammar. The initial goal of the college was to provide free education for boys, sons of Fraternity Brothers, who showed talent and aptitude but had limited resources. Right from the start, however, the Seminary admitted boys from the more privileged social groups, who could afford to pay the registration fee, from the city, northern Portugal, and, in significant numbers, from Brazil. The College was primarily a boarding school, although it did admit a reduced number of day

students. Apart from an ambitious programme in humanistic studies, the institution sought to provide its students with solid principles of citizenship, according to an ideal of respectful, responsible society and encouraged a sense of civic duty in keeping with Roman Christian traditions.

Francisco Ribeiro da Silva

O arranque do ensino industrial no Porto (1884-1910)

The implementation of industrial education in Oporto (1884-1910)

During the second half of the 19th century, Portugal suffered profound transformations largely impelled by its political stability and economic growth. Industrial education, a commonly employed mechanism during industrialization essential in training skilled workers, was implemented through laws passed in 1851, although the first schools were only established after 1854. In Oporto, over 15.000 students attended two of these schools - Faria Guimarães and Infante D. Henrique - until 1910. This paper presents a study on these schools.

Luís Alberto Marques Alves

O *thymos* segundo o Liceu Feminino do Porto (1917-1927)

The thymos according to the Girls' High School of Oporto (1917-1927)

The present text is part of a research process on the organizational culture and the construction of identities in high schools. The construction of a school's identity is a continuous, multidimensional, systemic and daily process, based on many factors from the hidden curriculum to the Internal Regulations, juridical and legal impositions to the organisation and the distribution of school tasks. In accordance with this line of analysis, the identification of a school cannot be based on the classic approach of the pedagogic and school domains. It is, in fact, essential that we analyse the professional domain in its contextual specificities, namely in relation to attitudes, representations and behaviours of teachers, who, in certain political and educational conjectures that marked the history of the school and the country, tended to attribute a certain value to the school and demanded the recognition of this value.

Luís Grosso Correia

Nos trilhos da cidade. Aspectos históricos dos transportes colectivos no Porto

City trails. Historical aspects of public transports in Oporto

In this article, we analyse the major policies regarding public transportation in the city of Oporto. We draw attention to its importance and to the history of some relevant events that marked the

organization of transportation companies, the different types of transport and their relationship with users and local authorities.

Jorge Fernandes Alves

Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa

From the Patriotic League of the North to the uprising of the 31st January: a turning point in the history of the Portuguese politics

From the national outrage against the English ultimatum of January 1890 to the Republican uprising of Oporto, we will seek to understand this political turning point, which consisted in identifying the Republican ideal with the nationalist «regenerative» discourse, thus legitimating the revolutionary action. The political manoeuvres of 1890, which initially gave priority of the national issue above the issue of the regime, would come to allow, especially from August when confronted with the collapse of rotativism, the appropriation of that discourse by Republican propaganda.

Gaspar Martins Pereira

Cidade do Porto e Área Metropolitana do Porto: realidades e desafios

The City of Oporto and the Metropolitan Area of Oporto: facts and challenges

It is generally accepted that we are living in an era marked by significant transformations in the most diverse domains, reflected in a profound territorial restructuring, especially in larger and more complex urban areas.

Within this framework, and in the case of Oporto in particular – the city and the metropolitan area –, it is our purpose to consider the process of restructuring and its main characteristics, as well as the possible effects of an important number of interventions in course or those foreseen in the next few years.

Bearing in mind the metropolis' urban growth, the increasing influence of projects involving several town councils and the strategic need to reinforce competitiveness and equity, we will also seek to defend the need to establish a project and institution with a metropolitan dimension.

José A. Rio Fernandes

A estruturação de um sector industrial – a pasta de papel

The structure of an industrial sector – the production of paper pulp

This paper analyses the emergence of the cellulose industry in Portugal, confronting the technological innovations achieved at an international level with the backwardness of this industrial sector in Portugal. After characterizing the Portuguese paper sector in the 1930's, we will analyse the State's role in the implementation of the wood-based paper pulp industry. A new juridical framework was established to overcome the industry's limitations through a new process of primary industry organization. The *Companhia Portuguesa de Celulose* (Portuguese Cellulose Company) emerges as a result of these concerns, but it is only able to achieve adequate organization very late, first with support from the Marshall Plan and, later, from the State Financial Plans (*Planos de Fomento*). The CPC, initially dedicated to the production of pinewood pulp and different types of paper, comes to discover the potential of a new product – eucalyptus pulp obtained by the *kraft* process, which will become its major activity, especially after winning the international market. The CPC became a reference in product marketing and in the training of skilled workers and the 1960's witnessed a boom in the requests for the creation of new factories. In 1975, this sector was nationalised and led to a phenomenon of concentration, translated in the creation of *Portucel*, Public Company.

Jorge Fernandes Alves

L'appréhension des mudéjares par la société chrétienne dans le midi portugais 1249-1496: quelques données et propositions de réflexions

A study on how the Christian community perceived the Mudéjares in southern Portugal 1249-1496: contributions and propositions for reflection

The life of the Portuguese Mudéjares is only known through documents produced by other social structures and systems. It is not only legitimate but necessary to "filter" these documents to learn more about their way of life. However, this can only be done after a prior interpretation of the social practices and ideology of Christian society regarding the Mudéjares, particularly since they were living in the midst of the Portuguese society and thus depended upon their relationship with the rest of the community. This article proposes some preliminary considerations (which we expect will be corrected and more deeply studied by M. F. de Barros in his PhD dissertation) on the other aspects of the life of the Mudéjares: since they were living in separated communities, these Portuguese citizens were seen with some mistrust both by the authorities and by their Christian neighbours. As a result of this, in the period between the years of 1320 and 1340, the Mudéjares were increasingly seen as foreigners.

Stéphane Boissellier

O desterro de Portugal na historiografia de Imanuel Aboab

The exclusion of Portugal from the historiography of Imanuel Aboab

Immanuel Aboab (1555-1628) was born in the city of Oporto and is a true prototype of the Sephardi people: an errant life throughout the main European cities of the Diaspora, to finally die in Jerusalem.

The main aim of his work “Nomologia” is the defence of the authority of Jewish tradition and of oral law. Although complementary, written law depends on oral law, given that the latter has a dynamic base, while the fundamentals of written law are static. Concurrently, he sought to bring closer together converted Jews and declared Judaism and combats the heterodox tendencies manifested among them.

Throughout his historiography, we are able to understand much of the vicissitudes related with his exile from Portugal. Worthy of note is his historiographic sense of permanent continuity based on the Jewish tradition, which links the medieval Jewish wise men with those contemporary of Aboab.

Moisés Orfali

A substituição de motores no capital industrial português (1850-1950)

The replacement of engines in Portuguese industry (1850-1950)

Within the capitalist model of production, the installation of industrial engines is conditioned by the profit rate and this rate, in its turn, by the amortization rate of power costs. A decisive factor is the market expansion, which introduces a historic and apparently aleatory problem. The conjugation of these conditions may determine technical irrationalities that, in the case of the Portuguese market, are manifest in the failure to adequately exploit its hydraulic and hydroelectric potential.

Maciel Morais Santos

Provas Académicas
em História (1998-2001)

Doutoramentos

Provas de Doutoramento na Especialidade de História da Idade Média

Nome: JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DE SOTTO MAYOR PIZARRO

Dissertação: “Linhagens Medievais Portuguesas – Genealogias e Estratégias (1279-1325)”

Data: 19/05/1998

Júri: Presidente - *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno* (por delegação reitoral)

Prof. Doutor José João Conceição Gonçalves Mattoso

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Orientador)

Profª Doutora Leontina Domingos Ventura Duarte Ferreira

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor José Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: **Aprovado com Distinção e Louvor**

Nome: MARIA CRISTINA ALMEIDA E CUNHA

Dissertação: “A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga”

Data: 22/03/1999

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno* (por delegação reitoral)

Prof. Doutor Rudolph Histand

Professor da Universidade de Dusseldorf

Profª Doutora Maria José Azevedo Santos

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor José Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: **Aprovada com Distinção e Louvor**

Provas de Doutoramento na Especialidade de História Moderna e Contemporânea

Nome: LUIS ALBERTO MARQUES ALVES

Dissertação: “Contributos para a História do Ensino Industrial (1851-1910)”

Data: 26/02/1999

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (por delegação reitoral)*

Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa

Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor Luís António Oliveira Ramos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Prof. Doutor João Francisco Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovado com Distinção e Louvor

Nome: AMÉLIA MARIA POLÓNIA DA SILVA

Dissertação: “Vila do Conde – Um Porto Norteno na Expansão Ultramarina Quinhentista”

Data: 13/01/2000

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (por delegação reitoral)*

Prof. Doutor Jean Pierre Dedieu

Directeur de Recherche du Centre National de Recherche Scientifique

Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor João Francisco Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Prof. Doutor Luís António Oliveira Ramos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Aurélio de Araújo Oliveira

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovada com Distinção e Louvor

Nome: JOSÉ MACIEL HONRADO MORAIS SANTOS

Dissertação: “Os Capitais Metalo-mecânicos em Portugal – 1840/1920”

Data: 16/02/2001

Júri: Presidente – *Prof. Doutor António Custódio Gonçalves (por delegação reitoral)*

Prof. Doutor Carlos Gomes Pimenta

Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Co-Orientador)

Prof. Doutor Carlos Bastien Raposo

Professor Associado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Prof. Doutor Luís António Oliveira Ramos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovado com Distinção e Louvor

Provas de Doutoramento no Ramo de Conhecimento em História

Nome: ISABEL LUÍSA MORGADO DE SOUSA E SILVA

Dissertação: “A Ordem de Cristo (1417-1521)”

Data: 24/07/1998

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (por delegação reitoral)*

Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho

Professora Catedrática do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Carlos Ayala Martínez

Professor Titular da Facultad de Geografía y Historia da Universidad Autónoma de Madrid

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Prof. Doutor José Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovada

Nome: PAULA MARIA CARVALHO PINTO COSTA

Dissertação: “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”

Data: 25/03/1999

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (por delegação reitoral)*

Prof. Doutor Vicente Álvarez Palenzuela

Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid

Prof^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho

Professora Catedrática do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor José Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovada

Nome: JUDITE ANTONIETA GONÇALVES DE FREITAS

Dissertação: «Teemos por bem e mandamos»: a burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460) “

Data: 12/10/1999

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (por delegação reitoral)*

Prof. Doutor António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Prof^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho

Professora Catedrática do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor José Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovada

Nome: JOEL SILVA FERREIRA MOTA

Dissertação: “A comunidade feminina da Ordem de Santiago. A comenda de Santos em finais do séc. XV e no séc. XVI – um estudo religioso, económico e social”

Data: 15/11/1999

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (por delegação reitoral)*

Profª Doutora Maria José Azevedo Santos

Professora Associada do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Profª Doutora Iria Vicente Gonçalves

Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Prof. Doutor José Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovado

Nome: MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA MOREIRA GOMES PIMENTA AGUIAR PINTO

Dissertação: “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge”

Data: 22/11/1999

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (por delegação reitoral)*

Profª Doutora Elena Postigo

Professora Titular da Universidade Autónoma de Madrid

Profª Doutora Maria Helena da Cruz Coelho

Professora Catedrática do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Prof. Doutor José Marques

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovada

Nome: ARTUR MANUEL VILLARES PIRES DE OLIVEIRA

Dissertação: “As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)”

Data: 16/06/2000

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno* (por delegação reitoral)

Prof. Doutor Amadeu Carvalho Homem

Professor Catedrático do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Manuel Augusto Rodrigues

Professor Catedrático do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Luís António Oliveira Ramos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Prof. Doutor Aurélio de Araújo Oliveira

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovado

Nome: EMMANUEL ESTEVES

Dissertação: “O caminho de ferro de Benguela e o seu impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902-1952)”

Data: 20/07/2000

Júri: Presidente – *Prof. Doutor António Custódio Gonçalves* (por delegação reitoral)

Prof.ª Doutora Jill Rosamaria Reaney Dias

Professora Catedrática do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia

Professor Catedrático do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Daniel Bessa Fernandes Coelho

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Co-Orientador)

Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luís António Oliveira Ramos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Prof. Doutor António Custódio Gonçalves

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovado

Nome: SALVADOR MAGALHÃES MOTA

Dissertação: “O Senhorio Cisterciense de Santa Maria do Bouro. Património, Propriedade, Exploração e Produção Agrícola (1570-1834)”

Data: 20/11/2000

Júri: Presidente – *Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno* (por delegação reitoral)
Profª Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto
 Professora Associada do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela
 Professor Catedrático da Universidade do Minho
Prof. Doutor Luís António Oliveira Ramos
 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Prof. Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos
 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos
 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Prof. Doutor Aurélio de Araújo Oliveira
 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)
Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva
 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Aprovado

Mestrados

História Medieval

Nome: FABIANO FERRAMOSCA

Dissertação: “O Porto Medieval e o seu Termo (segundo o livro da Rua Nova)”

Data: 04/02/1999

Júri: *Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*
 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 (**Presidente**)

Profª Doutora Maria Manuela Tavares Santos Silva
 Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte
 Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: FILOMENO AMARO SOARES DA SILVA

Dissertação: “O Porto em Cortes (1331-1406)”

Data: 29/07/1999

Júri: *Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*
 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 (**Presidente e Orientador**)

Profª Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira
 Professora Auxiliar da Universidade do Minho (**Arguente**)

Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte
 Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Bom com Distinção

Nome: ISABEL MARIA DE MOURA RIBEIRO DE QUEIRÓS

Dissertação: “Theudas e Mantheudas – A criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485)”

Data: 06/01/2000

Júri: *Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Profª Doutora Maria Helena da Cruz Coelho

Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: ANA LUÍSA BELLINO PEREIRA MENDES MATIAS

Dissertação: “O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade”

Data: 25/02/2000

Júri: *Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente e Orientador**)

Profª Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira

Professora Auxiliar da Universidade do Minho (**Arguente**)

Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

História Moderna

Nome: VIRGÍLIO ANTÓNIO BARBOSA TAVARES

Dissertação: “Crise de Mortalidade no Concelho de Torre de Moncorvo (1700-1850)”

Data: 16/03/1998

Júri: *Prof. Doutor João Francisco Marques*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues dos Santos Veiga

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: SÉRGIO ALEXANDRE SOLDÁ DA SILVA VELUDO COELHO

Dissertação: “Figurinos Militares da Regeneração. Aparências e Realidade (1848-1892)”

Data: 01/07/1998

Júri: *Prof. Doutor João Francisco Marques*

Professor. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutor Rui Manuel Bebiano do Nascimento

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: ROSÁLIA AUGUSTA DA CUNHA MARQUES

Dissertação: “A viagem do Presidente António José de Almeida no âmbito das relações com o Brasil até ao final da I República”

Data: 21/07/1998

Júri: *Prof. Doutor Luís António de Oliveira Ramos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente e Orientador**)

Prof. Doutora Maria Helena Carvalho Santos

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutora Elvira Cunha de Azevedo da Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

Nome: MARIA BERTA FERNANDES RIBEIRO DE CASTRO GONÇALVES

Dissertação: “Frentes de oposição à execução dos artigos XIII e XIV do Tratado de Madrid”

Data: 01/02/1999

Júri: *Prof. Doutor João Francisco Marques*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutor José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha

Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Bom com Distinção

Nome: FERNANDO AUGUSTO ANDRADE PARREIRA

Dissertação: “Fr. António Feo – Contribuição para o Estudo do Homem e da Obra”

Data: 19/02/1999

Júri: *Prof. Doutor João Francisco Marques*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente e Orientador**)

Prof. Doutor José Pedro de Marques Paiva

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo da Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

Nome: MÁRIO PEDRO RIBEIRO CORDEIRO PENEDA

Dissertação: “Andarilhos no Pecado – Religiosidade dos Cristãos -Velhos Portuenses (Século XVII)”

Data: 24/02/1999

Júri: *Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutor João José Alves Dias

Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (**Arguente**)

Prof^a. Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientadora**)

Classificação: Muito Bom

Nome: LÚCIA ALEXANDRA DA SILVEIRA COELHO FERREIRA

Dissertação: “História de uma Visita - Última entrada da Inquisição nas Beiras – 1637”

Data: 05/03/1999

Júri: *Prof. Doutor João Francisco Marques*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutor António Barros Coelho

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (**Arguente**)

Prof^a. Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientadora**)

Classificação: Muito Bom

Nome: JOSÉ ANTÓNIO QUINTO BARCELOS

Dissertação: “O Brasil na Obra *O Campo de São Paulo* de Vitorino Nemésio”

Data: 16/07/1999

Júri: *Prof. Doutor Luís António de Oliveira Ramos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente e Orientador**)

Prof^a. Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim

Professora Catedrática da Universidade do Minho (**Arguente**)

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

Nome: ABEL ERNESTO BARBOSA BARROS

Dissertação: “Entrada de Sebastião de Mattos de Noronha no Norte do País – 1618”

Data: 19/10/1999

Júri: *Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof^a. Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim

Professora Catedrática da Universidade do Minho (**Arguente**)

Prof^a. Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientadora**)

Classificação: Muito Bom

Nome: VERONIQUE NELLY PAUL MARIE JOUKES

Dissertação: “Os flamengos no Noroeste de Portugal (1620-1670) – Subsídios para a reconstrução da vida no Noroeste de Portugal de 1620 a 1670”

Data: 22/02/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente**)

Prof. Doutor Raymond Buve

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Leiden (**Arguente**)

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: PAULA CAROLINA RAMOS DIONÍSIO

Dissertação : “A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim – Assistência e Caridade numa Vila Piscatória (1756-1806)”

Data: 10/07/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Profª Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho (**Arguente**)

Profª Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Orientadora**)

Classificação: Muito Bom

Nome: JOÃO AUGUSTO DAS NEVES BAPTISTA

Dissertação: “Matosinhos entre a terra e o mar. As estruturas sócio-profissionais na 2ª metade do século XVIII”

Data: 04/10/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente**)

Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca

Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Profª Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Orientadora**)

Classificação: Muito Bom

Nome: MARIA ADELAIDE GONÇALVES DE ALMEIDA LIMA

Dissertação: “A Padeira de Valongo – Entre o mito e a realidade. Caracterização sócio-profissional de S. Mamede de Valongo na 2.ª metade do século XVIII”

Data: 16/10/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente)

Prof. Doutor Jaime Alberto do Couto Ferreira

Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Arguente)

Prof^a Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Orientadora)

Classificação: Muito Bom

Nome: LUÍSA MARIA RAMOS DOS SANTOS FERREIRA

Dissertação: “Todo o poder sobre os Índios Vieira no Maranhão (1653-1661)”

Data: 31/10/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente e Orientador)

Prof^a Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá

Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade do Minho (Arguente)

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

Nome: SUSANA MARIA VAZ CARVALHO

Dissertação: “Viana Seiscentista – A visita inquisitorial de 1618”

Data: 05/01/2001

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente)

Prof. Doutor António Borges Coelho

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
(Arguente)

Prof^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Orientadora)

Classificação: Muito Bom

Nome: MARIA LUÍSA GIL DOS SANTOS

Dissertação: “O ciclo vivencial do Mosteiro de Nossa Senhora
da Assunção de Tabosa”

Data: 07/02/2001

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente)

Prof^a Doutora Maria Alegria Fernandes Marques

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Arguente)

Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(Orientador)

Classificação: Bom com Distinção

Nome: MARIA DO CÉU DA CUNHA CORREIA GUEDES

Dissertação: “Administração municipal e elites locais no concelho de Penafiel (1770-1779)”

Data: 16/02/2001

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(Presidente)

Prof^a Doutora Laurinda Faria Santos Abreu

Professora Auxiliar da Universidade de Évora (Arguente)

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(Orientador)

Classificação: Bom com Distinção

Nome: ANTÓNIO VENTURA DOS SANTOS PINTO

Dissertação: “Vila do Conde (1785-1800) – As gentes e o governo municipal”

Data: 16/02/2001

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(Presidente)

Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela

Professor Catedrático da Universidade do Minho (Arguente)

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(Orientador)

Classificação: Muito Bom

Nome: Maria da Conceição Costa Carneiro

Dissertação: “A população Bracarense na visitação inquisitorial de 1618”

Data: 20/02/2001

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(Presidente)

Prof^a Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim

Professora Catedrática da Universidade do Minho (Arguente)

Prof^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo da Silva Mea

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(Orientadora)

Classificação: Muito Bom

História Contemporânea

Nome: JOSÉ ANTÓNIO REAL PEREIRA RAMADA

Dissertação: “A Indústria Chapeleira Portuense entre 1750 e 1852”

Data: 20/01/1998

Júri: *Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutora Irene Maria de Montezuma Carvalho Mendes Vaquinhas

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: HENRIQUE JORGE COUTINHO DE ALMEIDA MONTEIRO

Dissertação: “A População Portuguesa por 1700”

Data: 26/01/1998

Júri: *Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente e Orientador**)

Prof. Doutor António de Oliveira

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

Nome: MARIA ISABEL OLIVEIRA LOPES DA SILVA ALMEIDA MONTEIRO

Dissertação: “A População Portuguesa em 1732”

Data: 26/01/1998

Júri: *Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente e Orientador**)

Prof. Doutor António de Oliveira

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

Nome: HELENA LAURA DIAS DE LIMA

Dissertação: “A Previdente – Uma Revista de Seguros (1864-1870).
Para a História da Imprensa Especializada.”

Data: 29/10/1998

Júri: *Prof^a Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz*

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof^a Doutora Maria de Fátima Nunes

Professora Auxiliar da Universidade de Évora (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do do Porto
(Orientador)

Classificação: Muito Bom

Nome: AUGUSTO CASTRO PEREIRA

Dissertação: “Uma Algodoeira no Médio Ave: A Fábrica do Caído (1890 –1990)”

Data: 29/10/1998

Júri: *Profª Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz*

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Presidente)

Profª Doutora Ana Maria Cardoso de Matos

Professora Auxiliar da Universidade de Évora (Arguente)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Classificação: Muito Bom

Nome: DÁRIO SOARES FREITAS DA SILVA

Dissertação: “A Conflitualidade Urbana no Período da Implantação do Liberalismo.
O caso do Juízo de Paz de Cedofeita (1834-1840)”

Data: 06/11/1998

Júri: *Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Presidente)

Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Minho (Arguente)

Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Classificação: Muito Bom

Nome: IDALINDA ROSA RODRIGUES FITAS

Dissertação: “A Habitação Popular no Porto em finais do Século XIX.
O Inquérito da Comissão da Imprensa – 1885”

Data: 01/03/1999

Júri: *Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves*

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Presidente)

Prof. Doutor Manuel António Correia Teixeira

Professor Associado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
(Arguente)

Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador)

Classificação: Muito Bom

Nome: FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA PINTO

Dissertação: “Imprensa Diária do Porto (1915-1921) na I República”

Data: 05/03/1999

Júri: *Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente e Orientador**)

Prof. Doutor José Júlio Gonçalves

Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa
(**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação: Muito Bom

Nome: ANTÓNIO JOSÉ NUNES TEIXEIRA LOPES

Dissertação: "O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no limiar do Século XX"

Data: 15/04/1999

Júri: *Prof^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira*

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: SANDRA FERREIRA DE CARVALHO NUNES

Dissertação: "A Evolução Urbana de Matosinhos (1890-1909)"

Data: 16/04/1999

Júri: *Prof^a Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz*

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof^a Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: CARLA MARIA SEQUEIRA FERREIRA

Dissertação: "Da Comissão de Viticultura Duriense à Fundação da Casa do Douro.

A Questão Duriense e o Movimento dos Paladinos (1907-1932)"

Data: 05/11/1999

Júri: *Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves*

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof. Doutor Vital Martins Moreira

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: ÁLVARO BELMAR ESTEVES

Dissertação: “João Chagas – Jornalista e Republicano (1890-1900)”

Data: 17/01/2000

Júri: *Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira*

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente)

Prof. Doutor João Medina

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (Arguente)

Profª Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientadora)

Classificação: Muito Bom

Nome: JOSÉ AUGUSTO PEREIRA VIANA ARRISCADO

Dissertação: “Protagonistas e formas de poder na Sociedade Vianense da segunda metade do Século XIX”

Data: 28/01/2000

Júri: *Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves*

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente)

Prof. Doutor Hélder Adegar Fonseca

Professor Associado do Departamento de História da Universidade de Évora (Arguente)

Profª Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientadora)

Classificação: Muito Bom

Nome: MARIA TERESA ALVES DA COSTA FILIPE CIRNE BARROS CARDOSO

Dissertação: “Perspectivas do Colonialismo Nacional: A Sociedade de Geografia Comercial do Porto (1880-1888)”

Data: 03/03/2000

Júri: *Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves*

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente)

Profª Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro

Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
(Arguente)

Profª Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientadora)

Classificação: Muito Bom

Nome: JOÃO ALVES SIMÕES

Dissertação: “Os Expostos da Roda de Góis (1784-1841)”

Data: 13/03/2000

Júri: *Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves*

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Presidente)

Prof^a Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá
Professora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (**Arguente**)

Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira
Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Bom com Distinção

Nome: MARIA JOÃO DE ABREU MENA GUIMARÃES E CASTRO

Dissertação: “O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto”

Data: 11/04/2000

Júri: *Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves*
Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente**)

Prof. Doutor Fernando Almeida Catroga
Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira
Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientadora**)

Classificação: Muito Bom

Nome: MARIA JOSÉ DE SOUSA FERRARIA

Dissertação: “Percurso burgueses na cidade do Porto –1910-1926”

Data: 25/07/2000

Júri: *Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa*
Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof^a Doutora Maria da Conceição Couto de Andrade Martins
Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais
da Universidade Clássica de Lisboa (**Arguente**)

Prof^a Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz
Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientadora**)

Classificação: Bom

Nome: FELICIDADE ROSA MOURA FERREIRA

Dissertação: “Adriano Ramos Pinto – Práticas comerciais inovadoras no vinho do Porto em finais do Séc. XIX”

Data: 10/05/2001

Júri: *Prof^a Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz*
Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente**)

Prof^a Doutora Ana Maria Matos Cardoso Themudo Barata
Professora Auxiliar da Universidade de Évora (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves
Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Relações Históricas Portugal, Brasil, África e Oriente

Nome: MARIA AUGUSTA SENA DE VASCONCELOS DE AZEREDO

Dissertação: “Laços de Família – de Portugal ao Brasil, à África e ao Oriente”

Data: 10/07/1998

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos (Presidente)*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues dos Santos Veiga

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: PAULA MARGARIDA FONTES SOUSA

Dissertação: “A dívida pública Brasileira e os portadores de títulos em Portugal: 1930-1940”

Data: 16/11/1999

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof^a Doutora Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Themudo Barata

Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: REGINA MARIA SEIXAS DOS SANTOS

Dissertação: “Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908”

Data: 16/11/1999

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Prof^a Doutora Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Themudo Barata

Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Bom com Distinção

Nome: FERNANDA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA MARQUES

Dissertação: “Os rumos e os trabalhos de Célia – contributos para a história presente do trabalho”

Data: 17/03/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Presidente**)

Profª Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues dos Santos Veiga
 Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
 da Universidade Nova de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: RUI MANUEL DOS REIS E SILVA MARQUES

Dissertação: “A questão do Ultramar no discurso da Câmara dos Deputados de 1870-1873”

Data: 24/03/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 (**Presidente**)

Profª Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro

Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras
 da Universidade de Coimbra (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: SUZANA MARGARIDA DIAS DOS SANTOS CAVACO

Dissertação: “A América (1868-1871) um caso de publicismo ao serviço das relações Luso-Brasileiras”

Data: 08/05/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 (**Presidente**)

Profª Doutora Maria de Fátima Nunes

Professora Auxiliar da Universidade de Évora (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Muito Bom

Nome: MARIA CARLOS AFONSO FERREIRA DA SILVA

Dissertação: “O Ensino em Goa no Séc. XIX (1836-1869)”

Data: 19/05/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 (**Presidente**)

Profª Doutora Maria de Jesus Lopes Teodoro de Matos

Investigadora Principal do Instituto Superior de Investigação Científica
 e Tropical (**Arguente**)

Prof. Doutor Aurélio de Araújo Oliveira

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Bom com Distinção

Nome: Cláudia Susana Blanco Pimentel

Dissertação: “*Servir* - Contexto histórico-social e suas implicações”

Data: 30/10/2000

Júri: *Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos*

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(**Presidente**)

Profª Doutora Teresa Maria Ferreira dos Santos Veiga

Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (**Arguente**)

Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (**Orientador**)

Classificação: Bom com Distinção

Lista de títulos por permuta com a Revista da FLUP – História

- ABRENTE : REVISTA DE LA REAL ACADEMIA GALLEGA DE BELLAS ARTES DE N. SRA. DEL ROSARIO, La Coruña
- ACTA HISTORICA ET ARCHAEOLOGICA MEDIAEVALIA. Facultat de Geografia i Història, Barcelona
- AFRICANA. Centro de Estudos Africanos e Orientais, Universidade Portuguesa, Porto
- AL-ULYA : REVISTA DO ARQUIVO HISTORICO MUNICIPAL DE LOULÉ. Loulé
- ALMANSOR. Biblioteca Municipal, Montemor-o-Novo
- ANAIIS: SÉRIE HISTÓRIA. Departamento de Ciências Humanas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa
- ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE - HISTORIA MEDIEVAL. Depart. Historia Medieval y Moderna, Universidad de Alicante, Alicante
- ANUARIO. Instituto de Estudios Zamor. Florian de Ocampo, Zamora
- ARQUIPELAGO: SERIE HISTORIA. Universidade dos Açores, Ponta Delgada
- ARQUIVO COIMBRÃO. Biblioteca Municipal de Coimbra, Coimbra
- ARQUIVO DE BEJA. Biblioteca Municipal, Beja
- ARQUIVO DE PONTE DE LIMA. Câmara Municipal, Ponte de Lima
- ARQUIVO DOMINICANO. Editorial San Esteban, Salamanca
- ARQUIVOS DA MEMÓRIA. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova Lisboa, Lisboa
- ATRIUM. Seminário Maior do Porto, Porto
- AZULEJO. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa
- BARCELOS REVISTA. Biblioteca Municipal, Barcelos
- BEIRA ALTA. Assembleia Distrital de Viseu, Viseu
- BERCEO. Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal de Esposende, Esposende
- BOLETIM CULTURAL. Arquivo Histórico do Porto, Porto
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Póvoa de Varzim
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Vila Nova de Famalicão
- BOLETIM CULTURAL. Arquivo Municipal, Loulé
- BOLETIM CULTURAL DE VALE DE CAMBRA. Museu Municipal, Macieira de Cambra
- BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA, Coimbra
- BOLETIM DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, Porto
- BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Coimbra
- BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR, Lisboa
- BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA, Angra do Heroísmo
- BRACARA AUGUSTA. Arquivo Municipal de Braga, Braga
- BRIGANTIA : REVISTA DE CULTURA. Arquivo Distrital, Bragança
- CADERNOS DO NOROESTE. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
- CADERNOS ESAP. Cooperativa de Ensino Superior Artístico Árvore, Porto
- CADERNOS HISTÓRICOS. Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos
- CALLIPOLE: REVISTA DE CULTURA. Câmara Municipal, Vila Viçosa
- CISTERCIUM : REVISTA MONÁSTICA. Monasterio de la Oliva, Carcastillo (Navarra)
- COMPOSTELLANUM. Instituto Teológico Compostelano, Santiago de Compostela
- CUADERNOS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA CASTELLONENSES. Diputacio de Castello, Castellon de la Plana, España
- CUADERNOS DE HISTORIA CONTEMPORANEA, Universidad Complutense, Madrid
- CUADERNOS DE HISTORIA MODERNA, Universidad Complutense, Madrid

- CUADERNOS DEL CEMYR. Universidad de La Laguna, La Laguna (Tenerife)
- DIDASKALIA. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa
- DOMINICAN HISTORY NEWSLETTER. Instituto Storico Domenicano, Roma
- ENCUENTROS. Biblioteca do Ayuntamiento de Olivenza, Badajoz
- ESTUDIOS MINDONIENSES. Diocesis de Mondonedo el Ferrol, Ferrol (A Coruna)
- ESTUDIS CASTELLONENCS. Diputació de Castelló, Castelló, España
- ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Departamento de História, Porto-Alegre, Brasil
- ESTUDOS MEDIEVAIS. Centro de Estudos Humanísticos, Porto
- ESTUDOS ORIENTAIS. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- ESTUDOS REGIONAIS : REVISTA DE CULTURA DO ALTO MINHO. Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo
- ESTUDOS TRANSMONTANOS. Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real
- FAVENTIA. Servei de Biblioteques, Barcelona
- FONTES E ESTUDOS. Arquivo Histórico Nacional, Luanda
- HISPANIA : REVISTA ESPAÑOLA DE HISTORIA. Madrid
- HISPANIA ANTIQUA. Universidad de Valladolid, Valladolid
- HISTORIA. Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil
- HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS. Universidad de Sevilla, Sevilla
- HUMANISTICA E TEOLOGIA. Universidade Católica, Centro Regional do Porto, Porto
- IACOBVS. Centro de Estudios del Camino de Santiago, Valladolid
- INSTITUTO PORTUGUÊS DO ORIENTE. Macau
- JERONIMO ZURITA : REVISTA DE HISTORIA. Institucion Fernando El Catolico, Zaragoza, España
- LUSIADA: SÉRIE DE HISTÓRIA. Universidade Lusíada, Porto
- MEDIOEVO: SAGGI E RASSEGNE. Istituto sui Rapporti Italo-Iberici, Cagliari, Italia
- MEMOIRES DE LA SOCIÉTÉ ARCHEOLOGIQUE DU MIDI DE LA FRANCE. Société Archéologique du Midi de la France, Toulouse
- MEMORIA. Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas, Viana do Castelo
- MICROLOGUS: NATURA, SCIENZE E SOCIETA MEDIEVALI. SISMEL, Firenze
- MINIA. Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (ASP), Braga
- MONUMENTOS. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa
- MUNIBE (ANTROPOLOGIA-ARKEOLOGIA). Sociedad de Ciencias Aranzadi, Donostia/San Sebastián
- EL MUSEO DE PONTEVEDRA. Museo de Pontevedra, Pontevedra
- MUSEU. Museu Nacional Soares dos Reis, Porto
- NUOVA RIVISTA STORICA. Società Editrice Dante Alighieri, Roma
- OBRADOIRO DE HISTORIA MODERNA. Universidad de Santiago de Compostela, La Coruña
- OLARIA. Câmara Municipal, Barcelos
- PERFICIT. Colegio de San Estanislao, Salamanca
- POLIGRAFIA. Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, Arouca
- PONTIFICIA UNIVERSIDAD JAVERIANA. Unidad de Selección y Adquisición, Bogotá, Colômbia
- PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lisboa
- REVISTA AGUSTINIANA. Madrid
- REVISTA ALTITUDE. Assembleia Distrital da Guarda, Guarda
- REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. Lisboa
- REVISTA DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS. Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto
- REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
- REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMEÑOS. Centro de Estudios Extremeños, Badajoz
- REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS. Faculdade de Letras, Coimbra

- REVISTA DO CÍRCULO JOSÉ DE FIGUEIREDO. Museu Nacional Soares dos Reis, Porto
- REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, Coimbra
- REVISTA THEOLOGICA. Instituto Superior de Teologia, Braga
- RUBRICA. Departamento de Historia Medieval, Paleografia i Diplomàtica, Universidad de Barcelona, Barcelona
- RURALIA : REVISTA DA RURALIDADE. Centro de Estudos Rurais, Arouca
- SABER EDUCAR. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto
- SAITABL.Facultat de Geografia i Historia, Valencia
- SANTO TIRSO ARQUEOLÓGICO. Gabinete de Arqueologia, Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso
- SIGNO: REVISTA DE HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA.Facultad de Farmacia, Alcala de Henares (Madrid)
- TRABAJOS DE PREHISTORIA. Centro de Estudios Historicos, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid
- UL-VARIA: ARQUIVO DE ESTUDOS REGIONAIS. Museu Regional de Oliveira de Azeméis, Oliveira de Azeméis
- VILA DO CONDE : BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Vila do Conde
- ZEITSCHRIFT FUR KATALANISTIK : REVISTA D'ESTUDIS CATALANS. Biblioteca Catalana, Frankfurt am Main, Alemanha

Nome	Instituição	Endereço electrónico
Amândio Barros	Escola Superior de Educação de Santa Maria	
Amélia Polónia	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	asilva@letras.up.pt
Francisco Ribeiro da Silva	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	fribeirodasilva@mail.telepac.pt
Luís Alberto Marques Alves	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	laalves@letras.up.pt
Luís Grosso Correia	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	lgrosso@letras.up.pt
Jorge Fernandes Alves	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	jorge.f.alves@mail.telepac.pt
Gaspar Martins Pereira	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	gasparmp@netc.pt
José Alberto Rio Fernandes	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	joseriof@letras.up.pt
Luís A. de Oliveira Ramos	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	lramos@letras.up.pt
Stéphane Boissellier	Université de Tours França	boissell@club-internet.fr
Moisés Orfali	Bar-Ilan University Israel	
Maciel Morais Santos	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	jmaciel@letras.up.pt

